

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925

EXPOSIÇÃO E ANNEXO A

1º VOLUME



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1926

RELATORIO
DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1924 — 1925

EXPOSIÇÃO E ANNEXO A

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925

EXPOSIÇÃO E ANNEXO A

1º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1926

INDICE

	PAGS.
MENSAGEM de 3 de Maio de 1925.....	I

EXPOSIÇÃO

1 — Relações internacionaes.....	3
2 — Liga das Nações.....	3
Delegação Permanente.....	3
Conselho Executivo.....	5
Assembléa.....	20
I Commissão (Questões Constitucionaes).....	20
II Commissão (Organizações Technicas).....	21
III Commissão (Reducção e Limitação de Armamentos).....	21
IV Commissão (Questões Orçamentarias).....	21
V Commissão (Questões Sociaes e Humanitarias).....	21
VI Commissão (Questões Politicas).....	21
I Commissão.....	22
a) — Emenda ao § 1º do Art. 16 do Pacto.....	22
b) — Emenda ao § 2º do Art. 16 do texto original do Pacto, ou seja o § 5º do texto emendado em 1921.....	23
c) — Emenda ao Art. 27 do Regimento interno da Assembléa.....	23
d) — Desenvolvimento do Direito Internacional.....	23
e) — Assistencia judiciaria aos indigentes.....	24
II Commissão.....	24
a) — Trabalhos da Organização de Hygiene.....	24
b) — Trabalhos da Organização de Communicações e Tran- sito.....	25
c) — Trabalhos do Comité Economico.....	25
d) — Reconstituição Financeira da Austria.....	26
e) — Reconstituição Financeira da Hungria.....	29
f) — Emprestimo internacional para os refugiados russos... ..	27
g) — Outros trabalhos do Comité Financeiro.....	28
h) — Trabalhos da Commissão de Cooperação intellectual... ..	28
i) — Fundação de um instituto internacional para a unificação do Direito Privado.....	29
III Commissão.....	29
a) — Conferencia internacional para redução de Armamentos.....	29
b) — "Contrôle" do commercio internacional de armas, mu- nições e material de guerra.....	30

	PAGS.
c) — Informações estatísticas sobre o commercio de armas, munições e materiaes de guerra.....	30
d) — Fabricação privada de armas, munições e material de guerra.....	31
e) — Coordenação dos trabalhos da Comissão Temporaria Mixta e da Comissão Permanente Consultiva.....	31
f) — Guerra chimica.....	31
g) — Summario Militar.....	31
I e III Comissões.....	32
a) — Arbitragem, segurança e redução de armamentos.	32
IV Comissão.....	32
a) — Contas verificadas, orçamento da L. N. e outras questões financeiras.....	32
b) — Repartição das despesas da L. N.....	32
c) — Contribuições atrasadas.....	33
d) — Construcção de uma sala de Conferencias na propriedade offerecida á L. N. pela Republica e Cantão e pela Cidade de Genebra.....	33
e) — Reorganização do Bureau da America Latina.....	33
f) — Pensões para o pessoal da Côrte Permanente da Justiça Internacional.....	33
V Comissão.....	34
a) — Trafico de opio e outras drogas nocivas.....	34
b) — Trafico de mulheres e crianças.....	34
c) — Protecção de mulheres e crianças no Oriente Proximo..	34
d) — Questões relativas aos refugiados.....	34
e) — Federação internacional de Soccorro Mutuo ás Populações Victimadas de Calamidades.....	35
f) — Protecção da Infancia.....	34
g) — Intermunicipalidade.....	35
VI Comissão.....	36
a) — Admissão da Republica Dominicana.....	36
b) — Mandatos.....	36
c) — Questão da escravatura.....	36
d) — A situação na Georgia.....	37
Comissão da Mesa.....	37
a) — Cooperação intellectual.....	37
b) — Exame das respostas do Comité de Juristas visado pela Resolução do Conselho de 28 de Setembro de 1923....	37
Materia não relatada.....	37
a) — Reducção de armamentos.....	37
b) — Eleições dos membros não permanentes do Conselho..	38
c) — Tratado Geral de Arbitragem entre a Italia e a Suissa..	38
d) — Homenagem ao Sr. Léon Bourgeois.....	39
Organismos technicos.....	39
Comité Economico.....	39
Comissão Permanente Consultiva.....	39
Comissão de Coordenação.....	40
Comité Financeiro.....	40

	PAGS.
Comunicações e transito.....	40
Organização de Hygiene.....	41
Codificação do Direito Internacional.....	41
Commissão de Juristas.....	42
Parecer sobre a interpretação do art. 4º, alinea 5, do Pacto.....	42
3 — Conferência Financeira inter-alliada.....	44
4 — VI Conferência Internacional do Trabalho.....	47
5 — Conferência Internacional de emigração e immigração de Roma.....	51
6 — Conferência Internacional Parlamentar do Commercio.....	57
7 — Congresso Internacional de Economia Social.....	58
8 — Commissão Interamericana de Comunicações Electricas.....	61
9 — Conferencia Internacional do Opio.....	63
10 — Commissão Internacional de Jurisconsultos.....	64
11 — Tratado entre o Brasil e a Suissa para a solução judicial de controversias..	64
12 — Convenio com o Uruguay.....	65
13 — Immunidades dos agentes diplomaticos.....	68
14 — Casamento de estrangeiro divorciado a vinculo.....	69
15 — Centenario da Batalha de Ayacucho.....	70
16 — Fronteiras do Brasil.....	71
17 — Limites com a Guyana Ingleza.....	72
18 — Limites com a Colombia.....	74
19 — Limites com o Perú.....	77
20 — Limites com a Bolivia.....	79
21 — Limites com o Uruguay.....	80
22 — Commissão Mixta Executiva do Tratado de 22 de Julho de 1918 com o Uru- guay.....	82
23 — Commissão Ferroviaria Transcontinental.....	83
24 — Visita do Principe herdeiro da Italia.....	85
25 — Hospedes Illustres.....	85
Visita dos Srs. James John Davis, Secretario do Trabalho dos Estados Unidos da America, e J. Enright, Chefe de Policia de New York....	85
General John Pershing.....	85
Ministro das Relações Exteriores da Republica do Uruguay.....	86
Presidente Arturo Alessandri.....	86
26 — Visita de navios de guerra estrangeiros.....	86
a) — Gran-Bretanha.....	86
b) — Argentina.....	87
c) — Uruguay.....	87
27 — Presidencia de Tribunaes no estrangeiro.....	87
28 — Relações commerciaes.....	88
29 — Congressos, Conferencias e Exposições Internacionaes.....	90
Congresso Internacional de Professores do Ensino Secundario.....	91
Associação de Direito Internacional.....	91
Congresso Americano da Criança.....	92
VII Conferencia Sanitaria Pan-Americana.....	92
Congresso Scientifico Pan-Americano.....	93
Conferencia Internacional do Opio.....	93
Congresso de Medicina e Pharmacia Militares.....	95

PARTE ESPECIAL

	PA GS.
30 — Actos Internacionaes	97
a) — Exposição.....	97
b) — Actos firmados.....	97
c) — Actos submettidos ao Congresso Nacional.....	97
d) — Actos approvados e sanccionados.....	98
e) — Actos promulgados.....	98
f) — Deposito de ratificações de Governos estrangeiros.....	99
g) — Adhesões de Governos estrangeiros.....	100
31 — Movimento do Pessoal	102
a) — Secretaria de Estado.....	102
b) — Corpo Diplomatico.....	103
c) — Corpo Consular.....	105
d) — Diversas Commissões.....	110
e) — Commissões Mixtas.....	111
32 — Emolumentos consulares	112
33 — Leis, Decretos e Decisões	112
34 — Orçamentos e Creditos	112
35 — Montepio	113

ANEXO A

DOCUMENTOS DIVERSOS

LIGA DAS NAÇÕES

a) — Delegação permanente

	PAGS.
N. 1 — I. Trechos do Relatório do Chefe da Delegação, em 24 de Fevereiro de 1925.....	3

b) Conselho

N. 2 — II. Discurso do Delegado do Brasil e Presidente do Conselho da Liga das Nações, no banquete oferecido ao mesmo Conselho pelo Governo Italiano, em 12 de Dezembro de 1924.....	83
--	----

c) Assembléa

N. 3 — III. Trechos do relatório sobre os trabalhos da II Comissão da V Assembléa.....	87
N. 4 — IV. Trechos do relatório sobre os trabalhos da V Comissão da V Assembléa.....	118

d) Organismos técnicos

N. 5 — V. Trechos do relatório sobre fiscalização do fabrico de munições e material de guerra.....	125
N. 6 — VI. Trechos do relatório a respeito da Conferência I, sobre Formalidades Aduaneiras.....	143

e) — Comissão de Juristas

N. 7 — VII. Resumo dos trabalhos da Comissão.....	175
---	-----

Conferência Financeira Inter-Alliada

N. 8 — VIII. Accordo sobre annuidades, de 14 de Janeiro de 1925.....	179
--	-----

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

N. 9 — I. Trechos do Relatório da Delegação, em 28 de dezembro de 1924....	201
--	-----

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EMIGRAÇÃO E IMMIGRAÇÃO DE ROMA

N. 10 — II. Trechos do Relatório da Delegação, em 1º de Junho de 1924.....	213
--	-----

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL

PAGS.

- N. 11 — I. Trechos do relatório da Delegação Brasileira, em 29 de Novembro de 1924..... 223

COMISSÃO INTER-AMERICANA DE COMMUNICAÇÕES ELECTRICAS

- N. 12 — I. Trechos do Relatório da Delegação Brasileira, em 14 de Outubro de 1924..... 251
 N. 13 — II. Convenção, ainda não approvada, sobre troca de correspondencia por transmissão electrica, firmada na cidade do Mexico a 21 de Julho de 1924 254

INCIDENTES NA FRONTEIRA COM O URUGUAY

- N. 14 — I. Officio da Legação em Montevidéo, em 27 de Junho de 1925..... 267
 N. 15 — II. Protocollo relativo a reclamações do Uruguay sobre incidentes de fronteira e violação de territorio, em 14 de janeiro de 1925..... 267

IMMUNIDADES DOS AGENTES DIPLOMATICOS

- N. 16 — I. Nota da Legação Tchecoslovaca ao Ministerio, em 28 de Setembro de 1924..... 273
 N. 17 — II. Nota do Ministerio á Legação Tchecoslovaca, em 22 de Outubro de 1924..... 274
 N. 18 — III. Nota da Legação Tchecoslovaca ao Ministerio, em 6 de Fevereiro de 1925..... 275
 N. 19 — IV. Nota do Ministerio á Legação Tchecoslovaca, em 27 de Fevereiro de 1925..... 276

CASAMENTO DE ESTRANGEIRO DIVORCIADO A VINCULO

- N. 20 — I. Nota da Legação da Dinamarca ao Ministerio, em 2 de Outubro de 1924..... 277
 N. 21 — II. Nota do Ministerio á Legação da Dinamarca, em 23 de Outubro de 1924..... 278
 N. 22 — III. Nota da Legação da Dinamarca ao Ministerio, em 24 de Outubro de 1924..... 279
 N. 23 — IV. Nota do Ministerio á Legação da Dinamarca, em 7 de Novembro de 1925..... 280

CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO

- N. 24 — I. Telegramma do Senhor Presidente da Republica ao Senhor Presidente da Republica do Perú, em 9 de Dezembro de 1924..... 281
 N. 25 — II. Telegramma do Ministro de Estado ao Ministro das Relações Exteriores do Perú, em 9 de Dezembro de 1924..... 281
 N. 26 — III. Telegramma do Ministro das Relações Exteriores do Perú ao Ministro de Estado, em 10 de Dezembro de 1924..... 282
 N. 27 — IV. Carta autographa do Senhor Presidente da Republica do Perú ao Senhor Presidente da Republica, em 14 de Fevereiro de 1924..... 282

N. 28 — V. Carta autographa do Senhor Presidente da Republica ao Senhor Presidente da Republica do Perú.....	283
N. 29 — VI. Carta Credencial do Embaixador Especial Senhor José Bonifacio de Andrada e Silva.....	284

JUBILEU DE S. EM. O CARDEAL ARCOVERDE

N. 30 — I. Discurso do Senhor Ministro no banquete de 5 de Maio de 1924.....	287
N. 31 — II. Resposta do S. E. o Cardeal Arcoverde no banquete de 5 de Maio de 1924.....	295

LIMITES COM A COLOMBIA

N. 32 — I. Acta firmada em Washington, a 4 de Março de 1925, entre os representantes do Brasil, dos Estados Unidos da America, da Colombia e do Perú	297
N. 33 — II. Nota do Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, em 4 de Março de 1925, remettendo os textos da Acta á Embaixada do Brasil em Washington.....	299

COMMISSÃO DE LIMITES DO BRASIL COM O PERÚ

N. 34 — I. Officio do Chefe da Commissão de Limites com o Perú, em 24 de Dezembro de 1924.....	301
N. 35 — II. Acta de inauguração do marco da intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá", em 18 de Novembro de 1924.....	302
N. 36 — III. Acta de inauguração dos tres marcos sobre o divisor de aguas, no trecho comprehendido entre a nascente principal do rio "Breu" e o paralelo de dez grãos de latitude sul, em 19 de Novembro de 1924.....	307
N. 37 — IV. Acta de inauguração de cinco marcos levantados a Leste do rio "Embira", sendo um no paralelo de dez grãos de latitude sul, outro na intersecção desse paralelo com o divisor de aguas entre o "Embira" e o "Purús", e os tres restantes, sobre esse mesmo divisor, em 19 de Novembro de 1924....	311
N. 38 — V. Acta da XV Conferencia da Commissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 20 de Novembro de 1924.....	317
N. 39 — VI. Acta de inauguração do marco brasileiro ás margens direitas dos rios "Juruá" e "Breu" para assignalar a foz deste ultimo, em 17 de Novembro de 1924.....	323
N. 40 — VII. Acta de inauguração do marco de intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com a margem direita do rio "Juruá", em 17 de Novembro de 1924.....	327
N. 41 — VIII. Acta de inauguração do marco que assignala a nascente principal do rio "Breu", affluente da margem direita do rio "Juruá", e o extremo norte da fronteira no "divortium aquarum" a que se refere o paragrapho 3º, do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909, a Oeste do rio "Embira", em 17 de Novembro de 1924.....	331
N. 42 — IX. Acta de inauguração do marco da intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá", em 18 de Novembro de 1924.....	334

	PAGS.
N. 43 — X. Officio do Chefe da Comissão de Limites, com o Perú, em 2 de Abril de 1925.....	339
N. 44 — XI. Acta da XVI Conferencia da Comissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 28 de Março de 1925.....	340
N. 45 — XII. Acta da XVII Conferencia da Comissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 31 de Março de 1925.....	345
N. 46 — XIII. Trechos do Relatorio do Chefe da Comissão de Limites com o Perú, em 25 de Fevereiro de 1925.....	348

COMISSÃO MIXTA DE LIMITES COM O URUGUAY

N. 47 — I. Officio do Delegado-Chefe da Comissão Brasileira, em 10 de Agosto de 1924.....	379
N. 48 — II. Acta da VI Conferencia da Comissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira com o Uruguay, em 22 de Maio de 1924.....	380
N. 49 — III. Trechos do Officio do Delegado-Chefe da Comissão Brasileira, em 24 de Setembro de 1924.....	392
N. 50 — IV. Acta da VII Conferencia da Comissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira com o Uruguay, em 20 de Novembro de 1924....	398

COMISSÃO MIXTA EXECUTORA DO TRATADO DE 22 DE JULHO DE 1918

N. 51 — I. Trechos do Officio do Alto-Commissario Brasileiro da Comissão Mixta Executora do Tratado de 22 de Julho de 1918, em 29 de Novembro de 1924.....	411
N. 52 — II. Acta da IX Conferencia da Comissão Mixta Executora do Tratado de 22 de Julho de 1918, em 10 de Novembro de 1924.....	413

VISITA DE S. A. O PRINCEPE DE PIEMONTE

N. 53 — I. Nota do Ministerio á Embaixada Italiana, em 28 de Agosto de 1924	429
N. 54 — II. Nota da Embaixada Italiana ao Ministerio, em 29 de Agosto de 1924.....	432

HOSPEDES ILLUSTRES

N. 55 — I. Radiogramma do Sr. Presidente da Republica ao Sr. Presidente Arturo Alessandri, em 10 de Março de 1925.....	435
N. 56 — II. Telegramma do Sr. Presidente da Republica do Chile ao Sr. Vice-Presidente da Republica, em 12 de Março de 1925.....	435
N. 57 — III. Telegramma do Sr. Vice-Presidente da Republica ao Sr. Presidente da Republica do Chile, em 12 de Março de 1925.....	436

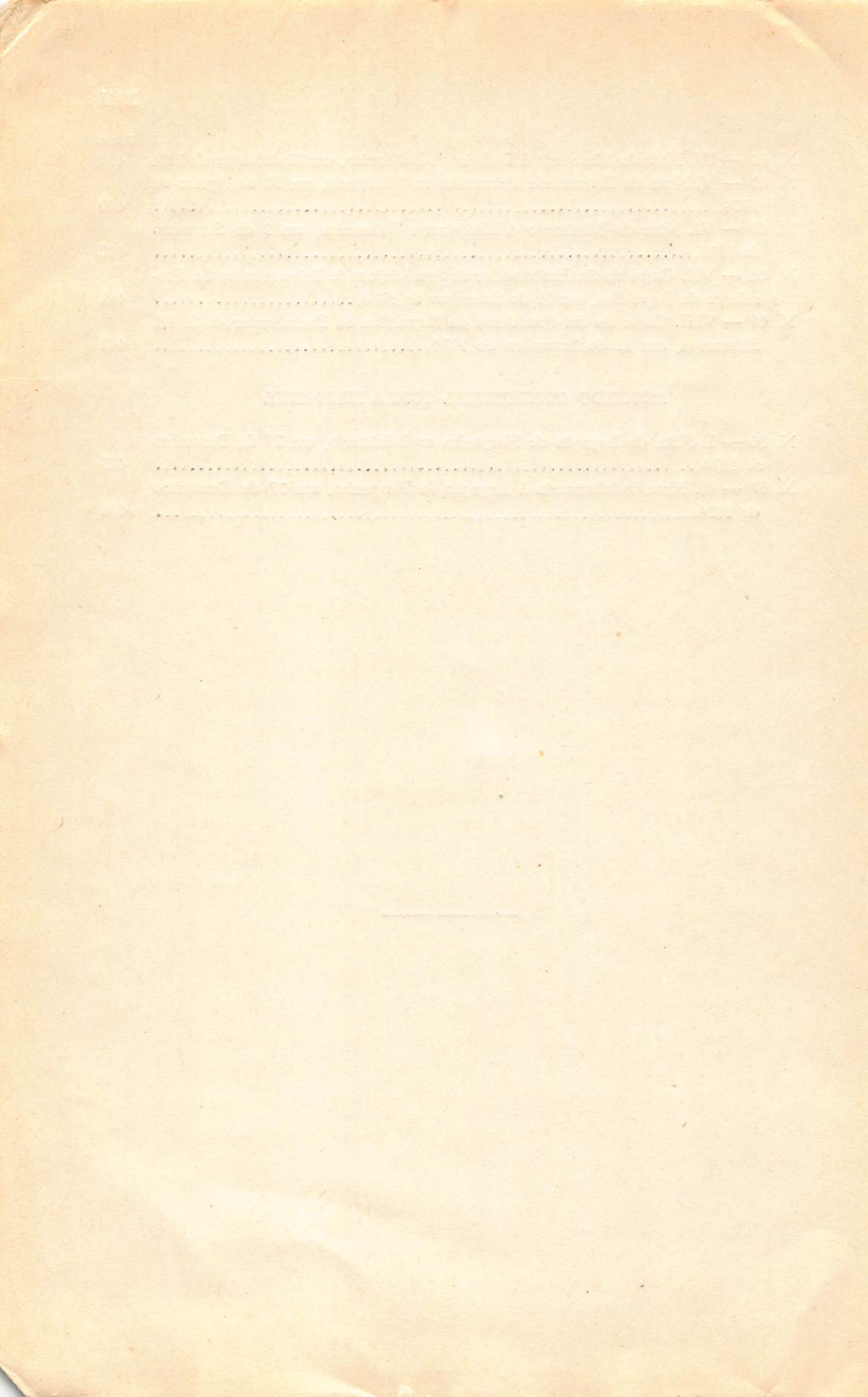
VISITA DE NAVIOS ESTRANGEIROS

N. 58 — I. Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 23 de Novembro de 1923.....	437
N. 59 — II. Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 22 de Dezembro de 1923.....	438
N. 60 — III. Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 18 de Março de 1924.....	438

	PAGS.
N. 61 — IV. Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 28 de Março de 1924	439
N. 62 — V. Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 20 de Agosto de 1924.....	440
N. 63 — VI. Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 2 de Setembro de 1924.....	440
N. 64 — VII. Carta do Sr. Embaixador de Sua Majestade Britannica ao Sr. Presidente da Republica, em 11 de Setembro de 1924.....	441
N. 65 — VIII. Carta do Sr. Presidente da Republica ao Embaixador de S. M. Britannica, em 11 de Setembro de 1924.....	442

ACCORDO COMMERCIAL COM A HESPAÑHA

N. 66 — I. Nota da Legação de Hespanha ao Ministerio, em 27 de Dezembro de 1924.....	443
N. 67 — II. Nota do Ministerio á Legação de Hespanha, em 27 de Dezembro de 1924.....	444



Senhor Presidente,

Obedecendo ao que determina a segunda parte do Art. 51 da Constituição Federal, tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia na presente publicação o Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores, correspondente ao periodo de 30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925.

Segundo a praxe, este Relatorio contém uma exposição singela dos principaes assumptos tratados no referido periodo por este Ministerio, exposição que é devidamente documentada em annexo.

O trabalho foi, como sempre, organizado pela Secretaria de Estado. Sua parte narrativa é, portanto, impessoal, reproduzindo com a devida fidelidade os acontecimentos, sem os commentar.

Além do annexo, em que se acham reunidos os principaes documentos elucidativos da parte expositiva do Relatorio, ha outros em que se encontram quadros com todo o pessoal do Ministerio, assim como do Corpo Diplomatico e do Consular estrangeiros em funcções no paiz na mesma época, além de demonstrações de renda consular, tabellas orçamentarias e collecção das leis, decretos e circulares postos em vigor no mesmo periodo, de sorte a completar as informações da Exposição.

Vossa Excellencia permittirá que ora aproveite, de novo, o ensejo de lhe apresentar os protestos de meu mais profundo respeito.

Felix Pacheco.

Mensagem apresentada pelo Senhor Presidente da Republica ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1925

(Parte relativa ao Ministerio das Relações Exteriores)

RELAÇÕES INTERNACIONAES

O Brasil acha-se em paz e na melhor harmonia com todas as nações, continuando a cultivar com zelo todas as suas velhas relações de bôa amizade

E' difficil, entretanto, manter o bom nome do paiz no exterior, e sustentar-lhe o prestigio, quando esse trabalho não é auxiliado, no interior, por um sentimento geral de patriotismo.

As insurreições contra o poder legalmente constituido trazem comsigo, além de muitos outros males, a diminuição da figura internacional da nação. Provaram-n'o as injustificaveis revoltas militares destes ultimos tempos, dando margem ao surto dos mais incríveis e malevolos boatos em detrimento do credito nacional. E' doloroso verificar que taes inverdades são muitas vezes espalhadas pelos proprios rebeldes, foragidos no estrangeiro, que não se pejam de collocar assim seus ephemeros rancores pessoases acima dos superiores e permanentes interesses da Patria.

O BRASIL NA LIGA DAS NAÇÕES E NA POLITICA PAN-AMERICANA

O Governo Brasileiro, por seus representantes e delegados technicos, continuou, durante o anno passado, a participar dos trabalhos da Liga das Nações.

Quaesquer imperfeições que, por ventura, a Liga ainda apresente não justificariam o abandono desse notavel apparelho, que já vem conseguindo intervir efficientemente na vida de relação dos povos civilizados, quando mais não seja, por meio de suas quatro

modelares organizações technicas : Economia e Financeira, de Comunicações e Transito, de Hygiene e de Cooperação Intellectual, ás quaes não tem faltado a collaboração activa e proveitosa de muitos Estados que não se acham ligados pelo Pacto do Tratado de Versailles.

De constituição ainda recente e sujeita ás contingencias do momento historico em que foi creada, a Liga das Nações tem procurado desempenhar com elevação sua alta missão de concordia internacional e, nesse proposito, está estendendo cada vez mais sua acção para o campo neutral das grandes obras humanitarias.

No dominio propriamente politico, a Liga procurou, durante o anno passado, elaborar um systema de arbitragem, de segurança e de redução de armamentos, que ainda não está sufficientemente perfeito para satisfazer todas as condições do problema que se propõe resolver, mas que já patenteia os propositos pacifistas de um grande numero de Estados, em materia que affecta, tão directamente, os fóros de soberania de cada um delles.

O projecto de Pacto de garantia mutua que a Liga formulou e submetteu á apreciação dos Governos, chegou a recolher dezoito approvações, em principio, mas na 5ª Assembléa, em setembro ultimo, vieram a manifestar-se as difficuldades que as respostas de alguns Estados já faziam prevêr.

A Assembléa adoptou, por fim, uma resolução, apresentada pelas delegações da Grã-Bretanha e da França, em que se concita a Liga das Nações a “reforçar a solidariedade e a segurança das nações do mundo, resolvendo, por meios pacificos, todas as controversias susceptíveis de surgirem entre os Estados”.

Baseando-se nessa recommendação, a Assembléa redigiu o Protocollo para solução pacifica dos conflictos internacionaes e recomendou, unanimemente, sua adopção por parte dos Governos. Esse Protocollo, que tem por fim impedir as guerras, abrange um tal systema de arbitragem, que nenhuma controversia internacional, de ordem juridica ou politica, poderá escapar-lhe. Prevê, mesmo, uma cooperação militar, economica e financeira que, dando aos Estados maior segurança, lhes permitta grande redução de armamentos.

O Protocollo reuniu logo dezeseite assignaturas, entre as quaes a do Brasil, que tem sempre acompanhado com particular interesse todas essas manifestações de pacifismo, concordantes com o dispositivo de sua Carta Constitucional e com o animo de seu povo.

Nesse mesmo proposito, a Liga já formulou um projecto de fiscalização do commercio de armas e munições, o qual será examinado em proxima Conferencia Internacional convocada para isso, e prepara outro projecto para a regulamentação da manufactura privada de armas, munições e material de guerra.

Foi, tambem, objecto de exame da Liga das Nações, no mesmo periodo, a codificação progressiva do Direito internacional. O Conselho nomeou, em dezembro ultimo, dezeseite internacionalistas, escolhidos de modo que a organização para o importante trabalho tenha representantes dos principaes systemas juridicos do mundo. O internacionalista sul-americano, designado para essa commissão, foi o illustre argentino, Professor Leon Suarez.

Os trabalhos da Commissão de Jurisconsultos, reunida, em 1912, no Rio de Janeiro, conforme deliberou a Conferencia de Santiago e já vos demos noticia na Mensagem anterior, deviam ser recommçados, no corrente anno, nesta Capital. Varios Governos americanos apressaram-se em nomear seus delegados. Pareceu-nos, porém, desde o primeiro momento, imprescindivel uma preparação preliminar e uma exacta combinação de programma, para não se repetir o que aconteceu em 1912. Não ha vantagem em se precipitar uma tarefa que é, de sua propria natureza, lenta e difficil.

O Bureau das Republicas Americanas, em Washington, tem prestado a esse magno assumpto a mais desvelada attenção e o Instituto de Direito Internacional Americano, em sua ultima reunião ha dois mezes, em Havana, considerou exiguo o tempo para a preparação dos Projectos que lhe incumbia formular para a reunião da Commissão de Jurisconsultos, no Rio de Janeiro, em 1925.

Por seu lado, o ex-Secretario de Estado dos Estados Unidos, Sr. Charles Evans Hughes, na ultima sessão que presidiu do Conselho Director da União Pan-Americana, formulou importantes suggestões relativas á projectada codificação. Estas ainda não estão amplamente divulgadas, para estudo e apreciação dos diversos paizes e dos especialistas de direito internacional.

Sabemos que o seu auctor excluiu tudo o que se referia ás leis de guerra, convencido, como nós o estamos, de que, na America, felizmente, não deve mais existir possibilidade de nenhum conflicto armado.

Accrescentaremos que essa possibilidade realmente desaparecerá, de todo, si os paizes, que formam o nosso grande Continente,

ratificarem, conforme o Brasil, os Estados Unidos, Cuba, Guatemala e o Paraguay já o fizeram, a Convenção Gondra, ou Tratado para Evitar e Prevenir Conflictos, assignado, em Santiago, por occasião da 5ª Conferencia Pan-Americana.

Essa ratificação, feita por todas as Nações da America, antes da reunião da Commissão de Jurisconsultos, no Rio de Janeiro, para estudar a Codificação do Direito Internacional, seria, por si só, a afirmação do maior empenho em realizar, sobre base solida, o importante trabalho commettido á alludida commissão.

A suggestão da União das Republicas Americanas, em Washington, é no sentido de se adiar, para 1926, a assembléa continental a reunir-se, na primavera deste anno, no Rio de Janeiro.

Haverá, assim, tempo para se estabelecer um programma meditado sobre a materia, cuja vastidão e complexidade a propria Liga das Nações reconheceu, quando preferiu tentar, em vez de uma codificação integral, uma codificação progressiva.

A circumstancia desse adiamento, que só póde ser proficuo ao bom resultado da grande tarefa, nos permite repetir aqui o appello, que já fizemos a todas as nações americanas, mesmo ás tres que não estiveram presentes em Santiago, para que ratifiquem, tambem, aquelle Tratado e as demais Convenções alli assignadas.

O pan-americanismo e a politica de cordialidade e de cooperação das nações do Novo Mundo necessitam assumir expressões praticas e reaes, para se consolidarem em preceitos geraes acceitos por todos e fixados em Codigos, cuja elaboração racional e segura deve trazer uma concordancia unanime e completa no sentido da paz, pelo direito e pela justiça.

Não terminaremos este capitulo sem accrescentar algumas informações a respeito da Liga, para cujo Conselho Executivo o Brasil foi, de novo, reeleito, cabendo ao Chefe da nossa Delegação, o Embaixador Afranio de Mello Franco, a honra de presidir á penultima reunião do mesmo Conselho, realizada em Roma.

O Governo Italiano tinha apresentado o projecto de um Instituto Internacional para unificação do Direito privado, que elle se propunha a manter em seu paiz.

A Assembléa, tomando conhecimento da proposta, convidou o Conselho a concluir com o Governo Italiano, depois de consultar os órgãos technicos competentes, todos os accordos para segurança da organização, existencia e funcionamento normal desse Instituto,

O projecto foi sujeito á apreciação da Commissão Permanente de Cooperação Intellectual da Liga e de um Comité de juristas composto de cinco membros do Comité para a codificação progressiva do Direito internacional, os quaes deverão ter em vista os ensinamentos offerecidos pelas diversas Conferencias, realizadas na Haya sobre Direito internacional privado.

Não menos proveitoso resultou o trabalho realizado pela Liga das Nações, durante o anno passado, em outros ramos de sua actividade.

O Dr. Raul Fernandes foi um dos representantes do Brasil na 5ª Assembléa da Liga das Nações.

CONFERENCIA FINANCEIRA INTER-ALLIADA

Iniciou seus trabalhos em Paris, a 7 de janeiro ultimo, a Conferencia Financeira Inter-alliada, constituida de representantes dos seguintes paizes: Belgica, Estados Unidos da America, França, Grã-Bretanha, Grecia, Italia, Japão, Polonia, Portugal, Rumania, Servia-Croacia-Slovenia e Tchecoslovaquia.

Seu objectivo era repartir, entre as Potencias ali representadas, a receita escripturada ou a escripturar pela Commissão de Reparações, notadamente de 1º de janeiro de 1923 até 1º de setembro do anno passado, assim como durante os primeiros annos da applicação do Plano Dawes, que fôra objecto do Ajuste de Londres, de 30 de agosto do anno passado e que entrára em vigor a 1º de setembro do mesmo anno.

Coube ao Comité de Peritos, creado pelo Ajuste de Londres, preparar essa Conferencia Financeira, a que elle teria de apresentar, na primeira reunião, um detalhado relatorio de todos os seus trabalhos.

Esse relatorio não fazia referencia alguma ao Brasil que não participára da Conferencia de Londres, creadora desse Comité de Peritos, segundo o Plano Dawes, apesar de ser participante de reparações, de accordo com a parte VIII do Tratado de Versailles. E tanto era assim que, desde 1920, figurava na relação organizada pela Commissão de Reparações.

Demais, o Governo Brasileiro tinha, em tempo, apresentado á primitiva Commissão de Reparações reclamações por damnos

causados pela Allemanha, posteriormente á entrada do Brasil na guerra e em conformidade com as estipulações dessa parte do Tratado de Versailles, reclamações que tinham sido, no devido tempo, arroladas, classificadas e examinadas pelas diversas secções technicas dessa Commissão, e pela propria Commissão em sessões plenarias de que, diversas vezes, tinha participado a Delegação allemã.

O direito do Brasil a essas reclamações já estava, portanto, sufficientemente reconhecido e a Commissão já o tinha, assim, manifestado em diversos documentos dirigidos á Delegação brasileira. O convite feito, posteriormente, ao Brasil para tomar parte nessa Conferencia mostra quanto são legitimos os nossos titulos a participar de todas as reuniões promovidas com o objectivo de regular esse assumpto.

Representou o Governo, na referida Conferencia, o Embaixador Luiz de Souza Dantas.

A presença do representante do Brasil nessa Conferencia permittiu que as declarações do Governo Brasileiro fossem formuladas em plenario da Conferencia e tomadas em consideração pelo Presidente, que accentuou terem, assim, ficado devidamente resalvados os direitos do Brasil.

Na sessão de encerramento da Conferencia, o representante do Brasil reproduziu suas allegações e fez reservas substanciaes, as quaes foram uma solemne affirmação de nossos direitos decorrentes da parte X do Tratado de Versailles, e mais especialmente, do art. 263 desse tratado.

Apesar de ser pequeno o total a que montam as reclamações do Brasil a titulo de reparação, em comparação com o dos paizes que mais soffreram com a guerra, nem por isso é menor o seu direito a uma percentagem qualquer na repartição da divida global da Allemanha.

Secundando esse argumento, de que, comparativamente, foram diminutos os damnos soffridos pelo Brasil, é sempre repetida a allegação, tambem destituida de fundamento, de que o Brasil já teve o beneficio resultante da requisição dos navios allemães, quando, na verdade, essa requisição já foi, por um encontro de contas directo com a Allemanha, considerada como indemnização por prejuizos e damnos causados por ella, antes da entrada do Brasil na guerra, e, portanto, sem relação alguma com as reclamações apresentadas, em tempo, á Commissão de Reparções.

Demais, esse caso dos navios allemães era tão diverso dos outros, que a propria Commissão de Reparações já tinha reconhecido não ser competente para tratar delle.

O Governo Brasileiro teve, no entanto, de rebater, novamente, toda a mesma serie de argumentos sem base, que não o deixaram participar da Conferencia de Londres, no anno passado, até que, por fim, veio a ser convidado para a Conferencia de Paris, conseguindo, por esse modo, firmar seu incontrastavel direito a participar das seguintes, nas quaes será estudado mais attentamente o caso das reparações de pequeno vulto.

As reservas formuladas pelo representante do Brasil na Conferencia tiveram como principal objectivo realçar que ainda não tinha sido attribuida ao Brasil percentagem alguma, a titulo de reparações, devido, em parte, ao character global dos pagamentos impostos á Allemanha pelo Plano Dawes adoptado na Conferencia anterior, de Londres.

Sob esse ponto de vista, foi plenamente satisfatorio o resultado obtido pelo representante do Brasil, na recente Conferencia de Paris.

Essa reserva era, principalmente, motivada por não se ter, ainda, attribuido percentagem alguma ao Brasil sobre as annuidades pagas pela Allemanha, em execução do Plano Dawes, e destinadas a satisfazer todas as obrigações contrahidas pela Allemanha por titulos especiaes de divida, e *x-vi* dos artigos 259, 263 e outros do Tratado de Versailles.

Apesar dos arts. 10 e 27 do Accordo de Paris terem declarado continuarem intactos todos os direitos e obrigações da Allemanha, resultantes dos tratados, convenções e ajustes, foi muito opportuna essa reserva feita pelo Brasil. Tanto assim que, depois do Presidente da Conferencia ter declarado que tal reserva constaria da Acta da sessão e que os direitos do Brasil ficariam plenamente res salvados, a Delegação americana julgou opportuno manifestar-se a respeito, por intermedio de um de seus illustres membros, o Sr. Logan. Este leu uma declaração de calorosa adhesão e sympathia ao ponto de vista brasileiro, a qual foi logo acompanhada pelas Delegações de Portugal, da Rumania e da Servia.

Demais, o Accordo de Paris não é definitivo. Terá, sómente, a duração de quatro annos, e o Governo Brasileiro conseguiu, por meio dessa reserva, salvaguardar seu direito a proseguir, directamente com a Allemanha, as negociações tendentes a obter reparação por

damnos causados antes da belligerancia e resguardar sua liberdade de acção no que concerne á execução, por parte da Allemanha, do art. 263 do Tratado de Versailles, referente ao pagamento da differença de cambio do valor do deposito de café.

Todos os nossos direitos ficaram, assim, sufficientemente definidos e resalvados.

MISSÃO ESPECIAL NO URUGUAY

A repercussão que vieram a ter no Rio Grande do Sul os acontecimentos de São Paulo levaram-nos a prestar particular attenção aos graves inconvenientes que apresentava a frequente incursão de rebeldes nas divisas meridionaes do paiz.

Resolvemos, então, nomear Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial, junto ao Governo da Republica Oriental do Uruguay, o Deputado Federal Dr. Joaquim Thomaz Nabuco de Gouvêa

Já eram, então, frequentes as reclamações por parte dos moradores das zonas mais proximas da fronteira, tanto de um lado, como de outro.

Examinadas todas as reclamações, com grande cordialidade e mutuo empenho de harmonizar legitimos interesses, veio a ser firmado, em Montevideo, a 14 de janeiro ultimo, um Protocollo em que o Ministro do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Uruguay consignaram o resultado das conferencias havidas.

Congratulando-se pela harmonia de vistas patenteada no decurso dessas conferencias e reconhecendo que a melhor realização de tão amistosos propositos depende, tambem, de que se assegure a mais estricta reciprocidade de conducta, assim como de que se estabeleçam para isso preceitos claros e fixos, concordaram o Brasil e o Uruguay em celebrar, dentro do mais breve prazo possivel, um Convenio no qual, além de se affirmarem as regras a que as auctoridades de cada um delles deveriam ajustar seu proceder nos casos de alteração da ordem interna do outro Estado, se determinasse quando e sob que fórma cada Governo deveria proceder á internação dos chefes rebeldes e á concentração de forças revolucionarias que se encontrassem na zona fronteiriça.

Tal Convenio obedece a preceitos já consagrados sobre policia de fronteira, em caso de perturbação da ordem interna ou externa

que affecte ás zonas limitrophes; estabelece normas de proceder para as auctoridades da região convizinha ameaçada ou invadida; determina como proceder com as forças rebeldes internadas e regula a assistencia aos feridos e foragidos, tudo em obediencia a nobres principios humanitarios e a regras de bôa vizinhança e absoluta neutralidade.

Em breve, teremos a honra de submetter á vossa apreciação esse acto diplomatico que regula definitivamente assumpto de tanta relevancia.

CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO

Nosso grande empenho em que o Governo Brasileiro se fizesse bem representar nas grandes solemnidades realizadas no Perú, em dezembro do anno passado, em commemoração do primeiro centenario da batalha de Ayacucho, levou-nos a mandar a Lima uma Embaixada Especial, cuja chefia confiámos ao Deputado Federal Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva.

As relações de bôa amizade e cordial intelligencia, que unem a Nação Brasileira á nobre Nação Peruana, e a grandeza do feito historico a ser commemorado assim o exigiam. E temos a satisfação de participar-vos que a nossa representação desempenhou, cabalmente, suas altas funções, tendo occasião de receber do Governo e do povo peruano inequivocas provas de grande apreço e particular sympathia.

No dia 9 de dezembro, que fôra considerado, por decreto, feriado nacional no Brasil, em homenagem ao grande feito militar de Ayacucho, fomos á Legação do Perú, nesta Capital, para manifestar, pessoalmente ao Enviado Extraordindario e Ministro Plenipotenciario desse paiz vizinho e amigo, Dr. Victor Maurtua, a jubilosa participação do povo brasileiro e de seu Governo nas grandes solemnidades que o Perú estava a celebrar em commemoração do primeiro centenario dessa grande data historica da America.

OUTRAS MISSÕES ESPECIAES

Por occasião da posse do novo Presidente da Republica do Paraguay, Sr. Eligio Oyala, o Governo Brasileiro deu ao nosso Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Assumpção

credenciaes que o acreditaram no character de Embaixador em Missão Especial, para o effeito de comparecer áquella solemnidade. Com este acto quizemos dar uma prova da amizade que consagramos á nobre Nação Paraguaya, significar o grande apreço pessoal em que temos o seu illustre Presidente, assim como o interesse que nos despertam sempre todas as felizes manifestações de ventura e prosperidade desse paiz vizinho e amigo.

Por esse tempo, tambem, acreditámos no mesmo character de Embaixador em Missão Especial o nosso Ministro em Quito, para o effeito de comparecer á solemnidade da posse do novo Presidente da Republica do Equador, Sr. Gonçalo Cordova. Procurámos manifestar, por esse modo, a grande satisfação que o Governo Brasileiro tinha por um tão auspicioso acontecimento politico desse nobre paiz amigo.

Tivemos, igualmente, occasião de acreditar em Missão Especial o nosso Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Mexico, para o effeito de nos representar nas solemnidades a realizarem-se por occasião da posse do novo Presidente da Republica, General Plutarco Elias Calles. Os fortes e cada vez mais estreitos laços de amizade que nos ligam ao Mexico levaram-nos a procurar esse meio de manifestar o Governo Brasileiro a particular satisfação que lhe causava esse grande acontecimento politico e os votos que constantemente fazemos pela ventura e pela prosperidade do Mexico.

HOSPEDES ILLUSTRES

E'-nos muito grato participar-vos que o Governo continúa a receber e hospedar, cercando-as das maiores attentões, todas as personalidades estrangeiras de grande destaque, que procuram o nosso Paiz.

— Em março ultimo, tivemos a honra e o prazer da visita do Sr. Arturo Alessandri, Presidente da Republica do Chile. S. Ex. accitou a hospedagem que lhe offerecemos nesta Capital e foi, durante sua curta permanencia no Brasil, cercado sempre de todas as honras de Chefe de Estado e de muito particulares homenagens, não só por parte do Governo, como do povo brasileiro, que fez ao Presidente da grande Nação irmã o mais entusiastico acolhimento.

— Razões de ordem publica impediram que esta Capital fosse honrada com a presenca de Sua Alteza o Principe Humberto, da Italia.

Teve, no entanto, Sua Alteza ocasião de visitar, em setembro do anno passado, a capital do Estado da Bahia, onde permaneceu alguns dias, sempre cercado de todas as deferencias devidas á sua alta dignidade de Principe Herdeiro do Reino da Italia e justificadas pelos laços de amizade que ligam os nossos dois povos, cumprindo assignalar a grande sympathia pessoal que o nosso illustre hospede despertou nos brasileiros, deixando-nos felizes recordações.

Determinámos, então, que o couraçado *São Paulo* levasse á Bahia o Ministro das Relações Exteriores, que ahi foi, especialmente, apresentar a Sua Alteza as homenagens do Governo.

Por ultimo, folgamos em registrar aqui um agradecimento muito especial ao valioso concurso que o Governador da Bahia nos prestou nessa ocasião.

— Em novembro do anno passado, estiveram, nesta Capital e em São Paulo, os Srs. R. Enright, Chefe da Policia de Nova York, e James John Davis, Secretario do Trabalho dos Estados Unidos da America, os quaes foram cercados das atenções devidas aos seus altos cargos.

— Em janeiro deste anno, tivemos a satisfação de receber a visita de outro illustre cidadão norte-americano, o General John Pershing, que veio a bordo do couraçado *Utah*, dos Estados Unidos da America. S. Ex. foi alvo das maiores deferencias por parte do Governo e da sociedade brasileira e teve ensejo de receber expressivas manifestações do nosso grande apreço.

— Tambem em janeiro tivemos o prazer de acolher, por algumas horas, o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguay, Dr. Juan Carlos Blanco, quando passou pelo porto desta Capital, a caminho de seu paiz. O Governo prestou a esse illustre hospede todas as homenagens.

— Devemos uma referencia especial á gentileza de Sua Magestade Britannica mandando ao Rio de Janeiro uma divisão de sua Armada, na ocasião em que commemoravamos o anniversario de nossa Independencia. Commandava essa Divisão o Almirante Brand e compunham-na os cruzadores ligeiros *Delhi*, *Dragon*, *Danae*, *Dauntless* e *War Sudra*. Um contingente dessa força naval tomou parte no desfile militar com que festejámos a grande data.

Temos tanto maior prazer em registrar essa cortezia da nobre Nação amiga quanto queremos lembrar que, si o anno de 1922 foi o do Centenario de nossa Independencia, o de 1925 é, na verdade, o

do centenario da consolidação definitiva de nossa emancipação politica, pela terminação completa das luctas, a que ella dera logar, e pelo final reconhecimento da mesma por parte do Rei de Portugal, D. João VI, graças aos bons officios do grande Canning, que confiou essa delicada missão a Sir Charles Stuart, o habil negociador do Tratado de 29 de agosto.

— Participaram das festas commemorativas da proclamação da Republica, em 15 de novembro do anno passado, o navio escola da Marinha de guerra argentina, *Presidente Sarmiento*, e o cruzador da Marinha de guerra uruguaya, *Montevideo*. A' officialidade e á marinagem desses dois vasos de guerra foram dadas pelo povo e pelo Governo altas provas de apreço, de que participaram, fraternalmente, seus companheiros de armas de nossa Marinha de guerra.

Somos muito gratos á manifestação de amizade com que nos distinguiram, naquella data, as duas nações vizinhas.

FRONTEIRAS DO BRASIL

E conveniente chamar, de novo, a vossa esclarecida attenção para as condições em que ainda se acha a nossa linha de fronteiras.

Essa linha, que tem um desenvolvimento de mais de onze mil kilometros, não está devidamente definida, pois que, em alguns pontos, ainda não foi demarcada.

O facto de ainda termos regiões fronteiriças indivisas não é culpa do Governo Brasileiro, que prestou sempre grande attenção a esse problema, mas resulta de uma serie de circumstancias bem particulares, que nem sempre está ao nosso alcance demover convenientemente.

A solução de cada litigio de nossas fronteiras depende do animo em que esteja o Governo do paiz limitrophe, e o recente resultado, sobre limites com a Colombia, a que chegámos em Washington, e de que trataremos, especialmente, adeante, mostra bem quanto é, ás vezes, difficil encontrar solução para questões territoriaes, que na apparencia, nenhuma difficuldade revelam.

Cumpre, portanto, que o Governo esteja sempre muito attento ás variações desse problema e que nunca o deixe sem meios para realizar, logo que fôr possivel, a demarcação de cada um desses grandes trechos de fronteira, ainda não caracterizados definitivamente no terreno, por meio de marcos.

LIMITES COM A COLOMBIA

Em 24 de março de 1922, o Perú e a Colombia celebraram um Tratado de Limites, em virtude do qual a Colombia viria a ter o dominio dos territorios situados ao occidente da linha divisoria Apaporis-Tabatinga, linha esta fixada entre o Brasil e o Perú, em 1851, e demarcada em 1874.

Em o Tratado de Limites concluido pelo Brasil e pela Colombia, em 1907, esta ultima se reservou a faculdade de discutir connosco as suas antigas pretenções ao oriente brasileiro da referida linha de fronteira, na hypothese de vir a ter ganho de causa no seu velho litigio com o Perú, referente ao dominio da parte occidental da mesma linha. Nessas condições, o Tratado celebrado entre o Perú e a Colombia, em 1922, conjugado com o Tratado concluido pelo Brasil e pela Colombia, em 1907, vinha alterar uma velha situação adquirida, do Brasil, collocando sobre a mesa das negociações diplomaticas uma parte de nossa fronteira, creando-nos, assim, uma questão de limites.

Informado o actual Governo do Brasil, desde o inicio de sua administração, desse Tratado que os dois paizes vizinhos e amigos acabavam de firmar, julgou necessario e urgente, em defesa do interesse brasileiro ameaçado, fazer, a respeito, umas ponderações amistosas ao Governo do Perú. Assim agindo, o Brasil, seguro de seu direito, não se insurgia contra uma situação futura, por elle admittida em um tratado solemne. Sómente, essa situação futura só poderia ser creada por alguma decisão de ordem juridica, e não estabelecida por um tratado que é, não raro, apenas uma combinação de interesses.

A ininterrupta e já secular cordialidade de nossas relações com o Perú e o proceder de seu nobre Governo em outros casos com o Brasil constituíam uma solida segurança de que as ponderações do Governo Brasileiro seriam recebidas e examinadas em Lima, como effectivamente foram, com a mais perfeita isenção de animo.

Havendo tido esse assumpto de limites repercussão em Washington, julgou tambem o Governo do Brasil conveniente expôr ao Governo Americano o ponto de vista brasileiro. Os tres paizes interessados vieram, então, a comprehender que os bons officios de uma prestigiosa Nação amiga, como os Estados Unidos, poderiam conduzir todos a uma solução satisfatoria. Lucrava muito com isso

a boa causa da concordia e da fraternidade continental. As negociações proseguiram, já então, em Washington e a Colombia, animada do mais alto espirito de harmonia e de cordialidade, veio a formular, por intermedio dos Estados Unidos da America, propostas tendentes a um entendimento com o Brasil, que facilitasse a approvação e ratificação de seu tratado com o Perú. Nasceu, assim, a base de uma proposta conjuncta que o Secretario de Estado, Sr. Charles Evans Hughes, agindo como mediador, poudé submeter á apreciação dos tres paizes interessados. Essa proposta, elaborada dentro do espirito da mais ampla harmonia, foi acceita por todos e, em 4 de março ultimo, os representantes diplomaticos dos tres paizes em Washington firmaram uma acta do entendimento a que tinham chegado, em nome de seus respectivos Governos.

Ficou, assim, consignado que o Brasil retiraria, como retirou, as amistosas ponderações que apresentára sobre o Tratado de 24 de março de 1922, celebrado entre o Perú e a Colombia, desde que o Perú tomasse, como realmente tomou, o compromisso de não ajustar seus limites com a Colombia sem o previo reconhecimento da linha Apaporis-Tabatinga, tal como está descripta pelo Tratado de 1851, e, por conseguinte, o dominio brasileiro ao oriente dessa linha. Ficou, mais, estabelecido que, si a Colombia viesse a acceitar a referida linha divisoria, o Brasil se apressaria em firmar com ella um tratado, dando-lhe, á perpetuidade, livre navegação no Amazonas e outros rios communs a ambos os paizes.

A Colombia, por sua vez, declarou que, no caso do Tratado de 1922 ser approved e ratificado, concluiria immediatamente um tratado com o Brasil, reconhecendo a linha Apaporis-Tabatinga, desde que o Brasil lhe dêsse livre navegação perpetua no Amazonas e outros rios communs aos dous paizes.

Por fim, o signatario por parte do Perú declarou que seu Governo daria conhecimento dessa acta ao Congresso Peruano, recomendo-lhe a approvação do Tratado de 1922.

Chegaram, assim, a um feliz entendimento os tres paizes vizinhos e amigos, por mediação do Governo dos Estados Unidos da America, representado pelo Sr. Charles E. Hughes, então Secretario de Estado.

Por esse entendimento, o Brasil mantém definitivamente uma velha situação adquirida e evita uma futura questão de limites, sendo que a livre navegação no Amazonas, que nos compromettemos a

outorgar, constituía já um principio consagrado pelo Brasil em todos os pactos celebrados com os paizes ribeirinhos do Amazonas e de seus affluentes.

O Governo do Brasil não deve occultar, e o faz com especial agrado, que o feliz resultado dessas negociações foi devido, não só ao alto e seguro espirito diplomatico do Sr. Charles Evans Hughes, como tambem ao espirito de verdadeira cordialidade que nem um só momento deixou de animar os tres paizes interessados, revelando, em alto gráo, como tem progredido a noção da solidariedade, que deve constituir a base da politica do Continente em que vivemos.

LIMITES COM A GUYANA INGLEZA

Em novembro de 1901, o Brasil e a Grã-Bretanha chegaram, por fim, a firmar tratado, submettendo ao juizo arbitral de S. M. o Rei de Italia a questão de limites, que vinham sustentando, desde 1842, quando accordaram em neutralizar uma parte do territorio em litigio entre o Brasil e a Guyana Ingleza.

Na mesma data, os dois Governos firmaram uma declaração addicional a esse tratado, descrevendo toda a linha limitrophe na parte da região fronteira que não era litigiosa.

Como sabeis, o laudo arbitral sobre essa questão, proferido em junho de 1904, fixou uma linha de fronteira através do territorio em litigio, mas contém um erro geographico, segundo verificações no terreno, feitas por ordem do Governo Britannico, erro que deixou indecisos cerca de vinte kilometros de nossa região fronteira com a Guyana Ingleza.

O extremo septentrional da linha fixada pelo laudo de 1904 é o Monte Yakontipú, restando, portanto, que se delimite a região desse ponto para oeste, até o marco do extremo meridional da fronteira entre essa Guyana e a Venezuela, na serra Roraima, e ponto de convergencia das tres fronteiras.

O Governo Britannico solicitou a attenção do Governo Brasileiro para esse erro, que fôra motivado pela supposição de que o rio Cotingo nascesse no monte Yakontipú, quando, na verdade, nasce na serra Roraima.

Em 1911, o Governo Brasileiro submetteu ao exame do Governo Britannico um projecto de Convenção fixando limites nesse trecho de fronteira, de modo a resalvar as cabeceiras do Cotingo, e um pro-

jecto de tratado geral de limites, que abrangia as estipulações dessa convenção, do laudo arbitral e da declaração de 1901, definindo-se, assim, toda a nossa linha de fronteira com a Guyana Ingleza.

O Governo Britannico já tinha dado plenos poderes a seu representante diplomatico no Rio de Janeiro para firmar esses dois pactos, redigidos pelo Barão do Rio-Branco, quando julgou ainda conveniente formular algumas emendas em ambos, como resultado de observações que mandára fazer no terreno e no intuito de evitar uma duvida e de fazer uma correcção, de que, aliás, resultaria um ligeiro accrescimo de territorio para o Brasil.

O Barão do Rio Branco veio a fallecer dias antes da Legação Britannica no Rio de Janeiro transmittir ao Governo Brasileiro o teór das emendas propostas por seu Governo e, desde então, essas negociações, já tão bem encaminhadas, ficaram interrompidas.

Esperamos, no corrente anno, poder reencetal-as.

É urgente a fixação de toda a nossa extensa linha de fronteira com a Guyana Ingleza, para ficarmos habilitados a demarcal-a.

LIMITES COM A BOLIVIA

Já tivemos occasião de lembrar-vos que a demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolivia, segundo o Tratado de Petropolis, ainda não estava completa, por terem surgido algumas difficuldades para se realizar, no terreno, a linha de fronteira, tal qual é descripta nesse tratado.

Essas difficuldades, que a Commissão Mixta Demarcadora não tinha auctoridade para solver, por dizerem respeito á letra do tratado, a que estava adstricta em seus trabalhos, letra que não condizia com a exacta situação de certos accidentes geographicos, foram estudadas minuciosamente pelas duas Commissões, brasileira e boliviana, formadoras da Commissão Mixta, e submettidas á consideração de seus respectivos Governos.

Os dois Governos preferiram, no emtanto, sustar, por tempo indeterminado, os trabalhos dessa Commissão, em consequencia da guerra que acabava de irromper na Europa, adiando, assim, a solução dessas difficuldades, que eram: uma em relação á nascente verdadeira do rio Verde, na região de Matto Grosso, e outra relativa á linha de demarcação entre o Rapiirram e o igarapé Bahia, na região do Acre.

O assumpto já foi devidamente estudado e o Governo aguarda resposta ao Memorandum que o Ministerio das Relações Exteriores apresentou á Legação da Bolivia, nesta Capital, a respeito do trecho a demarcar na região acreana, para tambem submeter á sua apreciação mais dois: um sobre o trecho da fronteira em Matto Grosso e outro sobre a definitiva partilha de ilhas do Madeira, na parte em que esse rio é seguido pela linha limitrophe entre os dois paizes.

Reunindo, desse modo, os tres casos ainda pendentes de solução, para que seja, por fim, demarcada toda a fronteira estabelecida pelo tratado de 1903, ficam os dois Governos habilitados a resolver-os mais facilmente. Essas pequenas difficuldades, que os demarcadores encontram quasi sempre, só podem ser, na maioria dos casos, solvidas por meio de compensações equitativas de terreno nas regiões limitrophes e dizem respeito a áreas tão pequenas, ás vezes, que nem podem figurar nas cartas de conjuncto da Commissão Mixta, embora necessarias á rigorosa definição geodesica da linha de fronteira.

Esperamos que, no corrente anno, essas pequenas difficuldades sejam definitivamente solvidas.

LIMITES COM O PERÚ

Proseguiram, com grande aproveitamento, durante o anno passado, os trabalhos de campo e de escriptorio da Commissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, organizada em virtude do Tratado de 8 de setembro de 1909, que completou a determinação da fronteira entre os dois paizes.

Reunidas em Belém do Pará, a 29 de março do anno passado, as duas commissões, brasileira e peruana, deram inicio a seus trabalhos, estabelecendo as condições a serem observadas na determinação da nascente principal dos rios fronteiriços, em que iriam operar as quatro sub-commissões então organizadas pela Commissão Mixta.

A excessiva e imprevista vasante dos rios, que servem de meio de comunicação com a região da fronteira a demarcar, embaraçou bastante os trabalhos de campo da Commissão Mixta, mas não chegou a impedir que fossem, por fim, realizados proveitosamente.

Foi, assim, ultimada a difficil demarcação dos dois divisores de aguas entre o Purús e o Embira, tributario do Jurúa, e entre os da

bacia deste rio que correm para Oéste e para o Norte, de modo a ficarem do lado do Brasil as aguas do Tarauacá e do Embira, e do lado do Perú, as do Piqueyaco e do Torolhuc.

Foi demarcado todo o rio Breu e o paralelo da foz desse rio até sua intersecção com o Amonea, affluente do Juruá.

Só está, portanto, ainda dependendo de demarcação o trecho de fronteira que vae do *divortium aquarum* Ucayale-Juruá á nascente principal do rio Javary.

Os levantamentos realizados pela Commissão Mixta, até o fim do anno passado, elevam-se a cerca de 2.300 kilometros.

A fronteira demarcada, entre a nascente do Santa Rosa e a intersecção do paralelo da foz do Breu com o rio Amonea, contém 19 marcos, dos quaes seis inaugurados em 1923 e 13 no anno passado.

O trecho de fronteira a demarcar é de cerca de 350 kilometros, mas não apresenta, felizmente, as grandes difficuldades technicas que o trecho já demarcado offereceu. É de esperar, portanto, que, no anno corrente, os trabalhos da Commissão Mixta sejam activados, aproveitando-se convenientemente a circumstancia do Governo Peruano ter augmentado o numero de membros de sua commissão. Esta tem sempre operado com a nossa na melhor harmonia pessoal e perfeito accordo profissional, facilitando-se, assim, o bom andamento dos trabalhos.

LIMITES COM O URUGUAY

Tiveram regular andamento, durante o anno passado, os trabalhos da Commissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasileiro-Uruguaya, apesar das perturbações causadas, desde outubro, pelos acontecimentos militares a que nos temos referido.

Proseguiram, no emtanto, sem maiores difficuldades os trabalhos de triangulação geodesica da zona limitrophe e do respectivo levantamento topographico, em uma faixa de tres kilometros para cada lado da fronteira, ambos na direcção de Sant'Anna do Livramento.

A Commissão fez, mais, o reconhecimento e a construcção de signaes e terminou o deslinde da demarcação de uma faixa de fronteira, entre a cidade brasileira de Sant'Anna do Livramento e a cidade uruguaya de Rivera, em cumprimento do que fôra accordado pelos dois Governos, Brasileiro e Uruguayo, louvando-se em uma

proposta feita pelos Delegados-Chefes de suas respectivas commissões.

Para isso, foi preciso demolirem-se mais de quarenta construcções, que estavam dentro da faixa de fronteira a ser caracterizada, e recuarem-se os muros de oito terrenos, construindo-se, então, ao longo da linha de fronteira, fixada ao centro dessa faixa, onze marcos e tres signaes immersos, ficando estes em pontos de grande transito de vehiculos, na via publica que liga as duas cidades fronteiriças.

Os trabalhos de escriptorio proseguiram com a mesma regularidade e a Commissão Mixta poude conferir as operações de campo e combinar o methodo e as regras a adoptar para o traçado graphico da carta commum da fronteira caracterizada.

PONTE SOBRE O RIO JAGUARÃO

Como já tivemos occasião de vos informar, os editaes de concorrência para a construcção da ponte internacional sobre o rio Jaguarão, obra que será levada a effeito em virtude de estipulações do Tratado de 22 de julho de 1918, entre o Brasil e o Uruguay, começaram a ter publicidade, no Rio de Janeiro e em Montevidéo, a 2 de abril do anno passado, abrindo um prazo de quatro mezes para o recebimento de propostas.

Julgámos, depois, conveniente que o Governo Brasileiro propuzesse ao do Uruguay a prorrogação desse prazo e os dois Governos vieram a accordar que, em vez de findar a 2 de agosto, elle fosse dilatado até 15 de setembro.

Nessa data, reunida em Montevidéo a Commissão Mixta executora do tratado acima referido, receberam-se cinco propostas, as quaes foram devidamente examinadas, tendo-se verificado que nem todas satisfaziam bem a certas clausulas do edital.

Os dois Governos, louvando-se no parecer de seus respectivos Altos Commissarios, preferiram annullar a concorrência e publicar novos editaes, em identicas condições, a partir do dia 14 de março ultimo, e durante o prazo de tres mezes.

COMMISSÃO FERROVIARIA TRANSCONTINENTAL

Para attender a resoluções votadas na 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, sobre a Estrada de Ferro Pan-Americana, de que se occupou, tambem, o Congresso de Enge-

nharia, realizado nesta Capital, em setembro de 1922, e dar, assim, proseguimento ao programma ferroviario brasileiro, iniciado com a construcção da E. F. Noroeste do Brasil, decidimos applicar os credits, que julgastes conveniente dar ao Governo para esse fim, em trabalhos preliminares de estradas de ferro na região fronteira com a Bolivia.

Os estudos feitos no terreno pelo Professor Luiz E. Bousquet, durante suas viagens de 1921 a 1923, através da Bolivia, desde La Paz ás margens do Paraguay, serviram para verificação das condições topographicas das regiões preferiveis para o prolongamento da E. F. Noroeste do Brasil, até Santa Cruz de la Sierra, no este boliviano, já bem perto dos Andes, a uns seiscentos e noventa kilometros de Porto Esperança, actual ponta dos trilhos da Noroeste, á margem esquerda do Paraguay e a mil setecentos e noventa kilometros do porto de Santos.

Com esses elementos, pareceu-nos opportuno organizar uma commissão de estudos, sob a chefia desse mesmo professor.

As más condições dessa baixa região, desprovida de agua potavel, quasi deshabitada e sem recurso algum, tornaram muito difficil o aparelhamento da Commissão e o alliciamento de trabalhadores, que viessem auxiliar o pessoal technico em tão arduos trabalhos.

As inundações periodicas dos pantanos do Rio Paraguay, tornando certos trechos quasi intransponiveis e muito insalubres, levaram a Commissão a organizar um serviço prophylactico e sanitario sob a orientação do Instituto Oswaldo Cruz.

Os relatorios e graphics, reunidos pela Commissão nos archivos dos Ministerios do Exterior, da Viação, da Marinha e da Guerra, e do Club de Engenharia, bem como os de grande valor que o Professor Bousquet trouxera da Bolivia, permittiram, logo, conclusões, que reduziram de muito as tentativas a emprehender, fixando a directriz geral dos estudos no rumo 53° N. O., que, partindo de Porto Esperança, vae em direcção das cercanias de Sant'Ana, pequeno povoado na Bolivia, a uns cento e oitenta kilometros além do rio Paraguay.

Iniciado, em dezembro, o levantamento, segundo essa directriz, e estudadas as variantes que as condições topographicas do terreno apresentam, já foram levantados mais de sessenta kilometros até quasi a fronteira boliviana, além de outros levantamentos que se fizeram no intuito de se alcançar esse ponto, através região mais adequada a trabalhos ferroviarios.

O Governo procura, assim, estudar o melhor meio de ligar a rêde ferrea do Brasil á da Bolivia, o que importará em fazer tambem a ligação das estradas de ferro brasileiras com as peruanas, chilenas e argentinas, realizando, no sul do continente, a grande obra a que se propõe a projectada Estrada de Ferro Pan-Americana e satisfazendo, ao mesmo tempo, muito legitimos desejos, manifestados pelo Governo Boliviano, de approximar o seu grande centro de cultura do éste boliviano, Santa Cruz de la Sierra, da margem do rio Paraguay, onde já chegaram os trilhos da Noroéste do Brasil.

6ª CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Reuniu-se, em Genebra, de 1º de junho a 5 de julho do anno passado, a 6ª Conferencia Internacional do Trabalho, da qual participou o Brasil, tomando os nossos representantes parte activa nos debates.

As periodicas reuniões dessa Conferencia, estabelecida pelo art. 400, parte XIII, do Tratado de Versailles, têm despertado crescente interesse.

Parte da materia estudada não teve interesse para a delegação do Brasil, por se referir á adopção de leis e regulamentos já incorporados á legislação nacional, como sejam a egualdade de tratamento entre trabalhadores nacionaes e estrangeiros e o regimen de oito horas.

O grave problema da lucta contra a falta de trabalho, que se observa em alguns paizes industriaes da Europa, cujos desoccupados já se avaliam em treze milhões, tem interessado muito a Organização Internacional do Trabalho, que procura dar-lhe solução definitiva, tendo, para isso, a collaboração da Organização Economica e Financeira, da Liga das Nações.

Infelizmente, o assumpto foi muito debatido na Conferencia, mas não alcançou solução. Parece que a solução natural seria encaminhar para os paizes immigratorios e de salario remunerador, como o Brasil, esses operarios sem trabalho, comtanto que elles viessem sem outro compromisso official de nossa parte, além da garantia e da protecção muito liberalmente asseguradas pelas leis do paiz.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EMIGRAÇÃO E IMMIGRAÇÃO DE ROMA

Reuniu-se, em maio do anno passado, na cidade de Roma, a Conferencia Internacional, convocada pelo Governo Italiano, para

estudar, sob o ponto de vista exclusivamente tecnico, varios problemas attinentes ao estabelecimento de principios e á fixação de criterios sobre emigração e immigração, como bases para a negociação de convenções bi-lateraes a esse respeito

O Governo Brasileiro fez-se representar por uma delegação presidida pelo Dr. James Darcy.

Coube ao Chefe da delegação brasileira presidir aos trabalhos da 3ª Commissão, que devia estudar os problemas relativos á adaptação da mão de obra estrangeira ás condições dos paizes de immigração e á collaboração technica entre os serviços dos paizes de emigração e de immigração.

A Conferencia adoptou uma resolução incitando os paizes interessados a uniformizarem suas disposições sanitarias sobre emigração e immigração, visando a preparação de um codigo sanitario internacional de emigração, além de outras relativas á protecção dos emigrantes quanto a transporte ferroviario e maritimo, e medidas tendentes a ministrar aos emigrantes noções elementares de asseio pessoal e hygiene domestica, tendo recusado a proposta italiana sobre intervenção de inspectores sanitarios a bordo de navios estrangeiros.

A Conferencia recommendou a installação de asylos e hospedarias de emigrantes e immigrantes e adoptou, tambem, as resoluções propostas pela Commissão Consultiva da Liga das Nações para a repressão do trafico de mulheres e creanças e prohibição de alliciamiento de emigrantes, regulando, em projecto, a collaboração entre os serviços technicos dos diversos paizes interessados, dispondo sobre o recrutamento colectivo de emigrantes e adoptando principios muito debatidos, que provocaram bastantes abstenções, attinentes á constituição de um Estatuto do Emigrante.

Esses informes bastam para patentear que a Conferencia mais cuidou de zelar pelo emigrante do que de acautelar os interesses dos paizes immigratorios, que não podem nem devem crear para os trabalhadores immigrantes uma situação privilegiada, que os torne, de qualquer sorte, mais protegidos do que o trabalhador nacional.

É claro que um paiz cujas culturas agricolas facilitem a entrada de trabalhadores adventicios, que voltam ao paiz de origem mal recolhem o producto da colheita do anno, precisará adoptar medidas que, entretanto, não têm applicação no Brasil, cujas culturas, mais difficeis, exigem continuo trabalho do agricultor.

O problema immigratorio no Brasil é, portanto, sempre de facil resolução, desde que os paizes emigratorios não tentem estender a protecção aos seus nacionaes além da justa medida que a bôa doutrina do Direito internacional consagra.

As resoluções, declarações e votos formulados pela recente Conferencia de Roma contêm principios, mais ou menos explicitamente formulados, que visam, de certo modo, a legislação dos paizes immigratorios. Isso explica o grande numero de abstenções registradas, quando os assumptos debatidos na Conferencia foram sujeitos a votação em plenario.

A politica do Governo Brasileiro em materia de immigração ainda não sorffeu alteração alguma, desde seu inicio, e nada aconselha a que mude, agora, sua directriz.

As possibilidades do Brasil são innumeradas, em todos os ramos da actividade humana; as leis brasileiras consagram os mais nobres e adeantados principios de Direito e devem bastar aos que vierem cooperar comnosco no nosso progresso.

7ª CONFERENCIA SANITARIA PAN-AMERICANA

Reuniu-se, em Havana, de 5 a 15 de novembro do anno passado, pela setima vez, a Conferencia Sanitaria Pan-Americana, de cujos trabalhos têm, sempre, participado representantes do Brasil.

Compareceram a essa Conferencia delegações de 18 paizes, além do representante da Officina Sanitaria Pan-Americana, de Washington, e de um delegado da Secção de Hygiene da Liga das Nações.

A Conferencia tratou, principalmente, dos seguintes assumptos, todos de grande interesse: codigo sanitario, estudo das doenças endemicas e epidemicas, questões de hygiene social e de drogas e alimentos.

Foram objecto de consideração a lucta contra a tuberculose, experiencias prophylacticas contra o impaludismo e investigações sobre a anquilostomiase, tendo sido discutido e adoptado um Codigo Maritimo Sanitario Internacional, cujo projecto fôra submettido á Conferencia pela Officina Sanitaria Pan-Americana, de Washington, em obediencia a uma Recommendação da 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile.

Os representantes do Brasil tomaram parte activa na discussão, no sentido de harmonizar esse projecto com a legislação brasileira

correspondente e que, na verdade, consagra os mais adeantados principios sobre o assumpto.

Despertaram grande interesse as memorias, relatorios e exposições oraes que os nossos representantes fizeram em diversas commissões a respeito de cada um dos principaes serviços sanitarios do Departamento Nacional de Saúde Publica do Brasil, interesse que foi ao ponto de provocar, nas respectivas commissões, manifestações de apreço, que produziram, por fim, um voto de louvor ao Governo Brasileiro, proposto e unanimemente approved em plenario.

A sessão de encerramento da Conferencia realizou-se a 15 de novembro e foi presidida por S. Ex. o Senhor Alfredo Zayas, Presidente da Republica, que, ao iniciar seu discurso, dando por encerrados os trabalhos, pediu a todos os presentes que, em homenagem á grande data nacional brasileira, celebrada naquella dia, se puzessem de pé e todos se levantaram, secundando, com uma forte salva de palmas, essa grande manifestação de sympathia ao Brasil.

É-nos grato consignar aqui o grande apreço com que o Governo Brasileiro recebeu essa alta prova de fraternidade continental, dada por S. Ex. o Senhor Presidente da Republica de Cuba, assim como a satisfação que teve por vêr, mais uma vez, devidamente apreciado seu constante esforço a bem da saúde publica.

COMISSÃO INTER-AMERICANA DE COMUNICAÇÕES ELECTRICAS

As Resoluções adoptadas pela 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, trataram da regulamentação das communicações electricas no Continente, segundo principios geraes, então formulados, e estabeleceram uma Commissão Inter-americana de Communicações Electricas, composta de tres delegados de cada Estado membro da União Pan-Americana e ficando esta encarregada de estudar os meios de estabelecer a cooperação desses Estados.

A Commissão, assim creada, veio a realizar sua primeira sessão na cidade do Mexico, a 27 de maio do anno passado, constituida por quatorze delegações, inclusive a do Brasil.

A Resolução da Conferencia de Santiago, que dera origem a essa commissão, determinava o estudo de uma convenção que estabelecesse equidade e proporcionalidade nas tarifas e uniformidade nas regras sobre communicações electricas internacionaes, entre as quaes seriam incluidas a communicação radiotelegraphica, os cabos

submarinos, as linhas telegraphicas terrestres e as linhas telephonicas terrestres e submarinas.

Por isso, foi preliminarmente estabelecido, depois de prolongados debates, que a Commissão formularia uma só convenção, abrangendo todas a sorte de communicações electricas.

A redacção final dessa convenção foi, por fim, adoptada, assim como as duas Resoluções, tambem formuladas pela Commissão, para que se celebre no Rio de Janeiro, durante o anno corrente, uma Conferencia Inter-americana encarregada de redigir e approvar o regulamento de serviço a que se refere essa convenção e para que sejam presentes aos Governos interessados e á mesma Conferencia os projectos de regulamento formulados nessa reunião do Mexico.

A Commissão encerrou seus trabalhos a 21 de julho do anno passado.

Julgamos conveniente chamar vossa attenção, sempre esclarecida, para a convenção, que ficou formulada, sobre communicações electricas.

CONGRESSO AMERICANO DA CRENÇA

Esteve reunido, em Santiago do Chile, de 12 a 19 de outubro do anno passado, o 4º Congresso Americano da Crença, em que o Brasil se fez representar.

A delegação brasileira participou, activamente, dos debates e seus membros tiveram um acolhimento que muito nos desvanece.

CONGRESSO SCIENTIFICO PAN-AMERICANO

Por occasião de se realizarem, em Lima, no mez de dezembro ultimo, as grandes solemnidades commemorativas do 1º Centenario da Batalha de Ayacucho, esteve reunido, nessa Capital, o 3º Congresso Scientifico Pan-Americano, ao qual compareceu o Brasil.

Os delegados brasileiros tomaram parte na discussão dos interessantes themas submettidos á apreciação da Conferencia e tiveram a satisfação de agradecer as muitas provas de apreço que lhes foram, pessoalmente, dispensadas, assim como as homenagens espezias prestadas ao nosso paiz.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DO ENSINO SECUNDARIO

Esteve reunido, em Varsovia, de 27 a 30 de agosto do anno passado, um Congresso Internacional, promovido pelo Governo da Polonia, de professores do ensino secundario.

Não nos foi possivel mandar, especialmente, um de nossos competentes profissionaes a essa importante reunião, mas, desejando não deixar de corresponder ao convite, designámos para nosso representante o Ministro do Brasil em Varsovia.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Esteve reunido, em Stockholm, de 4 de julho a 28 de agosto do anno passado, o 8º Congresso da União Postal Universal.

O Governo Brasileiro fez-se representar nessa reunião internacional e os actos que os seus plenipotenciarios julgaram de conveniencia assignar já foram submettidos á vossa approvação.

ASSOCIAÇÃO DE DIREITO INTERNACIONAL

A Associação de Direito Internacional, cujos estudos têm sido tão proveitosos ao aperfeiçoamento da materia de que se occupa com tanta proficiencia, realizou sua 33ª Conferencia, em Stockholm, de 9 a 13 de setembro do anno passado.

O Brasil compareceu a essa reunião, havendo o nosso representante, que tomou parte activa nos debates, sido eleito Vice-Presidente da Conferencia.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO OPIO

A excessiva producção de opio e de outros toxicos está a exigir, urgentemente, medidas que a restrinjam, assim como leis que fiscalizem a respectiva offerta, limitando-a unicamente a fins medicinaes.

No intuito de se conjugarem esforços nesse sentido, a Liga das Nações promoveu a reunião, em Genebra, no fim do anno passado, de uma Conferencia Internacional do Opio, á qual compareceu o Brasil.

Não somos paiz productor dessas drogas. Nossas leis sobre sua importação e seu emprego são bastante rigorosas. Entretanto, a experiencia está a demonstrar que só uma acção conjuncta de todos os Governos interessados no cerceamento da producção desses toxicos e na fiscalização de seu emprego póde dar resultado apreciavel.

Os representantes do Brasil acompanharam, com bastante attenção, os debates e tiveram ensejo de expor á assembléa os dispositivos de nossa legislação sanitaria, que é das mais adeantadas e que, por certo, ainda mais se adeantarás, quando tiverdes occasião de conhecer as conclusões finaes dessa Conferencia de notavel interesse scientifico e social.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL

Iniciou seus trabalhos, a 26 de outubro do anno passado, o Congresso sobre Economia Social, promovido pelo Governo Argentino e a que compareceram representantes de 38 paizes da America, Europa e Oceania, inclusive o Brasil.

O programma foi repartido por secções, sobre: museus sociaes e instituições congeneres, questões operarias, hygiene social, ensino, questões agrarias e estatistica social.

A Conferencia tratou, detidamente, dos principaes themas de seu vasto programma e os delegados do Brasil, participando sempre dos debates, puderam realçar que a nossa legislação sobre trabalho, quanto a accidentes, duração de serviço e outros pontos, consagra os mais adeantados principios e está, novamente, sujeita a exame, para ser ainda aperfeiçoada. Dahi, não ter tido nossa delegação difficuldade em approvar as conclusões formuladas pela Conferencia.

Cumpre-nos, no emtanto, chamar a vossa esclarecida attenção para a materia votada nessa Conferencia Internacional, a qual facilitarás, por certo, a vossa tarefa, em questões de legislação economico-social.

Desvaneece-nos poder noticiar que o Governo Brasileiro alcançou, unanimemente, nessa Conferencia, um voto de louvor, formulado pelo Presidente da secção de legislação operaria, depois da exposição synthetica feita por um dos delegados brasileiros, o Dr. Lemos Britto, sobre nossa legislação social.

CONGRESSO DE MEDICINA E PHARMACIA MILITARES

Reuniu-se, de 20 a 25 do mez passado, em Paris, o Congresso de Medicina e Pharmacia Militares a que compareceram delegados do Brasil, designados para esse effeito pelo Ministerio da Guerra.

É de esperar que a delegação tenha desempenhado, plenamente, suas funções e aproveitado os ensinamentos proporcionados por essa reunião.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAPHIA

Realizou sua reunião no Cairo, em abril ultimo, o Congresso Internacional de Geographia, em que o Brasil se fez representar por seu Ministro junto ao Governo do Egypto.

Logo que fôr informado sobre as conclusões a que chegou esse Congresso scientifico, dellas daremos conhecimento ás repartições e instituições a que interessem.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA MALARIA

Reuniu-se em Roma, o mez passado, o 1º Congresso Internacional da Malaria, no qual o Brasil se fez representar e cujas conclusões finaes ainda não são convenientemente conhecidas.

OUTROS CONGRESSOS, CONFERENCIAS E EXPOSIÇÕES INTERNACIONAES

Continuamos a receber convites para que o Brasil se faça representar em congressos, conferencias e exposições internacionaes, a se realizarem este anno e nos seguintes mais proximos.

Entre muitos, convém consignar os seguintes, para 1925: 7º Congresso Medico Latino-Americano, no Mexico, de 3 a 20 de maio; Congresso de Estradas de Ferro, em Londres, a 22 de junho; 12º Congresso Internacional de Agricultura, em Varsovia, entre 21 e 24 de junho; Congresso Pedagogico Americano, em Santiago do Chile; 2º Congresso Odontologico Latino-Americano, em Buenos Aires, em outubro; 4º Congresso Internacional de Construcção e Trabalhos Publicos, em Paris, em junho; Congresso da União Telegraphica, em Paris; 21º Congresso Internacional de Americanistas,

em Gothemburgo, de 20 a 25 de agosto; Conferencia Inter-parlamentar, em Washington, de 1º a 6 de outubro; Exposição Universal de Odontologia, em Buenos Aires, em outubro; Congresso Internacional Penitenciario, em Londres, em agosto; Congresso de Medicina Legal e Social, em Bonn s/o Rheno, em setembro; Congresso das Associações Portuguezas e Hespanholas para avanço das sciencias, em Coimbra, em junho; 4º Congresso Internacional Medico sobre accidentes de trabalho e doenças profissionaes, em Amsterdam; Congresso de Oleoculturas, em Madrid e Sevilha, em novembro; Certamen Scientifico Literario Pan-Americano, em Buenos Aires, em outubro; Conferencia Sanitaria Internacional, em Paris, em outubro; Conferencia Pan-Americana de Estradas de Automoveis, em Buenos Aires, em maio, e Exposição de Material Didactico, em Florença, nesse mesmo mez.

PRESIDENCIA DE TRIBUNAES NO ESTRANGEIRO

Com grande satisfação, concedemos ao Consultor Geral da Republica, Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, licença para acceitar a honrosa incumbencia de presidir o tribunal mixto que o Mexico e os Estados Unidos da America acabavam de estabelecer, para a liquidação de suas reclamações motivadas por movimentos revolucionarios no primeiro daquelles paizes.

É muito desvanecedor para os nossos cultores do Direito e nos faz honra que esses dois paizes amigos tenham encontrado em um professor e jurisconsulto brasileiro os predicados indispensaveis ao exercicio das delicadas funções de presidente desse tribunal.

Egual convite recebeu o Dr. Rodrigo Octavio para presidir o tribunal de liquidação de reclamações entre o Mexico e a França.

EXPOSIÇÃO

RELAÇÕES INTERNACIONAES

São cada vez melhores as relações que o Brasil vem mantendo com todas as nações civilizadas, a maior parte das quaes tem acreditada junto ao Governo Brasileiro representação diplomatica, que forma, na capital do paiz, o segundo circulo diplomatico do continente e um dos maiores da actualidade.

Esse é um indice bem seguro do grande interesse que o Brasil desperta no convivio internacional por seu brilhante passado e promissor futuro, e que o governo actual, assim como seus honrados predecessores, tem procurado sempre pôr em destaque, procedendo em suas relações exteriores com a lealdade e a rectidão, que tão bem caracterizam a diplomacia brasileira.

LIGA DAS NAÇÕES

DELEGAÇÃO PERMANENTE

Pelo Decreto n. 16.412, de 13 de Março de 1924, foi creada, em Genebra, uma representação permanente junto á Liga das Nações, a qual deveria ser organizada segundo Instrucções especiaes, que logo baixaram com o Decreto n. 16.496, de 28 de Maio do mesmo anno.

Por essas Instrucções, a Delegação do Brasil junto á Liga ficou constituida por um chefe, com a categoria de embaixador, que tem, a mais, os encargos de representar o paiz no Conselho Executivo, presidir a representação nacional ás assembléas e ser o principal órgão de ligação entre o Governo Brasileiro e o Secretariado Geral, auxiliado por um delegado adjuncto, escolhido entre os ministros residentes, como imme-

diato auxiliar e substituto eventual do chefe da Delegação, quando este não propuzer ao Governo a designação de outro para tal fim, e delegado ás assembléas, além de dous secretarios e de cinco assessôres technicos.

As referidas Instrucções tratam da composição e da séde da Delegação, do regimen de trabalho, das attribuições do pessoal, das férias e licenças e, por fim, de disposições geraes, que determinam sobre materia complementar e necessaria ao bom funcionamento da Delegação de Genebra.

De conformidade com as referidas Instrucções foram então preenchidos os cargos dessa Delegação Permanente, que pouco tempo depois iniciou muito proficuo trabalho.

O Dr. Mello Franco partiu logo a assumir o seu posto em Genebra, onde chegou a 13 de Julho do anno passado.

Nos termos do artigo 8º das Instrucções, deu então posse a dous membros da Delegação, os Srs. Major Estevão Leitão de Carvalho, assessor militar, e Dr. Affonso Bandeira de Mello, assessor technico para questões referentes ao trabalho, os quaes já o aguardavam ahi.

Dias depois chegaram a Genebra e foram devidamente empossados os Srs. Ministro Frederico de Castello Branco Clark, delegado adjuncto, e Elizeu da Fonseca Montarroyos, assessor technico para questões sobre transito e communicações. O Sr. Sylvio Rangel de Castro, 2º secretario de Legação, já designado anteriormente para exercer suas funções junto á Liga, tambem se apresentou ao Sr. Mello Franco e continuou em exercicio. O Sr. Contra Almirante A. C. de Souza e Silva fôra nomeado delegado naval junto á respectiva commissão technica da Liga por decreto de 6 de Julho do anno anterior e tambem continuou em exercicio. Pouco depois tambem se apresentou e tomou posse de seu cargo de primeiro secretario da Delegação o Primeiro Official da Secretaria de Estado, Sr. Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.

A Delegação compõe-se de nove membros, nos termos das Instrucções, mas os serviços a seu cargo têm tomado tão grande vulto, em consequencia do rapido desenvolvimento dos multiplos trabalhos realizados pela Liga das Nações, que logo

se fez sentir certa deficiência de pessoal para exame e encaminhamento da correspondencia da Delegação com o Secretariado Geral, a Repartição I. do Trabalho e este Ministerio, de modo a permittir que o serviço especialmente da Delegação seja o mais rapido possivel, como o exigem muitas vezes certos assumptos em andamento.

O relatorio que, nos termos da letra *i* do Artigo VII das Instrucções, o Delegado Chefe apresentou sobre os trabalhos da Delegação Permanente durante o periodo de 13 de Julho a 31 de Dezembro do anno passado, o qual se acha reproduzido no Annexo A do presente Relatorio, expõe circumstanciadamente o inicio e a marcha desses trabalhos, assim como a sua grande proficuidade.

Nesse documento, o Dr. Mello Franco salienta que todos os funcionarios sob sua alta chefia cumpriram sempre com zelo e intelligencia os seus deveres, tendo os Srs. Contra-Almirante Souza e Silva e Major Leitão de Carvalho apresentado relatorios sobre as questões militares, navaes e aereas da Commissão Consultiva Permanente a seu cargo, e, igualmente, os Srs. E. Montarroyos sobre communicacões e transito, Barbosa Carneiro sobre assumptos economicos e financeiros, e Bandeira de Mello sobre questões sociaes e humanitarias, trabalhos cuja parte essencial tambem se acha reproduzida no Annexo A deste Relatorio.

CONSELHO EXECUTIVO

Em virtude das Instrucções que crearam a Delegação Permanente em Genebra, cabe ao Chefe da Delegação representar o Brasil no Conselho Executivo da Liga das Nações.

O Sr. Mello Franco entrou logo em exercicio dessas funcções, tendo comparecido a todas as reuniões privadas ou secretas das sessões ordinarias e extraordinarias que o Conselho realizou, a partir da XXX e participado activamente dos debates, em que foram discutidas, além de outros assumptos de menor vulto, questões relativas aos Estados Balkanicos, quasi todas

em consequencia de estipulações do Tratado de Versailles, á defesa das Minorias, á execução de Mandatos e á Delimitação territorial dos Estados de *post-bellum*, cujas fronteiras nem sempre foram convenientemente descriptas pelos respectivos tratados.

Durante o periodo comprehendido pelo presente Relatorio realizaram-se as seguintes reuniões do Conselho:

XXIX sessão — Realizou o Conselho, em Junho do anno passado, sua vigesima nona sessão, em que se occupou de alguns assumptos de real interesse. Coube ao Sr. Embaixador L. M. de Souza Dantas representar o Brasil nessas reuniões, de cujos debates participou.

Foram, então, submettidos a exame assumptos de ordem financeira e administrativa da L. N. e relatorios do Delegado Sr. Nansen sobre refugiados russos. A esse respeito, o Sr. Souza Dantas externou a opinião de que poderiam ser, com proveito, consultadas as delegações dos differentes paizes presentes á Conferencia de Emigração e Immigração de Roma, cujos trabalhos acabam de se encerrar.

Muitas dessas delegações de outros continentes ainda estavam na Europa e seria possivel ainda consultal-as, especialmente as do Brasil e do Uruguay. Quanto á absorpção immediata de refugiados por parte do Brasil, seria necessario levar em conta os compromissos que o Governo Brasileiro já tivesse tomado a respeito de immigração.

O Presidente agradeceu, então, ao Sr. Souza Dantas a sugestão, que seria tomada no devido apreço.

Em subsequente reunião, o mesmo Representante do Brasil leu seu relatorio sobre colonos allemães na Polonia e convidou o Conselho a tomar conhecimento do accôrdo feito entre o Governo Polaco e o Comité do Conselho, sobre a entrega de uma somma global dada por esse Governo a titulo de indemnização aos referidos colonos. Agradeceu então a Lord Phillimore e ao Conde Bonin-Longars, membros do Comité, assim como ao Capitão Phillimore e aos Membros da Secretaria Srs. Colban e Postug, o valioso auxilio que lhe tinham prestado nesses negocios.

O Conde Skrzynski agradeceu, em nome do Governo Polaco, ao Sr. Souza Dantas e demais membros e colaboradores do Comité e felicitou-os pela feliz solução que deram á pendencia.

Lord Parmoor, representante da Grã-Bretanha, depois de interrogar um dos membros do Comité, para apreciar as razões do accôrdo conseguido, felicitou o Conselho pela liquidação de uma tão difficil pendencia.

Em seguida, o Sr. Léon Bourgeois realçou as difficuldades que o Comité precisou vencer para chegar a uma solução equitativa nesse delicado caso de colonos allemães na Polonia e disse que interpretava, certamente, o sentir de todo o Conselho, agradecendo ao Sr. Souza Dantas o devotamento, a alta moralidade e a alta equidade de que o Representante do Brasil fez emprego para conseguir uma plena distribuição de justiça. E terminou dizendo que o Sr. Souza Dantas se achava então animado do proprio espirito da Liga das Nações.

O Representante do Brasil agradeceu, emocionado, as palavras que, primeiro, lhe tinha dedicado o Visconde Ishii e, depois, o Sr. Léon Bourgeois, dizendo não esperar tão valiosa recompensa a seus modestos serviços. Disse, então, que o Sr. S. Rangel de Castro, da Delegação Brasileira, o tinha auxiliado muito, terminando por manifestar seu profundo reconhecimento em nome do Brasil e de seus collegas do Comité.

Em seguida, tratou-se dos casos de aquisição da nacionalidade polaca, de que o Sr. Souza Dantas era tambem relator.

O Representante do Brasil leu então seu relatorio a respeito, o qual foi logo submettido a debate e, por fim, approvedo, assim como propostas e declarações complementares formuladas nessa occasião.

Depois de uma semana de continuos trabalhos, o Conselho encerrou essa reunião, em que tambem tratou da reconstituição financeira da Austria e da Hungria, do *contrôle* militar, além das questões sobre refugiados russos e armenios, desarmamento, fronteiras e minorias.

XXX sessão — Representou o Brasil nesta sessão o Sr. Dr. Afranio de Mello Franco, já no exercício de seu cargo de chefe da Delegação Permanente junto á Liga das Nações.

Na ultima sessão, o Representante do Brasil leu seu relatorio e um projecto de resolução sobre “Acquisição da nacionalidade polaca”, complementar do apresentado em Junho pelo Sr. Souza Dantas, então representante do Brasil junto ao Conselho.

Tratou-se, então, de aguardar um accôrdo completo sob a fôrma de convenção, tendo o presidente plenos poderes para estatuir sobre as questões em litigio, na qualidade de arbitro. Já nessa época, o Representante do Brasil havia participado que as duas partes tinham entrado em accôrdo e que o processo arbitral seria iniciado simultaneamente.

Essas negociações terminaram em 30 de Agosto, por um accôrdo entre os dois Governos e pela assignatura de uma convenção, que regulou as differentes questões em litigio, sob a base da sentença arbitral dada a 10 de Julho. Ficou estabelecido que a troca das respectivas ratificações se daria antes de 1º de Dezembro do mesmo anno.

O Sr. Mello Franco, á vista do resultado obtido, propoz que o Conselho tomasse conhecimento do relatorio que estava a apresentar, que felicitasse o Governo Polaco e o Governo Alemão pelo accôrdo realizado e que agradecesse ao Sr. Georges Kaeckenbeek, presidente do Tribunal Arbitral da Alta Silesia, ter aceitado as funções de mediador e arbitro nessas pendencias.

O Representante da Polonia tomou então a palavra e, entre os agradecimentos que fez ao Conselho pela solução dessas questões, disse que “não poderia terminar sem exprimir a mais viva gratidão do Governo Polaco ao Sr. Souza Dantas que, na qualidade de relator, nunca cessou de offerecer aos representantes polacos, durante muitos mezes, o concurso precioso de toda a sua competencia e de suas raras qualidades, afim de achar o melhor caminho para a solução da questão que acabava de ser definitivamente encerrada”.

Na 13ª sessão, o Sr. Mello Franco leu seu relatorio sobre “Protecção das minorias: Garantia da Liga das Nações

em relação ás estipulações contidas nos artigos 1 a 15 do Tratado de Sèvres entre as principaes Potencias Alliadas e a Grecia”.

Esse relatorio, depois de estudar a questão sob todos os seus aspectos, terminava por formular um projecto de resolução devidamente fundamentado e que, por fim, decidia que: “As estipulações contidas nos arts. 1 a 15 do Tratado entre as principaes Potencias Alliadas e a Grecia, assignado em Sèvres, a 10 de Agosto de 1920, com as modificações ahi introduzidas pelo Protocollo assignado em Lausanne a 24 de Julho de 1923, na medida em que affectam pessoas, pertencendo a minorias de raça, de religião ou de lingua, sejam collocadas, pelo presente acto, sob a garantia da Liga das Nações”.

Essa resolução foi logo approvada e, em seguida, o Sr. Mello Franco leu outro relatorio, tambem sobre minorias, mas em relação a estipulações do Tratado de Lausanne.

Depois de historiar e analysar a pendencia, o Sr. Mello Franco propoz, em seu relatorio, que o Conselho decidisse que: “As estipulações contidas nos arts. 37 a 43 do Tratado de Paz entre o Imperio Britannico, a França, a Italia, o Japão, a Grecia, a Rumania, o Reino dos Servios, Croatas e Slovenos de um lado, e a Turquia, do outro, assignado em Lausanne a 24 de Julho de 1923, na medida em que affectem os jurisdictionados não musulmanos da Turquia, ficassem, pelo presente acto, sob a garantia da Liga das Nações”.

E a resolução foi, em seguida, approvada nesses termos.

Em reunião posterior, foram estudadas as resoluções adoptadas pela V Assembléa sobre “Reducção de armamentos” e, por essa occasião, o Sr. Mello Franco teve oportunidade de pedir que fosse inserida na acta a seguinte reserva formulada pelo Representante do Brasil na respectiva Commissão Technica Consultiva:

«Tendo a Commissão resolvido não discutir as disposições do projecto que, em seu parecer, têm um character exclusivamente politico e limitar-se a emitir parecer somente sobre os pontos technicos, o Delegado do Brasil não deu sua adhesão senão sobre esses ultimos pontos. Faz todas as reservas sobre todas as outras disposições do projecto que não foram discutidas e

que apresentam, entretanto, segundo pensa, um lado technico, tendo-se em vista que affectam a faculdade dos Estados não-productores fazerem aprovisionamentos e stocks de armas e munições necessarios ás necessidades de sua segurança e defesa nacional.

«Estas reservas visam especialmente o art. 2º, que especifica a categoria de armas e munições, cuja livre exportação é interdicta, e sobre o art. 3º, que impõe um systema de licenças ás exportações feitas por conta de um governo.

«O Delegado do Brasil acha que a aquisição e o transporte de armas e munições por conta de um governo, a pedido de seus Estados Maiores da Guerra e da Marinha, é para este Estado uma questão technica. Proporia para o art. 3º duas emendas, tendentes a tirar á concessão das licenças de exportação todo character de arbitrario e todo aspecto de *contrôle* exercido por um governo estrangeiro sobre a aquisição das armas e munições necessarias á segurança e á defesa nacional de um Estado não-productor e, de um modo geral, supprimindo, para estes Estados não-productores, toda a causa de desigualdade em face dos Estados productores, na faculdade e no direito de proverem suas necessidades militares e navaes.

«As emendas assim propostas teriam satisfeito o ultimo paragrapho do art. 8º do Pacto.

«Aceitando a classificação proposta para as tres categorias de armas e munições, o Delegado do Brasil não julga que as disposições regulando as interdicções de exportação, que poderão ser estabelecidas pela categoria 2, devam e possam ter uma applicação geral, e é de parecer que estas disposições devem ter em conta as condições regionaes, militares, economicas e politicas.»

O Conselho teve ainda occasião de examinar outros assumptos nesta sessão, que foi de 29 de Agosto a 3 de Outubro.

XXXI sessão (Extraordinaria) — Esta sessão do Conselho realizou-se em Bruxellas, de 27 a 31 de Outubro de 1924. O Sr. Mello Franco esteve presente ás suas reuniões, em que se tratou da fronteira entre a Turquia e o Irak, com a presença do Representante Turco, que ouviu as circumstanciadas declarações do Representante Britannico a respeito, findo o que tambem fez declarações, dizendo que “o fim pacifico almejado pelas duas partes, submettendo já á decisão do Conselho o regulamento do litigio relativo á fronteira entre a Turquia e o Irak, exige que a controversia actual a respeito da linha do *statu quo* seja submettida igualmente a seu exame”.

« Devo precipuamente chamar a attenção do Conselho que as regiões a que se applica o compromisso, tomado de parte a parte, de manterem o *statu quo*, são, nos termos do Art. 3º do Tratado de Paz, precisamente os territorios, cuja sorte será decidida pelo Conselho da Liga das Nações. »

A essas declarações, que foram bem minuciosas, replicou o Representante Britannico, começando por dizer que julgava as explicações dadas pelos Representantes Turcos poderem ajudar a solução da questão e que acolhia com satisfação a declaração feita por elle e segundo a qual estava disposto, em nome do Governo da Republica Turca, a acceitar a decisão do Conselho.

A questão foi então affecta ao Relator, representante da Suecia, e os debates proseguiram sobre: musulmanos de origem albaneza na Grecia, nomeação de um membro do Tribunal Arbitral Mixto Greco-Turco previsto pelo Tratado de Lausanne, construcção de uma sala de conferencias para a L. N. offerecida pela Republica e Cantão e pela Cidade de Genebra, nomeação do Comité de Questões, encarregado de redigir as emendas ao Pacto, previstas no Protocollo, para solução pacifica de conflictos internacionaes adoptada pela V Assembléa, execução das clausulas militares, navaes e aereas dos tratados de paz, arbitragem, segurança e reducção de armamentos e troca de populações gregas e turcas.

Na reunião do dia 29 foi relatada a questão de fronteiras entre a Turquia e o Irak. A longa resolução então proposta foi bem acolhida pelo Representante Britannico, que declarou, em nome de seu Governo, acceital-a e dar-lhe applicação leal, caso fosse approvada. Depois de igual declaração, feita pelo Representante Turco, as conclusões do relatorio foram unanimemente approvadas.

Sobre a questão da troca de populações gregas e turcas, o Relator, representante do Japão, apresentou, na reunião seguinte, seu trabalho, cujas conclusões tambem mereceram ser unanimemente approvadas, depois de terem os representantes da Grecia e da Turquia manifestado sua satisfação pelo modo por que fôra solucionada essa questão e promettido que as

indicações do relatório seriam leal e sinceramente seguidas por seus Governos.

XXXII sessão — Coube ao Representante do Brasil Sr. Mello Franco, presidir as reuniões dessa sessão do Conselho, que se realizou em Roma, de 8 a 13 de Dezembro de 1924.

Adoptada a ordem do dia, o Conselho decidiu, em sua primeira reunião privada, aguardar o relatório sobre a proposta britannica de adiamento da questão: arbitragem, segurança e redução de armamentos, e passou logo a examinar outras questões, de ordem financeira e de ordem interna.

Na primeira reunião publica, o Sr. Salandra, representante da Italia, declarou que seu Governo estava grato ao Conselho, por ter escolhido, especialmente, a gloriosa capital do Reino para sede dessa sessão e deu em nome de seu Governo as boas-vindas ao Conselho.

O Sr. Mello Franco declarou que se sentia feliz da ocasião que lhe era offerecida, na qualidade de presidente em exercicio do Conselho e representante do Governo Brasileiro, de agradecer esses votos.

Disse que o Conselho respondera, com prazer, ao convite do Governo Italiano de [realizar em Roma sua sessão de Dezembro e pediu ao Sr. Salandra que transmittisse a seu Governo a gratidão do Conselho pela magnifica hospitalidade, que lhe tinha dispensado.

Lembrou que essa não era a primeira vez que o Conselho se reunia em Roma, pois ahi realizara sua 3ª sessão, em 1920, quando o Conselho tinha, apenas, alguns mezes de existencia e a Liga das Nações ainda estava em periodo de organização. De novo se reunia em Roma, naquella ocasião, para realizar sua 32ª sessão, com uma ordem do dia em que o numero e a variedade das questões submettidas a seu exame testemunham a importancia crescente de seu papel na vida politica internacional.

Disse então que a presença do Sr. Chamberlain, ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha, naquella sessão, era uma nova prova do interesse que o Governo de seu paiz tomava pelos trabalhos do Conselho e, em nome de seus

collegas, deu as boas-vindas ao Sr. Chamberlain, que não hesitara em abandonar por alguns dias os trabalhos de seu pesado cargo para ir representar seu Governo no Conselho.

O Sr. Chamberlain respondeu a essa saudação, fazendo a apologia da Liga das Nações e dizendo que seu Governo confiava tanto na imparcialidade e na justiça da Instituição de Genebra que aceitava, sem hesitação, a decisão provisória do Conselho na questão das fronteiras do Irak e, ainda mais, que se tinha comprometido, antecipadamente, a aceitar a decisão final do Conselho, qualquer que podesse ser, nessa questão.

O Conselho examinou, em seguida, os trabalhos da Organização de Hygiene, da Codificação Progressiva do Direito Internacional, da Cidade Livre de Dantzig, da Reconstrução Financeira da Hungria, da Comissão Consultiva do Trafico de Opio e Outras Drogas Nocivas, da Côte Permanente de Justiça Internacional, etc., passando, depois, a tratar do Protocollo para a Solução Pacifica dos Conflictos Internacionaes.

O Sr. Chamberlain disse que seu Governo não tivera tempo bastante para estudar esse assumpto, razão por que pedira o adiamento de seu exame. Falaram, em seguida, o Representante Francez, Sr. Briand, que se manifestou satisfeito pelas declarações anteriores, e o Representante da Tchecoslovaquia, Sr. Benès, que, como relator, formulou uma proposta a respeito. Os demais membros do Conselho também participaram da discussão dessa proposta, cuja redacção final ficou assim redigida e foi approvada:

«O Conselho, tendo ouvido o pedido, as observações do Representante do Governo Britannico e as declarações feitas pelos outros membros do Conselho,

Decide metter em ordem do dia de sua sessão de Março o trabalho de preparação da conferencia sobre a redução dos armamentos, que devia emprehender durante sua presente sessão, em virtude do Protocollo de Genebra e conforme a resolução adoptada em Bruxellas a 28 de Outubro de 1924; as outras disposições desta resolução deverão ser applicadas, tendo-se em conta esta mudança de data. »

A questão ficou para ser decidida na reunião publica da tarde.

Nesse momento foi divulgada a solicitação do Governo Britannico e cada membro do Conselho fez declarações oraes a respeito em nome de seu Governo, tendo então dito o Sr. Mello Franco que, como representante do Brasil, que foi um dos primeiros Estados signatarios do Protocollo de Genebra, regosijava-se com as declarações que acabara de fazer o Ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha e com as novas seguranças sobre os sentimentos da França, exprimidos pela voz autorizada do eminente collega, Sr. Presidente Briand.

Disse mais que a esperança despertada nos corações dos povos, no momento da votação do Protocollo e das declarações dos primeiros ministros e dos altos representantes das grandes Potencias em Setembro ultimo, não seria diminuida nem enfraquecida e que o Conselho da Liga das Nações, órgão legitimo da vontade da Assembléa, não repelle absolutamente a conquista já obtida, apenas adiou a ultimação do mechanismo indispensavel á execução do Pacto e que, no mez de Março proximo, o Conselho retomaria esse encargo, animado da mais profunda confiança no triumpho da paz pela garantia do direito e segurança das nações.

Depois de approvada a proposta acima, entrou em debate o projecto de estatuto da Commissão de Coordenação sobre reducção de armamentos e outros sobre a fiscalização do commercio internacional de armas, munições e material de guerra e fabricação privada de armas, munições e materiaes de guerra, etc.

Nas reuniões seguintes, o Conselho tratou de mandatos, dívida publica ottomana, protecção á infancia e outros assumptos correlatos, e execução das clausulas militares, navaes e aereas dos tratados de paz.

Em reunião posterior foi lida a carta de boas-vindas do Presidente do Senado Italiano ao Conselho.

O Sr. Mello Franco, na qualidade de presidente do Conselho, disse que entre as provas de attenção e cortesia prodigalizadas ao Conselho durante sua permanencia em Roma,

estava certo de que seus collegas dariam uma particular importancia ao discurso de boas-vindas pronunciado pelo presidente do Senado, e ao qual se associou o Ministro do Interior, em nome de seu Governo.

E, depois de apreciar, com grande elevação, a homenagem prestada assim ao Conselho, terminou dizendo que estava certo de exprimir o sentimento de seus collegas, dirigindo ao honrado Presidente do Senado Italiano seus agradecimentos pelas bellas palavras de boas-vindas e de concitamento que esse lhes tinha dirigido e pedindo-lhe assegurar ao Senado o reconhecimento do Conselho pela acolhida que lhe deram em Roma os Representantes da Nação Italiana e por tudo que se refere á participação da Italia na obra da Liga.

Nessa reunião, em que foram examinados os casos sobre fronteiras do Irak, Bacia do Sarre, Federação internacional de soccorros mutuos ás populações feridas por calamidades, etc., o Representante britannico, Sr. Chamberlain, fez suas despedidas ao Conselho declarando que partia com uma grande confiança na Liga das Nações.

O Sr. Mello Franco, na qualidade de presidente da sessão, realçou as palavras desse representante, as quaes tinham o alto valor de um novo testemunho do devotamento do Imperio Britannico pela Liga das Nações, e disse que o exemplo que davam as grandes Potencias, nessa politica de respeito pela instituição creada para garantir a paz mundial, contribuiria sem cessar para o desenvolvimento da autoridade moral da Assembléa e do Conselho e para augmentar — sem duvida — o proprio prestigio desses paizes, assignalando-os ao respeito da communhão internacional mais ainda do que o fariam os elementos naturaes de sua força e poder.

Disse que a collaboração do Sr. Chamberlain nos trabalhos tinha sido preciosa, devido ás altas qualidades pessoas e aos sentimentos de que já dera prova no curso de toda a sua fecunda carreira politica e eram a garantia dos que ainda poderia dar no exercicio de suas altas funcções, no sentido de uma necessaria cooperação para a realização dos objectivos de que dependem os direitos dos povos e o respeito de sua soberania.

Depois do Conselho ainda tratar de troca de populações gregas e turcas, da protecção a minorias, da Cidade Livre de Dantzig e de outros assumptos, encerrou seus trabalhos, tendo então o seu presidente, o Sr. Mello Franco, feito um vibrante discurso apreciando a obra realizada por essa importante sessão do Conselho. Ao terminar, o Sr. Quiñones de León, representante da Hespanha, felicitou o presidente, em nome do Conselho, pelo modo notavel por que havia dirigido os debates.

XXXIII sessão — O Conselho realizou em Genebra, de 9 a 14 de Março do corrente anno, sua 33^a sessão ordinaria, em que tratou de questões internas, de ordem financeira e administrativa, de refugiados russos, de restaurações financeiras, etc.

Sobre a questão dos depositos effectuados pelos refugiados gregos e armenios em certos paizes, o Representante do Brasil, Sr. Mello Franco, leu um relatorio em que chamou a attenção para certas declarações do Governo Hellenico a respeito. Ao tratar de redução de armamentos, o Sr. Benès, representante da Tchecoslovaquia, leu um relatorio sobre a primeira sessão da Comissão de Coordenação, de que era presidente, no qual se referiu a informações estatisticas sobre o commercio de armas, munições e material de guerra, propondo ao Conselho a constituição de uma sub-comissão composta de um membro do Comité do Conselho, do Sr. Mello Franco, de dous membros do Comité Economico, um dos quaes, o Sr. Barbosa Carneiro, de dous membros do Comité de Transito e de tres da Comissão Permanente Consultiva, mas foi preferida uma consulta directa aos Estados interessados.

Depois, o Conselho tratou do Protocollo para solução pacifica de conflictos internacionaes, tomando conhecimento de extensa declaração do Governo Britannico a respeito. Em seguida o Representante da França, Sr. Briand, fez um longo discurso sobre as declarações da Grã-Bretanha, terminando por ler as de seu Governo. Logo depois tomaram a palavra os Representantes da Italia, do Japão e da Belgica, manifestando tambem o pensamento de seus governos. Então,

o Sr. Mello Franco, representante do Brasil, fez a seguinte declaração:

«As declarações feitas pelo Sr. Presidente do Conselho, em nome do Governo de S. M. Britannica, qualquer que seja a influencia que tiverem sobre a sorte do Protocollo de Genebra, não devem tirar ao mundo as esperanças que têm na activa e possante participação do Imperio Britannico na obra commum de organização de um systema destinado a garantir a paz universal.

«Como o nosso eminente collega nos lembrou, os Governos que se têm succedido na Grã-Bretanha têm acolhido favoravelmente, com inteiro apoio dos dominios, a theoria da arbitragem. Esses Governos não se limitaram a votos platonicos: puzeram o systema em pratica. Durante a sessão do Conselho em Bruxellas, tivemos disso uma brilhante prova: a Grã-Bretanha submetteu á arbitragem do Conselho a delicada questão do Irak.

«Inclino-me com respeito diante das razões que o Governo Britannico deu, com tanta franqueza, de sua não aceitação do Protocollo, na forma precisa e definida sob a qual tinha concebido o processo relativo á solução pacifica dos conflictos internacionaes e o jogo effectivo das sancções estabelecidas como meios de coerção, relativamente áquelles que violem os principios que elle proclamou.

«Na base de todos os motivos allegados pelo Governo do Imperio Britannico se acha a condição actual da Liga das Nações, isto é, o facto de que sua composição não é universal, e esta situação, ninguem o poderia contestar, constitue uma circumstancia difficil para a realização dos grandes objectivos do Pacto.

«O jogo das sancções, tendo-se em apreço a contituição actual da Liga das Nações, póde, com effeito, soffrer objecções que o principio da arbitragem universal e obrigatoria por si só não poderia afastar.

«Além do estado precario resultante da composição actual da Liga das Nações, é preciso ter-se tambem em conta, na questão do Protocollo, um outro problema, o da soberania dos Estados, tal como a concebe o Direito Internacional Publico hodierno, em face da autoridade moral e real da Liga das Nações. Dahi, as restricções impostas ao principio da arbitragem obrigatoria, ou ao da extensão da jurisdicção da Côte Permanente de Justiça Internacional a todos os conflictos juridicos ou politicos susceptiveis de ser levantados entre os Estados.

«O Brasil, que tem estado sempre na vanguarda dos Estados que não se limitaram a fazer votos platonicos pela arbitragem, cujo principio obrigatorio inseriu em sua Constituição politica, principio que elle tem posto em pratica largamente, o Brasil deu seu voto ao Protocollo e o assegurou. Estavamos persuadidos, agindo desse modo e respondendo assim ás mani-

festações dos representantes das grandes Potencias na Assembléa de Setembro, que levariamos nosso concurso ao estabelecimento universal de um regimen de que já tínhamos lançado solidos fundamentos na America.

«Que me seja permittido lembrar ao Conselho que dezeseis nações americanas, entre as quaes se acham os Estados Unidos, assignaram em Maio de 1923 uma convenção continental para o regulamento pacifico dos conflictos que possam surgir entre os Estados americanos. E' certo que as resoluções das commissões de investigação, previstas por esta convenção, não teriam o valor nem a força de sentenças judiciais ou de decisões arbitraes, mas teriam a utilidade de impedir o rompimento de hostilidades e de permitir, graças á acção sedativa do tempo, que a reflexão recupere seus direitos, que os sentimentos pacificos se revelem e que um trabalho de conciliação se possa produzir entre todos os Estados pela manutenção da paz.

«A respeito da questão do desarmamento e da segurança confirmo as declarações que, em nome de meu Governo, já tive a honra de fazer á Assembléa, ao ser discutido o Protocollo de Genebra:

«O que é indispensavel é estabelecer — com ou sem tratados «regionaes complementares — um tratado de assistencia e de garantia mutuas entre todas as nações. E'esta a condição inilludivel «de seu desarmamento. Tambem não basta que esta assistencia e «esta garantia repousem unicamente sobre systemas continentaes. «E' preciso que ellas tenham por base uma organização universal; «pois o direito á segurança — a uma segurança real, que deve ser «actualmente o fim supremo de nossos esforços — é um direito «sagrado para todos os povos da terra. »

«Signatario do Protocollo, o Brasil não cessará de prestar seu concurso ao progresso continuo da idéa da arbitragem e á consolidação, cada vez maior, da autoridade inherente á Côrte Permanente de Justiça Internacional. »

Todos os demais membros do Conselho fizeram declarações a respeito em nome de seus Governos. Foi, depois, adiada a exposição do respectivo relator, que, no dia seguinte, falou detidamente sobre a materia, e tambem como Representante da Tchecoslovaquia, dizendo, a meio de sua oração:

«Estou de accôrdo em apreciar que nenhum principio, e com mais forte razão, o da arbitragem, deverá ser applicado de modo rigido em excesso. Mas hontem ouvimos as declarações dos Srs. Mello Franco e Guani, que nos falaram do funcionamento da arbitragem no continente americano.

Vejo bem a possibilidade de sua applicação progressiva ao continente europeu, tendo em consideração todas as situações especiaes. Não desespero do futuro. De resto, somos da opinião de que o systema de arbitragem constituirá sempre uma poderosa garantia para todos os que collaborem na segurança dos paizes particularmente ameaçados, pois não se poderá leval-os a conflicto facilmente. »

Terminou por propôr uma decisão, que foi approvada, remettendo á VI Assembléa as declarações feitas, assim como quaesquer outras formuladas pelos demais membros da Liga das Nações, adiando, assim, os trabalhos de preparação em debate.

Em seguida, o Conselho passou a tratar de outros assumptos relativos á protecção de minorias, trafico de mulheres e crianças, Bacia do Sarre, Cidade Livre de Dantzic, drogas nocivas, etc.

Coube ao Sr. Mello Franco relatar um caso de protecção, sobre a situação das minorias polacas na Lithuania, cujas conclusões foram, por proposta sua, adiadas, á vista das informações feitas então pelo Representante do Governo Lithuano.

O Conselho tambem teve, nessa reunião, oportunidade de ouvir o relatorio do Representante da Hespanhá, Sr. Quiñones de León, sobre a: Questão da entrada da Allemanha para a Liga das Nações — *Memorandum* do Conselho a respeito da carta do Governo Allemão de 12 de Dezembro de 1924.

Diz esse *Memorandum*, historiando os acontecimentos e entre outras considerações, que:

«O Conselho nota que o Governo Allemão declara, a proposito das condições nas quaes a Allemanha deseja entrar na Liga das Nações, que renuncia a qualquer intenção de “reclamar favores especiaes para a Allemanha”, mas espera que sua entrada se effectue em pé da igualdade. »

O Conselho encerrou os trabalhos desta sessão a 14 de Março ultimo.

ASSEMBLÉA

De accôrdo com as Instrucções que regem a Delegação Permanente do Brasil e o Regimento Interno da Assembléa da L. N., o Sr. Mello Franco assim distribuiu os membros da Delegação sob sua presidencia pelas seis commissões da V Assembléa da Liga das Nações: o Delegado Sr. Raul Fernandes, para a de Questões Constitucionaes; o Delegado Substituto Sr. E. F. de Montarroyos, para a de Organizações Technicas, inclusive as de Reconstituição Financeira da Austria e da Hungria; o Delegado Sr. Frederico de Castello Branco Clark, para a de Reducção e Limitação de Armamentos; o Sr. J. Barbosa Carneiro, para a de Questões Orçamentarias; o Sr. Affonso Bandeira de Mello, para a de Questões Sociaes e Humanitarias; ficando o Sr. Afranio de Mello Franco na Commissão sobre Questões Politicas.

Os Assessores Technicos da Delegação, Srs. Contra Almirante A. C. de Souza e Silva e Major E. Leitão de Carvalho, foram designados para supplentes na 3ª Commissão, que teria de tratar de assumptos pertinentes á redução e limitação de armamentos. Para a 6ª Commissão, relativa a questões politicas, foi designado supplente o Sr. E. F. Montarroyos.

Os Segundos Secretarios de Legação, Srs. Sylvio Rangel de Castro e Heitor Lyra, serviram como secretarios da Delegação.

Realizadas as eleições para composição das diversas commissões preparatorias da Assembléa, foi o Sr. Castello Branco Clark eleito para a de Verificação de Poderes, de cujos trabalhos participou activamente.

A materia submettida ás seis commissões, por que se dividem os trabalhos submettidos á consideração da Assembléa, foi abundante e de grande importancia a certos respeito.

I Commissão (Questões Constitucionaes)

Teve de examinar uma emenda proposta ao art. 16 do Pacto e outra ao art. 27 do Regimento Interno da Assembléa, o desenvolvimento do Direito Internacional, a assistencia judi-

ciaria aos indigentes, o estudo dos artigos do Pacto referentes á solução pacifica dos conflictos entre Estados e a justa limitação do art. 36, § 2, do Estatuto da Côrte Permanente de Justiça Internacional.

II Comissão (Organizações Technicas)

Teve a seu cargo apreciar os trabalhos sobre hygiene, communicações e transito, questões economicas, reconstituição financeira da Austria e da Hungria, emprestimo á Grecia para beneficiar refugiados, questões financeiras, cooperação intellectual e fundação de um instituto internacional para unificação do direito privado.

III Comissão (Reducção e Limitação de Armamentos)

Examinou todos os multiplos themas que foram submettidos á sua apreciação.

IV Comissão (Questões Orçamentarias)

Teve de verificar as contas apresentadas pelo Secretariado, a proposta orçamentaria da L. N. e demais questões financeiras decorrentes, a repartição de despesas da L. N., a situação da conta sobre contribuições atrasadas, a construção de uma sala de conferencias, a reorganização do Bureau da America Latina e pensão ao pessoal da Côrte Permanente de Justiça Internacional.

V Comissão (Questões Sociaes e Humanitarias)

Tratou de trafico de opio e outros estupefacientes, trafico de mulheres e crianças no Oriente Proximo, refugiados, federação internacional para soccorros a populações attingidas por grandes calamidades, protecção á infancia e intermunicipalidades.

VI Comissão (Questões Politicas)

Coube estudar a admissão da Republica Dominicana, mandatos, escravidão e a situação da Georgia.

* * *

Aberta a sessão plenaria, foi eleito presidente da Assembléa o Representante da Suissa, Sr. Giuseppe Motta, a 1º de Setembro do anno passado.

A materia submettida a debate foi logo distribuida a suas respectivas commissões, que examinaram cada uma attentamente, por meio de francos debates, de que os Representantes do Brasil participaram em obediencia a suas Instrucções, que lhes dictavãam normas de proceder bem consentaneas com os tradicionaes sentimentos do Governo Brasileiro, no sentido de que seus representantes collaborem sempre em todos os empreendimentos que visem melhor distribuição de justiça, mais efficiente protecção aos fracos, mais perfeita organização de serviços de interesse geral, redução de armamentos, applicação mais ampla dos principios da arbitragem e prestigiamto dos tribunaes internacionaes.

Devido a participarem de cada commissão representantes de todos os grupos nacionaes da Assembléa, acontece que a materia approvada em sua respectiva commissão vem a plenario com sua approvação quasi garantida e, assim, a parte mais interessante de certos debates se desenvolve nessas reuniões.

Por isso as resoluções adoptadas em plenario pela Assembléa serão aqui expostas em grupos segundo as commissões de que provieram.

I COMMISSÃO

Obtiveram approvação da Assembléa as resoluções e votos seguintes, de conformidade com os respectivos relatorios da commissão:

a) — Emenda ao § 1º do Art. 16 do Pacto

A qual ficou então redigida de modo que as interdicções referidas nesse artigo, quanto a relações commerciaes e financeiras entre um Estado membro da L. N. e outro que tenha desrespeitado o Pacto, se estendam a todas as pessoas residentes no territorio dos mesmos.

b) — Emenda ao § 2º do Art. 16 do texto original do Pacto, ou seja o § 5 do texto emendado em 1921

A Assembléa resolveu, em plenário, submeter á sua 6ª reunião, no corrente anno, a discussão dessa materia.

c) — Emenda ao Art. 27 do Regimento Interno da Assembléa

Proposta pela Delegação dos Paizes Baixos, a Assembléa a rejeitou.

d) — Desenvolvimento do Direito Internacional

A Assembléa, considerando que uma experiencia de cinco annos já havia demonstrado os consideraveis serviços que a L. N. póde p'restar para a regulamentação das relações internacionaes e recordando, especialmente, as importantes convenções elaboradas em materia de conciliação internacional e de communicações e transito e sobre simplificação de formalidades aduaneiras, reconhecimento da clausula de arbitragem em convenções commerciaes, legislação internacional do trabalho, repressão do trafico de mulheres e crianças, protecção de menores e assistencia judiciaria a indigentes, pediu ao Conselho, desejosa de accentuar a contribuição da L. N. á codificação progressiva do Direito Internacional, que esse convocasse uma comissão de especialistas que não somente reunissem, de per si, as condições requeridas, mais assegurassem em seu conjuncto a representação das grandes formas de civilização e dos principaes systemas juridicos do mundo.

Esse *comité* ficaria encarregado, depois de uma eventual consulta ás instituições mais autorizadas que têm dedicado sua actividade ao estudo do Direito Internacional, de:

I) organizar uma lista provisoria de materias de Direito Internacional, cuja solução por via de entendimento internacional pareça a mais desejavel e realizavel;

II) estudar, depois de communicada a referida lista aos Governos dos Estados membros ou não da L. N., as respectivas respostas; e

III) apresentar um relatório ao Conselho sobre as questões que tenham alcançado sufficiente grau de maturidade e sobre o processo que possa ser adoptado para a preparação de conferencias eventuaes que lhes dê solução.

e) — Assistencia judiciaria aos indigentes

A Assembléa resolveu convidar o Secretariado a preparar uma lista indicadora das instituições, publicas ou privadas, estabelecidas em cada paiz para prestar assistencia judiciaria aos indigentes deante dos tribunaes ou por meio de consultas juridicas gratuitas, assim como das organizações internacionaes, que se occupem de fornecer ou assegurar assistencia judiciaria aos indigentes.

Resolveu, tambem, que essa lista seria impressa e distribuida, devendo ser revista de tempos a tempos, para menção das alterações que tenha soffrido, devendo o Secretariado publicar uma collecção de tratados, leis e quaesquer outras disposições relativas á materia, convidar cada Governo a designar uma autoridade ou personalidade devidamente qualificada, para responder aos pedidos de informações de outros da mesma categoria e consultar a todos os Estados, membros ou não da L. N., si estariam dispostos a participar de uma convenção regulando a assistencia judiciaria gratuita aos indigentes sob a base dos principios formulados nos arts. 20 a 23da Convenção da Haya, de 17 de Julho de 1905.

II COMISSÃO

A Assembléa adoptou nove resoluções e votos, approvados por essa commissão e relativos:

a) — Trabalhos da Organização de Hygiene

Foi a esse respeito formulado um voto em que a Assembléa se felicitou pela definitiva constituição do Comité de Hygiene, baseada no projecto approvado pela Assembléa do anno anterior, a qual satisfaz as condições da letra f do art. 23 do

Pacto. Também manifestou seu apreço pelos trabalhos do serviço de informações epidemiológicas e estatística sanitária, assim como pelo desenvolvimento da prática da permuta de pessoal sanitário. Por fim, depois de formular votos de regosijo pela boa marcha dos trabalhos dessa organização técnica da L. N., a Assembléa convidou-a a estudar o problema da educação física e fazer um inquerito sobre a eficiência de medidas contra a tuberculose. Também pediu ao Conselho que suggerisse á Organização de Hygiene um communicado á Repartição Internacional de Hygiene Publica de Paris sobre as questões que o Comité da L. N. se propõe a tratar, pedindo a esse respeito seu parecer.

b) — Trabalhos da Organização de Communicações e Transito

A Assembléa se felicitou pelo successo da II Conferencia Geral de Communicações e Transito, deu sua approvação aos methodos empregados pela respectiva commissão consultiva e técnica e formulou convite aos Governos interessados a facilitar a obra dessa commissão, de modo a permittirem a melhoria do regimen de transportes e o progresso do Direito das Gentes quanto a communicações internacionaes, como prescreve a letra e do art. 23 do Pacto.

A Assembléa também chamou a attenção do Conselho sobre a extrema urgencia de proseguir na revisão da Convenção de Londres de 1912, á vista do desenvolvimento que tem tomado a radiotelephonia e, além disso, recommendar aos Estados membros da L. N. que concedam ao esperanto o tratamento e as tarifas da linguagem em claro nas relações telegraphicas e radiotelegraphicas, a titulo de lingua auxiliar pratica para communicações internacionaes e, a esse respeito, também chamou a attenção da respectiva organização da Liga das Nações.

c) — Trabalhos do Comité Economico

A Assembléa registrou com satisfação o successo alcançado pela Conferencia Internacional para simplificação de formalidades aduaneiras, apesar da Convenção formulada por essa

Conferencia ser uma primeira parte, si bem que importante, da obra para a melhoria das relações commerciaes internacionais. Depois tomou em consideração as propostas do Comité sobre uma protecção mais efficaz contra a concorrência desleal e fez votos por que sejam apreciadas devidamente na proxima conferencia para a protecção da propriedade industrial. Tambem deu apreço ás pesquisas e conclusões do Comité sobre protecção aos compradores estrangeiros contra mercadorias sem valor. Constatou mais os progressos realizados pelo Comité nos estudos sobre o tratamento a dar aos jurisdicionados estrangeiros e empresas estrangeiras no estudo das crises economicas e no que se refere á unificação dos methodos estatisticos. Chamou, de novo, a attenção dos membros da L. N. sobre o beneficio, que adviria para o commercio internacional, de uma prompta notificação pelo maior numero provavel de Estados, do Protocollo sobre clausulas de arbitragem. Tambem considerou quanto é prejudicial o systema de prohibição e restricções á importação e exportação e exprimiu desejos de que o Conselho convidasse o Comité a estudar a possibilidade de um entendimento internacional para a abolição dessas prohibições e restricções e, no caso de não ser isto possivel, estudar os meios mais apropriados á realização desse tentamen, resalvadas as disposições que visem a protecção dos interesses vitaes de cada Estado.

d) — Reconstituição Financeira da Austria

A Assembléa louvou os resultados obtidos e apreciou a possibilidade de ser o systema de *contrôle* orçamentario modificado em futuro proximo e mesmo supprimido ulteriormente.

e) — Reconstituição Financeira da Hungria

A Assembléa teve grande satisfação em constatar o bom andamento dos trabalhos da reconstrucção de outro paiz sob os auspicios da L. N., os quaes só podem ser levados a effeito com a cooperação internacional, que se traduziu pela assignatura de protocollas e a emissão de emprestimos de que participaram os Estados Unidos da America, a França, a Grã-Bretanha, a

Italia, os Paizes Baixos, a Rumania, a Servia, Croacia e Slovenia, a Suecia, a Suissa e a Tchecoslovaquia.

Realçou, então, que a participação desses paizes mostra quanto têm melhorado as condições politicas internacionaes, e faz notar que o principio dessa reconstrucção é o do saneamento das finanças publicas, combinado com um arranjo limitando e fixando durante vinte annos os pagamentos resultantes das obrigações do Tratado e que, como no caso da Austria, a execução dessa obra depende de um *contrôle* exercido com imparcialidade pela L. N. e pelos Estados Unidos da America.

A Assembléa constatou, mais, que a obra assim levada a effeito tem caracter mais financeiro que economico, fazendo votos por que essa politica tenha beneficos effeitos sobre a situação economica desses paizes, convindo que taes medidas se completem por meio de accórdos nacionaes e internacionaes que facilitem o restabelecimento de relações commerciaes livres e normaes.

Expressiu, por fim, seu grande apreço pela capacidade, paciencia e criterio patenteados pelos membros desse Comité financeiro na producção de um plano baseado, como foi o da Austria, em principios geraes adaptaveis a qualquer paiz.

Manifestou, tambem, seu apreço pela actividade e energia que o Governo Hungaro tem demonstrado na execução desse programma em que collabora, e, em particular, ao Commissario Geral, Sr. Jeremiath Smith, cujo trabalho administrativo permittia a realização de tão complexo programma.

Realçou, por fim, que tinham sido votadas todas as leis húngaras previstas no programma, que fôra fundado o Banco Nacional, que tinha cessado a inflação, que tinham começado as reformas administrativas, augmentado o rendimento dos impostos, os productos dos proventos, ultrapassando as estimativas.

f) — Empréstimo internacional para os refugiados russos

Sobre esse assumpto, a Assembléa se manifestou de accôrdo com as considerações expendidas acima, quando se fez referencia especial aos trabalhos do Conselho.

g) — Outros trabalhos do Comité Financeiro

A Assembléa também tomou em apreço os trabalhos da Organização Technica Economica e Financeira, principalmente os relativos á Cidade Livre de Dantzig, ás publicações da L. N. sobre assumptos financeiros e ao estudo dos problemas de evasão fiscal e de dupla imposição.

A esse respeito, a Assembléa fez votos por que o accôrdo concluido entre os peritos fosse rapidamente precisado e realzado, segundo o processo que determinaram o respectivo Comité e o Conselho.

h) — Trabalhos da Comissão de Cooperação Internacional

A Assembléa também louvou o resultado dos trabalhos dessa comissão e suggeriu ao Conselho a reunião de uma conferencia sobre a propriedade scientifica. Elogiou a obra já realizada para coordenação dos trabalhos bibliographicos no dominio da physica e pede que sejam extensivos ás outras sciencias.

Tambem approvou em principio um projecto de accôrdo com o Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, o relatorio sobre troca internacional de publicações, convindo promover novas convenções sobre a materia. Tambem se referiu a informações universitarias, a viagens de estudantes, ao fomento da solidariedade internacional em materia de cooperação intellectual, o qual conviria ser iniciado em favor dos trabalhadores intellectuaes da Hungria, assim como da Austria.

Convencida da conveniencia de familiarizar a juventude do mundo inteiro com os principios e os trabalhos da L. N. e de habituar as novas gerações a considerarem a cooperação internacional como methodo normal de conducta em negocios de interesse mundial, a Assembléa pediu que se incentivassem os trabalhos nesse sentido e, por fim, formulou o voto de que as attribuições do novo Instituto internacional, que o Governo Francez se propuzera a fundar em Paris, fossem definidas pela Comissão de Cooperação Intellectual da L. N., con-

Internacional do Trabalho para, em collaboração com o Dr. Nansen, presidente dessa Commissão, proceder a um inquerito no intuito de estudar a possibilidade de estabelecer um grande numero de refugiados armenios no Caucaso e alhures. Fez, para isso, uma dotação especial e terminou por agradecer e felicitar o Governo Hellenico e o povo pelos admiraveis esforços que tinham empregado em favor dos armenios e exprimir aos Estados Unidos da America e a outros paizes sua viva gratidão pela generosidade de que vinham dando provas em relação aos armenios e convidou-os a proseguirem em auxilio dessa infeliz população.

e) — Federação Internacional de Socorro Mutuo ás Populações Victimadas de Calamidades

A Assembléa, reiterando suas homenagens ao Sr. Giovanni Ciraolo, presidente da Cruz Vermelha Italiana e promotor dessa Federação e considerando que se enquadra no art. 25 do Pacto, por seu espirito de solidariedade internacional, a obra assim emprehendida, tendo considerado, mais, que a iniciativa foi muito bem acolhida, decidiu que uma commissão preparatoria, constituida por iniciativa do Conselho, estudaria o melhor meio de organização e funcionamento dessa assistencia humanitaria.

f) — Protecção da infancia

A esse respeito, a Assembléa examinou a obra realizada durante o anno, louvou os esforços empregados nesse sentido, determinou que a respectiva Commissão Consultiva da L. N. fosse desdobrada para satisfazer melhor a seus fins, recomendou que a Commissão de Hygiene participasse dos trabalhos dessa Commissão em certos casos e autorizou a applicação de fundos por credito suplementar para o conveniente desenvolvimento do serviço. A Assembléa terminou por approvar a Declaração de Genebra sobre os direitos da criança.

g) — Intermunicipalidade

A Assembléa, considerando que o estabelecimento de relações directas entre as municipalidades importantes dos di-

versos paizes, no estricto limite da soberania dos Estados, era uma nova prova de cooperação entre os povos, contribuindo para a diffusão dos ideaes creadores e inspiradores da L. N., decidiu acolher com a mais viva sympathia a doutrina da intermunicipalidade, recommendada aos membros da União pan-americana pela V Ccnferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, e convidou o Secretariado a preparar para a VI Assembléa um relatorio a esse respeito.

VI COMMISSÃO

Sobre a materia submettida a essa Commissão, a Assembléa emittiu as seguintes resoluções e votos:

a) — Admissão da Republica Dominicana

A Assembléa decidiu approvar essa admissão em sessão plenaria, a 29 de Setembro.

b) — Mandatos

A Assembléa, tendo tomado conhecimento do relatorio da respectiva Commissão Permanente da L. N., louvou os trabalhos dessa Commissão, exprimiu o voto de que as questões sobre emprestimos, adiantamentos e collocação de capitães tivessem boa solução, confirmou o direito de petição do Conselho dos habitantes dos territorios sob mandato; determinou que fosse regulado o trafico do alchool nesses territorios; pediu que os relatorios dos Estados mandatarios fossem amplamente divulgados; exprimiu o voto de que se fizessem taboas analyticas annexas aos relatorios da Commissão respectiva e formulou, por fim, um voto para que os Estados mandatarios substituissem, quando possivel, o pessoal responsavel pela administração dos territorios sob mandato.

c) — Questão da escravatura

A esse respeito, a Assembléa, tomando conhecimento do relatorio da respectiva Commissão Temporaria da L. N., decidiu agradecer o trabalho realizado por essa Commissão e approvar

forme os principios já estabelecidos e prévias consultas, assim como as indicações do Conselho e da Assembléa, attribuições que poderão ser, mais tarde, ampliadas.

i) — **Fundação de um instituto internacional para a unificação do Direito Privado**

A Assembléa agradeceu ao Governo Italiano a offerta que lhe fez de fundar em Roma um instituto para esse fim, sob a alta direcção da L. N.

Em seguida, resolveu que o Conselho acccesse a proposta formulada pelo Governo Italiano e decidiu que os poderes e funções do novo instituto e a constituição de seu conselho administrativo e de seu comité de direcção fossem determinados pelo Conselho da L. N., de accordo com o referido Governo; e que o Conselho fosse convidado a concluir com esse Governo, depois de prévia consulta, as organizações competentes, todos os accórdos necessarios a assegurar a organização, a existencia e o funcionamento normal do Instituto, tendo em vista que, conforme os desejos do Governo Italiano, os principios geraes a incorporar aos accórdos dessa natureza seriam analogos aos estabelecidos em relação ao instituto de cooperação intellectual, a ser creado em F.

COMISSÃO

A materia examinada unicamente por essa commissão deu motivo a um voto e a resoluções da Assembléa.

a) — **Conferencia Internacional para Reducção de Armamentos**

A Assembléa recomendou ao Conselho que essa Conferencia tomasse em consideração os accórdos regionaes para reducção de armamentos e tambem se manifestou de parecer que não seria necessaria uma nova conferencia de technicos sobre desarmamento naval e que esse assumpto deveria ser englobado no do desarmamento geral a tratar-se na proxima conferencia, e pediu ao Conselho que, ao preparar o programma

dessa conferencia, examinasse a oportunidade de inscrever um plano geral de uma redução de armamentos, conforme o art. 8 do Pacto, especialmente: a) Base e methodos de redução (orçamentos effectivos de paz, tonelagem das frotas navaes e aereas, população, configuração de fronteiras, etc.); b) Fixação dum orçamento modelo de despesas com armamento; e um exame da solução especial de outros Estados em relação á redução de armamentos, baseado: a) Reservas temporarias dos paizes que se achem particularmente expostos; b) Recommendação de accordos regionaes de redução ou limitação de armamentos, assim como recommendação sobre o estabelecimento de zonas desmilitarizadas e *contrôle* e investigação do estado dos armamentos dos Estados contractantes.

Por fim, a Assembléa pediu, tambem, ao Conselho que examinasse, por seus respectivos organismos, quaesquer projectos que lhes sejam presentes sobre a materia.

b) — “Contrôle” do commercio internacional de armas, munições e material de guerra

A Assembléa pediu ao Conselho que submittesse aos Estados membros ou não da L. N. o projecto de convenção sobre esse assumpto, elaborado pela respectiva commissão, pedindo-lhes seu parecer quanto á conveniencia da reunião de uma conferencia para discutir esse projecto.

c) — Informações estatísticas sobre o commercio de armas, munições e materiaes de guerra

A Assembléa, tomando conhecimento das estatísticas sobre essa materia, pediu ao Conselho que solicitasse da respectiva commissão uma relação sobre os traços característicos desse commercio, tal como se deduzem das informações prestadas á L. N., assim como sobre as conclusões a tirar dessas informações. Tambem pediu que assegurasse a publicação periodica das mesmas informações e pedisse aos Estados membros ou não da L. N. toda sorte de documentos que possam facilitar esse trabalho.

d) — Fabricação privada de armas, munições e material de guerra

A Assembléa pediu a esse respeito que o Conselho convidasse a respectiva commissão technica a retomar com plena liberdade o exame da questão e a elaborar um projecto de convenção, o qual serviria de base de discussão numa conferencia, que se devia reunir para a conclusão de uma convenção sobre o *contrôle* de fabricação privada de armas, munições e material de guerra. A Assembléa também pediu ao Conselho que examinasse a oportunidade de convidar o Governo dos Estados Unidos da America para enviar representantes seus para collaborarem nesses trabalhos preparatorios.

e) — Coordenação dos trabalhos da Comissão Temporaria Mixta e da Comissão Permanente Consultiva

A Assembléa resolveu, a esse respeito, que o Conselho reorganizasse a Comissão Temporaria, segundo bases que fixou, nas quaes havia uma recommendação de que todos os Estados, membros ou não da L. N., fossem solicitados a participar desses trabalhos.

f) — Guerra chimica

A Assembléa formulou, a respeito, um voto no sentido de ser chamada a attenção publica para a necessidade de agir, principalmente, sobre as causas de guerra pelo regulamento pacifico de conflictos e pela solução do problema da segurança, afim de que os povos não sejam tentados a utilizar os elementos de seu poder economico, industrial e scientifico, para o fazer arma de guerra.

g) — Summario Militar

A Assembléa pediu a respeito que o Conselho proseguisse na realização desse trabalho, desenvolvendo-lhe especialmente a parte que trata do poder industrial e economico susceptivel de utilização na guerra.

I E III COMISSÕES

Baseando-se no relatório apresentado por essas duas comissões, a Assembléa formulou o voto e a resolução seguintes sobre:

a) — Arbitragem, segurança e redução de armamentos

Sobre essa materia a Assembléa decidiu recommendar a todos os membros da L. N. que tomassem em consideração o projecto de Protocollo proposto por essas comissões, abrir esse Protocollo á assignatura dos mesmos Estados, convidar o Conselho a nomear uma comissão com o objecto de propôr as emendas ao Pacto occasionadas pelo Protocollo, e de pedir ao Conselho a convocação de uma conferencia internacional, conforme dispunha o art. 17 do referido projecto. E, por fim, a Assembléa, apreciando o relatório sobre a alinea 2 do art. 36 do Estatuto da Côte Permanente de Justiça Internacional, recommendou aos Estados que adherissem o mais cedo possivel ao Protocollo especial aberto em virtude dessa alinea, tendo em vista que os termos desse dispositivo são bastante flexiveis.

O texto desse Projecto de Protocollo está reproduzido no Anexo A do presente relatório.

IV COMISSÃO

A Assembléa, louvando-se nos pareceres dessa comissão, resolveu sobre:

a) — Contas verificadas, orçamento da L. N. e outras questões financeiras

Approvar essas contas, fixar o orçamento para o anno seguinte, assim como todas as conclusões formuladas pela mesma comissão, cujos trabalhos louvou.

b) — Repartição das despesas da L. N.

Tendo em consideração diversos argumentos que enumerou, a Assembléa decidiu que o Conselho promovesse um novo projecto de repartição de despesas, que continuasse a

reservar as 35 unidades provenientes do reencetamento de pagamentos por parte da Argentina, que essas 35 unidades fossem repartidas equitativamente pelos outros membros da L. N. e que fosse approved o *barème* proposto, susceptível de modificações provenientes da utilização dessas mesmas unidades. Por essa tabella de repartição de despesas, continuaram cabendo ao Brasil 35 unidades, isto é, o mesmo que ao Canadá e á Tchecoslovaquia, tendo cabido á Grã-Bretanha 88, á França 78, á China e á India 65, á Italia e ao Japão 61 e aos demais um numero de unidades bem inferior, perfazendo um total de 932 unidades, excluidas as 35 relativas á Argentina.

c) — Contribuições atrasadas

A esse respeito, a Assembléa deu diversas autorizações ao Secretariado no sentido de regularizar, quanto possivel, o pagamento dessas contribuições.

d) — Construcção de uma sala de conferencias na propriedade offerecida á L. N. pela Republica e Cantão e pela Cidade de Genebra

A esse respeito, a Assembléa manifestou o desejo de que o projecto de construcção dessa obra fosse objecto de um concurso internacional.

e) — Reorganização do Bureau da America Latina

A proposito da reorganização desse serviço do Secretariado, a Assembléa resolveu elevar a tres o numero dos membros do Bureau, elevar de dois a tres annos o tempo de duração das funcções dos mesmos, de facilitar o mais possivel uma representação mais conveniente dos Estados da America Latina.

f) — Pensões para o pessoal da Côte Permanente da Justiça Internacional

A esse proposito, a Assembléa approvou um regulamento especial, baseando-se na alinea 7 do art. 32 do Estatuto da Côte.

V COMISSÃO

A Assembléa, apreciando o relatorio dessa commissão, approvou as seguintes resoluções e votos:

a) — Trafico de opio e outras drogas nocivas

Depois de constatar os trabalhos realizados sobre o assumpto, apesar dos embaraços que a agitação revolucionaria na China vinha causando, pediu ao Conselho que verificasse, por intermedio da respectiva commissão, si já era opportuna uma activa propaganda contra essas drogas, lembrando então a conveniencia de que um representante latino-americano fizesse parte da Commissão Consultiva a que o assumpto está affecto.

b) — Trafico de mulheres e crianças

Sobre este assumpto, a Assembléa manifestou sua satisfação pelos trabalhos realizados pela respectiva Commissão Consultiva da L. N., ao mesmo tempo que lamentava a escassez de notificações obtidas pela Convenção internacional de 1921, pedindo aos Estados interessados que satisfizessem essa formalidade protocollar o mais promptamente possivel. Tambem fez sua uma resolução e tres decisões do Conselho, relativas a relatorios annuaes, a uma collecção de leis e regulamentos nacionaes sobre a materia, á designação de autoridades nacionaes encarregadas de prestar informações á L. N. a esse respeito e á necessidade de se completarem certas informações pedidas aos Estados membros da L. N. e referentes ao caso.

c) — Protecção de mulheres e crianças no Oriente Proximo

Sobre o assumpto, a Assembléa approvou os relatorios da commissão encarregada pela L. N. de prestar essa protecção e fixou a dotação da mesma para o anno seguinte.

d) — Questões relativas aos refugiados

A Assembléa, depois de apreciar a obra realizada pela commissão designada para solucionar esse caso, de muito difficil e demorada liquidação, convidou, por fim, o Bureau

os methodos de trabalho formulados pela mesma, cujo tacto e criterio eram garantia bastante do bom exito da delicada e difficil obra emprehendida.

d) — A situação na Georgia

A esse respeito, a Assembléa decidiu que fosse remettido ao Conselho o relatorio de sua VI Commissão, afim de permittir que se tomassem em consideração, no momento opportuno, as observações ahi formulados.

COMMISSÃO DA MESA

Baseando-se nos relatorios da sua Commissão da Ordem do Dia, a Assembléa resolveu sobre dous assumptos:

a) — Cooperação intellectual

Que, sobre ensino universitario dos fins da Liga das Nações, fosse remettida á VI Assembléa a proposta tendente a recommendar ao Conselho que a Commissão de Cooperação Intellectual convide os mestres de ensino em todos os grãos a collaborar na obra da L. N. e a preparar e fazer distribuir em todos os meios escolares textos, pondo a juventude ao corrente dos fins da Liga das Nações.

b) — Exame das respostas do Comité de Juristas visado pela Resolução do Conselho de 28 de Setembro de 1923

A esse respeito, a Assembléa decidiu approvar os resultados obtidos.

MATERIA NÃO RELATADA

Foram formuladas em plenario as seguintes resoluções e votos:

a) — Reducção de armamentos

A esse respeito, a Assembléa, tomando conhecimento das declarações dos governos representados e vendo com satisfação desenhar-se a base de um entendimento tendente a estabelecer a paz definitiva, decidiu, afim de conciliar as

divergencias que ainda subsistiam sobre certos pontos de vista, de modo a permittir a proxima reunião de uma conferencia internacional de armamentos, o seguinte:

1º. A 3ª Commissão fica encarregada de examinar os documentos relativos á segurança e á redução dos armamentos, especialmente as observações dos governos sobre o projecto de tratado de assistencia mutua preparado em virtude da resolução XIV da III Assembléa, e os outros planos preparados e apresentados ao Secretario Geral desde a publicação do projecto de tratado, assim como examinar as obrigações contidas no Pacto da L. N., quanto a garantias de segurança que um recurso á arbitragem ou uma redução dos armamentos possam necessitar.

2º. A 1ª Commissão fica encarregada:

a) de estudar, em relação a emendas eventuaes, os artigos do Pacto relativos ao regulamento das controversias;

b) de examinar em que limites os termos do art. 36, § 2, do Estatuto da Côrte Permanente de Justiça Internacional poderiam ser precisados, afim de facilitar a acceitação dessa clausula;

c) no intuito de reforçar a solidariedade e segurança das nações do mundo, resolvendo por vias pacificas todas as controversias susceptiveis de surgir entre os Estados.

b) — Eleições dos membros não permanentes do Conselho

A Assembléa renovou o voto, adoptado em 1922 e 1923, de ser desejavel que, na eleição de seus membros não permanentes do Conselho, a Assembléa estabelecesse sua escolha, tendo em conta as divisões geographicas dominantes, as grandes familias ethnicas, as differentes tradições religiosas, os diversos typos de civilização e as principaes fontes de riqueza.

c) — Tratado Geral de Arbitragem entre a Italia e a Suissa

A esse respeito, a Assembléa, tendo tomado na mais alta consideração as declarações das Delegações da Suissa e da Italia sobre o referido Tratado, exprimiu aos Governos desses paizes

paizes sua viva satisfação pela conclusão de semelhante pacto, cujo grande alcance se coadunava com o espirito inspirador dos trabalhos que então se realizavam.

d) — Homenagem ao Sr. Léon Bourgeois

A Assembléa, antes de encerrar seus trabalhos, pediu a seu presidente que enviasse um despacho ao Sr. Léon Bourgeois, communicando-lhe a approvação dada ao Protocollo sobre arbitragem, segurança e desarmamento, e para lhe render em nome da Assembléa um testemunho de profundo reconhecimento pelos serviços eminentes prestados por elle á causa da justiça e da paz internacional.

ORGANISMOS TECHNICOS

No Annexo A do presente relatorio está reproduzido o relatorio annual do Chefe da Delegação, apreciando a actividade de cada um desses organismos em 1924. Nos quatro primeiros mezes do corrente anno fizeram o seguinte:

Comité Economico

Na sessão de Janeiro tratou detidamente de estudar a possibilidade e a oportunidade da abolição definitiva das prohibições e restricções á importação e exportação, conforme resolução votada pela V Assembléa.

O assumpto tem grande importancia para o Brasil e foi attentamente examinado por nossa Delegação em Genebra, representada pelo Assessor Technico Sr. Barbosa Carneiro, cujo relatorio se acha, em parte, reproduzido no Annexo A do presente relatorio.

Commissão Permanente Consultiva

Esse orgão technico da L. N. realizou sua 17ª sessão, em Fevereiro ultimo, sob a presidencia do Sr. Contra-Almirante Souza e Silva, Assessor Technico da Delegação Brasileira.

Tratou então de submeter ao Conselho proposições practicas sobre direito de investigação em face do tratado de Ver-

sailles, de preparar um relatorio sobre vias e meios de assegurar ás commissões de investigação o livre exercicio de suas funções e de examinar os casos sobre fabricação privada de armas e munições de guerra.

Os Srs. Contra-Almirante Souza e Silva e Major Leitão de Carvalho, assessores da Delegação, participaram dos debates com interesse e, por fim, apresentaram sobre a materia um relatorio, cujos trechos principaes são reproduzidos no Anexo A do presente relatorio.

Commissão de Coordenação

Essa Commissão foi creada por força do Protocollo de Genebra, e era incumbida de dar applicações ás medidas sobre desarmamento formuladas por esse pacto.

Por falta de approvação por parte da Inglaterra — *Vide Assemblée* — do Protocollo, fracassou a Conferencia Internacional para Reducção de Armamentos, cujo programma geral estava sendo organizado por essa Commissão, que ficou, assim, com seus trabalhos reduzidos ao exame das questões relativas á fiscalização da fabricação privada e do commercio internacional de armas, munições e material de guerra.

Comité Financeiro

O grande alcance pratico da obra realizada por este Comité ou das medidas por elle preconizadas tem despertado particular interesse.

A reconstituição financeira da Austria e da Hungria, o projecto de emprestimo á Municipalidade de Dantzig e o estudo da importante questão do padrão ouro foram, entre muitos, os assumptos que mais attentamente estudou este Comité no anno passado.

Comunicações e transitó

Comités dessa organização estudaram a reforma do calendario, a unificação da arqueação em navegação interior e a

alçada da Comissão do Danubio, além de outros de interesse mais particular, como o que se reuniu em Milão, no mez de Março ultimo, para estudar a circulação internacional de automoveis e consequente estabelecimento de certificados para os conductores para circulação internacional desses vehiculos, instituição de signaes internacionaes, etc.

Organização de Hygiene

Além dos estudos preparatorios para a installação de um escriptorio de informações epidemiologicas sobre o Extremo Oriente, esta Organização reuniu em Março a Comissão do Paludismo para exame do inquerito procedido sobre a materia nos Balkans, na Russia e na Italia e de outro em andamento, na Palestina e na Syria, onde o paludismo está sendo combatido com o emprego do quinino e a exterminação dos mosquitos.

A Comissão está a estender agora as suas pesquisas á Sicilia, Hespanha, Albania, Corsega, Turquia Asiatica e Anatolia. Nessa reunião tomou conhecimento de uma memoria sobre o problema no Brasil, tendo resolvido reunil-a em volumes, precedida de outras sobre as regiões do N. da Europa, em que é sensivel o declinio do paludismo. Tambem foi considerada a instituição de um ensino especial da materia em Londres, Paris e Hamburgo, seguido de um certo estagio nas regiões em que grasse o paludismo.

Em Abril, o Comité se reuniu e approvou o plano da troca de pessoal sanitario em 1926, tendo resolvido manter a collaboração estabelecida com os paizes latino-americanos por meio da troca de seis funcionarios sanitarios com outros tantos europeos, além de outras medidas de interesse geral, como o exame de relatorios sobre o ensino de hygiene, estudo da tuberculose, do cancer, da leishmaniose mediterranea e da variola.

Codificação do Direito Internacional

O Conselho, na sua reunião, em Roma, presidida pelo Sr. Mello Franco, nomeara o *comité* encarregado de circumscrever o campo de acção dos trabalhos sobre codificação do

Direito Internacional e de estabelecer o methodo de os realizar.

Na reunião inaugural, o Presidente salientou que, si a codificação desse ramo do Direito poderá até certo ponto entibiar o seu desenvolvimento, apresenta, no entanto, a vantagem de fixar com segurança e clareza uma materia cuja jurisprudencia não é de facil apreciação, mostrando tambem que esse trabalho de codificação de que fôra encarregado o *comité* não poderia ser completo, nem definitivo, mas realizado continua e gradativamente.

O trabalho preliminar do *comité* foi o de organizar uma lista de questões de Direito Internacional de maior interesse, as quaes, depois de estudadas, serão submettidas aos Governos interessados para que esses digam quaes as codificaveis.

O Comité resolveu então cuidar de questões de Direito Internacional Publico e Privado, simultaneamente, tendo partilhado o trabalho por sub-commissões, que poderão solicitar o concurso de instituições especialistas na materia em estudo.

Encontram-se no Anexo A do presente relatorio os principaes documentos elucidativos desta succinta exposição da actividade dos organismos technicos da Liga das Nações.

COMISSÃO DE JURISTAS

Parecer sobre a interpretação do art. 4º, alinea 5, do Pacto

O Governo Britannico levantou perante o Conselho da Sociedade das Nações, na sessão de Julho de 1924, a questão do exame da posição do Conselho em relação aos arts. 159 do Tratado de Saint-Germain, 143 do Tratado de Trianon e 104 do Tratado de Neuilly.

Esses artigos são identicos ao 213 do Tratado de Versailles e rezam o seguinte: "Emquanto o presente Tratado estiver em vigor, a Austria (ou a Hungria ou a Bulgaria) se compromette a prestar-se a qualquer investigação que o Conselho da Sociedade das Nações, votando por maioria, julgar necessaria." Esses artigos se referem aos limites dentro dos quaes aquelles paizes estão autorizados a conservar armamentos.

Até agora a fiscalização dos armamentos daquellas tres nações foi exercida pelas Principaes Potencias Alliadas. O Governo Britannico resolveu, porém, provocar o exame da situação resultante do levantamento definitivo daquella fiscalização.

De accôrdo com o artigo 4º, alinea 5, do Pacto da L. N., todo membro da Liga que não estiver representado no Conselho é convidado a mandar um representante tomar assento no mesmo, cada vez que uma questão que o interesse particularmente fôr levada perante o Conselho. Assim sendo, a Rumania, a Servia, Croacia e Slovenia, a Bulgaria, a Grecia, a Austria e a Hungria pediram para tomar assento no Conselho por ocasião da discussão.

Parecendo ao Conselho muito importante essa questão de representação, Lord Parmoor, representante da Gran Bretanha, propoz que, embora a decisão coubesse exclusivamente ao Conselho, fosse encarregada uma commissão de juristas de formular um parecer sobre o pedido em questão. O Sr. H. de Jouvenel, representante da França, concordando com a proposta, apresentou a seguinte indicação, que foi approvada pelo Conselho:

«O Conselho, tendo recebido de diversos Estados, membros da Liga, pedidos tendentes a serem representados no Conselho, conforme a alinea 5 do art. 4º do Pacto, por ocasião do exame da questão do direito de investigação previsto nos arts. 159 do Tratado de Saint-Germain, 143 do Tratado de Trianon e 104 do Tratado de Neuilly, decide encarregar uma commissão de juristas de lhe formular um parecer sobre a interpretação da alinea 5 do art. 4º do Pacto, no que diz respeito á composição do Conselho por ocasião do exame da questão visada acima.»

O Conselho decidiu tambem que, de accôrdo com os precedentes, cada um dos membros do Conselho poderia enviar um jurista para fazer parte da Commissão. O Governo Brasileiro designou para represental-o o Ministro Residente Frederico de Castello Branco Clark. A Commissão ficou composta do seguinte modo: Botella (Hespanha); A. de Castro (Uruguay); Clark (Brasil); Fromageot, substituido por Bas-

devant (França); Jan Kromar (Tchecoslovaquia); H. Matsushima (Japão); Lord Phillimore (Imperio Britannico); Rolandi Ricci (Italia); Rolin (Belgica); Oesten Unden (Suissa); Van Hamel, director da Secção Juridica do Secretariado.

A Commissão, sob a presidencia de Lord Phillimore, representante do Imperio Britannico, realizou tres sessões, na séde do Secretariado Geral de Genebra, nos dias 28 e 29 de Julho.

Depois de exposta a opinião de cada um dos membros da Commissão, os Srs. Basdevant e Rolin foram encarregados de redigir um texto para ser objecto da discussão.

Sobre esse texto, redigido pelo Sr. Basdevant, chegaram a accôrdo todos os membros de Commissão, excepto o Sr. Rolin que apresentou reservas.

De accôrdo com o texto, o parecer da Commissão foi de que a questão deve ser encarada sob dois aspectos:

1º. Deliberação do Conselho sobre o modo do exercicio do direito de investigação que lhe é conferido pelos Tratados, isto é, sobre os methodos e meios a empregar nesse sentido.

2º. Deliberação do Conselho sobre os limites do direito de investigação, isto é, sobre a questão de saber si uma medida de investigação por elle encarada entra no quadro das medidas que pôde crdenar em virtude dos Tratados citados.

Em um e outro caso, o texto dos artigos citados indica que os Estados signatarios entendem que o Conselho deliberará com sua composição commum, sem adjuncção de representantes de outros Estados.

A Commissão accrescentou que não pretendia dar uma interpretação geral do alinea 5 do art. 4º do Pacto, mas somente uma interpretação relativa á questão particular que lhe era submettida.

CONFERENCIA FINANCEIRA INTER-ALLIADA

A Conferencia Financeira Inter-Alliada, que se reuniu em Paris de 7 a 14 de Janeiro, teve por objectivo repartir entre as Potencias Alliadas as receitas já escripturadas ou ainda não escripturadas pela Commissão de Reparações, até 1º de Ou-

tubro de 1924, data da entrada em vigor do Plano dos Peritos (Plano Dawes), assim como a mesma repartição durante os primeiros annos de execução do referido plano.

A reunião de Paris foi decidida pela Conferencia de Londres, realizada em Agosto anterior, na qual foi adoptado o Plano Dawes, sendo preparada pelo Comité dos Peritos, que logo na primeira reunião apresentou minucioso relatorio de todos os trabalhos executados.

Não havendo sido o Brasil convidado a tomar parte na Conferencia de Londres, apesar de ser participante das reparações, de accôrdo com a parte VIII do Tratado de Versailles, nenhuma referencia fazia o referido relatorio a seus direitos. Entretanto, desde 1920, figurava elle na relação organizada pela Commissão de Reparações, havendo apresentado á referida Commissão reclamações por damnos causados pela Allemanha posteriormente á nossa entrada na guerra, em conformidade com aquella parte do Tratado, reclamações que foram, no devido tempo, arroladas, classificadas, examinadas e discutidas pelas diversas sessões technicas da Commissão, e por ella propria em sessões plenarias, não só nas reuniões ordinarias entre alliados sómente, como tambem em outras de que participava a Delegação Allemã.

O direito do Brasil a uma parte minima que seja das reparações era e é, portanto, um direito liquido, reconhecido expressamente, aliás, pela propria Commissão de Reparações. Dahi provinha o nosso direito de representação nas reuniões com o objectivo de regular esse assumpto, direito que foi reconhecido pelo convite feito para tomar parte na reunião de Paris.

Representou nosso Governo na Conferencia Inter-Alliada de Paris o Embaixador Luiz Martins de Sousa Dantas, tendo como assistente o Ministro Residente Frederico de Castello Branco Clark.

A presença do representante do Brasil permittiu que suas declarações sobre as questões que affectam nossos interesses em materia de reparações fossem formuladas em plenario da Conferencia.

O Embaixador Sousa Dantas, em sessão plenaria, pediu a attenção do Presidente da Conferencia para os direitos e interesses do Brasil, não só quanto á questão da percentagem nas reparações propriamente ditas, como também quanto aos direitos decorrentes da divida especial da Allemanha ao Brasil, objecto do art. 263 do Tratado, fazendo uma reserva no sentido de poder o Brasil, directamente ou por intermedio da Commissão de Reparações, concluir com a Allemanha os accôrdos necessarios para o cumprimento das obrigações assumidas pelo citado art. 263. O Presidente accentuou que os nossos direitos ficavam reservados.

Na sessão de encerramento da Conferencia, o Representante do Brasil reaffirmou solemnemente os nossos direitos decorrentes da Parte X do Tratado, e, mais especialmente, do art. 263, fazendo reservas substanciaes e importantes. Declarou que, tendo o Brasil apresentado certas reclamações a titulo de reparações, tinha o direito de ser considerado como potencia participante ás reparações, fazendo reservas no sentido de accentuar, que nada no presente accôrdo, poderia de qualquer forma prejudicar seus direitos a uma participação nas annuidades Dawes, proporcional ás referidas reclamações, ficando também entendido que o mesmo accôrdo em nada poderia prejudicar os direitos do Brasil, decorrentes da parte X do Tratado de Versailles, de obter da Allemanha reparação dos danos causados anteriormente á belligerancia do Brasil, sobretudo o direito á divida especial, reconhecida no art. 263 do mesmo Tratado. O Presidente da Conferencia respondeu que a declaração brasileira figuraria na acta da sessão, ficando esses direitos plenamente reservados.

As reservas formuladas pelo Representante do Brasil tiveram como objectivo principal realçar que ainda não tinha sido attribuida ao Brasil percentagem alguma, a titulo de reparações, das annuidades pagas pela Allemanha em execução de Plano Dawes, e destinadas a satisfazer todas as obrigações contrahidas pela Allemanha, por titulo especiaes de divida, *ex-vi* dos arts. 259, 263 e outros do Tratado de Varsailles.

Embora seja pequeno o total das reclamações brasileiras

a titulo de reparações, sobretudo em comparação com o dos paizes que mais soffreram com a guerra, isso de modo algum affecta seu direito a uma percentagem qualquer na repartição da divida global da Allemanha.

O argumento, tantas vezes allegado, do beneficio que teve o Brasil com a requisição dos navios allemães, nenhuma procedencia tem, porque essa requisição já foi, por um encontro de contas directo com a Allemanha, considerada como indemnização por prejuizos e damnos causados por ella antes da entrada do Brasil na guerra, não tendo, portanto, nenhuma relação com as reclamações apresentadas á Commissão de Reparações, que se referem aos posteriores á belligerancia. A propria Commissão já reconheceu a sua incompetencia em relação ao caso desses navios.

Assim, as reservas feitas pelo nosso representante na Conferencia Inter-Alliada de Paris tiveram por fim salvaguardar os direitos do Governo Brasileiro de proseguir, directamente com a Allemanha, as negociações tendentes a obter a reparação dos damnos causados antes da belligerancia e resguardar sua liberdade de acção no que toca á execução, por parte da Allemanha, do art. 263 do Tratado de Versailles, referente ao pagamento da differença de cambio do valor do deposito do café, resalvando, assim, convenientemente, os nossos direitos.

VI CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Reuniu-se em Genebra, de 1 a 5 de Julho do anno passado, a VI Conferencia Internacional do Trabalho, de conformidade com o art. 400 da parte XIII do Tratado de Versailles, sob a presidencia do Sr. Hjalmar Branting, chefe da Delegação Sueca.

De accôrdo com o art. 389 do mesmo Tratado, as Delegações dos paizes membros da Organização Internacional do Tratado deverão compor-se de dois delegados governamentais, um delegado patronal e um delegado operario.

A Delegação Brasileira apresentou-se incompleta, não podendo, assim, fazer-se representar em todas as commissões.

A Conferencia discutiu as seguintes theses:

- I. Utilização dos lazeres dos operarios.
- II. Igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros.
- III. Repouso hebdomadario de 24 horas nas vidrarias com tanques.
- IV. Trabalho nocturno nas padarias.
- V. Dia de oito horas de trabalho.
- VI. Luta contra a falta de trabalho.
- VII. Luta contra o carbunculo.

A primeira these é uma consequencia da Convenção de Washington de 1919 sobre a limitação do tempo de trabalho ao maximo de oito horas por dia e quarenta e oito por semana. Entretanto, foi levantada, na Conferencia, a preliminar quanto á sua competencia para deliberar sobre a applicação desses lazeres, por isso que aos operarios cabe orientar livremente a propria conducta, receando alguns delegados que legislar sobre semelhante materia seria attentar contra a liberdade individual. Mas, se não lhes pode ser *imposta* uma utilização, pode-se, todavia, por meios indirectos, leval-os a um emprego proveitoso dessas horas de descanso.

Assim sendo, foi votada uma recommendação, apoiada pela Delegação Brasileira, sobre utilização dos lazeres operarios, dispondo sobre sua preservação, hygiene social, problema da habitação, instituição para a utilização dos lazeres e seu livre uso.

A igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros suscitou vivos debates, sendo, finalmente, adiada sua discussão para a reunião de 1925, por proposta do Delegado Britannico.

Consagrando a legislação brasileira a igualdade de nacionaes e estrangeiros em materia de direito civil, a lei não faz nenhuma distincção entre estrangeiros e nacionaes em relação aos direitos das victimas de accidentes do trabalho. Assim, a Delegação Brasileira sustentou a universalização do principio de igualdade de tratamento.

Quanto á terceira these, a Conferencia adoptou um projecto de convenção, estabelecendo o repouso de 24 horas consecutivas nas vidrarias de tanques, ficando, entretanto, previstas excepções para certos generos de trabalhos.

A questão relativa á abolição do trabalho nocturno nas padarias suscitou acalorados debates, devido á complexidade do problema em certos paizes, em que a classe dos pequenos patrões quasi se confunde com a operaria. Esses pequenos patrões sustentavam a these que nega á Conferencia, cujo fim é proteger os salarios, competencia para cercear a liberdade dos patrões.

Foi adoptado, finalmente, um ante-projecto de convenção prohibindo, a partir de 1º de Janeiro de 1927, o fabrico do pão, pastelaria ou productos similares, durante a noite. A questão será definitivamente resolvida na reunião de 1925.

A Convenção de Washington, de 1919, que estabeleceu o regimen das oito horas de trabalho, ainda não foi ratificada pela maior parte das potencias signatarias, o que motivou varias interpellações das delegações operarias ás governamentais sobre os motivos dessa demora.

O Delegado Francez, Sr. Godart, expondo o ponto de vista francez, declarou que a lei que a instituiu trouxe resultados fecundos, promovendo verdadeira evolução nos costumes das classes trabalhadoras, augmento de jardins operarios e evidente diminuição do alcoolismo, declarando, finalmente, que o Governo Francez estava prompto a ratificar a Convenção de Washington.

O Delegado Allemão, Sr. Leymann, declarou que, em virtude das condições excepçionaes de seu paiz, do peso das reparações e das difficuldades economicas actuaes, o Governo Allemão fôra coagido a renunciar á applicação geral do dia de oito horas, na industria, no commercio e nos transportes, que existia, entretanto, em certas industrias importantes, como nas minas, nas industrias e nas construcções.

— O Delegado Inglez, Sr. Rhuys Davis, fazendo notar que o dia de oito horas parece ser mais largamente observado na pratica na Grã Bretanha do que em outro qualquer paiz, de-

clarou que o Governo Britannico tem a intenção de apresentar um projecto de lei que autorize a ratificação da Convenção de Washington.

— O Delegado Patronal Brasileiro, Sr. Costa Pinto, expoz as condições do trabalho industrial no Brasil, defendendo a liberdade de acceitarem os operarios horas supplementares de trabalho, uma vez que lhes seja assegurado um justo augmento de salario.

— Das declarações dos delegados das grandes potencias industriaes, conclue-se a probabilidade de uma proxima ratificação da Convenção de Washington.

— O problema da luta contra a falta de trabalho, que se observa em certos paizes industriaes da Europa, onde existem cerca de treze milhões de desoccupados, o que significa que cerca de cincoenta e dois milhões de individuos estão affectados pelo *chômage*, deu logar a longos debates na Conferencia, sendo, finalmente, approvada uma resolução consagrando uma serie de medidas sobre investigação quanto ao funcionamento do credito, á estabilidade geral dos preços, sua fluctuação, etc.

O Delegado do Brasil, Sr. Bandeira de Mello, chamou a attenção da Conferencia para as possibilidades immigratorias dos paizes novos como meio racional de dar solução economica ao problema, empregando o excesso de mão de obra dos paizes que soffrem de *chômage* na producção de materia prima naquelles paizes.

— Quanto á questão da luta contra o carbunculo, e da protecção dos operarios empregados em certas industrias textis, o problema foi adiado para a reunião de 1925.

Foi ainda discutida a questão das delegações incompletas, pois dezeseis paizes não as enviaram completas, sendo que alguns mandaram delegados patronaes, sem enviar representação operaria, o que traz disequilibrio nas votações das questões sujeitas á deliberação.

Foi approvada uma emenda solicitando ao Officio Internacional do Trabalho reunir os documentos necessarios para ser apreciada a exacta situação das organizações patronaes e operarias nos differentes paizes.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EMIGRAÇÃO E IMMIGRAÇÃO DE ROMA

Em 15 de Maio do anno passado, reuniu-se em Roma, convocada pelo Governo Italiano, uma conferencia internacional de emigração e immigração com o fim de estudar, sob o ponto de vista exclusivamente technico, varios problemas attinentes ao estabelecimento de principios e á fixação de criterios sobre emigração e immigração, como base para a negociação de convenções sobre esse assumpto.

Estiveram representados na Conferencia cincoenta e sete paizes, o Officio Internacional do Trabalho e a Liga das Nações.

O Brasil fez-se representar por uma delegação presidida pelo Sr. Dr. James Darcy e composta pelo Consul Philomeno Padula, Dr. Alberto da Cunha, inspector de hygiene no Departamento Nacional da Saude Publica, Dr. Deoclecio de Campos, addido commercial, e Dr. Tarquinio de Souza.

A Conferencia dividiu-se em quatro secções, que trataram respectivamente das seguintes questões:

- 1ª. Transporte de emigrantes, hygiene e serviços sanitarios.
- 2ª. Assistencia aos emigrantes antes da partida, durante a viagem, e por occasião do desembarque, e aos immigrantes nos paizes de immigração. Assistencia especial ás mulheres e ás crianças. Desenvolvimento da cooperação, da previdencia e da mutualidade entre os emigrantes.
- 3ª. Medidas recommendaveis no sentido de adaptar a immigração ás necessidades de mão de obra nos paizes de immigração. Collaboração entre os paizes de emigração e de immigração dos differentes paizes.
- 4ª. Principios geraes que deveriam regular os tratados de emigração e immigração.

A Delegação Brasileira fez-se representar em todas as Commissões, cabendo ao seu chefe a presidencia da 3ª Commissão.

A sessão inaugural realizou-se no Capitólio, em presença de Sua Magestade o Rei da Italia e de todo o Corpo Diplomático acreditado junto ao Quirinal. Foi eleito presidente da Conferencia o Chefe da Delegação Italiana, Commendador J. De Michelis, e Vice-Presidentes os Chefes das Delegações da Grã Bretanha, Estados Unidos da America, França, Japão, Polonia, Hespanha, Argentina e Chile.

PRIMEIRA SECÇÃO

A Conferencia adoptou resoluções no sentido de uniformizarem os paizes interessados as disposições sanitarias em vigor sobre emigração e immigração, visando a preparação de um código sanitario internacional de emigração; sobre transporte ferroviario e marítimo de emigrantes, no sentido de facilitar esses transportes, melhorando-lhes a rapidez, o conforto, e estabelecendo as condições minimas necessarias sobre o aparelhamento sanitario dos navios que transportam emigrantes; sobre medidas tendentes a ministrar aos emigrantes noções elementares de asseio pessoal e hygiene domestica e sobre exames medicos, sanitarios, attestado de vaccina, e asylos especiaes para mulheres nos pontos de embarque. Foi recusada a proposta italiana sobre a intervenção de inspectores sanitarios a bordo de navios estrangeiros e adoptadas tambem medidas de protecção e assistencia ás mulheres e moças viajando sós e a conclusão de accordos entre os governos interessados para zelar pela saúde das crianças a bordo dos navios que transportem emigrantes.

SEGUNDA SECÇÃO

A Conferencia recommendou a installação de asylos e hospedarias de emigrantes e immigrantes e adoptou as resoluções propostas pela Commissão Consultiva da Liga das Nações para a repressão do trafico de mulheres e crianças, prohibindo, tambem, a propaganda em favor da emigração. Emittiu votos recommendando aos paizes de immigração que

facilitem a admissão de estrangeiros ás sociedades de soccorros mutuos ou assistencia, constituídas entre nacionaes, e preconizando a conclusão de tratados e accordos sobre a assistencia judiciaria e as medidas tendentes a facilitar a acção de associações privadas de assistencia aos emigrantes, no sentido de organizar entre ellas uma cooperação systematica.

TERCEIRA SECÇÃO

A Conferencia adoptou um projecto de resoluções, exprimindo o desejo de que cada Estado de emigração ou immigração possa permutar informações sobre a situação do mercado do trabalho, as condições de salarios e demais informações interessando a emigração e immigração; propondo aos Estados a conclusão de tratados tendentes a facilitar a collocação dos technicos e dos intellectuaes, segundo as necessidades de cada paiz de immigração; manifestando o desejo de ver abolida a exigencia dos passaportes e demonstrando a necessidade de uma carta de identidade uniforme, independente de qualquer taxa ou contribuição; e aconselhando aos Estados a regulamentação da pratica da retenção sobre os salarios.

Sobre o recrutamento colectivo de emigrantes, a Conferencia reconheceu a necessidade de proteger os trabalhadores dos paizes de immigração contra a introduccção excessiva e inopportuna de mão de obra estrangeira, determinando as condições a que deve obedecer o recrutamento colectivo.

Foi tambem adoptada uma proposta aconselhando os governos a obrigarem-se a punir severamente os que animem ou facilitem a violação das leis e regulamentos dos paizes interessados, sobre emigração clandestina.

QUARTA SECÇÃO

A discussão da significação dos termos *emigrante* e *immigrante*, com o fim de permittir o estabelecimento de methodos uniformes de estatistica comparada de emigração e immigração,

provocou vivos debates, sendo a definição proposta pela Delegação Italiana vivamente combatida pelos Delegados da Argentina, do Brasil e da França, que allegavam que os paizes de immigração conferem ao immigrante que manifesta intenção de se estabelecer de uma maneira duravel no seu territorio, vantagens e privilegios especiaes, que não são outorgados aos simples trabalhadores de passagem. Foi, finalmente, approved, com reservas de alguns paizes, o texto elaborado entre os Delegados Argentino, Francez e Italiano, que adoptou a definição seguinte:

“consideram-se emigrantes ou immigrantes todas as pessoas que deixarem sua patria em busca de trabalho, ou que vão dedicar-se ao pequeno commercio, ou que vão reunir-se a parentes que já emigraram em busca de trabalho”.

O *Estatuto do Immigrante*, que era objecto de um projecto de resolução proposto pela Delegação Italiana, levantou numerosas objecções por parte de delegados de varias nações, que contestavam a competencia de uma conferencia exclusivamente technica para discutir um assumpto envolvendo problemas de ordem juridica e politica. O Delegado Italiano declarou, porém, que a Conferencia não iria assignar convenções sobre a materia, mas somente emittir votos sobre assumptos que entram no dominio da regulamentação da emigração e immigração. Ainda assim, a votação dos principios que a Conferencia adoptou como devendo constituir o Estatuto do Emigrante, deu logar a numerosas abstenções.

Os principios votados nesta materia foram os seguintes :

1º. A liberdade de emigrar deve ser reconhecida, com reserva das restricções estabelecidas por motivos de ordem publica e economica ou para a protecção dos interesses materiaes e moraes dos emigrantes (12 abstenções).

2º. A liberdade de immigrar deve ser reconhecida, com reserva das restricções de ordem publica, economica e social, resultantes notadamente do estudo do mercado de trabalho e para a salvaguarda dos interesses hygienicos, sanitarios e moraes dos paizes de immigração (12 abstenções).

3º. A emigração deve ser interdita, tanto quanto permittirem as legislações respectivas, ás pessoas que não preencherem as condições necessarias para serem admittidas nos paizes de destino (7 abstenções).

4º. A liberdade de emigrar e de immigrar deveria ser reconhecida aos differentes membros da familia de um immigrante já estabelecido, quando não existir motivo pessoal de exclusão de ordem publica, hygienica, sanitaria ou moral (5 abstenções).

5º. O recrutamento e o transporte dos emigrados deveria ser submettido a um regimen especial destinado a garantir aos emigrantes a protecção a mais efficaz de seus direitos e interesses (3 abstenções).

6º. O beneficio da protecção, acima referida, deveria ser estendido aos emigrantes estrangeiros em transito (5 abstenções).

7º. Todos os Estados deveriam punir com penas severas quem quer que animasse ou facilitasse a violação das leis e regulamentos sobre a emigração (7 abstenções).

8º. Os Governos dos paizes de immigração transoceanica e os dos paizes de emigração deveriam prestar-se mutuo auxilio para prevenir e reprimir as violações fraudulentas das leis e regulamentos relativos á emigração e immigração clandestinas (9 abstenções).

9º. Os emigrantes, os trabalhadores estrangeiros e suas familias deveriam gozar dos direitos civis nas mesmas condições que os nacionaes, sob reserva de reciprocidade (4 abstenções).

10. Os trabalhadores estrangeiros deveriam ser admittidos em todos os officios e profissões nas mesmas condições do que os nacionaes, sob reserva das excepções estabelecidas pelas razões de defesa nacional, de ordem publica ou resultante do estado do mercado (7 abstenções).

11. Os trabalhadores estrangeiros não deveriam ser submettidos a taxas e impostos especiaes (6 abstenções).

12. Os trabalhadores estrangeiros deveriam ser admittidos, nas mesmas condições que os nacionaes, a gozar da assistencia judiciaria gratuita, sob condição de reciprocidade (4 abstenções).

13. Os trabalhadores estrangeiros deveriam gozar dos mesmos direitos que os nacionaes, no que diz respeito á applicação das leis de protecção ao trabalho, ás indemnizações em caso de accidente, admissão nas associações profissionaes e syndicaes e o beneficio dos seguros sociaes, sob reserva, no que concerne esses beneficios, da reciprocidade ou de vantagens equivalentes (9 abstenções).

14. A obra de protecção e soccorro, a que se propõem as associações privadas para a protecção dos emigrados, deveria ser facilitada.

— A Conferencia approvou tambem uma resolução relativa a empresas de colonização, estabelecendo a necessidade de facilitar o accesso das terras a immigrants isolados, em grupos, ou a empresas de colonização, favorecendo as de capitaes nacionaes e estrangeiros para a constituição dessas empresas. Essa resolução teve um voto contrario, além de dez abstenções.

Sobre seguros sociaes, foi ainda adoptada uma proposta tendo em vista garantir ao trabalhador, obrigado a mudar constantemente de paiz, a continuidade dos seguros sociaes.

Finalmente, foi uma outra resolução acceita para que os trabalhadores estrangeiros tenham a faculdade de poder fazer parte, nas mesmas condições que os nacionaes, das commissões de conciliação e de arbitramento para a solução dos conflictos em que são interessados.

Do conjuncto de medidas votadas na Conferencia, verifica-se que ella teve, sobretudo, em vista, zelar pelos interesses do emigrante, sem tratar com a mesma solicitude dos interesses dos paizes de immigração que não podem conceder aos immigrants uma situação privilegiada, que os torne, de qualquer modo, mais protegidos do que o trabalhador nacional. Além disso, as condições dos paizes que empregam a mão de obra estrangeira, differem grandemente entre si, não sendo possivel applicar as mesmas medidas e regras aos que recebem trabalhadores agricolas adventicios, que voltam ao paiz de origem logo que recolhem o producto da colheita do anno e aos que os acolhem de uma maneira permanente e definitiva.

Algumas das resoluções votadas visam, de certo modo, influir na legislação dos paizes de immigração, o que explica grande numero de abstenções verificadas quando foram sujeitas á votação no plenário.

CONFERENCIA INTERNACIONAL PARLAMENTAR DO COMMERCIO

Sob os auspícios do Governo Italiano, reuniu-se em Roma, em abril ultimo, a Conferencia Internacional Parlamentar do Commercio.

O Congresso Brasileiro fez-se representar por uma delegação de seus membros, composta dos Senadores Paulo de Frontin, presidente, Adolpho da Silva Gordo, Pires Rebello e Deputados Celso Bayma, vice-presidente, Gilberto Amado, Francisco Pessoa de Queiroz e Salles Junior.

A Conferencia, da qual participaram 37 paizes, foi inaugurada a 17 de Abril, com a presença de mais de quatrocentos delegados, sob a presidencia de S. M. o Rei Victor Emmanuel e com a presença do Presidente do Conselho de Ministros da Italia, Sr. Benito Mussolini.

O Real Commissario de Roma, Sr. Felipe Cremonese, apresentou aos delegados os cumprimentos em nome da cidade, agradecendo-lhes haverem escolhido Roma para séde do actual Congresso, falando, em seguida, o Presidente do Senado Italiano, Sr. Tomasio Tittoni, que fez votos para o bom exito dos trabalhos da Conferencia.

Falaram em seguida o Primeiro Ministro, Sr. Mussolini, e os Chefes das Delegações da Belgica, França, Grã-Bretanha, Yugo Slavia e Brasil.

O trabalho apresentado pelo Chefe da Delegação Brasileira, Senador Paulo de Frontin, sobre o padrão-ouro, foi aprovado pela Conferencia apenas com uma ressalva contraria da Delegação Britannica.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL

Reuniu-se em Buenos Aires, em 26 de Outubro ultimo, por iniciativa do Governo Argentino, o Congresso Internacional de Economia Social.

Estiveram representados 37 paizes, Allemanha, Argentina, Australia, Belgica, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Equador, Escossia, Estados Unidos da America, França, Guatemala, Grecia, Hespanha, Honduras, Inglaterra, Italia, Mexico, Nicaragua, Noruega, Nova Zelandia, Paizes Baixos, Panamá, Paraguay, Perú, Polonia, Portugal, Rumania, Servia, Suissa, Tchecoslovaquia, Venezuela e Uruguay.

Além dos delegados dos Governos, tomaram parte na reunião delegados de instituições sociaes e scientificas, academias, associações, departamentos officiaes e de diversas provincias argentinas.

O Brasil esteve representado pelo Sr. Embaixador na Republica Argentina, Dr. Pedro de Toledo, e pelos Srs. Dr. Narciso Peixoto de Magalhães e Dr. José Gabriel de Lemos Britto.

O programma dos trabalhos repartiu-se em seis secções: Museus sociaes e instituições congeneres, Questões operarias, Hygiene social, Ensino, Questões agrarias e Estatistica social.

Numerosas theses e monographias, especialmente argentinas, foram submettidas ao estudo do Congresso.

Entre as principaes propostas e conclusões votadas, figuram as seguintes:

1º. *Accidentes de trabalho*. Convém:

a) que a legislação pertinente comprehenda todos os operarios e empregados, seja qual fôr o computo de seus salarios e a natureza da industria ou commercio em que trabalham;

b) que, quando o computo do salario annual exceda o que assignalem as respectivas leis, a liquidação da indemnização se realize como se a victima percebesse o maximo que ellas estabelecem;

c) que as indemnizações a entregar-se em determinados casos em forma de capital consultem, além do salario, a perda

de capacidade, a profissão habitual e a idade do incapacitado.

2º. *Legislação do trabalho.* Recommenda-se a conveniencia de que os Estados da America organizem estudos estatisticos completos sobre seus problemas de trabalho, com o fim de fundar, sobre suas conclusões, a legislação do trabalho apropriada ao ambiente e necessidade americanas.

3º. *Participação dos operarios nos lucros.* Convém que os empresarios e industriaes applicuem systemas que permittam a participação dos operarios nos lucros do capital e na gestão das empresas.

4º. *Contracto de trabalho.* Convém substituir a legislação referente, estabelecida até agora nos codigos fundamentaes, por uma lei especial sobre contracto de trabalho applicavel á prestação de serviços industriaes, mercantis e agricolas. A lei especial deverá abranger, entre outros pontos, o contracto colectivo de trabalho, o salario minimo, o valor dos regulamentos de fabricas, a duração e termos dos serviços e o estabelecimento de órgãos ou aparelhos para actuar na solução das contendas individuaes ou collectivas que occurram entre as partes.

5º. *Empregados publicos.* Reconhece-se a conveniencia de que se regulamente a carreira administrativa, garantindo a estabilidade e o accesso dos empregados publicos. A lei respectiva deverá reconhecer o direito a licenças por enfermidade, por um tempo razoavel.

6. *Associações profissionaes.* Convém promulgar leis especiaes, concedendo o estatuto legal ás associações profissionaes e reconhecendo-lhes, entre outros, o direito de comparecer em juizo, como demandistas ou demandados, o de constituir secções de cooperação ou mutualidade, possuir immoveis, registrar marcas de fabrica ou de commercio, e contractar collectivamente. A lei deverá tambem reconhecer a confederação de associações compostas de pessoas que exerçam a mesma profissão ou profissões semelhantes.

7º. *Conciliação e arbitragem.* Recommenda-se a instituição de aparelhos de conciliação e arbitragem, com o proposito de evitar as gréves ou de dar-lhes fim quando as funcções de

prevenção não tenham dado resultado. As modalidades de cada mecanismo devem inspirar-se nas particularidades de cada paiz, e mais especialmente, no gráu de organização operaria alcançado.

8º. *Salarios*. Convém estender o principio da fixação do salario minimo legal ao maior numero possivel de trabalhadores, relacionando o montante delle ao custo da vida e á situação da familia do operario (salario familiar).

9º. *Conselho Superior do Trabalho*. Recommenda-se que, dentro da organização que cada paiz cria mais adequada a seus propositos, porém, sempre com representação operaria, se instituem conselhos superiores do trabalho com fins de assessorar os poderes publicos, divulgar estudos e fomentar a legislação operaria e social.

10. *Protecção ao trabalho dos indigenas*. Dentro da legislação do trabalho, convém dictar leis especiaes applicaveis aos indigenas. Esta legislação especial, tendo presentes as condições de facto dos individuos para os quaes se legisla, deve caracterizar-se por um maximo de tutela e de protecção.

11. *Trabalho de maritimos*. Reconhecendo a necessidade de dedicar aos operarios dos portos, navios e estaleiros a mesma attenção que se presta aos de fabricas, commercio e officinas, recommenda-se a criação de um serviço de inspecção e vigilancia especialmente com o proposito de evitar os accidentes e melhorar suas condições de trabalho.

12. *Jornada de trabalho*. Em obediencia a razões de ordem scientifica, social e economica, recommenda-se que cada paiz vote sua lei limitativa de jornada de trabalho, impondo a de 8 horas como maxima.

13. *Trabalho dos ferroviarios*. Convém regulamentar o trabalho dos ferroviarios de maneira especial. A lei que contenha essa regulamentação deverá contemplar, especialmente, os seguintes pontos:

- a) condições de prestação de serviços, jornada e salarios;
- b) antiguidade, accesso e estabilidade;
- c) faculdades disciplinares e processo summario e contradictorio para a comprovação e repressão de faltas graves.

Na elaboração do respectivo regulamento actuará um tribunal, no qual os operarios e empregados terão a mesma representação que as empresas.

14. *Direito Internacional do Trabalho.* Reconhecendo a importancia da obra realizada pela Organização Internacional do Trabalho, recommenda-se que as nações ratifiquem os projectos de convenções que se approvam em suas conferencias.

15. *Seguros sociaes.* Em face da existencia de varias leis sobre seguros sociaes na ordem nacional, reconhece-se a conveniencia que haveria em uniformizar os juroz, contribuições, regulamentos e processos, afim de que seja possivel o intercambio de affiliados entre as caixas sem occasionar ás mesmas ou aos interessados prejuizcs de ordem financeira. Expressa-se um voto no sentido de ampliar as leis existentes, introduzindo o seguro de enfermidade e de desoccupação.

O Dr. Lemos Britto, um dos nossos delegados, fez, durante o Congresso, uma exposição synthetica da nossa legislação social, finda a qual o Presidente da Secção de Legislação Operaria propoz um voto de louvor ao Brasil, que foi votado unanimemente.

COMMISSÃO INTERAMERICANA DE COMMUNICAÇÕES ELECTRICAS

Na V Conferencia Internacional Americana de Santiago do Chile ficou accordada a regulamentação das communicações electricas do Continente Americano, tendo sido formulados principios geraes a que ella deveria obedecer e creada uma commissão interamericana de communicações electricas, composta de tres delegados de cada Estado membro da União Pan-Americana, que ficou encarregada de estudar os meios da estabelecer a cooperação entre esses Estados.

A primeira reunião dessa Commissão realizou-se na cidade do Mexico, a 27 de Maio do anno passado, havendo comparecido quinze delegações dos seguintes paizes: Estados Unidos da America, Republica Argentina, Brasil, Colombia,

Costa Rica, Cuba, Salvador, Guatemala, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Republica Dominicana e Uruguay.

A Delegação Brasileira foi presidida pelo Professor Tobias de Lacerda Martins Moscoso

A Resolução da Conferencia de Santiago creara a comissão e determinara o estudo de uma convenção que estabelecesse equidade e proporcionalidade nas tarifas e uniformidade nas regras sobre communicações electricas internacionaes, inclusive communicações radiotelegraphicas, cabos submarinos, linhas telegraphicas terrestres e linhas telephonicas terrestres e submarinas.

Por isso foi preliminarmente resolvido na reunião do Mexico, que a Comissão formularia uma só convenção abrangendo todas as communicações electricas.

Essa convenção crea a União Inter-Americana de Communicações Electricas, reconhece que essas communicações são parte essencial do serviço publico, devendo, portanto, estar sob a vigilancia dos governos, reservando estes para si, em principio, a administração directa das communicações internas. Os Estados signatarios compromettem-se a ligar seus serviços de communicações electricas terrestres e a estabelecer uma cadeia de estações radiotelegraphicas nos pontos que forem determinados pelo Regulamento

A convenção foi assignada por todas as delegações, excepto pela dos Estados Unidos da America, paiz em que as communicações electricas estão geralmente a cargo de empresas privadas, ao passo que nas outras nações americanas ellas fazem parte do serviço publico, systema que prevaleceu na Comissão.

Foram tambem approvadas duas resoluções, para que se celebre no anno corrente, no Rio de Janeiro, uma conferencia interamericana encarregada de redigir e approvar o regulamento de serviço a que se refere a convenção, e para que sejam presentes aos governos interessados e á mesma Conferencia, os projectos de regulamentos formulados na reunião do Mexico.

Os trabalhos da Comissão foram encerrados a 21 de Julho do anno passado.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO OPIO

Sobre o trafico do opio e outros estupefacientes foram promovidas duas conferencias, ambas para Novembro de 1924, em Genebra.

Da primeira só participaram os Estados que possuem territorios no Extremo Oriente, nos quaes persiste o vicio do opio. Para a segunda, cujo programma era a procura de meios capazes de reduzir ás necessidades medicas ou scientificas a fabricação de outros alcaloides, morphina, heroína e cocaína, assim como a producção do opio em bruto e a exportação das folhas de coca, foram convidados todos os Estados, membros da Liga das Nações, além dos participantes da Convenção da Haya, de 1912, e demais Estados productores ou fabricantes de taes productos.

Desta segunda conferencia participaram 41 Estados, tres dos quaes os Estados Unidos, a Allemanha e a Turquia não são membros da Liga das Nações.

Os debates dessa conferencia muito se prolongaram, devido, principalmente, a uma grande divergencia entre as Delegações da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da America, sobre a contagem do prazo do projecto estabelecido pela outra conferencia, o qual deverá correr a partir da occasião em que os Estados cultivadores da papoula tiverem assegurado a effectividade de suas medidas contra a exportação do opio em bruto e das folhas seccas de coca.

Essa conferencia elaborou, por fim, uma convenção, um protocollo e um acto final, tendo realizado sua sessão plenaria, de encerramento, 38ª, a 19 de Fevereiro ultimo. Antes do encerramento de seus trabalhos retirou-se a Delegação Americana por discordar do ponto de vista adoptado pela conferencia a respeito daquelle prazo, sendo, pouco depois, secundada pela Delegação Chinezinha.

A convenção elaborada pela conferencia contém trinta e nove artigos que reforçam a da Haya, de 1912, com o objecto de reduzir a producção e fabricação de entorpecentes, e ficou aberta a assignatura até Setembro deste anno.

Só entrará em vigor quando ratificada por dez Estados, sete dos quaes tenham direito de representação no *comité* fiscalizador do mercado internacional desses productos.

Foram representantes do Brasil nesta conferencia os Drs. Humberto Gotuzzo e Pedro Pernambuco Filho, que participaram activamente dos debates, defendendo a these da limitação da produção ás necessidades medicas e scientificas.

COMMISSÃO INTERNACIONAL DE JURISCONSULTOS

Dando execução a determinações da V Conferencia Internacional Americana, deveria reencetar, nesta Capital, em 1925, seus trabalhos em conjuncto a Comissão Internacional de Jurisconsultos, que, em 1912, se reunira pela ultima vez na mesma cidade.

Verificou-se, no emtanto, ser imprescindivel um entendimento previo sobre a materia, que fôra distribuida por seis sub-commissões, e uma preparação preliminar a respeito de cada uma, para que se não repetissem alguns inconvenientes observados no programma da reunião de 1912.

O Instituto de Direito Internacional Americano, em sua reunião de Havana, declarou mesmo ser exiguo demais o tempo de que dispunha para formular seus projectos para a reunião da Comissão Internacional de Jurisconsultos em 1925.

Por sua vez, o Conselho Director da União Pan-Americana teve occasião de formular interessantes suggestões sobre a materia, as quaes pedem attento exame e ora manifesta o desejo de que essa reunião plenaria do Rio de Janeiro seja adiada para o começo de 1926.

TRATADO ENTRE O BRASIL E A SUISSA PARA A SOLUÇÃO JUDICIAL DE CONTROVERSIAS

Por Decreto n. 16.887, de 17 de Abril do corrente anno, foi promulgado o Tratado para a Solução Judicial de Controversias, entre o Brasil e a Confederação Suissa.

De accôrdo com o referido Tratado, todas as controversias que surjam entre as Altas Partes Contractantes, e que não sejam resolvidas por via diplomatica ou por outro qualquer meio de conciliação, desde que não affectem preceitos constitucionaes de um dos Estados Contractantes, serão submettidas á Corte Permanente de Justiça Internacional, obrigando-se as mesmas a cumprir lealmente a sentença proferida.

E' mais um passo para o fortalecimento dos laços de tradicional amizade que sempre existiram entre os dois paizes.

CONVENIO COM O URUGUAY

As frequentes perturbações da ordem que, em seguida á sedição de São Paulo, se deram no Rio Grande do Sul, sobretudo nas zonas fronteiriças, em que as autoridades legaes lutavam com as maiores difficuldades para impedir a frequente violação das linhas limitrophes, tornavam necessarios accôrds com os governos vizinhos, sobretudo com o Uruguay, para o fim de fazer cessar tal situação, tão prejudicial ao Brasil como aos Estados vizinhos. Com effeito, a facilidade de poderem os rebeldes pôr-se a salvo da perseguição das autoridades legaes, transpondo a fronteira e fazendo novas incursões, logo que a vigilancia diminuisse, tendia a eternizar a situação de desasoscego em que viviam os habitantes das regiões lindeiras, com graves prejuizos para os paizes interessados.

O numero de reclamações diplomaticas recebidas pelo Governo Brasileiro por causa de movimentos subversivos nas regiões fronteiriças era avultado e encontravam-se as maiores difficuldades no seu estudo e solução, por ser quasi impossivel avaliar a sua procedencia, mesmo com a abertura de inqueritos policiaes regulares, não só porque os factos allegados se passavam sempre em momentos de confusão e de luta, na occasião da fuga tumultuaria dos rebeldes, faltando testemunhas e provas, como pela ausencia de normas reguladoras da attitude que as autoridades dos paizes fronteiriços deviam assumir em taes circumstancias.

Para dar uma solução a essas difficuldades, resolveu o Governo Brasileiro nomear enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial no Uruguay o Deputado Federal Dr. Joaquim Thomaz Nabuco de Gouvêa.

Apesar de serem, então, já numerosas as reclamações citadas, o estado de nossas relações com o Uruguay era tão amistoso que os dois Governos chegaram, sem maiores difficuldades, a um accôrdo sobre essas reclamações, resolvendo consignar em documento diplomatico as conclusões que a esse respeito tinham accordado adoptar.

Foi assim firmado, em Montevidéo, o Protocollo de 14 de Janeiro do corrente anno, em que o Plenipotenciario do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores daquelle paiz consignaram o resultado das conferencias havidas, soluccionando as reclamações apresentadas.

Na parte final desse documento, os dois paizes signatarios declaravam:

«Congratulando-se pela harmonia de vistas que se manifestou no curso das negociações e reconhecendo que a melhor realização de tão solidarios propositos depende tambem de que se assêgure a mais estricta reciprocidade de conducta, assim como de que se estabeleçam preceitos claros e fixos, concordam em celebrar, dentro do mais breve prazo possivel, um convenio entre os dois paizes, no qual, além de se consignarem as regras a que as autoridades de cada um delles devem ajustar sua conducta, nos casos de alteração da ordem interna do outro Estado, se determinará quando e em que fórma cada Governo deverá proceder á internação dos chefes rebeldes e á concentração das forças revolucionarias que se encontrem na zona de fronteira. »

Em virtude dessa declaração, os Governos do Brasil e do Uruguay firmaram, a 30 de Março ultimo, por seus plenipotenciarios, na cidade de Montevidéo, um convenio, tendo por fim o estabelecimento de normas invariaveis pelas quaes devam pautar sua conducta as autoridades de ambos os paizes, nos casos de alteração da ordem interna em qualquer delles.

De accôrdo com o Convenio, o Governo do paiz em que se produza uma alteração da ordem interna deve levar esse facto ao conhecimento do Governo do outro Estado; este adop-

tará as medidas proprias para impedir que os habitantes de seu territorio participem nos preparativos ou na obtenção de elementos para a alteração da ordem no outro Estado, procedendo á internação dos que, encontrando-se na zona fronteiriça em um raio de sessenta kilometros, sejam notoriamente dirigentes do movimento subversivo ou estejam a elles vinculados, procederá tambem á internação de qualquer contingente rebelde que transpuzer a fronteira, custodiando-o em acampamentos ou logares apropriados para esse fim, emquanto durar a alteração da ordem no paiz vizinho. A internação será sempre uma questão cuja apreciação cabe exclusivamente ao Governo do paiz de internação; os internados poderão solicitar permissão para sahir do paiz em cujo territorio se encontrem, sendo a licença considerada mediante aviso ao outro Governo e sob a condição de se não dirigirem para as zonas convulsionadas.

Os feridos e enfermos que transpuzerem a fronteira receberão a devida assistencia, dando-se-lhes, depois, destino, segundo cada caso individual. Ambos os Governos se compromettem a dissolver quaesquer juntas ou *comités* constituídos com o proposito de fomentar revoluções no outro Estado, impedindo, quanto possivel, a passagem na fronteira de individuos que se pretendam collocar a serviço dos rebeldes e o trafico de armas e munições de guerra que não pertençam aos Governos respectivos, bem como de material de transporte ou communicações notoriamente destinado aos rebeldes; deverão adoptar, tambem, as medidas necessarias para que as linhas ou estações telegraphicas, radiotelegraphicas e telephonicas ou radiotelephonicas não sejam empregadas em beneficio da acção subversiva, e para impedir o armamento ou equipamento de embarcações destinadas a operar em favor dos rebeldes, applicando á tripulação de qualquer embarcação armada em guerra, a serviço delles, o principio de internação.

O Convenio teve, portanto, por fim, impedir, quanto possivel, que os perturbadores da ordem interna de um paiz façam do territorio do outro paiz um campo de concentração de forças e que, ao longo de linha de fronteira, possam quaesquer rebeldes manter a região limitrophe em latente estado de guerrilha.

IMMUNIDADES DOS AGENTES DIPLOMATICOS

Em Nota de 29 de Setembro, o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Tchecoslovaca communicou que seu paiz desejava regular, em lei especial, a questão da extraterritorialidade das pessoas diplomaticas, até então não regulamentada ali, prevalecendo o regimen das decisões ministeriaes sobre a base das conclusões do Congresso de Vienna de 1815. Entretanto, o conceito da extraterritorialidade soffreu sensivel ampliação e a opinião dominante entre os tratadistas do Direito Internacional parece ser hoje pela extraterritorialidade das quatro classes de pessoas seguintes : 1°. Chefes da Missão e funcionarios de carreira, Conselheiros e Secretarios da Legação, e, eventualmente, os Secretarios-Interpretes; 2°. As familias das pessoas que fazem parte das Missões Diplomaticas; 3°. Os funcionarios da chancellaria de nacionalidade da Missão; 4°. Os empregados, creados, etc., da nacionalidade da Missão. Como, porém, não houvesse unanimidade a respeito e como subsidio para os estudos de preparação da lei sobre o assumpto, o Governo da Tchecoslovaquia pedia a exposição do ponto de vista do Governo Brasileiro na questão da extraterritorialidade das pessoas diplomaticas, isto é, quaes as pessoas a que se estende o privilegio da extraterritorialidade dentre as que compõem as Missões Diplomaticas (Legações e Embaixadas) ou Consulados, com character diplomatico e considerando particularmente o assumpto em relação á Legação Tchecoslovaca no Rio de Janeiro, especificando quanto possivel, em relação ás quatro classes de pessoas citadas, a doutrina juridica em vigor.

Em Nota de 22 de Outubro, o Ministerio, em resposta, expoz o ponto de vista do Governo Brasileiro em relação á extraterritorialidade das pessoas diplomaticas. Não existe lei regulando o assumpto, a não ser, em materia penal, o art. 99 do Codigo respectivo, que pune quem violar as imunidades dos embaixadores e ministros estrangeiros com a pena de prisão cellular por um a dois annos. Entretanto, é reconhecida a in-

violabilidade pessoal dos agentes diplomaticos, sua isenção de jurisdição tanto civil como criminal, a plena liberdade de expedir e de receber correspondencia, a liberdade de culto e a isenção de impostos, gozando dessas regalias os agentes diplomaticos de qualquer categoria, por serem condições para o bom desempenho de suas funções. Estendem-se, naturalmente, á familia do agente diplomatico e ao pessoal da legação ou embaixada, como secretarios, conselheiros, addidos, addidos militares, correios, etc., mas não comprehende os domesticos e outros empregados estranhos á carreira ou ao funcionalismo.

Em Nota de 6 de Fevereiro, a Legação Tchecoslovaca solicitou novos esclarecimentos, perguntando quaes os empregados que eram considerados estranhos á carreira e ao funcionalismo, isto é, se essa exclusão abrange os empregados de chancellaria, taes como traductores, escripturarios e dactylographos da nacionalidade da Missão.

A resposta do Governo Brasileiro, em 27 do mesmo mez, esclarece que os referidos funcionarios, de nacionalidade tchecoslovaca, gozam da immunidad, desde que sejam realmente empregados da Legação. Se, porém, servem apenas occasional ou extraordinariamente ou não pertencem ao quadro, como funcionarios publicos, estão excluidos do referido privilegio.

CASAMENTO DE ESTRANGEIRO DIVORCIADO A VINCULO

Em Nota de 2 de Outubro de 1924, a Legação da Dinamarca expoz que o subdito dinamarquez Martin Christian Petersen contrahi u casamento, no Rio de Janeiro, com uma senhora de nacionalidade ingleza, divorciando-se depois os conjuges na Dinamarca, por mutuo consentimento e consentimento Real, o que, pela legislação dinamarqueza, dá pleno direito a ambas as partes de contrahirem novo matrimonio. Desejava agora o subdito dinamarquez casar novamente com uma senhora da mesma nacionalidade, sendo o acto celebrado na Le-

gação, de accôrdo com sua legislação, desde que as autoridades brasileiras nada tivessem que oppôr á sua validade.

O Governo Brasileiro, em Nota de 23 do mesmo mez, declarou que reconhecia ao subdito dinamarquez plena liberdade de casar novamente, de accôrdo com a legislação de seu paiz e perante o representante diplomatico de seu paiz.

CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO

Em 9 de Dezembro do anno passado, o Governo e o Povo do Perú commemoraram com grandes festividades o primeiro centenario da Batalha de Ayacucho, acontecimento que teve transcendente importancia na consolidação da independencia dos povos da America do Sul.

O Sr. Presidente da Republica do Perú, Dr. Augusto B. Leguia, convidou pessoalmente para essa solemnidade, em carta autographa, o Sr. Presidente da Republica, que nessa data compareceu pessoalmente á Legação do Perú nesta cidade, para manifestar pessoalmente ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario daquelle paiz vizinho e amigo, o Sr. Dr. Victor Maurtua, a jubilosa participação do povo brasileiro e de seu Governo nas grandes solemnidades com que o Perú commemorou o centenario daquelle grande data historica.

O dia 9 de dezembro foi, por decreto, considerado feriado nacional brasileiro, em homenagem ao grande feito militar de Ayacucho.

Para representar o Brasil nos festejos de Lima, foi nomeada uma embaixada especial chefiada pelo Deputado Federal Dr. José Bonifacio de Andrade e Silva e composta dos Srs. General de Brigada Alexandre Henriques Vieira Leal, representante do Exercito, Contra-Almirante Arthur Thompson, representante da Armada, Conselheiro da Embaixada Pedro Moraes Barros, primeiro secretario da Legação no Perú, Primeiro Secretario Ronald de Carvalho, Segundo Secretario Ruy Pinheiro Guimarães, segundo secretario da Legação no Perú e Segundo Secretario Antonio Carlos Lafayette de Andrade.

A Embaixada partiu do Rio de Janeiro em 17 de Novembro, chegando a Lima a 3 de Dezembro, a 5 o Embaixador apresentou suas credenciaes ao Presidente da Republica do Perú. Durante toda sua permanencia em Lima, receberam os membros da nossa representação as mais inequivocas provas de apreço e sympathia.

— Commemorando ainda o primeiro centenario da Batalha de Ayacucho, reuniu-se em Lima, por ocasião dos festejos commemorativos, o Terceiro Congresso Scientifico Pan-Americano em que estiveram representados quasi todos os paizes americanos. A delegação brasileira foi composta pelos Srs. Professores Abelardo Lobo, da Faculdade de Direito, Luiz do Nascimento Gurgel, da Faculdade de Medicina, Luiz Cantanheda, da Escola Polytechnica, Manoel Cicero Peregrino da Silva, da Faculdade de Direito e 1º vice-presidente do Instituto Historico Geographico Brasileiro, todos da Universidade do Rio de Janeiro, e Medeiros e Albuquerque, presidente da Academia Brasileira de Lettras.

Assistiu tambem á commemoração de Ayacucho, como convidado especial do Governo Peruano, o Professor Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

No concurso de tiro, que constituiu o inicio das festas do centenario e no qual tomaram parte officiaes do exercito de varios paizes da America, foi o Exercito Brasileiro representado pelos Primeiros Tenentes Guilherme Paraense e Freitas Almeida.

No Annexo A figuram a carta autographa do Sr. Presidente da Republica do Perú e a resposta do Sr. Presidente da Republica, além de outros documentos referentes a este assumpto.

FRONTEIRAS DO BRASIL

Este Ministerio não cessa de empregar todos os meios a seu alcance para completar o delineamento da fronteira do paiz.

Felizmente, foi possivel, durante o periodo que o presente relatorio abrange, levarem-se avante trabalhos de demarcação na fronteira brasileiro-peruana e de caracterização na fronteira

brasileiro-uruguaia com satisfatorio resultado, encaminharem-se negociações nesse sentido com a Bolivia e regular-se o caso que surgira de um tratado perú-colombiano sobre limites, firmado em 1922.

Presentemente, as difficuldades encontradas pelo Governo Brasileiro para a realização desse *desideratum* ainda são multiphas e, algumas, bem fortes, mas nenhuma provém de questões inextricaveis.

Aliás, a liquidação de pendencias sobre terras, cuja topographia não é sufficientemente conhecida, só se completa com a demarcação da respectiva linha de fronteira. Só a realização desses tratados no terreno revela até que ponto é exequível um traçado de limites pactuado sem prévio e cabal conhecimento de toda a região limitrophe.

Dessa verificação surgem, quasi sempre, as maiores difficuldades a vencer para fixação de limites, quer se originem da interpretação dada a estipulações do respectivo pacto, hypothese em que, muitas vezes, só um juizo arbitral consegue dirimir a controversia, quer provenham de lacunas na materia pactuada, porque, assim, a solução tem de ser geralmente transaccional.

Alguns casos dessa natureza fizeram objecto de negociações sobre limites no periodo de Março de 1924 a 30 de Abril ultimo, algumas já levadas a bom termo e outras muito bem encaminhadas.

De cada uma dellas se fará menção separadamente. Cada uma differe bastante das outras em sua essencia e no modo por que foi possivel liquidal-as, sempre de accôrdo com os interesses nacionaes e os altos propositos de concordia continental, de que nunca se tem afastado a politica internacional do paiz.

LIMITES COM A GUYANA INGLEZA

Depois das negociações que, em 1842, motivaram a neutralização do territorio litigioso do Pirara, o Governo não cessou de empregar esforços no sentido de firmar definitivamente fronteiras entre o Brasil e a Guyana Inglesa.

Só em fins de 1901 foi, no entanto, possível a assignatura de um tratado, em que o Brasil e a Grã-Bretanha submettiam a arbitramento uma parte do territorio indiviso, firmando então uma declaração addicional em que descreveram a linha de fronteira na região não litigiosa.

Proferido em 1904 o laudo arbitral de S. M. o Rei da Italia sobre esse trecho de fronteira em litigio e que fizera objecto do Tratado de 1901, parecia dirimida essa grande pendencia territorial, quando autoridades inglezas vieram a verificar no terreno que o referido laudo continha um erro geographico, causador de um hiato de mais de vinte kilometros na referida linha de fronteira.

Isso aconteceu porque, tendo o laudo fixado o extremo septentrional dessa linha no Monte Yakontipu, ficara indivisa a região que vae desse ponto para Oeste, até alcançar o extremo meridional da fronteira venezuelana, situado na Serra Roraima, tendo-se em visita que o Rio Cotingo, assignalado como limítrophe por esse laudo, não nasce no Monte Yakontipu, como o laudo determinara, mas muito para Oeste, nos Montes Roraima.

O Governo Britannico deu logo sciencia dessa verificação ao Governo Brasileiro e solicitou sua attenção para o caso. O assumpto foi logo submettido a exame, que levou o Governo Brasileiro a formular um projecto de convenção complementar, fixando limites nesse trecho de fronteira indivisa, de modo a resalvar convenientemente as cabeceiras do Cotingo, além de um projecto de tratado geral de limites com a Guyana Ingleza, abrangendo assim o trecho constante da Declaração de 1901, o estabelecido pelo laudo de 1904 e o fixado por essa convenção complementar.

A redacção dada pelo Barão do Rio Branco a esses dois projectos satisfaz plenamente o Governo Britannico, que dera logo plenos poderes a seu representante diplomatico no Rio para os firmar, mas, nesse interim, veio a receber novas informações sobre toda região fronteiraça, que o levou a considerar conveniente estas emendas em ambos, procurando, assim, evitar uma possível duvida e fazer uma ligeira emenda favoravel ao Brasil.

As correções propostas pelo Governo Britannico chegaram ao Rio de Janeiro pouco depois do fallecimento do Barão do Rio Branco. As negociações foram, então, suspensas, mas o Governo Brasileiro já está providenciando para as reencetar, na esperança de as levar a termo dentro em pouco.

A Embaixada em Londres já tem instruções a respeito e está de posse de toda a documentação necessaria ao bom encaminhamento dessas negociações.

LIMITES COM A COLOMBIA

Em 1907 o Brasil veio a firmar com a Colombia um tratado para fixação de limites, cuja linha de fronteira abrangeu a vasta região que se estende desde o extremo occidental da linha brasileiro-venezuelana até a foz do Apaporis.

Nesse tratado, a Colombia se reservou, no entanto, a faculdade de negociar, posteriormente, fronteiras com o Brasil, desde esse ponto até á margem septentrional do Amazonas, no caso de vir a ter ganho de causa na antiga pendencia que vinha mantendo com o Perú e o Equador sobre essas terras entre o Japurá e o Amazonas.

O Brasil já havia, porém, fixado, desde 1851, limites com o Perú através dessa região, por meio de uma linha geodesica da foz do Apaporis, no Japurá, a Tabatinga, á margem do Amazonas, tendo em consideração o *uti possidetis* desse paiz sobre o territorio e por parecer então ao Governo Brasileiro ser esse, dos tres lindeiros em litigio, o que melhores titulos possuia á posse definitiva do territorio litigioso. Depois, havia firmado com o Equador, em 1905, um tratado, em que fôra tambem adoptada a mesma linha Apaporis-Tabatinga para limite entre os dois paizes na hypothese dessa região vir a ser, um dia, attribuida ao Equador, que continuava então a disputal-a em juizo arbitral ao Perú e á Colombia.

O Brasil não poderia, portanto, offerecer á Colombia, na referida região, senão a linha Apaporis-Tabatinga, que fixara com o Perú em 1851 e demarcara em 1874, tambem acceita

pelo Tratado de 1905, com o Equador, mas os dois Governos preferiram então sujeitar o exame do caso á condicional da Colombia ganhar a pendencia, que vinha mantendo com esses dois lindeiros sobre o referido territorio.

Ao Brasil ficara, assim, bem assegurado que a legitimidade de sua fronteira ao longo da linha Apaporis-Tabatinga só poderia ser ainda discutivel na unica hypothese de vir a Colombia a ter ganho de causa nessa pendencia, já sujeita a juizo arbitral, contra o Perú e o Equador.

Mais tarde, a Colombia veio a firmar com o Equador um tratado para liquidação amigavel de suas questões territoriaes, no qual esse ultimo abria mão de suas pretensões á região fronteiriça da linha Apaporis-Tabatinga.

Em Março de 1922, o Perú e a Colombia vieram, inesperadamente, a firmar tambem um tratado dirimidor de todas as suas questões territoriaes e em que era attribuida á Colombia uma faixa dessa região entre o Japurá e o Amazonas, mas sem delimitação precisa do lado do Brasil, apesar de uma das Altas Partes Contractantes, o Perú, já a ter delimitado, em 1851, pela referida linha Apaporis-Tabatinga.

Logo que o Governo Brasileiro teve conhecimento desse facto, em seus traços geraes, procurou fazer ao Governo Peruano algumas ponderações amistosas que julgou necessario e urgente formular em defesa dos interesses nacionaes assim ameaçados, por julgar que quaesquer transacções territoriaes do Perú na região estavam, irrefragavelmente, restringidas ás terras ao occidente da linha Apaporis-Tabatinga, que esse paiz vizinho e amigo já havia fixado com o Brasil em 1851.

Conhecendo muito imperfeitamente esse tratado, que continuava scb reserva, o Governo Brasileiro tinha, no entanto, para base de suas ponderações, o irretorquível argumento de que, em condição alguma, o Perú poderia olvidar que o extremo oriental da região até então disputada por elle á Colombia era a linha Apaporis-Tabatinga, que havia fixado com o Brasil mais de cincoenta annos antes, não sendo razoavel, portanto, tivessem ultrapassado suas negociações esse limite demarcado em 1874.

Apesar do Governo Brasileiro ter bem em consideração que esse pacto bi-lateral era *res inter alios acta*, não podendo, portanto, affectar lidimos direitos do Brasil, julgou acertado levar amistosamente essas ponderações ao conhecimento do Governo Peruano.

A cordialidade de relações entre os dois paizes fazia suppôr que a opinião desse modo externada pelo Governo Brasileiro, sobre a extensão das estipulações desse tratado, seria recebida e apreciada devidamente pelo Governo Peruano com o mesmo espirito cordial e assim aconteceu.

Divulgado isto, pela imprensa estrangeira, o Governo Brasileiro achou acertado expôr ao Governo Americano seu pensamento a respeito, no intuito de evitar erroneas versões sobre o caso, que não exprimissem, porventura, o animo amistososo de seus entendimentos.

Os bons officios desse Governo logo permittiram ao Governo Colombiano participar desses entendimentos e, assim, tiveram inicio, em Washington, negociações entre os tres governos interessados no caso.

Pôde, então, o Governo Colombiano formular, com alto espirito de concordia, propostas ao Governo Brasileiro, no sentido de afastar quaesquer difficuldades que pudessem embaraçar a approvação e ratificação desse tratado por parte do Perú.

Procurando concretizar em uma proposta os desejos conciliaveis de cada um dos tres governos, o Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, Sr. Charles Evans Hughes, conseguiu, com relativa facilidade, devido ao caracter amistososo dessas negociações conjunctas, achar os termos de uma proposta final, que veio a ser aceita pelos governos dos tres paizes em causa.

Em 4 de Março proximo passado puderam então os Representantes Diplomaticos do Brasil, do Perú e do Equador, acreditados junto ao Governo de Washington, assignar uma acta do entendimento, a que tinham, por fim, chegado seus governos.

Foi constante dessa acta que o Governo Brasileiro retiraria as amistosos ponderações formuladas sobre o referido

Tratado Perú-Colombiano, no caso do Governo Peruano assumir o compromisso de não fixar fronteiras com o da Colombia, sem prévio reconhecimento da linha Apaparis-Tabatinga. Também consta desse documento que o Brasil daria á Colombia livre navegação perpetua no Amazonas e outros rios communs aos dois paizes, no caso da Colombia também acceitar a referida linha geodesica para fronteira; que a Colombia concluiria com o Brasil um tratado reconhecendo a mesma linha, logo que fosse approved e ratificado o Tratado Perú-Colombiano de 1922, causador dessas negociações, e, por fim, que o Perú daria conhecimento da Acta a seu Congresso, recommendando-lhe que approvasse o referido Tratado de 1922, á vista das conclusões a que tinham chegado os tres paizes.

Pôde, assim, o Brasil consolidar definitivamente um grande trecho de suas fronteiras em rapida negociação amistosa com dois lindeiros, cujas relações muito preza e procurou sempre cultivar com interesse.

As concessões que offereceu então á Colombia sobre livre navegação do Amazonas e outros rios communs aos dois paizes mostram bem o alto espirito de concordia que predominou sempre em seus propositos e consagram um principio que o Brasil já vinha applicando em seus tratados com lindeiros em igualdade de condições geographicas.

A rapida e feliz solução dessa pendencia veio patentear, mais uma vez, o grande progresso que vão fazendo no continente americano esses processos conciliatorios da dirimencia de questões internacionaes por espirito de solidariedade e concordia continental.

LIMITES COM O PERU'

O Tratado de 8 de Setembro de 1909 completou a fixação de fronteiras entre o Brasil e o Perú na grande região que vae desde a foz do Arroio Yaverija, no Acre, até á nascente principal do Javary, porque só até então a região limitrophe tinha sido, definitivamente, attribuida a esse paiz pelo laudo arbitral, que dera solução a suas pendencias territoriaes com a Bolivia,

Organizada a Comissão Mixta Demarcadora desses limites, seus trabalhos têm proseguido com a possível regularidade e eficiencia, cuja avaliação não pode depender de um simples exame dos graphicos da obra realizada, mas do justo apreço das grandes difficuldades que ella está a vencer, atravessando regiões quasi inexploradas.

Depois de ter a Comissão Brasileira realizado nesta capital os trabalhos de escriptorio relativos ao anno anterior, a Comissão Mixta reuniu-se, de novo, em Belém do Pará, a 29 de Março ultimo, dando assim inicio a seus trabalhos do anno corrente.

Estabeleceu então, como é de praxe, o plano dos trabalhos a realizar no campo durante a estação propria, definindo as condições a observar para a determinação da nascente principal de alguns rios em que pretendia operar.

Os trabalhos de campo assim combinados foram, no entanto, bastante reduzidos por uma imprevista vasante excessiva dos rios, que dão accesso ás regiões em estudo, mas a Comissão Mixta pôde, no entanto, vencer a mór parte dessas difficuldades a tempo de realizar ainda trabalhos bem proveitosos.

Conseguiu, mesmo, ultimar a demarcação dos dois divisores de aguas entre o Purús e o Embira, affluente do Juruá, e entre os tributarios da bacia desse rio que vão para Oeste e para o Norte, no intuito de ficarem para o Brasil, como determina o Tratado de 1909, todas as aguas do Tarauacá e do Embira e, para o Perú, todas as do Piqueyaco e do Toroihue.

Tambem demarcou todo o Breu e o trecho do paralelo que, passando pela foz desse rio, vae até cortar o Amonea, affluente do Rio Juruá.

O trecho de fronteira, que ainda resta demarcar, comprehende a região entre a nascente principal do Javary e o *divortium aquarum* Ucayale-Juruá, sendo que os levantamentos realizados, a partir da foz do Yaverija, no Acre, até esse ponto, já têm um desenvolvimento superior a 2.200 kilometros.

Na linha de fronteira, entre a nascente do Rio Santa Rosa, e a intersecção do paralelo da foz do Rio Breu com o Amonea,

foram collocados, em 1923, dezenove marcos, e treze o anno passado, ficando, assim, convenientemente demarcada.

Deve ter um desenvolvimento de uns trezentos e cincoenta kilometros o trecho de fronteira a demarcar, mas parece não offerecer certas difficuldades de vulto tão frequentes no trecho já demarcada.

Em todo caso, a Commissão Peruana foi augmentada para que os trabalhos da Commissão Mixta possam ter, no presente anno, maior efficiencia e é de esperar que assim aconteça, á vista da boa ordem e perfeita harmonia em que tem sempre trabalhado.

LIMITES COM A BOLIVIA

Os trabalhos de demarcação da fronteira brasileiro-boliviana, estabelecida pelo Tratado de Petropolis, vieram revelar certas falhas na linha limitrophe descripta por esse pacto, todas motivadas por incorrecção ou deficiencia dos documentos cartographicos, que lhe serviram de base.

Algumas dessas falhas deram, mesmo, origem a difficuldades que a Commissão Mixta demarcadora não pôde solver dentro das Instrucções a que obedecia, mas procurou logo examinal-as, de modo a fornecer a seus Governos elementos bastantes de estudo que os habilitassem a liquidar as pendencias territoriaes assim originadas.

Em consequencia da guerra, que irrompera na Europa, os dois Governos preferiram, no entanto, sustar os trabalhos da Commissão Mixta, aguardando occasião mais opportuna para examinar essas questões, que se relacionavam com a fixação da verdadeira nascente do Rio Verde, na região de Matto Grosso, e com a linha limitrophe entre o Rio Rapiirran e o Igarapé Bahia, na região do Acre.

Quando foi possivel o entabolamento de negociações a respeito, o Governo Brasileiro já havia estudado attentamente esses casos. Logo que obtiver resposta o *Memorandum*, que foi presente á Legação da Bolivia, relativo ao trecho de fron-

teira a fixar entre o Rapiirran e o Bahia, no Acre, o Ministerio dará andamento ás propostas que já formulou sobre a fixação da fronteira na região de Matto Grosso, entre o marco dos Quatro Irmãos e a verdadeira nascente do Rio Verde, no alto da Serra de Ricardo Franco, e sobre a partilha das ilhas do trecho limitrophe do Rio Madeira.

E' de esperar que a negociação simultanea dessas tres pendencias territoriaes facilite bastante a solução de cada uma.

LIMITES COM O URUGUAY

Os trabalhos da Commissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasileiro-Uruguaya tiveram regular andamento o anno passado, apesar dos embaraços que, desde Outubro ultimo, os acontecimentos perturbadores da ordem publica deram causa.

O levantamento topographico em uma faixa de tres kilometros de ambos os lados da linha de fronteira e a triangulação geodesica da respectiva zona limitrophe foram realizados, no entanto, com satisfactoria regularidade e bastante proveito no sentido de Sant'Anna do Livramento.

Além disso, a Commissão Mixta fez o reconhecimento e a construcção de signaes para a caracterização da fronteira por uma faixa de terra entre Sant'Anna do Livramento e Rivera, em obediencia a uma determinação de seus Governos motivada pela proposta, que lhes haviam feito os respectivos Delegados Chefes de suas commissões, para o deslinde do referido trecho limitrophe por meio desse corredor de fronteira.

A feliz solução que teve, assim, o problema de caracterização da fronteira entre essas duas cidades, é de molde a servir de paradigma para todos os casos semelhantes, em que se defrontem duas cidades apenas separadas pela linha de fronteira de seus paizes.

Para ficar bem patente quanto eram necessarios esses trabalhos de caracterização de fronteira entre as duas cidades, basta a menção de que foi necessario demolirem-se mais de quarenta construcções e recuarem-se as cercas de oito terrenos,

para que a referida faixa ficasse convenientemente desobstruída, cessando o abuso de se fazerem construcções sobre a linha de fronteira.

Onze marcos e tres signaes immersos assignalam bem o centro dessa faixa, por onde segue a linha de fronteira, sendo que os signaes immersos foram collocados nos principaes pontos da via publica, que liga as duas cidades, para evitar que o transito de vehiculos fosse ahi embaraçado pelos trabalhos de caracterização dessa fronteira.

Só em fins de Outubro de 1923, foi possivel á Commissão Brasileira reencetar, no campo, seus trabalhos de geodesia, topographia e de caracterização na fronteira do Guabijú.

Em Janeiro seguinte, a Commissão Uruguaya propoz que proseguissem os trabalhos de caracterização, suspensos durante quasi dois annos, na bocca do Arroio São Luiz, mas considerações de ordem theorica têm embaraçado bastante um entendimento entre as duas commissões para a realização desse serviço.

Convindo que a Commissão Mixta estabelecesse desde então certas normas para a realização da carta geral da fronteira, que está a caracterizar, o Chefe da Commissão Brasileira propoz ao seu collega uruguayo uma reunião prévia de seus operadores para esse fim, ficando, mais tarde, assentado que o encontro se realizaria em Livramento-Rivera.

Nesse interim, a Commissão Mixta proseguiu, em conjuncto, suas operações de geodesia e topographia, resolvendo então o caso difficil, que se tinha apresentado, de caracterização da linha limitrophe Livramento-Rivera.

Só em Julho de 1923 vieram os dois Governos a approvar a acta em que a Commissão Mixta tinha proposto um modo de solução desse caso de caracterização de fronteira, iniciando-se logo os trabalhos de campo necessarios á realização do projecto então approvado.

O serviço foi ultimado em Abril do anno passado e logo depois a Commissão Mixta firmou a acta de sua 6ª conferencia, em que deixou consignadas todas as principaes occorrencias dessa caracterização de fronteira.

Depois de inspecção os trabalhos realizados no trecho inter-urbano, que vae do Sobradinho, oéste, até proximo dos antigos fortes brasileiros, a léste, os Delegados Chefes das duas commissões resolveram approval-os, fazendo lavrar a referida acta.

Entre os antigos marcos pequenos, quarenta e um e quarenta e dois, foram intercalados mais onze, todos em concreto de cimento, e tres signaes fixados ao terreno, em base de concreto de cimento, onde se acham engastados chapuzes de bronze, em fórmula de calote espherica, ficando, apenas, a emergir do sólo a parte superior das calotes, de modo a não embaraçar o transito.

A Comissão Brasileira apresentou um relatorio de investigações e graphico de levantamento expedito, um graphico de levantamento regular, outro com o projecto de locação da linha a caracterizar, outro da linha já caracterizada, um diario da execução do serviço e seis photographias sobre essa importante obra de caracterização de fronteira.

Proseguindo em seus trabalhos, a Comissão Mixta teve occasião de fazer a reconstrucção de alguns marcos no trecho de fronteira comprehendido entre a barra do Arroio Lagoões, no Jaguarão, até a barra do Arroio São Luiz, no Rio Negro.

As actas da 6ª e 7ª conferencias da Comissão Mixta, relativas a esses trabalhos já realizados, e demais documentos elucidativos, acham-se reproduzidos no Anexo A do presente relatorio.

COMISSÃO MIXTA EXECUTIVA DO TRATADO DE 22 DE JULHO DE 1918 COM O URUGUAY

A 2 de Abril do anno passado, começaram a ser publicados, no *Diario Official* do Brasil e no do Uruguay, os editaes de concorrência publica para a construcção da ponte que essa Comissão Mixta havia projectado sobre o Rio Jaguarão, para ligar a cidade brasileira de Jaguarão á cidade uruguaya de Rio-Branco.

O prazo para o recebimento de propostas foi fixado em quatro mezes, a terminar em 2 de Agosto, mas veio a ser prorogado até 15 de Setembro, por iniciativa do Governo Brasileiro, devido aos acontecimentos que tinham perturbado a ordem publica nesse primeiro prazo.

Na devida occasião, reuniu-se em Montevidéo a Comissão Mixta para examinar as cinco propostas, que havia recebido para execução dessa grande obra internacional, mas foi logo verificado que nem todas satisfaziam plenamente as condições do edital, infringindo-as, mesmo, de modo que se tornou conveniente a annullação da concorrência.

Foi esse o parecer da Comissão Mixta, com que concordaram os dois Governos, determinando logo a publicação de novos editaes, em condições identicas, os quaes começaram a ter publicidade no dia 14 de Março proximo passado, para abertura de outra concorrência publica durante o prazo de tres mezes.

COMISSÃO FERROVIARIA TRANSCONTINENTAL

Sob a chefia do Professor Luis Estanisláu Bousquet foi organizada uma comissão, com o fim de realizar, no terreno, os estudos de engenharia ferroviaria necessarios para o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até Santa Cruz de la Sierra, no éste boliviario, proximo aos Andes, a cerca de 690 kilometros de Porto Esperança, actualmente ponto terminal da Noroeste, á margem esquerda do Paraguay e a 1.790 kilometros de Santos.

Esse projecto era resultado dos estudos já feitos, no terreno, pelo Professor Bousquet, durante suas viagens de 1921 e 1923, nas quaes verificou as condições topographicas das regiões através das quaes deveria ser prolongada a Estrada de Ferro Noroeste.

Eram, assim, attendidas as resoluções votadas na V Conferencia Internacional Americana de Santiago do Chile sobre a Estrada de Ferro Pan-Americana, de que se occupou tambem o Congresso de Engenharia realizado no Rio de Janeiro, em

1922, continuando-se o programma ferroviario brasileiro, iniciado com a construcção da Noroeste do Brasil.

A Commissão encontrou grandes difficuldades para realizar seus objectivos, resultantes das más condições da região em estudo, baixa, quasi deshabitada, desprovida de agua e sem recursos, o que muito difficultou o aparelhamento e o alliciamento dos trabalhadores necessarios para auxiliar o pessoal technico nos trabalhos de campo. Essas difficuldades eram aggra vadas pelas inundações periodicas do Rio Paraguay, tornando certos trechos de terreno quasi intransponiveis e tão insalubres que se tornou necessaria a organização de um serviço prophylactico e sanitario, sob a orientação do Instituto Oswaldo Cruz.

Antes de começar os trabalhos de campo, a Commissão havia reunido nos archivos dos Ministerios das Relações Exteriores, Viação, Marinha e Guerra e do Club de Engenharia grande numero de relatorios e graphicos que, reunidos aos de grande valor, que o Professor Bousquet trouxera da Bolivia, permittiram desde logo conclusões fixando a directriz geral dos estudos no rumo de 53° N O, a partir de Porto Esperança, na direcção das cercanias de Sant'Anna, pequeno povoado de Bolivia, a uns 180 kilometros do Rio Paraguay.

O levantamento foi iniciado em Dezembro, segundo essa directriz, sendo estudadas as variantes que as condições topographicas do terreno apresentava, já tendo sido levantados mais de 60 kilometros até quasi á fronteira com a Bolivia. Outros levantamentos foram feitos com o fim de alcançar o mesmo ponto, através de uma região mais favoravel a trabalhos ferroviarios.

A ligação da rêde ferrea do Brasil á da Bolivia, que é o objectivo desses trabalhos, tem grande valor para todo o Continente Sul-Americano, porque importa tambem na ligação das nossas estradas de ferro com as peruanas, chilenas e argentinas, realizando assim a grande obra da Estrada de Ferro Pan-Americana, e satisfazendo, ao mesmo tempo, as legitimas aspirações do Governo Boliviano, pela approximação do grande centro do leste boliviano, Santa Cruz de la Sierra, com o Rio Paraguay, onde já chegam os trilhos da Noroeste do Brasil.

VISITA DO PRINCIPE HERDEIRO DA ITALIA

Motivos de ordem politica impediram que Sua Alteza o Principe Humberto da Italia visitasse oficialmente o Brasil. Sua Alteza visitou, entretanto, a capital do Estado da Bahia, onde permaneceu alguns dias como hospede da Republica.

O couraçado *São Paulo*, levando a seu bordo o Sr. Ministro das Relações Exteriores, representantes do Sr. Presidente da Republica e o Embaixador da Italia, Sr. General Pietro Badoglio, foi enviado á Bahia, aguardando ahi a chegada da esquadra italiana, composta dos couraçados *San Giorgio*, em que viajava Sua Alteza, e *San Marco*.

No dia 12 de Setembro ultimo, chegou á Bahia a esquadra, permanecendo Sua Alteza o Principe Humberto seis dias naquella cidade, onde foi recebido pelo Governo e pelo Povo do Estado da Bahia, com as mais inequivocas demonstrações de apreço e enthusiasmo.

HOSPEDES ILLUSTRES

VISITA DOS SRS. JAMES JOHN DAVIS, SECRETARIO DO TRABALHO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, E J. ENRIGHT, CHEFE DE POLICIA DE NEW YORK

Em Novembro do anno passado, visitaram esta cidade e a de S. Paulo os Srs. James John Davis, secretario do Trabalho dos Estados Unidos da America, e J. Enright, chefe de Policia dos Estados Unidos da America, que foram cercados das attentões devidas aos seus altos cargos.

GENERAL JOHN PERSHING

Em Janeiro do corrente anno, visitou esta cidade, tendo viajado a bordo do couraçado *Utah*, o illustre General americano John Pershing, ex-commandante em chefe das forças americanas durante a guerra européa.

Sua Excellencia foi alvo das maiores deferencias por parte das autoridades e da sociedade brasileira, tendo recebido expressivas manifestações de apreço.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPUBLICA DO URUGUAY

Em Janeiro ultimo, passou pelo Rio de Janeiro, sendo hospedado pelo Governo Brasileiro, durante algumas horas, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguay, Sr. Dr. Juan Carlos Blanco, de regresso a seu paiz.

PRESIDENTE ARTURO ALESSANDRI

O Presidente do Chile, Sr. Arturo Alessandri, regressando a seu paiz para reassumir o governo, de que se tinha afastado por motivo de acontecimentos politicos, passou pelo Rio de Janeiro, a 11 de Março ultimo, sendo festivamente recebido pelo Governo e pelo Povo Brasileiro.

Sua Excellencia foi conduzido no galeão *D. João VI* ao Arsenal de Marinha, desembarcou com todas as honras devidas a seu alto cargo, sendo recebido pelas altas autoridades brasileiras, presididas pelo Sr. Vice-Presidente da Republica, não tendo podido comparecer, por motivo de enfermidade, o Sr. Presidente da Republica.

O Presidente Alessandri foi hospedado no Palacio Guanabara durante sua estada nesta cidade, sendo-lhe offerecido, no Palacio do Cattete, um banquete, presidido pelo Sr. Vice-Presidente da Republica.

A' noite regressou Sua Excellencia para bordo do vapor *Antonio Delfino*, proseguindo em sua viagem.

VISITA DE NAVIOS DE GUERRA ESTRANGEIROS

a) — GRAN-BRETANHA

Por occasião do anniversario de nossa independencia politica, em 7 de Setembro do anno findo, o Governo de Sua

Majestade Britannica enviou ao Rio de Janeiro uma divisão de sua esquadra, composta dos cruzadores ligeiros *Delhi*, *Dragon*, *Danae*, *Dauntless* e *War Sudra*, sob o commando do Almirante Sir. Hubert Brand.

Um contingente da força naval da divisão tomou parte no desfile militar com que foi commemorada a grande data.

A esquadra permaneceu no Porto do Rio de Janeiro de 3 a 11 de Setembro do anno passado.

b) ARGENTINA

O navio-escola argentino *Presidente Sarmiento* esteve em visita especial ao Brasil, participando das festas commemorativas da proclamação da Republica, a 15 de Novembro do anno passado.

c) URUGUAY

Por occasião das festas commemorativas da proclamação da Republica, a 15 de Novembro do anno passado, o Governo do Uruguay fez-se representar pelo cruzador de sua marinha de guerra *Montevideo*.

PRESIDENCIA DE TRIBUNAES NO ESTRANGEIRO

Tendo os Estados Unidos da America e os Estados Unidos Mexicanos convencido a estabelecer um tribunal mixto para a liquidação das reclamações provocadas por movimentos revolucionarios desse ultimo paiz, foi convidado para a presidencia desse tribunal o Sr. Consultor Geral da Republica, Professor Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

A acção do jurista brasileiro, no desempenho dessa ardua e honrosa missão, foi tão satisfactoria que já recebeu identico convite para presidir o tribunal para a liquidação de identicas reclamações entre o Mexico e a França.

RELAÇÕES COMMERCIAES

Foi exposto detalhadamente, na Mensagem do anno passado, como o governo actual conseguiu abolir a politica aduaneira dos favores especiaes de tarifa, que vinham sendo concedidos durante mais de vinte annos, sem que o Brasil gozasse de favores especiaes em reciprocidade. O Governo continúa disposto a manter essa politica, que é a mais conveniente aos nossos interesses; e o Congresso já teve occasião de manifestar-se em favor della, pois, desde o orçamento de 1924, que não vem renovada a autorização ao Executivo para conceder reduções especiaes de tarifa. A unica excepção neste novo criterio aduaneiro é a isenção para frutas frescas, habitualmente autorizada para certos paizes que nos offereçam vantagens sufficientes.

A referida Mensagem já explicou como, abolindo aquelles favores especiaes de tarifa, o Governo não só evitou qualquer modificação prejudicial na situação dos productos brasileiros no exterior, como, ainda, conseguiu melhorar essa situação, de maneira consideravel. Na verdade, com os Estados Unidos da America, um dos dois paizes que gozavam das nossas tarifas especiaes, temos hoje, em pleno vigor, um entendimento commercial de tratamento aduaneiro, reciproco, de nação mais favorecida; e, com a Belgica, o outro dos dois paizes acima referidos, já estavamos em negociações no anno passado e esperamos chegar, tambem, a entendimento, dentro do criterio adoptado no accôrdo com os Estados Unidos.

Não se limitou o Governo apenas a estes accôrdos aduaneiros. Ao contrario, vem negociando outros e estudando ainda outros, com o maior interesse, dentro, sempre, da sua nova politica, e reconhecendo a necessidade urgente de regular as nossas relações commerciaes com certos paizes, principalmente da Europa, sobre outras que as bases economicas com elles ainda em vigor, que são as mesmas estabelecidas durante o governo Campos Salles. Circumstancias varias, no interior e no exterior, como, para exemplos, a crise actual da nossa producção e as transformações por que passa, actualmente, a

politica aduaneira de quasi todas as nações em commercio commosco — têm sido, entretanto, causa de demora maior na solução integral deste problema, que é pensamento do actual governo deixar completamente resolvido. Este é um dos assumptos administrativos que mais exigem calma e prudencia, para que uma acção segura garanta o resultado efficaç por todos desejado.

Já demos, entretanto, um grande passo para a revisão de todos os entendimentos aduaneiros com a situação actual, a que conseguimos chegar, abolindo os favores especiaes da nossa tarifa, não só sem prejuizo, mas, ainda, melhorando o tratamento para os nossos productos, no exterior, e limitando-nos agora, nas alfandegas, ás taxas communs, minima e maxima. Assim, com o actual criterio aduaneiro, poderemos, enquanto elle perdurar, manter sem prejuizo algum uma larga e liberal politica, de grande vantagem para a nossa expansão economica, com todos os accôrdos de tratamento de nação mais favorecida, que nos parecerem convenientes, porque elles não nos obrigarão a ir além daquella taxa minima.

Apesar de achar-se em vigor a politica acima referida, limitada ás taxas communs da tarifa, minima e maxima, esta ultima ainda não foi applicada até agora a paiz algum. Como dissemos no anno passado, toda e qualquer guerra de tarifas será evitada por todos os meios possiveis. Sem duvida que, como ultima solução, o Brasil será obrigado a applicar a sua taxa maxima, no todo ou em parte, porporcionalmente, aos productos dos paizes que não applicuem a sua taxa minima aos productos brasileiros. Mas, isso, como dissemos, será como ultima solução; antes della como já vimos fazendo nos casos que até agora têm surgido, trabalharemos para chegar a um entendimento amistoso, que resolva satisfactoriamente a questão. Foi devido a esta maneira de agir do Governo que, por um accôrdo provisorio com a Hespanha no anno passado, accôrdo renovado para este anno, esse paiz europeu passou a applicar aos productos brasileiros a sua taxa minima, em lugar da taxa maxima que elles pagavam, tres vezes maior que a minima. E' opportuno informar que este entendimento com a

Hespanha, para produzir todos os efeitos esperados e para que o tratamento aduaneiro hespanhol corresponda exactamente, em reciprocidade, ao tratamento brasileiro, é um accôrdo que precisa de ser completado pela abolição da taxa do coefferiente por moeda depreciada, ainda paga pelos nossos productos nas alfandegas hespanholas. Estamos em novas negociações com o Governo de Madrid para que seja tomada essa indispensavel medida, já que certas providencias obtidas daquelle Governo, no anno passado, produziram apenas a suspensão temporaria da referida taxa de coefferiente.

CONGRESSOS, CONFERENCIAS E EXPOSIÇÕES INTERNACIONAES

Continuamos a receber convites para que o Brasil se faça representar em congressos, conferencias e exposições internacionaes a se realizarem este anno e nos seguintes mais proximos.

Entre muitos, convém consignar os seguintes, para 1925:

— VII Congresso Medico Latino-Americano, no Mexico, de 3 a 20 de Maio;

— Congresso de Estradas de Ferro, em Londres, a 22 de Junho;

— XII Congresso I. de Agricultura, em Varsovia, entre 21 e 24 de Junho;

— Congresso Pedagogico Americano, em Santiago do Chile;

— II Congresso Odontologico Latino-Americano, em Buenos Aires, em Outubro;

— IV Congresso I. de Construcção e Trabalhos Publicos, em Paris, em Junho;

— Congresso da União Telegraphica, em Paris;

— XXI Congresso I. de Americanistas, em Gothenburgo, de 20 a 25 Agosto;

— Conferencia Inter-Parlamentar, em Washington, de 1º a 6 de Outubro;

— Exposição Universal de Odontologia, em Buenos Aires, em Outubro;

— Congresso I. Penitenciario, em Londres, em Agosto;
— Congresso de Medicina Legal e Social, em Bonn sobre Rheno, em Setembro;

— Congresso das Associações Portuguezas e Hespanholas para avango das sciencias, em Coimbra, em Junho;

— IV Congresso I. Medico sobre accidentes de trabalho e doenças profissionaes, em Amsterdam;

— Congresso de Oleicultura, em Madrid e Sevilha, em Novembro;

— Certamen Scientifico Literario Pan-Americano, em Outubro;

— Conferencia Pan-Americana de Estradas de Automoveis em Buenos Aires, em Maio;

— Exposição de Material Didactico, em Florença, em Maio.

O Governo teve occasião de se fazer representar:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DO ENSINO SECUNDARIO

Por iniciativa do Governo da Polonia, reuniu-se em Varsovia, de 27 a 30 de Agosto do anno passado, um congresso internacional de professores do ensino secundario.

Convidado o Brasil para essa reunião, não foi possivel enviar a tempo professores brasileiros para representar o nosso paiz nessa reunião, tendo, porém, sido designado, como delegado, o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Polonia, Dr. Alcebiades Peçanha, a quem coube fazer o discurso de abertura do Congresso.

ASSOCIAÇÃO DE DIREITO INTERNACIONAL

A Associação de Direito Internacional realizou em Stockholmo, de 9 a 13 de Setembro do anno passado, sua 33ª reunião.

O Brasil fez-se nella representar pelo Dr. James Darcy, que tomou parte em todos os debates da Conferencia, de que foi eleito vice-presidente.

CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA

Reuniu-se em Santiago do Chile, de 12 a 19 de Outubro do anno passado, o IV Congresso Americano da Criança.

O Brasil fez-se representar por uma delegação composta dos Srs. Drs. Zeferino de Faria, Olympio Olintho de Oliveira e José Gabriel de Lemos Britto.

Os Delegados Brasileiros tomaram parte activa nos debates e trabalhos do Congresso.

VII CONFERENCIA SANITARIA PAN-AMERICANA

Com a presença de representantes de dezoito paizes americanos, além do representante da Officina Sanitaria Pan-Americana, e de um delegado da Secção de Hygiene da Liga das Nações, no character de observador, reuniu-se em Havana, de 5 a 15 de Novembro do anno passado, a VII Conferencia Sanitaria Pan-Americana.

O Brasil, que sempre tem participado dos trabalhos dessas Conferencias, nella se fez representar, havendo despertado grande interesse as memorias, relatorios e exposições oraes, que seus delegados fizeram em diversas commissões a respeito de cada um dos principaes serviços sanitarios do Departamento Nacional de Saúde Publica, interesse que se manifestou em um voto de louvor ao Governo Brasileiro, proposto e unanimemente votado em plenario.

A Conferencia tratou, principalmente, dos seguintes assumptos: codigo sanitario, estudo das doenças endemicas e epidemicas, questões de hygiene social e drogas e alimentos.

A luta contra a tuberculose, as experiencias prophylaticas contra o impaludismo e as investigações sobre a anquilostomiasse foram examinadas e discutidas com grande interesse. A principal obra da Conferencia foi, porém, a discussão e adopção de um codigo maritimo sanitario internacional, cujo projecto fôra preparado e submettido pela Officina Sanitaria Pan-Americana de Washington, em obediencia a uma recommendação da V Conferencia Internacional Americana de Santiago do Chile.

Os Delegados do Brasil tomaram parte activa na discussão do projecto, procurando harmonizar suas disposições com a legislação brasileira, que, aliás, consagra os principios mais adiantados sobre o assumpto, de forma que sua participação nos debates foi sempre proveitosa.

A sessão de encerramento da Conferencia realizou-se a 15 de Novembro, presidida pelo Sr. Dr. Alfredo Zayas, presidente da Republica de Cuba, que, no seu discurso de encerramento dos trabalhos da Conferencia, pediu a todos os presentes que, em homenagem á grande data nacional brasileira, naquella dia commemorada, se puzessem de pé. Todos os delegados secundaram esse gesto de sympathia ao Brasil, que foi saudado com forte salva de palmas.

CONGRESSO SCIENTIFICO PAN-AMERICANO

O III Congresso Scientifico Pan-Americano reuniu-se em Lima, em Dezembro do anno passado, por occasião de se realizarem, naquella Capital, as grandes festas commemorativas do primeiro centenario da Batalha de Ayacucho.

O Brasil foi representado por uma delegação composta dos Srs. Drs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Luiz Cantanhede, Luis do Nascimento Gurgel, Abelardo Lobo e Medeiros de Albuquerque.

Os Delegados Brasileiros tomaram parte activa na discussão das interessantes theses, que foram submettidas á apreciação do Congresso, havendo recebido muitas provas do apreço em que foram tomados seus trabalhos e agradecido as homenagens especiaes que foram prestadas ao Brasil.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO OPIO

A necessidade da limitação da produção do opio e de outros toxicos e da adopção de medidas internacionaes, que restrinjam o mais possivel seu consumo, assim como de leis, que fiscalizem a venda desses productos, reservando-os exclu-

sivamente para fins therapeuticos, motivou a reunião da II Conferencia Internacional do Opio, em Novembro do anno passado, em Genebra, promovida pela Liga das Nações.

O Brasil foi representado nessa Conferencia pelos Drs. Humberto Gotuzzo e Pedro Pernambuco Filho.

Embora não seja o Brasil productor dessas drogas e tenha uma legislação bastante rigorosa em relação á sua importação e emprego, a experiencia tem demonstrado que só uma acção conjuncta de todos os Governos interessados na limitação de producção de toxicos e na fiscalização de seu emprego póde dar resultados apreciaveis.

O abuso das drogas, sua causa, definição, modos de verificação e de repressão são themas que só podem ser estudados com seguros elementos de observação, dados estatísticos e informações relativas á legislação de cada paiz sobre a materia, havendo ainda a difficuldade apresentada pelos grandes interesses commerciaes em jogo, assim ameaçados.

A Conferencia terminou seus trabalhos em 25 de Fevereiro ultimo, tendo elaborado uma Convenção, um Protocollo e um Acto Final, que contém os resultados de seus trabalhos.

Essa Convenção ficará aberta até 30 de Setembro de 1925, podendo receber as assignaturas dos Estados representados na Conferencia, de qualquer membro da Liga das Nações e de todo o Estado, ao qual o Conselho daquella Sociedade houver communicado um exemplar da Convenção.

O Acto Final contém a seguinte resolução:

Nomeação de uma commissão encarregada de visitar certos paizes productores de opio, caso estes o desejem, para proceder, de collaboração com elles, a um estudo attento das difficuldades trazidas pela limitação da producção do opio nesses paizes e dar sua opinião sobre as medidas, que poderiam ser tomadas, para limital-a á quantidade bastante para as necessidades medicas e scientificas.

Os Representantes do Brasil acompanharam com a maior attenção os debates da Conferencia e tiveram occasião de expôr á Assembléa os dispositivos da nossa legislação sanitaria, que é das mais adiantadas.

CONGRESSO DE MEDICINA E PHARMACIA MILITARES

O Congresso de Medicina e Pharmacia Militares reuniu-se em Paris, de 20 a 25 de Abril ultimo.

Por designação do Ministro da Guerra, o Brasil fez-se nelle representar por uma delegação composta pelos Srs. General de Brigada Dr. Sebastião Ivo Soares, Tenente-Coronel Dr. Alarico Damasio e Capitão Dr. Oscar Pinto de Carvalho, medicos do Exercito.

PARTE ESPECIAL

ACTOS INTERNACIONAES

a) — EXPOSIÇÃO

A presente exposição obedece ao methodo applicado nos relatorios anteriores e assignala as alterações que soffreram os actos internacionaes do Brasil no periodo que vae de 1º de Maio de 1924 a 30 de Abril de 1925.

Convém lembrar que, por esse methodo, um mesmo acto poderá figurar em mais de um grupo, conforme as alterações que tenha soffrido no referido periodo.

b) — ACTOS FIRMADOS

Suissa — Tratado relativo á solução judicial de controversias — Firmado no Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1924.

Diversos paizes — Accôrdos e respectivos Protocollos do VIII Congresso da União Postal Universal — Firmados em Stockholm, em 28 de Agosto de 1924.

Uruguay — Convenio para o estabelecimento de normas de conducta das autoridades de fronteira em casos de alteração da ordem publica — Firmado em Montevidéo a 30 de Março de 1925.

c) — ACTOS SUBMETTIDOS AO CONGRESSO NACIONAL

Diversos paizes — Recommendações adoptadas na 5ª reunião da Conferencia Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, de 22 a 29 de Outubro de 1923 — Remettidas ao Congresso Nacional em 14 de Agosto de 1924.

Diversos paizes — Convenção internacional para a simplificação das formalidades aduaneiras e respectivo Protocollo — Firmados, em Genebra a 3 de Novembro de 1923 — Submettidos ao Congresso Nacional em 16 de Agosto de 1924.

Suissa — Tratado relativo á solução judicial de controversias — Firmado no Rio de Janeiro a 23 de Junho de 1924 — Submettido ao Congresso Nacional em 22 de Novembro de 1924.

Diversos paizes — Accôrdos e respectivos Protocollos do VIII Congresso da União Postal Universal — Firmados em Stockholmo em 28 de Agosto de 1924 — Submettidos ao Congresso Nacional em 26 de Dezembro de 1924.

Portugal — Accôrdo para a redução de taxas de livros e jornaes — Firmado em Lisboa a 16 de Outubro de 1924 — Remettido ao Congresso Nacional em 26 de Dezembro de 1924.

d) — ACTOS APROVADOS E SANCCIONADOS

Diversos paizes — Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias — Assignada em Santiago a 3 de Maio de 1923 — Sanccionada pelo Decreto n. 4.842 A, de 31 de Julho de 1924.

Suissa — Tratado relativo á solução judicial de controversias — Firmado no Rio de Janeiro em 23 de junho de 1924 — Sanccionado pelo Decreto n. 4.882, de 22 de Novembro de 1924.

Diversos paizes — Accôrdos e respectivos Protocollos do VIII Congresso da União Postal Universal — Firmados, em Stockholmo, em 28 de Agosto de 1924 — Sanccionados pelo Decreto n. 4.928, de 6 de Fevereiro de 1925.

e) — ACTOS PROMULGADOS

Diversos paizes — Ajuste relativo á repressão da circulação de publicações obscenas — Firmado, em Paris, a 4 de Maio de 1910 — Sanccionado pelo Decreto n. 4.756, de 28 de Dezembro

de 1923 — Promulgado pelo Decreto n. 16.571, de 27 de Agosto de 1924.

Diversos paizes — Convenção internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas e respectivo Protocollo — Firmado, em Paris, a 4 de Maio de 1910. — Sanccionado pelo Decreto n. 4.756, de 28 de Novembro de 1923 — Promulgado pelo Decreto n. 16.572, de 27 de Agosto de 1924.

Diversos paizes — Protocollos contendo emendas aos artigos 6, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações — Firmados, em Genebra a 3, 4 e 5 de Outubro de 1921 — Sanccionados pelo Decreto n. 4.806, de 12 de Janeiro de 1924 — Promulgados pelo Decreto n. 16.613, de 24 de Setembro de 1924.

Diversos paizes — Actos da V Conferencia Internacional Americana — Firmados, em Santiago do Chile, a 3 de Maio de 1923 — Sanccionados pelos Decretos ns. 4.806, 4.807, 4.808 e 4.810, de 12 de Janeiro e 4.842 A, de 31 de Julho de 1924 — Promulgados pelo Decreto n. 16.685, de 26 de Novembro de 1924.

Suissa — Tratado para a solução judicial de controversias — Firmado, no Rio de Janeiro, a 23 de Junho de 1924 — Sanccionado pelo Decreto n. 4.882, de 22 de Novembro de 1924 — Promulgado pelo Decreto n. 16.887, de 17 de Abril de 1925.

f) DEPOSITO DE RATIFICAÇÕES DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

Servia, Croacia e Slovenia — Dos Actos do VII Congresso da União Postal Universal, de Madrid, em 1920 — Publicado pelo Decreto n. 16.627, de 1 de Outubro de 1924.

Hungria — Da Convenção Sanitaria Internacional de Paris, de 1912 — Publicado pelo Decreto n. 16.742 A, de 31 de Dezembro de 1924.

Venezuela — Dos Actos do VII Congresso da União Postal Universal, de Madrid, em 1920 — Publicado pelo Decreto numero 16.826, de 21 de Fevereiro de 1925.

Venezuela — Do Convenio sobre encomendas postaes, assignado, em Buenos Aires, em 1921 — Publicado pelo Decreto n. 16.859, de 27 de Março de 1925.

Nicaragua — Dos Actos postaes assignados, em Buenos Aires, em 1921 — Publicado pelo Decreto n. 16.860, de 27 de Março de 1925.

g) — ADHESÕES DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

Lethonia — A's Convenções relativas á permuta de documentos officiaes e outras publicações, firmadas, em Bruxellas, a 15 de Março de 1886 — Publicadas pelo Decreto numero 16.499, de 28 de Maio de 1924.

Irlanda e Territorio de Tanganayika — A' Convenção internacional Radio-Telegraphica de Londres — Publicada pelo Decreto n. 16.516, de 25 de Junho de 1924.

Dantzig — A's Convenções relativas á permuta de documentos officiaes e outras publicações, firmadas, em Bruxellas, a 15 de Março de 1886 — Publicadas pelo Decreto n. 16.517, de 25 de Junho de 1924.

Japão — A' Convenção internacional para a criação de Repartição Internacional de Hygiene Publica, assignada, em Roma, a 9 de Dezembro de 1907 — Publicada pelo Decreto n. 16.554, de 13 de Agosto de 1924.

Syria e Lybano — A' Convenção Internacional de Berna, revista em Berlim em 1908, para a protecção da propriedade litteraria e artistica — Publicada pelo Decreto n. 16.628, de 1 de Outubro de 1924.

Luxemburgo — A' Convenção de Bruxellas relativa á publicação de tarifas aduaneiras — Publicada pelo Decreto numero 16.640, de 22 de Outubro de 1924.

Palestina — A' Convenção de Berna, revista em Berlim em 1908, para a protecção da propriedade litteraria e artistica, e ao respectivo Protocollo addicional de 1924 — Publicadas pelo Decreto n. 16.641, de 22 Outubro de 1924.

Syria e Lybano — A' Convenção para protecção da propriedade industrial e ao Ajuste sobre repressão das falsas indicações de procedencia em mercadorias — Publicados pelo Decreto n. 16.642, de 22 de Outubro de 1924.

Grecia — A' Convenção para protecção da propriedade industrial — Publicada pelo Decreto n. 16.659, de 5 de Novembro de 1924.

Panamá — A' Convenção para a criação do Instituto Internacional de Agricultura, de Roma — Publicada pelo Decreto n. 16.660, de 5 de Novembro de 1924.

Luxemburgo — Ao Accôrdo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio — Publicado pelo Decreto n. 16.661, de 5 de Novembro de 1924.

Nova Irlanda — A' Convenção Sanitaria Internacional de Paris, de 1912 — Publicada pelo Decreto n. 16.662, de 5 de Novembro de 1924.

Romania — Ao Ajuste de Berna, de 1920, relativo á conservação ou ao restabelecimento dos direitos de propriedade industrial attingidos pela guerra mundial — Publicado pelo Decreto n. 16.704, de 10 de Dezembro de 1924.

Costa do Ouro — A' Convenção internacional para a repressão das trafico de brancas.— Publicada pelo Decreto n. 16.705, de 10 de Novembro de 1924.

Nova-Zelandia — A' Convenção Internacional de Roma, para a criação da Repartição Internacional de Hygiene Publica — Publicada pelo Decreto n. 16.824, de 21 de Fevereiro de 1925.

Egypto — A' Convenção de Genebra para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha — Publicada pelo Decreto n. 16.825, de 21 de Fevereiro de 1925.

Uruguay — A' Convenção de St. Germain, relativa ao commercio de armas e munições — Publicada pelo Decreto n. 16.886, de 17 de Abril de 1925.

* * *

Durante este periodo não foram publicados decretos sobre denuncia ou declarações de governos estrangeiros relativas a actos internacionaes em vigor então no Brasil.

MOVIMENTO DO PESSOAL

a) SECRETARIA DE ESTADO

Alterações de 1 de Maio de 1924 a 30 de Abril de 1925

Fallecidos:

Alcides Domingues da Silva, 3º Official (30 de Maio de 1924).

Dispensados de:

Auxiliar do Gabinete do Ministro, o 3º Official da Secretaria de Estado, Jorge Latour, por serem necessarios os seus serviços na Secção de Limites e Actos Internacionaes (16 de Maio de 1924).

Auxiliar da Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, a pedido, o 2º Official da Secretaria de Estado, Juvenal Meirelles Mesquita (30 de Setembro de 1924).

Exonerados:

De Auxiliar de Gabinete do Ministro, a pedido, o 3º Official da Secretaria de Estado Orlando Guerreiro de Castro (9 de Maio de 1924).

Nomeados em commissão:

Auxiliar do Gabinete, o 3º Official da Secretaria de Estado Jorge Latour (9 de Maio de 1924).

Auxiliar de Gabinete, o 3º Official da Secretaria de Estado Perillo Gomes (16 de Maio de 1924).

Designado:

Para acompanhar os principaes assumptos em andamento no Ministerio e auxiliar o Sr. Ministro no que fôr necessario á boa marcha dos serviços da Secretaria de Estado, o 1º Official Mario de Barros e Vasconcellos (21 de Janeiro de 1925).

Nomeados para outras commissões:

Auxiliar da Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, o 1º Official da Secretaria de Estado, Henrique Pecegueiro do Amaral (30 de Setembro de 1924).

1º Secretario da Delegação Permanente junto á Liga das Nações, o 1º Official da Secretaria de Estado Hildebrando Pompeu Pinto Accioly (18 de Novembro de 1924).

b) CORPO DIPLOMATICO

EMBAIXADORES EXTRAORDINARIOS E PLENIPOTENCIARIOS

Removido:

Raul Regis de Oliveira, da Embaixada no Mexico para a Embaixada na Grã-Bretanha (17 de Outubro de 1924).

Postos em disponibilidade:

Alberto de Faria, Embaixador no Japão, sem vencimentos, por não ter podido acceitar a designação para aquelle posto (2 de Maio de 1924).

Augusto Cockrane de Alencar, Embaixador nos Estados Unidos da America do Norte (17 de Outubro de 1924).

Domício da Gama, Embaixador na Grã-Bretanha (17 de Outubro de 1924).

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

Nomeado:

José Thomaz Nabuco de Gouveia, em Missão Especial junto ao Governo da Republica Oriental do Uruguay (28 de Novembro de 1924).

Promovidos:

Rinaldo de Lima e Silva, a Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Japão (17 de Outubro de 1924).

Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa, a Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Mexico (17 de Outubro de 1924).

Abelardo Roças, a Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Chile (17 de Outubro de 1924).

Removidos:

Luiz Guimarães Filho, da Legação no Uruguay para a Legação nos Paizes Baixos (17 de Outubro de 1924).

Hippolyto Pacheco Alves de Araujo, da Legação na China para a Legação na Hespanha (17 de Outubro de 1924).

PRIMEIROS SECRETARIOS

Fallecido:

Godofredo de Bulhões (17 de Setembro de 1924).

Removidos:

Octavio Fialho, da Legação no Paraguay para a Legação na Hollanda (9 de Maio de 1924).

Gustavo Vianna Kelsch, da Legação na Hespanha para a Legação no Paraguay (9 de Maio de 1924).

SEGUNDOS SECRETARIOS

Nomeado:

Carlos Alves de Souza Filho (6 de Dezembro de 1924).

Promovido:

Gastão Paranhos do Rio Branco, a 1º Secretario (28 de Novembro de 1924).

Designados:

Carlos Alves de Souza Filho, para a Legação no Uruguay (16 de Dezembro de 1924).

Themistocles da Graça Aranha, interinamente, para a Legação em Berna (22 de Março de 1925).

Posto em disponibilidade activa:

Gustavo Mattos de Souza Bandeira (9 de Maio de 1924).

c) CORPO CONSULAR

CONSULES GERAES

Fallecido:

Dario Freire, Consul Geral em Liverpool (26 de Setembro de 1924).

Designado:

Manoel Pinto de Souza Dantas, para o Consulado Geral em Liverpool (22 de Outubro de 1924).

Removidos:

José Basileu Neves Gonzaga Filho, a pedido, do Consulado Geral em Genova para o Consulado Geral no Porto (28 de Novembro de 1924).

Alfredo Varella, a pedido, do Consulado Geral no Porto para o Consulado Geral em Genova (28 de Novembro de 1924).

CONSULES DE 1ª CLASSE

Removidos:

Pedro Neves de Paula Leite, a pedido, do Consulado de 1ª classe em Vigo para o de igual categoria em Lyon (21 de Fevereiro de 1925).

Mario Savard de Saint Brisson Marques, a pedido, do Consulado de 1ª Classe em Lyon para o de igual categoria em Vigo (21 de Fevereiro de 1925).

CONSULES DE 2ª CLASSE

Fallecido:

Ary Werneck, Consul de 2ª Classe Adjunto (2 de Janeiro de 1925).

Removido:

Horacio Sully de Souza, a pedido, do Consulado de 2ª Classe em Helsingfors para o Consulado de 2ª Classe em La Rochelle-Pallice (13 de Maio de 1925).

AUXILIARES DE CONSULADO

Fallecido:

William Oliver Punshon (7 de Dezembro de 1924).

Exonerados:

Firmiano de Moraes Pinto Filho (5 de Maio de 1914).
Heraldo Pederneiras (27 de Novembro de 1924).

Nomeados:

Clovis Gurjão (5 de Maio de 1924).
Decio Martins Coimbra (1º de Março de 1925).

Designados:

Ubirajara Nogueira Reys, para o Consulado Geral em Assumpção (10 de Maio de 1924).

Antonio José de Paula Fonseca, para o Consulado Geral em Buenos Aires (10 de Maio de 1924).

Clovis Gurjão, para o Consulado de 1ª Classe em Rosario de Santa Fé (7 de Outubro de 1924).

Fernando Murtinho Braga, para o Consulado de 1ª Classe em Lyon (27 de Novembro de 1924).

João Baptista Barreto Leite, para dirigir, interinamente, o Consulado em Melo (28 de Janeiro de 1925).

Decio Martins Coimbra, para o Consulado de 1ª Classe em Paso de los Libres (1º de Março de 1925).

Removidos:

Ruy do Prado Marcondes, a pedido, do Consulado Geral em Napoles para o Consulado de 1ª Classe em Boulogne sur-Mer (9 de Maio de 1924).

Nemesio Dutra, do Consulado Geral em Genova para o de 1ª Classe em Bruxellas (9 de Maio de 1924).

Floriano Nunes Pereira, do Consulado Geral em Hamburgo para o de igual categoria em Buenos Aires (28 de Junho de 1924).

Vicente Avelino, do Consulado Geral em Londres para o de igual categoria em Marselha (11 de Julho de 1924).

Roberto da Nobrega Beltrão, do Consulado Geral em Amsterdam para o de igual categoria em Antuerpia (27 de Novembro de 1924).

Carlos Escobeiro Fernandes, a pedido, do Consulado Geral em Nova Orleans para o Consulado em Glasgow (18 de Dezembro de 1924).

Ruy do Prado Marcondes, a pedido, do Consulado em Boulogne sur-Mer para o Consulado Geral em Napoles (29 de Dezembro de 1924).

Eurico Costa, do Consulado Geral em Buenos Aires, para o de igual categoria em Marselha (9 de Março de 1924).

Clovis Gurjão, a pedido, do Consulado de 1ª Classe em Rosario de Santa Fé para o Consulado Geral em Buenos Aires (18 de Março de 1925).

Demittido a bem do serviço publico:

José de Carvalho e Silva (27 de Novembro de 1924).

ADDIDOS COMMERCIAES ESTADUAES

Nomeados:

Christiano Torres Junior, do Estado do Rio Grande do Sul, junto ás Embaixadas e Legações na Europa (17 de Abril de 1925).

Aristides do Amaral, do Estado de São Paulo, junto ás Missões Diplomaticas do Brasil no Norte da Europa (17 de Abril de 1925).

CONSULES HONORARIOS

Exonerados:

Bernard Ignace, de Sofia, Bulgaria (28 de Maio de 1924).

Alberto da Rocha Faria de Nioac, de Dusseldorf, Alemanha (30 de Setembro de 1924).

Sylvio de Sá Valle, de Addis-Abbaba, Abyssinia (30 de Setembro de 1924).

Nicoláu Maluff, de Damasco, Syria (30 de Setembro de 1924).

William Gebara, de Haifa, Palestina (30 de Setembro de 1924).

Henrique Perez Dupuy, de Caracas, Venezuela (30 de Setembro de 1924).

Lucas Ayague y Noel, a pedido, de Lima, Perú (26 de Novembro de 1924).

José de Almeida Araujo, de Concordia, Argentina (14 de Fevereiro de 1925).

Julho Knosmanen, de Viborg, Finlandia (27 de Março de 1925).

Nomeados:

Jayme Mackey de Almeida, em Boston, Estados Unidos da America do Norte (28 de Maio de 1924).

Arthur Ferreira Machado Guimarães, em Los Angeles, Estados Unidos (28 de Maio de 1924).

John Fenelon, em São João da Terra Nova — Imperio Britannico (28 de Maio de 1924).

Pzeco Ponkanitcharoff, em Sofia, com jurisdição em todo o Reino da Bulgaria (31 de Julho de 1924).

Rudolf Akhell, em Stockholmo, Suecia (30 de Agosto de 1924).

Ramon Veloz, em Caracas, Venezuela (30 de Setembro de 1924).

Dr. Manoel Agostinho de Horedia, em Bombaim, India Ingleza, com jurisdição em toda a Presidencia de Bombaim (30 de Setembro de 1924).

Arthur Perez Palacio, em Lima, Perú (26 de Novembro de 1924).

José de Almeida Aroma, em Concordia, Argentina (14 de Fevereiro de 1925).

Armando Müller dos Reis, em Corrientes, Republica Argentina (14 de Fevereiro de 1925).

Hjalmar Carlbom, Kristianstad, Suecia (21 de Fevereiro de 1925).

Jacques Schwob, em Lausanne, Suíça (21 de Fevereiro de 1925).

João Ferreira de Andrade Couto, em Corunha, Hespanha (21 de Fevereiro de 1925).

João Emilio Ribeiro, em Saint Gall, Suíça (21 de Fevereiro de 1925).

Manoel Escobaro, em Medellin, Colombia (21 de Fevereiro de 1925).

Paulo Gerechter, em Katowice, Polonia (17 de Abril de 1925).

SUPPRESSÃO DE CONSULADOS HONORARIOS

Em Dusseldorf, Allemanha — Decreto n. 16.615, de 30 de Setembro de 1924.

Em Addis-Abbaba, Abyssinia — Decreto n. 16.616, de 30 de Setembro de 1924.

Em Damasco, Syria — Decreto n. 16.617, de 30 de Setembro de 1924.

Em Haifa, Palestina — Decreto n. 16.618, de 30 de Setembro de 1924.

REDUCÇÃO DE CATEGORIA DE CONSUL HONORARIO

Em Caracas, Venezuela — Decreto n. 16.619, de 30 de Setembro de 1924.

CREAÇÃO DE CONSULADOS HONORARIOS

Em Boston, Estados Unidos da America do Norte — Decreto n. 16.497, de 28 de Maio de 1924.

Em Bombaim, India Inglesa — Decreto n. 16.620, de 30 de Setembro de 1924.

Em Concordia, Republica Argentina — Decreto n. 16.800, de 14 de Fevereiro de 1925.

Em Corrientes, Republica Argentina — Decreto n. 16.801, de 14 de Fevereiro de 1925.

Em Kristianstad, Suecia — Decreto n. 16.818, de 21 de Fevereiro de 1925.

Em Lausanne, Suíça — Decreto n. 16.819, de 21 de Fevereiro de 1925.

Em Corunha, Hespanha — Decreto n. 16.820, de 21 de Fevereiro de 1925.

Em Saint Gall, Suíça — Decreto n. 16.821, de 21 de Fevereiro de 1925.

Em Medellin, Republica da Colombia — Decreto numero 16.822, de 21 de Fevereiro de 1925.

Em Viborg, Finlândia — Decreto n. 16.858, de 27 de Março de 1919.

Em Katowice, Polonia — Decreto n. 16.887, de 17 de Abril de 1925.

d) DIVERSAS COMISSÕES

I — DELEGAÇÃO PERMANENTE JUNTO Á LIGA DAS NAÇÕES

Nomeado:

Addido Commercial Julio Barbosa Carneiro, Assessor Technico (20 de Maio de 1924).

II — CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Nomeados:

Dr. Joaquim de Aguiar Costa Pinto, Delegado (28 de Maio de 1924).

Dr. Julio Augusto Barbosa Carneiro, Delegado (28 de Maio de 1924).

Dr. Affonso Bandeira de Mello, Delegado (28 de Maio de 1925).

III — VIII CONGRESSO DA UNIÃO POSTAL UNIVERSAL, EM STOCKHOLMO

Nomeados:

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Suecia, Alfredo de Almeida Brandão, Delegado (21 de Julho de 1924).

Henrique Aderne, Delegado (21 de Junho de 1924).

IV — PRIMEIRO CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO

Embaixada ao Perú

Nomeados:

Deputado Federal José Bonifacio de Andrada e Silva, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Missão Especial junto ao Governo do Perú (14 de Novembro de 1924).

Pedro de Moraes Barros, Conselheiro da Embaixada (14 de Novembro de 1924).

Ronald de Carvalho, Primeiro Secretario da Embaixada (14 de Novembro de 1924).

Ruy Pinheiro Guimarães, 2º Secretario, para servir na Embaixada (14 de Novembro de 1924).

Antonio Carlos Lafayette de Andrada, para servir na Embaixada (14 de Novembro de 1924).

General de Brigada Alexandre Leal, membro da Embaixada (14 de Novembro de 1924).

Contra Almirante Arthur Thompson, membro da Embaixada (14 de Novembro de 1924).

e) COMISSÕES MIXTAS

I — COMISSÃO DE LIMITES COM O PERÚ

Exonerados:

Capitão Tenente Medico da Armada Dr. Annibal Bitencourt, a pedido, de Medico da Comissão (21 de Dezembro de 1924).

Nomeados:

1º Tenente da Armada Garcia d'Avila Pires de Albuquerque, para ajudante da Comissão (15 de Janeiro de 1925).

Capitão Medico do Exercito Dr. Manoel Mauricio Sobrinho, para exercer esse cargo na Comissão (1º de Fevereiro de 1925).

Engenheiro Civil Dr. Odilon Borges de Carvalho, Auxiliar da Comissão (1º de Fevereiro de 1925).

EMOLUMENTOS CONSULARES

No annexo *C* deste Relatorio, sob ns. 1 e 2, encontram-se os quadros da renda dos Consulados Brasileiros no exercicio de 1924.

A renda total apurada nesse exercicio foi de 2.949:356\$334, ouro, contra 2.181:251\$799, em 1923, ou seja um augmento de cerca de 768:104\$535.

Esse augmento é devido não sómente ao crescimento de nossa importação, como ainda á nova tabella de emolumentos, que baixou com o Decreto n. 15.905, de 27 de Dezembro de 1922, e que começou a vigorar em Abril de 1923, de fórmula que no exercicio de 1923 não poudé produzir todos os seus effeitos, o que se verificou em 1924.

A renda dos emolumentos consulares tende a subir regularmente em cada novo exercicio, não sómente devido ao desenvolvimento do commercio do Brasil, como ainda porque, dia a dia, se vão aperfeiçoando os meios de fiscalização, impedindo a evasão.

LEIS, DECRETOS E DECISÕES

O Annexo *C* deste Relatorio contém todos os actos emanados do Poder Legislativo e do Executivo relativos a este Ministerio e que farão parte da Collecção de Leis e Decretos, abrangendo o periodo de 1 de Maio de 1924 a 30 de Abril de 1925.

Em seguida, acham-se reunidas todas as circulares expedidas por este Ministerio, que contém resoluções com força de decisão.

ORÇAMENTOS E CREDITOS

As tabellas explicativas da despesa do anno corrente e as da proposta enviada ao Ministerio da Fazenda para o anno de 1926 figuram no Annexo *D* do presente Relatorio.

Além do orçamento para 1924, foi autorizada a este Ministerio a abertura do credito especial necessario para occorrer ás despesas com a recepção do Principe Herdeiro da Italia, de accôrdo com o Decreto n. 4.851, de 1 de Setembro de 1924.

MONTEPIO

O Anexo *E* do Relatorio consta de um quadro das pensões de montepio deixadas por funcionarios deste Ministerio no periodo de 1890 até 30 de Abril de 1925, com a indicação do nome de cada pensionista e da importancia da respectiva pensão paga pelo Thesouro Nacional.

ANNEXO A

DOCUMENTOS DIVERSOS

LIGA DAS NAÇÕES

a) — Delegação permanente

N. 1

I — Trechos do Relatório do Chefe da Delegação, em 24 de Fevereiro de 1925

Genebra, 7 de Março de 1925.

N. 51 — Relatório do Chefe da Delegação.

SENHOR MINISTRO:

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia o incluso relatório, referente á minha gestão como chefe desta Delegação, no periodo que decorre desde a minha entrada em funcções, a 13 de Julho de 1924, até 31 de Dezembro do mesmo anno.

O accumulo de serviços, decorrentes do exercicio concomitante do cargo que me coube, nos tres ultimos mezes, de presidente do Conselho da Sociedade das Nações, determinou o pequeno atraso com que envio esse documento, atraso que Vossa Excellencia de certo relevará.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

AFRANIO DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro.

* * *

RELATORIO

Genebra, 24 de Fevereiro de 1925.

SENHOR MINISTRO:

Cumprindo o disposto no art. VII, letra i, das Instrucções approvadas pelo decreto executivo n. 16.496 de Maio de 1924,

tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia o presente relatorio dos trabalhos da Delegação e dos da Sociedade das Nações, no periodo de tempo decorrido de 13 de Julho do anno passado — data da minha chegada a esta cidade — até agora.

Em minha passagem por Lisbôa, telegraphiei a Vossa Excellencia communicando haver deliberado vir de Bordeaux directamente a Genebra, e, em um officio n. 1, de 25 de Julho, dei os motivos desta resolução.

Sorprehendido, cinco dias depois de minha partida do Rio de Janeiro, com a noticia do movimento revolucionario de S. Paulo, julguei cumprir meu dever de brasileiro com o apressar a minha chegada á séde da Delegação e pôr immediatamente todo o meu esforço a serviço da ordem legal e do governo constituido do meu paiz.

Assim, tendo chegado a Bordeaux no dia 11 de Julho, parti a 12 para Genebra, onde cheguei na tarde de 13.

Encontrei á minha espera o Assessor Militar Major Leitão de Carvalho, e tres dias depois tambem se apresentava o Doutor Affonso Bandeira de Mello, assessor para as questões referentes ao "*Bureau International du Travail*", aos quaes dei posse nos termos do art. 8 do Regulamento approved pelo decreto n. 14.057, de 11 de Fevereiro de 1920.

Mais tarde chegaram os outros membros da Delegação, que igualmente tomaram posse nas seguintes datas: o delegado adjunto — Ministro Frederico de Castello Branco Clark — a 27 de Julho; o Engenheiro Elyseu Fonseca de Montarroyos, assessor tecnico para as questões de transito e communicações, a 25 do dito mez. O Senhor Sylvio Rangel de Castro deixou de tomar posse por não ter tido novo titulo de nomeação e continuar a servir em virtude de sua anterior designação para segundo secretario das delegações ás Assembléas de 1919-1923, tendo-se apresentado a 30 de Julho na Delegação Permanente, conforme minha communicação pelo telegramma n. 20, da mesma data.

O assessor tecnico para as questões navaes — Almirante Souza e Silva — tambem deixou de tomar posse pelos mesmos motivos, mas compareceu á Assembléa de Setembro e ás reuniões da Commissão Permanente Consultiva, de que é membro.

Durante a Assembléa, funcionou como secretario o da Embaixada em Londres — Senhor Heitor Lyra — e a 8 de Dezembro tomou posse o primeiro secretario Senhor Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.

DA SÉDE DA DELEGAÇÃO

O art. 5 das Instrucções, pelas quaes se rege a Delegação, declara que esta terá sua séde em Genebra, onde deverão obrigatoriamente residir todos os seus membros, e que será dotada de uma installação propria, com accommodações sufficientes para a residencia do chefe e para o trabalho de todo o pessoal.

Compondo-se a delegação de nove funcionarios, entre os quaes um embaixador, um ministro residente e um almirante, é evidente que o predio em que ella tiver de funcionar deverá ser dotado, pelo menos, de cinco salas destinadas ao expediente, sendo uma para o embaixador, uma para o delegado adjuncto e o almirante, uma para os cinco assessores technicos, uma para os secretarios e uma para o archivo.

O Governo Federal acaba de adquirir, segundo informações colhidas por mim em Roma, por occasião de minha estada nesta capital para a sessão do Conselho, todo o mobiliario da parte do Palacio Doria, em que se acha installada a nossa Embaixada no Quirinal. Esta aquisição foi feita pelo preço de 700 mil liras e constituiu, realmente, uma bôa operação, pois que deu estabilidade á installação condigna da nossa representação junto ao Governo da Italia.

Parece-me absolutamente necessario que o mesmo expediente se adopte para esta Embaixada, cuja importancia se demonstra com o proprio decreto de sua creação. Além de ser a primeira e unica até agora creada junto á Sociedade das Nações, ella é a séde da nossa Delegação e da representação do Brasil nas Assembléas. Os numerosos e dia a dia crescentes assumptos da competencia da Liga, os trabalhos dos differentes organismos technicos, os serviços do Bureau Internacional do Trabalho, fazem com que se não passe, por assim dizer, um dia em que não esteja funcionando nesta cidade alguma commissão technica, alguma conferencia, algum congresso, além das quatro sessões ordinarias do Conselho e da Assembléa.

No discurso com que, como presidente provisório da 4ª Assembléa, o Visconde de Ishii abriu a sessão inaugural de 3 de Setembro de 1923, declarou elle que, só nesse anno até essa data, se tinham reunido em Genebra, sob os auspícios da Sociedade das Nações, 61 congressos e conferencias.

Ora, dessa data para cá tem augmentado essa actividade de modo tal, que, ha pouco tempo, em palestra de varios membros do Conselho, de que eu participava, se admittia a hypothese de vir a

Assembléa a ter necessidade de funcionar por tempo mais longo, como os parlamentos, e o Conselho a ser obrigado a estar reunido, sem interrupção, como poder executivo.

A evidencia em que ficará aqui esta Embaixada, pelo seu contacto diuturno com os organs representativos de 56 nações, que tantos são os membros componentes da Liga; com o numeroso pessoal das commissões e sub-commissões de varias especies; com os delegados dos congressos e conferencias de differentes naturezas; com os altos commissarios da propria Sociedade para os serviços que ella executa em muitos paizes; com o numero incalculavel de pessoas vindas de todas as partes do mundo e interessadas de qualquer modo na solução de questões sujeitas ao estudo de algum dos organismos da Sociedade, esse contacto frequente ou continuo com tantos individuos e corporações impõe deveres e crêa necessidades especiaes a esta Embaixada, que não podem ser eumpridos e satisfeitos sem que seja ella dotada de uma installação condigna e adequada.

Além disto, não se pôde deixar de ter em consideração, no trato internacional, o elemento decorativo e o apparatus do cerimonial, pois que, não obstante a democratização dos costumes sociaes do nosso tempo, a representação dos Estados continúa cercada de brilhantes exterioridades, pelas quaes ainda se regula a grandeza e magestade de cada um delles.

BIBLIOTHECA

Em officio anterior, enviado a Vossa Excellencia, e em exposição feita verbalmente, pouco antes de minha partida do Rio de Janeiro, encarei a conveniencia de organisar-se aqui, na séde da Delegação, uma bibliotheca brasileira, destinada especialmente á consulta da Assembléa do Conselho, do Secretariado e dos organismos technicos da Sociedade das Nações, e podendo servir de centro de informações a todas as nossas Embaixadas e Legações na Europa.

Ella poderia constituir-se, inicialmente, de volumes das nossas leis, obras historicas—sobretudo da historia diplomatica—, geographicas, sociaes, economicas, — e de tudo quanto pudesse documentar as nossas realisações em materia de hygiene publica, saneamento rural, transportes e communicações, instrucção publica, etc.

As contribuições dos Estados, as memorias, relatorios, mensagens, que fossem pouco a pouco obtidas, as publicações officiaes

ou subvencionadas de todo genero, formariam, com aquelles primeiros elementos, o nucleo fundamental da instituição e garantiriam o seu posterior desenvolvimento.

Essa bibliotheca terá bem o seu logar em uma Embaixada junto á Sociedade das Nações.

* * *

Tenho muita satisfação em declarar a Vossa Excellencia que todos os funcionarios da Delegação têm cumprido com zelo e intelligencia os deveres dos respectivos cargos, reinando a mais completa harmonia até agora entre todos.

Os relatorios dos Srs. Almirante Souza e Silva e do Major Leitão de Carvalho, nas questões da Commissão Consultiva Permanente, os do commandante Montarroyos, nas questões de communicacão e transito, e os do Senhor Barboza Carneiro, nas economicas e financeiras, são documentos do esforço de cada um para o bom nome da representacão do Brasil. Na fórma de nossas instrucções, tenho remettido a Vossa Excellencia um exemplar de cada um dos ditos relatorios,— sendo que ao Senhor Ministro da Guerra e ao Chefe do Estado Maior do Exercito enviei igualmente um exemplar dos relatorios apresentados pelo Major Leitão de Carvalho, bem como remetti ao Senhor Ministro da Agricultura um exemplar do relatorio do Senhor Barboza Carneiro.

O Assessor technico para as questões relacionadas com o *Bureau International du Travail* — Senhor Affonso Bandeira de Mello — foi designado por mim para nosso representante na quinta commissão da Assembléa (questões sociaes e humanitarias), tendo tomado parte activa nos trabalhos respectivos e apresentado, posteriormente, um relatorio, que com este tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia.

Até a chegada do Senhor Hildebrando Accioly, nomeado primeiro secretario da Delegação e empossado a 8 de Dezembro ultimo, servio como secretario o Senhor Sylvio Rangel de Castro, que, por sua lealdade e pelo conhecimento do meio, onde tem funcionado desde a primeira assembléa, me prestou excellentes serviços.

Durante a sessão da 5ª Assembléa, servio interinamente como secretario o da Embaixada em Londres — Senhor Heitor Lyra —, cujas qualidades tive ensejo de apreciar durante a sessão da 4ª Assembléa, a que elle tambem esteve presente nessa mesma qualidade.

Seria muito conveniente que Vossa Excellencia designasse o mencionado funcionario para segundo secretario effectivo desta

Delegação, onde ha muito trabalho e sómente dois secretarios, sem nenhum dactylographo.

A correspondencia frequente com o Secretariado e todos os organismos technicos da Sociedade, a do Conselho e dos seus organs consultivos, a da nossa Chancellaria, Embaixadas e Legações, — toda ella exigindo cópias e registros —, constitue, sem duvida, trabalho superior ao esforço de um só segundo secretario.

O primeiro secretario — Senhor Hildebrando Accioly — chegou a Roma precisamente no dia da instalação dos trabalhos do Conselho e tomou posse na mesma data.

Agradeço a Vossa Excellencia a designação desse official da Secretaria de Estado para primeiro secretario desta Delegação, onde será muito efficaç e util a sua collaboração.

O Senhor Ministro-adjuncto — F. de Castello Branco Clark —, estimado e respeitado por todos os membros da Delegação, tem sido sempre um efficiente collaborador do trabalho geral.

CONSELHO

A 30ª sessão ordinaria do Conselho realisou-se em Genebra, tendo-se realisado a primeira reunião privada a 29 de Agosto, ao meio dia, sob a presidencia do Senhor Paul Hymans, representante da Belgica e seu Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Além das sessões privadas, e das secretas, o Conselho reunio-se em vinte sessões publicas, resolveu naquellas varias questões financeiras da Sociedade, organisando o projecto de pensões para o pessoal da Côte Permanente Internacional de Justiça e autorisando o estôrno de verbas do orçamento de 1924.

Entre as questões resolvidas nas sessões publicas, avultaram as referentes aos Estados Balticos e Balkanicos, oriundos do Tratado de Paz de Versailles, que são, por assim dizer, os mais constantes *clientes* da Sociedade das Nações. Assim, por exemplo, as questões entre a Polonia e a cidade de Dantzig occupam de tal modo a attenção do Conselho, pelos frequentes recursos de appellação interpostos ora por um, ora por outro dos ditos Estados, de decisões do alto commissario da Sociedade das Nações em Dantzig, que o proprio Conselho, em sua sessão extraordinaria de Bruxellas, chamou a attenção do Doutor Sahn, presidente do Senado da cidade livre de Dantzig, e do Senhor Strasburger, representante da Polonia, mostrando-lhes a necessidade imperiosa de se inspirarem ambos em um maior espirito

de conciliação, no sentido de evitar-se que tão numerosas questões de ordem absolutamente secundaria enchessem a ordem do dia do Conselho, com prejuizo evidente dos grandes problemas confiados ao seu exame e de interesse para a paz do mundo.

Os Estados Balkanicos, assim como a Grecia, a Turquia e a Armenia, tambem são frequentes litigantes no Conselho, pois que, além das questões importantes de minorias, que, pelo Tratado de Lausanne, foram postas sob a protecção da Sociedade das Nações, outras ha, como as de fronteiras entre a Albania e a Yugo-Slavia a Albania e a Grecia, que provocam constantes conflictos e são trazidas pelas partes ao conhecimento do Conselho.

ESCRavidÃO

Nessa sessão, o Conselho tomou conhecimento do relatorio da primeira sessão da Commissão Temporaria da Escravidão, creada pelo mesmo Conselho em suas sessões de 14 de Março e 12 de Junho de 1924. A instituição dessa Commissão foi inspirada ao Conselho pelo conhecimento, que lhe adveio, de que em certos territorios da Africa, Asia e Oceania se adoptavam praticas de trabalho attentatorias á liberdade humana, sendo que alguns desses territorios estão incluídos em paizes submettidos a mandato outorgado pela Sociedade das Nações, na fórmula do art. 22 do Pacto. A commissão assim creada não teve tempo de proceder aos inqueritos necessarios, para apresentar á 4.^a Assembléa o relatorio final; pelo que, em sua primeira reunião, ella se limitou a apresentar ao Conselho uma exposição summaria das questões cujo estudo se propunha abordar.

O Cameroun e Togo francezes, sob mandato da França; o Sul-Oeste Africano, sob mandato da União Sul-Africana; a Samôa Occidental, sob mandato da Nova Zelandia; o Ruanda-Urundi, sob mandato da Belgica; a Tanganiyka (antiga Africa Oriental Allemã), sob mandato da Grã-Bretanha; a ilha de Nauru, cuja administração está confiada aos governos do Reino-Unido, da Australia e da Nova Zelandia, que confiaram á Australia o governo da ilha durante os primeiros cinco annos, sob condição do accordo dos tres acêrca das questões essenciaes; as ilhas allemãs — entre as quaes a de Yap — ao norte do Equador, sob mandato do Japão; o Togo e Cameroun britannicos, sob mandato da Grã-Bretanha, são os territorios em que ainda existem a escravidão e a servidão domestica e agraria, sob fórmula propria, ou sob a de praticas restrictivas da liberdade, ou disfarçada

a aquisição de um direito de coacção sobre as pessoas, como a compra de donzellas sob a fórma de entrega de um dote, a adopção de creanças de um e outro sexo, penhor e sujeição de pessoas para pagamento de dividas, etc., etc.

Entre os documentos colhidos pela Comissão, para serem presentes á proxima Assembléa, ha alguns muito interessantes, fornecidos pelos proprios Estados mandatarios, — e uma memoria apresentada pela Delegação de Portugal, — de cada um dos quaes mandei opportunamente um exemplar ao Ministerio das Relações Exteriores.

Tendo chegado ao Secretariado, depois do encerramento da 4ª Assembléa, as respostas dos differentes governos ao questionario que lhes havia sido dirigido e que fôra organizado pela Comissão Temporaria da Escravidão, — o Conselho, por proposta do Senhor Branting, decidio enviar todos esses documentos, bem como o relatorio da dita Comissão, ao exame da 5ª Assembléa.

Para conhecimento mais completo dessa questão, nascida da renuncia, imposta á Allemanha pelo art. 119 do Tratado de Versailles, a todos os seus direitos e titulos sobre as possessões de ultramar, e imposta á Turquia pelos arts. 132 do Tratado de Sèvres e 16 de Tratado de Lausanne a todos os seus direitos e titulos sobre os seus antigos dominios fóra da Europa, — póde ser consultada a monographia que, sob o titulo de *La Société des Nations et les Mandats*, faz parte da série de publicações que a Secção de Informação do Secretariado tem editado sobre a obra da Sociedade das Nações.

OPIO

O Conselho tomou tambem conhecimento do relatorio da Comissão Consultiva do Trafico do Opio e de outras drogas nocivas e approvou as medidas nelle indicadas, tendo, além disto, encarregado o Secretario Geral de convidar os Estados membros da Sociedade e partes na Convenção de Haya a fornecer ao Secretario informações sobre a producção, o consumo e o commercio do *canabis indica*, ou *canabis sativo*, em seus respectivos territorios, e a apresentar suas observações sobre a proposta do Governo da União Sul-Africana, tendente a que a dita substancia seja considerada como uma das drogas capazes de produzir e crear habitos nocivos.

Quanto a outras questões relativas ao problema dos estupeficientes, o Conselho as deixou confiadas ao estudo das duas confe-

rencias internacionaes convocadas para tal fim: — a dos oito paizes productores e a geral dos membros da Sociedade.

No momento em que escrevo este relatorio, as duas conferencias, reunidas, discutem a questão da fiscalização do trafico de opio e de outras drogas nocivas, com a presença de uma delegação dos Estados Unidos, cujo governo se promptificou a collaborar nessa campanha contra um dos flagellos da humanidade.

A these da delegação americana é a de que nenhuma providencia será efficiente sem que parta do principio fundamental da diminuição da producção até o *quantum* sufficiente ás necessidades medicas do mundo.

A contribuição americana de iniciativa privada, para as obras humanitarias da Sociedade das Nações, é immensa. Com dinheiro americano tem-se feito quasi toda a campanha da protecção das mulheres e creanças no Proximo Oriente, como uma grande parte da obra em favor dos refugiados e em pról da suppressão desse proprio flagello do opio, morphina, cocaina, etc.

Ê, pois, de reccar-se, como bem observou o *Journal de Genève*, o fracasso da Conferencia do Opio, porque desse insuccesso tiraria a opinião americana a conclusão de que a Sociedade das Nações não é só impotente para resolver as questões politicas do mundo, mas até mesmo as simplesmente humanitarias.

Sómente a instituição americana, denominada *American Women's Hospitals*, envia, mensalmente, por intermedio da "Casa da Sociedade das Nações" (designação do escriptorio central de Constantinopla para a protecção das mulheres e creanças no Proximo Oriente) quinhentos dollars para auxilio do hospital grego da dita cidade.

A *Christian Science of Relief of America*, o *Save the Children Fund* e numerosas personalidades privadas dos Estados Unidos têm feito e fazem constantemente valiosos donativos aos serviços humanitarios da Sociedade das Nações, sendo de assignalar-se que, somente aquelle escriptorio central de Constantinopla, deu assistencia, no penultimo anno, a 1.327 creanças e a 950 mulheres.

Seria desastrosa para os objectivos da Sociedade a desillusão do publico americano acerca da força moral e capacidade desta para a solução das questões humanitarias.

RECONSTRUÇÃO FINANCEIRA DA HUNGRIA

Além da Austria, tambem a Hungria solicitou o auxilio da Sociedade das Nações para a respectiva reconstrucção financeira.

Adoptado o plano de reconstrucção na sessão do Conselho de Junho do anno passado, — foi feita a emissão do emprestimo no valor total nominal de 307 milhões de corôas, ouro, em oito paizes: Gran-Bretanha, Italia, Suissa, Hollanda, Suecia, Tcheco-Slovaquia, Hungria e Estados Unidos da America do Norte.

Conseguio-se já a estabilização da corôa hungara, o equilibrio do orçamento e a cessação completa da inflação.

O Commissario Geral da Sociedade das Nações na Hungria — Senhor Smith — tem apresentado ao Conselho os seus relatorios mensaes, e estes têm sido transmittidos por mim ao Ministerio das Relações Exteriores. Por elles verá Vossa Excellencia, como pelos do Commissario Geral na Austria, o pleno exito com que se vae operando a reconstrucção financeira dos dois ditos paizes, sob os auspicios da Sociedade das Nações.

O Governo da Esthonia solicitou ao Conselho que autorizasse o seu Comité Financeiro a, depois de ouvir o Primeiro Delegado do dito paiz na Assembléa e seu Ministro dos Negocios Estrangeiros — Senhor E. Pusta —, proceder ao estudo de sua situação financeira e monetaria e apresentar o relatorio com a indicação das medidas aconselhadas.

FAMINTOS DA ALBANIA

O Conselho ainda se occupou de outras questões de ordem humanitaria, como, por exemplo, a dos soccorros aos famintos da Albania Septentrional, com recursos subscriptos por varios Estados membros da Sociedade. Em tempo opportuno foi enviado ao Ministerio das Relações Exteriores o relatorio do Commissario Geral da Sociedade para essa missão — Senhor Henri Cuénod — pelo qual terá visto Vossa Excellencia quantos milhares de pessoas foram soccorridas, e que só na sub-prefeitura de Dukagjini receberam soccorros nove mil famintos.

Tendo havido um saldo de cerca de dez mil francos suissos do fundo dos soccorros, esse saldo foi levado á conta de compra e distribuição de quinino nos districtos em que se alastra o paludismo, provocando o empobrecimento das populações.

Ao Doutor Heigh, delegado do Comité de Hygiene da Sociedade das Nações na Albania, foi dada a incumbencia de fazer essa distribuição.

REFUGIADOS RUSSOS E ARMENIOS

Outra questão humanitaria resolvida pela Sociedade e pelo Conselho foi tambem a do estabelecimento dos refugiados russos, armenios, etc., que se accumularam em certas regiões famintos e miseraveis, fugindo aos horrores da guerra. Só a Grecia recebeu 1.250.000 desses infelizes, cuja alimentação ella não podia fazer sem provocar uma grave crise interna pelo desequilibrio de suas proprias condições economicas, já de si precarias pelo que ella mesma soffreu em longo periodo de guerra, pelo conflicto de Corfú e pela crise revolucionaria, que determinou a queda de sua monarchia.

O Governo Grego pediu o auxilio da Sociedade das Nações para o lançamento de um emprestimo externo de dez milhões esterlinos, subscrevendo a propria Grecia vinte e cinco por cento do total, depois que o Comité Financeiro da Sociedade procedesse a um exame aprofundado de seus orçamentos e de seus recursos, para verificar a sua capacidade de cumprir as obrigações assim contrahidas. O producto do emprestimo seria destinado ao estabelecimento desses refugiados em 500 mil hectares de terra fornecidos pelo Governo Grego, calculando-se em 50 libras esterlinas o estabelecimento de cada familia. A cultura, principalmente do tabaco e a do bicho de seda, a que já estava habituada a maior parte dos refugiados, deu-lhes uma tão rapida prosperidade, que no dizer do Sr. Morgenthau, presidente do Officio Autonomo para os refugiados gregos, muitos delles já se preparam para reembolsar os adiantamentos recebidos. E, desse modo, os sacrificios feitos a principio pela Grecia serão compensados pelo augmento de sua população e de sua capacidade productora, esperando os seus homens de governo que, em futuro bem proximo, ella se bastará a si mesma, deixando de recorrer a qualquer especie de importação.

O emprestimo foi feito e bem succedido, como Vossa Excellencia terá visto pelas noticias telegraphicas e pelos documentos remetidos por mim.

COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

Se a execução das obras humanitarias concorreram para o fortalecimento do espirito de cooperação internacional, que é o fundamento moral da Sociedade das Nações, — a communhão do pen-

samento, pela troca dos productos da intelligencia e pela cooperação litteraria e scientifica, constitue, talvez, a base essencial desse grande organismo.

Léon Bourgeois, um dos creadores do Pacto, disse, com razão, que, sem a cooperação intellectual, seria impossivel a existencia da Sociedade das Nações.

Proseguindo em sua obra, o Conselho, em sua sessão de Setembro de 1924, adoptou as seguintes resoluções:

1) autorisar a Commissão de Cooperação intellectual a augmentar o numero dos seus membros correspondentes;

2) convidar o Secretario Geral a pedir aos Estados, que ainda não deram seu parecer sobre a questão da propriedade scientifica, a enviarem suas respostas, ao mais tardar, até 1 de Janeiro de 1925;

3) autorisar a Commissão de Cooperação intellectual a convocar uma reunião de technicos para o estudo dos diversos problemas suscitados pela questão da propriedade scientifica;

4) convidar o Secretario Geral, de accordo com o voto expresso pela Conferencia de Genova, em Abril de 1922, e ao qual se associou a Commissão de Cooperação intellectual, a obter das nações, que ainda o não tenham feito, a adhesão ás convenções de Berna relativas ao direito de autor;

5) autorisar a secção das repartições internationaes do Secretariado a abrir um registro de inscripção das associações e instituções internationaes, de caracter social, scientifico, artistico ou litterario;

6) approvar em principio o projecto de accordo com o instituto internacional de Bibliographia de Bruxellas, sob reserva da questão das subvenções financeiras, e deliberação da Assembléa;

7) autorisar a Commissão de Cooperação intellectual a reunir um *Comité* de technicos para a coordenação das sciencias economicas e seus prolongamentos.

O governo francez, em carta do Senhor François Albert, Ministro de Instrucção Publica, ao Senhor Bergson, Presidente da Commissão de Cooperação intellectual, offereceu-se a fundar em Paris um Instituto Internacional de Cooperação Internacional e a mantel-o com

uma subvenção sufficiente, sendo o seu conselho de administração constituido pela propria Commissão de Cooperação intellectual. A idéa levantou varias objecções, fundadas no receio de que tal instituto, creado e mantido por um só Estado e dentro no seu proprio territorio, perderia o character internacional, arrastando nessa perda a propria linha característica da Commissão de Cooperação intellectual. A circumstancia de ser em Paris o projectado instituto, a forte subvenção do governo francez e a sumptuosa installação concebidas, eram outros tantos motivos de temor de que o instituto viesse a absorver o organismo tecnico da Sociedade, creado em Genebra. Finalmente, havia uma corrente que tambem receiava o afastamento dos povos germanicos do ambiente de cooperação intellectual, que a Sociedade das Nações procurava crear e desenvolver, desde que esse espirito de cooperação se transportasse de Genebra para Paris.

Não se pode contestar uma certa procedencia e justificativa a taes temores, aos que se deve ainda juntar o da creação de um perigoso precedente de deslocação de serviços fundamentaes do seu centro essencial, no seio da Sociedade, para a atmospherá *nacionalista* de um determinado Estado.

Não obstante esses temores, o assumpto teve seguimento completo e os seus ultimos termos foram resolvidos pelo Conselho, em sua sessão de Roma.

UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO E COORDENAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

O precedente, de que pouco acima se falla, fructificou logo depois: o Governo Italiano offereceu tambem á Sociedade crear um Instituto internacional para a unificação, ou a harmonisação e coordenação do direito privado, sob a direcção da mesma Sociedade. A V Assembléa, recordando os termos de sua resolução de 23 de Setembro de 1924, relativa á fundação do Instituto Internacional de Cooperação intellectual, convidou o Conselho a acceitar esse offerecimento em nome da Sociedade das Nações, e, para sublinhar o character internacional que o dito Instituto deveria possuir no que concerne ao programma de seus trabalhos e á escolha de seu pessoal, decidiu: 1) que os poderes e as funções do novo Instituto e a constituição de seu Conselho de Administração e do seu *Comité* de direcção fossem determinados pelo Conselho da Sociedade das Nações, de accordo com o Governo Italiano; 2) o Conselho da Sociedade das Nações foi convidado a fazer com o Governo Italiano, mediante prévia consulta das organizações competentes, 1925

é, mediante consulta do *Comité* de technicos previsto na resolução da Assembléa de 22 de Setembro de 1924, da Commissão de Cooperação intellectual e das organizações technicas da Sociedade das Nações, todos os accordos necessarios para assegurar a organização, a existencia e o funcionamento normal do Instituto, incorporando-se a taes accordos os mesmos principios geraes estabelecidos para o Instituto de cooperação intellectual creado em Paris.

O Conselho, em sua sessão de 3 de Outubro de 1924, por via de parecer favoravel do Senhor Aristides Briand, acceitou a offerta do Governo Italiano, nos termos acima indicados, e adiou para a sua sessão seguinte a nomeação da Commissão de Jurisconsultos encarregada de proceder aos estudos para a unificação do direito privado.

Na sessão ordinaria realisada em principios de Dezembro em Roma, o Conselho nomeou a seguinte Commissão, para preparo do plano de codificação progressiva do direito internacional:

1) Senhor *M. Hammerskjold*, Governador de Upsala (Suecia), para Presidente do *Comité*.

2) O Professor *Diena*, professor de direito internacional da Universidade de Turim, Vice-Presidente.

3) O Professor *Brierly*, professor de direito internacional da Universidade de Oxford.

4) Senhor *Fromageot*, jurisconsulto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza.

5) Senhor *M. Matsuda*, doutor em direito, Ministro Plenipotenciario (Japão).

6) Senhor *George W. Wickershae*, ex-procurador geral dos Estados Unidos da America, membro do *Comité* de direito internacional da Associação de Advogados, americana, e Presidente da Sociedade americana de direito internacional (Estados Unidos da America).

7) Doutor *Bernard C. J. Loder*, magistrado, Presidente da Côte Permanente de Justiça Internacional (Paizes Baixos).

8) O Professor *Charles de Visscher*, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Gand, Conselheiro Juridico do Ministerio das Negocios Estrangeiros (Belgica).

9) O Doutor *Chung Hui Wang*, juiz supplente á Côte Permanente de Justiça Internacional (China).

10) O Professor *Walter Schucking*, professor de direito da Universidade de Berlim (Allemanha).

11) O Doutor *Vilhena Barboza de Magalhães*, Professor de direito da Universidade de Lisboa, advogado, ex-Ministro dos Negocios Estrangeiros, da Justiça e da Instrucção Publica (Portugal).

12) Senhor *Simon Rundstein*, ex-Conselheiro juridico do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, fundador da Associação Polaca de Direito Internacional e membro do *Comité* da Associação de Jurisconsultos Polacos.

13) O Doutor *Léon Luiz Suarez*, Decano da Faculdade de sciencias politicas da Universidade de Buenos Aires (Argentina).

14) Doutor *Gustavo Guerrero*, ministro de Salvador em Paris (Salvador).

15) O Doutor *Adalbert Mastny*, Ministro da Tchecoslovaquia em Londres, presidente do grupo thécoslovaquio da Assembléa de Direito Internacional.

16) Um jurisconsulto hespanhol (ainda não designado).

17) Um jurisconsulto especialista em direito musulmano. Este ultimo foi designado por mim, como Presidente do Conselho, tendo recahido a nomeação por proposta do Secretario Geral, no Senhor Abdur Rahim, antigo membro do governo de Bengala e antigo juiz da Côrte de Madras.

Convem notar que, antes da offerta do Governo italiano, isto é, a 22 de Setembro de 1924, a Assembléa tinha adoptado a seguinte resolução, relativa ao desenvolvimento do Direito Internacional creado pelos Tratados e Convenções:

« L'Assemblée,

Considérant qu'une expérience de cinq années a démontré les services considérables que la Société des Nations peut rendre pour la satisfaction rapide des besoins de réglementation des rapports internationaux; rappelant, notamment, les importantes conventions élaborées en matière de conciliation internationale, en matière de communications et transit, celles relatives à la simplification des formalités douanières, à la reconnaissance de la clause arbitrale dans les conventions commerciales, à la législation internationale du travail, à la répression de la traite des femmes et des enfants, à la pro-

tection des minorités, ainsi que les résolutions récentes relatives à l'assistance judiciaire des indigents;

Désireuse d'accentuer la contribution de la Société des Nations à la codification progressive du droit international,
Prie le Conseil

De convoquer un comité d'experts qui non seulement réunissent individuellement les conditions requises, mais assurent dans l'ensemble la représentation des grandes formes de civilisation et des principaux systèmes juridiques du monde. Ce comité sera chargé, après consultation éventuelle des institutions les plus autorisées qui ont voué leur activité à l'étude du droit international et sans empiètement sur les initiatives officielles qui pourraient avoir été prises par des Etats particuliers;

1) De dresser une liste provisoire de matière de droit international dont la solution par voie d'entente internationale paraîtrait le plus souhaitable et réalisable;

2) Et après communication de la dite liste aux Gouvernements des Etats membres ou non de la Société, par le Secrétariat, aux fins d'avis, d'étudier les réponses et,

3) De faire rapport au Conseil sur les questions ayant obtenu le degré de maturité suffisant et sur la procédure qui pourrait être suivie en vue de la préparation de conférences éventuelles pour leur solution. »

Tendo a Assembléa adoptado posteriormente, isto é, a 30 de Setembro, a outra resolução relativa á offerta do Governo italiano, é provavel que o *comité d'experts*, de que falla a anterior resolução, que passou a ser o *comité de codification progressive du droit international* seja tambem incumbido de preparar o trabalho [relativo ao Instituto ofrecido pelo Governo italiano e sob os auspícios da Sociedade das Nações.

COMMISSÃO DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

Ainda acêrca da cooperação intellectual, o Conselho resolveu, por proposta do delegado da França, autorisar a Comissão de cooperação intellectual a augmentar o numero de seus membros correspondentes, de accôrdo com as regras propostas por ella mesma. Essas regras foram manifestadas nos seguintes votos da Comissão, expostos

no relatório geral dos seus trabalhos, apresentado á Assembléa e ao Conselho.

« E' de desejar-se, como indicou a Assembléa em sua sessão de 27 de Setembro, que a Commissão comprehenda, tanto quanto possível, representantes dos principaes ramos de actividade intellectual e, ao mesmo tempo, representantes não das nacionalidades, mas dos principaes grupos de cultura;

o systema da rotação parece pouco compativel com o principio da escolha pela competencia — principio admittido na origem da Commissão, e de que ella ainda se felicita pelos trabalhos realizados;

convém evitar as competições, provavelmente numerosas e vivas, que o augmento da commissão poderia provocar; a estreiteza dos recursos financeiros de que dispõe a Commissão deve tambem ser levada em consideração. Nestas condições a Commissão é de parecer que a nomeação de muitos correspondentes novos seria o melhor meio de satisfazer aos desejos legitimos que se manifestaram e ainda se poderão manifestar. »

PROPRIEDADE SCIENTIFICA

O Conselho incumbiu tambem o Secretario Geral de pedir novamente aos Estados membros que enviem suas observações acêrca do projecto de convenção para a protecção da propriedade scientifica, e de se empenhar para que essas observações cheguem ao Secretariado antes de 1 de Janeiro de 1925.

Em mais de um officio ao Ministerio solicitei essa providencia, tendo suggerido a conveniencia de ser ouvido sobre a questão o desembargador Virgilio de Sá Pereira, que publicou recentemente um livro sobre a propriedade scientifica.

Além dessas resoluções, o Conselho ainda tomou as seguintes nessa materia de cooperação intellectual:

1) autorisar a Commissão a convocar uma conferencia de technicos para o estudo dos diversos problemas levantados por essa questão de propriedade scientifica;

2) incumbir o Secretario Geral, de accôrdo com os votos expressos pela Conferencia de Genova, de Abril de 1922, de

obter a adesão dos Estados ainda não adherentes ás convenções de Berna relativos ao direito de autor;

3) autorisar a secção do Secretariado que se occupa dos *bureaux internationaux*, a abrir um registro de inscripção das associações e instituições internacionaes de caracter social, ou scientifico, ou artistico, ou litterario;

4) approvar, em principio, o projecto de accôrdo com o Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, para organ permanente de ligação e informações bibliographicas;

5) autorisar a Commissão de cooperação intellectual a reunir um *comité* de technicos para a coordenação de bibliographia das sciencias economicas e seus desdobramentos.

O Conselho recommendou tambem á Commissão que animasse, tanto quanto possivel, a criação de commissões *nacionais*, para que se torne mais efficiente a obra geral da cooperação intellectual.

Com o Anexo 673 a (Documento A. 31-1924-XII), remetti a esse Ministerio o relatorio dos trabalhos da Commissão de Cooperação Intellectual, correspondente ás suas terceira e quarta sessões, a primeira realisada em Paris de 5 a 8 de Dezembro de 1923, e a segunda em Genebra, de 25 a de 29 Julho de 1924.

Nesse relatorio encontrará Vossa Excellencia minuciosas informações acêrca da actividade da obra da Sociedade das Nações no terreno da cooperação intellectual.

HYGIENE

No dominio das questões de hygiene, o organismo technico da Sociedade — *Comité d'hygiene* — trabalha em harmonia de vistas com o Officio Internacional de Hygiene Publica de Paris, de accôrdo com a resolução da Assembléa de 20 de Setembro de 1924 e a declaração interpretativa da delegação italiana, a que tambem adheriram as declarações da Polonia e Venezuela.

O *Comité* de Hygiene e o Secretariado organisaram um serviço de recolhimento e systematização de informações epidemiologicas dos differentes paizes, para permittir a lucta contra as epidemias, efficazmente e em tempo util. Os trabalhos do *Comité* deram excellentes resultados no que diz respeito á Europa e á America, mas encontraram graves difficuldades no que concerne ao Extremo-Oriente, onde as administrações sanitarias não estão sempre bem apparelhadas e onde a

diffusão das epidemias nos portos é particularmente perigosa, dadas a densidade e as condições de existencia da população. Por esse motivo, o *Comité* de Hygiene considerou necessario crear no Extremo-Oriente uma repartição destinada a recolher todas as informações possiveis sobre a situação sanitaria dos paizes do Extremo-Oriente e em particular sobre os seus portos.

O *Comité* de Hygiene da Fundação Rockefeller se interessou por esse projecto e garantio por cinco annos os meios necessarios á fundação e manutenção desse escriptorio de informações.

O Conselho, em vista disto, convocou uma conferencia, a realisar-se em Singapura, dos representantes das administrações de hygiene dos oito paizes que têm possessões no Extremo-Oriente e que são os mesmos que já tomaram parte na Primeira Conferencia do Opio: Japão China, Siam, India, Grã-Bretanha, França, Hollanda e Portugal.

O Secretariado será representado nessa conferencia por um membro de sua secção de hygiene—o Doutor Norman White.

QUESTÕES ECONOMICAS

No dominio das questões economicas, o Conselho — de accôrdo com a resolução da V Assembléa, tomada por iniciativa da Delegação Italiana e baseada na primeira alinea do art. 3 da Convenção para a simplificação das formalidades aduaneiras, já assignada por 36 Estados e ratificada por seis, — convidou o *Comité* Economico a estudar a possibilidade e a oportunidade de uma combinação entre Estados membros e não membros da Sociedade, com o objectivo da abolição definitiva das prohibições e restricções á importação e exportação e, se possivel, de propôr as medidas mais apropriadas a tal fim, sob e reserva das disposições que visem os interesses vitaes dos Estados.

Pelos relatorios do Senhor Barboza Carneiro, assessor tecnico para as questões economicas, verá Vossa Excellencia o seguimento que tem tido essa questão.

Não ha duvida que o systema de prohibições e restricções á importação e á exportação constitue serio obstaculo ao livre desenvolvimento das trocas internacionaes; mas o conjuncto do problema nos paizes, como o nosso, de politica economica proteccionista, precisa de ser estudado com extremo cuidado, pois que a sua solução não deve sacrificar, mas sim pôr-se de harmonia com a situação especial do Brasil e as necessidades de nossa nascente organização industrial.

QUESTÕES ADMINISTRATIVAS — QUESTÕES DE MINORIAS

Nessa sua trigesima sessão, o Conselho resolveu ainda varias questões de menor importancia, entre ellas as seguintes:

Policia local e instrucção publica no territorio da Sarre; — transferencia á Repartição Internacional do Trabalho da obra, até agora feita pela Sociedade das Nações, de soccorro em favor dos refugiados russos e armenios; — exame dos relatorios technicos sobre a alta dos preços e custo da vida em Genebra; — casos relativos á troca de populações gregas e turcas, em virtude do Tratado de Lausanne; — protecção das minorias gregas na Bulgaria e bulgaras na Grecia; — organização da Caixa de Providencia do Pessoal do Secretariado, etc., etc.

REPUBLICA DE SÃO DOMINGOS

O Conselho incumbiu, ainda nessa sessão, a sua Commissão Permanente Consultiva do exame do pedido de admissão da Republica de São Domingos á Sociedade das Nações e remetteu o parecer favoravel á Assembléa, que, por votação unanime, accitou o dito Estado como membro da Sociedade.

IRAK E MANDATOS

Deixei para tratar em ultimo lugar das duas questões mais importantes da mencionada sessão: a da fronteira entre a Turquia e o Irak, segundo o art. 3, § 2, do Tratado de Lausanne, e a da execução das clausulas militares, navaes e aereas dos Tratados de Paz, ou projecto de organização do exercicio de direito de investigação nos paizes a esta submettidos em virtude dos Tratados de Versailles, Saint-Germain, Trianon e Neuilly.

QUESTÃO DO IRAK

A exploração dos paizes atrasados e fracos pelas potencias sequiosas de expansão territorial e de descoberta de novos mercados, tanto de exportação dos seus productos manufacturados, quanto de importação de materias primas; — a doutrina das *zonas de influencia*, que, da posse da embocadura dos grandes rios, fazia o titulo de direito das potencias conquistadoras para a acquisição dos mais vastos *hinterlands*; — o regimen dos *protectorados*, que mal disfarçavam as annexações, — eram outras tantas causas de emulação e rivalidades entre os paizes fortes da Europa, cuja expansão se fazia

pela Asia, Africa e Oceania, e constituíam novos motivos de guerra, além de serem a causa do sacrificio dos povos fracos á cupidez dos poderosos. O Pacto da Sociedade das Nações, pela concepção nova do regimen dos mandatos, instituiu um systema inédito na vida internacional: a administração de certos paizes por um determinado Estado, em nome da Sociedade das Nações e sob a fiscalização desta. E' uma especie de tutela, com um tutor responsavel pela administração dos bens do tutelado e pela educação deste, — modificando-se o regimen tutelar á medida que o tutelado se fôr adaptando para o exercicio pleno de seus direitos na communhão internacional. A nossa legislação civil no Brasil instituiu um regimen semelhante para os selvícolas, que foram considerados como relativamente incapazes e cujas restricções á capacidade civil diminuem á medida que elles se adaptam ao meio social.

O regimen dos mandatos tem como base, segundo o Pacto, o principio de que “o bem estar e o desenvolvimento desses povos atrasados formam uma missão sagrada de civilização”.

Alguns desses povos habitam o Proximo-Oriente e pertenciam, até os acontecimentos da guerra de 1914-1918 e suas ultimas consequências nos Balkans, ao Imperio Ottomano.

Pelo art. 16 do Tratado de Lausanne de 24 de Julho de 1923, que substituiu o de Sèvres, não ratificado, a Turquia renunciou a todos os seus direitos e titulos concernentes aos territorios situados fóra das fronteiras que o dito Tratado lhe reconheceu. Entre taes territorios se incluíam a Syria, a Palestina e a Mesopotamia.

Em virtude das disposições do referido tratado, competia ao Conselho Supremo das Potencias Alliadas, e não á Sociedade das Nações, como já ficou dito anteriormente, a escolha dos governos mandatarios. Para a Syria, a Palestina e a Mesopotamia, o Conselho Supremo dos Alliados, reunido em San Remo, a 25 de Abril de 1920, escolheu para mandatarios: da primeira, o Governo Francez, e, das duas ultimas, o Governo do Imperio Britannico.

O art. 3 do dito Tratado dispõe que “a fronteira entre a Turquia e o Irak será determinada amigavelmente entre a Turquia e a Grã-Bretanha dentro em um prazo de nove mezes. Em falta de accordo entre os dois Governos, ao termo do prazo previsto, o litigio será levado perante o Conselho da Sociedade das Nações, comprometendo-se os dois Governos, reciprocamente, a que, esperando a decisão relativa á fronteira, não se procederá a qualquer movimento militar ou de outra natureza, susceptível de produzir uma alteração

qualquer no estado actual dos territorios, cuja sorte definitiva dependerá dessa decisão”.

Não se tendo dado a solução amigavel no decurso do prazo estabelecido, a questão foi trazida á 30ª sessão do Conselho, sendo seu relator o Senhor Branting, e os direitos dos paizes interessados defendidos por Lord Parmoor, pela Grã-Bretanha, e Fethi Bey, então presidente da Assembléa de Angora e hoje presidente do Conselho de Ministros, pela Turquia.

Na primeira sessão do Conselho, em que se tratou do assumpto, o Senhor Branting quiz precisar bem os termos da questão e obter declarações dos representantes das duas partes, para saber de que modo estes comprehendiam a mesma questão. Conforme as declarações, dizia elle, tanto escriptas quanto verbaes, do Governo Britannico e dos seus representantes, o *vilayet* de Mossoul deve fazer parte do Reino do Irak, e a questão submettida ao Conselho é a de saber se a fronteira septentrional do Reino seguirá approximadamente os limites administrativos do *vilayet* referido, apenas com as modificações motivadas por considerações de ordem ethnographica, economica ou militar, as quaes, segundo o Governo Britannico, conduziriam ao deslocamento para o Norte.

O Governo Turco, do seu lado, estima que a questão trazida ao Conselho é a de saber se a posse do *vilayet* de Mossoul deve ser reconhecida á Turquia ou ao Irak, seguindo a fronteira, no primeiro caso, o limite meridional desse *vilayet*, e, no segundo, o seu limite septentrional.

Fethi Bey precisou o problema nos seguintes termos: o Governo Britannico suppõe que a sorte de Mossoul já está resolvida em favor da Grã-Bretanha, não se tratando agora senão de estabelecer a nova fronteira entre o Irak e a Turquia; a these turca, porém, é que o que está primordialmente em discussão é a sorte do dito *vilayet*, visto que a Turquia não só nunca renunciou os seus direitos soberanos sobre esse *vilayet*, como, ao contrario, nunca cessou de fazer valer os seus direitos sobre essa provincia, povoada por uma grande maioria de turcos e kurdos.

O que nos importa accentuar aqui, depois de indicar a profunda divergencia das duas theses e a grande importancia internacional do conflicto, é o assentimento perfeito e completo dos dois paizes em acceitar a arbitragem do Conselho da Sociedade das Nações. Transcrevo, em seguida, as palavras de Lord Parmoor e de Fethi Bey. O primeiro disse: “Le Gouvernement Britannique considère le

Traité comme plaçant le Conseil dans une situation d'arbitre, dont la sentence finale doit être acceptée d'avance par les deux parties. Par conséquent je désire déclarer, de la façon la plus explicite, que le Gouvernement Britannique se considérera lié par la décision du Conseil”.

Fethi Bey respondeu o seguinte: “Le Gouvernement Turc reconnaît au Conseil la plénitude des attributions que lui confère l'article 15 du Pacte des Nations, article que est applicable aux différents similaires portés devant le Conseil”.

Como Vossa Excellencia vê, os dois Estados em conflicto reconheceram integralmente a competencia do Conselho, nos termos do Pacto, para o exercicio da sua função arbitral, — o que constitue prova evidente da autoridade adquirida pelo mesmo Conselho, no mundo.

O Conselho, por unanimidade e por proposta do relator, adoptou as seguintes resoluções:

« Depois de ter ouvido as declarações dos representantes dos Governos da Grã-Bretanha e da Turquia, que se comprometteram de antemão, em nome dos respectivos Governos, a acceitar a decisão do Conselho sobre a questão que lhe foi submettida;

afim de recolher os dados de facto e os elementos de apreciação, que lhe são necesarios para desempenhar a missão que lhe é confiada pelo art. 3, 2ª alinea, do Tratado de Lausanne:

decide que se constituirá uma comissão especial de tres membros, que fornecerá ao Conselho todas as informações e suggestões tendentes a facilitar-lhe a decisão. Ella deverá ter em consideração os documentos existentes e os objectivos declarados pelas partes, tanto no que concerne ao processo quanto ao que concerne ao fundo da questão. Receberá todas as communicações que as partes desejarem fazer-lhe, e procederá a investigações *in loco* e se fará, neste caso, acompanhar por assessores designados respectivamente por cada um dos dois Governos interessados.

A Comissão organizará por si mesma as regras do processo. O Secretario Geral lhe fornecerá o pessoal necessario e lhe fará os adiantamentos precisos, os quaes serão

reembolsados á Sociedade das Nações, em partes iguaes, pelos Governos interessados. O Conselho confia ao seu presidente em exercicio e ao relator da questão o cuidado de designar, de commum accôrdo, os membros da dita commissão.

O Conselho toma nota das declarações dos Governos Britannico e Turco, pelas quaes, enquanto se esperar a decisão acêrca da fronteira, não se procederá a qualquer movimento militar ou de outra natureza, susceptível de alterar de qualquer modo o estado actual dos territorios cuja sorte definitiva dependerá da dita decisão. »

ARMAMENTOS

O Conselho, pelo órgão de seu presidente interino e relator das questões do desarmamento, Senhor Benès, dirigiu-se, em data de 14 de Agosto de 1924, ao Governo dos Estados Unidos, convidando-o a participar da discussão sobre a fiscalização do commercio internacional das armas, no momento em que essa questão viesse á 3ª Commissão da Assembléa.

Já anteriormente, o Ministro Americano em Berna, Hugh Gibson, e o seu antecessor no mesmo posto tinham dado sua assistencia aos trabalhos da Commissão Temporaria Mixta sobre a Fiscalização do Commercio Internacional das Armas, e esta circumstancia justificava plenamente o novo convite ao Governo Americano para participar dos trabalhos da commissão da Assembléa, que iria tratar desse assumpto.

Deve-se notar tambem que, em 1923, o Governo Americano se fizera representar por uma delegação, sob a chefia do Deputado Porter, nos trabalhos da 5ª Commissão da IV Assembléa, que tratava das questões sociaes e humanitarias.

A 18 de Agosto, o Ministro Americano em Berna, de ordem do Secretario de Estado, respondia ao Secretario Geral, declarando que o seu Governo se considerava feliz por se ter feito representar nas reuniões da Commissão Temporaria Mixta, e da sua sub-commissão; mas que a presença de um delegado americano nos trabalhos da 3ª Commissão da Assembléa lhe parecia desnecessaria, visto que esse delegado não poderia expor ahi mais do que já lhe tinha sido dado informar nas reuniões anteriores, a que estivera presente. Entretanto, no fim dessa resposta, o Ministro Americano dizia textualmente o

seguinte: “O Governo dos Estados Unidos segue com cordial sympathy, como ninguém ignora, todos os esforços susceptíveis de reduzir o commercio das armas e das munições de guerra e se considerará feliz em collaborar para a adopção de qualquer projecto por meio do qual fosse possível obter a legislação necessaria a tal fim. Para esse effeito, os Estados Unidos estariam dispostos a colher favoravelmente um convite para participar de uma conferencia internacional das potencias, com o fim de negociar e concluir uma convenção desse genero”.

Posteriormente, o Conselho, dando execução á resolução adoptada pela Assembléa, a 27 de Setembro de 1924, adoptou por sua vez a seguinte resolução:

« Sobre a proposta da Assembléa, o Conselho decide autorizar o Secretario Geral a submeter aos Governos dos Estados, membros e não membros da Sociedade das Nações, o projecto de convenção concernente á fiscalização do commercio internacional das armas, munições e material de guerra, elaborado pela Comissão Temporaria Mixta, pedindo-lhes informarem, antes da sessão do Conselho de Dezembro, se elles estariam dispostos a participar de uma conferencia a reunir-se provavelmente no mez de Abril ou Maio de 1925, para discutir esse projecto de convenção. »

Apesar de que, nessa sessão, o Conselho não tinha em vista discutir o projecto de convenção, organizado pela Comissão Temporaria Mixta, mas simplesmente envial-o ao exame dos differentes governos, julguei necessario fazer certas reservas ao mesmo projecto e pedir que ficassem ellas constando da acta da dita sessão do Conselho e que essa acta, juntamente com as das Comissões Temporaria Mixta e Permanente Consultiva, fosse remetida aos governos que deveriam ser convidados a participar da Conferencia.

Sobre as duas mencionadas decisões do Conselho, já dirigi a Vossa Excellencia pormenorizados officios, nos quaes fôram ellas largamente explanadas.

Essas questões estão ligadas entre si e a respectiva solução visa o objectivo previsto no art. 8 do Pacto, isto é, a reducção de armamentos nacionaes ao minimo compativel com a segurança nacional e com a execução das obrigações internacionaes imposta por uma acção commum.

A questão concernente á troca, da maneira mais franca e a mais completa, de todas as informações relativas á escala dos armamentos de cada Estado, aos seus programmas militares, navaes e aereos e ás condições das suas industrias susceptíveis de serem utilizadas para a guerra, está também intimamente ligada á outra questão, da fabricação das munições e do material de guerra, a qual, nos termos do Pacto, levanta graves objecções.

O resumo historico da discussão dessas questões, na Assembléa e no Conselho, desde a organização da Sociedade das Nações, foi feito pelo Secretario, nos seguintes termos:

«O problema da fabricação privada das munições e do material de guerra acha-se estabelecido no § 5 do art. 8 do Pacto, o qual diz:

“Considerando que a fabricação privada das munições e do material de guerra levanta graves objecções, os membros da Sociedade encarregam o Conselho de providenciar sobre as medidas capazes de evitarem os seus perniciosos effeitos, levando em conta as necessidades dos membros da Sociedade que não podem fabricar as munições e o material de guerra de que precisem para a sua segurança”. »

A I Assembléa (1920) pediu ao Conselho fazer estudar immediatamente esse problema por suas commissões competentes. O Conselho transmittiu-o á Commissão Permanente Consultiva, que considerou o texto seguinte como um dos elementos de base para discussões ulteriores:

« 1) Nenhuma acção directa, que não a já prevista pelos Tratados de Paz, pode ser emprehendida a respeito dos Estados productores, de modo capaz de attingir ao direito reconhecido á industria privada dos mesmos para produzir material de guerra.

2) Nenhum a acção pode impedir os Estados não productores de se tornarem productores, se o quizerem e para isso dispuzerem dos meios.

3) Se, no futuro, forem encaradas medidas destinadas a diminuir a produção, que attingam á exportação ou á venda de material de guerra, ellas não serão susceptíveis de ser acceitas pelos Estados productores membros da Sociedade, a não ser que todos os Estados não membros da Sociedade estejam promptos a acceitar taes restricções.

4) Actualmente, a unica medida de que se pode esperar uma attenuação dos perniciosos effeitos da fabricação privada é a applicação das clausulas da Convenção de Saint-Germain, segundo as quaes se devem revelar pela publicidade as quantidades de material de guerra que circulem entre Estados.

Os resultados que fôrem obtidos pela applicação dessa Convenção fornecerão a melhor indicação sobre as medidas que puderem ser ulteriormente acceitaveis e efficazes. »

A Commissão Temporaria Mixta retomou a questão no mez de Agosto do mesmo anno. Seu estudo applicou-se ao mesmo tempo sobre a natureza das “ graves objecções ” de que fala o art. 8 do Pacto e sobre as medidas a adoptar para “ evitar os perniciosos effeitos ” da fabricação privada. A Commissão apresentou á II Assembléa (1921) um relatorio minucioso sobre a questão. (Vide Anexo I, documento A. 81.1921, paginas 11/13).

Esse relatorio expunha os perniciosos effeitos resultantes da fabricação privada das armas e apresentava certas suggestões de character geral sobre a maneira de remediar essas consequencias perniciosas. Naquella occasião, a Commissão Temporaria Mixta não apresentou nenhuma conclusão geral acêrca da questão de saber se é possivel ou opportuno prohibir de maneira absoluta a fabricação privada. Comtudo ella fazia resaltar a grande difficuldade que apresenta a prohibição absoluta e suggeria que talvez fosse mais pratico chegar a fiscalizar estrictamente a fabricação privada, sem se recorrer á prohibição absoluta. A Commissão Temporaria Mixta propunha igualmente a convocação de uma conferencia destinada a elaborar uma convenção internacional sobre a questão e se offerecia para se incumbir da preparação de um projecto de convenção, que poderia ser examinado nessa conferencia. Para garantir o exito dessa conferencia, ella accrescentava que era necessario convidar para a mesma os Estados que não são membros da Sociedade.

A Assembléa adoptou, em consequencia, as resoluções seguintes:

« 4. Solicitar-se-á á Commissão Temporaria Mixta que continue o exame das questões da fabricação privada e do trafico das armas.

5. Solicitar-se-á ao Conselho que convide todos os membros da Sociedade e os Estados interessados que não são membros da Sociedade a tomar parte numa conferencia in-

ternacional sobre a fabricação privada e commercio das armas, a qual se deverá reunir dentro do mais breve prazo possível e em data que será fixada sob a responsabilidade do Conselho. É muito para desejar que essa data seja anterior á proxima sessão da Assembléa.

Encarregar-se-á a Commissão Temporaria Mixta de preparar o programma da conferencia e da submetter a este um projecto de conservação. »

A Commissão Temporaria Mixta proseguiu, pois, os seus trabalhos e submetteu ao Conselho, em Julho de 1922, um relatorio, no qual expõe os progressos por ella realizados no inquerito comprehendido e na preparação de uma futura conferencia que trataria da fabricação privada (Vide annexo n. 2, documento A. 31. 1922, paginas 20-122).

A Commissão assignalava, além disso, que quaesquer que fossem as medidas que se pudessem tomar relativamente á prohibição ou á fiscalização da fabricação privada, o estabelecimento de uma fiscalização estricta do trafico internacional das armas e a obrigação absoluta de dar a essas transacções a maxima publicidade contribuiriam em larga medida para abolir, de maneira effectiva, os perniciosos effectos resultantes da fabricação privada. A Commissão recommendava pois, com insistencia, que fosse posta em vigor, na data mais proxima possível, a Convenção de Saint-Germain, sobre o trafico das armas.

A Convenção de Saint-Germain não foi, comtudo, posta em vigor. Além disto, a Commissão Temporaria Mixta encontrou, na elaboração de um projecto de convenção, difficuldades mais consideraveis do que imaginava; e assim o Conselho não convocou a conferencia internacional proposta.

A Commissão Temporaria Mixta adoptou, entretanto, uma proposta precisa, no sentido de collocar sob fiscalização as sociedades privadas que se occupam com a fabricação das armas, e suggeriu que essa proposta poderia servir de base para os trabalhos da conferencia projectada. Ella propoz desenvolver a suggestão que havia adoptado sob a fórmula de um projecto de convenção, e alvitrou que, em momento propicio, o Conselho convocasse uma conferencia internacional para examinar esse projecto. Todavia, como é para desejar que a dita Conferencia se occupe tambem da questão do trafico das armas, é evidente que ella não poderá ser convocada emquanto não tiver sido combinado um programma preciso de medidas que deverão ser tomadas relativamente ao

tráfico das armas. Em consequencia, a III Assembléa (1923) adoptou as seguintes resoluções:

« A Assembléa, tendo tomado nota da proposta da Comissão Temporaria Mixta, relativa a um accôrdo internacional sobre a fiscalização da fabricação privada, roga ao Conselho que examine se é desejavel convocar, no momento opportuno, uma conferencia dos membros da Sociedade das Nações para dar a esse accôrdo a fórma de uma convenção. A Assembléa entende, por outro lado, que os Estados não membros da Sociedade das Nações deveriam ser convidados a tomar parte nessa conferencia e a collaborar na politica que ella possa adoptar.

a) A Assembléa entende que é muito desejavel que o Governo dos Estados Unidos exprima as objecções que tem a formular contra as disposições da Convenção de Saint-Germain, assim como as propostas que poderia desejar fazer sobre a maneira por que seria possivel afastar essas objecções.

b) A Assembléa é de parecer que a Comissão Temporaria Mixta deveria ser incumbida de elaborar um novo projecto de fiscalização do tráfico internacional das armas, que pudesse ser examinado pela mesma conferencia que deve tratar da fabricação privada das armas.

c) A Assembléa roga ao Conselho que tome as medidas que julgar opportunas para attingir aos fins acima visados. »

Desde então, a attenção da Comissão Temporaria Mixta concentrou-se sobre o problema da fiscalização do tráfico das armas, que ella aliás, abordára desde a sua primeira reunião. Ella submetteu á Assembléa um relatorio a esse respeito.

Levando em conta os trabalhos preparatorios já effectuados pela Comissão Temporaria Mixta e pelo Secretariado, acerca dessa materia, a 4ª Assembléa (1923) adoptou a resolução seguinte: na esperanza de que a mesma permittiria chegar-se á solução dessa questão:

« A Assembléa recommenda ao Conselho que convide a Comissão Temporaria Mixta a reenviar, para exame, ao Comité Economico da Sociedade das Nações, o projecto

que ella elaborou para a fiscalisação privada das armas e munições; a Commissão deverá igualmente ser convidada a preparar, em collaboração com o Comité Economico, um projecto de convenção para esse effeito.

A Assembléa recommenda ao Conselho que, uma vez de posse do relatorio da Commissão Temporaria Mixta sobre o tráfico e a fabricação das armas, estude a questão da convocação de uma conferencia internacional, destinada a elaborar projectos de convenção a esse respeito. »

De conformidade com essa resolução, a Commissão Temporaria Mixta estabeleceu os principios que poderiam servir de base a uma convenção geral sobre a fiscalização da fabricação privada das armas, munições e material de guerra. A Commissão 'entendeu que essa fiscalização, embora deixando aos Governos o direito integral de se dirigirem ás empresas privadas ou ás manufacturas de Estado para adquirir o material de guerra que lhes fôr necessario, deveria ter em vista, especialmente:

1) Impedir qualquer fabricação clandestina; assim estaria completada, nesse ponto, a convenção sobre a fiscalização do commercio das armas, munições e material de guerra;

2) Prevenir quaesquer praticas irregulares ou qualquer tentativa de corrupção nas transacções relativas á aquisição do material de guerra pelos Estados.

A Commissão entregou esse projecto ao Comité Economico, que apresentou ao Conselho as observações contidas no documento A/III/10, 1924, annexo 5.

A V Assembléa (1924), tendo tomado conhecimento dos relatorios preparados pela Commissão Temporaria Mixta e pelo Comité Economico da Sociedade das Nações, entendeu que, no estado actual desse problema, seria util pedir á Commissão Temporaria Mixta, ou a qualquer outra commissão nomeada pelo Conselho, que elaborasse o texto de um projecto de convenção internacional, com o concurso, se possivel, de um representante dos Estados Unidos da America, convidado a collaborar nos seus trabalhos.

Ella tomou, para esse effeito, a seguinte resolução:

« A Assembléa:

Tendo tomado conhecimento dos relatorios da Commissão Temporaria Mixta e do Comité Economico sobre a

fiscalização da fabricação privada das armas, munições e material de guerra:

1) Roga ao Conselho convidar a Commissão Temporaria Mixta a retomar, com toda a liberdade de apreciação, o exame dessa questão e a elaborar um projecto de convenção internacional, tomando em consideração todos os elementos supervenientes desde a entrega do relatorio da Commissão Temporaria Mixta á V Assembléa.

Este projecto serviria de base de discussão para uma conferencia internacional que se deve reunir, afim de concluir uma convenção sobre a fiscalização da fabricação privada das armas, munições e material de guerra.

2) A Assembléa roga igualmente ao Conselho queira encarar a oportunidade de convidar o Governo dos Estados Unidos da America a enviar representantes para collaborarem na elaboração, pela Commissão Temporaria Mixta, do projecto de convenção sobre a fiscalização da fabricação privada das armas, munições e material de guerra. »

O Conselho, em sua sessão de 30 de Setembro, decidiu adiar para a sua proxima reunião o estudo dessa resolução.

A questão, foi, pois, levada á ordem do dia da reunião de Roma.

Tratando assim do problema geral, sob todos os seus aspectos, o Conselho, em sua ultima sessão de 3 de Outubro, sob relatorio e proposta do Senhor Benés, resolveu afinal alterar a constituição da Commissão Temporaria Mixta e substituil-a por uma Commissão de Coordenação.

Essa resolução está concebida nos seguintes termos:

« Com o fim de preparar a Conferencia para a redução de armamentos, o Conselho decide constituir um *comité* do seu proprio seio; os membros titulares do Conselho, que não puderem tomar pessoalmente assento nesse *comité*, enviarão ao Secretario Geral, no mais breve prazo possivel, o nome dos seus supplentes eventuaes nesse *comité*.

O *comité* fará uma reunião prévia a 17 de Novembro, afim de estabelecer o programma geral dos trabalhos relativos á applicação do art. 12 do Protocollo e á redução dos armamentos.

Os Governos dos Estados representados no Conselho são solicitados a dar a seus representantes as instrucções necessarias para que as grandes linhas desse programma possam ser estabelecidas desde a reunião de 17 de Novembro. O Secretario Geral convidará os Governos dos Estados, membros da Sociedade, não representados no Conselho, a enviar ao *comité*, por seu intermedio, as suggestões que julgarem uteis ao estabelecimento do dito programma. »

De outras providencias connexas cogitou essa decisão, que terminou por substituir a antiga Commissão Temporaria Mixta por essa Commissão de Coordenação, cuja organização ficou assim determinada:

- a) O Comité do Conselho (10 membros), assistido por:
- b) o presidente e um membro, ou eventualmente, dois membros de cada uma das tres organizações: economica, financeira e do transito (6 membros);
- c) seis membros designados pela Commissão Permanente Consultiva (6 membros);
- d) dois membros do grupo patronal e dois membros do grupo operario do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, designados por elle (4 membros).
- e) eventualmente, um certo numero de technicos, juristas e outros, designados pelo Conselho. »

A esse respeito, convém accentuar que, no meu discurso de 6 de Setembro de 1924, perante a Assembléa, indiquei, mediante prévia approvação de Vossa Excellencia, solicitada por telegramma, as nossas objecções ao projecto de tratado de assistencia mutua, sobre o qual quasi todos os Estados já tinham dado a sua opinião.

Nessa mesma sessão do Conselho, tomou elle conhecimento da consulta feita pela Commissão Permanente Consultiva, á qual, na sessão anterior, de 17 de Junho, o Conselho incumbiu de organizar, e pôr á sua disposição o systema necessario para o exercicio do direito de investigação nos paizes vencidos. Nessa sessão de 17 de Junho o Conselho só se referira ao direito de investigação, previsto pelos arts. 159 do Tratado de Saint-Germain, 133 do de Trianon e 104 do de Neuilly, mas não fizera referencia ao art. 213 do de Versailles.

Respondendo a essa consulta, o Conselho accentuou que a Commissão deveria tambem examinar e propôr a organização necessaria ao exercicio do seu direito de investigação na Allemanha, tal qual elle é tambem previsto no Tratado de Versailles.

Quando se começou a tratar dessa questão, os Estados limitrophes dos paizes submettidos ao direito de investigação (Allemanha, Hungria, Austria e Bulgaria), e que não têm assento no Conselho, pediram ser nelle representados no momento em que o dito Conselho tivesse de examinar a organização preparada pela Commissão Permanente Consultiva para o fim do exercicio daquelle direito. Como fundamento dessa pretensão, invocaram elles o penultimo paragrapho do art. 4 do Pacto, que diz: “Tout membre de la Société qui n'est pas représenté au Conseil est invité à y envoyer siéger un Représentant lorsqu'une question qui l'intéresse particulièrement est portée devant le Conseil.” Como vizinhos d'Estado submettido á investigação, dizem-se elles os mais expostos aos perigos de uma aggressão eventual e, portanto, os mais interessados na mesma investigação.

O Conselho nomeou um *comité* de juristas, encarregado de lhe formular uma interpretação do referido texto do Pacto. Esse *comité*, de que fez parte o Senhor Ministro Clark, apresentou o parecer seguinte:

« A questão submettida ao *comité* deve ser encarada sob dois aspectos: 1) deliberação do Conselho sobre o modo de exercicio do direito de investigação, que lhe é conferido pelos tratados precitados, isto é, sobre os methodos e modos a empregar a tal respeito; 2) deliberação do Conselho sobre o limite do direito de investigação, isto é, quanto ao ponto de saber se uma medida de investigação encarada por elle entra no quadro das medidas que elle pôde ordenar em virtude dos tratados precitados.

Em um e outro caso, o texto dos artigos precitados indica que os Estados signatarios entenderam que o Conselho decidirá em sua composição ordinaria, sem a adjuncção de representantes de outros Estados.

O *comité* accrescenta que não tem em vista dar uma interpretação geral da alinea 5 do art. 4 do Pacto, mas sómente uma interpretação relativa á questão particular que lhe foi proposta. »

Em suas sessões de 19, 23, 25 e 26 de Setembro, o Conselho discutiu e votou, com muitas emendas, capítulo por capítulo, o projecto organizado pela Comissão Permanente Consultiva para a execução das clausulas militares, navaes e aereas do Tratado de Paz.

Julgo desnecessario transcrever esse projecto e dar uma noticia mais circumstanciada do debate da sua elaboração e das suas differentes clausulas, visto que, em relatorios completos e minuciosos do competente assessor militar desta Delegação, Major Leitão de Carvalho, esse trabalho já foi exhaustivamente feito e enviado a Vossa Excellencia.

Creio, Senhor Ministro, ter dado a Vossa Excellencia uma idéa de conjuncto das deliberações mais importantes do Conselho, nessa sessão de Setembro, em que elle funciona ao mesmo tempo que a Assembléa. Órgão incumbido de pôr em execução as deliberações desta, noticiando os seus trabalhos, tive de fazer referencia a muitas deliberações tomadas pela Assembléa nessa mesma occasião. Assim, tendo de passar agora a dar noticia dos trabalhos da V Assembléa, omittirei todas as deliberações, cujas medidas de execução foram logo tomadas pelo Conselho e ás quaes já me referi nesta exposição anterior.

TRABALHOS DA V ASSEMBLÉA

Na fórma do Pacto, a V Assembléa reuniu-se na primeira segunda-feira do mez de Setembro, que foi o primeiro do dito mez.

Sendo funcção discricionaria dos chefes de delegações a indicação dos respectivos membros para a composição das differentes commissões, communiquei, desde o primeiro dia, á Mesa Provisoria a designação seguinte, para os membros da Delegação Brasileira: para a 1ª Commissão (questões constitucionaes), o Senhor Raul Fernandes; para a 2ª (organizações technicas; reconstituição financeira da Austria e da Hungria), Senhor E. F. de Montarroyos; para a 3ª (reducção e limitação dos armamentos), Senhor F. de Castello-Branco Clark; para a 4ª (questões orçamentarias), Senhor J. Barboza Carneiro; para a 5ª (questões sociaes e humanitarias), Senhor Affonso Bandeira de Mello; para a 6ª (questões politicas), Afranio de Mello Franco.

Na 3ª Commissão, foram designados para supplentes os assessores technicos Almirante Souza e Silva e Major E. Leitão de Carvalho.

Na 6ª Comissão, designei para supplente o Senhor Montarroyos.

Como já disse anteriormente, serviram como Secretarios da Delegação, durante os trabalhos da Assembléa e da 30ª sessão do Conselho, os Senhores S. Rangel de Castro e Heitor Lyra.

A eleição da Mesa foi feita, dessa vez, sem concorrência, tendo sido eleito unanimemente o Senhor Giuseppe Motta, Conselheiro federal suíço e chefe do Departamento Politico (Ministro dos Negocios Estrangeiros).

A ordem do dia adoptada para as differentes commissões foi a seguinte:

Para a 1ª Comissão: *a)* emenda ao art. 16 do Pacto; *b)* emenda ao art. 27 do Regulamento Interno da Assembléa, proposta pela Delegação Hollandeza; *c)* desenvolvimento do Direito Internacional; *d)* assistencia judiciaria aos indigentes; *e)* estudo dos artigos do Pacto relativos á solução dos conflictos entre Estados, com o fim de serem propostas as emendas eventuaes; *f)* questões de saber em que limites os termos do art. 36, § 2, do Estatuto da Côrte Permanente de Justiça Internacional poderiam ser precisados, afim de facilitar a acceitação do dito paragrapho.

Para a 2ª Comissão: *a)* trabalhos de organização de hygiene; *b)* trabalhos da organização das communicações e do transitio; *c)* trabalhos do Comité Economico; *d)* reconstituição financeira da Austria; *e)* reconstituição financeira da Hungria; *f)* emprestimo internacional para os refugiados gregos; *g)* outros trabalhos do Comité Financeiro; *h)* trabalhos da Comissão de Cooperação Intellectual; *i)* fundação de um instituto internacional para unificação do Direito Privado.

Para a 3ª Comissão: redução dos armamentos.

Para a 4ª Comissão: *a)* contas verificadas, orçamento da Sociedade das Nações e outras questões financeiras; *b)* repartição das despesas da Sociedade das Nações; *c)* contribuições atrasadas; *d)* pedido do Governo do Panamá concernente ás suas contribuições anteriores a 1923; *e)* construcção de uma sala de conferencias sobre a propriedade offerecida á Sociedade das Nações pela Republica e Cantão de Genebra, assim como pela Cidade de Genebra; *f)* reorganização do Bureau da America Latina; *g)* pensões para o pessoal da Côrte de Justiça Internacional.

Para a 5ª Comissão: *a)* trafico de opio e outras drogas nocivas; *b)* trafico das mulheres e das crianças; *c)* protecção das mulheres e das crianças do Oriente proximo; *d)* questões concernentes aos re-

fugiados; e) federação internacional de soccorros mutuos ás populações attingidas por calamidades; f) protecção da infancia; g) intermunicipalidade.

Para a 6ª Commissão: a) admissão da Republica Dominicana na Sociedade das Nações; b) mandatos; c) questão da escravidão; d) a situação na Georgia.

A Assembléa votou differentes resoluções concernentes aos assumptos seguintes, na ordem chronologica da sua approvação: 1) emenda ao art. 16, § 1 do Pacto; 2) emenda ao art. 16, § 2 do texto original do Pacto e ao § 5 do texto emendado em 1921; 3) emenda ao art. 27 do Regulamento Interno da Assembléa, proposta pela Delegação Hollandeza (rejeitada); 4) desenvolvimento do Direito Internacional; 5) assistencia judiciaria aos indigentes; 6) trabalhos da organização de hygiene (cinco resoluções); 7) trabalhos da organização das communicações e do transito (tres resoluções); 8) trabalhos do Comité Economico (seis resoluções); 9) reconstituição financeira da Austria; 10) reconstituição financeira da Hungria; 11) emprestimo internacional para os refugiados gregos; 12) trabalhos do Comité Financeiro; 13) trabalhos da Commissão de Cooperação intellectual (10 resoluções, além de varios votos); 14) fundação de um Instituto internacional para a unificação do Direito Privado; 15) contas verificadas, orçamento da Sociedade das Nações, repartição das despesas, contribuições atrasadas, pedido de redução de contribuições, reorganização do Bureau da America Latina, pensões para o pessoal da Côrte Permanente de Justiça Internacional, e outras questões financeiras; 16) trafico do opio e outras drogas nocivas; 17) trafico de mulheres e crianças; 18) protecção de mulheres e crianças no Oriente proximo; 19) questões concernentes aos refugiados; 20) federação internacional de soccorros mutuos ás populações assoladas por calamidades; 21) protecção á infancia (declaração de Genebra, concernente aos direitos da criança); 22) intermunicipalidade; 23) mandatos; 24) admissão da Republica de São Domingos; 25) situação na Georgia; 26) ensino universitario dos fins e objectivos da Sociedade das Nações; 27) exame das respostas do Comité de Juristas de que trata a resolução do Conselho de 28 de Setembro de 1923; 28) eleição dos membros não permanentes do Conselho; 29) resoluções e votos concernentes ao problema da redução dos armamentos, fiscalização do commercio e fabricação privada das armas, munições e material de guerra, bem como resoluções sobre a estatistica dos armamentos, munições e material de guerra, sobre a guerra chimica e annuario militar.

PROTOCOLLO

Deixei para me referir em ultimo lugar e destacadamente á primeira resolução da Assembléa, adoptada a 6 de Setembro de 1924, após o memoravel debate em que tomaram parte os Chefes dos Governos Francez e Inglez e outros representantes de varios paizes. Por essa resolução, a Assembléa incumbiu a sua primeira commissão de: a) estudar os artigos do Pacto relativos á solução de conflictos internacionaes e verificar se taes artigos exigem a adopção de emendas; b) examinar em que limites seria possivel precisar os termos do artigo 36, §2, do Estatuto da Côte Permanente de Justiça Internacional, afim de facilitar a acceitação da referida clausula, para reforçar a solidariedade e a segurança das nações do mundo pela resolução pacifica de todos os conflictos susceptiveis de se levantarem entre os Estados. A' 3ª Commissão, a Assembléa incumbiu, nessa mesma resolução, de examinar os documentos relativos á redução dos armamentos, notadamente as observações dos governos sobre o projecto de tratado de assistencia mutua, preparado em virtude da resolução 14 da III Assembléa, e os outros planos preparados e apresentados ao Secretario Geral, depois da publicação do dito projecto da Sociedade relativos ás garantias de segurança de que um recurso á arbitragem ou uma redução dos armamentos póde necessitar.

O primeiro orador a falar, na celebre sessão de 4 de Setembro de 1924, foi o Senhor Mac Donald.

Elle declarou que as alianças militares não darão jamais a segurança; que uma alliança militar, em um accôrdo que vise a segurança, se assemelha a um grão de mostarda: pequeno ao principio, desenvolve-se e cresce até que a arvore, que delle sae, cubra com a sua sombra toda a abobada do céu. Oppõe-se ao tratado de assistencia mutua, de que um dos principaes autores tinha sido Lord Robert Cecil. Mas deseja que a questão seja submettida a novo exame. Que assistencia podemos nós — pergunta elle — trazer á obra da paz? Qual é a posição da Sociedade das Nações em relação á paz que ella procura e ás condições essenciaes necessarias para que se torne possivel uma redução dos armamentos?

A seu ver, a primeira questão que se impõe é a da composição da propria Sociedade: ella não terá segurança ao mundo enquanto não fôr universal. A Allemanha e os Estados Unidos não podem estar fóra da Sociedade. A situação da Russia é um pouco differente. O Governo Sovietico acredita nas revoluções e está convencido de que para

criar um mundo novo é preciso em primeiro lugar destruir o antigo. Os russos, por isso, não podem sentir a atracção da Sociedade das Nações, cujos fins são evolucionistas, pois que as revoluções em que acreditamos são as organicas.

Quanto ao problema da paz, o Senhor Mac Donald começou por dizer que nelle ha um ponto que lhe causava graves ansiedades: o da existencia de um commercio e de uma exportação privados, illicitos e illegaes de armamentos. Esse commercio não deve existir; deve ser absolutamente prohibido, e se um dos alliados fechar para elle os olhos e o não reprimir com vigor, será passivel da censura de não fazer um “jogo franco”.

“Eu espero” — disse elle — “que todas as potencias, directa ou indirectamente interessadas nesse commercio, não deixarão de ser censuradas por todas as autoridades da Sociedade das Nações. O Governo Britannico tem uma attitude clara nessa questão, e eu peço para ella todo o vosso apoio”.

Logo em seguida, entretanto, veio a affirmar o Senhor Mac Donald que essa questão era para elle secundaria, apesar de toda a sua importancia, pois que o grande problema é o da segurança nacional, com relação aos armamentos nacionaes. Esse segundo problema deve ser estudado com espirito realista e não á luz de sentimentalismos. Convinha antes de tudo definir a segurança e a aggressão; e, perguntou: “Que é a segurança ? Que é a aggressão ?”

Omittindo a resposta á primeira pergunta, continuou elle: “Tomemos a segunda expressão: foi possivel jamais imaginar um acto que por si mesmo torne clara a idéa de primeira aggressão ? Na realidade, todos os que conhecem a sua historia sabem que a prova e apuração da responsabilidade de uma aggressão resultam quasi sempre do ultimo facto que se tenha praticado; é ao historiador, estudando e escrevendo 50 annos após uma guerra, e nunca ao homem politico testemunha do seu principio, que pertence determinar-lhe as responsabilidades.”

Para o Senhor Mac Donald, “o unico meio de se chegar a estabelecer e determinar approximadamente a responsabilidade precisa de uma aggressão é a arbitragem, a instituição de um tribunal ou de varios tribunaes, porque um só não bastaria: ha com effeito questões juridicas e questões politicas; estas não podem ser reguladas senão por cidadãos prudentes e esclarecidos, e aquellas não podem ser resolvidas senão por juristas experimentados.”

Podia-se concluir dahi que os juristas não são prudentes e esclarecidos, mas elle continuou: “A arbitragem é um systema como o

do vigia que prescruta as nuvens e adverte quando uma dellas, pequena e insignificante, apparece na linha do horizonte, e toma immediatamente medidas, não de ordem militar, mas de ordem racional e judiciaria, para dissipal-a. O criterio é: quereis uma arbitragem, quereis discutir, quereis comparecer perante nós e dizer-nos o que tendes fazer, quereis tornar publicos os vossos compromissos, tendes medo da opinião do mundo, tendes medo da luz, amaes as trevas e temeis que o mundo conheça os vossos designios? Eis o criterio, o unico criterio.”

E assim proseguiu o Senhor Mac Donald, num discurso entrecortado de vivos applausos e que tem sido elogiado em estylo grandiloquo por dezenas de pessoas que o não releram.

Concluindo o seu discurso, o Senhor Mac Donald disse — que o interesse do mundo depende mais propriamente da paz do que da criação de um mecanismo de defesa. “Um mecanismo de defesa é facil de constituir, mas, constituindo-o, arriscamo-nos a destruir toda probabilidade de paz. A obra que incumbe á Sociedade das Nações é promover os interesses da paz. É necessario que o mundo se acostume á nossa existencia; é preciso que elle se habitue á nossa influencia; nossa tarefa é inspirar ao mundo a confiança na ordem e na justiça da lei, e só então os paizes, graças a uma Sociedade das Nações, revestida de autoridade e para a qual se voltarão todos os olhares, não por causa do seu poder, mas pela força do seu espirito de serenidade e de justiça, poderão proseguir em seus destinos com um sentimento de perfeita segurança.”

O Senhor Herriot falou no dia seguinte, 5 de Setembro. Em seu discurso, depois das idéas geraes sobre a paz, sobre o flagello da guerra, sobre os soffrimentos da França e a confiança desta na Sociedade das Nações, entrou elle logo, com um espirito mais organico e systematico, no exame do assumpto principal em discussão: o projecto do Tratado de assistencia mutua. Lembrou desde logo que a famosa resolução 14 da III Assembléa, da qual surgiu a idéa do tratado em questão, não omittira o reconhecimento da sua origem, no art. 8 do Pacto, que prevê a redução dos armamentos nacionaes, mas a limita, ao mesmo passo, ao minimo compativel com a segurança de cada nação. Portanto, foi o proprio Pacto que estabeleceu a ligação entre o desenvolvimento e a segurança.

Proseguindo na critica ao Tratado de assistencia, sublinhou elle que, pela primeira vez, surgia a definição do crime na ordem internacional, definição que até aqui só se conhecia na ordem do direito

criminal commun: a guerra de aggressão passa a constituir um crime internacional.

Accentuou que dezoito nações já tinham adherido a esse projecto e que a maioria das respostas era favoravel ao principio da assistencia, ainda que contrarias ao systema adoptado pelo mesmo projecto. Procedeo a uma analyse das objecções: primeiro, que as garantias são insufficientes; segundo, que as obrigações assumidas por cada Estado são indeterminadas; terceiro, que a definição do aggressor se conserva imprecisa ou mesmo impossivel no quadro do projecto. Concordou em que a objecção relativa á determinação do aggressor é a mais forte. Para explicar-se, exemplificou: uma mobilização transformou-se em um acto infinitamente complexo. O horivel da guerra moderna consiste em que, no mesmo dia em que ella se entrevê, já invade e domina um paiz inteiro, submette não só os seus homens validos, mas as suas materias primas e as suas industrias. Não basta, pois, como outr'ora, a violação de fronteiras, pois que esta já não é o criterio unico e decisivo para a determinação do aggressor.

Para a definição desses casos duvidosos, só resta a solução da arbitragem, que de agora em diante deve ser collocada no centro do Direito Internacional Publico. Mas a arbitragem, só por si, não é sufficiente, pois que ella é um meio e não um fim. Ella não corresponde completamente ás intenções visadas pelo art. 8 do Pacto: segurança e dasarmamento. Essas tres idéas — arbitragem, segurança e desararmamento — são solidarias e todas têm por fundamento commun a vontade dos associados, sem a qual não seriam senão vãs abstracções.

É necessario que a arbitragem não se transforme numa armadilha para uma nação de boa fé: a Belgica, apesar da sua neutralidade garantida pelas potencias, é o exemplo do que será a confiança na arbitragem por uma nação fraca, contra a má fé ao serviço da violencia.

A justiça não póde existir sem a força, e, para reforçar esse conceito, o Senhor Herriot invocou as phrases de Pascal, que, a seu ver, deviam servir de divisa á Sociedade das Nações: "A justiça sem a força é impotente. A força sem a justiça é tyrannica. A justiça sem a força encontra resistencia, porque sempre existiram os maus. A força sem a justiça é accusada. É preciso, pois, reunir a justiça e a força e, para isto, fazer com que o que é justo seja forte e o que é forte seja justo".

A difficil tarefa consiste, para o primeiro ministro francez, em moderar o realismo e o idealismo, conciliar-os e dosal-os, mas para

isso nos “basta conservarmo-nos fieis ao art. 8 do Pacto”. A paz não deve ser uma noção abstracta, nem um voto esteril. Para crial-a verdadeiramente é necessario mais virilidade do que na guerra. O Senhor Herriot concordou com o Senhor Mac Donald em que se fazia necessario um desenvolvimento do Pacto: nós nos consideramos obrigados pelo Pacto, mas queremos tornal-o vivo, isto é, reclamamos para cada nação os direitos que a todas elle confere.

Esses discursos, de que damos aqui um resumo fiel, foram os que provocaram a celebre resolução de 6 de Setembro, votada unanimemente pela Assembléa, em virtude da qual a III Commissão foi incumbida de examinar os documentos relativos á segurança e á redução dos armamentos, notadamente as observações dos Governos em relação ao projecto de Tratado de assistencia mutua, e, bem assim, examinar as obrigações contidas no Pacto, tendentes ás garantias de segurança que um eventual recurso á arbitragem ou uma redução dos armamentos podem exigir. E a I Commissão foi incumbida de estudar, com o fim de emendas eventuaes, os artigos do Pacto, relativos á solução dos conflictos internacionaes, bem como examinar em que limites o art. 36, § 2, do Estatuto da Côte Permanente de Justiça Internacional poderá ser aperfeiçoado, afim de facilitar a acceitação geral da respectiva clausula.

Não podemos deixar de fazer referencia ao ponto de vista em que, nesse debate, se collocou o Senhor Van Karnebeek, Presidente da II Assembléa e actual Ministro dos Negocios Estrangeiros da Hollanda.

Na opinião desse homem de Estado, o remedio capaz de estabelecer a paz entre as nações e remover o perigo da guerra já está instituido pelo art. 12 do Pacto, que é a pedra angular deste e lhe domina inteiramente o systema. A idéa fundamental desse artigo já vem da Conferencia da Paz de 1899, que criou um apparelho permanente consagrado á solução pacifica dos conflictos internacionaes, mas deixou ás potencias a liberdade de se aproveitarem delle ou não. A 2ª Conferencia de 1907, porém, já lhe aperfeiçoára o mecanismo; e a idéa em marcha, impulsionada pelos tragicos acontecimentos que posteriormente sacudiram a consciencia internacional, se crystallizou no Pacto da Sociedade das Nações, sob a sua fórma organica: temporização, mediação e jurisdicção, impostas obrigatoriamente aos membros da Sociedade para prevenir a guerra. Que é que se pretende agora? Substituir um tratado por outro tratado, mas isto nos obriga a evocar a phrase de Lord Balfour, na Camara dos Lords, quando fez

a critica do projecto do Tratado de assistencia mutua: “O projecto de tratado, se fôr posto em execução, será uma tentativa para consolidar um tratado por outro tratado. Se todos os signatarios do Pacto da Sociedade das Nações obrarem no espirito do Pacto, não haverá nem guerra, nem perigo de guerra”.

Para o Senhor Van Karnebeek, o que resta fazer, afim de consolidar os meios de garantir a paz e a segurança instituidos pelo Pacto, é elaborar e desenvolver accôrdos especiaes tendentes a taes objectivos, visto que “quanto mais se aprofunda o exame do Pacto tanto mais elle apparece como uma obra de grande sabedoria e moderação, cheia de recursos e sufficiente para criar gradualmente as condições necessarias á realização da obra da paz”.

Na sessão de 6 de Setembro, procurei fazer a critica do tratado em questão, mostrando, com argumentos de ordem technica, as falhas do systema projectado, para o nosso ponto de vista continental, e, por outro lado, a desnecessidade do referido systema, em vista da approvação por 16 nações americanas (entre as quaes os Estados Unidos) do tratado Gondra.

Apesar de já o ter feito, torno a enviar a Vossa Excellencia, em annexo, o *compte rendu* dos debates da V Assembléa sobre a redução dos armamentos, em cuja pagina 36 se acha o meu discurso.

Como Vossa Excellencia verá, eu deixei entrever claramente não ter uma grande confiança no resultado da disposição do Protocollo, que instituia a arbitragem e a jurisdicção da Côte Permanente de Justiça, obrigatoriamente para *todas* as questões susceptiveis de constituirem o objecto de um conflicto internacional. “A jurisdicção obrigatoria da Côte” — dizia eu — “exige, como condição preliminar a arbitragem obrigatoria, cuja essencia já se acha no art. 13 do Pacto; mas a arbitragem obrigatoria póde existir sem que por isso toda especie de questões susceptiveis de se produzirem entre os Estados devam necessariamente ser submettidas á arbitragem. O artigo 15 do Pacto attribuiuira tambem ao Conselho uma função arbitral; e o Conselho póde, no exercicio dessa alta missão mediadora, prestar grandes serviços á paz”.

Bem fundadas eram as minhas razões para acreditar no malogro de uma tentativa de passagem, do estado actual de hesitações, para a ultima phase de progresso no systema da applicação da justiça ás questões internacionaes.

Não obstante os extraordinarios resultados já obtidos pela Sociedade das Nações, a experiencia sociologica em geral nos indicava que

a marcha dessas grandes e radicaes transformações se faz progressivamente ou por escalas.

Parecia-me mais prudente ficar no art. 36 do Estatuto da Côrte Permanente de Justiça Internacional, isto é, tornar obrigatoria a applicação da arbitragem e a competencia da Côrte ás questões especificadas no referido artigo: *a)* interpretação de tratados; *b)* qualquer ponto de Direito Internacional; *c)* a realização de qualquer facto que, se verificado, constituiria a violação de um compromisso internacional; *d)* a natureza ou a extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional.

Tive receios de que a idéa de confiar ao julgamento arbitral, ou judiciario, todas as questões de natureza politica, e, sobretudo, aquellas que o antigo Direito Internacional classificava como envolvendo assumptos de soberania e interesses vitaes dos Estados, viesse a levantar graves objecções e difficuldades de toda ordem na discussão e votação do Protocollo, inutilizando-se assim as circumstancias favoraveis criadas pelo ambiente de conciliação produzido pela presença de oito primeiros ministros e dezeseis ministros de negocios estrangeiros de paizes presentes.

Outra consideração de grande importancia revelava-se, ao mesmo tempo, á minha observação, e consistia no facto de ser essa idéa um novo motivo de afastamento dos Estados Unidos da Sociedade das Nações.

Não só o conhecimento dessa opinião americana, através dos livros da sua historia internacional, como, principalmente, tudo quanto eu ouvira em Santiago, por occasião do estudo do projecto de conciliação internacional, me demonstrava que a opinião publica americana não está ainda madura para receber a idéa de entregar as suas questões de soberania ao julgamento de qúalquer jurisdicção não americana.

Recordo a Vossa Excellencia que, do projecto inicial do Senhor Gondra, se achavam excluidas da investigação todas as questões de soberania e interesses vitaes dos Estados, mas foi excluida essa clausula sob allegação de que o projecto em questão não visava propriamente um tratado geral de arbitramento, mas simplesmente um systema de investigação de causas de conflictos, com disposições dilatorias, capazes de amortecerem o choque das primeiras paixões. O projecto, com effeito, declarava que as deliberações das Comissões de Inquerito não teriam o valor e a força de sentenças judiciais ou arbitraes, ficando inviolavel para as Altas Partes contractantes o

direito de recuperarem a sua plena liberdade de acção após a decisão e decorridos os prazos estabelecidos, para procederem como julgassem conveniente aos seus interesses. Isto quer dizer que, como não se tratava de um convenio de arbitramento, não prevaleceriam as objecções fundadas no principio de soberania e consideração de interesses vitais, objecções que só a taes convenios seriam pertinentes.

Realizou-se, infelizmente, o que eu receava: a Delegação Japoneza levantou graves objecções contra os art. 5 e 6 do projecto de protocollo, apresentado pela sub-commissão. Os textos respectivos eram os seguintes:

«Art. 5. Se, no decurso de um dos processos de arbitramento, previstos pelo art. 4, acima, uma das Partes pretende que o conflicto, ou uma parte do conflicto, recae sobre uma questão que o Direito Internacional deixa á competencia exclusiva dessa parte, os arbitros consultarão sobre esse ponto a Côrte Permanente de Justiça Internacional, por intermedio do Conselho da Sociedade. Se a Côrte decidir que tal é, realmente, a natureza da questão, os arbitros se limitarão a consignal-o em sua sentença.»

No caso de abertura de hostilidades, é presumido aggressor, salvo decisão contraria do Conselho, tomada por unanimidade:

«Art. 6, n. 1: Todo Estado que houver recusado submeter o conflicto ao processo de solução pacifica, prevista nos art. 11 e 15 do Pacto, completados pelo presente Protocollo — ou conformar-se, quer com uma decisão judiciaria ou arbitral, quer com uma recommendação unanime do Conselho — ou que houver transgredido um parecer unanime do Conselho, ou uma decisão judiciaria ou arbitral, reconhecendo que o conflicto surgiu entre elle e o outro Estado belligerante sobre uma questão que o Direito Internacional deixa á competencia exclusiva desse Estado.»

No fundo da divergencia japoneza estava o grave problema das raças, ou a questão delicada da emigração.

Tive a impressão de que não seria prudente tentar obter de um jacto a inclusão de todas as questões, juridicas e politicas, na jurisdicção judiciaria ou arbitral internacional. A generalidade da these

primitiva da primeira Comissão tanto afastaria o Japão quanto os Estados Unidos, cada um pelo motivo especial do seu ponto de vista. Quando se discutiu o art. 5 do projecto naquella commissão, o Senhor Adatei, Delegado do Japão, propoz que se accrescentasse ao fim do referido artigo a seguinte phrase: “As disposições acima mantêm intacto o dever do Conselho de se esforçar por conseguir entre as Partes uma conciliação de natureza a assegurar a manutenção da paz e a bôa harmonia entre as nações”.

Allegava elle que a 1ª Comissão se propuzera a examinar todas as suggestões no sentido de supprir as lacunas do Pacto, e que, para auxiliar-a lembrava elle essa emenda, que tambem se destinava a preencher uma omissão do Pacto.

A emenda japoneza, que poz em perigo o projecto do Protocollo, não foi submettida desde logo ao debate, mas constituiu o objecto de longas e delicadas negociações particulares em busca de uma solução conciliatoria. Ficou combinado, entretanto, proseguir-se na discussão dos artigos seguintes do projecto, deixando-se em suspenso a redacção do art. 5, mas, a Delegação Japoneza declarou desde logo que os seus votos posteriores eram dados sob reserva da acceitação ulterior da sua emenda.

Voltando-se mais tarde á discussão do art. 5, Sir Cecil Hurst, Delegado do Imperio Britannico, propoz outra redacção, como desejo de attender aos objectivos da Delegação Japoneza. A emenda ingleza consistia na suppressão do art. 18 do projecto, segundo o qual “o presente Protocollo não altera de modo algum as obrigações resultantes do Pacto”, e na sua substituição pelo texto seguinte: “As Altas Partes contractantes declaram que, emquanto não fôr estipulado de outro modo, o presente Protocollo não attingirá de modo algum aos direitos e obrigações dos membros da Sociedade das Nações, taes quaes são elles determinados pelo Pacto, e notadamente ao que concerne ao dever do Conselho de se esforçar para obter, por conciliação, a solução dos conflictos com o fim de assegurar a manutenção da paz e a bôa harmonia entre as nações.”

Nem por ter repetido as palavras finaes da emenda japoneza a solução proposta pelo Delegado Inglez poderia dar satisfação aos autores da dita emenda; pelo que o Senhor Adatei declarou manter, da maneira mais energica, o texto da sua emenda, accrescentando que era essa a primeira vez que uma proposta sua não conseguia a unanimidade dos votos de seus collegas; que, em taes condições, elle se veria obrigado a retiral-a e a fazer, em nome da Delegação Japoneza, todas as reservas

expressas sobre o conjuncto do systema que a Commissão ia estabelecer.

Adoptado pela Commissão todo o Projecto de Protocollo, sob reservas das emendas aos arts. 5 e 6, voltou-se a decidir sobre estes ultimos. O art. 5 foi approved e quando se passou ao art. 6 (tornado em art. 10 do Protocollo Definitivo), o Senhor Adatei declarou que examinará com toda a attenção todas as hypotheses para uma transacção possivel na redacção desse artigo, mas que, não tendo encontrado solução alguma capaz de satisfazer os objectivos do Governo Japonez, elle tinha o mais profundo pesar de fazer a seguinte declaração:

« Segundo a profunda convicção da Delegação Japoneza, a Sociedade das Nações deveria, para cumprir a sua alta missão moral e politica, chegar a admittir a applicação dos processos instituidos pelos arts. 12, 13 e 15 do Pacto a todos os conflictos, que pudessem surgir entre os membros da Sociedade. O § 8 do art. 15 constitue a unica excepção e afasta desses processos uma categoria de questões susceptiveis de surgir entre os differentes Estados. A Sociedade das Nações deve cumprir normalmente sua missão, submettendo todas estas questões aos processos do Pacto, quando houver graves perigos para a paz do mundo, com o fim de facilitar o arranjo pacifico e uma solução justa e equitativa do conflicto. De outro modo, chegar-se-ia ao resultado absurdo de que a Sociedade das Nações se conserva absolutamente indifferente a que as injustiças as mais bradantes e as mais evidentes se commettam sob a apparencia puramente technica e juridica da pseudo competencia exclusiva de um Estado membro da Sociedade.

« Comtudo, nossa Commissão desejou manter pura e simplesmente a desanimadora e absoluta carencia da Sociedade das Nações para os conflictos que pudessem eventualmente surgir entre os seus membros quanto ao conjuncto dos problemas vagamente previstos pelo § 8 desse artigo.

« Com immenso pesar, nós nos inclinaremos perante a vossa vontade, porque não chegou talvez ainda o momento de insistir. Mas, o que ha de illogico e de injusto, é ameaçar, nessas condições, com a declaração de aggressor, aquelle que obrasse no caso em que, se injustiças flagrantes derem lugar a conflictos entre os seus membros, a Sociedade das Nações se

recusasse peremptoriamente a dar soluções, abrigando-se estritamente sob um manto puramente technico e juridico. A logica das cousas e a equidade as mais elementares não admittem esse modo de proceder, porque a Sociedade das Nações não deve ameaçar com a declaração de que é criminoso aquelle que obrar, precisamente, no caso em que nenhuma solução lhe é indicada, isto é, quando um conflicto se tiver produzido entre elle e outro Estado, susceptivel de ameaçar a paz do mundo e a bôa harmonia entre as nações.

É para remediar essa anomalia que a Delegação Japoneza vos propõe formalmente a suppressão, no numero 1 do art. 6 do Protocollo, da phrase que diz: . . . “ ou qui aura passé outre à un rapport unanime du Conseil, à une décision judiciaire ou arbitrale reconnaissant que le différent qui s’est élevé entre lui et l’autre Etat belligérant porte sur une question que le droit international laisse à la compétence exclusive de cet Etat”.

Eu appello — terminou o Senhor Adatci — não sómente para a vossa consciencia juridica, mas principalmente para a vossa consciencia de homens de Estado. Appello para o vosso amor á Sociedade das Nações e á paz do mundo, e ousou esperar que a minha emenda encontrará aqui se não a unanimidade, ao menos uma maioria esmagadora. »

Nessa mesma sessão, o Senhor Raul Fernandes respondeu ao Delegado Japonez nos termos que se seguem e que são transcriptos das actas da primeira commissão:

« M. Fernandes signale qu’il a déjà fait appel dans le passé à la bienveillance de M. Adatci et qu’il va le faire encore aujourd’hui.

Il le prie de considérer très attentivement le grave embarras où il met tous ses collègues qui sont aussi ses amis.

M. Adatci sait combien le Délégué du Brésil partage ses préoccupations patriotiques et jusqu’à quel point il était disposé à chercher avec lui un remède aux difficultés qui l’ont mis en un si grand émoi. Mais, de toutes les solutions envisagées, celle à laquelle l’orateur ne pourra jamais se rallier est, précisément, la solution que le Délégué du Japon propose à la Commission.

La Commission veut un régime de paix basé sur la sécurité, la sécurité basée sur la justice; la justice rendue par les organes les plus qualifiés. Or, la proposition de la Délégation Japonaise invite à laisser possibles et sans sanction les guerres les plus illégitimes, si l'on peut dire, les guerres déclenchées contre un Etat reconnu par les autorités les plus qualifiées comme ayant agi dans le domaine strict de son droit intérieur.

Si nous nous rendions à la solution proposée par M. Adatei, la moitié peut-être des cas à juger serait sans sanction possible et les guerres les plus odieuses et les moins légitimes seraient légalement permises.

D'ailleurs, il faut bien prendre garde que l'arme réclamée est à deux tranchants, parce que, s'il peut y avoir des injustices dans l'application par un Etat de ses lois intérieures au détriment d'un Etat quelconque et si la force est employée pour trancher le différent, peut-être aussi y aura-t-il souvent des cas où l'Etat agit, non seulement en conformité de son droit, mais dans les sens de la plus stricte justice. Dans ce cas, la force déclenchée contre lui sera deux fois odieuse.

Non! ce n'est pas là la solution, et la Commission commettrait la plus grave des fautes si elle envisageait la possibilité d'adhérer à cette suggestion.

Le droit ne suffit pas seul à maintenir la paix entre les nations comme entre les individus; il n'est, pour ainsi dire, que la stratification des nécessités de co-existence reconnue par un organisme compétent et sanctionné par un pouvoir public. Et toutes les fois qu'il y a une divergence entre le droit positif et les conditions d'existence d'une société, ou cette société déperit ou elle réagit par la révolution.

C'est aussi le cas dans la vie internationale. Le moyen d'y remédier est certainement dans la coopération, dans la codification du droit international, par laquelle on peut reconnaître et préciser les limites au delà desquelles l'abus de droit intérieur doit être réprimé et puni comme un crime contre l'humanité.

Les auteurs du Pacte, quoique sans envisager un système aussi complet, aussi fermé de justice obligatoire et s'en tenant surtout à la médiation et au pouvoir politique du Conseil, on vu le problème qui nous domine en ce moment. C'est le

problème de demain qui se posera quand nous aurons résolu celui de la justice internationale obligatoire. Nous venons, en effet, de mettre le doigt dans un engrenage qui va nous conduire loin.

Les auteurs du Pacte ont dit, à l'article 23, que les Membres de la Société "prendront les mesures nécessaires pour assurer la garantie et le maintien de la liberté des communications et du transit, ainsi qu'un équitable traitement du commerce de tous les Membres de la Société".

"Commerce" est un mot que l'on doit prendre ici dans le sens le plus large possible. Tous les échanges, toutes les relations économiques sont dominés par ce texte.

Voilà comment les légitimes aspirations des peuples opprimés par les abus du droit intérieur peuvent être sauvegardées.

De même que nous préparons une convention dans laquelle on établit un régime de sanctions pour le crime international de la guerre, de même nous pouvons arriver à des conventions générales, d'après lesquelles les Etats qui refuseraient d'adhérer à leurs stipulations ne pourraient pas profiter des avantages réciproquement consentis par les participants dans le domaine économique.

Le problème de la codification du droit international ne pourra pas être ajourné longtemps. Le droit international subira la même orientation que le droit privé. Peu à peu, au cours du dernier siècle, l'individualisme a fait place à la socialisation: tous nos droits privés sont plus ou moins subordonnés aux intérêts généraux de la collectivité nationale. Nous sommes arrivés ainsi à maintenir la paix sociale à l'intérieur des frontières.

On doit suivre la même voie en droit international.

Les inquiétudes de M. Adatei sont très justifiées; mais ce n'est pas en laissant à la seule force le droit de trancher la grave question de savoir si un Etat a dépassé les justes limites de sa souveraineté nationale, s'il n'a pas fait un abus criant de son droit, que l'on pourra arriver à une solution équitable.

L'orateur conclut en affirmant que son opposition radicale provient de raisons, tout à fait impersonnelles qui ne méconnaissent pas le bien-fondé des préoccupations auxquelles la délégation japonaise a obéi en déposant son amendement, »

Os senhores Politis, presidente da sub-commissão e relator, e Rolin, delegado da Belgica, manifestaram-se logo em seguida pela aprovação da emenda japoneza, e o senhor Loucher, delegado da França, propoz fosse ella reenviada ao exame da sub-commissão, a cujos membros se deveria reunir o presidente da commissão.

Na sessão de 30 de Setembro, o senhor Politis declarava que a sub-commissão se considerava feliz de annunciar que a grande difficuldade, que durante tres dias trouxe as maiores apprehensões sobre os resultados finaes dos trabalhos encontrara uma solução, que estabeleceria a harmonia entre as opiniões divergentes. Essa solução consistia em uma emenda addicional ao art. 5 do projecto, concebida nos seguintes termos: “ Se a questão é reconhecida pela Côrte Permanente ou pelo Conselho como sendo da competencia exclusiva de um Estado, a decisão intervinda não impedirá que a situação seja examinada pelo Conselho ou pela Assembléa, na conformidade do art. 11 do Pacto ”.

Acceita essa emenda, tornava-se necessario um reajustamento do art. 6 do projecto, ao qual, portanto, foi accrescentada a seguinte phrase, no fim do § 1: “ Comtudo, neste ultimo caso (isto é, quando um parecer unanime do Conselho ou uma decisão judiciaria ou arbitral houver reconhecido que o conflicto recáe sobre uma questão que o direito internacional deixa á competencia exclusiva do Estado), o Estado não será presumido aggressor, senão quando elle não houver submettido anteriormente a questão ao Conselho ou á Assembléa, na conformidade do art. 11 do Pacto ”.

Explicada pelo senhor Politis a proposta da sub-commissão, o senhor Adatei declarou que, se todos os seus collegas estivessem de accôrdo, elle acceitaria os textos propostos.

Sir Cecil Hurst falou tambem em sentido favoravel e o senhor Scialoja accentuava que a delegação japoneza pedira uma emenda, a sub-commissão lhe offerecera duas, a delegação acceitara os gemeos e a commissão devia ter igual procedimento. Esse illustre jurista italiano, dizia que: “ O Protocollo é simplesmente de natureza juridica; elle não poderá resolver as mais temiveis questões, nem poderá nos libertar das mais graves ameaças para o futuro, porque essas ameaças são a consequencia de leis physicas e sociaes, que o direito é incapaz de regular ”. Nas emendas que se apresentaram o senhor Scialoja vê apenas uma semente, pequena hoje, mas que no futuro, se fôr cultivada, poderá transformar-se numa arvore carregada de flores. Não se achará no caminho assim aberto a solução das questões ultra-

juridicas, se essa expressão lhe póde ser permittida. Nós estamos no começo apenas da realização de um grande programma.

Em um resumo muito rapido, aqui ficam ditos os episodios principaes da discussão do Protocollo, na primeira commissão.

O Protocollo, que se compõe de 21 artigos não se revestiu de uma forma precisa e clara, como seria para desejar. Contendo dispositivos já existentes no Pacto, innovando neste e modificando algumas de suas clausulas, elle instituiu um systema em que o jogo das competencias e jurisdicções é de certo modo confuso, visto que, no processo de elaboração das soluções conciliatorias que se têm em vista, algumas das jurisdicções nelle estabelecidas não seguem uma marcha methodica e regular, mas, ao contrario, desenvolvem-se, esgotam-se e retornam ao seu ponto inicial. Para confirmar este asserto, faremos aqui o seguinte resumo do systema:

Pelo Pacto, o caminho a seguir-se em procura de uma solução pacifica dos conflictos entre os Estados era: 1) via diplomatica; 2) arbitragem (art. 13); 3) Conselho (art. 15).

Uma emenda ao art. 13, ratificada por 29 Estados, augmenta as palavras “ou judiciarias” aos dous primeiros periodos do dito artigo, modifica com a mesma idéa o terceiro periodo e mantém integralmente o quarto periodo. Isto quer dizer que o caminho passa a ser: 1) via diplomatica; 2) arbitragem ou Côrte de Justiça; 3) Conselho.

O Protocollo completa, pelo seu art. 1, as disposições dos §§ 4, 5, 6 e 7, do art. 15 do Pacto, e o caminho traçado volta a ser: se fracassar a intervenção do Conselho, este convidará as partes a submeterem o desaccôrdo a uma solução judicial ou arbitral. Se ao menos uma pedir o arbitramento, este se fará; se nenhuma o pedir, o Conselho volta a encarregar-se do exame do conflicto. Se a solução do Conselho fôr unanime, os Estados signatarios se obrigam a ater-se á mesma; se não houver unanimidade, o Conselho submeterá compulsoriamente o assumpto á arbitragem e fixará logo a composição, faculdades e processo da commissão dos arbitros, levando em conta, na escolha destes, as garantias de competencia e imparcialidade baseadas na nacionalidade, character e experiencia dos escolhidos.

Os Estados se compromettem a executar de boa fé as decisões judiciaes ou arbitraes. Em caso contrario, o Conselho fará o possivel para obter amigavelmente o respeito á Sentença;— se não bastar a influencia moral, o Conselho proporá as medidas tendentes a assegurar o effeito da decisão;— e se o Estado recalcitrante recorrer á guerra, ser-lhe-ão immediatamente applicaveis as sanções previstas

no art. 16 do Pacto, interpretadas segundo as novas disposições do Protocollo.

Pelo art. 15 do Pacto, n. 8, quando uma das partes pretende e o Conselho reconhece que o conflicto tem por objecto uma questão que o direito internacional deixa á competencia exclusiva dessa parte, — o Conselho o fará constar do relatorio, mas não recommendará decisão alguma. Pelo Protocollo (art. 5) é mantida a competencia outorgada ao Conselho pelo citado art. 15, n. 8, do Pacto ; mas, allegada aquella pretensão por uma das partes, os arbitros ou o Conselho consultarão acerca do dito ponto a Côrte Permanente de Justiça Internacional. Se a decisão desta fôr affirmativa, os arbitros, ou o Conselho (tal como se dispõe no art. 15 do Pacto), se limitarão a fazel-a constar da sua sentença, mas aquella decisão não impedirá que a sua situação seja de novo examinada pelo Conselho, ou pela Assembléa, nos termos do art. 11 do Pacto (salvaguarda da paz da nações como supremo objectivo da Sociedade e do Conselho).

O conflicto, pelo art. 6 do Protocollo, pôde ser submettido á Assembléa, como já se dispunha no § 9, do art. 15 do Pacto — outorgados á Assembléa os mesmos poderes attribuidos ao Conselho no que concerne ao intento de conciliação das Partes, e seguido o mesmo processo dos §§ 1, 2 e 3 do art. 15 citado.

Ou a Assembléa consegue uma solução amistosa, ou não. Neste segundo caso, se uma das partes solicitar a arbitragem, o Conselho organizará a Commissão arbitral na condições acima indicadas e expressas no n. 2 do art. 4, letras *a*, *b* e *c* do Protocollo. Se, porém, nenhuma das partes solicitar a arbitragem, a Assembléa tornará a incumbir-se, com as mesmas faculdades que o Conselho, do exame do desaccôrdo. Se a decisão obtiver o voto de approvação da unanimidade dos representantes dos Membros da Sociedade com assento no Conselho e da maioria dos outros Membros da Sociedade, essa solução terá o mesmo valor e produzirá os mesmos effeitos que uma resolução do Conselho, votada pela unanimidade de seus Membros, isto é, os Estados signatarios do Protocollo convêm em ater-se a essa resolução da Assembléa equiparada a uma resolução unanime do Conselho.

Se a decisão, porém, não tiver a unanimidade necessaria dos membros do Conselho, o desaccôrdo será submettido á arbitragem e o Conselho fixará por si mesmo, como no caso anterior (n. 4 do art. 4), a composição, faculdades e processos do Comité de arbitros.

Mas, se, havendo *unanimidade do Conselho*, faltar a *maioria* dos outros membros da Sociedade, qual será a solução? O Protocollo não

previo esse caso, mas deve ser ahi adoptada a mesma solução do outro caso, em que não ha unanimidade dos membros do Conselho, havendo, entretanto, maioria dos outros membros da Sociedade.

Pelo art. 7, os signatarios se compromettem — na eventualidade de algum desaccôrdo entre os dois ou mais delles — a abster-se de qualquer augmento de armamentos ou de effectivos, quer antes de iniciar-se o processo de conciliação, quer durante este, não podendo ser modificada pelos litigantes a situação militar que lhes houver sido fixada pela conferencia de redução de armamentos, prevista no art. 17 do Protocollo. O Conselho examinará qualquer reclamação feita por um dos Estados em desaccôrdo, contra a violação desse compromisso. Se julgar admissivel essa reclamação, o Conselho poderá organizar inqueritos e pedir informações, obrigando-se os Estados a facilitar a execução de taes medidas. A decisão do incidente pelo Conselho procurará facilitar a solução pacifica do fundo da questão, mas não deverá prejudicar de modo algum a dita solução substancial. Se se comprovar a existencia do facto allegado do augmento de armamentos ou de effectivos, o Conselho intimará o Estado ou Estados culpados da infracção a fazel-a desaparecer, e, se os culpados não obedecerem á intimação, o Conselho os declarará culpados por violação do Pacto e do Protocollo e determinará as medidas que se deverão tomar afim de fazer cessar de modo mais prompto possivel qualquer situação que, por sua natureza, puder ameaçar a paz do mundo. Para applicação deste art. 7, as resoluções do Conselho serão tomadas por dois terços de seus membros.

Pelo art. 8, os Estados se compromettem a abster-se de qualquer acção que possa constituir uma ameaça de aggressão contra outro Estado,— podendo o Estado, que se julgar ameaçado, levar o facto ao conhecimento do Conselho,— o qual procederá, se julgar conveniente, como se determina no art. 7.

O art. 9 recommenda o estabelecimento de zonas desmilitarizadas e faculta a sua inspecção temporaria ou permanente pelo Conselho, a requerimento e á custa de um ou mais Estados limitrophes.

O art. 10 define o Estado aggressor como sendo aquelle que recorrer á guerra, com violação dos compromissos previstos no Protocollo e no Pacto, e considera a violação do estatuto de uma zona desmilitarizada como acto de guerra.

Em caso de ruptura de hostilidades, *presume-se* aggressor, salvo decisão contraria do Conselho, tomada por unanimidade: a) o Estado que se houver negado a submeter o conflicto ao processo de solução

pacifica previsto nos arts. 13 e 15 do Pacto, completados pelo Protocollo; b) o que se houver negado a acceitar, ou seja uma decisão arbitral ou judicial, ou seja uma resolução unanime do Conselho; c) o que não tiver tomado em consideração uma decisão unanime do Conselho, ou uma sentença judicial ou arbitral, em que se reconheça que o desaccôrdo surgido entre o Estado de que se trata e outro Estado belligerante se refere a uma questão que o Direito Internacional deixa á competencia exclusiva deste ultimo Estado; todavia, neste ultimo caso, não se presume a aggressão senão quando aquelle primeiro Estado houver deixado de submetter préviamente a questão ao Conselho ou á Assembléa, de conformidade com o art. 11 do Pacto; d) todo Estado que houver violado qualquer das medidas incidentes ou provisórias determinadas pelo Conselho, nos termos do art. 7 do Protocollo. Fôra das hypotheses aqui enumeradas, se o Conselho não puder determinar dentro de prazo breve quem seja o aggressor, terá a obrigação de prescrever aos belligerantes um armisticio, cujas condições fixará por dois terços de seus membros e cuja observancia lhe cumpre vigiar. Será considerado aggressor todo belligerante que não acceitar o armisticio ou violar suas condições. O Conselho requisitará contra o aggressor as sancções previstas no art. 11 do Protocollo (que são as seguintes), ficando o Estado requisitado autorizado a exercer desde logo os direitos de belligerante: Romper immediatamente com o Estado aggressor todas as relações commerciaes ou financeiras, prohibir todas as relações entre as pessoas residentes em seu territorio e as residentes no do Estado aggressor, fazer cessar todas as communicacões financeiras, commerciaes ou pessoas entre as pessoas residentes no territorio do Estado aggressor e as residentes no territorio de qualquer Estado, membro ou não da Sociedade das Nações. De conformidade com o § 3 do art. 26 do Pacto, os Estados signatarios assumem, segundo o art. 11 do Protocollo, o compromisso individual e colectivo de acudir em auxilio do Estado atacado, ou ameaçado, e de lhe prestar mutuo apoio, mediante facilidades e trocas reciprocas no que concerne ao abastecimento de materias primas e generos de toda a classe, abertura de credits, transportes e transito, e de tomar todas as medidas a seu alcance, para a segurança das communicacões terrestres ou maritimas do Estado atacado ou ameaçado. Se ambos são aggressores, as sancções economicas e financeiras se applicam por igual.

O art. 12 manda que o Conselho convide as organizações economicas e financeiras da Sociedade a que procedam a um estudo

do assumpto e apresentem um relatorio indicando o modo de applicação das sancções e os meios de cooperação com o Estado atacado e com os que o auxiliam.

O art. 13 autoriza o Conselho a admittir os compromissos dos Estados que, antecipadamente, determinam as forças militares, navaes e aereas com que possam intervir immediatamente para assegurar o cumprimento das obrigações do Pacto e do Protocollo. Dito artigo tambem admitte os accórdos particulares, pois que admitte que entrem em jogo, de conformidade com taes accórdos, as forças militares, navaes e aereas do Estado que os houver assignado, em soccorro de outro, victima de aggressão. Entretanto, taes accórdos deverão ser publicados e registrados na Secretaria da Sociedade das Nações, e ficam abertos a qualquer membro da Sociedade, que quizer adherir.

Pelo art. 14, se concede ao Conselho a faculdade de declarar quando se deve suspender a applicação das sancções e restabelecer as condições normaes.

Pelo art. 15 se determina que os gastos, prejuizos e indemnizações derivados dessa acção collectiva ficam a cargo do Estado aggressor até o limite maximo de sua capacidade, mas que a applicação das sancções não póde jamais attingir a integridade territorial e independencia politica do Estado aggressor, segundo o espirito do art. 10 do Pacto.

O art. 16 prevê o caso de um conflicto entre um Estado membro e outro estranho á Sociedade das Nações, ou entre dois estranhos, caso já previsto no art. 17 do Pacto. No primeiro caso, manda o Protocollo que seja convidado o Estado estranho a submeter-se ás obrigações decorrentes do mesmo Protocollo, afim de conseguir uma solução pacifica, e declara que, se o Estado convidado negar-se a acceitar as condições e recorrer á guerra contra o Estado signatario do Protocollo, ser-lhe-ão applicadas as sancções. Quanto á segunda hypothese (se os Estados em conflicto forem todos estranhos ao Pacto e ao Protocollo), o Protocollo não a previo, ficando, pois, de pé sómente o disposto no art. 17 do Pacto, isto é: o Conselho póde tomar quaesquer medidas e fazer quaesquer propostas de natureza a prevenir as hostilidades e a obter a solução pacifica do conflicto. Nenhuma palavra ahi quanto a sancções. (Examinada a hypothese de assignar um Estado o Protocollo sem ser signatario do Pacto, ver-se-á que as soluções se difficultam, pois tal Estado não assumio os compromissos do Pacto e não é membro da Sociedade.)

O art. 17 trata da convocação da Conferencia para a redução e limitação dos armamentos. O Conselho deverá preparar um programma geral, que será posto á disposição da Conferencia e comunicado aos governos até tres mezes antes da reunião da Conferencia, o mais tardar.

A queda do Gabinete Mac Donald e a ascensão dos conservadores mudaram completamente a atmosphaera sympathica á assignatura do Protocollo, pela Inglaterra. E tudo leva a crer que o Protocollo retornará á discussão na 6ª Assembléa, para soffrer as emendas exigidas pela maioria da opinião ingleza.

.....

No telegramma que passei a Vossa Excellencia, consultando sobre se devia ou não assignar o Protocollo, recordei a tradição da nossa politica exterior nesse sentido, como em igual situação já o fizéra durante os trabalhos da 5ª Conferencia Pan-Americana de Santiago.

Penso que, se a 5ª Assembléa tivesse tornado obrigatoria a jurisdicção facultativa da Côrte Internacional de Justiça para os casos de que trata o seu art. 36 n. 2, que são os mesmos do art. 13 do Pacto, o Protocollo já a esta hora estaria talvez em vigor. Por outro lado, tenho justificado receio de que, por se ter ido muito longe e despertado grandes esperanças entre os povos, o recuo actual produza uma especie de desillusão, que de certo modo compromette a autoridade e o prestigio da Sociedade das Nações.

ARMAMENTOS

A Assembléa, tomando em consideração os trabalhos da terceira commissão, adoptou, de 27 de Setembro a 2 de Outubro, varias resoluções relativas á redução e limitação dos armamentos, á fiscalização do commercio internacional das armas, munições e material de guerra, ás informações estatisticas sobre o dito commercio e á sua fabricação privada, bem como adoptou outras resoluções sobre a coordenação dos trabalhos da Commissão Temporaria Mixta e da Commissão Permanente Consultiva, sobre a guerra chimica e sobre o annuario militar.

Do relatorio do senhor Ministro Frederico de Castello-Branco Clark, sobre os trabalhos da terceira commissão, e dos relatorios do Almirante Souza e Silva e do Major Leitão de Carvalho, estes ultimos remettidos por mim a Vossa Excellencia, constam as mais minu-

ciosas informações sobre esses diversos problemas, como já affirmei acima.

Quanto á Conferencia internacional para a redução dos armamentos, que, pelo art. 17 do Protocollo, devia ser convocada pelo Conselho para 15 de Junho do corrente anno, não poderá ella realizar-se, por não ter sido o Protocollo assignado pela maioria dos Estados representados permanentemente no Conselho, condição indispensavel á realização da dita Conferencia.

REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DA SOCIEDADE

Para o exercicio corrente, o orçamento geral da Sociedade, do Secretariado, das organizações especiaes, da Repartição Internacional do Trabalho e da Côrte Permanente de Justiça, eleva-se, comprehendidos os credits supplementares, á somma de 22.658.138 francos, ouro.

A Assembléa attendeu ao pedido de redução de contribuições formulado por varios Estados, entre os quaes o Japão, duramente ferido pelo grande terremoto ultimo, e convidou todos os Estados membros a transmittir ao Secretario Geral suas previsões orçamentarias para 1923-1924 e a continuar a enviar, não só as previsões orçamentarias, como as contas encerradas em cada exercicio.

Já enviei a Vossa Excellencia o *barème* da repartição das despesas da Sociedade, assim como tambem communiquei que a nossa contribuição fôra reduzida de duas unidades, passando de 35 a 33.

COMMUNICAÇÃO E TRANSITO

Em relação ás resoluções da Assembléa, baseadas em relatorio da sua segunda Commissão, tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia, em separado, o relatorio do assessor technico desta Delegação, senhor M. Montarroyos, que representou o Brasil nas sessões da referida segunda Commissão.

EXERCICIO DO DIREITO DE INVESTIGAÇÃO

Sobre essa materia, tenho remettido a Vossa Excellencia relatorios do Almirante Sousa e Silva e do Major Leitão de Carvalho, que dão uma idéa perfeita do assumpto e dispensam outras quaesquer explanações, aqui.

O Brasil, como membro do Conselho, deve fornecer os officiaes necessarios para a composição dos grupos de investigação, devendo taes officiaes ser especialistas em questões militares, navaes e aereas.

As resoluções da Assembléa sobre essa questão vieram em conjunto com as resoluções e votos adoptados em seguida ao parecer da terceira Commissão. Pela quarta dessas resoluções a Assembléa pediu ao Conselho que, quando fosse por elle preparado o plano geral da Conferencia para a redução dos armamentos, previsto no art. 17 do Protocollo, fosse examinada a opportunidade de figurar nesse programma: a) a recommendação de estabelecimento de zona desmilitarizadas (art. 9 do Protocollo); b) fiscalização e investigação da situação de armamentos dos Estados contractantes.

Pela cópia, enviada a esse Ministerio, da longa e fundamentada carta que dirigi, em 1923, aos representantes das quatro grandes potencias alliadas e associadas, supponho ter deixado evidente que deve ser considerada como fundamental a representação dos continentes, e que, pela ausencia eventual dos Estados Unidos, não póde a America, com 18 Estados membros da Sociedade das Nações, e verdadeiramente o unico continente da paz, deixar de estar representada permanentemente no Conselho. Esse é o espirito do Pacto e essa a interpretação que tem sido dada ás regras da composição do Conselho por muitos commentadores.

REUNIÃO DO CONSELHO EM BRUXELLAS

Como ficou dito, o Conselho, em sua sessão de 30 do Setembro, nesta cidade, acceitara a missão de fixar a fronteira entre a Turquia e o Irak, de accôrdo com o que havia sido estipulado nos dispositivos do Tratado de Lausanne, a que já nos referimos anteriormente, e decidia nomear, para tal fim, uma Commissão encarregada de examinar o conjuncto da questão e, se necessario, proceder *in loco* a todos os inqueritos acerca do assumpto.

Sobrevindo, pouco depois, varios incidentes de fronteiras entre os Governos Inglez e Turco, o Conselho recebeu queixas das duas partes sobre o não cumprimento do compromisso reciproco inscripto no ultimo paragrapho do art. 3 do citado Tratado, allegando o Governo Inglez que as forças turcas haviam penetrado em uma região por ellas não occupada anteriormente e onde não existira nenhuma occupação ou administração turca em Julho de 1923, data do Tratado; ao passo que o Governo Turco allegava que as regiões a que se applica o compromisso tomado de parte a parte, para a manutenção do *statu quo*, são precisamente os territorios cuja sorte deverá ser decidida pelo Conselho, e que, em Lausanne, a delegação turca havia pedido que

os territorios de *vilayet* de Mossoul deviam ser mantidos sob a soberania da Turquia e não, como pretendia o Governo Inglez, incorporados ao Estado do Irak.

Graves e lamentaveis acontecimentos, decorrentes do choque entre as tropas dos dois paizes, aquartelladas na região fronteiriça, puzeram em risco a bôa harmonia entre os dois Estados contractantes, do que resultou o pedido official do Governo Inglez, nos termos do Pacto, para uma reunião extraordinaria do Conselho, afim de ser por este interpretada a sua propria decisão de 30 de Setembro de 1924.

Depois de ouvir a opinião dos seus collegas, o senhor Hymans, então presidente, fixou para 27 de Outubro, em Bruxellas, a data da reunião, allegando a difficuldade em que elle se encontrava de se ausentar por essa occasião, em vista da situação parlamentar do seu paiz e dos seus trabalhos como Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Em seguida a varias negociações, em que o Imperio Britannico foi representado por Lord Parmoor e a Turquia por Fethi-bey, então presidente da Assembléa de Angora e hoje presidente do Conselho de Ministros, e ministro da guerra, chegou-se a uma solução, de que foi relator o senhor Branting, e segundo a qual foi traçado um limite extremo dos territorios que poderão ser occupados e administrados por uma e outra parte, até o momento em que fôr estabelecida a fronteira definitiva entre a Turquia e o Irak. Essa linha consta do resumo da sessão publica de 29 de Outubro de 1924, publicado na acta da 31ª sessão do Conselho, cujo volume já foi remettido a esse Ministerio.

Para compôr a commissão de inquerito, incumbida de estudar *in loco* a fronteira definitiva entre os dois paizes, o Conselho nomeou os seguintes senhores: Conde Paulo Teleki, antigo presidente do Conselho da Hungria; De Wirsén, ministro plenipotenciario da Suecia em Bucarest; e Paulis, coronel reformado do exercito belga.

Essa foi a questão que determinou a reunião do Conselho; mas, outras questões foram tratadas na mesma sessão e entre ellas as seguintes:

a) mulsumanos de origem albanesa na Grecia (questão de minorias);

b) nomeação de um membro do Tribunal arbitral mixto gregoturco, previsto pelo Tratado de Lausanne (questão de minorias);

c) construcção de uma sala de conferencias no terreno offerecido á Sociedade das Nações pela Republica e Cantão de Genebra e pela Cidade de Genebra, e nomeação do jury internacional de architectos

para essa construção e da commissão incumbida de dirigir os respectivos trabalhos;

d) nomeação do Comité de Juristas, encarregado de redigir as emendas eventuaes ao Pacto, decorrentes do Protocollo de Genebra, — Comité no qual foi incluído o senhor Raul Fernandes.

Das outras questões tratadas pelo Conselho, nessa sessão, a mais importante foi a da troca das populações gregas e turcas a qual motivara o pedido official do Delegado hellenico senhor Politis, fundado no art. 11 do Pacto, para ser incluída na ordem do dia dessa sessão. Já remettemos a Vossa Excellencia minuciosa informação sobre esse assumpto, bem como sobre o parecer recentemente emitido pela Côrte Permanente de Justiça Internacional acerca da divergencia surgida a respeito da interpretação da palavra *estabelecidos*, constante do art. 2 da Convenção de 30 de Janeiro de 1923, e que, como Vossa Excellencia sabe, foi o que motivou aquella questão.

REUNIÃO DO CONSELHO EM ROMA

A ordem do dia adoptada para a 32ª sessão ordinaria do Conselho continha 39 questões, que se referiam aos principaes dominios de actividade da Sociedade das Nações: politico, juridico, administrativo e humanitario. O Conselho tinha de pôr ali em execução varias deliberações da Assembléa e traçar as linhas geraes da obra a executar durante o anno de 1925.

Entre as materias importantes do programma, estava a da execução eventual do Protocollo de Outubro ultimo para a solução pacifica dos conflictos internacionaes e, conjuntamente, a do preparo da Conferencia para a redução dos armamentos e estabelecimentos do systema de sancções e de assistencia economica e financeira previstas no Protocollo.

Na sua sessão anterior, de Bruxellas, decidira o Conselho preparar o estudo dessas questões segundo um programma de conjunto e com a collaboração de todos os seus organismos technicos, entre elles a nova Commissão de Coordenação, criada para substituir a Commissão Temporaria Mixta.

Na ordem das questões relativas ao problema dos armamentos, o Conselho tambem se occupou nessa sessão da organização do direito de investigação na Allemanha, Austria, Bulgaria e Hungria, dando assim seguimento ás decisões da sessão extraordinaria de Outubro, em que elle decidira que essas intervenções deveriam ser

feitas por comissões cuja composição ficava reservada á sua competência, por meio de uma lista de technicos qualificados e designados pelos Estados representados no Conselho.

Todas essas questões do dominio militar estavam mais ou menos dependentes da assignatura do Protocollo pela maioria dos Estados representados no Conselho; mas, na data da abertura da sessão de Roma, já era do dominio publico a carta enviada a 15 de Novembro anterior, pelo Governo Inglez, ao Secretario Geral da Sociedade das Nações, na qual o dito Governo, allegando a sua recente entrada em funções, e a falta de tempo para poder formar uma opinião maduramente deliberada sobre os termos do Protocollo, pedia que essa questão fosse adiada para uma sessão ulterior, afim de que elle lhe pudesse consagrar a attenção correspondente á sua importancia.

Assim, antes da reunião publica da abertura do Conselho, realizou este uma sessão privada, para o entendimento necessario quanto á resolução sobre o adiamento pedido.

Nessa sessão privada, o senhor Chamberlain declarou que o unico motivo do pedido do Governo Britannico era o mesmo que elle dera em sua carta official: falta de tempo para o estudo da questão do Protocollo. Acrescentou, porém, estar disposto a fazer, em sessão publica, uma breve declaração nesse sentido e terminou dizendo: “tal é a verdade, toda a verdade e nada mais do que a verdade, e não ha nada a ajuntar á presente declaração”.

Os senhores Briand, Benès, Salandra, Hymans, Ishü, e Quiñones de Leon manifestaram-se pelo adiamento pedido, mas ressaltando todos a affirmacão de que se deveria bem ter em vista a impressão causada pelo mesmo e que se devia pôr bem em evidencia que a questão não seria abandonada, nem adiada indefinidamente, e sim que começaria de novo na proxima sessão. E o senhor Briand acrescentou ter certeza de ver a Grã-Bretanha, após um estudo profundo da questão, fazer o que ella havia feito no passado e pôr-se de coração no rythmo da Sociedade das Nações.

Nessas condições, realizou-se a sessão publica, na qual o senhor Salandra, em nome do Governo Italiano, agradeceu ao Conselho o ter querido, a titulo excepcional, escolher a gloriosa capital do Reino como séde desta sessão dos seus trabalhos. O Governo e o povo italianos — disse elle — aspiram, com igual ardor, ao progresso pacifico. Elles sentem profundamente o preço da solidariedade internacional, sem a qual a humanidade não poderia adiantar-se no caminho da civilização. Roma deu outr’ora ao mundo, em uma época longinqua,

mas sempre presente aos espiritos, o mais longo periodo de paz de que na historia poudes gosar a humanidade. E' portanto justo que se apreciem em seus muros os esforços da Sociedade das Nações para assegurar aos povos uma paz duravel, que já não poderia hoje em dia ser imposta pela prepotencia de uma nação, mas que póde ser garantida no futuro pela vontade harmonica de todas.

Como presidente, em funcções, respondi declarando que me considerava feliz pela occasião que se me offerecia, nessa qualidade e na de representante do Brasil, de agradecer ao representante do Governo Italiano as cordiaes palavras de boas vindas que elle acabava de pronunciar. O Conselho da Sociedade das Nações acceitara com prazer o convite do Governo Italiano para se reunir em Roma, naquella sessão: em nome do Conselho, pedi ao senhor Salandra transmittisse ao mesmo Governo a expressão do agradecimento meu e dos meus collegas pela magnifica hospitalidade que nos era offerecida. Não era a primeira vez que o Conselho se reunia em Roma, pois que a sua terceira sessão, em 1920, se realizara nessa capital. O Conselho não tinha então senão alguns mezes de existencia e a Sociedade das Nações estava ainda em periodo de organização. Hoje, reunindo-se ahi, em sua 32ª sessão, o Conselho dava um testemunho, pelo numero e variedade das questões submettidas ao seu exame, da crescente importancia do seu papel na vida politica internacional. A presença no Conselho do ministro dos negocios estrangeiros da Grã-Bretanha era uma nova prova do interesse que o Governo do seu paiz liga aos trabalhos do Conselho. "Em nome dos meus collegas, pois, dirijo", disse eu, "uma cordial saudação de boas vindas ao senhor Chamberlain, que não hesitou em abandonar durante alguns dias os trabalhos da sua pesada tarefa para vir representar no Conselho o Governo Britannico".

O senhor Chamberlain respondeu, dizendo desejar exprimir a sua gratidão ao presidente pelas suas palavras de saudação e agradeceu igualmente aos membros do Conselho pelo acolhimento que lhe dispensaram. Viera a Roma não obstante a sua ausencia não deixar de ser inconveniente: o Parlamento britannico funcionava e a sua ausencia, se fosse devida a outras razões, daria certamente lugar a criticas. O novo Governo Britannico decidira, como seu primeiro acto, mostrar o respeito que elle consagra á Sociedade das Nações, a alta estima em que elle tem os trabalhos realizados pela Sociedade das Nações e a esperanza que elle deposita em seus triumphos futuros. Exprimindo-se assim, o senhor Chamberlain não interpretava só-

mente os sentimentos do seu Governo, mas tambem os do povo britannico. Se elle pudera ausentar-se naquella occasião e vir a Roma, devia-o tambem á bôa vontade dos partidos da opposição e ao seu desejo de ver o Ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha testemunhar por sua presença alli o respeito do Imperio Britannico pela Sociedade das Nações. Sem pretender passar em revista naquelle momento a obra já realizada pela Sociedade das Nações, pensava comtudo o senhor Chamberlain que os debates do Conselho, que mais attrahem a attenção e occupam mais espaço na imprensa dos diversos paizes, não são aquelles que mais têm servido á causa da paz e contribuido para o progresso da humanidade. Trabalhos que fazem objecto de discussões de menor repercussão parecem-lhe do mais alto valor; ou se tratasse de obra discutida ou não discutida, entendia o senhor Chamberlain que se deviam repetir as palavras do seu predecessor no Conselho—Lord Balfour: “se não existisse a Sociedade das Nações, seria preciso invental-a”. Terminando, disse o senhor Chamberlain que o respeito do Imperio Britannico pela Sociedade das Nações, sua confiança na imparcialidade e na justiça desta transparecem no facto de ter o Imperio acceitado, sem hesitação, a decisão provisoria do Conselho sobre a questão das fronteiras do Irak, e, ainda mais, no facto de ter-se o Imperio compromettido de antemão a acceitar a decisão final do Conselho, fosse ella qual fosse.

Encerrando a serie de declarações feitas a proposito do pedido inglez, eu disse o seguinte: “Como representante do Governo do Brasil, que foi um dos primeiros Estados a assignar o Protocollo de Genebra, alegro-me com as declarações que acabam de ser feitas por Sua Excelencia o senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha e com a confirmação da segurança dos sentimentos da França, manifestada pela voz autorizada do nosso eminente collega, senhor Presidente Briand.

A esperanza despertada entre os povos, quando foi votado o Protocollo entre as declarações dos primeiros ministros e dos altos representantes das grandes Potencias em Setembro ultimo, não será nem diminuida, nem enfraquecida.

O Conselho da Sociedade das Nações, orgão legitimo da vontade da Assembléa, não repelle de maneira alguma a conquista já alcançada; elle apenas adiou o acabamento do mecanismo indispensavel á execução do Pacto. No mez de Março proximo retomaremos a nossa tarefa, animados da mais profunda confiança no triumpho da paz, pela garantia do direito e a segurança das Nações”.

O Conselho, nesta mesma sessão e depois de ouvir as palavras do senhor Chamberlain e as dos differentes outros membros do Conselho, approvou a seguinte resolução, proposta pelo senhor Benès, relator da questão:

«O Conselho, tendo ouvido o pedido e as observações do representante do Imperio Britannico bem como as declarações feitas pelos outros membros do Conselho, decide pôr na ordem do dia da sua reunião de Março o trabalho de preparação da conferencia para a redução dos armamentos, que elle devia empregar no correr da sua presente sessão, em virtude do Protocollo de Genebra e de conformidade com a resolução adoptada em Bruxellas a 28 de Outubro de 1924, devendo as outras disposições desta resolução ser applicadas, tendo-se em conta essa mudança de data. »

Na acta da sessão, constam as seguintes palavras finaes do senhor Chamberlain:

«M. Austin Chamberlain, pour resumer, constate qu'il s'agit d'un délai de trois mois, et rien de plus. »

Como se vê, o delegado inglez remettia toda a discussão para a sessão de 9 de Março, mas a esta hora já podemos affirmar que novo adiamento será solicitado, sendo a minha opinião pessoal que é preferivel transmittir a questão a proxima Assembléa, de Setembro, do que solicitar o adiamento para a sessão do Conselho do futuro mez de Junho.

HYGIENE

Ainda nessa primeira sessão publica, o Conselho adoptou uma resolução concernente ao Comité Permanente da Repartição Internacional de Hygiene Publica, de que foi relator o Visconde Ishii.

Pela sua anterior resolução, de 27 de Setembro, o Conselho havia pedido á sua commissão de hygiene que procedesse a um estudo completo acêrca da recommendação da 5ª Assembléa, relativa á marcha harmonica a seguir, nos trabalhos sobre esse ramo da actividade da Sociedade das Nações, entre a mesma commissão e a Repartição Internacional de Hygiene Publica de Paris. Para esse trabalho con-

junto, propôs o Visconde de Ishii que fôsem communicadas immediatamente á dita Repartição de Paris as resoluções adoptadas em cada uma das sessões pelo *Comité* de Hygiene da Sociedade das Nações. Foi feito um accôrdo nesse sentido, entre os dois organismos, e o relator propôs que o Secretario Geral fôsse incumbido de inserir no seu relatorio annual á Assembléa a resposta da Commissão Permanente de Hygiene Publica com as observações que o Conselho lhe havia pedido.

Como se sabe, esse accôrdo tem em vista estabelecer uma estreita collaboração entre os dois organismos, tendo sido o documento redigido por uma commissão mixta de delegados das duas instituições e ratificado pela Assembléa a 15 de Setembro de 1923. A Commissão Permanente de Hygiene da Sociedade das Nações passou assim a comprehender, além do presidente da Repartição de Paris, nove membros designados por esta e dos quaes fazem parte actualmente da administração da dita Repartição. Em virtude do regulamento interno, o presidente da Repartição de Paris é por direito vice-presidente da Commissão de Hygiene da Sociedade das Nações e o Conselho tem o direito de designar seis membros da commissão de hygiene e quatro assessores (Vide doc. C 573, 1924, III, remettdo opportunamente a esse Ministerio).

Tratou-se, ainda nessa primeira sessão, do convite, dirigido pelo Governo Italiano á organização de hygiene da Sociedade, para se representar no Congresso Internacional do Paludismo, que se deve reunir em Roma no correr deste anno, tendo o Conselho accettato o dito convite e incumbido o presidente da Commissão de Hygiene e o sub-director medico de tomarem todas as medidas necessarias para a participação no dito Congresso.

Nesse mesmo assumpto, foi examinada a situação sanitaria das populações da Grecia, que são susceptiveis de permuta de accôrdo com o Tratado de Lausanne. O Governo Grego propôs que uma parte do emprestimo de que já tratámos, emittido com o fim do estabelecimento dos refugiados, seja destinada ao melhoramento da respectiva situação sanitaria. E a resolução proposta pelo Visconde Ishii estabeleceu que os relatorios enviados ao conselho sobre essa questão fossem transmittidos ao Presidente da Repartição Autonoma de Estabelecimento dos refugiados, afim de que elle tome todas as medidas que as circumstancias exigirem ou permittirem.

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Na mesma sessão, o Conselho aprovou a proposta do senhor Unden, a qual deu execução á resolução da Assembléa, de 23 de Setembro de 1924, relativa á proposta da delegação sueca sobre a codificação progressiva do Direito Internacional, de que já tratamos anteriormente.

DANTZIG

Em seguida, approvou o Conselho as resoluções propostas pelo senhor Quiñones de Leon, relativas a varias questões de Dantzic, uma das quaes autoriza o alto-commissario da Sociedade das Nações na cidade livre a recorrer aos fundos que lhe forem adiantado pela Sociedade das Nações, afim de obter uma consulta de technicos sobre algumas questões referentes á liquidação e á transformação de certas instituições publicas, que funccionavam precedentemente na Russia Occidental.

VARIAS RESOLUÇÕES

Foram ainda approvadas pelo Conselho, na sua primeira sessão:

a) resoluções concernentes á transferencia para a Repartição Internacional do Trabalho da obra em favor dos refugiados russos e armenios, sendo adoptadas tambem as proposições apresentadas pelo Doutor Nansen, em seu relatório de 24 de Novembro de 1924, sobre o mesmo assumpto.

b) resolução convidando os Governos a examinar benevolmente o pedido de outorga de facilidades especiaes, para as organizações da Cruz Vermelha;

c) resolução incumbindo o Secretario Geral de dirigir um convite ao Governo Federal Helvetico, desde que o instrumento de ratificação da Convenção Internacional do Opio, de 1912, houvesse sido depositado na Haya pelo dito Governo, para que este designe um representante na Comissão Consultiva do Trafico do Opio e outras drogas nocivas;

d) resolução pedindo á referida commissão consultiva que proceda, no correr da sua proxima sessão, a um estudo sobre a questão de saber se é desejavel e opportuno completar a obra emprehendida pela Sociedade das Nações nos termos do artigo 23 do Pacto, no que concerne ao trafico do opio, pela elaboração de um programma de propaganda,

destinado a instruir as massas populares sobre as consequências terríveis do uso das drogas nocivas e, em seguida, a restringir o consumo dessas drogas;

e) resoluções chamando a atenção dos membros da Sociedade para os trabalhos da Comissão Internacional de Navegação Aérea, relativos ao uso internacional dos termos e symbolos empregados em technica aeronautica, e pedindo-lhes que facilitem, na medida do que fôr technicamente possível, a adopção do regulamento preparado, para tal effeito, pela Comissão.

RECONSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA AUSTRIA

No que concerne á reconstituição financeira da Austria, compareceu por parte desta, pela primeira vez, o senhor Grumberger, após a demissão de Monsenhor Seippel do cargo de chanceller federal e a eleição do Doutor Ramek para este posto. Aquelle delegado affirmou que essa transformação politica não significava de modo algum uma mudança da politica austriaca, a qual ficará, como d'antes, fiel aos compromissos de Genebra, do anno de 1922, e aos accôrdos com a Sociedade das Nações, relativos a tal assumpto. O Conselho tomou nota dos tres ultimos relatorios apresentados pelo Doutor Zimmermann, commissario geral da Sociedade das Nações para a reconstituição financeira da Austria e das importantes declarações feitas pelo representante desse paiz.

SEGUNDA SESSÃO

Na segunda sessão publica, o Conselho:

a) approvou a resolução pela qual, de accôrdo com o art. 312 do Tratado de Paz de Versalhes e as recommendações da commissão internacional instituida em virtude do dito artigo, foram transferidos ao Governo da Polonia pelo Governo Allemão, os fundos de seguros sociaes nos territorios da Alta Silesia cedidos pela Allemanha á Polonia;

b) tomou conhecimento do quarto, quinto e sexto relatorios do seu commissario geral para a reconstituição financeira da Hungria;

c) organisou a Comissão de Coordenação em substituição á Comissão Temporaria Mixta, pelo modo já referido anteriormente;

d) convocou aquella Commissão para se reunir a 16 de Fevereiro de 1925, nesta cidade, sob a presidencia do presidente em exercicio do Conselho;

e) confiou á dita Commissão a execução da resolução da Assembléa concernente á fabricação das armas, munições e material de guerra, e convidou-a a informar o Conselho acêrca do momento em que o adiantamento dos seus trabalhos permittiriam que se convidasse o Governo dos Estados Unidos da America a enviar representantes para collaborarem com a Commissão nos trabalhos relativos ao preparo de uma Convenção internacional sobre a fiscalisação da referida fabricação.

f) convidou ainda a dita Commissão a incumbir-se do estudo do seguimento a dar ás resoluções da Assembléa relativas ás informações estatisticas sobre o commercio das armas, munições e material de guerra;

g) designou o Reino dos Servios, Croatas e Eslovenos, como Estado limitrophe da Bulgaria, para indicar os technicos para a commissão da investigação dos armamentos desse ultimo paiz;

h) decidiu que cada Estado póde, ao estabelecer a sua lista de technicos, para a formação das commissões de investigação, indicar o paiz ou os paizes para os quaes alguns desses technicos são destinados;

i) decidiu finalmente, nos termos do capitulo 4, paragrapho 1, do plano de organização do Direito de Investigação, encarregar o seu presidente de proceder eventualmente á nomeação das pessoas que deverão desempenhar, no primeiro periodo de um anno, as funções de presidente das quatro commissões de investigação, previstas no dito plano de investigação.

De accôrdo com esta ultima resolução, nomeei quatro presidentes, das seguintes nacionalidades: um general francês, para a commissão de investigação na Allemanha; um general inglês, para a commissão de investigação na Hungria; um general italiano, para a commissão de investigação na Austria; e um general sueco, para a commissão de investigação na Bulgaria.

O Governo Britannico tinha pedido ao Conselho que examinasse nessa sessão se é ou não necessario um voto unanime da sua parte

quando o Conselho tiver de tomar uma decisão no que concerne: 1) á composição das commissões de investigação; 2) ao seguimento a dar aos relatorios emanados dessas commissões. O senhor Chamberlain fez, sobre esse assumpto, uma longa declaração nessa sessão de 9 de Dezembro e o Conselho, depois de um debate em que tomaram parte os senhores Briand, Benès, Unden, Hymans, e Salandra, decidiu que a composição das commissões de investigação seria resolvida por unanimidade de votos e adiou a segunda questão para a sua sessão de Março, incumbindo o Secretario Geral de chamar a attenção dos Governos representados no Conselho para a dita questão, enviando-lhes a acta daquella sessão, afim de que os ditos Governos possam dar aos seus representantes instrucções precisas antes da sessão de Março.

MANDATOS

Em sua sessão de 10 de Dezembro, o Conselho tomou conhecimento, com a presença do Marquês de Theodoli, presidente da Comissão dos Mandatos, dos trabalhos realizados pela dita commissão no curso da sua sessão de Outubro a Novembro de 1924. Foi verificado que as potencias mandatarias se haviam, na administração dos territorios a ellas confiados, conduzido de conformidade com o espirito e a letra do art. 22 do Pacto. O Conselho mandou transmittir aos Governos interessados as observações formuladas pela Commissão e relativas, entre outras questões, ás do systema judiciario, regimen florestal, condições de trabalho, ensino, saúde publica, finanças, organização administrativa, trafico de armas, commercio de alcool, etc. e solicitou das potencias mandatarias informações supplementares sobre esses differentes pontos.

DIVIDA PUBLICA OTTOMANA

Ainda na sessão do dia 10, o Conselho nomeou o senhor Eugenio Borel (suisso), na fórmula do art. 47 do Tratado de Lausanne, arbitro das questões que possam surgir entre as partes interessadas, a respeito da questão da divida publica ottomana — questão em que são interessados os Governos Britannico, Bulgaro, Francês, Grego e Turco.

TRAFICO DE MULHERES

Sob a proposta do senhor Chamberlain, o Conselho decidiu reconstituir a Commissão do Trafico de Mulheres e Crianças, sob o titulo

de Comissão do Trafico de Mulheres e Protecção da Infancia, tendo resolvido attender ao pedido do representante da Belgica para que fôsse incluído um membro dessa nacionalidade entre os representantes dos Governos que compõem essa comissão. Foram accrescentados á Comissão cinco assessores para as questões relativas á protecção da infancia, os quaes serão designados pela Associação Internacional para a Protecção da Infancia, pela Liga Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha, pela Organização Internacional dos Esclarecedores (escoteiros) e Esclarecedoras, e pela União Internacional de Soccorros ás Crianças. Além disso, o Conselho designou o senhor Bascom Johnson, do Bureau de Hygiene Social dos Estados Unidos, para tomar assento entre os assessores, e incumbiu a Comissão de procurar os meios de estabelecimento de uma collaboração mais estreita com as organizações da America Latina, que se occupam da protecção da infancia. Certas questões relativas a este assumpto, sendo do dominio da Organização Internacional do Trabalho e da Organização de Hygiene da Sociedade das Nações, o Conselho pediu á primeira que designe um representante para assistir ás reuniões da Comissão, e á segunda que examine as medidas de hygiene que poderão eventualmente ser adoptadas, com o fim de assegurar a protecção da infancia.

DIREITO DE INVESTIGAÇÃO

Na sessão privada de 11 de Dezembro, o Conselho examinou a questão do Direito de Investigação em virtude dos tratados de paz. Em primeiro lugar, o Conselho incumbiu o Secretario Geral de pedir aos Estados chamados a tomar assento, a titulo temporario, na Comissão Permanente Consultiva para as Questões Militares, Navaes e Aereas (Estados limitrophes dos Estados submettidos á investigação), que lhe communiquem quaes os seus representantes eventuaes; em segundo lugar, o Conselho approvou a lista geral de peritos classificados por categorias pela dita Comissão e da qual serão tirados os membros da Comissão de Investigação, e encarregou a Comissão Permanente Consultiva de apresentar ao Conselho proposições minuciosas sobre as vias e meios que as comissões de investigação deverão empregar para assegurar a livre e completa execução do Direito de Investigação, ao qual se deverão prestar os paizes que fazem o objecto do exercicio de tal direito, devendo essas proposições ser examinadas por um *comité* de tres ou cinco juristas, incumbidos de dizerem se ellas são ou não conformes aos tratados de paz.

ZONA DESMILITARISADA

Ainda nessa sessão, o senhor Briand leu o seguinte projecto de resolução:

« A Comissão Permanente Consultiva é encarregada de submeter ao Conselho proposições practicas para a applicação á zona rhenana desmilitarisada do Tratado de Versalhes, dos capitulos 1 e 5 da resolução do Conselho, de 27 de Setembro de 1924. »

Na proxima sessão de Março, deve o Conselho resolver sobre as proposições practicas que lhe forem apresentadas pela Comissão Permanente Consultiva para a instituição dessa fiscalisação permanente sobre a zona desmilitarisada do Rhenó.

NOMEAÇÃO DE COMMISSÕES

Ainda naquella sessão de 11 de Dezembro, o Conselho fez diversas nomeações para a composição de algumas das suas commissões permanentes e resolveu sobre a da commissão para o desenvolvimento do Direito Internacional, tendo sido a lista desta ultima já mencionada por mim anteriormente

SAUDAÇÃO DO SENADO ITALIANO

Na sessão da tarde daquelle mesmo dia, dei ao Conselho leitura da carta que me fôra dirigida pelo senhor Titoni, presidente do Senado Italiano, na qual me transmittia, em termos eloquentes, copia do discurso por elle pronunciado no dito Senado, propondo que este enviasse ao Conselho a sua saudação e os seus votos de boas vindas.

Depois de ler a referida carta, disse eu o seguinte: "Entre os signaes de attenção e de cortesia prodigalisados ao Conselho da Sociedade das Nações durante a sua estada em Roma, meus collegas darão uma importancia particular ao discurso de boas vindas pronunciado pelo presidente do Senado e a que se associou o Ministro do Interior em nome do Governo. O nome do Senado, nesta cidade de Roma, evoca as maiores recordações cujo prestigio se une á gloria da moderna Italia. Não podemos esquecer que o seu presidente, senhor Titoni, foi nosso collega, representante da Italia neste Conselho e seu presidente por occasião da sessão realisada em Roma, em Maio de

1920; isto dá mais peso ainda ás palavras que elle pronunciou no alto posto que agora occupa. Elle quiz reconhecer os serviços que a Sociedade das Nações já poudes prestar ao mundo como instrumento de equilibrio e de conciliação. Appella, para dar á Sociedade das Nações toda a força moral sobre que, antes de tudo, repousa o seu poder, para a sympathia e para a fé da opinião publica, para a sinceridade e boa vontade dos Governos. Nada poderia ser dito sobre esse assumpto que fosse, ao mesmo tempo, mais elevado e mais justo. É dos proprios membros da Sociedade que dependem a extensão e o valor dos serviços que ella poderá prestar a cada um delles e á humanidade. Entre elles, a Italia terá sempre lugar, o que corresponde á sua nobre historia e ás qualidades do seu grande povo. O presidente do Senado recordou alguns dos nomes dos homens eminentes que trabalharam na Italia para o progresso do Direito Internacional. Nós nos inclinamos com respeito diante desta grande tradição antiga e sempre viva. Creio exprimir o sentimento do Conselho dirigindo ao presidente do Senado italiano os nossos agradecimentos pelas bellas palavras de boas vindas e encorajamento que elle nos enviou, e pedindo-lhe para assegurar ao Senado o nosso reconhecimento pela acolhida que nos fizeram em Roma os representantes da nação italiana e por tudo quanto a Italia traz em beneficio da nossa obra commum. Pedirei aos meus collegas que me autorizem, em minha resposta á carta do senhor Titoni, a lhe communicar os sentimentos que acabo de exprimir e que são, sem duvida, os de todo o Conselho. »

MINORIA ALBANESA NA GRECIA

Nessa sessão, o Conselho approvou o relatorio do senhor Quiñones de León e decidiu convidar os membros neutros da Commissão Mixta para a troca das populações gregas e turcas a se constituirem em mandatarios do Conselho para a protecção da minoria albanesa na Grecia.

Além disto, o Conselho pediu ao Governo Grego que repuzesse, sem demora, na posse de suas propriedades os subditos hellenicos de religião musulmana e de origem albanesa, que a Commissão Mixta já exceptuára da troca das populações.

INSTRUCÇÃO PUBLICA NO SARRE

Sob proposta do senhor Salandra, o Conselho, ainda nessa sessão, occupou-se da questão da instrucção publica no Sarre, tomando conhe-

cimento das queixas do Governo Allemão contra o regimen da instrucção publica ali applicado, o qual, na opinião do mesmo Governo, é contrario ao Tratado de Versalhes e particularmente ao paragrapho 28 do Annexo relativo ao dito territorio, paragrapho que prevê que os respectivo habitantes conservarão as suas proprias escolas sob a fiscalisação da Commissão do Governo. O Conselho decidiu, sobre esse assumpto, confiar á propria sabedoria dessa Commissão o exame das referidas queixas e a resolução final da questão.

PROJECTO CIRAULO

Em seguida, o Conselho, de accôrdo com as resoluções da 5ª Assembléa, designou os membros da commissão encarregada de preparar, com a collaboração do Secretariado da Sociedade das Nações, um relatorio sobre o projecto do Senador Ciraolo, acêrca da federação internacional de assistencia mutua ás populações attingidas por calamidades.

PARTIDA DO MINISTRO CHAMBERLAIN

No fim da sessão, pediu a palavra o Senhor Chamberlain, e declarou que esta era a ultima sessão a que elle assistia, pelo que, antes de partir, vinha renovar ao Presidente e a todos os seus collegas do Conselho, a expressão de seus agradecimentos pelo excellente acolhimento que elles lhe fizeram durante aquella reunião. Podia assegurar-lhes que regressava á Inglaterra com um sentimento de respeito ainda maior pela Sociedade das Nações, porque pudera vê-la em obra, não talvez em uma dessas grandes questões que mais excitam o interesse publico, mas nestes pequenos problemas, que, se não fossem resolvidos, poderiam causar graves complicações. Pudera vêr com que espirito de bôa vontade mutua e com que excellente methodo esses problemas são tratados. Partia com uma confiança ainda maior no futuro da Sociedade das Nações e agradecia ao Presidente o ter-lhe autorizado a fazer aquella declaração.

Em resposta, declarei o seguinte:

«Meus collegas do Conselho acabam de ouvir e, de certo, com a maior satisfação, as palavras do eminente representante britannico. Estas palavras tem a alto preço de um novo testemunho do devotamento do grande Imperio á Sociedade das Nações. O exemplo que dão as grandes potencias, nesta politica de respeito pela instituição criada

com o fim de garantir a paz do mundo, contribuirá, incessantemente, para desenvolver a autoridade moral da Assembléa e do Conselho, e, — não o dissimulemos, — para augmentar o proprio prestigio desses paizes, impondo-os assim mais ao respeito da communhão internacional do que poderiam fazel-o os elementos naturaes do seu poder e da sua força. A collaboração do senhor Chamberlain em nossos trabalhos foi preciosa. Suas altas qualidades pessoases e os sentimentos de que elle deu prova no decurso de toda a sua fecunda carreira politica são o penhor do que poderá elle fazer, no exercicio de suas altas funções de Ministro dos Negocios Estrangeiros da Grã-Bretanha, no sentido da cooperação necessaria á realização dos objectivos de que dependem a segurança do direito dos povos e o respeito de sua soberania. O Conselho deseja ao nosso eminente collega senhor Chamberlain um feliz regresso ao seu nobre paiz. »

Com estas palavras, encerrou-se a sessão publica e passou o Conselho a resolver, em sessão privada, sobre o paragrapho 3 do relatorio do Visconde Ishii concernente ao exercicio do direito de investigação dos tratados de paz.

ALTO COMMISSARIADO EM DANTZIG

Nessa mesma sessão, o Conselho renovou por um anno o mandato do senhor Mac Donnell, no cargo de Alto-Commissario da Sociedade das Nações para a cidade livre de Dantzig, contado esse novo prazo de 22 de Fevereiro de 1925.

Na 10ª sessão (publica), realizada a 12 de Dezembro, o Conselho começou por approvar os termos da carta pela qual o seu presidente agradecia ao Instituto Internacional de Agricultura o convite feito ao Conselho para o visitar oficialmente.

Em seguida, o Delegado da Suecia fez uma declaração em que agradecia ao Conselho o acolhimento favoravel dado por elle á iniciativa do senhor Branting — tendente ao alargamento e coordenação da obra da Sociedade das Nações para o desenvolvimento do Direito Internacional, bem como a nomeação, para a commissão incumbida de preparar essa coordenação, do senhor Hammarskjöld, que é um dos juristas mais eminentes da Suecia.

DANTZIG

O Conselho approvou, depois, um relatorio do senhor Quiñones de Léon, com varias resoluções concernentes a questões da cidade livre de Dantzig: a) expulsão da Polonia de subditos dantziguenses; b) direcção dos caminhos de ferro polacos em Dantzig; c) varias appellações interpostas de decisões do Alto-Commissario; d) transferencia de certos bens da administração prussiana do Vistula; e) policia do Conselho do Porto; f) participação da cidade livre de Dantzig no Congresso Postal de Stockolmo, etc., etc.

MINORIAS

Na ultima sessão realizada a 13 de Dezembro, o Conselho approvou o relatorio do Visconde Ishii, em que se solicitava o parecer da Côte Permanente de Justiça Internacional sobre a interpretação do art. 2 da Convenção de 30 de Janeiro de 1923, relativa á troca das populações greco-turcas, — assumpto a que me referi atrás e de que tambem tratei em officios dirigidos a Vossa Excellencia.

Communicada pelo presidente a demissão do senhor Morgenthau, Presidente da Repartição Autonoma dos Refugiados Gregos, foi resolvido que o Secretario Geral lhe agradecesse os relevantes serviços prestados nessa tarefa, pouco conhecida no exterior, mas cuja solução constitue um dos mais serios problemas que o Conselho até aqui teve de abordar.

INSTITUTO PARA UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

Em seguida, o Conselho approvou uma proposta apresentada pelo senhor Salandra, relativamente ao projecto de estatuto, organizado pelo Governo Italiano, para o futuro Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado. Por esta resolução, o Secretario Geral foi incumbido, de accôrdo com o voto da Assembléa, de 30 de Setembro de 1924, de communicar á Commissão de Cooperação Intellectual, ao Comité de Technicos, de que trata a resolução da Assembléa de 22 de Setembro, e ás outras organizações technicas da Sociedade das Nações, o texto do projecto de estatuto acima referido, afim de que se manifestem a respeito.

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Além disso resolveu o Conselho que, não sendo provavel que se reuna proximamente o Comité de Jurisconsultos, incumbido do

preparo da codificação progressiva do Direito Internacional, seja nomeado um *sub-comité* de cinco membros, que tenham domicilio na Europa, e que poderá ser constituído pelo proprio presidente do *comité*, afim de apresentar um relatorio ao Conselho sobre esta questão.

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

O senhor Briand communicou depois ao Conselho a carta do Governo Francez relativa ao offerecimento á Sociedade das Nações de uma subvenção para criar e manter em Paris um instituto internacional de cooperação intellectual, sob a direcção da Commissão Permanente de Cooperação Intellectual da mesma Sociedade, — assumpto de que tratei na primeira parte deste relatorio. Sobre essa questão, o Conselho incumbiu o seu presidente de acceitar o offerecimento do Governo Francez, nos termos combinados após as negociações e discussões havidas.

Finalmente, estando esgotadas as materias da ordem do dia, annunciei o encerramento da sessão, com as seguintes palavras:

« Com a ultima questão, de que acabámos de tratar, esgotou-se a ordem do dia da 32ª sessão do Conselho.

« Como todos os annos, nesta época, o Conselho consagrou os seus trabalhos principalmente em dar vida e corpo ás resoluções da Assembléa. Em Setembro ultimo, traçára esta as directivas e um quadro geral da sua actividade; em oito dias, preenchemos esse quadro e assegurámos pormenorizadamente a execução do programma de trabalhos que as nossas organizações technicas vão desempenhar nos mais variados dominios, no curso do anno vindouro. Deste modo se alarga e se precisa a obra da collaboração internacional, que é um dos fins essenciaes da Sociedade das Nações.

« A origem dos poderes do Conselho é a mesma que a da Assembléa e ambas resultam do Pacto; deste modo, a nossa competencia se estende normalmente a tudo quanto se acha em relação com as deliberações da Assembléa.

« No exercicio destas funcções ordinarias, o Conselho pronunciou-se, no curso desta sessão, sobre cêrca de quarenta questões, umas de ordem financeiras, outras de ordem politica, muitas de ordem juridica, assim como todas as

que estão comprehendidas na esphera da sua competencia, por força dos tratados existentes e de accórdos internacionaes sobrevividos.

«A questão concernente á modificação e ao desenvolvimento do Direito Internacional, assim como a da fundação em Roma de um Instituto para a unificação do Direito Privado — a primeira devida á iniciativa da Delegação Sueca na Assembléa e a segunda á da Delegação Italiana — apresentam uma grande importancia, porque ellas preparam o caminho para o alto ideal de submissão de todos os povos e de todas as soberanias a uma lei commun.

«Eu não sei se haverá outro factor mais poderoso para a aproximação dos individuos e dos Estados do que o da formação de uma só consciencia juridica collectiva, identica para todos, resultante da unificação do Direito Privado.

«As questões de hygiene e as do opio, as que concernem á protecção da infancia e a da repressão do tráfico de mulheres, assim como as questões relativas á administração dos paizes regidos por mandatos da Sociedade das Nações, fôram examinadas cuidadosamente no curso desta sessão, e as resoluções da Assembléa sobre cada uma dessas importantes materias fôram postas em execução.

«Devo assignalar ainda a importancia da questão da cooperação intellectual, porque sem esta cooperação seria impossivel a existencia da Sociedade das Nações. Approvando o relatorio do eminente representante da França, o Conselho poz tambem em execução a resolução da Assembléa, sobre o accôrdo relativo ao Instituto Internacional de Paris.

«Approvando as conclusões do relatorio do eminente representante da Italia, o Conselho proseguiu no estudo do projecto humanitario do Senador Ciraolo, sobre a federação internacional dos Estados para o soccorro mutuo das populações victimadas por calamidades.

«Convém ainda, nesta breve enumeração, recordar as decisões sobre as questões das minorias, questões que são da mais alta importancia para a paz entre as Nações, e lembrar igualmente as questões concernentes ao exercicio do direito de investigação em virtude dos tratados de paz.

«A questão de arbitragem, da segurança e da redução dos armamentos não foi tratada nesta sessão, mas o

adiamento imposto por motivos razoaveis e justos não enfraquece de modo algum a confiança despertada nos povos pelo Protocollo de Genebra. As grandes reformas, que tocam aos proprios fundamentos da organização actual do mundo, não podem realizar-se de um só golpe, mas só podem evoluir gradativamente. A experiencia que tiramos das lições da historia politica particular de cada povo fornece o melhor methodo a seguir na critica do novo organismo constituido pela Sociedade das Nações. A adaptação dos órgãos ás funcções que o Pacto lhes attribuiu far-se-á pouco a pouco e todos elles convergirão para o objectivo essencial e supremo da garantia da paz do mundo.

« Esta sessão de Roma foi, pois, fecunda em resultados uteis, e a obra do Conselho desenvolveu-se como sempre com o auxilio efficaz e diligente do Secretariado.

« Antes de fechar esta sessão, rejubilo-me de poder, em minha qualidade de presidente em exercicio e interpretando o sentimento de todos os meus collegas, pedir a Sua Excellencia o senhor Salandra que transmitta ao Governo Italiano a expressão do reconhecimento do Conselho pela occasião que o dito Governo nos proporcionou de deliberar neste quadro magnifico, assim como pela generosa hospitalidade e pelos multiplos testemunhos de benevolencia que nos foram prodigalizados. »

FUTURA REUNIÃO DO CONSELHO

O senhor Quiñones de Leon manifestou a sua aspiração de que a proxima sessão do Conselho, quando se reunir fóra de Genebra, se realize em Madrid, e era com grande prazer que elle dirigia esse convite aos membros do Conselho em nome de Sua Magestade o Rei de Hespanha.

O senhor Salandra apoiou cordialmente o convite do representante da Hespanha e declarou que as reuniões fóra de Genebra certamente trazem despesas, mas que não ha melhor meio de propaganda para a Sociedade das Nações do que este de fazer ver aos povos o trabalho da Sociedade. A Italia — accrescentou elle — professa por esta uma grande admiração e um grande respeito, sentimentos que augmentaram grandemente no decurso da presente visita do Conselho a Roma.

O delegado sueco fez as reservas do costume á idéa do deslucamento do Conselho; o da Inglaterra declarou que transmittiria o convite do Rei de Hespanha ao Governo Britannico; os representantes da França, do Japão, da Belgica, do Uruguay e do Brasil agradeceram ao representante da Hespanha o seu amavel convite,

Finalmente, o senhor Hymans, em nome do Conselho, felicitou o presidente pelo modo por que dirigira os debates.

Durante os dias da nossa estada em Roma, o Governo Real offereceu ao Conselho varios testemunhos do seu apreço e da satisfação que lhe causava a sua reunião na capital do Reino.

Destacam-se entre essas provas de consideração e sympathia o banquete offerecido no Quirinal, por Sua Magestade o Rei Victor Emmanuel III, e o que o senhor Mussolini deu no Palacio Chigi. séde do Ministerio das Relações Exteriores.

Como de estylo, não houve discurso no Palacio Real, tendo-me sido dada a honra de sentar-me á esquerda de Sua Magestade a Rainha, estando presentes o Principe Real Humberto de Saboya, á direita de sua Mãe, e a Princeza Mafalda, á direita do Rei, que tinha á sua esquerda a senhora Hymans.

Tanto o Rei como a Rainha falaram em termos affectuosos do Brasil e recordaram com agradecimentos a recente visita do Principe Real ao nosso paiz.

No banquete offerecido pelo Governo Real, a saudação ao Conselho foi feita pelo Presidente Mussolini. Os jornaes publicaram, e Vossa Excellencia terá lido o seu discurso, rigorosamente protocollar.

Respondi-lhe em nome do Conselho, e puz na resposta um certo calor, que foi assignalado pelo proprio senhor Mussolini, com elogios sinceros, embora immerecidos. Os meus collegas do Conselho approvaram plenamente os conceitos por mim enunciados e julgaram ter eu bem interpretado os sentimentos de todos.

Envio a Vossa Excellencia, em annexo, a traducção portuguesa do meu referido discurso.

Tambem em annexo, tenho a honra de remetter um exemplar de "La Libre Belgique". Este numero traz uma correspondencia particular de Londres, acerca da conducta do Governo Inglez no que concerne ao Protocollo de Genebra.

O presente relatorio, resumido em geral, póde parecer omisso na exposição de todas as questões concernentes ao direito de investigação, á limitação e redução dos armamentos, á fiscalização do commercio e da fabricação privada de armamentos, munições e ma-

terial de guerra. Não me estendi sobre esses assumptos por terem sido elles minuciosamente tratados nos differentes relatorios apresentados pelo Almirante Souza e Silva e pelo Major Leitão de Carvalho.

A pequena demora com que envio esta resenha dos factos occorridos nos dominios da actividade da Sociedade das Nações, desde a minha chegada aqui, em 13 de julho de 1924, até 31 de Dezembro ultimo, deve ser relevada por Vossa Excellencia, pois ella se justifica pelo continuo trabalho da Delegação e pelo accrescimo extraordinario de serviços a meu cargo, motivado pelo facto de estar eu exercendo, desde 8 de Dezembro, a presidencia do Conselho da Sociedade das Nações.

Com este relatorio, envio a Vossa Excellencia o que me foi apresentado pelo senhor Elizeu Fonseca de Montarroyos, relativamente aos trabalhos da Segunda Commissão da Assembléa, em que funccionou como meu supplente. Remettoi gualmente o relatorio do senhor Affonso Bandeira de Mello, relativamente aos trabalhos da Quinta Commissão da Assembléa (questões sociaes humanitarias), em que elle funccionou como delegado do Brasil.

Renovando ao senhor Presidente da Republica e a Vossa Excellencia os meus agradecimentos pela confiança que me têm manifestado no desempenho da minha tarefa aqui, aproveito o ensejo para lhe reiterar, Senhor Ministro, a segurança da minha respeitosa consideração.

AFRANIO DE MELLO FRANCO.

b) — Conselho

N. 2

**Discurso do Delegado do Brasil e Presidente do Conselho da
Liga das Nações, no banquete offerecido ao mesmo Con-
selho pelo Governo Italiano, em 12 de Dezembro de 1924**

O conjunto de circumstancias felizes que determinaram a reunião do Conselho da Sociedade das Nações em Roma, nesta ultima sessão ordinaria do corrente anno, deu-me ao mesmo tempo o privilegio precioso de uma dupla honra: a de presidir esse organismo, em que se vivificam as resoluções da Assembléa, e a de occupar tão alto posto precisamente nesta cidade immortal, onde o genio romano lançou os primeiros fundamentos, melhorou aos poucos, humanisou, e, afinal, crystallisou em sua fórma definitiva a admiravel elaboração juridica, que foi um dos instrumentos da grandeza politica e do esplendor militar da Republica e do Imperio, e que, ainda hoje, constitue a base commum do direito privado em todos os povos cultos.

Ao povo romano coube, em verdade, a missão historica senão de crear, ao menos de desentranhar o direito do plasma mysterioso do costume e do symbolismo obscuro dos velhos ritos, para dar-lhe a roupagem diaphana e elegante dos textos claros e concisos das leis, plebiscitos, senatus consultos, constituições dos principes, edictos dos pretores e respostas dos prudentes, cujo epilogo foi a codificação tripartida do imperador Justiniano, em que desabrocharam as concepções dos luminosos espiritos de Gaio, Paulo, Ulpiano, Medestino e Papiniano, aos quaes se concedera a faculdade de, pela via da interpretação, crear o direito *permissio jura condenti*.

Essa missão historica, attribuida pelo destino ao povo romano, essa sua natural vocação pelo Direito e pelas construccões juridicas, foram seguramente, como o têm observado tantos historiadores e juristas, o factor primordial da grandeza militar de Roma no passado, visto que os romanos, na expansão de suas conquistas, não se limi-

taram ao dominio violento dos povos vencidos, mas tambem cuidaram da organisação intelligente das novas provincias, e se submeteram elles proprios, em todas as manifestações do espirito, á disciplina e á regra do direito.

O ambiente romano é, pois, propicio aos trabalhos da Sociedade das Nações, visto que a obra das grandes instituições em que se desenvolve o espirito de cooperação mundial é, principalmente, uma obra de elaboração juridica.

Respiramos aqui o mesmo ar em que viveram esses admiraveis constructores do sorprehendente edificio, que, sob o amparo soberano da lei, garante e assegura as relações dos individuos entre si e com os organismos politicos de elles dependem; — somos os hospedes dos descendentes dessa alta linhagem de pensadores, que humanisaram a vida guerreira dos seus predecessores ancestraes e foram, aos poucos, depurando o direito gentilicio — *jus gentilitatis* — da sua dureza particularista e transformando-o no *jus civitatis* e no *jus civile*.

Se os romanos não tiveram a concepção perfeita do Direito Internacional Privado, se elles não reconheciam aos estrangeiros outros direitos senão os que Roma lhes concedia por tratados ou concessões unilateraes, e se o *jus gentium* se limitava ao conjuncto de usos admittidos pelas embaixadas, — o certo é, entretanto, que a criação do pretor peregrino e o trabalho lento dos prudentes attenuaram o particularismo do direito nacional e crearam as bases do verdadeiro Direito das Gentes.

Essa nova concepção de um Direito Publico Externo, que alguns historiadores das instituições romanas confundem com o *jus naturale* por opposição ao *jus civile*, não foi, entretanto, historicamente, uma criação brotada da consciencia de todos os povos e imposta, como tal, á observância dos romanos; mas, ao contrario, foi tambem uma “*criação romana*”, visto que, apezar de decorrente das praticas peregrinas e de ser applicado aos estrangeiros, esse novo corpo de leis fôra refundido ao molde do pensamento romano.

Na lenta evolução das idéas, a influencia da legislação romana nunca deixou de exercer-se, podendo dizer-se, portanto, que todos os povos civilisados são legatarios da maravilhosa construcção juridica dos romanos e que as linhas altas e nobres desse eterno monumento são tambem as directivas dos novos organismos do Direito, em que a ansia da Humanidade procura assentar as bases da paz entre as Nações.

O espirito latino, que foi um factor poderoso da civilisação no

passado, revive na nova Italia e nos vigorosos rebentos do seu tronco, que, pelos quatro pontos cardeaes do mundo, elevam o nome da mãe patria em todas as manifestações da intelligencia e dos sentimentos.

Nesta atmosphaera classica, na feliz expressão de Sua Excellencia o Senhor Presidente do Conselho de Ministros, devem sentir-se bem os que, animados pelos ideaes de solidariedade humana, trabalham pelo prestigio crescente da Sociedade das Nações, pelo constante fortalecimento de sua autoridade moral e pelo respeito absoluto á sua inviolavel competencia, que se estende a todas as questões que interessem á paz do mundo.

Estou, pois, seguro de interpretar os sentimentos de todos os meus eminentes collegas do Conselho, apresentando a Sua Excellencia o Senhor Presidente Mussolini os nossos profundos agradecimentos pela generosa hospitalidade que nos é concedida e pelos votos de sympathia que, em nome do Governo Real, se dignou de exprimir em bem dos governos e dos povos que temos a honra de representar.

E, igualmente, interpreto com fidelidade o pensamento do Conselho, levantando, em seu nome, a minha taça em honra de Sua Magestade o Rei Victor Emmanuel e da Familia Real, em honra do Governo Real, representado na pessoa do eminente Presidente do Conselho de Ministros— Sua Excellencia o Senhor Mussolini—e bebendo pela grandeza, pela prosperidade e pela gloria da nobre Patria Italiana.

c) — Assembléa

N. 3

Trechos do relatorio sobre os trabalhos da II Commissão da V Assembléa

RELATORIO APRESENTADO AO EXMO. DR. AFRANIO DE MELLO FRANCO, EMBAIXADOR DO BRASIL, CHEFE DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO Á SOCIEDADE DAS NAÇÕES, POR ELIZEU FONSECA DE MONTARROYOS, ASSESSOR TECHNICO.

SENHOR EMBAIXADOR.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. o relatorio dos trabalhos da II Commissão da V Assembléa da Sociedade das Nações.

Designado por V. Ex., como seu supplente, para representar o Brasil nessa commissão, cumpre-me assignalar, no quadro summario que devo aqui traçar daquelles trabalhos, a parte que nelles me coube tomar, afim de dar conta minuciosamente a V. Ex. do modo pelo qual procurei, no desempenho de tal incumbencia, corresponder á confiança com que V. Ex. me honrou.

Encarregada de examinar os trabalhos das organizações technicas da Sociedade, a II Commissão tinha, este anno, de se occupar com os seguintes assumptos:

- 1) Restauração da Hungria;
- 2) Trabalhos da Organização de Hygiene;
- 3) Trabalhos da Commissão de Cooperação Intellectual;
- 4) Trabalhos da Organização das Communicações e do Transito;
- 5) Trabalhos da Commissão Economica e Financeira;
- 6) Situação dos refugiados gregos;
- 7) Restauração da Austria.

Foram necessarias onze sessões da commissão para a discussão dos relatorios que lhe competia apresentar á Assembléa sobre essas diversas questões.

Elaboradas esses relatorios, a II Commissão teve ainda de reunir-se para examinar o projecto de resolução sobre a offerta do Governo Italiano, relativa á fundação, em Roma, de um instituto destinado a promover a unificação do direito privado.

Os trabalhos da II Commissão occuparam assim 12 sessões, das quaes passo a dar o respectivo resumo, conforme o plano acima indicado.

PRIMEIRA SESSÃO

(Terça-feira, 2 de Setembro de 1924, ás 15 horas)

I — *Installação da mesa* — Eleito presidente da II Commissão, o Sr. Narciso Garay, delegado do Panamá, ministro das Relações Exteriores dessa Republica, pronunciou um discurso de inauguração dos trabalhos, convidando em seguida os membros da commissão a procederem á eleição do vice-presidente.

Apresentada pelo delegado de Cuba a candidatura do Sr. de Brouckère, delegado da Belgica, apressei-me em apoial-a, sendo este eleito, por aclamação, vice-presidente da commissão.

II — *Estabelecimento da ordem do dia geral* — Por proposta do presidente, a commissão adoptou, como ordem do dia geral dos seus trabalhos, a lista dos assumptos que acima mencionei.

(A sessão foi encerrada ás 15 horas e 50 m.).

SEGUNDA SESSÃO

(Terça-feira, 9 de Setembro de 1924, ás 16 h. 30 m.)

A *ordem do dia* desta sessão comprehendia: 1) Restauração financeira da Hungria; 2) designação dos relatores das diversas questões perante a commissão.

I — *Restauração financeira da Hungria* — A convite da commissão, o Sr. Jeremiah Smith Junior, commissario geral de Budapest, leu um relatorio sobre esta questão, no qual foram expostas as origens, a realização e as perspectivas da obra de restauração proseguida na Hungria sob os auspícios da Sociedade das Nações. (V. o documento A II/2, do Secretariado.)

Após uma longa discussão geral, em que tomaram a palavra varios oradores e na qual não achei necessario que o delegado do Brasil interviesse, foi adoptado, por unanimidade, o projecto de resolução apresentado pelo delegado da Italia.

II — *Designação dos relatores* — Aberta a discussão sobre este assumpto, tomei immediatamente a palavra para propor que o presidente da commissão apresentasse á sua approvação os nomes dos differentes relatores.

A lista dos relatores, perante a commissão, ficou assim constituida: hygiene, Sr. Ramón Caballero (Paraguay); cooperação intellectual, Prof. Gilberto Murray (Imperio britannico); transito, Sr. Strasburger (Polonia); questões economicas, Sr. Veverka (Tchecoslovaquia); questões financeiras, Sr. Sugimura (Japão); refugiados gregos, Sr. Sugimura (Japão); restauração da Austria, Sr. Georges Bonnet (França).

(A sessão foi encerrada ás 19 h. e 15 m.)

TERCEIRA SESSÃO

(Quinta-feira, 11 de Setembro de 1924, ás 15 h. e 30 m.)

Ordem do dia: Exame dos trabalhos da organização de hygiene.

O relator desta questão, Dr. Caballero (Paraguay), leu o seu relatorio sobre os trabalhos realizados pela organização de hygiene durante o anno findo. (Doc. A. II/6/1924.)

Aberta a discussão geral sobre este relatorio, os delegados que tomaram a palavra foram unanimes em elogiar a obra da Organização de Hygiene. No tocante, porém, ao desenvolvimento dessa obra, dividiram-se as opiniões: invocando motivos de economia, alguns oradores opposeram-se aos novos empreendimentos propostos, entre os quaes figuravam o incremento da troca internacional do pessoal sanitario e a pesquisa, pelo Comité de Hygiene, de um methodo racional de educação physica. Outra questão que estabeleceu uma scisão entre os membros da Commissão — questão levantada pelo delegado da India, o Maharajah de Bikaner, a proposito do projecto de criação d'um estabelecimento de informações epidemiologicas em Singapura — foi a das relações entre a Organização de Hygiene da Sociedade das Nações e o Office International d'Hygiène Publique. — O delegado da India submetterá á Commissão o seguinte projecto de resolução:

«A Commissão emite o voto de que a Assembléa adopte uma resolução em homenagem ao Comité de Hygiene, pelo seu animador e interessante relatorio.

Recommenda, além disso, que a Assembléa, si lh'o permittir o tempo de que dispuser, examine as observações do Conselho Consultivo de Hygiene relativas aos relatorios annuaes ultteriores do Comité de Hygiene e, especialmente, ás questões que o Comité de Hygiene se propuser estudar, afim de que os representantes dos governos com assento na commissão do Office International d'Hygiène Publique tenham occasião de dar a saber si, na sua opinião, as propostas feitas por aquelle *Comité* merecem ser adoptadas de uma maneira geral e si parecem de natureza a obterem o concurso dos Estados por elle representados. »

Vê-se, pelos termos deste projecto de resolução, que, a ser elle approvedo, ficaria a organização de hygiene da Sociedade das Nações sob a fiscalização do Office International d'Hygiène Publique.

Taes eram as principaes questões sobre as quaes versava o debate em que se havia empenhado a II Commissão; e eis quanto, a respeito dellas, me parece bastante assignalar para que se faça ideia do aspecto que tinha tomado a discussão geral, quando julguei opportuno nella intervir. A allocução que então pronunciei foi, em resumo a seguinte:

Comecei dizendo que era particularmente grato ao delegado do Brasil felicitar o delegado do Paraguay pelo seu notavel relatorio. Saudei em seguida, na pessoa do Dr. Rajchmann, director medico da Organização de Hygiene, o qual assistia á sessão, todos quantos haviam contribuido para o exito dos esforços desenvolvidos, durante o anno findo, por esta instituição. Fiz, depois, uma apreciação summaria da maneira pela qual tem ella cumprido a sua missão; o que me levou a esta dupla observação: si, por um lado, a importancia dos resultados que ella tem obtido, desde a sua criação, patenteia a effi-ciencia da sua acção até agora, basta por outro lado, para se conceber o alcance dos seus futuros serviços, que se considere a judiciosa solicitude com que ella vem procurando estimular e orientar a cooperação internacional no dominio sanitario. Tendo, pois, em vista a utilidade universal dos trabalhos comprehendidos por essa instituição, parecia-me, disse eu, que seria de bom conselho, sem prejuizo das justas precauções de economia, conceder á Organização de Hygiene o maior credito quef osse possivel á Sociedade das Nações. Testemunhando a firmeza com que o Brasil apoia as iniciativas desta organização — firmeza tanto maior, fiz notar, quanto cabe ao Brasil a honra de ter

sido um dos precursores do movimento actual em prol do desenvolvimento da hygiene publica — aproveitei o ensejo para lembrar a obra de Oswaldo Cruz e attestar os progressos, que não temem cotejo, realizados pelo nosso paiz no que diz respeito a serviços sanitarios. E accrescentei que, aliás, seria bastante, como prova do interesse que toma o Governo Brasileiro pela Organização de Hygiene da Sociedade das Nações, recordar o facto de ter elle escolhido para representar o Brasil no Comité de Hygiene um dos nossos hygienistas de mais alta reputação, o Dr. Carlos Chagas. — Feitas essas observações, passei a examinar especialmente cada uma das tres questões em torno das quaes giravam os debates. Tratando da primeira, relativa á creação de um estabelecimento epidemiologico no Extremo Oriente, propuz a nomeação de uma sub-commissão para examinar o projecto de resolução apresentado pelo delegado da India e indicar como se poderiam estreitar, sem descabidas interferencias, as relações entre a Organização de Hygiene da Sociedade das Nações e o Office International d'Hygiène Publique. — Sobre a segunda questão, isto é, a da troca internacional do pessoal sanitario, exprimi a opinião de que a commissão, associando-se ao modo de ver do Conselho, recomendasse á Assembléa que assegurasse á Organização de Hygiene os meios financeiros de proseguir, com regularidade, essa util pratica. Quanto á terceira questão, que consistia em saber si se devia ou não recommendar ao Comité de Hygiene, conforme propusera o relator, que procedesse a estudos no sentido de estabelecer um methodo racional de educação physica, manifestei-me a favor de tal iniciativa, cuja importancia puz em relevo, dissipando a atmospherá de mal dissimulado menosprezo com que uma parte da commissão havia recebido essa ideia. Mostrei a necessidade, mais imperiosa do que nunca em nossos dias, de uma systematização scientifica da cultura physica, afim de se corrigirem os desregramentos da conhecida paixão dos nossos contemporaneos pelos exercicios esportivos, cuja influencia, justamente por falta de uma disciplina racional, é, não raro, antes nociva que salutar ao desenvolvimento normal do organismo humano, tomado na sua integridade. Nada impede emfim, observei, que o Comité de Hygiene se occupe desde já com tal pesquisa, visto como possui elle, entre os seus membros, homens competentes para fazel-a, e não lhe acarreta elle, dada a sua natureza, novas despesas.

Tal foi, em substancia, o teor dessa minha allocução, após a qual tomaram ainda a palavra tres delegados. Depois, foram nomeadas duas sub-commissões : uma, a que eu propusera, para examinar a

questão das relações entre a Organização de Hygiene e o Office International d'Hygiène Publique; a outra, para fazer a redacção do projecto de resolução geral que a comissão tinha de apresentar á Assembléa, sobre os trabalhos da Organização de Hygiene. Foi, em seguida, designado o delegado do Paraguay para relator da comissão perante a Assembléa.

(A sessão foi encerrada ás 19 h. e 30 m.)

QUARTA SESSÃO

(Sexta-feira, 1 de Setembro de 1924, ás 10 h. e 30 m.)

Ordem do dia: Discussão dos projectos de resolução sobre os trabalhos da Organização de Hygiene.

A comissão approvou, com pequenas modificações, o projecto de resolução geral apresentado pela sub-comissão de redacção.

Por iniciativa da mesa, foi então submettido á comissão o projecto de expedição de uma carta, cuja minuta foi lida, pela qual o presidente da segunda comissão solicitava ao presidente da quarta comissão que empregasse os seus bons officios junto a esta, no sentido de serem approvados os creditos de que carecia a Organização de Hygiene para proseguir os seus principaes empreendimentos, Travando-se, a esse respeito, uma viva controversia, tive de declarar que, por minha parte, julgava pelo menos prematura a expedição de tal carta, visto como, sei a segunda comissão devia chamar a attenção da quarta comissão para a importancia das iniciativas de uma qualquer das organizações technicas, cumpria á segunda comissão proceder do mesmo modo em relação ás outras organizações technicas, de sorte que, a suppor que fosse conveniente uma carta dessa natureza, claro era que só se poderia redigil-a e envial-a depois que a segunda comissão tivesse examinado os programmas de trabalho de todas aquellas organizações, a menos que se resolvesse mandar eventualmente varias cartas, o que não me parecia ser um processo desejavel. Recorrendo-se finalmente á votação, ficou resolvido, por 14 votos contra 10, que a referida carta não seria enviada.

Foi posto depois em discussão o projecto de resolução apresentado pela sub-comissão encarregada de dar parecer sobre a questão das relações entre a Organização de Hygiene da Sociedade das Nações e o Office International d'Hygiène Publique de Paris. Levantou-se um grande debate, no qual intervim da maneira seguinte :

— Comparei os termos do projecto em discussão com os do art. 24 do Pacto. Mostrei que a approvação daquelle projecto seria uma infracção a este artigo. O projecto estabelecia, com effeito, uma certa subordinação da Organização de Hygiene da Sociedade das Nações ao Office International, instituição estranha á Sociedade. Razão pela qual conclui que, a meu ver, se devia rejeitar a proposta da sub-commissão e redigir outro projecto de resolução que assegurasse a harmonia e a continuidade das relações sobre os dois institutos, sem prejuizo para um ou outro, da propria independencia.

Varios oradores corroboraram a minha opinião, achando-se entre elles o Sr. Zumeta, delegado da Venezuela, o qual fez um longo e irrespondivel estudo comparativo dos diversos textos de resoluções e regulamentos publicados sobre esta questão. Procedendo-se, porém, á votação, fomos apenas cinco os que não approvamos o referido projecto.

(A sessão foi encerrada ás 13 horas.)

QUINTA SESSÃO

(Sabbado, 13 de Setembro de 1924, ás 15 h. e 30 m.)

Ordem do dia : 1) Discussão do texto definitivo do relatorio sobre os trabalhos da Organização de Hygiene; 2) discussão do relatorio sobre os trabalhos da Comissão de Cooperação Intellectual

1. Lido o relatorio que devia ser apresentado á Assembléa, sobre os trabalhos da Organização de Hygiene, foram propostas algumas emendas relativamente insignificantes. Tive de fazer uma pequena observação contra uma dellas que não correspondia ao que se havia decidido sobre o problema da educação physica. A minha opinião foi acceita. A comissão approvou o relatorio, inclusive o projecto de resolução. Passou-se á segunda parte da ordem do dia.

2. O professor Gilbert Murray apresentou e commentou o seu relatorio sobre os trabalhos da comissão de Cooperação Intellectual.

Posto este relatorio em discussão, o delegado da China submetteu á II Comissão um projecto de resolução no sentido de serem augmentados os membros da Comissão de Cooperação Intellectual e creado um systema de reveasamento que permittisse a todos os membros da Sociedade tomarem assento, a seu turno, nesta Comissão. Depois de terem fallado mais dois oradores, foi encerrada a sessão ás 18 h. e 30 m.

SEXTA SESSÃO

(Segunda-feira, 15 de Setembro de 1924, ás 10 h. e 30 m.)

Ordem do dia: Continuação da discussão geral do relatório sobre os trabalhos da Comissão de Cooperação Intellectual.

Convidado a tomar a palavra, o Sr. Bergson, presidente desta Comissão, expoz a situação em que esta se achava, situação precária devido á falta de recursos financeiros, e mostrou as vantagens que teria a Sociedade das Nações em aceitar a offerta do Governo Francez, relativa á criação, em Paris, de um instituto de cooperação intellectual.

Tomaram em seguida a palavra alguns dos oradores inscriptos para a discussão geral que occupava a comissão. Por não terem tido consequências, deixo de lado alguns pequenos incidentes desta sessão, a qual foi encerrada ás 13 h. e 15 m.

SETIMA SESSÃO

(Terça-feira, 16 de Setembro de 1924, ás 15 h. e 30 m.)

Ordem do dia: Continuação da discussão geral do relatório sobre os trabalhos da Comissão de Cooperação Intellectual.

Por iniciativa da mesa, foi Sir Eric Drummond, Secretario Geral, convidado a dar a sua opinião sobre a proposta do relator, concernente á organização administrativa que deveria ter o instituto de Paris, no caso de ser aceita a offerta do Governo Francez (Doc. A. II/16, 1924). Tomando assim a palavra no seio da Comissão, declarou Sir Eric Drummond não lhe parecer conveniente que o pessoal daquelle instituto viesse a ser posto sob a direcção do Secretariado, visto, não só as difficuldades para este de cumprir as novas obrigações que lhe imporia tal decisão, mas sobretudo as consequências que acarretaria semelhante precedente quando fossem creadas, como se previa, outras instituições analogas em diferentes pontos da terra, instituições sobre cujo pessoal não se poderia evidentemente exercer a fiscalização do Secretariado Geral.

Reconhecendo o valor das objecções de Sir Eric Drummond, o relator, Sr. Gilbert Murray, retirou o seu primeiro projecto de resolução, substituindo-o por outro, que, aliás, foi depois modificado.

Continuando a discussão geral, tomaram a palavra diversos delegados, entre os quaes convém mencionar o da Australia, Senhor

Carlton que se oppoz fortemente á creação de um instituto de cooperação intellectual em Paris, por lhe parecer que só em Genebra poderia ser a séde de um estabelecimento dessa natureza.

(A sessão foi encerrada ás 19 horas.)

OITAVA SESSÃO

(Quarta-feira, 17 de Setembro de 1924, ás 10 h. e 30 m.)

Ordem do dia: Continuação da discussão geral do relatorio sobre os trabalhos da Commissão de Cooperação Intellectual.

O presidente deu-me a palavra. Tomando por thema os diversos pontos que haviam sido postos em fóco no debate, pronunciei uma allocução, dizendo, em substancia, o seguinte:

— Depois de ter felicitado o professor Gilbert Murray pelo seu relatorio e os membros da Commissão de Cooperação Intellectual pelo resultado dos seus esforços, testemunhei o interesse com que o Brasil, por intermedio do seu representante naquella commissão, tem procurado trazer um concurso efficaz á obra que ella prosegue, e asseverei que ella póde continuar a contar com o seu decidido apoio do Governo Brasileiro. Como prova da minha asserção, fiz, a esse proposito, tres declarações: a) Referindo-se a um discurso de Melle. Bennevie, representante da Noruega, disse que o Brasil havia de antemão respondido ao seu appello, relativo á constituição das commissões nacionaes de cooperação intellectual: desde que se tratara de organizar estas commissões, o Brasil constituiu a sua, que estava funcionando regularmente; b) communiquei que o Governo Brasileiro, de conformidade com a oitava resolução da IV Assembléa, havia já tomado as providencias para ser introduzido no ensino o estudo do do Pacto e da obra da Sociedade das Nações; c) sobre a questão da troca internacional de publicações, fiz ver que não se applicavam ao Brasil as informações dadas pelo Sr. Cristobal Rodrigues na qualidade de perito da America Latina, ao Comité dos Peritos reunido em Julho ultimo, para tratar desse assumpto. Lê-se, com effeito, na acta da 2ª sessão deste Comité de 17 de Julho de 1924, ás 15 horas, a seguinte declaração:

« M. Rodriguez expose le point de vue de l'Amérique Latine. L'Europe est un pays d'ancienne civilisation, où les échanges se sont établis, pour ainsi dire, d'eux-mêmes, d'Université à Université, d'Institution à Institution savante. En Amérique Latine, où les choses n'en sont point là, le *gouvernement* subventionne directement les auteurs, quel que soit le genre des travaux auquel ils se consacrent, en achetant un certain nombre de leurs ouvrages. On les répartit entre les diverses provinces dans les bibliothèques nationales. Il serait *dangereux* de vouloir contraindre l'Amérique Latine aux échanges internationaux des publications subventionnées; le *gouvernement* a besoin pour ses propres bibilothèques, des livres qu'il achete. » (Doc. A 21-1924-XII). (*) Expuz a verdadeira situação dos autores no Brasil e declarei que, fiel aos principios convencionados desde 1886, o Governo Brasileiro estava, como sempre prompto a assegurar, por sua parte, a troca internacional de publicações. Finalmente, passado ao grande assumpto do dia, terminei, mais ou menos, assim: "Basta-me, a esse respeito, dizer duas palavras: é, sem duvida, um grande dever, que o Delegado do Brasil se apressa em cumprir, o de felicitar o Governo Francez pela sua generosa offerta que, aliás, não me sorprehende, habituado como estou aos nobres gestos da França; mas o que sobretudo me parece agora imprescindivel é que nos congratulemos com a Sociedade das Nações, por ter ella assim a possibilidade de realizar um dos seus ardentes desejos, tantas vezes manifestado, adquirindo o instrumento de trabalho que pedia e no qual estou certo de que encontrará a sua melhor alavanca para a bella obra de cooperação intellectual entre os povos."

O ultimo dos oradores que se seguiram foi o delegado da França, o qual deu, ainda uma vez, explicações plenamente satisfactorias sobre as condições a que deveria obedecer a organização do instituto offerecido pelo seu Governo, em nome do qual agradeceu os diversos oradores que se tinham manifestado a favor de sua proposta, mencionando alguns delles e citando nominalmente, entre estes, o Delegado do Brasil.

(*) Os gryphos são meus. E. M.

Encerrada a discussão geral do relatorio, foram postos em discussão os projectos de resolução 2, 3 e 4, por implicar a approvação delles um pedido de verbas, que deviam ser examinadas immediatamente pela 4ª Commissão. Esses projectos de resoluções foram approvados, com emendas. (V. annexos.)

A sessão foi encerrada ás 13 h. 30 m.

NONA SESSÃO

(Quinta-feira, 18 de Setembro de 1924, ás 15 h. 30 m.)

Ordem do dia: 1) Discussão dos projectos de resolução sobre os trabalhos da commissão de cooperação intellectual; 2) discussão geral do relatorio sobre os trabalhos da organização do transito.

I. Foram discutidos e approvados successivamente os projectos de resolução concernentes á cooperação intellectual que não haviam sido examinados na sessão da vespera. Salvo o projecto relativo ao Instituto de Paris (projecto cuja votação foi a seguinte: 25 votos a favor e 1 contra, sendo este voto do delegado da Australia), todos os outros foram approvados por unanimidade. A proposito do projecto de resolução sobre a diffusão dos ideaes de paz e solidariedade internacionaes, mediante um ensino adequado á juventude nos diversos paizes, abriu-se uma discussão na qual tive de intervir, confirmando a minha communicação da vespera, a respeito das providencias tomadas pelo Governo Brasileiro no tocante ao ensino dos principios do Pacto e dos trabalhos da Sociedade das Nações. Esgotados os assumptos relativos á cooperação intellectual, passou a commissão á segunda parte da ordem do dia.

II. Aberta a discussão geral do relatorio lido pelo Sr. Strasbourg, delegado da Polonia, relator dos trabalhos da organização das communicações e do transito, tomaram a palavra, nesse dia, quatro oradores, dos quaes agora citarei dois: o delegado da Australia e o delegado da Grã-Bretanha.

O primeiro chamou a attenção da Commissão do Transito para a situação “por vezes humilhante”, para o publico, devida ás obrigações relativas aos passaportes — pratica inutil, disse elle, que se deve abolir ou, pelo menos, tornar menos desagradavel.

O segundo, Sir Hubert Lewellyn Smith, delegado da Grã-Bretanha, depois de ter tambem protestado contra o systema de passaportes, insistiu vivamente sobre duas questões: a da execução das

convenções approvadas pelas conferencias do transito, de Barcelona e de Genebra, e a da escolha dos assumptos susceptiveis de serem tratados pela Commissão Consultiva das Communicações e do Transito. Como conclusão das declarações que fez a respeito dessas questões, emittiu os seguintes votos: 1º de que aquellas convenções fossem quanto antes ratificadas pelos Estados que ainda o não fizeram; 2º de que a Commissão do Transito só cuidasse de assumptos que estivessem membros para uma regulamentação internacional, que não fossem estudados por outras instituições e que não fossem demasiado technicos. Entre estes ultimos, citou, como exemplo, o problema da signalização maritima: discutir tal problema seria perder tempo e dinheiro. E o delegado britannico accrescentou que, sobre este ponto, o Sr. Haas, secretario geral da Commissão do Transito, estava de accordo com elle.

Deixando-se para o dia seguinte a continuação da discussão geral do relatorio sobre os trabalhos da organização do transito, a sessão foi encerrada ás 19 h. 15 m.

DECIMA SESSÃO

(Sexta-feira, 19 de Setembro de 1924, ás 10 h. 30 m.)

(Sexta-feira, 19 de Setembro de 1924, ás 10 h. 30 m.)

Ordem do dia: Continuação da discussão geral do relatorio sobre os trabalhos da organização do transito.

Teve a palavra o delegado da China, que apoiou os projectos de resolução apresentados na vespera pelo delegado da Persia, sobre a necessidade da reunião de uma conferencia internacional radio-telegraphica e sobre a conveniencia em ser o esperanto considerado nas communicações telegraphicas internacionaes, não mais como linguagem cifrada, senão como uma lingua auxiliar, assimilada ás linguas nacionaes, de modo a ser-lhe applicado o mesmo tratamento de que estas gozam.

O delegado da Hollanda, Sr. Van Eysinga, exprimiu a satisfação que lhe causavam os resultados já obtidos pela Commissão do Transito e a esperança de que a sua acção continuaria a se desenvolver efficazmente para todos os povos. A respeito da questão dos passaportes, lembrou que a convenção sobre o regimen internacional das vias-ferreas contém disposições cuja applicação simplificará as formalidades a que estão sujeitos os viajantes ao atravessarem as fron-

teiras. A esse proposito, perguntou o delegado da França se não seria possível ao Governo Francez estender á fronteira franco-suiça as facilidades que encontram os viajantes na fronteira franco-belga.

O delegado francez, Sr. Bonnet, declarou que, justamente naquella manhã, a delegação franceza havia pedido ao seu Governo que providenciasse no sentido de ser estabelecido na fronteira franco-suiça o mesmo regimen da fronteira franco-belga, no tocante a passaportes. Declarou mais, em resposta ás observações feitas na vespera pelo delegado britannico, que o Governo Francez ia assignar, talvez mesmo antes de se encerrar a Assembléa, as convenções approvadas pela Conferencia de Genebra e providenciaria para que fossem promptamente ratificadas.

O delegado do Brasil teve então a palavra. Eis o resumo do discurso que pronunciei:

— As minhas primeiras palavras foram de parabens ao Sr. Strasburger pela fidelidade, clareza, concisão do seu relatorio. A importancia das questões nelle tratadas impunha-me o dever de analysá-lo cuidadosamente, desenvolvendo, ao mesmo tempo, em torno de cada uma dellas, as reflexões que me suggeria o interesse, em mim sempre desperto, por tudo quanto concerne á Commissão do Transito. Podia-se dividir esse documento em cinco partes, cuja successão traçaria, para a minha propria exposição, a ordem dos assumptos que me cumpria examinar. Tal o methodo segundo o qual teria eu que me occupar das seguintes questões: 1) ratificação das convenções approvadas pelas duas conferencias geraes do transito; 2) organização do trabalho da nova Commissão do Transito; 3) previsões sobre os resultados dos esforços actuaes desta Commissão; 4) espirito que a guia; 5) programma dos trabalhos da Commissão do Transito para o anno de 1924-1925. Traçado este plano, passei a executá-lo.

1) *Ratificação das convenções.* — Declarei que, em principio, estava de accôrdo com o projecto de resolução que recordava aos Governos a necessidade de serem assignadas e ratificadas as referidas convenções; mas era obrigado a fazer uma reserva quanto aos termos do projecto apresentado, reserva cuja legitimidade, não tinha eu duvida, o relator seria o primeiro a reconhecer. Tal como se achava redigido,

este projecto poderia dar lugar a uma interpretação intolleravel para a soberania das nações. Ora, eu bem sabia que jámais fôra intenção do relator suggerir uma resolução susceptivel de ser considerada como uma tentativa de pressão da Sociedade das Nações sobre qualquer Governo, em assumpto dependente da livre vontade deste. Recommendar aos Governos a assignatura e a ratificação das convenções por elles approvadas, — perfeitamente, disse eu, é sem duvida da competencia da Sociedade das Nações; convidá-los, porém, ella a assignarem convenções contra as quaes houvessem votado, parecia-me inadmissivel. Além disto, a proceder deste modo, a Assembléa não obteria outro resultado senão enfraquecer a decisão tomada, no assumpto em causa, pela sub-commissão maritima, decisão a que queriamos justamente dar forças e que tinha por objecto chamar a attenção dos Governos para a necessidade de assignarem e ratificarem a Convenção sobre o regimen internacional dos portos maritimos. Por tudo isso, eu esperava que o relator acceitasse a minha reserva e modificasse no sentido por mim indicado o seu projecto de resolução.

Lembrei as razões pelas quaes os representantes do Brasil não haviam approvado, na Conferencia de Genebra, as convenções sobre as questões electricas. A este proposito depois de ter feito alguns commentarios baseados nas estatisticas que dão o estado actual das assignaturas e ratificações para cada uma das convenções do transito, disse que convinha não esquecer uma circumstancia: se o Governo Brasileiro não havia ainda assignado essas convenções, era certo que praticamente ellas estavam em vigor no Brasil; o regimen por ellas estabelecido era o que, desde muito, o Brasil havia espontaneamente adoptado: a liberdade do transito, por exemplo, é, no nosso paiz, um principio constitucional. Quanto á unica obrigação resultante das duas convenções sobre as questões electricas, obrigação, por assim dizer, puramente moral, o Brasil nunca pensara a ella se furtar, visto como sempre estivera disposto a “tratar de *commum accôrdo*” com os paizes interessados os negocios relativos a essas questões, como a quaesquer outras. Nada pois o teria impedido de tomar, por acto convencional, um compromisso hoje tacito nas boas relações internacionaes se

não fossem as razões a que acima alludi. Referi-me, emfim, como prova da bôa vontade do Brasil no que diz respeito ás convenções do transito, ao concurso desinteressado por elle prestado em prôl do exito das conferencias de Barcelona e de Genebra.

2) *Organização do trabalho da Commissão do Transito.*— Examinando o methodo de trabalho adoptado pela nova Commissão do Transito (eleita em Setembro ultimo), notei que ella havia augmentado consideravelmente o numero das suas sub-commissões e parecia ter o intuito, segundo me constava, de reduzir o numero das suas reuniões plenarias, de modo a não haver mais de uma por anno. Se aquelle augmento se justifica, observei, o mesmo se não dava com esta redução. O primeiro preenche um fim, a segunda cavarria uma lacuna. O augmento das sub-commissões corresponde, com effeito, á evidente necessidade da divisão do trabalho: a Commissão não podia deixar de constituir, com os seus proprios elementos, os grupos indispensaveis de technicos especializados nas differentes questões a ella submettidas. Mas ha outra necessidade, não menos evidente, complemento inseparavel da divisão do trabalho: a convergencia dos esforços que a Commissão só pôde assegurar mediante a continuidade da sua acção de conjuncto sobre a actividade propria a cada sub-commissão. Tal é a coordenação sem a qual não seria possivel á Commissão do Transito manter a unidade de vistas que deve ser, em todas as circumstancias, o caracteristico das suas deliberações, visto a natureza scientifica inherente a estas. E' disso que depende o prestigio da Commissão. Ora, para manter essa unidade de vistas, unidade consciente, producto de esclarecimentos reciprocos entre os seus membros e não de abdições inconfessaveis de opinião, a Commissão do Transito precisa fortalecer continuamente o delicado liame espirital, a doutrina commum, que faz della um organismo solidario e ao qual, por consequencia, deve a sua verdadeira razão de ser. E o segredo da consolidação desse liame não é outro senão a conservação do contacto e a incessante troca de idéas entre todos os seus membros. Eis porque entendo que a Commissão não deve reduzir o numero das suas reuniões plenarias, qualquer que seja a frequencia com que se

tenham de reunir as suas sub-commissões. Se a isso se oppõem difficuldades orçamentarias, o meio de removel-as, não seria, por certo, sacrificar á economia de uma somma relativamente insignificante as proprias condições da existencia de uma organização cuja utilidade universal está hoje demonstrada. Espero aliás — accrescentei — que a actual Commissão do Transito não se apartará, nesse particular, das tradições que lhe deixou a primeira Commissão, visto como, em tudo mais, está por ellas pautando a sua conducta. Fui assim levado a prestar homenagem aos fecundos esforços da primeira Commissão do Transito e a render um preito de saudade áquelle que fôra o guia dos seus primeiros passos e a puzera no caminho em que ella affirmou definitivamente a efficacia internacional da acção peculiar á organização das communicações e do transito; esse guia foi o Sr. Claveille. E naturalmente saudei tambem a memoria do Sr. Charguereaud, o eminente successor do Sr. Claveille como representante da França na primeira Commissão do Transito.

3) *Previsões sobre os resultados dos esforços da nova Commissão.*— Apreciei os nobres propositos da acção que esta Commissão estava já desenvolvendo, declarei que as suas iniciativas me pareciam dignas de ser estimuladas e fiz votos pelo exito dos seus esforços tendentes á proxima conclusão de novos accôrdos internacionaes.

4) *Espirito que guia a nova Commissão.*— Disse que me era grato reconhecer que, seguindo o exemplo da primeira, a Commissão actual procurava inspirar-se no verdadeiro espirito internacional, espirito scientifico, baseado sobre a applicação systematica ás relações entre os Estados da lei fundamental de toda a sociedade, a lei da harmonia entre a independencia e o concurso. Dahi, a regra suprema na qual se póde resumir o programma da Commissão do Transito: promover, na esphera da sua acção, tudo quanto contribua ao desenvolvimento do concurso entre as nações, sem prejuizo, ou antes, com vantagem, para a plenitude das manifestações em cada uma dellas, da propria independencia. Assim é, por exemplo, que a Commissão deve perseverar nos seus esforços para conhecer as necessidades de cada paiz, entretendo relações cordiaes e estreitas com

os diversos meios technicos, de modo a chegar a ser o laço de união entre elles, evitando naturalmente intervenções indiscretas e repetições superfluas nos emprehendimentos, mas sem perder as occasiões de orientar as energias nacionaes no sentido do aperfeiçoamento da solidariedade internacional. Desse modo procedeu sempre a 1^a Commissão. Graças ao seu esclarecido sentimento de equidade, pôde exercer, com pleno exito, a sua missão, inclusive as suas delicadas funções de órgão de conciliação, dando inteira satisfação ás partes adversas num grave litigio como o do Sarre, e tudo isso porque sempre a animara esse espirito de prudência e firmeza, de oportunidade e sympathia, de relativismo, em uma palavra, ao qual nos acostumamos a dar familiarmente o nome de: “espirito de Barcelona”. Continue a Commissão actual a se inspirar nelle, para que se possa, mais tarde, dizer della, como seu melhor elogio, que é a digna herdeira da Commissão eleita em Barcelona.

5) *Programma dos trabalhos para o anno de 1924-1925.*

— A se tirarem as consequencias do julgamento pronunciado pelo delegado britannico — disse eu, alludindo ao seu discurso da vespera — seria mistér inflingir uma censura á Commissão do Transito. Pois não havia ella adoptado, segundo o nosso eminente collega, um programma de trabalhos cujo minimo defeito era ser, em parte pelo menos, evidentemente inexequível? E, a seu ver, não peccava só esse programma por excesso de ambição: chimerico, sob certos aspectos; superfluo, em alguns pontos; inopportuno senão indiscreto, em outros, o que, com certeza, se podia prever era que a sua execução importaria em perda de tempo e de dinheiro.

Quaes são, entretanto, perguntei, os motivos em que se esteia tal opinião? Impossivel descobril-os. Programma sobrecarregado? Programma extemporaneo?... Por que?— Examinei então, summariamente, as questões nelle incluidas e mostrei que a nenhuma dellas seria licito applicar aquella critica; provei que nenhuma escapava á competencia da Commissão do Transito, nenhuma era insolúvel, nenhuma ociosa, nenhuma indiscreta, ou, sequer, prematura.— Programma irrealizavel?... Cumpre notar, a esse respeito, que a Commissão do Transito não tem illusões sobre a pos-

sibilidade de serem resolvidos de um golpe ou até mesmo dentro de um anno de esforços todos os problemas de que se está occupando; a solução de alguns delles exige, sem duvida, uma longa preparação. Mas, que erro! inferir disso que estes problemas não estão maduros para serem, desde já, submettidos aos estudos dos quaes dependem necessariamente as soluções que, ha muito, estão pedindo. A este proposito, fui levado a examinar a questão relativa á inclusão do problema da signalização maritima, no programma da Commissão do Transito. Sir Hubert Smith havia criticado severamente essa inclusão.

Afim de mostrar porque não me era possivel acceitar a opinião do delegado britannico, e, por outro lado, no interesse de pôr a questão nos seus verdadeiros termos, tive de recordar as circumstancias em que, no anno passado, a Commissão do Transito resolvera, por proposta minha, tomar a si o estudo deste importante problema. Acabava de encerrar-se o ultimo congresso de navegação, reunido em Londres, no seio do qual o referido problema fôra objecto de luminosa e profunda discussão, entre os representantes de todas as classes interessadas. Coubera-me, como representante da Commissão do Transito, tomar parte nessa discussão, collocando-me naturalmente no campo dos que faziam votos pela uniformização da signalização maritima. O campo adverso era constituido unicamente pelos representantes do Governo Britannico, os quaes eram partidarios do *statu quo*, por motivos de economia. Todos os outros membros do congresso, inclusive o representante dos homens de mar britannicos, pugnavam ardentemente em prôl da uniformização. Apreciando as considerações que me fôra dado fazer no curso dos debates, alguns oradores exprimiram o desejo, com approvação geral, de que a Sociedade das Nações, por intermedio da Commissão de Transito, trouxesse o seu concurso aos esforços que, de longa data, vinham sendo feitos pela realização de tal designio, caro a todos os navegantes. Prometti então que seria o interprete desse desejo junto á Commissão do Transito.

Pouco tempo depois, ella acceitava, por unanimidade, a minha proposta, relativa á inclusão do problema da si-

gnalização marítima, no seu programma de trabalhos. A nova Comissão do Transito confirmou essa decisão da sua antecessora. Isto prova a continuidade de vistas da organização do transito. Eis porque me surprehe — notei de passagem — que o Secretario Geral desta organização, o Sr. Haas, esteja de accôrdo neste assumpto com o delegado da Grã-Bretanha, conforme declarou este.

Continuei, mais ou menos, nestes termos: Sir Hubert Lewellyn Smith causou-me outra surpresa em affirmando que, por ser “demasiado technica”, a questão da signalização marítima é estranha á competencia da Comissão do Transito. De que questões deve então ella se occupar? Não é, entretanto, de crer que o delegado britannico tivesse esquecido qual o destino dessa Comissão, destino a cada instante lembrado pelo seu proprio titulo: “Comissão Consultiva e Technica”. . . A verdade é que não ha, no dominio das communicações e do transito, questão de interesse geral que não seja da alçada dessa commissão ou escape á sua competencia, ainda quando pertencesse tal questão á estranha classe das “demasiado technicas”. Quanto ao problema da signalização marítima, quem melhor que a Comissão do Transito poderia tomal-o a peito? E quanto á necessidade de ser quanto antes resolvido esse problema, como a não reconhecer? Ninguem ignora as vantagens que trará o emprego exclusivo de um systema uniforme de signalização para a segurança das embarcações no mar. A Comissão do Transito não póde descurar de nenhum dos aspectos da immensa e grave questão da segurança no mar. Ora, a instituição de um systema unico de signaes marítimos uma das condições indispensaveis da organização racional, que exigem hoje, para a plena effectividade desta segurança, os progressos da technica moderna. Sabe-se que estes progressos, acarretando, por um lado, novos riscos e accidentes, offerecem, por outro, novos meios de os evitar; taes são, por exemplo, os perigos oriundos do augmento da velocidade e os recursos preventivos devidos, por exemplo, ao aperfeiçoamento das communicações á distancia por meio da radiotelegraphia. Esses dois effeitos oppostos convergem num sentido: ambos patenteiam a necessidade, mostrando aliás ao mesmo tempo a possibilidade, de aperfeiçoamentos

tendentes a melhorar as condições da segurança no mar. Assim é que contribuirá notavelmente para isto o desenvolvimento das applicações radiotelegraphicas á signalização marítima, desenvolvimento que suppõe justamente a uniformização dos systemas de signaes. Basta assignalar estes aspectos do problema, para evidenciar a urgente necessidade de tal uniformização. Ha, porém, contra ella, uma objecção: a despesa de dinheiro na qual importaria. Singular economia! Esquecem, porventura, o que custa esta, em vidas humanas! A tal preço, que seria ainda agravado pelos prejuizos materiaes resultantes de semelhante economia, como hesitar em fazer uma despesa, que, no fim de contas, se reduziria a nada, diante do valor infinitamente crescente, não digo de perda de vidas, o que não admitte comparação, mas sómente dos prejuizos materiaes a que nos acabamos de referir? Nestas condições, não tenho duvida de que o delegado britannico — a quem dirige um appello amistoso — levantará o veto que oppoz ao projecto de resolução destinado a exprimir a approvação da 2ª Commissão ao programma de trabalho da Commissão do Transito.

Continuando, assignalei que esse programma, a julgar pelas suggestões de varios oradores que me haviam precedido, longe de lhes parecer superabundante, era, a seus olhos, insufficiente, visto como propunham á Commissão do Transito que nelle incluísse a questão dos passaportes, a da revisão da Convenção de Radiotelegraphia de 1913, a da diffusão dos debates da Sociedade das Nações pela radiotelegraphia e a da equiparação do esperanto ás linguas nacionaes, no tratamento relativo ás communicacões telegraphicas. Examinei cada uma dessas questões. Sobre a dos passaportes, lembrei que as facilidades obtidas até hoje eram devidas, em grande parte, aos esforços da 1ª Commissão do Transito. Sobre as outras, concordei, em principio, com o projecto de resolução apresentado pelo delegado da Persia, salvo certas modificações da maneira de agir por elle proposta a tal respeito. Fui de opinião que a Commissão do Transito se devia occupar de todas as questões acima enumeradas. Terminei felicitando o Sr. Haas e os meus collaboradores pelo desvelo e intelligencia com que se consagram aos importantes

trabalhos da organização do transito, cuja actividade tem alcançado resultados que demonstram brilhantemente a utilidade da Sociedade das Nações.

Tomou então a palavra o Sr. Strasburger, relator, para declarar que acceitava as minhas observações e ia, em consequencia, introduzir no seu relatorio as modificações que dessem satisfação ao meu desejo.

Acceitei as modificações que o Sr. Strasburger me propuzera e agradei, tanto a elle quanto á 2ª Commissão terem approvedo a minha proposta.

O Sr. Haas, secretario geral da Commissão do Transito, deu em seguida varias explicações sobre os assumptos em discussão, declarando que estava de accôrdo commigo, em particular no que eu dissera sobre o problema da signalização maritima.

Encerrada a discussão geral do relatorio, foi posto em discussão e depois a votos, sendo approvedo por unanimidade o projecto de resolução geral apresentado pelo Sr. Strasburger.

Posto em discussão o projecto de resolução apresentado pelo delegado da Persia, houve uma longa troca de idéas, após a qual foi approvedo, por 14 votos contra 9, o projecto relativo ao emprego do esperanto nas communicações telegraphicas. Votei a favor desse projecto.

A Commissão nomeou o Sr. Strasburger para relator das questões do transito perante a Assembléa.

A sessão foi encerrada ás 12 h. 50 m.

DECIMA PRIMEIRA SESSÃO

Ordem do dia: 1) Emenda á resolução n. 4 do projecto sobre os trabalhos da Commissão de Cooperação Intellectual; 2) trabalhos do Comité economico; 3) trabalhos do Comité Financeiro; 4) reconstrucção financeira da Austria.

I. A 2ª Commissão havia decidido propôr á Assembléa que autorizasse a Sociedade das Nações a dar uma subvenção de mil francos ao Instituto Internacional de Bibliographia, de Bruxellas (primeiro texto da resolução n. 4, do projecto concernente á Commissão de Cooperação Intellectual). Mas a 4ª Commissão, julgando haver nisso um precedente perigoso, resolvera conceder áquelle Instituto, não uma subvenção, e sim uma contribuição de mil fran-

cos, para a publicação do seu index bibliographico. A 2ª Comissão entendeu que convinha modificar, neste sentido, o seu projecto de resolução n. 4; a emenda correspondente foi acceita e o novo texto approved por unanimidade (V. annexos).

II. O Sr. Veverka, delegado da Tcheco-Slovaquia, leu o seu relatório sobre os trabalhos do Comité economico.

Posto este relatório em discussão, o Sr. Sugimura (Japão) pronunciou um discurso de congratulações.

O delegado da Italia, Sr. Cavazoni, tomou em seguida a palavra. Approvou os trabalhos do Comité Economico, elogiando em particular os esforços desenvolvidos por este no sentido de virem a ser executadas as disposições do art. 23, § e, do Pacto, relativas ao tratamento equitativo commercial. Achava elle, porém, que se podia dar, neste terreno, um novo passo. Após uma longa exposição de motivos, apresentou um projecto de resolução, nos termos do qual, considerando, entre outras circumstancias, que o systema de licenças constitue um obstaculo sério ao livre desenvolvimento das trocas internacionaes, a Assembléa exprimiria o desejo de que o Conselho convida o Comité Economico a propôr os meios para a conclusão de um accôrdo, entre Estados, membros e não membros da Sociedade das Nações, em virtude do qual sejam definitivamente abolidas as prohibições e restricções que pesam sobre a importação e a exportação, resalvando-se nesse accôrdo a protecção dos interesses vitaes dos mesmos Estados.

Os oradores, que se succederam, limitaram-se quasi exclusivamente a examinar a proposta do delegado italiano, deixando de lado o assumpto sobre o qual devia versar a discussão geral; os que se referiram a este assumpto, dedicaram-lhe apenas palavras de congratulações, dirigidas ao Comité Economico pela efficacia dos seus esforços. Alguns desses oradores apoiaram francamente a proposta italiana, ao passo que outros, embora sem a combaterem directamente, insinuaram mal veladas objecções. Parece-me bastante, para o fim que tem em vista o presente relatório, citar aqui a esse respeito sómente a opinião do delegado da Hollanda, Sr. Van Eysinga: applaudindo calorosamente aquella proposta, achava elle, entretanto, que o passo por ella representado, no rumo do “desarmamento economico” (phrase erigida em *leit-motiv*), não levaria os Estados mais longe do que ao pé em que se achavam as suas relações economicas no momento da declaração da grande guerra, isto é, ao regimen dos tratados de commercio.

Vista a direcção que tomara a discussão geral, pareceu-me desnecessario intervir nella, preferindo aguardar a discussão especial do projecto de resolução do delegado italiano, para dar então a minha opinião. Assim foi que, chegado o momento opportuno, desenvolvi as seguintes reflexões:

— Declarei que o Brasil acolhia de bom grado tudo quanto concorresse para a fiel execução da disposição do Pacto (art. 23, letra e) relativa ao tratamento commercial entre as nações; pois o Brasil sempre dera a maxima importancia a essa questão. Foi devido, lembrei, á iniciativa do eminente representante do Brasil na Conferencia de Barcelona, o Dr. Demetrio Ribeiro, que, pela primeira vez, se chamou a attenção do Conselho e da Assembléa para a necessidade de serem definidos, sem demora, os principios capazes de assegurar o tratamento equitativo commercial. Coube assim ao Brasil ser o promotor do movimento que determinou a Sociedade das Nações a emprehender os estudos destinados a proporcionar-lhe os meios de dar cumprimento á disposição do art. 23 e, que obriga os seus membros a tomarem providencias para o estabelecimento de um regimen equitativo no commercio internacional. Nestas condições, a minha attitude em relação á proposta italiana estava nitidamente indicada. Achava eu que, em principio, o projecto de resolução em causa, considerado sob o aspecto das aspirações que animavam o delegado da Italia, merecia o apoio da 2ª Commissão; tal, porém, como se achava redigido, este projecto poderia dar lugar a uma interpretação absoluta, que não respondia seguramente á intenção do seu autor. Elle proprio reconhecia que o objecto da sua proposta entrava inevitavelmente no quadro do problema geral posto pelo art. 23 e, a respeito do tratamento equitativo commercial. Ora o estudo deste problema havia sido confiado ao Comité Economico; e a 2ª Commissão acabava de approvar, sem restricções, a maneira pela qual vinha este conduzindo os seus trabalhos, approvação que se estendia ao methodo por elle adoptado no estudo do problema em questão. Não seria, pois, recommendavel qualquer decisão que se não accommodasse ao ponto de vista em que sabiamente assim se collocara a 2ª Commissão. E não

importaria noutra cousa, senão em uma decisão deste genero, a approvação da proposta italiana, visto como implicava esta na obrigação, para o Comité Economico, de tomar em consideração, immediatamente, de preferencia a qualquer outro, um dos elementos, talvez não o mais urgente, do immenso problema, que lhe compete resolver. Entretanto, a solução deste problema depende do equilibrio entre as diversas contingencias internacionaes e nacionaes, entre os numerosos interesses em jogo, dos quaes resultam influencias contrarias, cuja importancia relativa só pôde ser apreciado mediante o exame de conjuncto dos elementos em concorrência. A proposta italiana, em vez de facilitar, poderia perturbar tal exame, que, já o reconhecemos, o Comité Economico está fazendo com esclarecida prudencia e espirito de oportunidade, nas realizações que já vae conseguindo. Eis porque julgava eu que a proposta italiana devia ser modificada no sentido de se limitar, caso ainda assim tivesse utilidade, a uma simples recommendação de estudo, a uma suggestão que em nada restringisse a liberdade de apreciação do Comité Economico. Nesse intuito, parecia-me conveniente que a condição de reciprocidade, na qual residia a garantia inseparavel do desarmamento economico, devia ser expressamente assignalada no projecto de resolução que se quizesse adoptar. Convinha tambem que esse projecto não produzisse a impressão de que a Sociedade das Nações queria de algum modo intervir nas attribuições dos governos, traçando-lhes uma orientação ao gosto della, em assumptos da exclusiva competencia de cada um delles como é a politica nacional de tarifa. Parecia-me ainda que, pelo menos no momento actual, a Sociedade das Nações não podia, sem grave imprudencia, tomar um partido, ou mesmo deixar apenas suppôr que se inclinava a tomal-o, na velha controversia entre os partidarios do livre-cambio e os do proteccionismo. Verdade era que, na opinião do delegado da Hollanda, o unico resultado, que se alcançaria com a approvação da proposta italiana, seria o restabelecimento da politica internacional dos tratados de commercio, em lugar da pratica unilateral a que os Estados haviam regressado nas suas relações economicas, desde que rebentara a guerra. Finalmente, para me resumir, entendia eu que o

melhor meio de resolver promptamente a questão da liberdade de importação e exportação, abolindo-se as restricções, hoje impostas ao commercio exterior, seria tratar este assumpto de modo relativo, isto é, tomando-o, não isoladamente, mas no quadro dos phenomenos a que se acha intimamente ligado, como um dos elementos que é do problema, delicado e complexo, do tratamento equitativo commercial, problema este em que domina o principio da reciprocidade, conforme o espirito do art. 23 e do Pacto. Terminei pedindo ao Presidente do Comité Economico (Sir Hubert Lewellyn Smith, o qual assistia á sessão nessa qualidade, embora fosse tambem, como delegado britannico, membro da 2ª Commissão) que me dissesse se as minhas observações lhe suggeriam alguma objecção, visto como as havia eu feito com o proposito — caso a 2ª Commissão as approvasse — de solicitar para ellas a attenção do Comité Economico.

Alguns delegados, especialmente o da Tcheco-Slovaquia, relator da questão, manifestaram o favor com que acolhiam essas minhas observações, exprimindo este ultimo o alvitre de que eu as expuzesse perante a Assembléa, afim de que as referencias que naturalmente seriam feitas a ellas no relatorio alcançassem todo o effeito desejavel.

O Presidente da 2ª Commissão propoz então que as observações do delegado do Brasil fossem inseridas no relatorio da Commissão á Assembléa (*Compte-rendu*, A. II. P. V. 11-1924), o que foi acceito.

O Presidente do Comité, querendo exprimir a sua opinião sobre as observações feitas pelo delegado do Brasil, declarou que lhe podia “dar a segurança de que o Comité economico estudaria a questão em suas relações com todos os outros pontos aos quaes o Sr. Montarroyos fizera allusão”. (*Compte-rendu*, ibidem).

Tal foi a interpretação dada pela 2ª Commissão ao projecto do delegado italiano. Este projecto, modificado, foi então approvado por unanimidade.

Designado o Sr. Veverka para relator perante a Assembléa, passou-se á terceira parte da ordem do dia.

III. Sobre os trabalhos do Comité Financeiro, foram apresentados tres relatorios:

a) Emprestimo grego: relatorio do Sr. Sugimura (Japão). Alguns oradores, entre os quaes é de citar o delegado da Grecia, Sr. Andrads, examinaram essa operação, em termos elogiosos. O

relatorio e o respectivo projecto de resolução foram approvados por unanimidade.

b) Os outros trabalhos do Comité Financeiro, excepto o que figurára na letra c: relatorio do Sr. Sugimura (Japão). Posto em discussão, ninguém pediu a palavra. O relatorio e o projecto de resolução foram approvados por unanimidade.

A Commissão designou o Sr. Sugimura para relator dessas duas questões perante a Assembléa.

c) Reconstrucção financeira da Austria: relatorio do Senhor Georges Bonnet (França). Após o discurso do Sr. Mensdorff, delegado da Austria, que apreciou a importancia dessa obra e as suas consequencias salutaes para o desenvolvimento da confiança mundial na Sociedade das Nações, o Sr. Bonnet apresentou um projecto de resolução, que foi approvado por unanimidade.

O delegado francez foi designado para relator desta questão perante a Assembléa.

A 2ª Commissão chegara assim ao termo dos trabalhos constantes da sua ordem do dia geral.

O presidente congratulou-se com a 2ª Commissão, lembrando que ella fôra a primeira a levar a cabo a tarefa que lhe havia sido confiada

A sessão foi encerrada ás 19 horas.

* * *

Sete dias depois, a 2ª Commissão era de novo convocada para examinar o projecto de resolução sobre a creação de um Instituto Internacional, em Roma, destinado á unificação do Direito Privado.

DECIMA SEGUNDA SESSÃO

(Domingo, 28 de Setembro de 1924, ás 10 h. 30 m.)

PRESIDENCIA DO SR. DE BROUKÈERE, VICE-PRESIDENTE

Ordem do dia: Projecto de resolução sobre a offerta do Governo Italiano, relativa á fundação, em Roma, de um Instituto Internacional para a unificação do Direito Privado, sob a direcção da Sociedade das Nações.

Discussão geral: O Sr. Van Eysinga (Hollanda), depois de varias observações sobre o estado actual do Direito Privado, chamou a at-

tenção para o facto de que existe já um grande numero de iniciativas europeas no sentido da unificação do mesmo direito, pelo que propoz a constituição de uma comissão de peritos juridicos que se encarregasse de delimitar o campo de acção do Instituto em questão e servisse de órgão consultivo da Sociedade das Nações, durante a phase de organização do referido instituto.

O Sr. Veverka (Tcheco-Slovaquia) congratulou-se com a comissão pela generosa offerta do Governo Italiano.

O delegado britannico, Sir Rubert Lewelly Smith, declarou que o programma do futuro instituto não lhe parecia sufficientemente elastico, porquanto ha casos em que é impossivel obter a *unificação* das leis, mas não impossivel de obter a sua *assimilação*, por um trabalho de eliminação e de coordenação já experimentado pelo *comité* economico. Além disso, o futuro instituto precisaria ter, entre os seus membros, além de juristas, homens praticos a quem fossem familiares as questões economicas financeiras, maritimas e outras. Quanto á indicação, feita pelo delegado italiano, de que o futuro instituto fosse organizado pela comissão de cooperação intellectual, suggeria ao delegado britannico muitas duvidas. Propoz finalmente que a comissão nomeasse uma sub-comissão para redigir um projecto de resolução.

Tomaram ainda a palavra diversos delegados, inclusive o da Italia, Senador Cippico, que depois de varias considerações sobre o alcance universal da acção reservada ao futuro instituto de Roma, insistiu pela approvação de um projecto de resolução nos termos do qual a Assembléa confiasse a organização e direcção desse instituto á comissão de cooperação intellectual.

Desenhava-se, no seio da 2ª Commissão, uma forte tendencia a apoiar a proposta do delegado italiano, tornando-se confusa a discussão.

Foi então dada a palavra ao delegado do Brasil. Eis, em substancia, as observações que desenvolvi:

Examinei primeiro a situação dos debates, fazendo ver que se haviam extraviado no dedalo das incertezas proprias á questão prematura levantada no seio da 2ª Commissão. Dir-se-ia, com effeito, ao vê-la empenhada na discussão cujo mallogro começava a perceber, que a 2ª Commissão se impuzera a tarefa de elaborar, numa sessão, os estatutos da futura instituição de Roma; pois nisto redundava

a preocupação que havia até então presidido aos debates preocupação revelada pelos esforços dos diversos oradores no sentido de que a 2ª Commissão traçasse o programma de trabalhos, delimitasse rigorosamente o campo de acção, definisse as attribuições, caracterizasse os deveres e direitos, regulasse, em summa, sob os seus multiplos aspectos, a actividade do instituto que a Italia resolvera crear. Ora, força era reconhecer que proseguir nessa direcção seria acuar a 2ª Commissão num becco sem saída, como já se podia julgar pela perplexidade em que se achava ella. A verdade era, entretanto, que a 2ª Commissão não tinha absolutamente necessidade, para se desempenhar do seu encargo, de se entregar a semelhantes cogitações; apenas precisava saber, de um modo geral, a que seria destinado o instituto. E ella teria logo comprehendido que este conhecimento geral lhe seria bastante para levar a cabo a sua incumbencia, se houvesse, de começo, marcado nitidamente o objectivo das deliberações a que lhe cabia proceder. Era, pois, de mistér, antes de tudo, bem definir esse objectivo.

Com que fim se reunira a commissão ? Para substanciar num projecto de resolução o seu parecer sobre a decisão que a Assembléa devia tomar com respeito á offerta do Governo Italiano. Mas em que consistiria esse projecto de resolução ? Sobre que pontos deveria versar ? Tal a primeira questão a resolver. Evidentemente, apresentavam-se logo duas interrogações: Primeira, achava a 2ª Commissão que a Sociedade das Nações podia acceitar a offerta do Governo Italiano ? Segunda, no caso affirmativo, quaes as providencias immediatas que devia tomar a Sociedade das Nações para adaptar ao quadro da sua acção a que teria de exercer o futuro instituto ?

A resposta á primeira questão estava dada: como os oradores precedentes, eu me congratulava com o delegado italiano. Quanto á resposta á segunda questão, comportava a meu ver a seguinte sub-divisão: *a)* definir o espirito no qual desejava a Sociedade das Nações que se inspirasse a acção do futuro instituto; *b)* indicar o órgão da Sociedade das Nações a quem competiria conduzir, de accôrdo com o Governo Italiano, os trabalhos de organização do instituto;

c) dar a esse órgão as directivas que a 2ª Comissão julgasse indispensavel. Desenvolvi, sobre cada um desses tres pontos, as seguintes reflexões: a) O espirito que deveria guiar o futuro instituto de Roma não poderia ser outro senão o proprio espirito em que se procura inspirar a Sociedade das Nações: espirito de oportunidade e perseverança nas iniciativas, de prudencia na concepção e firmeza na realização, de respeito ás particularidades nacionaes no esforço de harmonização internacional, espirito de relativismo em uma palavra nas contingencias peculiares ás relações entre os povos. Não era por vã demonstração que eu insistia sobre esses caracteristicos já conhecidos, senão porque o assumpto em discussão exigia que fossem explicitamente recordados. De facto, não se experimentava talvez, em nenhum dominio social, de modo mais premente, a necessidade da influencia preponderante desse espirito do que naquelle para o qual se volvia a nossa attenção, isto é, o dominio em que se teria de exercer a acção do instituto de Roma. Nenhuma operação internacional de unificação parecia, na verdade, mais melindrosa que a da unificação do direito privado: bastaria lembrar as connexões existentes entre esse problema e o problema religioso, connexões irrecusaveis, por exemplo, para com os direitos concernentes á familia. Eis porque entendia eu que se devia conceber a acção desse instituto de um ponto de vista mais modesto que o em que pensavam alguns oradores se devesse collocar a 2ª Comissão. Parecia-me inoportuno e demasiado ambicioso pretender-se, em nossos dias, realizar, de modo completo, isto é, em relação ao universo inteiro e sob todos os aspectos do Direito Privado, a unificação da respectiva legislação: peccando por absolutismo, tal pretensão teria mesmo por effeito perturbar as legitimas tentativas de unificação parcial, que somente é hoje possivel. Referi-me em seguida aos esforços que se vêm fazendo desde muito, nessa ordem de idéas; notei que os oradores precedentes haviam assignalado as iniciativas européas; nenhum delles, accrescentei, ignorava o fecundo movimento entretido a esse respeito no continente americano, embora nenhum lhe houvesse feito allusão; a propria Sociedade das Nações havia já come-

çado a agir no mesmo sentido, conforme demonstravam os trabalhos preparatorios na Commissão do Transito, relativos á unificação do Direito Privado em materia de navegação interior: todos esses esforços limitavam-se, porém, judiciosamente — observei — aos casos dessa immensa questão susceptíveis de serem resolvidos desde já ou chegados a ponto de serem submettidos a uma preparação tendente a encaminhá-los para a solução, ainda longinqua, mas já perceptível. Assim é que taes esforços, quando visam, como no caso americano, o dominio integral do Direito Privado, se restringem a um grupo de povos cujas afinidades lhes permitem supportar a unificação de seus respectivos systemas de leis; e, por outro lado, quando esses esforços de unificação se applicam á universalidade das nações, circumscrevem-se a um aspecto particular da legislação, aspecto de ordem antes technica, como, por exemplo, a legislação relativa ao Direito Privado em materia de navegação. Taes as reflexões que fiz para dar uma idéa do espirito no qual julgava eu dever inspirar-se o futuro instituto de Roma.

b) Quanto á segunda questão, enuncial-a, disse eu, era resolve-la. A que outro órgão competiria conduzir, de accôrdo com o Governo Italiano, os trabalhos de organização do instituto de Roma, senão ao Conselho da Sociedade das Nações? Estabelecí, então, as diferenças que distinguem profundamente esse instituto do futuro instituto de Paris, diferenças resultantes dos seus respectivos destinos: emquanto que o ultimo seria o instrumento do trabalho de um organismo já constituido, com funções determinadas, organismo alheio, conforme evidenciava a sua composição, ás questões technicas de ordem juridica, seria precisamente de uma destas questões, questão especialissima, cheia de difficuldades, como eu mostrara, de que se teria exclusivamente de occupar o primeiro daquelles institutos. Bastavam estas considerações para não me ser possivel acceitar que a organização e a direcção do instituto de Roma fossem entregues á commissão de cooperação intellectual. E accrescentei que me opporia a qualquer projecto de resolução que não tivesse por effeito incumbir-se o Conselho de dirigir os trabalhos de organização do instituto de Roma.

c) Quanto ás directivas que a 2ª Commissão poderia propôr á Assembléa para que as dêsse esta ao Conselho, decorriam naturalmente das considerações precedentes. Apenas seria talvez conveniente, se bem que não fosse indispensavel, recommendar ao Conselho que ouvisse os organismos technicos da Sociedade das Nações,— os quaes são aliás, em qualquer circumstancia, órgãos consultivos do Conselho — antes de concluir com o Governo Italiano os accôrdos necessarios para levarem a bom termo e assegurarem o funcionamento normal do instituto de Roma. Evidentemente poderia assim a commissão de cooperação intellectual, no seu character de órgão consultivo do Conselho, ser chamada a prestar a sua assistencia ao advento do referido instituto; não via eu outra maneira de melhor se tomar em consideração o desejo ardentemente manifestado a esse respeito por alguns delegados. Se desta sorte não se lhes dava completa satisfação, ao menos se lhes concedia o que era compativel com as boas normas da Sociedade das Nações, pois não seria licito investir a commissão de cooperação intellectual de poderes que importassem numa usurpação da autoridade inherente ao Conselho.

Taes eram, ao meu ver, as considerações a que se devia adstringir o projecto de resolução que, sobre esse delicado assumpto, competia á 2ª Commissão apresentar á Assembléa.

O delegado hespanhol, tomando em seguida a palavra, exprimiu a opinião de que a organização do instituto de Roma deveria ser confiada á commissão de cooperação intellectual.

O delegado da China declarou então que apoiava energicamente a proposta do delegado do Brasil, cujas idéas partilhava.

O delegado da França declarou, a seu turno, que não acceitaria proposta alguma em virtude da qual a commissão de cooperação intellectual não fosse ouvida.— Ao que respondi, fazendo notar que a minha proposta não excluía a possibilidade da intervenção consultiva propria á commissão de cooperação intellectual, intervenção de cuja oportunidade só ao Conselho competiria, entretanto, decidir.

O delegado britannico pediu então que fosse nomeada a sub-commissão de redacção do projecto de resolução. O que se fez.

A sessão foi suspensa, para que esta sub-commissão deliberasse. Meia hora depois, apresentava ella o seu projecto. Não obstante certos defeitos de redacção, que foram assignalados por alguns delegados, inclusive o do Brasil, este projecto foi approved por unanimidade.

Após a votação, tomou, porém, a palavra o delegado do Japão, Sr. Sugimura, para fazer a seguinte declaração:— A nação japoneza queria conservar os seus costumes, e, por isso, entendia que, pelo menos no tocante ao direito relativo á familia, o instituto de Roma se deveria abster de qualquer tentativa de unificação.

A sessão foi encerrada ás 13 h. 30 m.

* * *

Tal foi, Senhor Embaixador, a conducta do representante do Brasil nos trabalhos da 2ª Commissão.

Chegando ao termo deste relatorio, cuja extensão se explica pelo dever, a que não me podia eu furtar, de expôr fielmente a V. Ex. a marcha daquelles trabalhos, afim de lhe dar conta, com a necessaria minuciosidade, da maneira pela qual procedi no desempenho da missão de que V. Ex. se dignou incumbir-me, só me resta agradecer a V. Ex., Senhor Embaixador, a confiança com que, benevolmente, me quíz honrar, nomeando-me para seu supplente junto á 2ª Commissão da V Assembléa da Sociedade das Nações.

Genebra, Outubro de 1924.

E. MONTARROYOS.

N. 4

Trechos do relatorio sobre os trabalhos da Quinta Commissão da V Assembléa

RELATORIO APRESENTADO AO EXMO. SR. DR. AFRANIO DE MELLO FRANCO, EMBAIXADOR DO BRASIL, CHEFE DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO Á SOCIEDADE DAS NAÇÕES, POR AFFONSO BANDEIRA DE MELLO, ASSESSOR TECHICO

A' Quinta Commissão, foram distribuidas as seguintes theses:

- 1 Trafico de opio e outras drogas perigosas.
- 2 Problema dos refugiados.
- 3 Federação Internacional de Soccorro mutuo ás populações victimas de calamidades:

- 4 Intermunicipalidade.
- 5 Protecção das mulheres e das crianças no Oriente proximo.
- 6 Associação Internacional para a protecção da infancia.
- 7 Trafico de mulheres e de crianças.
- 8 Creação de uma patria armenia.

* * *

Na primeira reunião, foram eleitos o vice-presidente e os relatores das theses postas na ordem do dia.

I — TRAFICO DO OPIO

Logo em seguida foi posta em discussão a primeira these.

A Comissão tomou conhecimento e examinou o longo e bem documentado relatorio da Comissão Consultiva do Trafico de Opio e outras drogas perigosas, e após interessantes debates em que tomaram parte notadamente os representantes da China, Persia, Gran-Bretanha e França, a Comissão adoptou as conclusões do relator Senhorita Bonnevie, delegado da Noruega, redigidas nos termos seguintes:

«1º. A Assembléa, exprimindo a mais viva satisfação, pelos trabalhos realizados pela Comissão Consultiva do Opio e de outras drogas perigosas, adoptou o seu relatorio e conclusões.

2º. A Comissão exprime tambem a maior satisfação em vêr que a Comissão Consultiva pôde elaborar um conjunto de medidas que, embora algumas dellas não tenham sido approvadas por todos os membros, lhe pareceram de natureza a poder fornecer uma base util aos trabalhos da 2ª Comissão Internacional e abrir caminho para um accôrdo definitivo e exprime a esperança de que o resultado dos trabalhos das Conferencias Internacionais contribuam á solução dos grandes e difficeis problemas que cada uma das Conferencias Internacionais será chamada a examinar, de conformidade com as resoluções da IV Assembléa.

3º. A Assembléa, tomando nota das medidas adoptadas pelo Conselho Federal Suíço e o Poder Legislativo Federal

para a rectificação e applicação das disposições da Conferencia de Haya, e tendo em conta a importancia da Suissa, como paiz productor das drogas de que trata o capitulo III da Convenção, manifesta a esperanza de que, desde que as medidas necessarias sejam tomadas na Suissa, para a applicação effectiva da Convenção, o Conselho da Sociedade convidará o Conselho Federal a designar um representante para tomar parte nos trabalhos da Commissão Consultiva.

4º. A Assembléa constata, com pesar, que os inqueritos feitos em 1922 sobre a cultura da papoula (dormideira) na China pelo Governo Chinez, não permittiram estabelecer conclusões satisfactorias, e, constatando com a mais viva inquietação que a producção do opio se desenvolve na China, a Assembléa registra o character pouco satisfactorio que apresentam esses inqueritos e os relatorios officiaes submettidos á Sociedade, approva a recommendação da Commissão Consultiva tendente a fazer appello á opinião publica por intermedio da imprensa no extremo Oriente, afim de encontrar uma solução a esse grave problema.

5º. A Assembléa pede ao Conselho de solicitar a Commissão Consultiva si seria desejavel e opportuno completar a obra comprehendida pela Sociedade das Nações, em virtude do art. 23 do Pacto, para a elaboração de um programma de propaganda destinado a informar ás massas populares sobre as terriveis consequencias do uso de drogas nocivas e por conseguinte a restringir o consumo de drogas.

No caso em que a Commissão Consultiva pense ser desejavel e opportuno a elaboração de semelhante programma, a Assembléa convida o Conselho a lhe submeter esse, indicando ao mesmo tempo as medidas necessarias á sua realização.

6º. A Assembléa, no interesse e para a efficacia dos trabalhos da Commissão Consultiva do Trafico de Opio e de outras drogas nocivas, exprime o desejo que o Conselho tome as medidas necessarias afim de que um membro pertencendo a um dos paizes latino-americanos seja convidado a fazer parte da alludida Commissão. »

Tendo o Governo do Brasil ratificado em 23 de Dezembro de 1914 a Conferencia Internacional do Opio que teve logar em Haya,

em 1912, e estando obrigado por força do art. 295 do Tratado de Versailles, a pol-a em vigor dentro de doze mezes, depois da assignatura daquelle tratado (o que foi aliás feito em 10 de Janeiro de 1920), a Delegação Brasileira deu o seu inteiro apoio ás conclusões apresentadas á Quinta Commissão, demonstrando o maior interesse em elaborar com as demais delegações para a extincção de tão deplo-ravel calamidade social.

II — PROBLEMA DOS REFUGIADOS

O Dr. Nansen, Alto Commissario para os Refugiados Russos e Armenios, fez á Quinta Commissão, uma longa e circunstanciada exposição da situação precaria em que se encontram aquelles refugiados, num momento em que grande numero de paizes da Europa está lutando contra a falta de trabalho.

A situação daquelles refugiados torna-se particularmente delicada, levando o Alto Commissariado a considerar a eventualidade da emigração transoceanica de russos e armenios para os paizes latino-americanos, de vastas possibilidades immigratorias.

Quasi todos os paizes representados na Quinta Commissão, apoiando vivamente as conclusões do discurso do Dr. Nansen manifestaram a mais calorosa sympathia ás populações russas refugiadas nos paizes europeus e asiaticos.

Embora se associando a essas demonstrações de sympathia, a Delegação Brasileira poz em destaque as grandes difficuldades resultantes de uma emigração particularmente complexa, sobretudo tratando-se de massas emigratorias, desprovidas de recursos e não dispondo de documentos satisfactorios de identidade e de capacidade profissional.

Todavia, por espirito de humanidade e de cooperação internacional, o Brasil não se furtaria a prestar o seu concurso dentro da sua legislação, para a melhor solução do problema dos refugiados russos.

Finalmente, a Commissão approvou as conclusões do relator, propondo á Assembléa prestar homenagem ao Dr. Nansen pela sua obra altamente meritoria em favor dos refugiados, e, bem assim, a transferencia para o Officio Internacional do Trabalho (mediante um credito supplementar de 203.000 francos ouro), da missão de protecção e assistencia aos russos e armenios, até então emprehendida pelo Alto Commissariado.

Finalmente, a Commissão resolveu convidar o Conselho a mandar abrir um inquerito sobre a denuncia feita pelo delegado da Grecia sobre o sequestro em detrimento de refugiados gregos e armenios em determinados bancos.

III — FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCCORRO MUTUO ÁS POPULAÇÕES VICTIMAS DE CALAMIDADES

O Senador italiano Sr. Ciralo apresentou um projecto de resolução para a criação, sob os auspícios da Sociedade das Nações, de uma Federação Internacional de Soccorro Mutuo ás populações victimas de calamidades. O alludido projecto prevê, sobretudo, a organização de previdencia internacional, tendo em vista assegurar, em caso de sinistro, uma melhor utilização dos meios de soccorros e das energias consagradas ao allivio do soffrimento humano.

Trata-se, pois, da systematização intelligente e racional da acção das associações de soccorros, de maneira a lhes permittir mobilizar subitamente todos os serviços, todos os recursos disponiveis, com o proposito de impedir as consequencias nefastas desses formidaveis flagellos.

No momento presente, quando esses grandes cataclysmos attingem uma população, reduzindo-a subitamente á miseria, os governos e os povos commovidos por esses infortunios enviam ás regiões devastadas soccorros generosos. Infelizmente essas largas munificencias chegam quasi sempre demasido tarde, para impedir muitos dâmnos que seriam certamente poupados si os meios de soccorros estivessem internacionalmente organizados.

O projecto de resolução do delegado propõe-se a transformar a caridade collectiva dos povos, em uma poderosa organização de seguro internacional e bem assim de coordenação dos meios preventivos de soccorros.

A Delegação Brasileira prestou o seu apoio ao projecto do Senador Ciralo, com as restricções formuladas pelo Sr. Sarraut, delegado francez, no que diz respeito ao credito necessario ao funcionamento e á limitação de sua acção.

A attitude da Delegação Brasileira está consoante com a resposta do Senhor Ministro de Estado, á Embaixada da Italia no Rio de Janeiro.

IV — INTERMUNICIPALIDADE

A Delegação de Cuba apresentou um projecto de resolução tendente a tornar mais estreitas as relações entre as municipalidades, de maneira que umas cidades possam beneficiar do progresso de outras, no que diz respeito ao conforto, hygiene e bem estar das populações.

Essa mesma these tendo sido acceita pelo Brasil na Conferencia Internacional Americana de Santiago, de 1923, a Delegação Brasileira não podia negar sua adhesão, embora fazendo reservas sobre o principio da soberania exclusiva do Estado.

V — PROTECÇÃO A MULHERES E CRIANÇAS NO LEVANTE

Foi adoptada por unanimidade a proposta do Sr. Sarraut, delegado francez, que manifesta aos governos que têm a responsabilidade de mandatos sobre determinadas regiões do Levante, os agradecimentos da Quinta Commissão pelo apoio prestado á Commissão de protecção de mulheres e crianças, recommendando a continuação dessa missão em favor da qual solicita para 1925 um credito de 15.000 francos, equivalente ao anno de 1924.

VI — ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO Á INFANCIA

A Quinta Commissão adoptou o projecto de resolução elaborado pelo Sr. Brouchère, delegado belga, recommendando á Assembléa, ratificar a decisão tomada pelo Conselho em reunião de 1924, que attribuiu ao Secretario Geral da Sociedade das Nações a obra até então realizada pela Associação Internacional de Protecção á Infancia.

A Commissão pede ainda a reconstituição da Commissão Consultiva do Trafico de Mulheres e Crianças, recommendando finalmente a approvação da declaração de direitos da criança, adoptada em Genebra.

A Delegação Brasileira apoiou o projecto em questão, pondo em relevo a obra de protecção á criança já emprehendida no Brasil.

VII — TRAFICO DE MULHERES E CRIANÇAS

Por proposta do Sr. Sokal, delegado da Polonia, a Commissão submete á V Assembléa da Sociedade das Nações, as seguintes resoluções:

1ª. Manifestando a satisfação da Assembléa pelos trabalhos realizados pela Commissão Consultiva do Trafico de Mulheres e Crianças.

2ª. Exprimindo o seu pesar pelo numero diminuto de Estados que até então ratificaram a Convenção Internacional de 1921.

3ª. Convidando os Estados a enviarem ao Secretariado relatorios annuaes sobre esse importante assumpto.

4ª. Solicitando a remessa das leis e regulamentos dos differentes Estados sobre o trafico de mulheres e crianças.

5ª. Solicitando a designação dos nomes das autoridades centraes dos Estados que ainda não o fizeram ao Secretariado e finalmente:

6ª. Convidando os Estados que ainda o não fizeram a tornar conhecido o seu ponto de vista sobre certos aspectos das casas de tolerancia.

* * *

A Delegação Brasileira, inspirando-se no espirito da lei n. 4.247, de 6 de Janeiro de 1921, apoiou essa resolução, fazendo resalvas quanto á liberdade civil da mulher adulta.

VIII — CREAÇÃO DE UMA PATRIA ARMENIA

A 5ª Commissão propoz confiar ao Dr. Nensen a incumbencia de estudar a possibilidade de estabelecer no Caucaso, certo numero de refugiados armenios, para o que solicita um credito supplementar de 50.000 em favor do Alto Commissariado.

Propoz finalmente, que sejam proporcionados aos refugiados armenios todas as facilidades, emquanto não fôr reconstituída a patria armenia.

* * *

A Delegação Brasileira pronunciou-se sobre cinco das oito theses constantes da ordem do dia.

O representante do Brasil deixou de intervir nos debates relativos aos problemas em que o Brasil não está directamente interessado, taes como:

“A protecção das mulheres e crianças no Oriente Proximo”, “a Creação de um *foyer* nacional armenio” e “Trafico do Opio”.

Quanto a esta ultima these a Delegação Brasileira manifestou a intenção de seu Governo de collaborar com os demais Estados, membros da Sociedade das Nações para a extincção do terrivel flagello.

AFFONSO BANDEIRA DE MELLO.

d) — Organismos technicos

N. 5

Trechos do relatorio sobre fiscalização do fabrico de munições e material de guerra

Genebra, 19 de Fevereiro de 1925. N. 41 — Fabrico privado das munições e do material de guerra.

SENHOR MINISTRO.

Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. o incluso Estudo, feito pelo Major E. Leitão de Carvalho, assessor technico desta Delegação para as questões militares e aereas, sobre a fiscalização do fabrico das munições e do material de guerra.

Como V. Ex. sabe, foi esse um dos pontos do programma da recente reunião da Commissão de Coordenação, cujos trabalhos se encerraram hontem, conforme communiquei a essa Secretaria de Estado, em telegramma de hoje. E o Estudo agora remettido é o relatorio a cujas conclusões me referi no final do dito telegramma.

Approveito a oportunidade para reiterar a V. Ex., Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

AFRANIO DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro.

A FISCALIZAÇÃO DO FABRICO PRIVADO DAS MUNIÇÕES E DO MATERIAL DE GUERRA

(These inscripta na ordem do dia da Commissão Permanente Consultiva, para a reunião de 5 de Fevereiro proximo, e na ordem do dia da Commissão de Coordenação, para a reunião de 16 do mesmo mez)

ESTUDO FEITO PELO MAJOR ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO, ASSESSOR TECHNICO PARA AS QUESTÕES MILITARES E AEREAS DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL Á SOCIEDADE DAS NAÇÕES

G enebra, Janeiro de 1925.

Delegação Permanente do Brasil á Sociedade das Nações.— N. 12

SENHOR EMBAIXADOR:

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia o presente estudo sobre a fabricação privada do material de guerra, questão a que o Pacto, em seu art. 8º, attribue perniciosas consequências. Tendo sido esse assumpto inscripto na ordem do dia da Commissão Permanente Consultiva, para a reunião que se realisou nesta cidade entre 5 e 11 do corrente mez, e figurando entre as theses de que se vae occupar a Commissão de Coordenação, convocada para o proximo dia 16, julguei de meu dever apresentar a Vossa Excellencia este trabalho, no qual examino os resultados a que chegaram os órgãos technicos da Sociedade das Nações, nestes cinco annos de continuos esforços empregados para obter uma solução capaz de subsanar os inconvenientes a que o Pacto se refere. No capitulo VI sob o titulo — *Juizo critico* — faço algumas considerações, visando pôr em destaque o que me parece ser o interesse do Brasil nesse complexo problema.

MAJOR ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO.

Assessor Technico da Delegação.

A S. E. o Embaixador Dr. Afranio de Mello Franco, D. Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto á Sociedade das Nações.

A FISCALIZAÇÃO DO FABRICO PRIVADO DAS MUNIÇÕES E DO MATERIAL DE GUERRA

I — ESBOÇO HISTORICO

A fabricação privada das munições e do material de guerra é considerada pelo Pacto, em seu art. 8º, § 5º, como levantando “graves objecções”, motivo pelo qual, nesse mesmo paragrapho, os membros da Sociedade das Nações encarregaram o Conselho de tomar as medidas apropriadas a evitar os seus “perniciosos effeitos”, *levando em conta as necessidades das nações filiadas á Sociedade e que não podem fabricar as munições e o material de guerra necessarios á sua segurança.*

Com o fim de tornar effectiva essa disposição do Pacto, a I Assembléa, reunida em Genebra, em Setembro de 1920, pedia ao Conselho que fizesse estudar immediatamente esse problema pelas suas commissões competentes. O Conselho confiou esse estudo, primeiro á Comissão Permanente Consultiva, que, em Fevereiro de 1921, apresentou o resultado a que chegára, e que se resume nas conclusões seguintes:

a) que, excepção feita das medidas já previstas nos tratados de paz, nenhuma acção poderia ser emprehendida contra os Estados productores com o fim de cercear o direito de sua industria privada a fabricar material de guerra;

b) que, se fossem tomadas medidas destinadas a diminuir no futuro a producção, nenhuma acção poderia impedir os Estados não productores a se tornarem productores, desde que elles assim o quizessem e possuissem os meios para isso.

Depois, foi a questão submettida á Comissão Temporaria Mixta, que a estudou tanto em relação á natureza das “graves objecções” a que se refere o art. 8º do Pacto, como ás medidas cuja applicação se tornava necessaria para “evitar os perniciosos effeitos” da fabricação privada.

No relatorio em que deu conta desses trabalhos á II Assembléa, reunida em 1921, a Comissão Temporaria Mixta, depois de algumas suggestões de caracter geral, que a não autorizaram com-

tudo a chegar a uma conclusão sobre “se era possível ou opportuno prohibir, de maneira absoluta, a fabricação privada”, fez ressaltar a grande difficuldade de que se revestiria essa prohibição, achando que *talvez fosse mais pratico fiscalizar estrictamente a producção privada do material de guerra*, sem tentar o recurso da prohibição absoluta. Propoz, então, a convocação de uma conferencia internacional que resolvesse a questão por meio de uma convenção, promptificando-se ella a formular o projecto de convenção que a conferencia teria de examinar. Como condição para o exito do tentamen, julgou a Commissão que deveriam ser convidados a tomar parte na conferencia, tanto os Estados membros, como os não membros da Sociedade.

A II Assembléa adoptou essas suggestões, votando em consequencia uma resolução pela qual o Conselho ficou incumbido de convidar os Estados para aquella conferencia.

Proseguio a Commissão Temporaria Mixta em seus trabalhos depois do encerramento da II Assembléa, dando inicio a estudos preparatorios que teriam de servir de base á discussão na conferencia. Em Julho de 1922, ella submetteu á apreciação do Conselho um relatorio, no qual expunha os resultados que tinha obtido no inquerito a que mandára proceder acerca da fabricação privada do material de guerra, dando conta igualmente do progresso realizado quanto á preparação da conferencia. Nesse relatorio, a Commissão exprimia o parecer de que “quaesquer que fossem as medidas que se pudesse tomar relativamente á prohibição ou á fiscalização do fabrico privado do material de guerra, *o estabelecimento de uma severa vigilancia sobre o trafico internacional das armas, e a obrigação absoluta de dar a essas transacções a maior publicidade concorriam em larga escala, para abolir de maneira effectiva os perniciosos effeitos resultantes da producção do material de guerra por empresas particulares.*” A Commissão recommendou, por isso, com insistencia, a entrada em vigor, em data a mais proxima possível, da Convenção de Saint Germain sobre o trafico das armas. Essa Convenção, porém, não se tornou operante, visto não ter sido ratificada pelos principaes paizes productores de armamentos, os quaes não se quizeram comprometter, assumindo uma responsabilidade a que recusaram seu assentimento os Estados Unidos, um dos signatarios da Convenção e dos maiores fabricantes de armas e munições. Além dessa circumstancia, encontrou a Commissão Temporaria Mixta difficuldades muito maiores do que previra, ao elaborar o seu projecto, o que

tudo junto poz o Conselho na impossibilidade de convocar, desde logo, a conferencia. Conseguiu todavia a Commissão adoptar uma proposição de character preciso acerca das sociedades privadas que se occupam da fabricação de material de guerra, que ella julgou deverem ser submettidas á fiscalização ; pareceu á Commissão que essa proposição poderia servir de base aos trabalhos da conferencia, motivo porque suggerio ao Conselho fosse ella propria incumbida de desenvolver a dita proposição, dando-lhe a fórma de projecto de convenção, feito o que poderia o Conselho convocar a conferencia. Mas, não sendo possivel, por outro lado, separar a fabricação privada do problema do trafico, assumptos que entre si guardam uma intima correlação, julgou a Commissão que deveriam ser elles tratados conjunctamente, na projectada conferencia. Não se havia, porém, formulado ainda um programma preciso sobre as medidas que deveriam ser postas em pratica relativamente áquelle trafico: não era possivel, por isso, convocar no momento a conferencia. Foi inspirando-se nessas razões apresentadas pela Commissão Temporaria Mixta, que a III Assembléa resolveu, em Setembro de 1922, adiar mais uma vez o tentamen.

Assim, a resolução da III Assembléa convidou o Conselho a examinar o assumpto afim de verificar *se seria o momento de convocar* os Estados membros da Sociedade para dar no accôrdo proposto a fórma de convenção, sendo ella de parecer que os Estados que não fazem parte da Sociedade deveriam enviar tambem representante á conferencia e collaborar na politica que esta viesse adoptar. Além disso, a resolução em questão considerou da mais alta importancia que o Governo dos Estados Unidos fizesse conhecer as objecções que formulava contra a Convenção de Saint Germain, bem como as medidas que suggeria para subsanar os inconvenientes que levantavam as ditas objecções. Finalmente, incumbio a Commissão Temporaria Mixta de elaborar *um novo projecto de convenção sobre a fiscalização do trafico internacional das armas*, afim de ser examinado pela mesma conferencia que tivesse de se occupar da fabricação privada do material de guerra.

A' Commissão Temporaria Mixta pareceu, porém, que a elaboração desse novo projecto, bem como a revisão do projecto concernente á fiscalização da fabricação privada não poderiam ser levadas a effeito, com interesse, senão quando houvesse a certeza de se contar com a collaboração dos Estados Unidos. Nesse sentido se dirigio ella ao Conselho, que adoptando a suggestão que lhe era feita, convidou,

em carta de 3 de Maio de 1923, o governo daquella Republica a indicar a fórma em que mais lhe conviria cooperar com os outros governos na preparação do novo estatuto *sobre a fiscalização do trafico e sobre a fabricação privada das munições e do material de guerra*.

Emquanto aguardava a decisão dos Estados Unidos, a Commissão Temporaria Mixta continuou a preoccupar-se com o problema da fiscalização do trafico das armas, já agora, após os estudos feitos pela Commissão Permanente Consultiva e por ella propria, “tão intimamente ligado ao da fabricação privada que não era possivel, no entender de ambas, tratá-las separadamente, antes convindo dar-lhes solução conjuncta”, obtida pelo mesmo methodo. O resultado desse trabalho consta do relatorio que a Commissão apresentou á IV Assembléa (1923) e servio de base á resolução que esta adoptou, *na esperança de dar á questão uma solução definitiva*.

A resolução da IV Assembléa recommendava ao Conselho que fosse submettido ao exame do *comité* economico da Sociedade das Nações o projecto elaborado pela Commissão Temporaria Mixta sobre a *fiscalização da fabricação privada*, ao mesmo tempo que confiava a essa Commissão, em collaboração com o *comité*, a preparação de um projecto definitivo de convenção sobre esse assumpto. A Assembléa, por outro lado, recommendava ao Conselho que, uma vez de posse do relatorio da Commissão Temporaria Mixta, estudasse a convocação da conferencia internacional que teria de examinar os projectos de convenção.

Durante os trabalhos da IV Assembléa, chegou a resposta do Governo dos Estados Unidos á carta que o Conselho lhe dirigira em 3 de Maio daquelle anno, pedindo-lhe, como vimos, dêsse a conhecer aos membros da Sociedade das Nações os principios geraes de accôrdo com os quaes elle estaria disposto a collaborar com os outros governos afim de tentar uma solução, universal e definitiva, do problema da fiscalização do commercio internacional das armas. Nessa resposta, reiterava o Governo dos Estados Unidos as objecções já levantadas por elle contra a Convenção de Saint Germain, objecções de que trataremos quando examinarmos a questão do commercio das armas.

Por agora basta registrar que a Assembléa, em resolução tomada nessa occasião, pediu ao Conselho que incumbisse a Commissão Temporaria Mixta de preparar *um ou mais projectos de convenção* destinados a substituir a Convenção de Saint Germain, levando em conta as condições particulares dos paizes fabricantes, de fórma

que podessem elles subscrever um desses projectos. Na mesma resolução, a Assembléa recommendava ao Conselho que convidasse os Estados Unidos a collaborar na preparação desses projectos, o que foi levado a effeito pelo Conselho em carta de 14 de Dezembro do mesmo anno. Em consequencia desse convite, o ministro dos Estados Unidos em Berna, por carta de 2 de Fevereiro de 1924 ao Secretario Geral da Sociedade das Nações, fez saber que assistiria, de ordem de seu governo, á sessão da Commissão Temporaria Mixta que se ia realizar naquella mez, *afim de ficar ao corrente das proposições concernentes ao projecto de convenção que fossem apresentadas para serem discutidas na Commissão.*

O representante dos Estados Unidos tomou parte, de facto, nos trabalhos da Commissão Temporaria Mixta, não só nessa sessão, mas tambem na realizada em Julho do mesmo anno. Sua collaboração foi dada, porém, exclusivamente ao projecto de convenção sobre a fiscalização do commercio das armas e das munições, declarando elle não estar autorizado por seu governo a manifestar-se acerca do problema da fabricação privada do material de guerra. Essa declaração talvez tenha sido a razão por que a Commissão Temporaria Mixta deixou de preparar o projecto de convenção sobre o fabrico privado de que a incumbira o Conselho, limitando-se a consignar no seu relatorio á V Assembléa os principios *basicos* sobre os quaes ella julgava poder assentar-se a Convenção.

Assim, os dois problemas que, na opinião das duas commissões da Sociedade, estavam por tal fórma ligados que não era possivel tratá-los separadamente, antes convindo dar-lhes solução conjuncta, iam agora receber soluções distinctas, por não contarem ambos com o mesmo favor do representante dos Estados Unidos.

Ao formular os principios em que se deveria apoiar a convenção sobre o fabrico privado dos armamentos, declarou a Commissão que, embora tivessem os governos o direito de se dirigir a empresas particulares ou a manufacturas de Estado para a aquisição de armas e munições de guerra, a fiscalização desse fabrico deveria ter especialmente por fim:

- a) impedir a produção clandestina, completando assim, nesse particular, a convenção sobre a fiscalização do commercio das armas;
- b) evitar os processos irregulares e as tentativas de corrupção que podem ser empregados nas transacções para a aquisição de material de guerra pelos Estados.

Os principios estatuidos pela Commissão Temporaria Mixta

constam do relatorio por ella apresentado á V Assembléa. Elles foram submettidos ao exame do Comité Economico da Sociedade das Nações, conforme resolvera a IV Assembléa, desobrigando-se esse Comité da incumbencia que lhe foi conferida em parecer de 12 de Setembro de 1924, no qual faz a analyse dos ditos principios, do ponto de vista de suas consequencias economicas.

Tendo tomado conhecimento tanto do relatorio da Commissão como do parecer do Comité, a V Assembléa, em Setembro de 1924, foi de opinião que a questão havia chegado a um ponto que permitiria elaborar um projecto de convenção internacional, o qual poderia ser preparado pela Commissão Temporaria Mixta, ou por outra commissão que o Conselho nomeasse; ella encareceu ao mesmo tempo as vantagens que offereceria a collaboração dos Estados Unidos na preparação desse projecto.

Em sua resolução, com effeito, pede a Assembléa ao Conselho que faça elaborar o projecto de convenção destinado a servir de base á discussão da conferencia, recommendando que sejam levados em conta, nessa elaboração, os elementos novos por ventura sobre-vindos após a entrega do relatorio da Commissão Temporaria Mixta; e incumbe o mesmo Conselho de convidar os Estados Unidos a enviar um representante a collaborar na preparação do dito projecto.

Depois de tomar conhecimento da questão, o Conselho decidio, em sua sessão de 30 de Setembro de 1924, transferir o exame della para a reunião de Dezembro do mesmo anno, em cuja ordem do dia foi incluída. De facto, na sessão de 8 desse mez, em Roma, resolveu o Conselho convocar para 16 de Fevereiro proximo a Commissão de Coordenação, creada pela V Assembléa em 3 de Outubro do anno findo, e entregar a ella, para todos os fins uteis, a determinação da Assembléa, de que estamos tratando. Elle solicitou igualmente á Commissão de Coordenação, a cujo cargo estão as attribuições da extincta Commissão Temporaria Mixta, que lhe indicasse o momento em que seus trabalhos tivessem attingido um sufficiente gráo de adiantamento, para convidar o Governo dos Estados Unidos a enviar um representante a collaborar com ella na preparação do projecto de convenção sobre a fiscalização do fabrico privado das armas, munições e material de guerra, tantas vezes adiado, como se tem visto.

II — OS PRINCIPIOS FORMULADOS PELA COMMISSÃO TEMPORARIA MIXTA

Os principios formulados pela Commissão Temporaria Mixta para servirem de base ao projecto de convenção sobre a fiscalização do fabrico privado de material de guerra repousam sobre os dois fundamentos seguintes:

1º, a fabricação privada deve ser submettida á fiscalização, de preferencia a soffrer uma prohibição absoluta;

2º, a fiscalização, por natureza mesma, deve ser exclusivamente nacional, obedecendo, no emtanto, a prescripções communs a todos os Estados.

Na justificação que deu desses fundamentos, diz a Commissão que o commercio internacional das armas, por definição mesmo, é phenomeno que ultrapassa as fronteiras nacionaes, emquanto que a fabricação privada deve ser, ao contrario, considerada como essencialmente nacional, sua regulamentação e inspecção devendo ser deixadas ás autoridades do paiz.

A Commissão julgou de seu dever lembrar que deveria constar de uma das clausulas do projecto que, de nenhuma fôrma, seriam attingidos os direitos e as obrigações resultantes dos tratados de paz, os quaes, como se sabe, prohibem o fabrico e o commercio das armas aos paizes vencidos na ultima guerra.

São estes os principios instituidos pela Commissão:

«I. O material de guerra, cuja fabricação privada deve constituir objecto da fiscalização, comprehende as armas, munições e material de guerra da *categoria I*, definida no *art. 1* da convenção relativa á fiscalização do commercio internacional das armas, munições e material.

II. Define-se “fabricação privada” toda fabricação effectuada em beneficio de particulares, por empreza que se occupe unica ou parcialmente em obter contractos tendo em vista a fabricação ou a venda de armas, munições e material de guerra da *categoria I*, ou por qualquer outra empreza privada que tenha como fim principal a fabricação e a venda de peças destacadas dos artigos da *categoria I* acima referida.

III. E’ interdicta a fabricação privada do material de

guerra no territorio de um Estado, sem o consentimento expresso do governo desse Estado.

O consentimento deve ser dado sob a fórmula de uma licença valida por um periodo que a cada governo cabe determinar e entregue mediante as condições seguintes:

a) A licença deve estipular, por escripto, a especie ou especies de material de guerra que o titular pede autorização para fabricar;

b) O titular deve communicar ao governo que concede a licença para a fabricação, o nome, qualidade e endereço do proprietario ou dos proprietarios, se se trata de empresa pertencente a um particular ou a associados em nome colectivo; e dar as mesmas indicações acerca dos administradores ou directores, se se trata de empresa organizada sob a fórmula de sociedade commercial;

O governo dará publicidade official a essas informações:

c) O titular deve communicar ao governo que concede a licença para a fabricação, os nomes de todas as empresas com as quaes elle concluiu entendimentos, ou associações de qualquer genero para a producção de material de guerra;

d) O titular deve apresentar todos os annos ao governo que concede a licença um relatorio das operações industriaes, commerciaes e financeiras, relativo á producção que foi objecto da licença; o governo decidirá do methodo a empregar para verificar a exactidão desse relatorio e a amplitude a dar á sua publicação;

e) O governo do Estado que conceder a licença terá o direito de inspeccionar as minas do impetrante, antes e depois da concessão da licença e durante a vigencia della;

f) O governo, em relação ao titular da licença, reserva-se o direito de prioridade em materia de compra e uso dos privilegios, processos, methodos de fabricação, formulas e quaesquer outras particularidades analogas, relativas á fabricação do material de guerra.

IV. O titular de uma licença para a fabricação não deverá estar em condições de poder exercer influencia sobre um jornal, seja por meio da posse, em proporção sufficiente, do capital desse jornal, seja por exercer funções administrativas, ou de outra ordem, na empresa do dito jornal.

Essa interdicção deverá applicar-se igualmente aos administradores, directores e altos funcionarios da empresa titular da licença.

O titular de uma licença comprometter-se-á a não dar nenhuma publicidade a respeito do material de guerra para o fabrico do qual a licença foi concedida.

V. Ha incompatibilidade entre o exercicio do mandato legislativo e as funções de administrador ou director de uma empresa privada de fabricação do material de guerra que tenha contractos com o Estado.

VI. Os governos compromettem-se a communicar ao *organismo central internacional* os nomes e os endereços de todas as empresas titulares de licença concedidas por elles.

O *organismo central internacional* deverá publicar as listas das licenças concedidas pelos governos, logo que ellas lhe sejam transmittidas.»

III — AS OBSERVAÇÕES DO COMITÉ ECONOMICO

O Comité Economico, nas observações que apresentou á V Assembléa a respeito dos principios instituidos pela Commissão Temporaria Mixta, partio do presupposto de que “toda a Convenção que tenha por objecto a fiscalização do fabrico das armas e das munições constitue o complemento de outra convenção sobre o commercio internacional desse material de guerra, da qual todos os principaes paizes façam parte”. O Comité considerou essa correlação como da maior importancia, visto “estimar que a regulamentação do fabrico privado seria sensivelmente facilitada se o commercio internacional das armas e das munições fosse igualmente submettido a uma fiscalização effectiva”. Elle presumia, ao proceder á analyse das proposições da Commissão Temporaria Mixta, que a convenção preparada sobre essas bases não entraria em vigor senão depois de ter sido ractificada por todos os principaes paizes fabricantes, dada a circumstancia do “objectivo visado não ser attingido se um ou mais de um dos ditos paizes ficasse fóra da convenção, resultando nesse caso uma *discriminação* favoravel aos fabricantes desses paizes e desfavoravel aos dos Estados contractantes”.

Passando ao exame do fundo da questão, o Comité manifestou-se sobre o conjuncto dos principios submettidos á sua apreciação pela fórmula seguinte:

Em relação ao *item* I:

a) Elle reconhece a grande vantagem que ha em abranger a convenção, se possivel, todo o material consignado na *categoria* I do *art. 1* do projecto de convenção sobre o commercio das armas;

b) Insiste sobre a importancia consideravel que ha, do ponto de vista commercial, em que os productores saibam quaes são os ramos de fabricação que têm necessidade ou não de licença;

c) Suggere que a classe 1 (a) da *categoria* I revista a fórmula de uma enumeração completa de todos os artigos que a ella correspondem, e que a classe 1 (b) apresenta uma correspondencia perfeita com a classe 1 (a).

Quanto ao *item* III:

a) Reconhece que o melhor meio de exercer a fiscalização julgada necessaria é o systema das licenças; crê não obstante conveniente introduzir na disposição uma phrase que indique nitidamente que o “material de guerra” mencionado nos diversos paragraphos desse artigo é o definido no *item* I;

b) Suggere, afim de que se chegue a um methodo uniforme e seguro, que se estabeleça claramente, quer pela adjuncção á convenção de um modelo de licença, quer por outra fórmula qualquer, que as condições, para a obtenção de uma licença, constantes da convenção, são as unicas que se devem exigir, pois, em caso contrario, é de recear que certos governos aproveitem a occasião offerida pelo systema das licenças para introduzir no processo condições novas e embaraçosas, alheias ao objectivo visado pela convenção, taes como despesas de licença muito elevadas ou medidas preferenciaes;

c) Relativamente ao § 2, apesar da grande differença existente entre os termos da versão ingleza e da versão franceza, encontrando-se nesta expressão “publish” traduzida por “présenter au Gouvernement”, como assignalou o Comité, diz ter sido levado a acreditar que em todos os casos a obrigação de apresentar um relatório sobre as operações commerciaes e especialmente financeiras de uma sociedade qualquer, está formulada em termos por demais geraes, que poderão suscitar uma forte opposição; elle suggere a idéa de se attingir o mesmo fim limitando a dita obrigação á apresentação de todos os elementos indispensaveis á fiscalização do fabrico e da venda dos productos a que se refere a convenção.

Sobre o *item* IV:

Embora vise este *item* questão, a seu ver, fóra de sua alçada, julgou, no entanto, o Comité Economico de seu dever chamar a

atenção para a divergencia existente entre o texto inglez e o texto francez, no § 2, deste *item*. Refere-se elle ás expressões “propagande” e “publicité”, que ahi figuram como equivalentes. A esse proposito o Comité, confessando não saber até onde se tinha querido estender a prohibição, isto é, se se pretendia prohibir a publicidade sob todas as fórmás, por annuncios e por catalogos, o que convinha explicar, achou necessario dizer com clareza se a interdicção se refere sómente aos actos da sociedade ou manufactura, ou se tambem aos dos seus agentes, representantes commerciaes, etc.

Sobre os dois *itens* finaes o Comité fez observações de somenos importancia.

IV — JUÍZO CRÍTICO

Examinando-se o *esboço historico* com que iniciamos o presente estudo, verifica-se que duas questões bem distinctas, embora ligadas por certa connexão, constituiram objecto de particular atenção da Sociedade das Nações e de alguns dos seus órgãos technicos desde a sua fundação, sem que se possa affirmar ainda que os esforços continuos empregados para lhes dar solução tenham obtido um resultado satisfactorio.

A primeira dessas questões — a da fabricação privada das munições e do material de guerra — tem sua origem, como ficou dito, no proprio Pacto, que em seu art. 8º, § 5º, confiou ao Conselho o encargo de promover as medidas apropriadas a evitar as “perniciosas consequencias” da producção do material bellico por empresas particulares. O texto mesmo do paragrapho citado parece indicar que a questão foi posta em fóco com o fim de dar satisfação ás “graves objecções” de que elle faz menção, sem no emtanto precisar quaes sejam ellas, como que traduzindo apenas, num echo longinquo, o clamor popular levantado contra a guerra, no momento em que se decidia a sorte da Europa nos salões austeros do Hotel Crillon. . . O referido paragrapho estabelece comtudo uma condição a que ficam subordinadas as medidas que o Conselho foi incumbido de promover: “levar em conta as necessidades das nações filiadas á Sociedade e que não podem fabricar as munições e o material de guerra necessarios á sua segurança”, o que desde logo mostra que, prohibida a fabricação privada, os Estados productores teriam de vender armamentos aos não productores.

A segunda questão é a da fiscalização do commercio das armas e das munições,— assumpto que assumio uma alta importancia

logo depois da guerra, quando a desmobilização de immensos exercitos deixava disponiveis formidaveis acervos de apetrechos bellicos, que era preciso evitar cahissem nas mãos dos povos submettidos a metropoles européas, — hoje sem interesse, depois de normalizada a situação. Ella constituiu o objectivo da Convenção de Saint Germain, não ratificada pelas grandes potencias. O Pacto a ella se refere no art. 23, incluindo-a entre aquelles assumptos collocados sob o patrocínio da Sociedade, incumbida por essa disposição do *contrôle* geral do commercio das armas e das munições de guerra com os paizes nos quaes a fiscalização desse commercio é indispensavel ao interesse commum.

Assim, emquanto o primeiro desses problemas devia constituir objecto de um completo estudo de parte da Sociedade das Nações, nenhuma solução lhe tendo sido suggerida por aquelles que o tinham posto em operação, o segundo havia já encontrado na Convenção de Saint Germain um instrumento normal de resolução, depois tornado inoperante visto não ter sido ratificado pelos mais importantes paizes que o subscreveram. Dessa fórma, quando foi iniciado na Sociedade das Nações o exame das medidas que seria preciso empregar para acabar com os *perniciosos effeitos* da fabricação privada, era esse o grande problema que a deveria preoccupar e que, como já vimos, desafiou a engenhosidade dos mais experimentados especialistas a que ella recorreu.

Mostramos já que o primeiro órgão technico a que foi entregue o estudo da questão, a Commissão Permanente Consultiva, constituida, como se sabe, por delegações militares, navaes e aeronauticas dos paizes membros do Conselho,—declarara em começo de 1921 que, *a não serem as restricções já impostas aos paizes vencidos, nenhuma medida poderia ser tomada com o fim de cercear o direito das industrias dos paizes productores á fabricação dos armamentos*, frisando que, *se se limitasse a producção nesses Estados, não seria possivel impedir que os Estados não productores se tornassem productores, desde que assim o quizessem e possuíssem os recursos para isso*.

Esse parecer da Commissão militar, que traduz com rude franqueza o resultado de um exame objectivo da questão, não deve ter impressionado excessivamente os órgãos dirigentes da Sociedade das Nações, a julgar pelos estudos da Commissão Temporaria Mixta e as resoluções tomadas pela Assembléa nas suas cinco reuniões. Ora, que o problema não comporta uma solução simples, inspirada no idealismo pacifista dos philosophos sem responsabilidades de

governo, mostra-nos o longo e difficil caminho, cheio de inflexões e recúos, por onde transitou este assumpto no seio da Commissão Temporaria Mixta. A principio, esta Commissão, como ficou dito, julgou poder abordar o problema da prohibição, mas, voltando logo atraz, achou preferivel fiscalizar apenas a fabricação privada do material de guerra, dobrando-se assim ao imperativo inilludivel dos factos. Sentindo as asperezas do caminho, procurou ligar então este problema ao do trafico das armas, affirmando que uma séria vigilancia exercida sobre este trafico diminuiria em grande escala os *perniciosos effeitos* da fabricação privada. Não traduz essa affirmacão uma verdade evidente. De facto, a fiscalização do commercio das armas, como está dito no art. 23 do Pacto e já figurava na Convenção de Bruxellas, tem por objecto impedir a entrada de armamentos *em certos paizes*, onde as grandes potencias coloniaes possuem interesses communs; é um problema antigo, que existirá emquanto houver colonias, protectorados, zonas de influencia que aspirem reconquistar sua autonomia politica; emquanto que a fabricacão privada, incluida no Pacto no momento em que a volumosa corrente dos desmobilizados, curtidos pelos horrores da guerra, mostrava-se impaciente por intervir nos negocios do Estado, é problema de outra ordem, que não interessa a ninguem, e que só teve a honra de figurar no Pacto como satisfacão aos reclamos da opinão publica européa, sobresaltada com os monstruosos effeitos da guerra, e, por isso mesmo, predisposta a acceitar como indiscutivel essa contrafacção das causas do conflicto. Não nos parece tivesse jamais havido o proposito de levar até a realizacão pratica as providencias a esse respeito pedidas ao Conselho. A declaracão da Commissão Permanente Consultiva é symptomatica e cresce de valor quando se attenta em que as delegações que a compõem falam tambem em nome dos seus governos, sobretudo se está em causa um grande problema como esse, que envolve interesses superiores dos paizes.

Não é de extranhar, portanto, que da questão principal viesse a fiscalização do fabrico privado do material de guerra ficar em segundo plano, cedendo logar á do commercio internacional das armas, em que os interesses das grandes potencias, todas de posse de colonias ou protectorados, são faceis de conciliar, sem acarretar serios prejuizos a uma das fontes mais seguras e economicas de sua propria defesa: a producção do material de guerra por emprezas particulares. E por isso vemos que emquanto a questão do commercio das armas vae ser discutida em conferencia internacional,

convocada para Maio proximo, a questão da fabricação privada terá de recommençar o seu caminho, examinada novamente pela Comissão Permanente Consultiva, a pedido do Governo Inglez, depois pela Commissão de Coordenação, para ser objecto do exame da Conferencia sómente quando se tiver chegado a um projecto de convenção.

Comprehende-se a attitude das grandes potencias ante esse grave problema, a nosso ver sem solução efficaz. Com effeito, a industria privada dos armamentos é da maior importancia para os paizes que a possuem. Em primeiro lugar, ella se desenvolve nas usinas parallelamente á grande industria metallurgica de paz; fabricação de pontes metallicas, locomotivas, caldeiras, navios, producção indispensavel aos paizes que se bastam a si mesmos e cooperam de facto na direcção politica do mundo. Em segundo lugar, liberta o Estado do onus formidavel que essa industria, quando officializada e a serviço da preparação do material bellico, representa para a nação. Por ultimo, permite applicar aos armamentos nacionaes os progressos incessantes da sciencia e da technica sem impôr o sacrificio do armazenamento dos grandes *stocks*, pois a industria de paz sustenta a de guerra e o fornecimento do material bellico ao estrangeiro é uma experiencia gratuita que aproveita á nação fabricante.

Como esperar, pois, que os grandes paizes, senhores da metallurgia, concordassem com a prohibição do fabrico privado do material de guerra?! E estarão elles dispostos a exercer uma rigorosa vigilancia sobre essa fabricação? Não é de crer. Isso fere os seus mais vitaes interesses, embora o não confessem.

Quanto aos paizes não productores, e o Brasil está neste caso, o problema se apresenta sob outro aspecto; enquanto estivermos na dependencia do mercado estrangeiro para nos prover dos elementos necessarios á defesa do paiz, o que mais nos convém é poder dirigir-nos a empresas particulares para a sua aquisição, e não a outros governos, processo que nos crearia uma sujeição intoleravel e perigosa, sobretudo nos momentos de crise para as nossas relações internacionaes. Quando passarmos a paiz productor, nosso interesse está em ficarmos de posse das vantagens de toda ordem que advêm do fornecimento desse material de guerra a outros paizes, como acima dissemos.

Essas cnsiderações não podem ter escapado aos membros da Commissão Temporaria Mixta que formularam os principios em

que se pretende assentar a convenção sobre a fiscalização de fabrico privado do material de guerra, pois nelles se diz que o *contrôle* será exercido pelos proprios paizes, o que, para os effeitos do desarmamento, do estabelecimento da paz no mundo pela ausencia de material bellico de fabricação particular, é de todo inoperante; essa fôrma de *contrôle* deixa, porém, os grandes Estados armados de um poderoso instrumento de compressão contra os Estados mais fracos. A estes só restará, se se instituir o regimen proposto, crear em seus territorios a industria dos armamentos, o que nem todos poderão fazer.

A solução pacifica dos conflictos internacionaes não depende da fabricação privada ou official dos armamentos, e sim da applicação da justiça ás relações entre os povos. O exemplo do Protocollo de Genebra, adoptado por unanimidade na V Assembléa, com as maiores esperanças e o apoio caloroso das grandes potencias e hoje repudiado, mostra-nos que essa época de justiça internacional ainda está longe.

V — ANNEXO

Definição das armas, munições e materiaes de guerra cujo commercio internacional se pretende submeter á fiscalização.

«Art. I. A presente Convenção applica-se ás armas, munições e materiaes de guerra seguintes:

CATEGORIA I

1º — *Armas e munições, montadas ou em peças separadas, destinadas exclusivamente á guerra terrestre, marítima ou aerea, qualquer que seja a maneira de empregal-as:*

a) Todas as armas e as respectivas munições que façam ou venham a fazer parte do armamento das forças armadas dos differentes Estados, nellas comprehendidas:

Pistolas e revólveres automaticos, ou de carregamento automatico, e seus modelos aperfeiçoados, atirando ao hombro ou com uma só mão, de calibre superior a 6,5 mm. e comprimento do cano superior a 10 centímetros;

Fuzis, mosquestões, carabinas;

Metralhadoras, dispositivos que permittam o tiro através de helices, reparos para metralhadoras;

Apparelhos aereos de pontaria e de visada;
Engenhos de infantaria destinados a lançar projectis;
Lança-flammas;

Canhões longos ou curtos, obuzes e morteiros de todos os modelos, assim como as respectivas viaturas, reparos, recuperadores, accessorios de montagem e aparelhos de pontaria e de visada;

Todo apparelho para lançar qualquer especie de projectil, bombas, torpedos, granadas submarinas, etc.;

Granadas, bombas, minas de terra, minas submarinas fixas e derivantes, torpedos automoveis, granadas submarinas;

Projectis de toda especie;

Munições e artificios utilizados pelas armas e engenhos acima;

Baionetas, sabres e lanças.

b) Todas as armas e respectivas munições, que, depois de terem estado em serviço nos differentes Estados, tenham deixado de fazer parte dos armamentos dos ditos Estados, mas que sejam susceptiveis de utilização militar, com exclusão de qualquer outra utilização.

2º. — *Materiaes de guerra abaixo especificados e peças separadas utilizaveis exclusivamente na construcção dos ditos materiaes:*

Navios de toda especie construidos exclusivamente para a guerra, nelles comprehendidos submarinos e submersiveis;

Dirigiveis, aeroplanos e hydroplanos construidos exclusivamente para a guerra;

Carros de assalto;

Automoveis blindados.

Genebra, 3 de Fevereiro de 1925.

MAJOR ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO,

Assessor Technico da Delegação.

N. 6

Trechos do relatório a respeito da Conferência I, sobre
Formalidades Aduaneiras

A SIMPLIFICAÇÃO DAS FORMALIDADES ADUANEIRAS

O PROBLEMA DO EQUITATIVO TRATAMENTO COMMERCIAL E A OBRA DO COMITÉ ECONÓMICO DA LIGA DAS NAÇÕES. A CONFERENCIA INTERNACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DAS FORMALIDADES ADUANEIRAS. A ACTUAÇÃO DO DELEGADO DO BRASIL. ECONOMIA DA CONVENÇÃO ADOPTADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1923

PRELIMINARES

Um dos fundadores da Liga das Nações, definindo o objectivo da instituição, disse que ella não devia apenas evitar a guerra, mas sim constituir a propria base de um novo systema internacional, ser um orgam permanente da vida dos povos “sempre presente, vivo e activo”. Essa concepção tomou corpo na Carta Constitucional da Liga. Logo no preambulo está dito que, para desenvolver a co-operação entre as Nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa, entre outras condições, que os Estados associados entretenham, ás claras, relações fundadas na justiça e na honra.

Em nossa época, fallar em relações entre povos é fallar sobretudo em relações commerciaes. Haja vista o caso da Russia que durante alguns annos, isolada social e politicamente de quasi todos os paizes civilizados, continuou, entretanto, mantendo relações commerciaes com a maioria delles; relações difficeis, precarias, embaraçadas por toda sorte de tropeços, isto é, não gosando das innumeras facilidades com que se movimenta o commercio de todos os povos em boas relações politicas.

Durante a tremenda lucta de 1914-1918, em que se poz em pratica um bloqueio economico organizado com o luxo de todos os recursos industriaes e scientificos de que os belligerantes podiam lançar mão, as trocas commerciaes entre os proprios inimigos não puderam ser completamente interrompidas. Os agentes encarregados de zelar pela efficacia do bloqueio foram muitas vezes os proprios intermediarios obedientes ás ordens de seus respectivos governos que, estes, obedeciam a invenciveis necessidades. Tal é a intima ligação economica que prende uns aos outros todos os povos civilizados.

Ampliando, pois, o pensamento contido no preambulo do Pacto,

os constituintes da Liga fixaram, no art. 23, certas obrigações que visam justamente as relações commerciaes entre os varios Membros. Esse art. 23 diz em seu § E que os Membros da Sociedade das Nações adoptarão as disposições necessarias á garantia de um tratamento equitativo do commercio, ou, voltando ao que diz o preambulo, relações commerciaes em bases justas e honrosas.

A Commissão constituiu uma Sub-Commissão encarregada especialmente de estudar o assumpto. Essa Sub-Commissão compõe-se de sete membros: Sir Hubert Llewellyn Smith, Vice-Presidente do Board of Trade; Daniel Serruys, Director Geral do Ministerio do Commercio da França; Jules Brunet, Ministro Plenipotenciario, Director Geral dos Negocios Commercias e Consulares do Ministerio das Relações Exteriores da Belgica; Jan Dvoracek, Director Geral do Ministerio do Commercio da Tcheco-Slovaquia; Shinjiro Matsuyama, Delegado do Japão; Alberto Pirelli, Industrial e Economista italiano; Henri Heer, Presidente das Associações Cooperativas da Suissa e do autor destas linhas. Em meados de 1922 puzemos mãos á obra e logo verificamos o quanto era espinhosa a nossa tarefa.

A Commissão reconheceu que lhe era impossivel pretender definir o "*equitativo tratamento commercial*" de modo a contentar todo o mundo. Verificou tambem que era inutil tentar um accôrdo geral entre os Membros da Sociedade das Nações, tendo por fim uma solução de tão arduo problema. Resolveu então abordar a questão sob varios aspectos, isto é, atacal-a em todos os pontos que lhe parecessem susceptiveis de uma acção efficaz. Quer isso dizer que o trabalho tem de ser forçosamente lento; o assumpto não pôde ser esgotado. A' medida que as relações economicas entre os Membros da Liga forem melhorando, novos progressos poderão ser feitos. E assim é que não exageramos dizendo que esse thema será indefinidamente objecto das cogitações da Commissão.

Por ora, o seu esforço pôde parecer extremamente modesto. Mas, antes de critical-o, convém que se olhe para a situação geral do mundo e muito especialmente para a situação social, politica e economica, desta velha Europa, peada por velhas tradições e, forçoso é dizel-o, por atavicos e profundos odios...

A Commissão tomou, pois, para directriz dos seus esforços a exequibilidade das medidas a serem propostas aos Membros da Liga. Nada de projectos edificantes, sensacionaes, mas que ficassem letra morta. Mas, sim um exame consciencioso do que é actualmente

possível obter de cada paiz em beneficio da collectividade. Assim é que, para melhorar o estatuto das pessoas que se entregam ao commercio em paizes estrangeiros e para lhes garantir o exercicio da sua actividade em condições equitativas, a Commissão verificou que não é possível, por ora, propor aos varios Estados uma convenção sobre o assumpto. Nada impedia, entretanto, que a Commissão elaborasse um projecto de convenção e que em seguida convocasse uma conferencia diplomatica para transformar o projecto n'um accôrdo a ser ratificado pelos varios governos. Mas, examinando detidamente esse aspecto delicado do problema do equitativo tratamento commercial, ella verificou que nas condições actuaes do mundo uma convenção dessa natureza não seria ratificada, e só daria lugar a polemicas nocivas ao objectivo em vista. Em taes condições, a Commissão elaborou uma serie de principios que, a seu ver, devem guiar cada Estado ao decretar as regras applicaveis quer ás pessoas quer aos capitaes estrangeiros. São recommendações que a Assembléa de Setembro de 1923 ratificou *in-totum* e que devem servir de directrizes para os legisladores dos Estados Membros da Liga.

Ella reconheceu, entretanto, a probabilidade de exito de um accôrdo que facilite, por via de arbitragem, a solução dos numerosos litigios oriundos dos contractos commerciaes. E foi ainda porque se convencesse da possibilidade de um ajuste internacional, tendo por fim a simplificação das formalidades aduaneiras, que a Commissão Economica elaborou um projecto de convenção, que, depois de examinado pelos varios Membros da Liga, foi em Outubro de 1923 o motivo de uma importante conferencia internacional na cidade de Genebra. O exito dessa conferencia ultrapassou todas as espectativas; o seu trabalho constitue, sem duvida, um passo de grande alcance para a solução do arduo problema do tratamento equitativo do commercio.

A Commissão Economica teve, em primeiro lugar, o cuidado de escolher no vasto dominio das formalidades aduaneiras as questões mais essenciaes, que podessem ser utilmente debatidas em uma conferencia internacional. Feito isso, elaborou um ante-projecto de convenção que foi logo submettido aos Governos dos Estados Membros da Liga; varios fizeram conhecer o seu ponto de vista ou submeteram propostas sobre o assumpto. O Brasil enviou um notavel parecer da lavra do Dr. Angelo Bevilaqua, mui distincto Conferente da Alfandega do Rio de Janeiro. Em meados do anno passado, a Commissão organizou uma reunião de peritos aduaneiros repre-

sentando 17 paizes e lhes pediu opinião sobre o ante-projecto de convenção e sobre os pareceres dos varios governos. Esses peritos fizeram um minucioso trabalho contendo varias suggestões que muito serviram á Commissão para a elaboração do programma definitivo da conferencia.

Duas idéas geraes dominaram a organização da conferencia: a primeira consistiu em firmar, sem possivel equivoco, que nessa reunião só seriam tratadas as questões relativas ás formalidades aduaneiras; a politica tarifaria dos Estados devia ser excluida dos debates. Aliás, desde as suas primeiras deliberações sobre o assumpto, a Commissão Economica constatou a inoportunidade de abordar o estudo de uma materia que, nas circumstancias actuaes, não tem probabilidade alguma de ser objecto de accôrdo internacional. A outra idéa dominante foi a de attrahir á conferencia o maior numero de Estados. A Commissão propoz ao Conselho, e este acceitou, que fossem convidados não sómente os Membros da Sociedade, mas tambem todos os outros paizes que possuem um regimen alfandegario autonomo. Assim foi que, além de 31 Estados Membros da Sociedade das Nações, enviaram representantes os seguintes paizes: a Allemanha, o Egypto, o Protectorado de Marrocos e a Tunisia. O Governo dos Estados Unidos nomeou o seu consul em Genebra e quatro consultores-technicos para acompanharem os trabalhos da conferencia na qualidade de observadores. Coube a mim a honra de representar o Brasil.

A CONFERENCIA E A ACTUAÇÃO DO DELEGADO DO BRASIL

A Conferencia encetou os trabalhos em 15 de Outubro e os encerrou a 3 de Novembro. Foi presidida por Lord Buxton, ex-presidente do *Board of Trade* e ex-governador geral da Africa do Sul. Além dos representantes de 36 paizes, havia uma importante delegação da Camara do Commercio Internacional, sob a chefia do actual Ministro de Finanças da França, M. Etienne Clémentel. Essa delegação, que era o porta voz dos homens de negocios, tomou uma parte muito activa nos trabalhos da Conferencia e contribuiu efficazmente para o seu exito.

A actuação do Delegado do Brasil está sufficientemente registrada nas actas das varias sessões das commissões e do plenario. Limitar-me-ei, pois, a reproduzir o que se acha publicado nos documentos officiaes.

Ao ser discutido o regulamento da Conferencia, o Delegado da Hespanha propoz uma emenda ao art. 15 no sentido de que as declarações de abstenção não fossem consignadas. Baseava-se elle no facto de assim estipular o regulamento da Assembléa da Liga. Intervim no debate:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) explique que le règlement de l'Assemblée est nécessairement différent de celui d'une conférence telle que la Conférence des formalités douanières: les décisions de l'Assemblée doivent, en effet, être prises parfois à l'unanimité, alors que celles de la Conférence n'exigent qu'une simple majorité, ou, dans certains cas, une majorité des deux tiers. Dans ces conditions, il ne voit aucun inconvénient à ce que les abstentions soient enregistrées, notamment lorsque les intéressés en font la demande expresse. » (Actas do plenário, 1º vol., pag. 57).

Em seguida a essa minha intervenção e ao appello que lhe foi feito pelo Presidente, o Delegado hespanhol retirou a referida emenda.

Por occasião da discussão geral do projecto de Convenção pronunciei o seguinte discurso:

« M. BARBOSA CARNEIRO (Brésil) déclare que, après une étude très approfondie du programme soumis à la Conférence, le Gouvernement du Brésil adhère volontiers aux principes posés dans ce programme. La délégation brésilienne est venue à la Conférence avec le ferme désir d'aboutir à des résolutions pratiques et l'espoir que la Conférence ne se séparera pas sans avoir élaboré des arrangements pouvant être incorporés dans les diverses législations, dans le plus bref délai possible.

La question des formalités douanières et de la publicité des lois régissant l'entrée et la sortie des marchandises vient justement de faire l'objet d'un long examen à la Conférence panaméricaine de Santiago de Chili qui eut lieu cette année-ci. Le Brésil y a assisté et sa délégation a collaboré très activement avec celles des autres pays américains pour l'adoption de certaines résolutions relatives à ces questions. Deux conventions et dix-sept recommandations ont été adoptées par cette Conférence, à l'unanimité, ce

qui leur donne une importance toute particulière. Il serait peut-être utile de faire connaître ces résolutions; on aurait ainsi une idée des dispositions déjà admises par les dix-huit Nations qui ont pris part à la Conférence de Santiago de Chili.

La première de ces conventions vise la publicité des lois, décrets et règlements douaniers. Elle comprend neuf articles. Elle stipule que les Parties contractantes échangeront mutuellement les textes des lois, décrets et règlements régissant l'entrée et la sortie des marchandises, aussi bien que l'entrée et la sortie des bateaux. Elle s'engage à publier, soit *in extenso*, soit en résumé, toutes ces lois, décrets et règlements et à les transmettre en outre au Conseil directeur de l'*Inter-American High Commission*. Enfin, elle a chargé le Conseil de publier un annuaire aussi détaillé que possible de toutes les lois, décrets ou règlements douaniers en vigueur dans les pays américains. Cet annuaire sera édité en quatre langues, — portugais, espagnol, anglais et français. La Convention entrera en vigueur dès que six Etats l'auront ratifiée.

La seconde Convention a trait à la nomenclature douanière. Aux termes de cette Convention, les Etats s'engagent à adopter la nomenclature de Bruxelles de 1913, soit comme nomenclature unique, soit comme nomenclature double.

Le délégué du Brésil donne ensuite lecture des dix-sept recommandations:

« Il résulte de ces différentes résolutions qu l'esprit dominant dans les pays du Continent américain est un esprit de progrès, d'équité en matière douanière et de collaboration internationale en vue de faciliter le mouvement commercial.

Il termine en saluant les représentants officiels des Etats Unis d'Amérique et souhaite, au nom de son Gouvernement, que cette Conférence marque effectivement le début de l'application des dispositions du paragraphe e) de l'article 23 du Pacte. » (Actas do plenário, 1º vol., pags. 60-61.)

Tendo sido resolvido a constituição de uma comissão consultiva da mesa, fui convidado pelo Presidente para membro dessa Comissão. (Actas do plenário, 1º vol., pag. 63.)

Ao ser discutido o art. 5º do projecto do Comité Economico, provoquei um longo debate sobre a questão do equitativo tratamento commercial. Esse artigo 5º rezava assim:

« Les E'tats participants s'engageraient à observer strictement le principe du traitement équitable, en ce qui concerne les réglementations ou procédures douanières ou similaires, les formalités relatives à la délivrance des licences, les méthodes de vérification ou d'analyse, ou toute autre question visée par les présents articles; en conséquence, ils devraient, en ces matières, s'interdire toute discrimination injuste, dirigée contre le commerce d'un E'tat participant. Le principe ci-dessus demeure applicable même dans le cas où certains E'tats participants, conformément à leur législation ou à leurs accords commerciaux, pourraient se consentir réciproquement l'octroi de facilités encore plus grandes que celles prévues aux présents articles. »

O ultimo paragrapho tinha por effeito salvaguardar a possibilidade de ajustes especiaes entre a Grã-Bretanha e os Dominios ou entre os Dominios uns com os outros. Os resumos dos debates dão apenas uma pallida idéa da sessão bastante movimentada. Eis o que consta da acta:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) déclare que le Brésil n'a jamais pratiqué une politique de discrimination en ce qui concerne les formalités douanières. Depuis les premiers jours de son indépendance, le Brésil a accordé le même traitement à toutes les Nations avec lesquelles il est en relations. Ce traitement équitable, il l'applique aux individus ou aux sociétés commerciales de n'importe quel pays dans les mêmes conditions qu'à ses propres ressortissants. Il lui est donc facile de souscrire aux principes contenus dans le programme de la Conférence.

Cependant, il propose la suppression de la dernière phrase de l'article 5 qui est ainsi conçue:

« Le principe ci-dessus demeure applicable même dans les cas où certains E'tats contractants, conformément à leur législation ou à leurs accords commerciaux, pourraient se consentir réciproquement l'octroi de facilités encore plus grandes que celles prévues aux présents articles. »

« Cette phrase semble contredire le principe posé dans la première partie de l'article. Elle implique, en effet, que quelques E'tats contractants pourront, conformément à leur législation, consentir des facilités spéciales à certains Etats sans les étendre à tous les contractants. Il en résulterait inévitablement un traitement non équitable. Ce serait un privilège dont ne bénéficieraient que quelques contractants. Ceux qui, comme le Brésil, sont tenus à accorder le même traitement à tous, pourraient être victimes d'une discrimination sans avoir la possibilité d'en obtenir, par les mêmes moyens, une juste compensation.

Il estime qu'il est de toute évidence qu'une contradiction existe entre la dernière phrase et la première. En effet, celle-ci affirme solennellement que tous les E'tats contractants s'engagent à observer strictement le principe du traitement équitable en ce qui concerne les formalités douanières. De la sorte, certains E'tats liés par leurs législations respectives se trouveraient dans une situation privilégiée puis qu'ils bénéficieraient dans n'importe quel E'tat contractant de tous les avantages que la Convention leur accorde, et en plus de cela, ils pourraient s'accorder mutuellement des avantages spéciaux dont ne bénéficieraient pas les autres contractants. C'est là une situation contraire à la lettre et à l'esprit de l'article 23 du Pacte, et si l'on désire effectivement mettre à exécution cet article, il faut exclure de la Convention l'exception prévue à la dernière phrase de l'article 5.

Il pourrait ajouter d'autres raisons, mais comme il vient d'être informé que son distingué collègue et ami M. Buero, Délégué de l'Uruguay, désire prendre la parole sur le même sujet, il s'abstient pour le moment de développer davantage son point de vue. »

Depois de longos debates:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) déclare qu'il se trouve dans une situation particulièrement délicate étant à la fois délégué du Brésil et membre du Comité économique. On pourrait supposer qu'il a souscrit à la rédaction de l'article 5, en tant que membre du Comité économique et que main-

tenant il s'y oppose en tant que délégué du Brésil. Il estime qu'il aurait pu avoir une opinion dans le sein du Comité économique et soutenir une thèse différente devant la Conférence. En effet, en sa qualité de membre du Comité il agit en toute indépendance; il ne reçoit point d'instructions de son Gouvernement, car il y siège en qualité d'expert et en cette qualité il ne fait qu'émettre un avis à l'usage du Conseil. Ses opinions et son vote dans le sein du dit Comité n'engagent nullement le Gouvernement brésilien. Il aurait donc pu soutenir une opinion au sein du Comité et être maintenant obligé de défendre la thèse contraire, car ici il ne parle que comme délégué de son Gouvernement, lequel lui a donné des instructions; mais il tient à déclarer que cette situation divergente n'existe pas. Son opinion dans le sein du Comité économique a été exactement la même que celle qu'il vient d'exprimer, c'est-à-dire qu'il s'est prononcé contre le text de l'article 5 tel que la Conférence le connaît. Il a fini par se rallier au programme (Annexe I), parce qu'en somme ce programme devrait être soumis à une Conférence internationale. Il eût souhaité que le Brésil eût à cette Conférence un autre représentant qui eût défendu ses droits avec plus de compétence. Mais il tient à citer l'exemple même dont il s'est servi au sein du Comité économique pour combattre la phrase finale de l'article 5. Cet exemple est le suivant:

Le Brésil n'aurait pas le droit, aux termes de cet article, de conclure avec un autre pays un accord par lequel il permettrait aux marchandises de ce pays d'entrer chez lui en jouissance de faveurs spéciales et en même temps de refuser les mêmes facilités à tout autre État. Mais le Canada aurait le droit de conclure un accord de ce genre avec l'Afrique du Sud, par exemple, parce que ces deux États, tout en étant souverains en matière de conclusion d'accords commerciaux, sont membres de l'Empire britannique, et rentrent ainsi dans la catégorie des États visés à l'article 5. Ces deux États pourraient, par exemple, conclure, pour l'importation des cafés sud-africains, un accord de ce genre, qui serait préjudiciable au marché brésilien.

Il n'est pas convaincu par les arguments soutenus par ses distingués collègues du Comité économique. Certes,

équité ne veut pas nécessairement dire égalité; mais là où une discrimination est permise, il n'existe qu'un petit pas à faire pour que l'inégalité se confonde avec l'iniquité. Si un des Etats contractants se cantonne derrière la dernière phrase de l'article 5 pour consentir à certains pays des concessions, des traitements plus favorables que ceux consentis aux autres contractants, le principe même qui est la base de la Convention serait éludé.

L'article 5 présente, à son avis, un autre danger, car il peut encourager des groupes d'Etats autres que ceux cités par le délégué de l'Uruguay à se faire des concessions particulières, ce qui entraînerait fatalement l'inefficacité de la Convention.

En conséquence, en son nom personnel et au nom des délégations du Chili et de l'Uruguay, il soumet à la Conférence un amendement tendant à la suppression de la dernière phrase de l'article 5. »

A emenda proposta pelo Brasil, o Chile e o Uruguay é, por fim, rejeitada.

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) remercie Sir Hubert Llewellyn Smith et M. Harders de leurs déclarations très précises et très explicites; il les considère comme un engagement de nature à rassurer tous les États contractants. Il demande que ses interventions, ainsi que le discours de M. Buero et la réponse des représentants de l'Empire britannique et de l'Australie, soient insérés *in extenso* au procès-verbal. » (Actas do plenário, 1º vol., pags. 76, 77, 78 e 79.)

Pareceu-me avisado mostrar clara e precisamente que ao Delegado do Brasil não escapava o inconveniente e mesmo o illogismo daquelle paragrapho. Eu me conformava assim com a minha propria attitude no seio do Comité Economico e forçava outros Delegados a tambem se manifestarem sobre o assumpto.

Esse objectivo foi attingido, como se verifica dos excerptos acima. A Grã-Bretanha queria firmar, como o fez em Barcelona, o principio da união dos seus varios Dominios e a liberdade, para elles, de regulamentar, por accòrdos *enter se*, quaesquer questões tambem regulamentadas por Convenções internacionaes de que sejam partes.

O ponto de vista britannico é comprehensivel. Mas, em face do Pacto, não é, a meu vêr, defensavel. Porque, se o Pacto reconhece aos Dominios os mesmos direitos dos demais Membros, elle não lhes outorga privilegios. Como acceitar, que nos ajustes especiaes entre os Membros da Liga, se admitta para os Dominios britannicos e para os Protectorados francezes, tambem beneficiarios, maiores regalias do que as que gozam os demais contractantes?

Foi, pois, para frizar bem que não nos escapava essa anomalia e para salvaguardar a nossa liberdade de acção no futuro, que não hesitei em manifestar, no seio do Comité Economico, primeiro, e depois no seio da Conferencia, a minha reprovação a taes excepções.

Muitos dos Delegados que votaram contra a nossa emenda, por motivos politicos, vieram a mim, depois da sessão, felicitar o Delegado do Brasil pela sua independencia e coherencia. O proprio Delegado da Grã-Bretanha, com quem mantenho as melhores relações e que é meu collega no Comité Economico, disse-me espontaneamente que, agindo como agi, eu era coherente commigo mesmo.

Foi, depois, o Delegado Inglez Sir Arthur Balfour quem me propoz para Presidente da Sub-Commissão encarregada do estudo da questão da publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros (Actas da Commissão B, II vol., pag. 257).

* * *

A Conferencia constituiu tres Comissões: a Commissão A, presidida pelo Sr. Henri Heer (Membro suiso do Comité Economico); a Commissão B, presidida pelo Sr. Etienne Clémentel, e a Commissão C, presidida por Sir Hubert Llewellyn Smith, delegado da Grã-Bretanha. Fiz parte das duas primeiras e, embora convidado para a terceira, recusei ser designado por me não ser materialmente possivel acompanhar os seus trabalhos.

A Commissão A foi encarregada do estudo dos arts. 8, 9, 10 e parte do 11 do projecto elaborado pelo Comité Economico. Intervim varias vezes na discussão desses artigos, tendo sido designado para membro de uma Sub-Commissão encarregada do exame detalhado do art. 10, que era relativo ás condições da entrada dos caixeiros viajantes e das suas collecções de amostras (Actas da Commissão A, II vol., pag. 228). Fiz admittir pela Sub-Commissão uma emenda que vingou no plenario e que se acha consagrada no art. 10 da Convenção. O projecto previa o reembolso da caução por qualquer

posto alfandegario. Fiz notar que isso seria impossivel num paiz de immensas fronteiras como o Brasil e propuz que a caução só pudesse ser reembolsada pelas alfandegas especialmente indicadas pelo Governo como capazes de tal operação. Basta que o Governo publique uma lista de taes alfandegas. Pareceu-me que, no Brasil, certas alfandegas de grande movimento, como as do Rio de Janeiro, da Bahia, de Santos e de Pernambuco, poderiam ser autorisadas a reembolsar o deposito das quantias necessarias ao pagamento eventual dos direitos de mercadoria entrada por uma dellas e devendo sahir por outra.

Obtive tambem da Sub-Commissão que fosse admittida a faculdade para os Estados contractantes de exigirem o visto consular nas carteiras de identidade.

* * *

Ao ser discutido o art. 8º do projecto do Comité Economico a Delegação franceza propoz o seguinte complemento:

«Par analogie avec ce qui est prévu pour les certificats d'origine, les documents dits "factures d'origine" ou "factures consulaires" ne seront exigibles qu'autant que la production en sera rendue nécessaire soit pour établir l'origine de la marchandise importée, lorsque l'origine est susceptible d'influer sur les conditions d'admission de la marchandise, soit pour déterminer la valeur de celle-ci, dans le cas de tarif *ad valorem* pour l'application duquel la facture commerciale ne serait pas suffisante.

La contexture des factures d'origine ou factures consulaires sera simplifiée de manière à éviter toutes complications ou difficultés et à faciliter l'établissement de ces titres par le commerce intéressé.

Le coût du visa des factures d'origine ou consulaires ne comportera qu'un droit fixe qui devra être aussi réduit que possible et il ne sera pas exigé, pour une même facture, un nombre d'exemplaires supérieur à deux. »

Essa proposição deu ensejo a longo debate no seio da Commissão A. Intervim nos seguintes termos:

«M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) déclare adhérer en principe à la proposition de la Délégation française. Il de-

mande toutefois que le nombre maximum des exemplaires exigibles soit élevé à 4, chiffre nécessaire pour la plupart des Républiques de l'Amérique du Sud en vue de l'établissement de leurs statistiques commerciales et sur lequel elles se sont mises d'accord à la Conférence interaméricaine tenue à Buenos-Ayres en 1916.

Le Délégué du Brésil désire, en outre, consulter la Commission sur un projet de recommandation qu'il a l'intention de présenter et dont il donne lecture, tendant à la répression des fraudes auxquelles se livrent certains commerçants malhonnêtes en ce qui concerne la déclaration de valeur portée sur les factures consulaires. Ces fraudes sont préjudiciables à la fois aux intérêts du Trésor et au commerce honnête et donnent lieu à un traitement peu équitable du commerce.

Avant de procéder à l'examen de cette nouvelle proposition, le Président consulte la Commission sur l'amendement brésilien tendant à porter à 4 le nombre des exemplaires exigibles.

M. BOLLEY (France) insiste pour que ce nombre ne dépasse pas le chiffre 3.

M. ROY (Canada) déclare se rallier entièrement à la proposition française. Au Canada, il n'est exigé que trois exemplaires et le visa est gratuit. Il insiste auprès de son collègue brésilien dans le même sens que le Délégué de la France.

M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) regrette l'opposition que sa proposition rencontre et demande qu'en tout cas le nombre des factures consulaires ne soit pas inférieur à trois.

La proposition de la Délégation française, modifiée conformément aux amendements des Délégués de la Roumanie et du Brésil, est adoptée à l'unanimité. » (Actas da Comissão A, II vol., pag. 258.)

Como se vê do excerpto acima, levantêi nessa mesma ocasião uma questão importante para o Brasil, isto é, a repressão internacional das fraudes nas declarações do valor da mercadoria.

Após ligeira discussão a Comissão decidiu submeter a minha proposta á mesa da Conferencia. (Vide Actas da Comissão A, II vol, pag. 258.)

A Comissão B foi encarregada de examinar os arts. 3, 4 e os paragraphos *a*, *b*, etc., e do art. 11 do projecto do Comité Económico.

Ao ser encetada a discussão do art. 3, intervim nos seguintes termos:

«M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) remarque que l'article 3 porte sur les deux points principaux:

1º, la publicité des lois qui gouvernent l'entrée et la sortie des marchandises;

2º, l'établissement de tableaux clairement dressés qui permettront d'obtenir des renseignements précis quant aux taxes et droits payables sur ces marchandises.

Au Brésil, toute loi ou règlement ne peut être mis en vigueur que quelques temps après sa publication au "Journal Officiel". Le délai varie de trois jours à Rio de Janeiro à deux ou même trois mois dans certains Etats éloignés; mais pour les lois et règlements douaniers, le délai imposé est toujours de trois mois.

L'orateur attire l'attention de la Commission sur la question des droits d'exportation au sujet desquels son pays se trouve dans une situation quelque peu spéciale. Le Brésil est une fédération d'Etats, et chaque Etat est autonome dans une large mesure, notamment en matière financière et en ce qui concerne les droits d'exportation. La situation est la suivante: le Gouvernement fédéral n'a aucunement le pouvoir d'obliger les différents Etats à prendre des mesures particulières au sujet des droits d'exportation. Si donc la Convention ne porte que sur les droits d'importation, le Gouvernement brésilien pourra la ratifier; mais si, comme c'est à présent le cas pour l'article 3, elle porte également sur les droits d'exportation, le Gouvernement brésilien sera obligé de refuser son adhésion. L'orateur propose donc que toute allusion aux droits d'exportation soit supprimée à l'article 3.

Au surplus, il se demande si la publication préalable par le Gouvernement des droits d'exportation est absolument indispensable ou même utile pour les commerçants établis à l'étranger. Au Brésil, par exemple, les prix indiqués aux acheteurs étrangers sont en général des prix f. o. b. qui

comprennent les droits d'exportation frappant la catégorie particulière de marchandises à un moment donné. Ce n'est donc pas à l'acheteur étranger mais au négociant brésilien de connaître les droits d'exportation. En outre, dans certains Etats, le montant des taxes à l'exportation varie de semaine en semaine, parce que ces droits sont établis sur une base *ad valorem*. Si l'on faisait disparaître de l'article 3 toute allusion aux droits d'exportation, on ne causerait aucun préjudice au monde du commerce.

En ce qui concerne les interdictions d'exportation, elles n'entrent en vigueur au Brésil qu'après avoir été publiées au "Journal Officiel". Le délai dépend en réalité des circonstances particulières à chaque cas; par exemple, l'interdiction soudaine d'exportation nécessitée par une calamité publique, telle qu'une inondation, peut être appliquée le jour même de sa publication, mais ce sont là des cas exceptionnels.

En conclusion, l'orateur demande à la Commission de supprimer dans l'article 3 toute allusion aux droits d'exportation.

Le Président suggère que les propositions de M. Barboza Carneiro soient examinées au cours de la discussion détaillée de l'article 3.

Cette proposition est adoptée.

9. Amendement de la délégation suisse à l'article 3.

M. LEUTE (Suisse) présente l'amendement de la délégation suisse à l'article 3. Il déclare qu'il a déjà expliqué en conférence plénière les raisons de cet amendement. Il ne les répétera donc pas à la Commission, mais il se contentera d'indiquer que les orateurs précédents, notamment M. Barboza Carneiro, ont montré la nécessité de tenir compte des cas spéciaux. » Actas da Comissão B, II Vol., pag. 269).

O Delegado da Hungria tendo proposto uma emenda no sentido de deixar inteira liberdade aos contratantes, quanto ao momento da publicidade das leis ou regulamentos aduaneiros e tendo declarado não aceitar uma proposta do Delegado Belga no sentido de ser inserida uma clausula interpretativa no protocollo, e isso porque na sua opinião os termos do art. 3º exprimiam de modo peremptorio

a necessidade da publicação preliminar, manifestei assim o meu modo de vêr:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) ne peut se rallier à la manière de voir de M. Koenig; à son avis, une réserve dans le protocole de clôture a la même force juridique que dans le texte même. Il estime que la réserve faite par un pays est la condition *sine qua non* de l'adhésion de ce pays. Les autres contractants le reconnaissent explicitement et par là même donnent une complète force de droit à l'exception ainsi solennellement admise. Il prie M. Koenig de vouloir bien examiner la possibilité d'adhérer à la clause interprétative. La question intéresse également son propre pays et il est prêt à accepter l'insertion dans le protocole d'une réserve relative aux droits d'exportation; il est convaincu que cette réserve aura la même force pour le Brésil, qu'elle soit dans le protocole ou dans le texte même de la Convention.

M. BRUNET (Belgique) est complètement d'accord sur ce point avec M. Barboza Carneiro. Il prie M. Koenig de ne pas insister pour qu'on vote sur son amendement avant que la Commission ne soit saisie d'un texte à insérer au protocole. » (Actas da Comissão B, II Vol. pag. 271).

Voltando á discussão o art. 3º, propuz, juntamente com o Delegado do Canadá, uma emenda mandando supprimir toda allusão aos direitos sobre as mercadorias exportadas. O meu collega do Comité Economico, Sr. Serruys tendo insistido para que fosse mantida a referida obrigação, expliquei novamente o nosso caso:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) rappelle que le Gouvernement fédéral du Brésil ne peut imposer des conditions aux Etats fédérés, en ce qui concerne les droits d'exportation.

Le Gouvernement fédéral ne dispose d'aucun moyen pour obliger les États fédérés à publier des renseignements au sujet de leurs taxes sur les exportations.

M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) remercie le Président d'avoir placé le débat à un niveau si élevé.

Au Brésil, les États fédérés ont des droits exclusifs

pour les taxes d'exportation et le Gouvernement fédéral a les mêmes droits pour les taxes d'importation.

Il explique les raisons historiques de cet état de choses.

L'orateur n'a l'intention de s'opposer, en aucune façon, aux principes libéraux donnés par le Président; pour cette raison, et en vue de prouver que le Brésil ne veut pas mettre une note discordante dans la Conférence, il se déclare prêt à accepter une réserve dans le protocole de clôture, mais il estime que cette réserve devrait aller un peu plus loin que celle rédigée précédemment par M. Brunet, d'autant plus que le Gouvernement fédéral du Brésil ne peut prendre aucun engagement à ce sujet au non des Etats fédérés.

M. BRUNET (Belgique) remercie M. Barboza Carneiro de l'esprit de conciliation dont il vient de faire preuve. On pourrait peut-être décider que le rapporteur mentionnera la question dans son rapport, et laisser à la Conférence plénière le soin d'arrêter un texte définitif.

M. SERRUYS (Membre du Comité économique) demande aux délégations brésilienne et canadienne si elles consent à retirer leur amendement en considération du fait que le texte suivant sera inséré au protocole de clôture:

Pour l'application de l'article 3, les Etats suivants: Brésil, Canada, etc., déclarent que leur adhésion n'engage que le Gouvernement central, sans préjudice des droits autonomes reconnus par leur constitution aux Etats fédérés qui le composent, en matière de tarif à l'exportation.

M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) et M. ROY (Canada) se rallient en principe à cette suggestion, mais demandent le renvoi de la décision à une séance ultérieure afin qu'ils puissent examiner le texte à tête reposée. » (Actas da Comissão B, II Vol., pags. 275-276).

Tratei ainda do mesmo assumpto por ocasião da 7ª sessão:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) déclare que lorsque M. Serruys avait donné lecture de son texte à la quatrième séance, il avait eu le sentiment que ce texte ne correspondait pas tout à fait à la réserve qu'il avait en vue. Comme représentant d'un Gouvernement fédéral, l'orateur déclare qu'il ne peut prendre pour son Gouvernement l'engagement de

publier les dispositions des États relatives aux droits d'exportation, ou les modifications apportées à leur application, car le Gouvernement fédéral du Brésil ne peut pas obliger les États fédérés à prendre des mesures à ce sujet.

La résolution canadien et brésilienne a en vue d'exonérer le Gouvernement fédéral d'une obligation qu'il lui est légalement impossible d'assumer.

L'orateur présente l'amendement suivant qui pourrait peut-être donner satisfaction à M. Serruys. Il consisterait à remplacer la dernière phrase de son amendement primitif ("en matière de droit d'exportation et toute dispositions y relatives") par le texte suivant: "à l'exception cependant des droits et toutes dispositions y relatives édictées par l'autorité fédérale, concernant les exportations des territoires qui ne jouissent pas de l'autonomie ci-dessus mentionnée.

Sur la proposition du Président, la Commission décide de confier à un Comité de rédaction, composé de M. M. Barboza Carneiro (Brésil), Brunet (Belgique), Roy (Canada) et Serruys (Membre du Comité économique) le soin de rédiger le texte en discussion et de le remettre au rapporteur qui l'insérera directement dans son rapport sans que la Commission ait à l'examiner à nouveau. » (Actas da Comissão B, II Vol., pags. 288-289).

* * *

A Comissão B occupou-se também da publicidade e da permuta das leis, decretos e regulamentos aduaneiros. Eu não podia esquecer que em Santiago houve um serio esforço no mesmo sentido e que por iniciativa nossa a Conferencia Pan Americana adoptou uma Convenção sobre o assumpto. Entendi que era do meu dever chamar a attenção da Conferencia sobre o que fora feito na America e procurar um traço de união entre o que adoptamos no Chile e o que seria resolvido em Genebra. A minha intervenção provocou longo debate (vide Actas da Comissão B, II Vol. pags. 265-267) e teve como consequencia a obrigação para a Secretaria da Liga de remetter ao Conselho Executivo da Alta Comissão Inter-Americana, sob condição de reciprocidade, um exemplar de todas as leis, decretos ou regulamentos aduaneiros que lhe forem transmittidos pelos Estados contractantes. Dessa maneira será constituída na America uma collectanea importante dessas leis, o que será certamente de grande

utilidade para a preparação das futuras conferencias Pan-Americanas.

O Relator da Commissão assim se referiu á iniciativa do Delegado do Brasil:

« La Commission a donc retenu seulement, pour les inclure dans l'engagement contractuel de l'article 4, les dispositions concernant la diffusion et la concentration de la documentation relative aux réglementations douanières.

Elle considère que la communication des textes devra se faire le jour même de leur publication et être accompagnée d'une note concernant les dispositions transmises et constatant que la transmission est faite en exécution de l'engagement résultant de l'article 3.

Elle a, en outre, sur la proposition du délégué du Brésil, préconisé, par la voie d'un Protocole de signature, la communication de tous documents afférents à la réglementation douanière et aux tarifs par les organismes internationaux désignés par elle pour les concentrer, au Conseil central exécutif de la "Inter-American High Commission" et à la Chambre internationale de Commerce, tout en marquant qu'une diffusion utile ne sera en fait réalisée que par l'adhésion à la Convention projetée du plus grand nombre possible d'Etats. » (Vide I Vol. — Annexo N. 10, pag. 172).

* * *

Relatei o que se passou na Commissão A a respeito de uma proposta minha sobre a repressão das fraudes nas declarações do valor da mercadoria, quando taes declarações são feitas em facturas consulares.

A Commissão A tendo terminado os trabalhos sem discutir o assumpto, submetti á Commissão B uma proposição no mesmo sentido:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) propose l'amendement suivant:

Les Etats contractants, considérant que les fausses déclarations de la valeur des marchandises sont une des causes les plus fréquents de litiges douaniers, en même temps qu'une des pratiques les plus contraires à l'équité du commerce international, en recommandent la répression éner-

gique par les moyens de droit que les Etats contractants pourraient appliquer, soit isolément, soit par une action concertée. » (Actas da Comissão B, II Vol., pag. 304).

Essa proposição deu lugar a movimentado debate, tendo o delegado britannico formulado uma proposta.

A emenda do delegado britannico excluía a acção dos Governos. Eu assim objectei:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) constate que cette discussion fait ressortir l'importance de la question. Le délégué britannique craint que l'amendement brésilien reste sans effet pratique. Tel ne serait pas le cas cependant, car l'amendement brésilien tend précisément à obtenir la collaboration entre pays exportateurs et pays importateurs en vue de la répression du mal. Le jour où deux Gouvernements auront conclu un accord sur la question, les autres suivront. Le délégué brésilien est cependant disposé à accepter l'amendement de son collègue britannique, s'il est convenu que mention sera faite de l'action à entreprendre par les Gouvernements. » (Actas da Comissão B, II vol., pag. 305).

O debate terminou afinal por uma transacção, como se vê do seguinte excerpto:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) se déclare prêt à modifier son amendement de manière à donner satisfaction, dans une certaine mesure, aux diverses opinions qui ont été exprimées. Il suggère de remplacer, dans le texte anglais, les mots "all possible legal means" par les mots "any possible legal means" et d'ajouter, à la fin de l'amendement, "en cas de fausse déclaration faite de mauvaise foi". Toutefois, il consent à accepter l'amendement de M. Christian, pourvu que mention soit faite, dans la recommandation, de l'action à entreprendre par les Gouvernements.

M. SERRUYS (Membre du Comité Économique) suggere que, en vue de rallier l'assentiment unanime de la Commission, la question d'une recommandation éventuelle préconisant l'initiative des Gouvernements en cette manière soit

renvoyée par la Conférence au Comité Économique, en vue d'être étudiée ultérieurement.

M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) accepte cette proposition, à condition d'insérer dans l'amendement de M. Christian une phrase indiquant que la Conférence a soumis au Comité Économique, en vue d'un examen ultérieur, la question de l'action à entreprendre par les Gouvernements.

La Commission adopte à l'unanimité le texte de M. Christian dans le sens indiqué par l'amendement de M. Barboza Carneiro, et le renvoie, pour rédaction définitive, au sous comité proposé par M. Serruys. » (Actas da Comissão B, II Vol., pag. 306).

Afinal, foi adoptada, no plenário, a seguinte recomendação:

« 8. La Conférence, considérant que les fausses déclarations en matière de douane et notamment les fausses déclarations dans les factures présentées à l'appui des déclarations de la valeur des marchandises sont une des causes les plus fréquentes de litiges douaniers, en même temps qu'une des pratiques les plus contraires à l'équité du commerce international, signale tout particulièrement à l'attention de la Chambre de Commerce internationale et des autres Chambres de Commerce, ainsi que de toutes les autres associations représentant les intérêts industriels et commerciaux sur le territoire des Etats contractants, combien il serait désirable de prendre toutes les mesures possibles pour mettre fin à ces pratiques, qui, non seulement constituent un préjudice au commerce honnête, mais encore contribuent à provoquer fréquemment l'établissement d'un contrôle vexatoire et d'usages nuisibles aux intérêts des relations commerciales.

En ce qui concerne l'initiative des Etats en la matière, la Conférence recommande que la possibilité et les modalités en soient étudiées aussitôt que possible par l'organisation technique désignée à cet effet par le Conseil de la Société des Nations, auquel elle tient à marquer l'importance du problème. » (Actas do plenário, I vol., pag. 46).

O Conselho da Liga, ao se inteirar dos trabalhos da Conferencia, resolveu encarregar o Comité Economico de estudar o assumpto.

Este já poz mãos á obra, tendo sido eu nomeado relator. Não é este o momento de expôr quaes têm sido os trabalhos do Comité nessa materia, mas posso adeantar que elle a está estudando com o maximo interesse.

* * *

Ao termo dos trabalhos da Comissão B, presidida pelo Senhor Etienne Clémentel, fui escolhido pelos demais delegados para exprimir ao Presidente os agradecimentos da Comissão. O meu discurso está assim resumido na acta da 9ª sessão:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) propose de remercier le Président pour le tact, l'impartialité, la bienveillance et le dévouement mis par lui dans l'accomplissement de la tâche délicate qui lui a été confiée. Il est certain d'interpréter les sentiments de tous ses collègues en affirmant bien haut que c'est en grande partie grâce aux efforts de son éminent Président que la Commission a abouti, dans un laps de temps très court, à des résultats si importants. Il dit que, depuis longtemps, il c'est habitué à voir M. Clémentel toujours à l'oeuvre, dans un effort magnifique pour l'amélioration des rapports commerciaux entre les peuples. Mais, en tant que Brésilien, il a eu une raison toute particulière pour se réjouir lorsque M. Clémentel a été à la présidence. Il se souvient, en effet, de l'action très énergique de M. Clémentel pour développer les relations commerciales entre les pays de l'ancien et du nouveau Continent. Il cite le Congrès de l'Amérique Latine réuni à Bordeaux en 1918 et dont les travaux furent inaugurés par M. Clémentel, alors Ministre du Commerce de France. Il termine en saluant en la personne du Président un grand pionnier de l'intensification des échanges commerciaux entre les Nations. » (II Vol., pag. 307).

* * *

O art. 7º do projecto do Comité Economico deu ensejo a uma longa discussão no plenário. Esse artigo rezava assim:

« Les États participants prendront les mesures les plus appropriées pour empêcher, à la fois par leur législation et

par leurs mesures administratives, l'application arbitraire ou injuste de leurs lois et réglementations, en matière douanière et similaire, ainsi que pour assurer un recours par voie administrative, judiciaire ou arbitrale, aux personnes qui auraient été lésées par ces abus. »

O delegado francez propoz uma emenda:

Não me pareceu conveniente adherir a essa proposta. Intervim, pois, no debate:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) explique que les litiges douaniers sont répartis en deux catégories, suivant qu'ils portent:

a) sur la classification des marchandises et l'estimation de leur valeur, ou

b) sur l'application du règlement.

Au Brésil, les litiges de la première catégorie passent par trois étapes avant qu'une décision sans appel intervienne; ils sont d'abord soumis à une Commission de fonctionnaires douaniers puis à une Commission arbitrale, composée du Directeur des douanes, de deux experts et de deux commerçants choisis sur une liste par les plaignants, et, enfin, c'est le Ministre des Finances qui prononce la décision finale.

Les litiges de la deuxième catégorie sont tranchées exclusivement par voie administrative.

Dans ces conditions, il lui est très difficile d'adopter les principes contenus dans l'amendement français. La délégation du Brésil approuve le texte du programme, qui paraît assez élastique pour que toutes les modalités des législations nationales s'y adaptent et pour que les commerçants aient satisfaction.»

Afinal convencionou-se de modo que não exige modificação da nossa legislação.

A Conferencia terminou os seus trabalhos em 3 de Novembro de 1923 depois de ter votado uma Convenção e varias recommendações. Dei o meu voto ás resoluções da Conferencia convencido de que assim attendia aos interesses do Brasil. Votada a Convenção, varios delegados pronunciaram discursos apreciando a obra da Con-

ferencia. Julguei do meu dever tambem dizer algumas palavras que se acham assim resumidas na acta:

« M. BARBOZA CARNEIRO (Brésil) dit qu'il a des raisons toutes particulières de se réjouir du travail accompli par la Conférence. Au commencement de cette année, lorsqu'on ignorait encore quels en seraient les résultats, la délégation du Brésil à la Conférence internationale américaine tenue à Santiago a témoigné d'une ferme confiance dans l'oeuvre de Genève. En effet, le Brésil assumait alors la responsabilité de proposer à la Conférence pan-américaine une recommandation tendant non seulement à la participation de tous les pays américains à la présente Conférence, mais leur recommandant encore de prendre en considération les résolutions qu'elle adopterait. En faisant cette proposition la délégation du Brésil avait le ferme espoir que la Conférence internationale sur les formalités douanières produirait de bon travail, mais elle ne pouvait pas s'attendre aux magnifiques résultats enregistrés aujourd'hui. Ces résultats dépassent de beaucoup son attente. Elle n'osait pas prévoir que la collaboration de tous les membres de la Conférence serait si étroite et qu'en particulier la Chambre de Commerce Internationale apporterait un si large concours. Elle ne pouvait pas prévoir qu'on prendrait des engagements aussi précis et qu'on aboutirait à une Convention aussi importante qui, il l'espère, recevra demain la signature de la plupart des délégations.

Il est d'autant plus heureux que son espoir ait été à ce point dépassé, qu'il n'a pas été tout à fait étranger aux modestes commencements de l'oeuvre qui s'achève aujourd'hui, et qu'il a vu avec quelle énergie soutenue l'éminent Président du sous-comité de l'équitable traitement du commerce, Sir Hubert Llewellyn Smith, s'efforçait de faire aboutir un projet qui donnât satisfaction à tout le monde. Il est très réconfortant qu'un résultat tangible ait pu être obtenu.

Il fait entièrement siennes les vues exprimées par les orateurs précédents, et il tient à adresser ses remerciements sincères au Président et à tous ceux qui, dès le début, ont collaboré à l'élaboration de la Convention, notamment à

ses éminents collègues du Comité Économique et à l'active délégation de la Chambre de Commerce Internationale, dont l'appui a été de la plus grande valeur.

Il exprime, en terminant, le vœu qui traduit, il en est sûr, les sentiments de son Gouvernement, que, dans un avenir très prochain, la plupart des pays, et notamment les Etats américains, adherent à la Convention. L'œuvre de cette Conférence sera ainsi une grande réalité, source de nouveaux progrès. » (Vide Actas do plenário, 1º vol., pagina 132).

ECONOMIA DA CONVENÇÃO

A Conferencia adoptou, como ficou dito acima, uma Convenção para a simplificação das formalidades aduaneiras e uma serie de recommendações que constam da acta de encerramento. Os delegados de 22 paizes, entre os quaes o do Brasil, assignaram immediatamente o Protocollo, o qual esteve aberto a quaesquer Estados até 31 de Outubro ultimo ⁽¹⁾. A Convenção já foi ratificada pelos seguintes paizes: Austria, Belgica, Imperio Britannico, Dinamarca, Italia, Nova Zelandia e Africa do Sul; de accôrdo com o art. 26 ella entrou em vigor em 27 de Novembro do corrente anno.

Vejamos agora qual é a economia desse acto internacional.

O principio do equitativo tratamento commercial encontra applicação directa nas clausulas de ordem geral. Essas clausulas visam a suppressão de todas as praxes alfandegarias excessivas, inuteis ou arbitrarías; a redução, tanto quanto possivel, das prohibições ou restricções de importação ou de exportação; interdicção de qualquer discriminação injusta visando o commercio de um Estado contractante; a adopção, pelos contractantes, das medidas mais adequadas a impedir a applicação arbitraria ou injusta das suas legislações; o compromisso de dar a maior publicidade a todas as leis e regulamentos aduaneiros.

Afim de serem conhecidos os progressos realizados, em cada paiz, os Governos deverão remetter ao Secretario Geral da Socie-

(1) N'essa data o Protocollo estava assignado pelos Representantes de 37 paizes: Africa do Sul, Allemanha, Australia, Austria, Belgica, Brasil, Imperio Britannico, Bulgaria, Chile, China, Dinamarca, Egypto, Finlandia, França, Grecia, Hespanha, Hungria, India, Italia, Japão, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos, Noruega, Nova Zelandia, Paizes-Baixos, Paraguay, Polonia, Portugal, Rumania, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Sião, Suecia, Suissa, Tcheco-Slovaquia, Tunisia e Uruguay.

dade das Nações, um anno após a entrada em vigor da Convenção, uma noticia sobre as providencias tomadas afim de cumprir as obrigações assumidas. O Conselho tem, aliás, a faculdade de solicitar taes informes todas as vezes que lhe parecer util.

A questão das prohibições foi examinada sob dois aspectos differentes. A primeira parte do art. 3 se occupa da redução das prohibições e restricções de importação e de exportação; a segunda parte fixa certas regras em materia de licenças. A Convenção visa apenas as medidas prohibitivas inspiradas por considerações de politica economica como, por exemplo, as que foram decretadas durante ou após a guerra. Ella não se applica absolutamente ás prohibições que resultam de motivos humanitarios, de segurança publica, etc.

As prescripções relativas ás licenças de importação e de exportação são succintamente as seguintes:

1º) ampla publicidade das condições exigidas e das formalidades necessarias para a obtenção das licenças.

2º) o *modus faciendi* para a concessão das licenças, o qual deve ser o mais simples, o mais estavel e o mais rapido possivel.

3º) A supressão do commercio das licenças afim de evitar certos intermediarios que conseguem as licenças com o só fim de vendel-as com lucro. As licenças só poderão ser concedidas aos verdadeiros beneficiarios, cujos nomes devem ser explicitamente mencionados. Não lhes deve ser permittido cedel-as. Os Governos têm, entretanto, a faculdade de conceder licenças aos syndicatos ou agrupamentos industriaes e commerciaes, deixando-lhes a faculdade de fazer a distribuição entre os seus associados.

4º) A repartição das mercadorias quando é fixada a quantidade da importação permittida. A experiencia mostra que logo no inicio do periodo durante o qual a importação de um certo contingente é permittida, muitas pessoas solicitam licenças para a totalidade (ou quasi) do contingente. Dessa maneira ellas excluem a concurrencia. Acontece ainda que os pedidos de licença relativos a uma grande parte do contingente são muitas vezes feitos sem que os peticionarios tenham de facto intenção de importar as mercadorias e isso com o fim evidente de excluir do mercado os artigos estrangeiros e assim manter artificialmente altos preços.

Um extenso artigo, o 10º é relativo ao regimen dos caixeiros viajantes e das amostras. Os Estados contractantes se compromettem a reconhecer reciprocamente as carteiras de identidade concedidas

aos negociantes e aos caixeiros viajantes pelas autoridades competentes dos outros Estados. Os negociantes e caixeiros viajantes portadores de uma carteira de identidade devidamente estabelecida pela competente autoridade do seu paiz, de accôrdo com o modelo annexo á Convenção, poderão, durante as suas viagens em todos os Estados contractantes, justificar a sua presença e gozar assim de todas as vantagens que decorrem da sua qualidade de commerciantes.

O “visto consular” nas carteiras de identidade só será necessario quando o paiz, que o exigir, provar que circumstancias excepçionaes o forcãam a proceder assim. E nesse caso o custo do “visto consular” deve ser tão reduzido quanto possível. A admissão provisoria, livre de direitos, das *amostras* e *modelos* se acha garantida de uma maneira geral pela Convenção. Além disso o caixeiro viajante poderá se limitar a assignar um termo de responsabilidade, em vez de ser obrigado a fazer um deposito do total dos direitos aduaneiros, como acontece actualmente em muitos paizes.

As autoridades aduaneiras de um Estado contractante considerarão as marcas postas nas amostras ou modelos pela alfandega de um outro contractante como sufficientes, desde que taes amostras ou modelos sejam acompanhados de uma lista descriptiva e certificada pela referida autoridade.

A Convenção estipula que o reembolso da caução deverá ser feito rapidamente e em quaesquer alfandegas competentes para fazer dito reembolso. Os contractantes deverão publicar uma lista das alfandegas que tenham tal competencia.

Nesse mesmo artigo está definido o que se deve entender por amostra. Está ainda estipulado que as vantagens concedidas ás amostras acompanhadas, tambem devem ser applicadas ás amostras não acompanhadas pelo commerciante.

A guerra de 1914-18 acarretou complicações de toda especie para o commercio de todos os paizes. Entre essas complicações salienta-se o *certificado de origem* da mercadoria. Não foi propriamente uma innovação. Mas a guerra deu-lhe aspecto mais severo e em vez de simples elemento de estatistica ou de determinação de tarifa, que era a sua principal função antes de Agosto de 1914, o *certificado de origem* passou a ser instrumento de lucta. As legislações deram-lhe feição antipathica tornando-o uma especie de espantallo para o commercio. A proposito de origem da mercadoria procurou-se saber todos os segredos do commerciante ou do industrial. Assim é que as

transacções dos paizes neutros com certos belligerantes encontravam, durante a guerra, toda sorte de tropeços oriundos do referido certificado. Era preciso indicar a proveniencia de cada materia prima que entra na fabricação de tal ou qual artigo e era indispensavel provar que o inimigo não tinha siquer servido de intermediario para a aquisição do dito material. Percebe-se como é massante, quasi inquisitorial uma tal exigencia. Mas, tratava-se da guerra e todo commerciante patriota concordava em subordinar os seus actos ás necessidades da situação. Era preciso que o bloqueio fosse uma realidade. O mal foi continuar esse regimen depois de assignados os tratados de paz. De justo, legitimo, acceitavel que a todos parecia durante a lucta, elle tornou-se profundamente vexatorio, antipathico, irritante.

A Conferencia de Genebra teve de enfrentar duas difficuldades: a ausencia de regras geralmente admittidas e a susceptibilidade dos Governos ciosos da sua liberdade em materia de politica commercial; porque a verdade é que o *certificado de origem* depende da politica commercial seguida pelo paiz. Eu me explico: se a politica extremamente liberal em materia aduaneira, o certificado de origem é apenas um documento de estatistica; se essa politica é rigorosamente proteccionista, se o regimen adoptado é o das tarifas differenciaes, o certificado de origem adquire logo uma importancia de primeiro plano e constitue um elemento essencial para a determinação dos direitos aduaneiros. Eis porque se para a Inglaterra, para a Hollanda ou mesmo para a Belgica, o certificado de origem tem uma importancia muito relativa, para outros paizes onde impera o proteccionismo, taes como a França, a Hespanha, a Rumania ou a Tcheco-Slovaquia, esse documento é capital.

Não foi pequena a difficuldade da Conferencia para adoptar um texto que a todos satisfizesse. Entretanto, chegou-se a um acôrdo unanime sobre os principios fundamentaes a serem applicados. A Convenção impõe a todos os Estados a obrigação de reduzir tanto quanto possivel o numero de casos em que o *certificado de origem* é exigido. Ella estipula que esse documento póde ser concedido não só pelas autoridades officiaes dos Estados contractantes, mas tambem por quaesquer organismos que os Estados houverem reconhecido como competente e que offereçam as necessarias garantias. A Convenção contém disposições especiaes sobre o certificado de origem para as mercadorias em transito, sobre os casos de dispensa do certificado, o prazo de validade, a apresentação do certificado após

a importação, a lingua em que deve ser estabelecido e emfim sobre a exigencia do visto consular.

Ficou, entretanto, claramente entendido que as autoridades aduaneiras conservam o pleno direito de averiguação quanto á verdadeira origem das mercadorias; ellas têm, portanto, a faculdade de exigir, apesar da apresentação do certificado, quaesquer provas ao seu vêr indispensaveis. Convém ajuntar que todos os Delegados á Conferencia reconheceram que as disposições geraes da Convenção constituem apenas um primeiro ensaio de regulamentação admittida por todos os paizes contractantes e que é desejavel sejam taes prescripções completadas por outras mais liberaes, todas as vezes que os varios Estados ajustarem, por via de accôrdos bilateraes, vantagens reciprocas concedidas ao commercio. Em outras palavras, as disposições da Convenção devem ser consideradas como um *minimum*.

Como disse, a Conferencia examinou, sem descer a grandes detalhes, um outro documento muito em uso na America: as *facturas consulares*. Ellas occasionam em muitos casos serias difficuldades para os commerciantes: contexto complicado, custo excessivo, etc. O art. 12 da Convenção contém certas disposições que visam simplificar esse documento. O numero de exemplares exigiveis não poderá exceder a tres e o custo do "visto" deve consistir em um direito fixo, o mais baixo possivel.

* * *

Grande numero de legislações aduaneiras, attendendo ás necessidades da industria nacional, permitem a entrada livre de direitos ou gravam com direitos infimos a materia prima necessaria á fabricação de certos artigos. Tal medida é efficaz quando se trata de facilitar a fabricação dos objectos necessarios ao mercado nacional. Mas, quando o desenvolvimento da industria é tal que a sua produção ultrapassa as necessidades do mercado interno, ella procura vender o seu artigo aos paizes estrangeiros e n'este caso, pagando a materia prima direito de importação, o custo da produção acha-se augmentado; ha n'isso um obstaculo para a collocação do artigo. E' então indispensavel encontrar algum meio que afaste esse impedimento. Dessa necessidade resultou o que os inglezes chamam *Draw-back* e que consiste em restituir ao industrial os direitos que elle houver pago pela materia prima importada e que é reexportada sob a fórma de um artigo manufacturado. Adam Smith conta que

outr'ora o *drawback* consistia na restituição de todos os impostos que oneravam a mercadoria, restituição essa que se tornava assim verdadeiro premio á exportação. Nos nossos tempos o *drawback* é apenas a restituição do imposto alfandegario que grava a materia prima quando esta sae do paiz transformada em artigo de fabricação nacional.

Algumas legislações vão mais longe. Em vez de exigir o pagamento dos direitos e de os restituir por occasião da exportação do artigo manufacturado, exigem apenas a garantia de que a materia prima importada será reexportada dentro de um certo prazo. Esse é o chamado regimen da *admissão temporaria*. Aliás não é só á materia prima que elle se applica, pois de tal regimen tambem se póde utilizar o industrial que importa um objecto para concerto ou modificação. A *admissão temporaria* é na realidade uma especie de regimen de zona franca para determinados artigos. Assim é que na França, por exemplo, sem pagar um vintem á Alfandega, o fabricante de chocolate importa o cacáo e o assucar desde que seja para transformal-os em chocolate destinado á exportação n'um certo prazo. Ao importar o cacáo bruto e o assucar, o industrial assigna um termo de responsabilidade e se compromette a reexportar as mesmas quantidades transformadas em chocolate. Se ao expirar o prazo fixado a reexportação não se verifica, o fisco cobra os devidos direitos de importação. Esse regimen, existente em muitos paizes industriaes, é ignorado pela legislação brasileira. Entretanto, os progressos tão rapidos que vae fazendo a nossa industria hão de fazer com que o legislador conceda ao industrial brasileiro essa grande facilidade. A fabricação de *wagons*, por exemplo, que em nosso paiz já é consideravel utiliza materiaes nacionaes, mas precisa tambem de materiaes estrangeiros. Ora, os nossos fabricantes poderiam certamente fornecer *wagons* aos paizes visinhos se houvesse no Brasil o regimen da admissão temporaria para a ferragem, as peças de cobre etc. O mesmo se applica ás anilinas necessarias ás fabricas de tecidos.

A Convenção de Genebra contém certos principios que devem guiar os Estados na regulamentação da admissão temporaria, quer por medidas legislativas geraes, quer por meio de accôrdos internacionaes, bilateriaes ou outros.

* * *

A Conferencia se occupou tambem dos certificados de analyses e das marcas postas nos paizes exportadores para garantir

que as mercadorias enviadas ao estrangeiro estão conforme a certas condições technicas especiaes. Trata-se, em geral, de problemas que só surgem nas relações de alguns Estados ou grupos de Estados, mas que não têm character de universalidade. Por isso, a Convenção limita-se a indicar as principaes disposições que devem figurar em accôrdos bilateraes.

A Convenção contém uma disposição especial relativa aos litigios oriundos da classificação, do valor, ou da origem da mercadoria. Ella estipula que o direito de appellação deve ser garantido a toda pessoa cujos interesses houverem sido lesados por abusos da autoridade aduaneira.

Afim de facilitar aos commerciantes o conhecimento das condições de importação das mercadorias, os paizes contractantes deverão communicar uns aos outros, desde a sua publicação, todas as leis, decretos ou regulamentos aduaneiros. Além disso deverão enviar dez exemplares á Secretaria da Liga das Nações e igual numero da lei das tarifas ao Bureau Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras em Bruxellas. Como disse, por iniciativa minha, ficou estipulado que esses dois organismos enviarão um exemplar das publicações recebidas á Camara de Commercio Internacional e ao Conselho Executivo da Alta Commissão Inter-Americana. Releva recordar que a Conferencia Pan Americana de Santiago adoptou uma Convenção elaborada por mim e que visa tambem a permuta e a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros. A Convenção de Santiago é mesmo mais completa do que a disposição da Convenção de Genebra, por isto que ella obriga a Alta Commissão Inter-Americana a publicar um annuario contendo um resumo das modificações de taes leis, decretos ou regulamentos. A Convenção Pan Americana já foi ratificada pelo Congresso Nacional.

* * *

A Convenção contém, em seu art. 22, duas clausulas jurisdiccionaes:

1ª, ella prevê um processo de consulta e de conciliação para a solução de todos os conflictos entre dois Estados contractantes relativamente á interpretação ou á applicação das disposições da Convenção, sem de modo algum cercear a liberdade dos contractantes;

2ª, em materia de interpretação ou de applicação dos paragraphos 2 e 3 do art. 4 ou do art. 7, os litigios serão, por petição

de qualquer uma das partes, submettidos obrigatoriamente á Côrte Permanente de Justiça Internacional.

Quanto ao processo de conciliação ficou ao livre arbitrio do Conselho da Sociedade das Nações constituir um organismo especial para emittir parecer depois de ter ouvido, e, se necessario, reunido os litigantes. A creação desse organismo não implica absolutamente a obrigação para os Estados contractantes de lhe submeterem os seus litigios. A consulta não deve ser feita senão depois de accôrdo entre as partes e o parecer só as obrigará se de *motu-proprio* ellas decidirem previamente accceitar as suas conclusões.

Além dos problemas que encontram solução na Convenção, a Conferencia examinou uma serie de questões cuja regulamentação em vigor tem dado lugar a numerosas queixas como, por exemplo, o despacho rapido das mercadorias, o exame das bagagens dos viajantes, o regimen das mercadorias em entreposto, as taxas de armazens, as mercadorias mencionadas no manifesto e não desembarcadas, a cooperação dos serviços aduaneiros de Estados fronteiros etc. etc.

Tal é em linhas geraes a economia da Convenção para a simplificação das formalidades aduaneiras. Considerando-a em seu conjunto, é justo reconhecer que ella marca um notavel progresso e satisfaz em grande parte as mais legitimas preocupações do mundo commercial.

Genebra, 30 de Dezembro de 1924. — *J. A. Barboza Carneiro*

e) — Comissão de Juristas

N. 7

Resumo dos trabalhos da Comissão

SOCIÉTÉ DES NATIONS

Articles 159 du Traité de Saint Germain, 143 du Traité de Trianon et 104 du Traité de Neuilly.

COMITÉ DE JURISCONSULTES

Chargé par la résolution du Conseil du 17 Juin 1924 de formuler un avis sur l'interprétation de l'article 4, alinéa 5, du Pacte.

1^{ère} SÉANCE (28-VII-24-10h. 30.)

M. Avenol, Secrétaire Général Adjoint, souhaite la bienvenue aux Membres du Comité.

Sur la proposition de M. Rolandi Ricci, appuyée par M. Bottella, Lord Phillimore est élu à l'unanimité président du Comité.

A l'invitation du président, chacun des Membres de la Commission expose sa manière de voir sur la question posée par le Conseil de la Société des Nations. Ces exposés individuels sont suivis d'une discussion générale. Le Comité invite MM. Basdevant et Rolin à rédiger un texte, qui sera envisagé lors de la prochaine séance.

2^{ème} SÉANCE (28-VII-24-16h.)

Suite de la discussion — les délibérations du Comité se déroulent sur la base d'un texte présenté par M. Basdevant. En fin de séance il est décidé, à la suggestion du président, qu'un sous-comité élaborera une formule, qui sera soumise au Comité lors de sa prochaine réunion.

3^{ème} ET DERNIÈRE SÉANCE (29-VII-24-11h. 30)

A l'exception de M. Rolin, les Membres du Comité se mettent d'accord sur le texte ci-après, qui constituera l'avis répondant à la demande formulée par la résolution du Conseil le 17 Juin 1924.

M. Rolin exprime ses réserves en déclarant ne pas pouvoir se rallier au texte précité, sauf à renoncer aux dites réserves au cas où son Gouvernement n'estimerait pas leur maintien opportun. En conséquence, M. Rolin fera connaître au Secrétaire Général s'il y a bien d'insérer ses réserves au procès-verbal, en vue de leur communications aux Membres du Conseil.

TEXTE DE L'AVIS DU COMITÉ DE JURISCONSULTES

Le Comité de Jurisconsultes chargé de donner un avis au Conseil en vertu de la résolution suivante:

« Le Conseil,

Saisi, par divers Etats membres de la Société, de demander aux fins d'être représentés au Conseil, conformément à l'alinéa 5 de l'article 4 du Pacte, lors de l'examen de la question du droit d'investigation prévu aux articles 159 du Traité de Saint Germain, 143 du Traité de Trianon et 104 du Traité de Neuilly.

Décide de charger un Comité de Juristes de lui formuler un avis sur l'interprétation de l'alinéa 5 de l'article 4 du Pacte en ce qui concerne la composition du Conseil lors de l'examen de la question visée ci-dessus,»

a l'honneur de présenter l'avis suivant:

La question soumise au Comité doit être envisagée sous deux aspects:

1^o) — Délibération du Conseil sur le mode d'exercice du droit d'investigation qui lui est conféré par les Traités précités, c'est-à-dire, sur les méthodes et moyens à employer à cet égard.

2^o) — Délibération du Conseil sur les limites du droit d'investigation, c'est-à-dire, sur le point de savoir si une mesure d'investigation envisagée par lui rentre dans le cadre des mesures qu'il peut ordonner en vertu des Traités précités.

Dans l'un et l'autre cas, le texte des articles précités indique que les Etats signataires ont entendu que le Conseil statuera en sa composition ordinaire, sans l'adjonction de représentants d'autres Etats.

Le Comité ajoute qu'il n'entend pas donner une interprétation générale de l'alinéa 5 de l'article 4 du Pacte, mais seulement une interprétation relative à la question particulière qui lui était posée

Il est décidé que le texte de l'avis, accompagné d'une traduction anglaise, sera porté à la connaissance du Président du Conseil par lettre du Président du Comité.

Ce dernier, remercié par ses collègues, déclare clos les travaux du Comité.

Conferencia Financeira Inter-alliada

N. 8

Accôrdo sobre annuidades, de 14 de Janeiro de 1925

ACCORD RELATIF À LA RÉPARTITION DES ANNUITÉS DU PLAN DAWES ⁽¹⁾
(14 JANVIER 1925)

PROTOCOLE DE CLÔTURE.

Les Représentants des Gouvernements BELGE, BRITANNIQUE, FRANÇAIS, des E'TATS-UNIS D'AMÉRIQUE, ITALIEN, JAPONAIS, BRÉSILIEN, GREC, POLONAIS, PORTUGAIS, ROUMAIN, SERBE-CROATE-SLOVÈNE, TCHECOSLOVAQUE, s'étant réunis à Paris du 7 au 14 janvier 1925, en vue de régler entre leurs Gouvernements respectifs les questions que pose la répartition des diverses recettes portées ou à porter dans les comptes de la Commission des Réparations, notamment depuis le 1^{er} janvier 1923 jusqu'au 1^{er} septembre 1924 ainsi que pendant les premières années d'application du Plan Dawes, objet des Arrangements conclus à Londres le trente août 1924,

Sont tombés d'accord sur les dispositions contenues dans l'Arrangement, avec ses annexes, signé à la date de ce jour et dont copie est jointe au présent protocole.

FAIT à Paris le 14 janvier 1925. — CLEMENTEL. — G. THEUNIS. — WINSTON S. CHURCHILL. — MYRON T. HERRICK. — FRANK B. KELLOGG. — JAMES A. LOGAN JR. — ALBERTO DE STEFANI. — K. ISHII. — L. M. DE SOUZA DANTAS. — EM. J. TSOUDEROS. — J. MROZOWSKI. — J. KARSNICKI. — ANTONIO DA FONSECA. — VINTILA BRATIANO. — N. TITULESCU. — STOYADINOVITCH. — STEFAN OSUSKY.

(1) La présente édition de l'Accord du 14 janvier 1925 comprend, incorporées dans le texte, les rectifications de pure forme apportées au texte authentique par le Protocole du 22 janvier 1925.

ACCORD.

Les Gouvernements de la BELGIQUE, des E'TATS-UNIS D'AMÉRIQUE, de la FRANCE, de la GRANDE-BRETAGNE, de l'ITALIE, du JAPON, du BRÉSIL, de la GRÈCE, de la POLOGNE, du PORTUGAL, de la ROUMANIE, de l'ÉTAT SERBE-CROATE-SLOVÈNE et de la TCHÈCOSLOVAQUIE, représentés respectivement par les soussignés, sont convenus de ce qui suit :

Accord relatif à la répartition des annuités du plan Dawes

SOMMAIRE.

TITRE I. — AFFECTATION DES ANNUITÉS DU PLAN DAWES.

- ART. 1. Frais des Commissions.
- ART. 2. Frais des Armées d'occupation pour 1924-1925.
- ART. 3. Part des E'tats-Unis d'Amérique dans les annuités du Plan Dawes.
- ART. 4. Dette de guerre belge.
- ART. 5. Restitutions.
- ART. 6. Priorité belge.
- ART. 7. Part de la Grèce et de la Roumanie dans les réparations.
- ART. 8. Créances diverses.
- ART. 9. Indemnité due à la Commission européenne du Danube.
- ART. 10. Soldes des Offices de Compensation.

TITRE II. — RÈGLEMENT DES COMPTES DU PASSÉ.

- ART. 11. Comptes de répartition. — Dispositions concernant l'arbitrage.
- ART. 12. Comptes de la Ruhr.

TITRE III. — QUESTIONS SPÉCIALES RELATIVES À L'APPLICATION D'ACCORDS ANTÉRIEURS.

- ART. 13. Prorogation au delà du 1^{er} janvier 1923 des dispositions de l'article 2 de l'Accord du 11 mars 1922 :
Affectation des livraisons en nature au remboursement de frais des armées d'occupation.
- ART. 14. Prorogation au delà du 1^{er} janvier 1923 des dispositions de l'article 6 de l'Accord du 11 mars 1922 :
Conservation par chaque Puissance des livraisons en nature qu'elle a reçues.

ART. 15. Frais des armées d'occupation du 1^{er} mai 1922 au 31 août 1924.

ART. 16. Débits pour les navires attribués ou transférés à la Belgique en vertu de l'article 6 (4) du Protocole de Spa.

ART. 17. Débits pour les mines et chemins de fer du Chantoung.

TITRE IV. — INTÉRÊTS ET ARRIÉRÉS.

ART. 18. Compte d'intérêts.

ART. 19. Compte d'avances et arriérés au 1^{er} septembre 1924.

ART. 20. Récupération des arriérés.

ART. 21. Frais des armées d'occupation antérieurs au 1^{er} mai 1921.

TITRE V. — QUESTIONS DIVERSES.

ART. 22. Remboursements à faire par la Tchécoslovaquie pour certaines livraisons en nature.

ART. 23. Payements de la Bulgarie.

ART. 24. Biens cédés à la Ville libre de Dantzig.

ART. 25. Recommandations relatives à l'échelonnement des payements tout au cours de l'année.

ART. 26. Interprétation et arbitrage.

ART. 27. Réserve relative aux droits et obligations de l'Allemagne.

TITRE PREMIER

AFFECTATION DES ANNUITÉS DU PLAN DAWES

ARTICLE PREMIER

FRAIS DES COMMISSIONS.

A. Le prélèvement maximum normal sur les annuités du plan Dawes pour la Commission des Réparations, y compris les organismes institués en exécution du plan Dawes, est fixé ainsi qu'il suit :

	millions de marks-or
Pour l'année commençant le 1 ^{er} septembre 1924	9 $\frac{1}{4}$
Pour les années suivantes.....	7 $\frac{1}{2}$

(Prélèvement à effectuer partie en monnaies étrangères et partie en monnaie allemande, suivant les besoins).

Sur ces sommes, un montant maximum de 3.700.000 marks-or par an sera attribuable aux organismes institués en exécution du

plan Dawes. Ce montant pourra être augmenté, s'il est nécessaire, en vue de subvenir aux frais des organismes d'arbitrage prévus par le plan Dawes et le protocole de Londres.

B. Le prélèvement maximum pour la Haute Commission interalliée dans les Territoires rhénans (y compris les prestations au titres des articles 8 à 12 de l'Arrangement rhénan) n'excédera pas 10 millions de marks-or (prélèvement à effectuer en monnaies étrangères ou en monnaie allemande, suivant les besoins) pour l'année commençant le 1^{er} septembre 1924, cette somme étant attribuée aux Hauts Commissariats français, britannique et belge dans les proportions de 62, 16 et 22, après qu'il aura été pourvu aux autres dépenses de la Commission. Le montant pour les années suivantes sera fixé ultérieurement.

Le prélèvement pour la Commission militaire de Contrôle n'excédera pas un maximum de 8 millions de marks-or (prélèvement à effectuer en monnaie allemande) dans l'année commençant le 1^{er} septembre 1924. Le montant pour les années suivantes sera fixé ultérieurement. Le chiffre sus indiqué ne comprend pas les dépenses de la Commission en monnaies nationales, qui continueront à être payées par les Gouvernements intéressés, les montants ainsi versés étant portés au crédit de leurs comptes respectifs par la Commission des Réparations.

ARTICLE 2.

FRAIS DES ARMÉES D'OCCUPATION POUR 1924/1925

Les montants prélevés par préciput sur les paiements de l'Allemagne pendant l'année comprise entre le 1^{er} septembre 1924 et le 31 août 1925, au titre des frais des armées d'occupation de la Belgique, de la Grande-Bretagne et de la France, sont fixés ainsi qu'il suit :

	marks-or
Armée belge.....	25.000.000
Armée britannique.....	25.000.000
Armée française.....	110.000.000

La Belgique, la Grande-Bretagne et la France se rembourseront du complément des frais de leurs armées d'occupation pendant la période mentionnée, au moyen de leurs parts respectives dans les paiements de réparations allemands, mais ne seront pas débitées

de ce montant au compte des réparations, c'est-à-dire que leurs arriérés respectifs au titre des réparations s'accroîtront des sommes correspondantes.

C. Les dépenses complémentaires des armées d'occupation seront calculées ainsi qu'il suit. Chaque puissance aura droit à recevoir :

1° Les sommes payables conformément à l'accord des Ministres des Finances du 11 mars 1922, calculées en ce qui concerne la Grande-Bretagne sur la base du coût unitaire français, avec une allocation spéciale de 2 marks-or par homme, et converties en livres sterling sur la base des cours moyens des changes des diverses monnaies pendant le mois de décembre 1921. La valeur des marks allemands fournis aux armées d'occupation et la valeur de toutes réquisitions opérées en vertu de l'article 6 de l'Arrangement rhénan seront, comme jusqu'à présent, comprises dans ces sommes.

2° La valeur des réquisitions et prestations au titre des articles 8 à 12 de l'Arrangement rhénan qui sont portées au crédit de l'Allemagne dans les comptes de l'Agent général des paiements de réparations.

Pour chaque puissance, les dépenses complémentaires d'occupation sont égales à la différence entre la somme totale ainsi calculée et le montant du précipt fixé au paragraphe A ci-dessus.

D. Il est convenu que les Puissances participant à l'occupation n'opéreront pas de prélèvements sur les annuités pour des effectifs supérieurs à ceux qui sont autorisés pour chacune d'elles respectivement par les paragraphes II et III de l'article 1^{er} de l'accord du 11 mars 1922.

E. Les dispositions du présent article pour l'année finissant le 31 août 1925 sont acceptées sans qu'il préjugé d'aucune question de principe, et les Gouvernements alliés et le Gouvernement des E'tats-Unis d'Amérique discuteront avant le 1^{er} septembre 1925 le règlement des frais des armées d'occupation pour l'avenir.

ARTICLE 3.

PART DES E'TATS-UNIS D'AMERIQUE DANS LES ANNUITÉS DU PLAN DAWES

A. Sur les montants reçus de l'Allemagne au titre des annuités du plan Dawes, il sera payé aux E'tats-Unis d'Amérique les sommes suivantes en remboursement des frais de l'armée d'occupation des

E'tats-Unis et en vue de donner satisfaction aux créances reconnues par les décisions de la Commission mixte des réclamations qui a été instituée en exécution de l'Accord conclu entre les E'tats-Unis et l'Allemagne le 10 août 1922 :

1° Une annuité de cinquante-cinq millions de marks-or à partir du 1^{er} septembre 1926, payable jusqu'à extinction de la somme en capital apparaissant au compte des frais de l'armée d'occupation des E'tats-Unis, tel qu'il a déjà été présente à la Commission des Réparations. Ces paiements annuels bénéficient d'un privilège de premier rang sur les espèces rendues disponibles pour le transfert par le Comité des Transferts au moyen d'un prélèvement sur les annuités du plan Dawes, après constitution des montants nécessaires pour assurer le service de l'emprunt extérieur allemand de 800 millions de marks-or émis en 1924, pour subvenir aux frais de la Commission des Réparations, des organismes institués en exécution du plan Dawes, de la Haute-Commission Interalliée dans les Territoires Rhénans, des Commissions de Contrôle Militaire, pour assurer le paiement à la Commission du Danube stipulé à l'Article 9 ci-après et pour donner satisfaction à toutes autres créances privilégiées qui pourraient être admises dans la suite avec l'assentiment des E'tats-Unis d'Amérique. Si au cours d'une année quelconque, le total de 55 millions de marks-or n'a pas été transféré aux E'tats-Unis d'Amérique, les arriérés seront reportés au versement payable aux E'tats-Unis l'année suivante qui sera accru d'autant. Les arriérés s'accumuleront et porteront intérêt simple à 4 $\frac{1}{2}$ p. % à partir de la fin de l'année ou lesdits arriérés se sont accumulés, jusqu'à leur extinction.

2° Deux un quart pour cent (2 $\frac{1}{4}$ %) de toutes les recettes provenant de l'Allemagne au titre des annuités du plan Dawes disponibles pour la répartition au titre des réparations, étant entendu que l'annuité résultant de ce pourcentage ne doit en aucune année excéder la somme de quarante-cinq millions de marks-or.

B. Sous réserve des dispositions du ^{er} paragraphe A ci-dessus, les E'tats-Unis d'Amérique acceptent :

1° De renoncer à toute réclamation, en vertu de l'Accord du 25 mai 1923 relatif aux frais de leur armée d'occupation, sur les recettes en espèces obtenues depuis le 1^{er} janvier 1923 en sus de la somme de 14.725.154,40 dollars actuellement déposée par la Belgique au compte de la Trésorerie des E'tats-Unis dans un compte bloqué à la Federal Reserve Bank de New-York, somme qui sera immédiatement versée à la Trésorerie des E'tats-Unis ;

2° Que l'Accord du 25 mai 1923 ne s'applique pas aux paiements effectués au titre des réparations par une puissance ex-ennemie quelconque autre que l'Allemagne;

3° Que l'accord du 25 mai 1923 soit considéré comme remplacé par le présent Accord.

C. Les dispositions du présent Accord relatif à l'admission de l'imputation sur les annuités du plan Dawes de charges autres que les réparations et les allocations prévues pour ces charges ne doivent pas être modifiées par les Gouvernements alliés de manière à réduire les sommes à répartir au titre des Réparations, sinon d'accord avec les E'tats-Unis d'Amérique.

D. Il est reconnu que les E'tats-Unis d'Amérique ont un intérêt, proportionnel à leur pourcentage de $2 \frac{1}{4} \%$ de la partie des annuités disponibles pour les Réparations, dans toute répartition des obligations de chemins de fer, des obligations industrielles et de tous autres titres émis par application du plan Dawes ou sur le produit de toute vente de ceux de ces titres ou obligations qui n'auront pas été répartis; et qu'ils ont également le droit de participer à toute répartition ou au produit de toute vente de tels obligations ou titres pour le montant de tous arriérés qui peuvent leur être dus au titre du remboursement des frais de leur armée d'occupation comme il est prévu dans le présent Accord. Il est reconnu aussi que les E'tats-Unis d'Amérique ont un intérêt dans toute autre opération qui pourrait être effectuée au sujet de ces bons s'ils ne sont ni vendus ni répartis.

ARTICLE 4.

DETTE DE GUERRE BELGE

A. A dater du 1^{er} septembre 1924, 5 p. % du total des sommes disponibles au cours d'une année quelconque, après prélèvement pour le service de l'emprunt extérieur allemand de 1924 et après les prélèvements pour les frais des Commissions; les frais de l'armée d'occupation des E'tats-Unis, l'annuité afférente aux arriérés des frais des armées d'occupation antérieurs au 1^{er} mai 1921; le préciput des frais courants des armées d'occupation, et toute autre créance à qui une priorité pourra être accordée dans la suite, seront affectés au remboursement de la dette de guerre belge, telle qu'elle est définie dans le dernier paragraphe de l'article 232 du Traité de Versailles.

B. Les sommes ayant reçu cette affectation au cours d'une année quelconque seront réparties entre les Puissances intéressées en proportion des montants qui leur sont dus respectivement, à ce titre, à la date du 1^{er} mai 1921. En attendant le règlement définitif des comptes, la France recevra 46 p. %, la Grande-Bretagne 42 p. % et la Belgique (en raison de sa dette envers les E'tats-Unis d'Amérique), 12 p. %.

ARTICLE 5.

RESTITUTIONS.

A. Il sera affecté au payement des créances de restitution :

a. Pendant les quatre premières années, 1 p. 100 du montant total disponible au cours d'une année quelconque après prélèvement pour le service de l'emprunt extérieur allemand de 1924 et les prélèvements pour les frais des Commissions; les frais de l'armée d'occupation des E'tats-Unis; l'annuité afférente aux arriérés des frais des armées d'occupation antérieurs au 1^{er} mai 1921; le préci-puit des frais courants des armées d'occupation; et toute autre cré-ance à qui une priorité pourra être accordée dans la suite;

b. Pendant les années suivantes, 1 p. 100 du solde du premier milliard après les prélèvements énumérés ci-dessus et 2 p. 100 du surplus de l'annuité.

B. Le montant ayant reçu cette affectation sera réparti entre les Puissances ayant une créance au titre des restitutions proportionnellement à leurs créances respectives de ce chef, telles qu'elles auront été admises par la Commission des Réparations.

C. Les Gouvernements français et italien réservent leur droit de réclamer la restitution de certains objets d'art, par application de l'article 238 du Traité de Versailles. Les autres Gouvernements alliés appuieront leurs efforts en vue d'assurer l'exécution par l'Allemagne des restitutions de cette nature. Néanmoins, si l'accomplissement de cette obligation implique une imputation sur les annuités du plan Dawes, la valeur de cette imputation viendra en balance de la part de l'annuité de la Puissance intéressée.

ARTICLE 6.

PRIORITÉ BELGE

A. Il est reconnu que la détermination du degré exact d'extinction de la priorité belge dépend de l'établissement du compte de répartition que la Commission des Réparations a été priée de dresser.

B. Sur la partie des annuités reçues de l'Allemagne qui sera disponible pour la répartition, au titre des réparations, entre les Puissances alliés après le 1^{er} septembre 1924, la Belgique recevra :

a. Pendant l'année commençant le 1^{er} septembre 1924 : 8 p. 100;

b. Pendant l'année commençant le 1^{er} septembre 1925 et tant que la priorité belge ne sera pas éteinte, 8 p. 100 de chaque versement mensuel. Dès que la priorité sera éteinte, le pourcentage sur tous les versements ultérieurs pendant l'année en question sera réduit à 4,5 p. 100;

c. Pendant l'année commençant le 1^{er} septembre 1926 et pendant chacune des années suivantes : 4,5 p. 100.

Il est entendu que cette réduction du pourcentage libère entièrement la Belgique de ses obligations en ce qui concerne le remboursement de sa priorité.

C. A partir de la date à laquelle la priorité belge sera éteinte ou au plus tard à partir du 1^{er} septembre 1926, les 3 ½ p. 100 rendus disponibles par les dispositions ci-dessus relatives au remboursement de la priorité belge seront versés à la France et à la Grande-Bretagne suivant les proportions 52 et 22, en sus de leurs pourcentages de Spa.

Les sommes débitées à la Belgique, en ce qui concerne la période antérieure au 1^{er} septembre 1924, ne seront pas considérées comme susceptibles de lui créer soit des avances, soit des arriérés, étant entendu que cette disposition ne touche en rien à l'obligation qui incombe à la Belgique de se reconnaître comptable de tout solde final pouvant résulter de l'application de clauses économiques du Traité.

D. Les droits acquis à la Belgique, en conséquence d'accords antérieurs, sur les paiements reçus ou à recevoir de ou pour le compte de l'Autriche, de la Hongrie et de la Bulgarie demeurent intacts.

ARTICLE 7.

POURCENTAGES DE RÉPARATIONS GREC ET ROUMAIN

A. Le pourcentage des paiements de réparation disponibles pour la répartition entre les Puissances alliées qui doit être attribué à la Grèce est fixé à 0,4 p. 100 des paiements faits par l'Allemagne et de la première moitié des paiements faits par l'Autriche, la Hongrie et la Bulgarie et à 25 p. 100 de la seconde moitié des paiements faits par l'Autriche, la Hongrie et la Bulgarie.

B. Le pourcentage des paiements de réparation, disponibles pour la répartition entre les Puissances alliées, qui doit être attribué à la Roumanie, est fixé à 1,1 p. 100 des paiements faits par l'Allemagne et de la première moitié des paiements faits par l'Autriche, la Hongrie et la Bulgarie et à 20 p. 100 de la seconde moitié des paiements faits par l'Autriche, la Hongrie et la Bulgarie.

ARTICLE 8.

CRÉANCES DIVERSES

A. Les créances suivantes, à savoir :

a. Les frais de l'occupation militaire des zones de plébiscite (annexe de l'article 88 du Traité);

b. Frais de rapatriement des prisonniers de guerre allemands (article 217 du Traité);

c. Remboursement des dépenses exceptionnelles de guerre avancées par l'Alsace-Lorraine pendant la guerre ou par les collectivités publiques d'Alsace-Lorraine pour le compte de l'Empire (article 58 du Traité);

d. Paiement de certaines indemnités au Cameroun et en Afrique Equatoriale française (articles 124 et 125 du Traité), seront soumises pour évaluation à la Commission des Réparations qui aura toute liberté d'utiliser à cette fin tous les moyens à sa disposition, y compris le recours à l'arbitrage tel qu'il est proposé à l'article II ci-dessous.

Les montants de ces créances, lorsqu'ils auront été établis seront portés au crédit des Puissances intéressées dans leur compte de réparations au 1^{er} septembre 1924, et ces crédits sont traités comme arriérés à cette date conformément aux dispositions de l'article 19 ci-après.

B. Les créances suivantes paraissent devoir être payées en dehors et en sus des annuités du plan Dawes, à savoir :

a. Le service des pensions civiles et militaires d'Alsace-Lorraine acquises au jour de l'armistice (article 62 du Traité);

b. Le transfert des réserves d'assurances sociales d'Alsace-Lorraine (article 77 du Traité).

Toutefois, au cas où le Gouvernement allemand réussirait à établir que ces créances doivent être imputés sur les annuités du plan Dawes, les Gouvernements alliés se concerteront sur la manière dont elles devront être traitées.

ARTICLE 9.

INDEMNITÉ DUE À LA COMMISSION EUROPÉENNE DU DANUBE

Il sera payé immédiatement à la Commission européenne du Danube, par prélèvement sur les annuités du plan Dawes, la somme de 266,800 francs-or, montant admis comme dû par l'Allemagne à la Commission au titre de la réparation des dommages subis par cette dernière.

ARTICLE 10

SOLDE DES OFFICES DE COMPENSATION

Aucun prélèvement spécial ne sera admis sur les annuités du plan Dawes en ce qui concerne les soldes des offices de compensation des dettes d'avant-guerre ou d'autres créances prévues par les clauses économiques du Traité, à moins qu'il n'apparaisse qu'une Puissance réclamant le bénéfice d'un tel prélèvement à un solde créiteur net exigible, après avoir appliqué à la satisfaction de ses créances, au titre des clauses économiques, les biens et autres actifs allemands qu'elle a le pouvoir de liquider en vertu des mêmes clauses. Aucun montant ne sera réservé en faveur de ces soldes créiteurs nets pendant les quatre premières années de l'application du plan Dawes.

TITRE II

RÈGLEMENT DES COMPTES DU PASSÉE

ARTICLE 11

COMPTES DE REPARTITIONS. — DISPOSITIONS CONCERNANT L'ARBITRAGE

Les Gouvernements alliés prient la Commission des Réparations d'établir dans le plus bref délai possible les comptes définitifs de répartition au 1^{er} septembre 1924.

Ils donneront mandat à leurs Délégués respectifs à la Commission des Réparations de soumettre à l'arbitrage toutes les questions de fait ou de chiffres que pourra soulever l'établissement des comptes et, dans une mesure aussi large que possible, les questions d'interprétation sur lesquelles ils ne seraient pas unanimes, pour autant qu'il n'y est pas déjà pourvu par des arrangements antérieurs.

Ces dispositions seront appliquées en particulier au règlement des comptes de la Ruhr, suivant les principes établis ci-après, ainsi qu'aux questions qui pourront se poser au sujet des montants dus au titre des restitutions ou pour toute autre créance qui n'est pas une créance de réparation.

ARTICLE 12

COMPTES DE LA RUHR

A. La Commission des Réparations fixera, conformément aux dispositions du Traité de Versailles et suivant les méthodes pratiquées jusqu'à ce jour, la valeur en marks-or des recettes de toute nature obtenues de l'Allemagne par les Gouvernements français, belge et italien depuis le 11 janvier 1923, pour autant que ces recettes n'ont pas déjà été prises en compte par elle. La Commission des Réparations déterminera de même les montants à déduire de ces recettes en vue d'assurer aux Puissances intéressées un crédit correspondant aux dépenses réellement faites par elles, sous réserve des dispositions spéciales ci-dessous concernant les Armées d'occupation.

B. Des comptes séparés seront établis pour les livraisons en nature et pour les recettes en espèces.

C. Le compte des livraisons en nature comprendra la valeur déterminée par la Commission des Réparations :

1° Des livraisons en nature non encore prises en compte par la Commission des Réparations, y compris les livraisons payées sur le fonds commun et le fonds spécial;

2° De toutes les réquisitions faites en application de l'article 6 de l'Arrangement rhénan ou analogues à celles-ci et de tous les marks-papier saisis et amendes imposées par les Armées d'occupation pendant la période du 1^{er} janvier 1923 au 31 août 1924, en tant que ces recettes n'ont pas encore été prises en compte par la Commission des Réparations.

Il sera porté en déduction de ces recettes les dépenses faites par les Gouvernements français et belge, pendant la période du 1^{er} janvier 1923 au 31 août 1924 pour l'entretien de forces militaires en territoire allemand non occupé à la date du 1^{er} janvier 1923, diminuées du coût normal de ces troupes dans leurs garnisons à l'intérieur.

La valeur nette des livraisons en nature ainsi déterminée sera portée au débit des Puissances qui les ont reçues, dans leur compte de réparations.

La valeur du charbon et du coke vendus au Luxembourg pendant la même période sera traitée comme une livraison en nature à la France.

D. Le compte des recettes en espèces comprendra les recettes en espèces de toute nature produites par les taxes ou droits, les licences, les dérogations, etc., et les recettes nettes de la Régie des Chemins de fer, telles qu'elles seront déterminées par la Commission des Réparations après vérification des comptes.

Il sera porté en déduction de ces recettes les frais civils de perception et les dépenses d'administration faites avant le 31 août 1924 et les frais de destockage des charbons et d'exploitation des mines et cokeries jusqu'à la même date.

Le solde du compte devra, à l'exception de la somme dont il est question à l'alinéa (1) du paragraphe (B) de l'article 3, être versé au Gouvernement belge qui sera débité au titre de sa priorité, pour la période antérieure au 1^{er} septembre 1924, du montant total ainsi reçu, moins l'intérêt dû sur les Bons du Trésor allemand remis à la Belgique en 1922.

E. Conformément à l'Annexe III au Protocole de Londres, aucune réclamation ne sera faite en vue d'un paiement sur les an-

nuités du Plan Dawes destiné à rembourser des frais quelconques provenant de l'emploi de forces militaires en territoire allemand non occupé au 1^{er} janvier 1923 à l'exception de la valeur de réquisitions effectuées par ces forces ou de toute prestation qui leur aura été fournie après le 1^{er} septembre 1924. La valeur de telles réquisitions ou prestations sera comptée comme livraisons faites, au titre des réparations, aux Puissances alliées intéressées.

TITRE III

QUESTIONS SPÉCIALES RELATIVES À L'APPLICATION D'ACCORDS ANTÉRIEURS

ARTICLE 13.

PROROGATION AU DELÀ DU 1^{er} JANVIER 1923 DES DISPOSITIONS DE
L'ARTICLE 2 DE L'ACCORD DU 11 MARS 1922 :

*Affectation des livraisons en nature au remboursement des frais des
armées d'occupation*

Les Gouvernements français, britannique et belge conviennent que les montants forfaitaires fixés ou à fixer pour leurs armées d'occupation respectives, depuis le 1^{er} janvier 1923 et jusqu'au 31 août 1928, dans la mesure où ils ne seront pas couverts par les réquisitions de marks-papier et les prestations, etc., visées à l'article 6 de l'Accord rhénan, seront portés en balance des livraisons en nature (y compris le produit du «Reparation Recovery Act britannique et de tous prélèvement analogue institué par tout autre Gouvernement »), reçues par chacun d'eux respectivement. La Commission des Réparations est priée de tenir compte de la présente décision dans sa comptabilité.

ARTICLE 14.

PROROGATION AU DELÀ DU 1^{er} JANVIER 1923 DES DISPOSITIONS DE
L'ARTICLE 6 DE L'ACCORD 11 MARS 1922 :

*Conservation par chaque Puissance des livraisons en nature qu'elle a
reçues*

Chacun des Gouvernements alliés ayant un crédit au titre des Réparations, aura le droit de conserver, sans pouvoir être tenu à

un reversement en espèces, la valeur des livraisons en nature reçues et conservées par lui entre le 31 décembre 1922 et le 1^{er} septembre 1924 (y compris le produit du Reparation Recovery Act). Toutefois, il sera tenu compte des sommes reçues par chaque Puissance jusqu'au 1^{er} septembre 1924 pour déterminer les ajustements prévus par l'Article 19.

ARTICLE 15.

FRAIS DES ARMÉES D'OCCUPATION POUR LA PÉRIODE ALLANT DU 1^{er} MAI 1922 AU 31 AOÛT 1924.

A. Les crédits à donner au titre des frais des Armées d'occupation pour la période allant du 1^{er} mai 1922 au 1^{er} mai 1924 sont les suivants :

PÉRIODES	PART FRANÇAISE — Du forfait	PART BELGE — Du forfait	PART BRITANNIQUE — Du forfait
	Marks-or	Marks-or	Marks-or
1 ^{er} mai 1922 au 30 avril 1923.....	155,526,693	30,680,158	21,092,922
1 ^{er} mai 1923 au 30 avril 1924.....	117,195,330	23,284,922	22,369,567

B. En ce qui concerne les frais d'occupation pour la période allant du 1^{er} mai 1924 au 31 août 1924, les Gouvernements alliés autoriseront leurs Délégués à la Commission des Réparations à faire les ajustements nécessaires sur la base des principes suivant lesquels les chiffres ci-dessus ont été calculés.

C. La Commission des Réparations est priée d'introduire ces chiffres dans ses comptes pour les années considérées.

ARTICLE 16.

DÉBITS POUR LES NAVIRES ATTRIBUÉS OU TRANSFÉRÉS À LA BELGIQUE
EN VERTU DE L'ARTICLE 6 (4) DU PROTOCOLE DE SPA.

Les débits dans les comptes interalliés pour les navires attribués ou transférés à la Belgique, en vertu de l'article 6 (4) du Protocole de Spa, seront traités conformément à l'Article 12 de l'Accord des Ministres des Finances du 11 mars 1922, au lieu d'être traités comme il avait été prévu au Protocole de Spa.

ARTICLE 17.

DÉBIT POUR LES CHEMINS DE FER ET MINES DU CHANTOUNG

En ce qui concerne les chemins de fer et les mines visés au second paragraphe de l'article 156 du Traité de Versailles, le Japon ne sera débité par la Commission des Réparations dans les comptes interalliés que du montant correspondant aux indemnités qui ont été ou pourront être effectivement payées par le Gouvernement allemand à ses nationaux pour les intérêts qu'ils possédaient dans ces entreprises. En attendant la détermination des montants en question, le Japon sera considéré comme ayant droit à son pourcentage intégral des réparations, à dater du 1^{er} septembre 1924.

TITRE IV

INTÉRÊTS ET ARRIÉRÉS

ARTICLE 18.

COMPTE D'INTÉRÊTS

Les Gouvernements alliés acceptent de renoncer entre eux à toute revendication d'intérêts afférents aux recettes de réparations réalisées jusqu'au 1^{er} septembre 1924 et toutes dispositions d'accords antérieurs exigeant la tenue de comptes d'intérêts pour la période antérieure à cette date seront annulées. Des intérêts à 5 p. % seront toutefois exigibles, à partir du 1^{er} septembre 1924, sur l'excédent de recettes apparaissant, dans le compte qui sera établi en application de l'article 19 ci-après, comme dû à cette date par une Puissance quelconque à la masse des réparations, ainsi que sur tous nouveaux excédents de recettes qui pourraient se produire après cette date, jusqu'à leur remboursement.

ARTICLE 19.

AVANCES ET ARRIÉRÉS

La Commission des Réparations établira, dans le plus bref délai possible, un compte faisant apparaître, à la date du 1^{er} septembre 1924, pour chaque Puissance ayant droit à participer aux paiements

de réparations faits par l'Allemagne, à l'exclusion des Etats-Unis d'Amérique :

a. Les recettes nettes de cette Puissance au titre des réparations, à la date du 1^{er} septembre 1924, que l'on calculera en déduisant de ses recettes brutes totales, telles qu'elles auront été évaluées en vue de leur répartition entre les Alliés, les crédits qui doivent lui être donnés au titre des avances pour la fourniture de charbon décidées à Spa, des frais des armées d'occupation (les arriérés au 1^{er} mai 1921, réglés par l'article 21, non compris), des frais des Commissions de contrôle non payés en monnaie allemande, des gains de change et de toute autre créance reconnue, telle que les créances visées à l'article 8 (A) du présent accord;

b. Le montant que cette Puissance aurait reçu si le total des recettes nettes de réparation de toutes les Puissances avait été réparti suivant les pourcentages de Spa.

La Commission des Réparations déterminera, en déduisant du montant dû à chaque Puissance son débit réel, les arriérés dus à cette Puissance ou les avances dont le montant est dû par cette Puissance, au 1^{er} septembre 1924.

B. La Commission des Réparations procédera à un calcul analogue au 1^{er} septembre de chaque année ultérieure.

C. En vue du calcul ci-dessus, les chiffres concernant la Belgique seront pris en compte exactement comme ceux qui concernent les autres Puissances, mais, en dehors de ce qui est stipulé d'autre part dans le présent accord, la Belgique sera libérée de toute obligation de rembourser les recettes de réparations réalisées avant le 1^{er} septembre 1924.

Toutefois la Belgique devra compte, le cas échéant, des intérêts afférents à toutes les recettes de réparations réalisées par elle, après le 1^{er} septembre 1924, en excédent de la part qui lui revient, d'après les dispositions stipulées d'autre part dans le présent accord, sur les recettes totales effectivement portées au débit de toutes les Puissances après cette date. Dans le cas contraire la Belgique sera considérée comme ayant une créance à titre d'arriéré.

D. Les dispositions du second paragraphe de l'article 7 de l'Accord du 11 mars 1922 relatif aux débits qui doivent être inscrits dans le compte à établir, au titre de l'article 235 du Traité, pour le charbon reçu par l'Italie avant le 1^{er} mai 1921, s'appliqueront également aux débits pour le charbon reçu par l'Italie entre le 1^{er} mai 1921 et le 31 décembre 1922.

ARTICLE 20.

RECUPÉRATION DES ARRIÉRÉS

Sauf stipulation contraire du présent accord :

A. Les recettes en excédent réalisées par chaque Puissance, telles qu'elles seront fixées à la fin de chaque année, en application de l'article 19 seront remboursées par déduction d'un certain pourcentage de la part revenant à cette Puissance dans chacune des annuités suivantes jusqu'à extinction de sa dette, y compris les intérêts à 5 p. %, sous la réserve qu'aucun remboursement prévu par le présent paragraphe ne sera exigé sur les annuités commençant le 1^{er} septembre 1924 et le 1^{er} septembre 1925.

B. En qui concerne l'Italie et l'Etat Serbe-Croate-Slovene, cette déduction sera fixée à 10 p. %. En ce qui concerne les autres Puissances, la déduction sera calculée par la Commission des Réparations sur une base semblable.

C. Les remboursements faits par les Puissances débitrices seront répartis entre les Puissances créditrices de la masse des réparations en proportion de leurs arriérés respectifs.

ARTICLE 21

FRAIS DES ARMÉES D'OCCUPATION ANTÉRIEURS AU 1^{er} MAI 1921

Les arriérés dus à la France et à la Grande-Bretagne au titre des frais d'armée d'occupation antérieurs au 1^{er} mai 1921 seront exclus du compte général des arriérés et seront remboursés par une allocation spéciale des montants indiqués ci-après, qui sera prélevée sur les annuités du plan Dawes (et qui prendra rang immédiatement après la priorité accordée aux frais de l'armée d'occupation des Etats-Unis) :

	Millions de Marks-or
1 ^{er} année.....	15
2 ^e année.....	20
3 ^e année.....	25
4 ^e année.....	30

et ensuite 30 millions de marks-or par an, jusqu'à extinction de ces arriérés.

Cette allocation sera répartie entre la France et la Grande-Bretagne dans les proportions de 57 p. 100 pour la France et de 43 p. 100 pour la Grande-Bretagne. L'allocation sera réalisée en livraisons en nature pendant les deux premières années d'application du plan Dawes et pourra être ensuite transférée, en nature ou en espèces. Cet arrangement n'affectera pas la répartition de toutes recettes en espèces, actuellement détenues par la Commission des Réparations, disponibles pour la liquidation des arriérés des frais des armées d'occupation. Ces recettes seront traitées conformément à l'article 8 de l'Accord du 11 mars 1922 et viendront en balance du montant en capital des arriérés. Dans la suite, les allocations annuelles prévues ci-dessus seront prélevées par priorité, à concurrence de 25 p. 100 de leur montant, sur toute recette en espèces, ne provenant pas de l'application du plan Dawes, qui pourra être réalisée par la Commission des Réparations dans l'avenir au compte de l'Allemagne.

TITRE V

QUESTIONS DIVERSES

ARTICLE 22

PAYEMENTS À FAIRE PAR LA TCHECOSLOVAQUIE POUR LIVRAISONS EN NATURE

Les sommes dues par la Tchécoslovaquie à la Commission des Réparations au titre des livraisons en nature reçues par elle de l'Allemagne et de la Hongrie depuis le 1^{er} mai 1921 devront être placées dans un compte d'attente et porter intérêt à 5 p. % à partir du 1^{er} septembre 1924.

ARTICLE 23

PAYEMENTS DE LA BULGARIE

Sans qu'il soit préjugé d'aucune question de principe, les paiements faits ou à faire jusqu'au 31 décembre 1926 par la Bulgarie, en vertu du protocole de Sofia, en date du 21 mars 1923, seront répartis entre les Puissances Alliées suivant les proportions fixées par l'article 2 du Protocole de Spa. Les Gouvernements alliés se mettront d'accord sur le mode de répartition de ces paiements à appliquer après le 31 décembre 1926.

ARTICLE 24.

BIENS CÉDÉS À LA VILLE LIBRE DE DANTZIG

Les Gouvernements alliés donnent pleins pouvoirs à leurs délégués respectifs à la Commission des Réparations pour régler toutes les questions relatives à la dette incombant à la ville libre de Dantzig au titre de la valeur des biens publics qui lui ont été cédés par l'Allemagne, y compris tels ajustements des paiements à faire par la ville libre que sa situation financière pourrait rendre nécessaire.

ARTICLE 25

RECOMMANDATIONS RELATIVES À L'ÉCHELONNEMENT DES PAYEMENTS TOUT AU COURS DE L'ANNÉE

Les Ministres des Finances attirent l'attention de la Commission des Réparations sur le fait que le fonctionnement du plan Dawes serait grandement facilité si l'Agent général des paiements de réparations pouvait faire en sorte que les paiements annuels à effectuer pendant l'exécution du plan Dawes fussent échelonnés tout au cours de chaque année et ils prient la Commission des Réparations et l'Agent général d'examiner quelles mesures peuvent être prises pour assurer ce résultat, qui est d'une importance particulière pendant la deuxième et la troisième années du plan.

À cette fin, les Gouvernements alliés, en ce qui les concerne, autorisent la Commission des Réparations et l'Agent général des paiements de réparations, en coopération avec les Trustees pour les obligations de chemins de fer et les obligations industrielles, à prendre toutes les dispositions qui peuvent être nécessaires pour aménager les échéances des obligations de chemins de fer et des obligations industrielles, de façon à assurer un courant graduel et régulier de paiements tout au cours de chaque année.

En outre, les Ministres des Finances autorisent la Commission des Réparations à faire des arrangements, dans la mesure où cela sera possible sans porter préjudice aux besoins d'autres Puissances, afin de permettre au Gouvernement portugais d'obtenir pendant les premiers mois de la seconde année du plan Dawes, sans excéder sa part dans la seconde annuité, les sommes nécessaires pour parfaire le montant de certaines commandes de livraisons en nature qui sont en suspens et qui sont pour lui d'une importance particulière.

ARTICLE 26

INTERPRÉTATION ET ARBITRAGE

Le présent accord devra être transmis à la Commission des Réparations et la Commission sera priée de lui donner effet et d'ajuster les paiements, pendant le reste de la première année du plan Dawes se terminant au 31 août 1925 et pendant les années suivantes, de telle sorte que les recettes totales de chaque Puissance alliée pendant chaque année n'excèdent pas sa part telle qu'elle est déterminée par le présent Accord. La Commission des Réparations aura pouvoir d'interpréter les dispositions de l'Accord par une décision unanime, en ce qui concerne les Puissances alliées. Au cas où quelque différend ou quelque discussion s'élèverait, au sein de la Commission des Réparations ou entre les Puissances alliées, au sujet de l'interprétation d'une disposition quelconque du présent Accord ou de toute mesure d'application du dit Accord à prendre soit par la Commission, soit par toute autre autorité, il devra en être référé à l'arbitrage d'un arbitre unique, accepté à l'unanimité par les Délégués à la Commission des Réparations; ou, faute d'accord, à désigner par le Président en exercice de la Cour permanente de Justice internationale.

Tout différend ou toute discussion avec les Etats-Unis d'Amérique qui pourraient se produire au sujet d'une interprétation du présent accord qui affecterait les revendications américaines ou les droits des Etats-Unis d'Amérique, tels qu'ils sont déterminés par le présent accord, seront déférés à un arbitre accepté à la fois par les Etats-Unis d'Amérique et par la Commission des Réparations statuant à l'unanimité.

ARTICLE 27

RÉSERVE RELATIVE AUX DROITS ET OBLIGATIONS DE L'ALLEMAGNE

Les dispositions du présent accord conclu entre les Puissances intéressées aux réparations laissent entiers tous les droits et toutes les obligations de l'Allemagne résultant des traités, conventions et arrangements actuellement en vigueur.

Le PRESENT ACCORD, rédigé en français et en anglais en un seul exemplaire, restera déposé dans les archives du Gouvernement de la

République Française, qui en délivrera des copies certifiées conformes à chacune des Puissances signataires.

Pour l'interprétation du présent accord, les deux textes français et anglais feront également foi.

Paris, 14 janvier 1925. — CLEMENTEL. — G. THEUNIS. — WINSTON S. CHURCHILL. — MYRON L. HERRICK. — FRANK B. KELLOGG. — JAMES A. LOOGAN JR. — ALBERTO DE'STEFANI. — K. ISHII. — L. M. DE SOUZA DANTAS (avec réserves). — EM. J. TSOUDELOS. — J. MROZOWSKI. — J. KARSNICKI. — ANTONIO DA FONSECA. — VINTILA BRATIANO — N. TITULESCU. — STOYADINOVITCH. — STEFAN OSUSKY.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

N. 9

Trechos do Relatório da Delegação, em 28 de dezembro de 1924

EXMO. SR. MINISTRO,

Tenho a honra de expôr a V. Ex. os trabalhos da Sexta Conferencia Internacional do Trabalho.

De conformidade com o art. 400 da Parte XIII do Tratado de Versalhes de 1919, reuniu-se em 1 de julho ultimo, em Genebra, a sexta Conferencia Internacional do Trabalho, sob a presidencia do Sr. Hjalmar Brantug, antigo presidente do Conselho e chefe da Delegação sueca.

A ordem do dia da Conferencia constou das seguintes theses:

- I. Utilisação dos lazeres dos operarios;
- II. Igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros;
- III. Repouso hebdomadario de 24 horas na vidraria a tanque;
- IV. Trabalho nas padarias;
- V. Dia de oito horas de trabalho (R. do C.);
- VI. Lucta contra a falta de trabalho (R. do C.);
- VII. Lucta contra o carbunculo.

Após a verificação dos poderes dos delegados, foram constituídas as differentes commissões, que desde logo iniciaram seus trabalhos.

O art. 389 do Tratado de Versalhes dispõe que as delegações dos paizes membros da Organização Internacional do Trabalho deverão compôr-se de dois delegados governamentais, um delegado patronal e um delegado operario.

A delegação brasileira estando incompleta e não dispondo de conselheiros technicos, não poudeser-se representar em todas as commissões, onde se opera precisamente o principal trabalho da Conferencia.

UTILISAÇÃO DOS LAZERES DOS OPERARIOS

Esta these é uma consequencia necessaria da Convenção de Washington de 1919, sobre a limitação do tempo de trabalho ao maximo de oito horas por dia e quarenta e oito por semana.

Os sociologos se têm mostrado vivamente preocupados com o emprego que os operarios poderiam dar ás horas que lhe são reservadas para descanso e recreio, de maneira a evitar um mau emprego desse tempo, notadamente nas tavernas e nas casas de tavolagem, com serios prejuizos para a economia domestica da familia dos trabalhadores.

Aberta a discussão sobre o assumpto, foi levantada a preliminar quanto á competencia da Conferencia para deliberar sobre as horas de lazer dos operarios, que são entes adultos e capazes de orientar sua propria conducta.

Alguns delegados demonstraram receios de que legislar sobre semelhante materia seria implicitamente attentar contra a liberdade individual dos trabalhadores. A delegação brasileira, considerando que geralmente fallece aos operarios educação social para a utilização de seus lazeres, pensa que os Governos e as instituições sociaes poderiam guial-os na melhor maneira de empregar suas horas disponiveis, sem todavia *impor-lhes* os modos de usar desses divertimentos.

E' sabido que muitas vezes as familias operarias são victimas de molestias e contra-tempos, devido á falta de hygiene domestica e de conforto interior, podendo d'ahi advir males prejudiciaes aos interesses collectivos da sociedade.

Ora, o melhor meio de prender a familia operaria no lar é tornar confortavel e attrahente a habitação domestica, competindo aos poderes municipaes promover nas agglomerações urbanas e suburbanas uma política de habitação baseada na constituição das famosas *Cidades jardins*, com todas as condições de salubridade e de conforto, como já existem em alguns centros adiantados da Gran-Bretanha, Allemanha, França e Estados Unidos.

Assim pensando, a delegação brasileira apoiou, sem reservas, o projecto de recommendação sobre Utilização dos Lazeress Operarios, approvada no plenario por 79 votos contra 16.

IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS

A lei brasileira não faz nenhuma distincção entre os trabalhadores estrangeiros e nacionaes, relativamente aos direitos outorgados ás victimas de accidentes do trabalho.

Tratando-se de uma medida de humanidade, ou antes, de justiça social, em que as preocupações nacionalistas não podem ser levadas em consideração, o legislador brasileiro deixou completamente de lado a questão da reciprocidade.

De resto, seria impossivel no Brasil negociar um tratado em materia de reparação de accidentes do trabalho, sob o principio da reciprocidade, porquanto o Brasil, como paiz de immigração, recebe, sem permutar, trabalhadores estrangeiros, de maneira que qualquer tratado sob esse principio seria inoperante para uma das partes, pois geralmente o brasileiro não emigra para procurar occupação nos paizes estrangeiros.

Seria, portanto, impossivel ao Brasil admittir o principio de reciprocidade em materia de indemnisação por accidentes do trabalho.

Os estrangeiros sendo equiparados aos nacionaes, no dominio do direito civil, a delegação brasileira sustentou a universalisação do principio da igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionaes, victimas de accidentes do trabalho.

A nossa lei sobre a materia fez, sem duvida, uma restricção quanto aos beneficiarios da victima em caso de morte, aos quaes sómente assiste o direito á indemnisação, si provarem residir no Brasil, por occasião do accidente.

Essa clausula foi, todavia, eliminada no projecto da reforma da lei n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919, elaborado pelo Conselho Nacional do Trabalho e que ora depende da approvação do Congresso Nacional.

Esta these suscitou no seio da Segunda Commissão vivos debates, notadamente por parte da delegação franceza, que sustentou ser preferivel á Conferencia approvar uma simples recommendação, deixando aos Governos interessados o cuidado de regular a questão por meio de tratados bilateraes.

Por proposta do Sr. Rhys Davis, delegado britannico, a Conferencia decidiu, por 54 votos contra 35, adiar a discussão do assumpto para a proxima Conferencia Internacional do Trabalho de 1925.

REPOUSO HEBDOMADARIO DE 24 HORAS NA INDUSTRIA DE VIDROS COM TANQUES

A Terceira Commissão recommendou a adopção de um projecto de convenção em que se preconiza o repouso de 24 horas consecutivos nos fornos a tanques. A cessação do trabalho deverá ter logar nos domingos, ou em outro dia consagrado pela legislação, tradições ou costume, ao repouso hebdomadario.

Entretanto, foram previstas derogações para os seguintes generos de trabalho:

1º. Os trabalhos que, por motivos de *ordem technica ou economica devem ser necessariamente continuos*;

2º. Os trabalhos preparatorios, complementares de reparações que *devem ser executados durante o repouso do pessoal* para assegurar a actividade normal do estabelecimento nos dias uteis.

Todavia, no que concerne ás derogações previstas no n. 1º, antes de approvação dos termos definitivos do projecto de convenção, cada membro dará conhecimento ao Officio Internacional do Trabalho, com o fim de ser examinada em uma das proximas Conferencias, a natureza dos trabalhos que forem considerados necessariamente continuos.

Emquanto a Conferencia não decidir sobre os paragraphos ns. 1º e 2º, o actual projecto de convenção deverá ser considerado como susceptivel de ser adoptado no que concerne ao repouso de 24 horas para cada operario.

Este projecto de convenção, que soffreu no plenario varias emendas, foi approved por 68 votos contra 22, devendo, entretanto, ser esse problema submettido a exame final na proxima Conferencia Internacional do Trabalho.

Todavia, esta questão não apresenta grandes interesses para o Brasil, onde a industria do vidro é incipiente, pois utiliza apenas uma força motora de 1.000 H. P. e occupa cerca de 4.000 operarios, não estando, portanto, em condições de tomar posição na competição internacional. Em realidade, o problema, tal qual foi submettido á consideração da Conferencia, tem um interesse antes economico do que social.

Esta these é antes uma questão de exclusivo interesse commercial dos países da Europa, productores e exploradores de vidros. O aspecto social da questão não foi considerado senão indirectamente. De resto, o systema de *équipes*, já introduzido na industria de vidros, resolve praticamente o problema.

O TRABALHO NOCTURNO NAS PADARIAS

A questão relativa ao trabalho nocturno nas padarias suscitou vivos debates, devido á complexidade de que se reveste este problema, em determinados países em que a classe dos pequenos patrões quasi se confunde com a propria classe operaria. E' assim que a grande industria de panificação attingiu em certos países um tal gráu de aperfeiçoamento que lhe seria facil acceitar o regimen que pretende impôr o repouso nocturno de sete horas consecutivas, ao passo que os pequenos patrões que, em summa, são simples operarios, agindo por conta propria e empregando processos dos mais antiquados, estariam fatalmente em condições de inferioridade manifesta para concorrer commercialmente com a grande industria de arga e intensiva produção mecanica.

Outro ponto delicado é o que diz respeito á liberdade individual do pequeno patrão, dentro do domicilio, onde se acha installada a officina de panificação.

Os pequenos padeiros sustentaram a these que nega á Conferencia (que foi convocada para proteger os interesses dos salarizados) competencia para cercear a liberdade de trabalho dos patrões.

Ha, entretanto, a considerar o aspecto commercial da questão. A interdicção do trabalho nocturno nas padarias attingindo apenas a classe dos padeiros-*salarizados* e não os padeiros-patrões, estes ficariam livres para fazer uma injustificada concurrencia aos grandes patrões, prevalecendo-se, para fins de vantagens exclusivamente individuaes, de uma medida de alto alcance social.

Após longa e acalorada discussão, a Commissão apresentou um relatorio da maioria e outro relatorio da minoria, composto dos delegados patronaes, que se pronunciaram pela adopção de uma recommendação (em lugar de um projecto de convenção) prohibindo, a partir de 1º de janeiro de 1927, o fabrico do pão, pastelaria ou productos similares, de base de farinha, durante a noite, isto é, durante sete horas consecutivas.

Para esses effeitos, foi considerada noite o periodo de sete horas de tempo que vai das 11 ás 5 da manhã ou das 10 ás 4 horas da manhã, conforme o clima e a estação do anno.

Este projecto de convenção foi adoptado em primeira votação pela Conferencia por 63 votos contra 15. O problema será definitivamente resolvido na proxima Conferencia de 1925.

O Sr. Justin Godart, Ministro do Trabalho da França, e Chefe da delegação franceza á Conferencia, pleiteou com eloquencia e sinceridade a abolição do trabalho nocturno nas padarias, tendo por sua iniciativa feito apresentar no Parlamento francez um projecto de lei no sentido de satisfazer essa justa aspiração proletaria.

Na verdade, seria difficil negar-se com serios argumentos as vantagens incontestaveis que adviriam ao publico e ao padeiro da applicação do regimen que prohibe o trabalho nocturno nas padarias.

O trabalho nocturno nas padarias, além de extremamente fatigante, é anti-hygienico e desnecessario, dando muitas vezes logar á transmissão de molestias contagiosas, como a tuberculose e outras.

De resto, está scientificamente provado que a absorpção de pão fresco não é salutar ao organismo humano, e que o pão torrado, o suiback, etc., podem com vantagem servir-lhe de succedaneos durante as primeiras horas da manhã.

No Brasil, a reforma não affectará, na realidade, senão certas classes abastadas de habitantes dos centros urbanos e suburbanos, pois o resto da população rural alimenta-se principalmente de fculas, farinaceos, taes como polentas, roscas, fubá, mandioca, arroz, etc.

Entretanto, tratando-se de um problema sobretudo regional, a questão poderá ser resolvida entre nós, independentemente das decisões das Conferencias Internacionaes do Trabalho.

O REGIMEN DAS OITO HORAS DE TRABALHO

Por ocasião da discussão do relatorio do Director do Officio Internacional do Trabalho sobre a marcha dos trabalhos realisados por aquella organização, as delegações operarias subiram successivamente á tribuna para interpellar as delegações governamentaes sobre os verdadeiros motivos que levaram os Governos a não ratificarem a Convenção de oito horas de trabalho, adoptado pela Conferencia de Washington de 1919.

Entre os principaes discursos pronunciados pelos delegados governamentaes, salientaram-se os do Sr. Justin Godart, delegado francez, do Sr. Leymann, delegado allemão, Rhys Davis, delegado britannico, Monsenhor Nolens, delegado hollandez, e Manhaim, delegado belga.

O Sr. Godart, expondo o ponto de vista francez sobre o regimen de oito horas, declarou que a lei de 23 de abril, que o instituiu, trouxe incontestavelmente resultados fecundos, promovendo uma verda-

deira evolução nos costumes das classes operarias e uma transformação methodica dos meios materiaes de produção.

Depois dessa reforma, o numero de jardins-operarios augmentou de 45 %. O alcoolismo está em declinio evidente. O dia de oito horas suscitou na vida das familias francezas manifestações interessantes.

Apesar dos sacrificios de innumeras destruições de suas regiões devastadas, a França jamais pensou em subordinar a essas graves difficuldades a applicação da lei de oito horas.

O Governo Francez declara-se prompto a ratificar a Convenção de Washington.

Em seguida, o Sr. Leymann expoz que, sob a pressão de circumstancias excepcionaes, o Governo Allemão foi coagido a renunciar á applicação rigida e geral do dia de oito horas na industria, no commercio e nos transportes.

A partir de 1923, as horas de trabalho têm sido prolongadas na Allemanha em muitas industrias, por meio de accordos collectivos. Entretanto, em certas industrias importantes, notadamente nas minas, nas vidrarias e nas construcções, o regimen de oito horas tem sido mantido.

No momento presente, torna-se impossivel dizer si as difficuldades economicas actuaes poderão ser vencidas. Emquanto o fardo das reparações se fizer duramente sentir, será impossivel dizer quanto tempo durará este estado de coisas. O actual regimen de trabalho é, sem duvida, provisorio; seria entretanto difficil o Governo Allemão indicar de uma maneira precisa o momento em que poderão ser introduzidas modificações, nem qual o alcance dessas modificações. Emquanto durarem as presentes condições economicas, o Governo Allemão deseja reservar-se a mais completa liberdade nesse dominio.

O Sr. Rhys Davis, depois de fazer constatar que “o dia de oito horas parece ser mais largamente observado na pratica, na Gran-Bretanha, do que em qualquer outro país, e que a applicação legal desse regimen engloba já varios milhões de trabalhadores, annunciou que o Governo Britannico tem a intenção de, logo que o permittam os trabalhos da Camara dos Communs, apresentar um projecto de lei que autorise a ratificação da Convenção de Washington.

O Sr. Costa Pinto, delegado patronal do Brasil, expoz as condições do trabalho industrial no Brasil, defendendo, com solidos argumentos, a liberdade dos operarios de acceitar horas supplementares do trabalho, uma vez que lhes seja assegurado um justo augmento de salarios.

Os delegados governamentais das grandes nações industriaes vieram expôr o ponto de vista de seus respectivos governos, sobre a Convenção de Washington, trazendo, outrosim, a promessa de uma proxima ratificação.

LUCTA CONTRA A FALTA DE TRABALHO

O problema da falta de trabalho vem preocupando seriamente os homens de Estado dos paizes industriaes da Europa, onde neste momento existem cerca de *trese milhões de pessoas desoccupadas*.

Considerando que cada chefe de familia deve ter a seu cargo uma media de tres pessoas, cuja existencia depende do seu salario, teremos cerca de *cincoenta e dois milhões de individuos* que soffrem desse mal estar economico-social.

Desde antes da guerra que os estadistas e os sociologos de todo o mundo estudam esse phenomeno, tendo sido em 1910 constituida, sob a presidencia do Senador Léon Bourgeois, a Associação Internacional para a lucta contra a falta de trabalho, com secções nacionaes em todos os paizes do universo.

Varios congressos internacionaes se reúnem periodicamente afim de encontrar uma solução para esse premente e grave problema. Desde a sua primeira conferencia em Washington que a Organização Internacional do Trabalho procura uma formula definitiva de solução desse problema, que, apesar da estreita collaboração com a Organização Economica e Financeira da Sociedade das Nações, permanec insolúvel. Após longos debates que duraram semanas inteiras, a Comissão approvou uma resolução inocua que, na realidade, adia a solução do problema, com receio, sem duvida, de abordeal-o resolutamente.

Essa resolução preconisa uma série de medidas de impossivel realisação, concernente á investigação sobre o *funcionamento* do credito, a instabilidade geral dos preços, a fluctuação dos preços, etc.

Coube-me, como delegado governamental do Brasil, a honra de tomar parte nos debates, na Comissão e no plenario. Em tres differentes discursos procurei chamar a attenção para as possibilidades immigratorias dos paizes novos, como sendo o meio racional de solucionar praticamente o problema. Considerada a interdependencia economica das nações, o excesso de mão de obra nos paizes industriaes que soffrem de *chômage* seria empregado na produção da materia prima que vai alimentar as usinas dos paizes productores de artigos manufacturados.

Após prolongadas discussões, em que tomaram parte numerosos criadores, foi a resolução da Comissão adoptada unanimemente.

LUTA CONTRA O CARBUNCULO

O relatorio da Comissão constata não haver probabilidade de um accôrdo internacional sobre a desinfecção das lãs e dos pellos utilizados na industria textil; exprime, todavia, a esperança de que os diversos países industriaes procederão a um exame dos regulamentos em vigor sobre o assumpto, de maneira a assegurar uma maior protecção dos operarios que trabalham nessa perigosa industria. O problema foi adiado para ser inscripto na ordem do dia da proxima Conferencia Internacional do Trabalho de 1925.

DELEGAÇÕES INCOMPLETAS

A Comissão de Verificação de Poderes em relatorio lido em sessão plenaria constatou que dezesseis países, entre os quaes o Brasil enviaram delegações incompletas, sendo que alguns d'elles mandaram delegados patronaes, sem a devida representação operaria, o que, evidentemente, traz o desequilibrio nas votações das resoluções e projectos de Convenção sujeitos á deliberação da Conferencia.

Afim de remediar esse mal que vem se repetindo invariavelmente nas differentes assembléas que se têm succedido em Genebra, a Comissão submetteu á approvação da Conferencia uma resolução em que confia ao Officio Internacional do Trabalho um inquerito em cada um dos países em questão para conhecer das razões por que essas delegações vêm seguidamente incompletas.

Essa resolução foi vivamente combatida pela China, Brasil, Chile, Portugal e Uruguay, cujos delegados puzeram em evidencia o perigo de uma resolução inconveniente e capaz de comprometter as boas relações da Organização Internacional do Trabalho com aquelles países, assim ameaçados na sua soberania e no amor proprio nacional.

Por proposta do relator da Comissão, foi finalmente approvada uma emenda solicitando ao Officio Internacional do Trabalho reunir os documentos necessarios, de maneira a se poder apreciar a exacta situação das organizações patronaes e operarias nos differentes países.

HOMENAGEM Á MEMORIA DE WILSON

O Sr. Barbosa Carneiro, delegado governamental do Brasil, como interprete da delegação brasileira, tomou a iniciativa de apresentar á aprovação da Conferencia uma proposta rendendo justa homenagem á memoria imperecível do presidente Wilson, propondo que, no novo edificio do Officio Internacional do Trabalho, seja materialmente perpetuada a lembrança do grande Apostolo da paz e da concordia entre os povos e que aliás foi o principal autor da Sociedade das Nações, da qual faz parte integrante a Organização Internacional do Trabalho.

A proposta brasileira foi acceita com unanime assentimento de toda a assembléa que, cheia de emoção, votou, de pé, a moção, consagrando, no mais profundo silencio, dois minutos de recolhimento, á memoria do grande Wilson.

Inutil seria insistir sobre o excellente effeito causado por essa louvavel idéa.

A ACTUAÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Com pequenas excepções, os países que tomaram parte na Sexta Conferencia Internacional do Trabalho, enviaram, além dos delegados exigidos pelo art. 389, do Tratado de Versalhes, grande numero de suplentes de delegados e conselheiros technicos, que muito contribuíram para facilitar a actuação de suas respectivas delegações nas deliberações das Comissões e das assembléas geraes.

A delegação brasileira estando incompleta não poudé naturalmente fazer-se representar em todas as comissões.

Entretanto, os tres delegados que ali representaram o Brasil evidaram seus melhores esforços na defesa dos nossos interesses. O Governo do Brasil definiu o seu ponto de vista sobre *todas as theses* constantes da ordem do dia da Conferencia, tendo respondido todos os *quesitos dos questionarios* sobre os differentes problemas debatidos no plenario.

Em todos os relatorios organisados pelos technicos do Officio Internacional do Trabalho sobre aquellas theses, constam as respostas do Brasil, com commentarios sobre o nosso ponto de vista governamental. As actas das Comissões e das sessões plenarias reproduzem os discursos tachygraphados dos delegados brasileiros.

O Sr. Barbosa Carneiro tomou parte nos debates e bem assim o Sr. Costa Pinto; este ultimo expôz com clareza o ponto de vista do patronato brasileiro sobre as theses em discussão.

Ambos esses delegados procuraram desempenhar o mandato que lhes foi confiado com dedicação e civismo dignos de louvor.

São estas, Sr. Ministro, as informações que me cumpre trazer ao conhecimento de V. Ex. sobre os trabalhos da Sexta Conferencia Internacional do Trabalho, que se realisou em Genebra de 1º de Junho a 5 de Julho de 1924.

Rio de Janeiro, 28 de Dezembro de 1924.

AFFONSO BANDEIRA DE MELLO.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EMIGRAÇÃO E
IMMIGRAÇÃO DE ROMA

N. 10

Trechos do Relatorio da Delegação, em 1º de Junho de 1924

SYNTHESE ANALYTICA DAS THESES DISCUTIDAS NAS COMMISSÕES

A Conferencia Internacional de Emigração e Immigração, que teve lugar em 15 de Maio em Roma, se dividiu em quatro secções que trataram respectivamente das seguintes questões:

- 1ª. Transporte de emigrantes, hygiene e serviços sanitarios.
- 2ª. Assistencia aos emigrantes antes da partida, durante a viagem, desembarque aos immigrants nos paizes de immigração. Assistencia especial ás mulheres e ás crianças.

Desenvolvimento da cooperação, da previdencia e de mutualidade entre os emigrantes.

- 3ª. Medidas recommendaveis no sentido de adoptar a immigração ás necessidades da mão de obra dos paizes de immigração. Collaboração entre os serviços de emigração e de immigração dos differentes paizes.

- 4ª. Principios geraes que deveriam regular os tratados de emigração e de immigração.

* * *

Estiveram representados na Conferencia cincoenta e sete paizes, o Officio Internacional do Trabalho e a Sociedade das Nações. A sessão inaugural teve lugar no Capitolio em presença de S. Magestade o Rei da Italia, e de todo o corpo diplomatico estrangeiro acreditado junto ao Quirinal.

O senador Cremoneri, Commissario Regio de Roma, saudou os delegados estrangeiros, desejando-lhes boas vindas, e feliz permanencia em Roma, falando em seguida o Sr. Benito Mussolini, presidente do Conselho de Ministro que definiu o movel do Governo Italiano, convocando a Conferencia Internacional de Emigração.

Em nome dos delegados estrangeiros, respondeu o Ministro Le Breton, chefe da delegação argentina. Após os discursos de estylo,

em que tomaram parte, o Sr. Guani, então presidente do Conselho de Administração da Sociedade das Nações e o Sr. Fontaine, presidente do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, a Conferencia reuniu-se em sessão plenaria para eleger a Mesa directiva e aprovar o projecto de regulamento interno dos trabalhos. Por proposta do Sr. Ewart Hening, Chefe da delegação americana, foi o Commendador J. De Michelis, chefe da delegação italiana, aclamado presidente effectivo da Conferencia.

Foram tambem eleitos vice-presidentes os chefes das delegações da Gran Bretanha, Estados Unidos, França, Japão, Polonia, Espanha, Argentina e Chile.

Em seguida foram eleitos presidentes das quatro secções, respectivamente, os chefes das delegações da Belgica, Allemanha, Brasil e Cuba.

PRIMEIRA SECÇÃO

- I. Transporte de emigrantes.
- II. Hygiene e serviços sanitarios.
- III. Seguros terrestres e marítimos.

A Conferencia adoptou a proposta italiana, para que os paizes interessados procurassem, segundo um systema tão uniforme quanto possivel, publicar em volume as disposições sanitarias em vigor sobre emigração e immigração de maneira a preparar posteriormente o Codigo Sanitario Internacional relativo a emigração.

O projecto de resolução da delegação italiana sobre o seguro dos emigrantes contra os riscos de viagem maritima e terrestre foi vivamente combatido pela delegação francesa, que propôz, como substitutivo, a resolução approvada pela Commissão Internacional de Emigração reunida em Genebra de 1921, recommendando a instituição de um systema que garanta ao emigrante contra os riscos de morte ou de invalidez durante a viagem.

Transporte ferroviario — Depois de vivos debates em que tomaram activamente parte as delegações espanholas, cubana, francesa, britannica, alemã, suissa, brasileira, americana e hungara, a Conferencia finalmente adoptou uma resolução com as seguintes medidas de protecção aos emigrantes, por via terrestre:

- I. Absoluta igualdade de tratamento dos estrangeiros e nacionaes em materia de tarifas ferroviarias.
- II. Adopção de wagons de 3ª classe, com luz, aquecimento artificial, ventilação e hygiene.

III. Creação de bilhetes directos internacionaes de tarifas minimas.

IV. Organização de horarios de trens accelerados, limitando sempre que fôr possível o tempo das paradas nas estações intermediarias e principalmente nas fronteiras.

V. A organização nas estações principaes de serviços em condições de abastecer os emigrantes de agua potavel e viveres e, em caso de necessidade, de serviço medico.

VI. Transporte gratuito de utensilios profissionaes manuaes.

VII. Recepção e auxilio aos emigrantes por parte dos representantes das autoridades, das agencias de viagem ou de empresas de transporte, quando os interessados devem interromper as viagens ou mudar de comboios.

Transporte marítimo — Suscitou fortes debates a proposta italiana, sobre as medidas sanitarias a bordo dos navios que transporta emigrantes.

As delegações britannica, francesa, americana e allemã opinaram para que o problema fosse submettido a outras organizações competentes, como o Instituto Internacional de Hygiene e a Conferencia Internacional encarregada de regulamentar a Convenção de 20 de Janeiro de 1914 sobre a segurança no mar.

A Conferencia finalmente emittio o voto para que os paizes interessados estabelecessem, em suas legislações nacionaes, as condições minimas necessarias sobre o aparelhamento sanitario que transporta emigrantes.

Hygiene — Foram adoptadas diversas resoluções recommendando aos Governos a adopção de medidas tendentes a ministrar aos emigrantes antes do embarque noções elementares de asseio pessoal e hygiene domestica, e bem assim, sobre os exames medicos, sanitarios, attestado de vaccina, asylos especiaes para mulheres no ponto de embarque.

Inspecção sanitaria a bordo — A Conferencia recusou a proposta italiana relativamente á intervenção de inspectores sanitarios á bordo de navios estrangeiros, o voto para que a protecção dos emigrantes ficasse a cargo das autoridades sanitarias do pavilhão do navio.

Finalmente foram adoptadas resoluções de protecção e assistencia ás mulheres e moças viajando sós. A Conferencia recommenda a conclusão entre os Governos dos paizes interessados de accórdos tendentes a zelar pela saúde e methodos de alimentação das crianças a bordo dos navios, que transportam emigrantes.

SEGUNDA SECÇÃO

I. Assistencia aos emigrantes antes da partida, durante a viagem, e ao desembarque, aos immigrants nos paizes de immigração.

II. Assistencia especial ás mulheres e crianças.

III. Desenvolvimento da cooperação, da previdencia e da mutualidade entre os emigrantes.

Assistencia aos emigrantes — A Conferencia recommenda aos Estados a installação de asylos e hospedarias de emigrantes e immigrants que devem ser assistidos e acompanhados até o momento da partida pelas autoridades e na falta destes por agentes das companhias de navegação.

Protecção ás mulheres e crianças — A Conferencia adoptou as resoluções propostas pela Commissão Consultiva da Sociedade das Nações para a repressão do trafico de mulheres e crianças, redigidas do seguinte modo:

Afim de proteger a mulher e as crianças emigrantes contra o perigo de serem abandonadas sem recursos durante a viagem e de assim se tornarem facil presa dos traficantes, recommenda aos Governos que sejam tomadas as necessarias providencias no logar da partida sobre as possibilidades de admissão do emigrante no paiz de destino e que as disposições em vigor relativas ao transporte e admissão dos emigrantes não facilite a separação dos membros de uma familia. Todas as facilidades são recommendadas ás sociedades autorizadas de protecção aos emigrantes para penetrar a bordo dos navios, nos asylos e hospedarias de emigrantes e bem assim que mulheres qualificadas fossem especialmente encarregadas de velar pelos interesses das mulheres e crianças nos navios durante a viagem e, finalmente, que as medidas de protecção não attentem contra a liberdade pessoal das mulheres adultas. (2 abstenções.)

Alliciamento de emigrantes — Foi approvada uma resolução prohibindo a propaganda em favor da emigração, recommendando a organização de serviços gratuitos de informações ao publico. Outras medidas foram adoptadas tendentes a proteger o emigrante contra os traficantes de moedas e os vendedores de bilhetes de viagem.

Cooperação e Mutualidade — A Conferencia emite o voto para que os paizes de immigração facilitem a admissão de estrangeiros ás sociedades de soccorros mutuos ou assistencia constituída entre nacionaes em igualdade de direitos e privilegios.

A Conferencia recommenda aos Estados a conclusão de tratados, e accôrdos de reciprocidade sobre a assistencia judiciaria. Recommenda ainda aos Governos promover a constituição e facilitar a acção de associações privadas de assistencia aos emigrantes, no sentido de organizar entre ellas uma cooperação systematica. (16 abstenções.)

TERCEIRA SECÇÃO

I. Medidas recommendaveis no sentido de adaptar a immigração ás necessidades de mão de obra dos paizes de immigração.

II. Collaboração entre os serviços de emigração e immigração dos differentes paizes.

Collaboração entre os serviços technicos — A Conferencia adoptou um projecto de resolução, exprimindo o desejo de que cada Estado de emigração ou immigração possa permutar informações sobre a situação do mercado de trabalho, as condições de salarios e demais informações interessando a emigração e a immigração. Sobre esse assumpto o delegado da Noruega, fez uma interessante exposição da obra já realisada de intercambio de informações relativas ás condições do trabalho entre o Instituto Internacional de Agricultura de Roma e a Organização Internacional do Trabalho. Convém observar que as informações permutadas são de ordem scientifica geral, taes como estatisticas, que podem ser trocadas por intermedio das instituições internacionaes e as informações de ordem pratica, que, devido ao seu character urgente, devem ser pedidas directamente de Estado a Estado.

Em virtude dessa resolução os Estados se compromettem por accôrdos mutuos ou de qualquer outra fórma a:

a) adoptar tanto quanto possivel os methodos uniformes, de maneira a permittir a comparação da documentação estatistica dos differentes Estados.

b) estabelecer e publicar, segundo os principios uniformes, as estatisticas de emigração e immigração, dos repatriamentos e transitos, fazendo-se a distincção entre nacionaes e estrangeiros e especificando devidamente o sexo, idade, profissão, nacionalidade, o paiz da ultima residencia, o paiz de destino, as condições hygienicas e sanitarias em que foi effectuado o transporte dos emigrantes. A Conferencia recommenda que a emigração de operarios qualificados seja feita, de maneira a facilitar a esses trabalhadores encontrar no paiz de destino emprego dentro de suas especialidades profissionaes.

A Conferencia propôz também aos Estados a conclusão de tratados tendentes a facilitar a collocação dos technicos e dos intellectuaes, segundo as necessidades de cada paiz de immigração.

A delegação italiana apresentou um projecto de resolução convidando aos Governos dos paizes de immigração a notificar aos Consules respectivos os nascimentos e mudanças das familias dos immigrants. Essa proposta suscitou vivos debates e grande opposição, levando a delegação italiana a retirar o projecto.

A Conferencia manifestou o desejo de vêr, dentro em breve, abolida a exigencia de passaportes, demonstrando a necessidade da creação de uma carta de identidade uniforme, independentemente de qualquer taxa ou contribuição.

Foi approvada uma resolução aconselhando os Estados a regulamentarem a pratica da retenção sobre os salarios.

Recrutamento colectivo de emigrantes — A delegação italiana submetteu ainda uma nova proposta tendo em vista regulamentar o alliciamento colectivo de trabalhadores para os paizes estrangeiros. A Conferencia reconhece a necessidade de proteger os trabalhadores dos paizes de immigração contra a introdução excessiva e inopportuna de mão de obra do estrangeiro, devendo o recrutamento em massa obedecer ás seguintes condições:

1) O recrutamento colectivo para os paizes estrangeiros poderá ser submettido em cada paiz, á prévia autorisação do Estado.

2) O paiz de emigração poderá evocar para os officios de collocação e de emigração instituidos ou fiscalisados pelo Estado.

3) No caso em que os Governos tenham estipulado convenções para o recrutamento colectivo de trabalhadores, as condições de alliciamento poderão ser estabelecidas, depois de ouvidos os patrões e operarios das industrias interessadas nos dois paizes.

4) O patrão poderá subordinar o recrutamento dos trabalhadores ao exame sanitario e profissional de cada operario que se offerecer ao recrutamento.

5) Os paizes de emigração e de immigração poderão impedir o recrutamento ou a vinda de trabalhadores estrangeiros, no seu territorio, no caso em que esses trabalhadores possam, por um motivo qualquer, prejudicar os interesses das classes operarias dos paizes de emigração ou de immigração.

6) A autorisação de alliciar trabalhadores para os paizes estrangeiros ficará dependente da condição que nos contractos de trabalho a serem concluidos, entre o patrão e os operarios, sejam indi-

cadras as condições geraes do trabalho. Esses contractos deverão conter principalmente a declaração do patrão garantindo que o tratamento e os salarios em geral não serão inferiores aos salarios e tratamento normaes e correntes na região, onde no momento do recrutamento não devem haver nem grève nem *lock-out*.

7) Os contractos de trabalho concluidos no paiz de emigração entre os trabalhadores e os patrões terão pleno effeito no paiz de immigração, salvo as clausulas que serão contrarias á ordem publica e ás leis e regulamentos do paiz de applicação do contracto.

8) As obrigações contractadas pelos trabalhadores não poderão dar logar nos paizes de immigração a nenhuma acção coercitiva, nem a uma sanção administrativa e judiciaria que não sejam admittidas pelas legislações dos paizes de immigração.

Vivos e longos debates foram suscitados com a apresentação de uma proposta, por parte da delegação italiana, sobre a necessidade de accôrdos internacionaes, afim de prevenir e regulamentar a emigração clandestina. Essa proposta tinha por escopo harmonisar a legislação dos paizes de immigração com a dos paizes de emigração, no que diz respeito a interdicção de subditos de um determinado paiz de emigrar sem necessaria autorisação. A Conferencia adoptou finalmente o projecto, em que os Governos obrigam-se a punir severamente aquelles que animem ou facilitem a violação das leis e regulamentos dos paizes interessados sobre emigração clandestina.

QUARTA SECÇÃO

I. Principios geraes que deveriam regular os tratados de emigração e de immigrantes.

Definição dos termos de emigrante e immigrante — Logo ao iniciar os seus trabalhos, a quarta secção abordou a discussão da significação dos termos emigrante e immigrante, afim de estabelecer methodos uniformes de estatistica comparada de emigração e immigração.

A definição proposta pela delegação italiana provocou longos e violentos debates, tendo dado motivos a serias controversias entre os delegados dos paizes de emigração e de immigração.

A proposta italiana foi vivamente combatida pelos delegados da Argentina, do Brasil e da França, allegando-se que os paizes de immigração conferem ao *immigrante que manifesta intenção de se estabelecer de uma maneira duravel no seu territorio*, vantagens e privilegios especiaes não outorgados aos simples trabalhadores de passagem.

Um novo texto, elaborado entre os delegados argentino, francez e italiano, foi finalmente acceito pela Conferencia com reservas da Allemanha, Austria e Suissa.

A definição adoptada ficou assim redigida: “Considera-se emigrante ou immigrante todas as pessoas que deixarem a sua patria em busca de trabalho ou que vão dedicar-se ao pequeno commercio, ou que vão reunir-se aos parentes que já emigraram em busca de trabalho”.

Estatuto do Emigrante — Quando foi posto em discussão o projecto de resolução sobre o *Estatuto do Emigrante*, proposta pela delegação italiana, numerosos delegados levantaram objecções sobre a competencia da Conferencia para discutir um assumpto, envolvendo problema de ordem juridica e politica, que sahiam completamente do programma exclusivamente technico que motivou a convocação. O delegado italiano declarou que a Conferencia não iria assignar convenções sobre a materia, mas tão sómente emittir votos sobre assumptos que seguramente entram no dominio da regulamentação da emigração e immigração.

Finalmente a Conferencia adoptou os seguintes principios que deverão constituir o Estatuto do Emigrante:

1) A liberdade de emigrar deveria ser reconhecida, com reserva das restricções estabelecidas por motivos de ordem publica e economica ou para a protecção dos interesses materiaes e moraes dos emigrantes. (12 abstenções.)

2) A liberdade de immigrar deveria ser reconhecida, com reservas das restricções de ordem publica, economica e social, resultante notadamente do estudo do mercado de trabalho e para a salvaguarda dos interesses hygienicos, sanitarios e moraes dos paizes de immigração. (12 abstenções.)

3) A emigração deve ser interdita, tanto quanto permittirem as legislações respectivas, ás pessoas que não preencherem as condições necessarias para serem admittidas nos paizes de destino. (7 abstenções.)

4) A liberdade de emigrar e de immigrar deveria ser reconhecida aos differentes membros da familia de um immigrante já estabelecido, quando não existir motivo pessoal de exclusão de ordem publica, hygienica, sanitaria ou moral. (5 abstenções.)

5) O recrutamento e o transporte dos emigrantes deveria ser submettido a um regimen especial destinado a garantir aos emigrantes a protecção a mais efficaz de seus direitos e interesses. (3 abstenções.)

6) O beneficio da protecção acima referida deveria ser estendido aos emigrantes estrangeiros em transito. (5 abstenções.)

7) Todos os Estados deveriam punir com penas severas quem quer que animasse ou facilitasse a violação das leis e regulamentos sobre a emigração. (7 abstenções.)

8) Os Governos dos paizes de immigração transoceanica e os dos paizes de emigração deveriam prestar mutuo auxilio para prevenir e reprimir as violações fraudulentas das leis e regulamentos relativos á emigração e á immigração clandestina. (9 abstenções.)

9) Os immigrants, os trabalhadores estrangeiros e suas familias deveriam gosar dos direitos civis nas mesmas condições que os nacionaes sob reserva de reciprocidade. (4 abstenções.)

10) Os trabalhadores estrangeiros deveriam ser admittidos em todos os officios e profissões nas mesmas condições que os nacionaes, sob reserva das excepções estabelecidas pelas razões de defesa nacional, de ordem publica ou resultante do estado do mercado. (7 abstenções.)

11) Os trabalhadores estrangeiros não deveriam ser submettidos a taxas e impostos especiaes. (6 abstenções.)

12) Os trabalhadores estrangeiros deveriam ser admittidos nas mesmas condições que os nacionaes a gozar da assistencia judiciaria gratuita, sob condição de reciprocidade. (4 abstenções.)

13) Os trabalhadores estrangeiros deveriam gozar dos mesmos direitos que os nacionaes no que diz respeito á applicação das leis de protecção ao trabalho, as indemnisações em caso de accidente, admissão nas associações profissionaes e syndicaes e o beneficio dos seguros sociaes, sob reserva, no que concerne esses beneficios, da reciprocidade ou de vantagem equivalente. (9 abstenções.)

14) A obra de protecção e soccorro a que se propõem as associações privadas para a protecção dos emigrados deveria ser facilitada.

Emprezas de Colonisação — A Conferencia approvou, com um voto contrario e *dez abstenções*, a seguinte resolução relativa á politica de colonisação:

1) Facilitar o accesso ás terras livres ou de propriedade senhorial, favorecendo o emigrante isolado ou grupos de immigrants, ou emprezas de colonisação por meio de concessões e condições especiaes;

2) Favorecer a associação do capital nacional com o capital estrangeiro, para a constituição de emprezas de colonisação;

3) Garantir por medidas adequadas a economia e os depositos dos colonos;

4) Zelar pelo bem estar moral e economico dos colonos, favorecendo a admissão de suas familias e garantindo o exercicio de seus direitos de liberdade individual e de propriedade nas suas relações com as empresas de colonisação.

Continuidade dos seguros sociaes — Foi ainda adoptada uma interessante proposta tendo em vista garantir ao trabalhador que é obrigado a mudar constantemente de paiz, a continuidade dos seguros sociaes.

A importancia desse problema provém do facto de que, em geral, as leis de seguro social dos diversos paizes obrigam o trabalhador a effectuar contribuições durante um certo periodo antes de ter direito ás prestações;— succede, pois, frequentemente que o operario, que passa sua vida por periodos de residencia mais ou menos longa em dois ou mais paizes, não adquire o direito ás prestações, ainda mesmo que esses differentes paizes concedam, por leis ou em virtude de tratados, a igualdade de tratamento aos trabalhadores estrangeiros e nacionaes.

A Conferencia adoptou, pois, uma resolução em que emette o voto para que sejam multiplicados os accôrdos internacionaes, permitindo aos trabalhadores que as empregam successivamente em differentes paizes:

a) de conservar o beneficio dos periodos de tempo passados nesses differentes paizes para o calculo das prestações e rendas relativas á previdencia e ao seguro;

b) de beneficiar eventualmente e sob reserva de reciprocidade os premios concedidos por cada paiz a seus nacionaes pela applicação das leis de previdencia e seguro. (8 abstenções).

Como conclusão da proposta acima enunciacada, a Conferencia emittiu o voto recommendando que, por accôrdos entre os Estados interessados, sejam tomadas providencias em vista de assegurar a cooperação dos serviços publicos, para o pagamento das rendas resultantes dos seguros sociaes de um paiz aos beneficiarios residentes em outro paiz. (11 abstenções.)

Foi ainda adoptada uma resolução para que os trabalhadores estrangeiros tenham a faculdade de poder fazer parte, nas mesmas condições que os nacionaes, das commissões de conciliação e de arbitramento para solução dos conflictos em que sejam interessados.

AFFONSO BANDEIRA DE MELLO.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL

N. 11

I — Trechos do relatório da Delegação Brasileira, em 29 de Novembro de 1924

ADHESÕES AO CONGRESSO — SUA HARMONIA DE VISTAS E
PRODUCTIVIDADE

Não podia ser mais notável a colaboração dos países americanos e europeus ao Congresso Internacional de Buenos Aires. Os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Grécia, a Espanha, Portugal, a Dinamarca, a Polónia, todos os países da América, a Austrália, participaram d'elle.

Não direi que fosse muito abundante a messe de theses e monographias apresentadas ao estudo das commissões, mas é verdade que varios trabalhos de valor, especialmente argentinos, chegaram até lá, com idéas e alvitre dignos de melhor apreço.

Todos os delegados, alguns dos quaes Embaixadores de seus países, ali compareceram com o proposito de trabalhar, e por isso mesmo os trabalhos correram sempre numa perfeita harmonia de vistas, votando-se todas as conclusões a não ser na Secção de Ensino, na qual alguns oradores mais recalcitrantes procrastinaram de modo lamentável os debates, com real prejuizo das soluções concretas e praticas.

Isto deu lugar a que o Congresso encerrasse os seus labores sem que tal secção houvesse concluido o estudo das conclusões que lhe foram submettidas.

DELEGAÇÕES OFFICIAES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES NO
CONGRESSO DE ECONOMIA

Foram estes os representantes officiaes e de instituições sociaes ou scientificas que concorreram á reunião de Buenos Aires, devendo, quanto ao Brasil, assignalar que alguns illustres concidadãos nossos,

cuja ida a Buenos Aires estava annunciada, ali, por motivos diversos, não estiveram.

PELA ALLEMANHA — Senhores Carlos Genist, Dr. Rodrigues Sarachaga, baron von Reisswitz, Dr. Alberto Haas, Engenheiro Alexandro Bunge, Dr. Roberto Lehmann Nitsche, Dr. Josef Mayer e Dr. Moriz Weden.

PELA AUSTRALIA — Dr. H. Bournes.

PELA AUSTRIA — Dr. Eugenio Ehrmann Ewart.

PELA BELGICA — Drs. Paulo de Vuyst, Desiderio Rubbens, Roberto Payró e Roberto van der Straten Ponthoz.

PELO BRASIL — Embaixador Pedro de Toledo, Drs. Lemos Britto e Narciso Peixoto de Magalhães.

PELO CANADÁ — Dr. Pedro Frederico G. Gorbia.

PELA TSCHECOSLOVAQUIA — Dr. Jiri Max.

PELO CHILE — Srs. Moisés Troncoso, Oscar Alvarez Andrews, Ernesto Merino, Julio Moline Nenez, Enrique Caballero, Carlos Martinez, Agustin C. Avila, Victor Grassi, José Ignacio Huidobro, Daniel Vial.

PELA COLOMBIA — Dr. Guillermo Ospina.

POR COSTA RICA — Srs. Carlos Valenzuela, Adolpho Esquivel de la Guardia.

POR CUBA — Srs. Manoel de la Vega y Calderon e Carlos Trells.

PELA DINAMARCA — Ministro dr. Otto Wodsted.

PELO EQUADOR — Drs. Alberto Muñoz Vernaza, Manuel Bustamante e Alberto Munoz Borrero.

PELA ESCOSSIA — Drs. Douglas W. Sibbald, John Liddel.

PELA HESPAHHA — Drs. Affonso Davila, Eduardo Crespo, José Leon Suarez, Rafaels Vihils, Gabriel Palau, Diaz Arana e Luiz Olariaga.

PELOS ESTADOS UNIDOS — Drs. Samuel Mc. Cune Lindsay, Leon Estabrock, Katerine Lenroot, M. C. Miguel, Wassace Lee, Guillerme Shorwell, Meredith M. Stilles, George Devrendorf, Arthur Gordon, Roland Allen, Carlos F. Pena, Geo Lewitt, Harrington, James Tobin, Marion Talbot Meadows, Harond Woodworth Bingham, E. Ketchel, George S. Brady.

PELA FRANÇA — Dr. J. Roger Clause.

PELA GRECIA — Ministro Dr. Cleanthe J. Pimenides.

PELA GUATEMALA — Dr. Maximo Soto Hall.

POR HONDURAS — Drs. Pablo Ocamon e Leon Suárez.

PELA INGLATERRA — Dr. W. Herbert Hodges.

PELA ITALIA — Conde Aldobrandi Mariscotti, Embaixador, Gustavo Francheschi, Marcelo Conti, Tomás Amadeo, José Serralunga, Armando Roncaglia, Paolo Terruzi, Benigno Benigni, Manuel Montes de Oca, Alfredo Gesaroli e Vicente Tasco.

PELO MEXICO — Srs. Crisoforo Conseco, Juan Palestero, Gonzalo Robles e Alfonso Reys.

PELA NICARAGUA — D. Bartholomé M. Pons.

PELA NORUEGA — Dr. Yans Sundt.

PELA NOVA ZELANDIA — Srs. Leopoldo Bard e Herbert Allan Stark.

PELA HOLLANDA — Ministro barão de Heerdt Eversberg.

PELO PANAMÁ — Srs. José E. Lefevre, Ministro e Rafael Gil Ponce.

PELO PARAGUAY — Srs. Venancio Lopes, Eloy Farina Nunes, Cosmi Manzoni e Manuel Viera.

PELO PERÚ — Drs. Manuel de Freire y Santander, Santiago Losa de Arguellas, Luiz Fernan Cisneros, Carlos E. Velarde, Juan B. Figueiroa, Cesar Sanches Alcorbe, Alfredo Palacios e Leon Suarez.

PELA POLONIA — Dr. Ladislau Mazurkiewicz.

POR PORTUGAL — Ministro dr. Alberto de Oliveira.

PELA SERVIA, CROATIA E SLOVENIA — Dr. Ivo Crisogono.

PELA ROMANIA — Dr. Juan Petrascoin.

PELA REPUBLICA DE SALVADOR — Sr. Gustavo A. Ruiz.

PELA SUISSA — Drs. Carlos Egger e Tomas Amadeo.

PELA VENEZUELA — Drs. Pedro Dominico e Gustavo Schlottmann.

PELO URUGUAY — Octavio Morató, Cesar Charlone, Ricardo Silveira, Manuel Saiz Martinez, Carlos Fonseca, Luiz Caviglia, Pedro Mariscurrena e Juan Angel Golfarini.

Além destes delegados de governos e de instituições sociaes e scientificas estrangeiras, tomaram parte nesse Congresso innumeros delegados de academias, associações e departamentos officiaes argentinis, inclusive diversos de Estados da federação.

Isto elevou o numero de congressistas a mais de quinhentos, o que permittia que as varias secções em que se distribuia o respectivo trabalho funcionassem sempre com um numero elevado de delegados.

Aproveitando este capitulo, quero chamar para um facto a attenção de V. Exa. e do Governo, no intuito de remediar-mos esse mal que apontarei quando nos couber a iniciativa ou a realização de congressos semelhantes.

As varias secções do Congresso Internacional de Buenos Aires funcionaram em edificios separados e distantes uns dos outros. Isto, sobre acarretar maiores despesas, torna o trabalho dispersivo e impede que aquelles delegados que tiverem de abordar materias submettidas ao estudo de outras secções não o possam fazer, pois a distancia, a perda de tempo, o cansaço advindo por essas locomoções apressadas inutilisam todos os seus esforços.

Os congressos devem funcionar num só edificio, como aconteceu ao da Criança, reunido no Chile. Deixei de acudir a varios assumptos que me interessavam, e para cujo debate me preparei, pela impossibilidade material de estar em pontos diversos ao mesmo tempo.

O PROGRAMMA

O programma dos trabalhos, repartido pelas secções de Museus Sociaes e Instituições congeneres. Questões operarias. Hygiene Social. Ensino. Questões agrarias e Estatistica Social, constou do seguinte:

Primeira secção — Definição e alcance dos Museus Sociaes — Organização dos Museus Sociaes — Recursos e meios mais efficazes de acção — Relações entre os Museus Sociaes, o povo e o Estado — Creação de novos museus sociaes nos paizes que ainda os não possuem — Meios para chegar a este resultado — Instituições semelhantes aos museus sociaes — Seus fins — Acção internacional dos museus sociaes e instituições semelhantes — Coordenação de sua actividade — Cooperação internacional — Organização de bibliographia de questões sociaes.

Segunda secção — Questões operarias. Primeira parte: — Questões geraes: Situação dos tratados de typo social — Seguros sociaes internacionaes — Segunda parte: — Questões para os paizes americanos: organização dos departamentos (officiaes) do trabalho — Caracteres proprios de uma legislação social adequada para os paizes da America — Regulamentação do trabalho de menores e mulheres — Descanso semanal — Fixação da jornada de trabalho — Salario minimo e protecção do salario — Conciliação e arbitragem — Indemnização dos accidentes do trabalho — Regimen dos seguros sociaes — Fiscalisação operaria e participação nos lucros — Orientação e legislação sobre associações operarias — Tribunaes industriaes e fôro do trabalho — Creação de um instituto encarregado de centralizar as informações sobre os factos sociaes americanos.

Terceira secção — Hygiene Social — Prevenção do alcoolismo,

os alcaloides e outros vícios; methodos de luta e de cooperação internacional — Methodos de luta contra o paludismo, lepra, tuberculose, syphilis e demais enfermidades infecciosas e contagiosas — Cooperação internacional — Hygiene das profissões e enfermidades profissionais — Habitação e alimentação popular — Organização e funcionamento de ministerios e officinas para o cuidado da hygiene, saúde e assistencia publicas. Organização e funcionamento de instituições de beneficencia. Tratados internacionaes sobre assumptos sanitarios.

A *quarta secção* versou sobre o ensino. Occupando-se da escola primaria põe a complexa questão de saber se ella realisa perfeitamente seu proposito de dar educação integral, preparando para a vida completa. Sobre o ensino secundario: como educação geral (complemento da primaria) e como preparatoria para os estudos superiores. Deficiencias de que soffre e reformas de que carece. Ensino especial: Industrial, commercial, de retardados e anormaes. O mestre primario: melhora que reclama seu preparo. O professor secundario: onde e como deve preparar-se. Autoridades do ensino: a que criterio deve subordinar-se a designação das autoridades superiores, technicas e administrativas do ensino primario, secundario e especial. Ensino superior: a Universidade do ponto de vista de sua função cultural e profissional. Governo universitario. Equivalencia internacional dos grãos academicos e titulos universitarios. Ensino livre: Dentro de que limites deve desenvolver-se o ensino livre no que interessa aos planos de estudos, methodos de ensino, titulos de seu pessoal directivo e docente, e sancções.

A *quinta secção*, uma das mais importantes para os paises do continente, abordou as questões agrarias: — Os syndicatos profissionais agricolas, suas affinidades com as mutualidades e cooperativas agricolas. Vinculação internacional das mutualidades, cooperativas e syndicatos profissionais agricolas. Systema de colonização agraria. Função do ensino do Lar Agricola para mulheres no progresso agrario. Regulamentação especial do trabalho agricola, de accôrdo com as necessidades periodicas e as circumstancias climatericas. Medidas mais adequadas para estabilizar as industrias ruraes sobre a base da exploração da terra por seus proprietarios.

A *sexta secção*, enfim, cuidou da estatistica social e das questões sociaes em geral. Necessidade de organizar uma estatistica especial que comprehenda todos os factos relacionados com as questões sociaes. Materiaes que deve comprehender. Methodos a seguir-se. Orga-

nização internacional. A representação dos interesses profissionaes no governo dos povos. Discussão sobre os ensaios realizados e as tendencias contemporaneas. A regularização do cambio no commercio internacional, considerada como necessidade de ordem social.— Propostas para a solução do problema.

QUESTÕES OPERARIAS E RURAES

Como fiz ver a Vossa Excellencia, não me sendo possivel acudir a todas as secções do Congresso, preferi assistir as mais importantes dellas para nós, a de questões operarias, presidida pelo notavel conhecedor destes assumptos, o Dr. Unsain e a de Legislação rural, cujos trabalhos eram presididos pelo Dr. Leon Suarez, o eminente pensador argentino, tão amigo do Brasil.

Eu desejara, Senhor Ministro, acudir a secção de Estatistica social, as de ensino e hygiene social, nas quaes havia assumptos de palpitante actualidade e revelações curiosas a fazer sobre quanto temos conseguido, porque, em verdade, nem tão atrasada é a nossa legislação, em que peze ao incuravel pessimismo brasileiro. Mas, como Vossa Excellencia comprehende, não me era dado enfrentar os debates em logares differentes e geralmente á mesma hora do funcionamento de nossa secção, pois esta funcionava pela manhã e á tarde, entrando algumas vezes pela noite.

Passo, por isso, a inteirar Vossa Excellencia das principaes intervenções que tive nos debates, naquelles pontos em que me coube esclarecer nossas realizações e conquistas, e accentuando que declarei ali de principio — *comparecer o Brasil ao Congresso de Economia Social não para ensinar, mas para aprender e retirar da sciencia e da experiencia dos outros paizes o que mais conviesse ás peculiaridades de nossa raça e de nossa organização social.*

EXPOSIÇÃO SYNTHETICA DE NOSSA LEGISLAÇÃO SOCIAL

VOTO DE LOUVOR AO BRASIL

No intuito de assignalar o esforço e a orientação do Brasil em materia de legislação social, pronunciei o seguinte discurso, findo o qual foi unanimemente approvado um voto de louvor ao Brasil, for-

mulado pelo Presidente da Secção de Legislação operaria, o illustre dr. Unsain:

SENHOR PRESIDENTE.

SENHORES.

Tambem o Brasil, de accôrdo com o precedente estabelecido, vae aqui, em breve synthese, expôr sua legislação social. Não quer elle equiparar-se ás nações, cujos representantes já occuparam esta tribuna: nem a Portugal, dominado, nos seus partidos, pelas idéas mais avançadas; nem á Dinamarca, cuja obra nos revelou um espirito altanado da parte dos seus poderes publicos; nem á Polonia, tão gloriosa na sua resurreição; nem á Grecia, tão segura dos seus destinos; nem a Cuba, tão sincera nas suas affirmações sociaes; nem, emfim, á Australia, tão forte na sua juventude. O que caracteriza o Brasil, em materia de legislação social, é que as suas leis não foram jamais a resultante de uma pressão das massas sobre os governos, nem a obra accidental de um partido radical elevado ao poder, é, pelo contrario, a expressão de uma continuidade de esforços no sentido de darmos á nossa sociedade e á nossa vida interna, dentro dos principios liberaes da nossa Constituição politica, uma organização melhor e que vá, por affirmações successivas, se adaptando á nova mentalidade do seculo.

Não ha problemas que exijam mais variadas soluções que estes de ordem social.

Neste ponto cada paiz tem a sua filiação historica, as suas peculiaridades ethnicas, as suas características economicas a defender, a respeitar. A conciliação dellas com as necessidades de novas conquistas do espirito humano, com as novas formulas da liberdade e as novas affirmações do trabalho é, por isso mesmo, de irreluctavel complexidade.

O Brasil é um paiz novo, immenso, cujo progresso impõe a co-operação desimpedida e confiante do capital; mas o Brasil carece tambem de braços que o ajudem, de experiencias que o guiem, de intelligencias e vontades que o fortaleçam. Elle respeita o passado, que se não destróe impunemente, mas vê, como todas as nações, levantar-se no horizonte proximo o vulto de gigante, que Tolstoi contemplou immovel nos gelos das esteppes, mas que se levantou e exige a garantia de seus direitos.

Outras nações, descuidadas ou alheias a este objectivo, foram tomadas de surpresa e dominadas pela violencia dos embates entre o

capital e o trabalho. Nós outros fizemos como o individuo que se prepara para atravessar uma região paludica: nos fomos immunizando contra os accessos da febre das reformas. No que toca a este ponto, temos insensivelmente seguido a tradicional politica da Inglaterra, cujas transformações se fazem sem choques e cujas leis vêm sempre antes das crises que as poderiam determinar.

Bastará dizer-vos que o nosso Governo Provisorio, de 1889, assumindo as responsabilidades da administração republicana sobre os destroços de um throno que acabava de derribar, logo teve um olhar para os menores, cujo trabalho prohibia em determinadas condições.

Relancemos a vista sobre nosso programma. Recommenda-se a organização dos departamentos officiaes do Trabalho, e o Brasil já o possui, em pleno funcionamento. Pedem-se medidas protectoras para as mulheres e menores, e no Brasil varias leis estaduais e municipaes já prohibem o trabalho nocturno das mulheres, e a uns e outros prestam assistencia constante. Não contente com isso, e no proposito de honrar o seu compromisso assumido na Conferencia Internacional do Trabalho de Washington, o Congresso Nacional Brasileiro tem em discussão leis novas sobre o assumpto. Reclama-se o descanso obrigatorio semanal, e o Brasil já o possui por toda a parte, e no emtanto, se discute neste momento, ali, uma nova lei que prescreve o descanso hebdomadario de 24 horas para os adultos e de 36 para as mulheres, os menores e os trabalhadores de minas. Preconisa-se a fixação da jornada de trabalho, e nós, que temos varias deliberações municipaes neste sentido, estamos a discutir, no Congresso, o projecto da Commissão de Legislação Social da Camara dos Deputados, que em breve será lei. Outro não é, neste momento, o nosso afan legislativo quanto aos salarios, apesar de fortemente garantidos pelo disposto em nosso Codigo Civil, arts. 178, 795, 1.221, 1.222, 1.569 e 1.570. Outro não é ainda o proposito do legislativo brasileiro quanto á conciliação e arbitragem: discute elle e elabora neste momento uma lei sobre a materia. Não possuímos lei especial sobre o contracto colectivo, porque este tem as suas garantias no Codigo Civil, artigos 1.216 a 1.236. Fala-se em hygiene e segurança sociaes, e nossa legislação sobre creches, maternidades, mulheres, menores, hospitaes, consultorios de crianças e postos de assistencia contra as molestias venereas e o nosso serviço de prophylaxia rural são dos mais perfeitos, na opinião de summidades estrangeiras. Temos uma boa lei de accidentes do trabalho, e já a estamos reformando para melhor.

Possuimos dispositivos legais sobre seguros sociaes, temos as caixas Reiffeisen, e acabamos de pôr em pratica o adiantado estatuto dos ferroviarios. Em materia de associações operarias nossa legislação admittre todas que tenham objectivo social dentro das leis e da ordem; quanto aos syndicatos profissionaes, já o Dr. Tomás Amadeo disse ao Congresso que o Brasil é a unica nação latino-americana que possui lei a respeito, e não só lei, mas a pratica radiosa desta instituições.

— Aconselham-se os tribunaes especiaes para as pendencias do capital e do trabalho, e já São Paulo, o grande Estado do Brasil, possui os seus tribunaes ruraes, para o julgamento das questões em que tomem parte os operarios agricolas.

A que nos resta attender? Ao thema relativo ao salario minimo? Mas esta materia, aliás tão delicada, está sendo estudada pelo Congresso do Brasil. A' participação dos operarios nos lucros das empresas? Mas, esta questão apenas se ensaia por toda parte. Nós não precipitaremos a solução, como não a estorvaremos. Nosso Presidente da nação a recommenda. Como o alpinista da cordilheira, que não dá um só passo adiante sem bater com o pau ferrado na camada de gelos das encostas, o Brasil não quer precipitar situações difficeis nem crear questões que o não affectam. Em seu tempo e a seu geito tudo se fará ali dentro do nosso espirito de equidade e de progresso.

Devo, porém, declarar-vos, antes de concluir esta oração, que o direito de greve é — garantido pela nossa Constituição e por nossas leis.

Senhores. O problema social não se póde resolver apenas á luz dos principios e dos sentimentos. O capital não é um algoz como o trabalho não é uma mercadoria. O capital sem o trabalho será como essas machinas gigantescas a que falta o jacto de vapor ou a corrente electrica, que as movimenta. Mas o trabalho sem o capital nada conseguiria. Todo o nosso esforço deve ser, pois, o de evitar que entre esses dous elementos fundamentaes da riqueza e do progresso se estabeleça na America o divorcio, que tanto mal tem feito ao Velho Mundo.

Agora resta julgardes o Brasil e dizerdes se elle se tem mostrado digno da sua missão historica diante das importantes questões que azem o objecto de nosso estudo.

Longe estamos ainda da perfeição, mas, em verdade, manda a justiça reconhecer que temos feito o que nos permittem nossos curtos annos e nossas condições nacionaes.

SECÇÃO DE QUESTÕES AGRARIAS

Sabedor V. Ex. do interesse que sempre me despertaram as questões agrarias no Brasil, ha de comprehender a magoa que senti ao ver-me tolhido, pela falta absoluta de tempo, de actuar nesta secção, frequentada por homens experientes e sabios, com a mesma assidua dedicação com que me dedicára á de questões obreiras.

Apenas por duas vezes intervim no debate, aqui. A primeira vez foi quando se trataram dos syndicatos profissionaes, a segunda quando se discutiu a expropriação de terras particulares pelo Estado para doal-as aos immigrants, como meio decisivo para incrementar a colonização.

Do que disse, passo a inteirar V. Ex.

Themas discutidos:

1º. Os syndicatos profissionaes agricolas; suas relações com as mutualidades e cooperativas agricolas.

2º. Vinculação internacional das mutualidades, cooperativas e syndicatos profissionaes agricolas.

Percebi, pelo calor do debate, que os syndicatos agricolas não interessam os homens da Argentina. A these do dr. Thomaz Amadeo, que os recommenda, foi contradictada, e a mim coube sustental-a com estas palavras:

SEÑORES.

Quiero decirlos breves palabras sobre el importante tema que aquí en esto momento se discute. Yo también reconozco la irrecusable importancia de los sindicatos profesionales agrícolas, que nuestro distinguido colega Tomás Amadeo defiende y de los cuales escribió en su interesante comunicación: — “E’s tan grande el incremento y la utilidad de estes sindicatos, que existen por decenas de miles en todo el continente europeo y puede asegurarse que no hay forma de actividad agrícola que en dichos países no esté ejercida sobre la base de las organizaciones sindicales”.

Conozco la organización a que se rifiere nuestro colega y la conozco de las páginas del libro del conde de Racquihny, delegado al servicio agrícola del Museu Social de Francia.

Para tenerse una idea de estes sindicatos profesionales agrícolas, que tienen apenas tres decadas de existencia y que el citado

autor considera “una concepción espontánea del genio” de su raza, basta reproducir estos trechos del libro *Les syndicats agricoles et leur oeuvres*: — “Ils sont légion et ils représentent des millions d’habitants des campagnes, intéressés à leur fonctionnement. Ils ont créé les organismes les plus variés adaptés aux besoins des travailleurs de la terre; ils possèdent une presse spéciale, dont la puissance de diffusion est considérable; ils ont formé des fédérations multiples et exercent dans la vie publique l’influence légitime due aux intérêts de la profession agricole; ils tiennent des congrès, participent aux grandes Expositions et sont comptés parmi les institutions les plus intéressantes qui relèvent de l’Economie sociale”.

No se carece de buscar las *leys misteriosas* por las cuales los sindicatos profesionales agrícolas han llegado, de simples manifestaciones elementares de la cooperación al estado de hoy, de maravillosos instrumentos del progreso y de la felicidad de las poblaciones campezinas; lo que nos interesa és difundir tales organizaciones por toda nuestra América. Por eso mismo yo me pongo en acuerdo con el autor de la monografía sobre el segundo tema de esta sección, y con justo desvanecimiento leí en el que “la República del Brasil es el único país de la América Latina que tiene una legislación avanzada respecto a los sindicatos profesionales agrícolas”. En verdad el Brasil posee las leyes de 1907 e 1908, e sus respectivos regulamientos. La Superintendencia del Abastecimiento, allí, además, de acuerdo con el Decreto de 1920, tiene el deber de attender a las cooperativas operarias y populares en tudo cuanto sea posivel para que ellas alcancen los objetivos a que se proponen. Los sindicatos brasileños se constituyen libremente, sin autorización del Gobierno, bastando que depositen en los “cartorios” especiales los documentos de su formación. Hoy, ali, hay decenas de miles obreros rurales sindicados.

De ante de los resultados alcanzados por los sindicatos profisionales agricolas en ese grand pais americano que es mi patria, yo entiendo que los señores congresales deben dar su voto a los conclusiones del Doctor Tomás Amadeo.

Com bem pequenas alterações, as conclusões do Doutor Amadeo foram unanimemente votadas.

COLONIZAÇÃO AGRARIA

O Doutor Domingos Bórea, propondo a criação de um banco colonizador, opinou pelo systema de expropriação das melhores terras, que

o Estado deveria considerar de utilidade publica e, fragmentando-as, entregar com facilidades ao colono.

Era, como salta á vista, uma these argentina. O Doutor Mariano Excurra, se bem dentro do mesmo objectivo nacional, propunha um alvitre mais razoavel, de que a nação vendesse os seus longinquos latifundios e com o producto de venda adquirisse terras para os colonos em zonas proximas e ferteis.

Devo declarar que o debate assumiu proporções ineditas, permanecendo a questão na ordem do dia durante dous dias. Foi quando entendi do meu dever pedir a palavra para fazer a seguinte declaração:

Senhor Presidente e meus illustres confrades.

Obrigando-me outros assumptos congressuaes a ausentar-me, com pezar, desta secção, não quero fazel-o sem deixar definido o meu voto nesta complexa questão, como delegado do Brasil.

Meu paiz, como a Republica Argentina, tambem é um paiz cujo futuro economico depende em grande parte da colonização.

Os nossos oito milhões de kilometros quadrados e a nossa escassa população, que era, em 1920, apenas de 30 e meio milhões de habitantes; as nossas extraordinarias possibilidades e riquezas inexploradas impõem desvelos da parte do governo, quanto a uma politica destinada a attrahir o colono estrangeiro e vincual-o ao solo nacional. Mas, comprehendéis: cada paiz ha de obedecer, para a evolução de tal politica, ás suas peculiaridades geographicas, ethnicas, sociaes e economicas, de sorte que uma solução perfeitamente recommendavel a um, noutro fracassaria ou seria inexequivel.

Ao Brasil, por exemplo, não conviria a politica de expropriação das terras cultivaveis para que o Estado as entregue ao estrangeiro.

Por outro lado, eu vos peço indulgencia para esta declaração: este Congresso é um Congresso Internacional, e, assim, toda conclusão que não tenha character de generalisação, foge do nosso objectivo, por melhor inspirada que ella seja.

Era esta a declaração que me cumpria fazer antes de retirar-me.

Foi com immenso prazer que ouvi, depois, o Doutor Leon Suarez declarar, em seu discurso do Atheneu Hispano-Americano, que essas palavras haviam contribuido poderosamente para a solução a que logo em seguida se chegou.

AS CONCLUSÕES

Quizera eu concluir esta *Exposição* com as Conclusões votadas pelas varias secções deste Congresso. Infelizmente, porém, Senhor Ministro, as conclusões que tenho em mãos são as que sahiram das secções parciaes, publicadas com erronias nos diarios, sujeitas á redacção final e ao voto da ultima reunião plenaria.

Eu as espero a cada instante, e logo que as receba, leval-as-ei a Vossa Excellencia para que fiquem incorporadas a este trabalho.

Verá então Vossa Excellencia que eu não exagerei quanto ao intenso labor deste Congresso, cujos esforços a sabedoria, tino e prudencia, evidenciados no trato das mais complexas questões, mereceram do eminente ministro de Estado que lhe encerrou os trabalhos em nome do Governo as mais elogiosas referencias.

Considero-me feliz por haver participado delle, e lamentando que os delegados brasileiros annunciados não houvessem podido comparecer, inclusive o illustre Doutor Bulhões Carvalho, sobre quem recahiam as preferencias de Vossa Excellencia, cumpro o dever de testemunhar-lhe e ao Governo Federal o meu reconhecimento por mais esta prova de sua alta e immerecida confiança.

Devo, porém, consignar ainda aqui que realizei no Atheneu Hispano-Americano uma conferencia sobre o thema — *Brasil, a terra e o homem*, na qual procurei demonstrar as virtudes do nosso povo e desfazer atoardas espalhadas no estrangeiro sobre o nosso clima e suppostas enfermidades do Brasil.

Esta conferencia foi assistida pelo illustre embaixador Pedro de Toledo, pelo pessoal da Legação e Consulado, pelo presidente da Comissão Executiva do Congresso, Doutor Eduardo Crespo, delegações e pessoas outras, além de por inumeros estudantes argentinos.

ACCIDENTES DE TRABALHO

As conclusões propostas foram estas:

« Convem:

- a) Que a legislação pertinente comprehenda todos os operarios e empregados, seja qual fôr o computo de seus salarios e a natureza da industria ou commercio em que trabalhem;

b) que, quando o computo do salario annual exceda o que assignalem as respectivas leis, a liquidação da indemnização se realize como se a victima do accidente percebesse o maximo que ellas estabelecem;

c) que as indemnizações a entregar-se em determinados casos em fórma de capital consultem, alem do salario, a perda de capacidade, a profissão habitual e a idade do incapacitado. »

Limitei-me, no debate, a mostrar quanto havíamos feito no Brasil nesta materia, e a chamar a attenção do Congresso para o facto de já estarmos cogitando, no parlamento, de melhorar a nossa lei sobre accidentes de trabalho, aliás muito recente e adeantada.

INFORMAÇÃO PARA UMA LEGISLAÇÃO PROPRIA

« Recommenda-se a conveniencia de que os Estados da America organizem estudos estatisticos completos sobre seus problemas de trabalho, com o fim de fundar, sobre suas conclusões, a legislação do trabalho apropriada ao ambiente e necessidades americanas. »

Dada a evidencia desta necessidade, e coincidindo ella com os sentimentos de verdadeiro americanismo do Brasil, votei a favor da conclusão.

PARTICIPAÇÃO DOS OPERARIOS NOS LUCROS

O thema em discussão dizia:

« Convem que os empresarios e industriaes applicuem systemas que permittam a participação dos operarios nos lucros do capital e na gestão das empresas. »

Estabeleceu-se, a proposito desta conclusão, largo debate. Nelle, disse textualmente o seguinte:

Señor Presidente e Señores.

Dos palabras, y no mas, yo los diré sobre la participación de

los obreros en los beneficios y en la gestión de las empresas a que sirven. Es esta una cuestión complexa, mucho debatida, y yo solo me aventuro a hablar de ella por tratarse de un tema general, que recomienda una medida verdaderamente simpática a todos cuantos contemplan la vida humana libres de prejuicios.

En mi país muchos obreros han llegado a posiciones elevadas y a cargos importantes en la administración de empresas a que prestaram largos años de buenos servicios. Pero no hay allí una legislación imperativa relativamente a esa intervención que parece rehusar a los industriales y que no es impuesta por la voluntad de los obreros.

Yo tenia dudas sobre la significación de “intervención en las empresas”, una vez que me repugna la participación de los obreros en sociedades anónimas y otras, en las cuales el obrero participante pierde comumente sus economías cuando sea despedido. El debate me esclareció. Los diré, entonces, en lo que entiende con la participación del trabajador en los provechos de la empresa, que este pensamiento ya ascendió del plan de la teoría o de la abstracción para las cogitaciones de los hombres de gobierno, en mi país. Así, el Doutor Arthur Bernardes, el honrado Presidente de la nación brasileña, lo tiene aconsejado al Cóngresso en su petición inaugural.

Si bien controvertido el asunto relativamente a sus resultados económicos, todos encuentran en ello el mejor medio para vincular el obrero a su empresa, y, pues, para harmonisar el trabajo con el capital. El pensamiento de mi gobierno sería el de que las empresas industriales reservasen todos los años tanto por ciento de sus lucros y los destinasen obligatoriamente a sus obreros.

Todo está en conciliar esa participación sin la intervención del obrero en la gestión y en la consecución de un control eficiente del Estado que evite los abusos y los disgustos.

Señores: El sueño de Leclair, en 1842, de hacer participar al trabajador en los beneficios del trabajo que él haya concurrido para engendrar, no encuentra ya la contestación del curioso prefecto de policía para quien el aumento de salario resultaba una cuestión que no debía ser incrementada por las leyes. El concepto actual es el de una intervención inteligente de las leyes en el sentido de la orden y de la justicia social. Hoy, los hombres de gobierno, como los propios hombres del capital, hacen de aquel sueño una realidad, y es por eso mismo que yo aplaudo esta conclusión como una aspiración verdaderamente social y humana.

CONTRACTO DE TRABALHO

A conclusão rezava assim:

« Convem substituir a legislação referente, estabelecida até agora nos codigos fundamentaes, por uma lei especial sobre contracto de trabalho applicavel á prestação de serviços industriaes, mercantis e agricolas. A lei especial deverá abranger, entre outros pontos, o contracto colectivo de trabalho, o salario minimo, o valor dos regulamentos de fabricas, a duração e termo dos serviços e o estabelecimento de orgams ou aparelhos para actuar na solução das contendias individuaes ou collectivias que occurram entre as partes. »

Não vi por que me oppôr a esta conclusão, que encerra tambem uma aspiração brasileira, pois os artigos do Codigo Civil, que abrangem a materia, já não bastam á evolução manifestada em outros ramos de nossa legislação social.

Quando estive no Chile, punha-se em execução a lei n. 4.053, recém-promulgada, sobre contracto de trabalho.

Esta lei, aliás, não se limita a tal especie de contracto, mas abarca outras questões que o legislativo procurou resolver nessa oportunidade, como sejam as da jornada de trabalho, que não poderá exceder de oito horas diarias ou 48 semanaes, salvo no caso de, por accôrdo entre patrões e operarios, se conceder a folga de meio dia na semana, quando as horas prejudicadas serão accrescidas á jornada dos outros dias até completar as 48 horas; a dos salarios, que só são validos em moeda legal e corrente, que só podem ser pagos em dias de trabalho, e em logares apropriados, que só são embargaveis para o pagamento de comestiveis, ainda assim dentro de certos limites, e cujo minimo “no podrá ser inferior a los dos tercios, ni superior a los tres cuartos del salario normal o corrientemente aplicado en la misma clase de trabajo, a los obreros de las mismas condiciones o aptitudes, en la ciudad o region en que se ejecutan”; a do regimen da fabrica, do trabalho de menores e mulheres, admittindo-se os menores de 18 annos e maiores de 14 quando autorizados por pae, ou mãe, avô ou avó, das pessoas ou instituições a que estejam igualmente sujeitos, e prohibindo-se qualquer á aos menores de 14; quanto ás mulheres, prestando-lhe garantias excepçionaes; a da hygiene e segurança do trabalho, etc.

Esta lei não é applicavel aos trabalhos agricolas, domesticos, e nas industrias somente naquellas que jogam com dez ou mais operarios.

Seu prazo (do contracto) será até um anno prorogavel, e o contracto póde terminar pela extincção do prazo, pela conclusão do trabalho que deu logar ao contracto, por força maior, por vontade de uma das partes, quando não houve prazo certo, por morte do operario, por falta de probidade, vias de facto, injuria grave ou conducta immoral, por prejuizo intencional, por actos ou omissões que affectam a saude ou segurança dos obreiros ou do estabelecimento, por falta grave, pela ausencia sem justificativa do operario por dous dias ao trabalho, por abandono do trabalho.

Ainda no caso de prazo fixo estipulado, a lei chilena admite o termo das obrigações contractuaes desde quando uma das partes avise a outra com seis dias de antecedencia, ou lhe pague o salario de seis dias de trabalho. No caso de ser o patrão quem rompe o contracto deverá pagar uma ajuda de custo ao operario para o seu transporte, da mulher e filhos deste, se, para prestar o serviço, teve que mudar de residencia.

O art. 8º prohibe todo contracto de engajamento ou recrutamento de operarios que não se effectue em virtude do contracto individual ou colectivo do trabalho e que não seja celebrado entre o operario e o patrão ou seu representante devidamente autorizado.

Os contractos com technicos ou especialistas se regerão pelo Codigo Civil.

EMPREGADOS PUBLICOS

«Reconhece-se a conveniencia de que se regulamente a carreira administrativa, garantindo a estabilidade e o accesso dos empregados publicos.

A lei respectiva deverá reconhecer o direito a licenças por enfermidade, por um tempo razoavel. »

Quando se discutiu este thema 5º, eu me achava ausente. Chamei porém, depois, a attenção de varios congressistas para quanto temos realizado, mostrando-lhes que nossas leis garantem os direitos dos funcionarios, os quaes, quando violados pelo Executivo, logo encontram amparo no Judiciario. Tambem mostrei que as licenças aqui são concedidas, dentro de um espirito liberal da parte do Estado, aos seus funcionarios.

ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAES

«Convem promulgar leis especiaes concedendo o estatuto legal ás associações profissionaes e reconhecendo-lhes, entre outros, o direito de comparecer em juizo como demandistas ou demandados, o de constituir secções de cooperação ou mutualidade, possuir immoveis, registrar marcas de fabrica ou de commercio, e contractar collectivamente. A lei deverá tambem reconhecer a confederação de associações compostas de pessoas que exerçam a mesma profissão ou profissões semelhantes. »

Occupei a tribuna a proposito desta conclusão. E disse, mais ou menos, o seguinte:

«Entendo que os senhores Delegados conhecem muito bem a materia de todos os themas submittidos ao estudo desta Secção, e por isto mesmo, Senhor Presidente, me abstenho de descer a subtilezas que emprestam á discussão um character dispersivo e prejudicial á boa marcha de nossos trabalhos.

Como contribuição elucidativa, declaro que, no Brasil, a Constituição Federal assegura, dentro das leis e do decôro publico, o direito de associação, cuja amplitude, assim assignalada, é sem limites. Nem por isso, todavia, leis outras de minha patria se têm despreoccupado da materia, como acontece, por exemplo, com a de 5 de Janeiro de 1907, cujos arts. 3 e 4 (*lê*) desenvolvem para os syndicatos profissionaes, sociedades cooperativas e syndicatos agricolas o principio constitucional.

Assim, pois, o que se recommenda nesta alinea do nosso programma encontra uma perfeita sancção na legislação do Brasil, razão por que voto satisfeito pela approvação de tão importantes suggestões, sem duvida indispensaveis a uma bôa politica social. »

CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

Proposição debatida:

«Recommenda-se a instituição de appparelhos de conciliação e arbitragem, com o proposito de evitar as gréves ou de dar-lhes fim quando as funcções de prevenção não tenham

dados resultados. As modalidades de cada mechanismo devem inspirar-se nas particularidades de cada paiz, e especialmente no gráo de organização operaria alcançado. »

Como Vossa Excellencia sabe, ainda não materialisamos nossas aspirações na materia. O que, aqui, rege as controversias desse genero são os accôrdos entre partes e o direito consuetudinario.

Não me coube, em Buenos Aires, a proposito, senão chamar a attenção dos Senhores Congressistas para o projecto de lei que temos actualmente em estudos do Poder Legislativo.

Não quero, todavia, passar adiante, sem chamar particularmente a attenção de Vossa Excellencia para uma notavel conferencia feita ali pelo Senhor Doutor H. Bournes Higgins, representante da Australia, e ministro do seu Supremo Tribunal de Justiça. Este digno australiano, que é hoje um homem encanecido, mas de intelligencia vivaz e culta, presidiu por alguns annos o Tribunal de Arbitramento de sua patria, e falou, portanto, com perfeito conhecimento de causa.

Mr. Bournes começou dizendo que, em respeito ao seu posto na Suprema Côrte da Australia, deram-lhe, ali, a presidencia do Tribunal de Conciliação e Arbitragem. Occupou este cargo durante quatorze annos, e só o abandonou quando o governo começou a immiscuir-se nos julgamentos, diminuindo a autoridade do Tribunal e a confiança das classes obreiras.

O Tribunal só tem, aliás, jurisdicção nos casos de conflictos operarios que affectem a industria ou o commercio de varios Estados, os quaes são autonomos como os nossos. Taes conflictos, proseguiu Mr. Bournes, são ali frequentes porque o commercio maritimo costeiro e a navegação de cabotagem são mais desenvolvidos na Australia que em qualquer outro paiz do mundo, e por isso o tribunal é a miudo chamado a intervir.

Disse o orador que esta instituição tinha a principio o fim exclusivo de dirimir os conflictos entre o capital e o trabalho, mas depois se lhe aggregou a missão preventiva de encaminhar a melhora da situação das classes trabalhadoras.

Tocando no direito de grêve, universalmente reconhecido, o Senhor Bournes teve esta declaração: — “As greves são ás vezes tão naturaes e explicaveis entre os homens quanto entre os animaes. O camello dos desertos orientaes ou o llama da America supporta e conduz docilmente certa quantidade de carga, porém quando se o carrega com um peso exaggerado para suas forças, revolta-se e recusa caminhar”.

O Tribunal, ali, foi originariamente impessoal, mas depois constituiu-se de tres juizes, numero que conserva.

Para evidenciar os effeitos admiraveis deste Tribunal, o orador citou o seguinte facto: desde que começou a actuar, a despeito de encarceramento da vida, não houve uma só gréve na esphera de conflictos até onde vae sua jurisdicção, ao passo que, nos restrictos aos Estados onde essa jurisdicção cessa, as gréves se succederam com frequencia.

Os syndicatos operarios, reconhecidos pela legislação australiana, sempre prestigiaram o Tribunal, e a proposito leu declarações interessantes de “leaders” trabalhistas. O syndicato dos trabalhadores com criação de gado, com mais de 100.000 membros, proclamou os excellentes serviços da instituição.

Discorrendo sobre os principios fundamentaes em que assenta a jurisprudencia do tribunal, declarou que, ali, se guarda como norma que todo operario deve ter pelo menos um salario que baste ás suas strictas necessidades, de sua esposa e de tres filhos. Aliás, os salarios augmentam em relação aos officios e valor do operario: tambem se levam em conta as condições em que se exercita o trabalho, os horarios, tensão nervosa, sexo, etc. Os horarios, ali, são de oito horas diarias, com descanso semanal, e de quatro horas nos sabbados.

Tal foi, nos seus principaes traços e ideas, a conferencia do Doutor H. Bournes Higgins sobre a conciliação e arbitragem.

SALARIOS

Conclusão discutida:

« Convem estender o principio da fixação do salario minimo legal ao maior numero possivel de trabalhadores, relacionando o montante delle ao custo da vida e á situação da familia do operario (salario familiar). »

Era, como vê Vossa Excellencia, o principio que o delegado australiano declarou adoptado nas deliberações do Tribunal arbitral e de conciliação de sua patria. Materia de alta importancia esta, li o meu modo de encaral-a perante o Congresso, e lamento que me não houvessem restituído o rascunho de minhas observações para integralmente transcrevel-as aqui. Posso, entretanto, accentuar que, mostrando a justiça desta aspiração, contra a qual nenhum espirito recto póde manifestar-se, tambem assignalei a difficuldade, diante da qual vacilla o poder publico,

de conciliar esta aspiração com as condições da industria, mormente da pequena industria, tão sujeita a variações, quedas e crises, que muita vez arrastam a sua ruina.

Nada, entretanto, se pôde articular contra o direito que tem o operario a um salario minimo, que lhe assegure a subsistencia. Mas este salario, que deve comprehender ? A vida do operario, sómente ? Ou a de sua familia ? Qual será, porém, a base deste salario, se o custo da vida é tão variavel actualmente ?

Taes foram as questões debatidas a proposito deste thema.

A mim coube, quanto ao nosso paiz, annunciar que o Congresso Federal estuda um projecto de lei a respeito. Ainda não temos uma legislação especial. Li, porém, os arts. 178, 759, paragrapho unico, 1.220, 1.221, 1.222, 1.569 e 1.570 do nosso Codigo Civil, que regula a protecção do salario.

Quanto ao salario minimo, vencidas as difficuldades a que alludi acima, delle se pôde dizer o que, em seu trabalho *Os progressos da legislação sobre o minimo de salario*, escreveu Duchêne:

— que elle, ao mesmo tempo que melhora as condições da vida do trabalhador, protege o empregador consciencioso contra uma concurrencia desleal;

— que elle augmenta a producção em quantidade e qualidade,— pondo o productor em melhores condições physicas, moraes e intellectuaes, e estabelecendo a concurrencia entre trabalhadores não sobre o salario, mas sobre a qualidade de trabalho, e a entre os patrões, não mais sobre os *salarios de fome*, mas sobre o aperfeiçoamento dos meios de producção;

— que elle é destinado a assegurar mais estabilidade nas relações de empregadores e empregados, e, dahi, uma segurança que não é menos desejavel para o patrão que para o operario;

— que, enfim, por estas razões e por outras, elle é tão aproveitavel pela collectividade quanto pelo individuo. (Pag. 86.)

CONSELHO SUPERIOR DO TRABALHO

«Recommenda-se que, dentro da organização que cada paiz crêa, mais adequada a seus propositos, porém sempre com representação operaria, se instituam Conselhos Superiores do Trabalho com fins de assessorar os poderes publicos, divulgar estudos e fomentar a legislação operaria e social.»

Pedi a palavra para mostrar aos Senhores Congressistas que o Brasil já havia victoriosamente resolvido este ponto. Li a proposito varios trechos do Decreto n. 16.027, de 30 de Abril de 1923, que creou o Conselho Nacional do Trabalho, de cujos membros, em numero de 12, *fazem parte dous operarios e dous patrões*, e de cujos fins constam a creação de um Museu Social, voto expresso do Congresso, da estatistica social, etc.

A realidade deste aparelho já em funcção no Brasil foi recebida com palmas pelo auditorio.

PROTECÇÃO AO TRABALHO DOS INDIGENAS

O thema decimo da Secção operaria estabelecia:

«Dentro da legislação do trabalho convem dictar leis especiaes applicaveis aos indigenas. Esta legislação especial, tendo presentes as condições de facto dos individuos para os quaes se legisla, deve caracterizar-se por um “maximum” de tutela e de protecção. »

A proposito desta these foram apresentadas duas monographias interessantes: uma do Senhor Julio B. Figueiroa, *Estudio sobre la raza autoctona*, outra do delegado Senhor J. A. Ruiz Moreno, *Proyecto de ley sobre trabajo de indios*.

O auctor da primeira defendeu o seu objectivo perante a Commissão.

Entendi dever accentuar o quanto o nosso paiz havia feito na materia.

Pedindo a palavra, fiz uma synthese do concurso do indio na formação economica da nossa nacionalidade, na sustentação da nossa integridade territorial, na defesa da nossa independencia. Alludi ao meu ponto de vista como historiador neste paiz, recordando trechos de meu livro *Atravez de Quatro Seculos*, depois da *Nossa Independencia*; e emfim dos *Pontos de Partida para a Historia Economica do Brasil*, de restituição do elemento indigena ao seu papel, tanta vez negado, de coooperador do nosso progresso e liberdade.

Sempre com a attenção religiosa da sala, mostrei que esse concurso havia sido notavel em quasi todas as nações da America Latina. O thema em debate era, para mim, disse, o mais bello da nossa conferencia. Nós, os homens brancos, que conquistamos a região virgem da America, deviamos não esquecer, nunca, que para aquelles processos brutaes de

apropriação das suas terras, tanta vez degenerados em sangrentas e monstruosas catastrophes, se bem invocassemos o direito da civilização contra a selvageria, não tínhamos mais que o direito do forte contra o fraco. Amparar os remanescentes dessas raças autoctones, não era pois, sómente, da parte dos actuaes usufructuarios destas patrias riquissimas e prosperas, um gesto de benignidade, uma medida economica, que vise incorporar tantos braços inuteis ao trabalho nacional, mas obra de justiça, pela qual dariamos aos sobreviventes do cataclysm civilizador algo do muito que violentamente arrebatamos aos seus antepassados.

Natural era, pois, a inclusão deste assumpto entre os que constituíam o programma do Congresso. “A velha Europa já se terá olvidado de suas populações aborigenes. Os seculos são inexoraveis com a memoria humana. Nós, porém, não temos mais que uma vida de quatro seculos, e para a existencia dos povos isto não é mais que alvorada de juventude”.

O Brasil havia de ha muito cogitado da especie de que cogitava o thema decimo, e sua legislação corporificava o “maximo de tutela e de protecção” preconizado pelo Congresso.

Descrevi, então, succintamente, nossa legislação para mostrar, com os factos e dados, que havíamos passado, com o serviço de indios, das aspirações á realidade, colhendo bons resultados e tendo chamado á civilização, pela catechese e pelo trabalho paciente, milhares de selvicolas.

Era por esse motivo, conclue, que em nome do Brasil eu dava ao thema em debate todo meu apoio, com votos para que as demais nações nos acompanhassem nessa obra digna e meritoria.

Com a mais viva satisfação, Senhor Ministro, informo Vossa Excelencia da carinhosa acolhida feita a estas palavras, ditas as quaes a conclusão foi approvada por unanimidade.

TRABALHOS DE MARITIMOS

Proposição:

« Reconhecendo a necessidade de dedicar aos operarios dos postos, navios e estaleiros a mesma attenção que se presta aos de fabricas, commercio e officinas, recommenda-se a criação de um serviço de inspecção e vigilancia, especialmente com o proposito de evitar os accidentes e melhorar suas condições de trabalho. »

Nada mais justo que esta recommendação. Os que porfiam nos rudes trabalhos da marinha e nos serviços pesados dos portos e estaleiros são tão merecedores da assistência do Estado quanto os outros operarios. Para os primeiros, então, o risco do naufragio e dos accidentes communs na navegação indica um amparo mais vigilante dos poderes publicos.

Demais, o marinheiro é sempre um desterrado e não gosa ao menos do conforto que ao homem exausto da jornada de trabalho dá o contacto da familia, quando se recolhe. De sorte que toda medida tendente a corporificar a aspiração de um dia melhor para os trabalhadores maritimos só poderia receber o nosso voto.

Entre nós a protecção dispensada pelo Estado é identica para todos os operarios, mas não possuímos o serviço especial de inspecção e vigilancia que o Congresso recommendou. O nosso operariado maritimo conseguiu, prestigiado, aliás, pelo poder publico, uma organização dentro da qual os seus salarios, horas de trabalho e condições deste melhoraram consideravelmente. Não quer isto dizer, todavia, que o Brasil despreza a suggestão acima reproduzida.

JORNADA DE TRABALHO

«Em obediencia a razões de ordem scientifica, social e economica, recommenda-se que cada paiz vote sua lei limitativa de jornada de trabalho, impondo a de 8 horas como maxima. »

Como não ignora Vossa Excellencia, ainda não ha uma lei federal reguladora da jornada de trabalho em todo o territorio da Republica. A União tem feito todas as concessões aos operarios que trabalham nos seus serviços, mas a norma imperativa para o trabalho em geral ainda não se promulgou.

A Commissão de Legislação Social da Camara dos Deputados redigiu um projecto neste sentido, mas este não me consta que tenha sido approvedo.

Pelo que escutei, este lamentavel atrazo não é sómente nosso, é de todas as republicas latino-americanas, onde pouco preço se tem dado ao capital — homem, cujas energias devemos poupar.

O Brasil, de populações trabalhadas pelo clima quente e por enfermidades conhecidas, deve amparar quanto antes os seus trabalhadores, de modo a impedir-lhes o arruinamento physico e consequente fraqueza da nossa raça.

A sciencia e as necessidades ethnicas, tanto quanto os sentimentos de abnegação e de justiça impõem essa jornada de oito horas, adoptada nos paizes mais civilizados, e por isso votei o favor da conclusão.

TRABALHOS DOS FERROVIARIOS

Conclusão:

« Convem regulamentar o trabalho dos ferroviarios de maneira especial.

A lei que contenha esta regulamentação deverá contemplar especialmente os seguintes pontos:

- a) condições de prestação de serviços, jornada e salario;
- b) antiguidade, accesso e estabilidade;
- c) faculdades disciplinares e processo summario e contradictorio para a comprovação e repressão das faltas graves.

Na elaboração do respectivo regulamento actuará um tribunal, no qual os operarios e empregados terão a mesma representação que as empresas. »

Chamei a attenção dos congressistas para o nosso recente Estatuto dos Ferroviarios, cujo impresso, aliás, não possuia.

DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

« Reconhecendo a importancia da obra realizada pela Organização internacional do trabalho, recommenda-se que as nações ratifiquem os projectos de convenções que se approvam em suas Conferencias. »

O Brasil tem procurado sempre corresponder aos votos das conferencias em que se faz officialmente representar. Mas facil é de perceber que a ratificação de todos os projectos e formulas sahidas das Conferencias internacionaes implicariam gastos immensos da parte dos paizes novos que começam a organizar sua apparelhagem hygienica, educacional, etc.

Quanto á organização internacional do trabalho o problema simplifica-se, porque, em geral, do que se trata é de medidas que tendam para a uniformidade das normas do trabalho e de leis que de dinheiro, da parte do Estado, bem entendido.

Se bem que nem todas as conclusões sirvam por igual a paizes diversos, nem por isso devemos condemnar essa justa aspiração, e votei por ella, com a unanimidade dos membros do Congresso.

SEGUROS SOCIAES

«Em face da existencia de varias leis sobre seguros sociaes na ordem nacional, reconhece-se a conveniencia que haveria em uniformisar os juro, contribuições, regulamentos e processos afim de que seja possivel o intercambio de afiliados entre as caixas sem occasionar ás mesmas ou aos interessados prejuizos de ordem financeira. Expressa-se um voto no sentido de ampliar as leis existentes introduzindo o seguro de enfermidade e o de desoccupação.»

Eu quizera, Senhor Ministro, discorrer mais largamente sobre certas questões que, na vertigem dos debates, passaram sob meu olhar e para cuja approvação concorri com meu voto. A imperiosa necessidade de synthetisar este Relatorio, porém, faz com que me resguarde deste proposito e apenas debuxe em traço rapido, para conhecimento de Vossa Excellencia, os meus pontos de vista.

Aqui, porém, insistirei um pouco.

Que é o seguro social? E' o seguro obrigatorio dos que trabalham contra os riscos, contra as molestias e contra a velhice.

Para utilisar a expressão de Albino Jacquemont, no seu trabalho *O problema dos seguros sociaes na agricultura*, é “a economia collectiva que o Estado impõe ás classes laboriosas”. O operario, o caixeiro, o empregado domestico, ao serem colhidos por um accidente, pela molestia, ou pela velhice, não têm reservas, pois seu salario correspondia ás necessidades immediatas da subsistencia, e assim, repetindo Paul Pic, “não encontra refugio senão na mendicidade, que degrada, ou na assistencia, que humilha”.

Nos ultimos annos as nações têm cogitado seriamente deste problema, tanto mais grave quanto a vida se torna mais e mais precaria.

Leis notaveis têm imposto a obrigatoriedade do seguro, e algumas como a protugueza, de 10 de Maio de 1919, relativamente ao seguro contra a enfermidade, estabelecem uma caixa de soccorros, instituida em cada communa, destinada a agrupar todos os individuos de 15 a 75 annos, *sem excepção*. Todos são obrigados a recolher uma quota

minima, calculada em razão da sua renda, salvo os de salario menor de 900 réis (fortes) que se beneficiam da caixa sem contribuir para ella.

Mas o principio dominante nas legislações modernas é o da dupla contribuição do operario e do patrão, sendo raros os exemplos como o do cantão de Glorias, na Suissa, que confiam o seguro a uma caixa de Estado: são os proprios interessados que a organizam e administram.

O Brasil possui, na Lei de Accidentes do Trabalho, disposições concernentes ao assumpto. O estatuto dos ferroviarios cuida das aposentadorias e pensões nos casos de invalidez. As caixas Raiffeisen, introduzidas no paiz após a propaganda do Doutor Ignacio Tosta, tambem servem ao assumpto. Temos, ultimamente, algumas companhias de seguros operarios. O que, porém, se está a impôr no Brasil é a generalisação e a obrigatoriedade da medida.

JOSÉ GABRIEL DE LEMOS BRITTO.

COMMISSÃO INTER-AMERICANA DE COMMUNICAÇÕES
ELETRICAS

N. 12

I — Trechos do Relatorio da Delegação Brasileira, em 14 de
Outubro de 1924

EXMO. SR. MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

Com o devido acatamento, passo ás mãos de V. Ex. em cópia e traducção para a nossa lingua, o texto da convenção assignada na cidade capital do Mexico, aos vinte e um dias do mez de julho deste anno, por quatorze das quinze nações representadas na Comissão Inter-americana de Communicações Electricas, em que tive a honra de presidir á delegação do nosso paiz.

Como V. Ex. verá, esse notavel documento está de accôrdo com os principios approvados unanimemente pela Quinta Conferencia Internacional Americana, reunida em Santiago do Chile no anno de 1923, e satisfaz aos interesses mais legitimos do Brasil. Elle confirma o preceito de que as communicações electricas são parte essencial do serviço publico e que, por conseguinte, devem ficar sob a vigilancia superior de cada Governo, dentro da respectiva jurisdicção.

A unica nação que não subscreveu a convenção do Mexico foram os Estados Unidos da America, cuja delegação alli negou e combateu os proprios principios que haviam sido acceitos e approvados no Chile pelos representantes do seu paiz. Essa delegação tambem recusou o seu apoio a outras disposições capitaes daquelle documento que se inspiram sempre no mesmo conceito de serem as communicações electricas fundamentalmente de character publico, instrumento de governo, e só subsidiariamente objecto de industria. Como V. Ex. conhece, os Estados Unidos praticam a doutrina contraria, considerando aquellas communicações como serviço que deve competir a empresas privadas, sobre as que a acção do Governo é nulla, para bem dizer.

O Brasil sempre seguiu a politica que está em harmonia com os principios votados em Santiago e com as disposições inscriptas

na convenção que ora submetto á consideração de V. Ex. Nenhuma razão existe para que reneguemos essa conducta tradicional que tem contribuido para dar força ao poder publico, assegurar o Estado e impedir abusos. Ao contrario, cada vez mais se impõe á nossa convicção a vantagem de proseguir no caminho trilhado, que é aliás o da grande generalidade das nações importantes do mundo: Muitas dellas até praticam o preceito de dar ao Estado o privilegio das communicações electricas, não admittindo absolutamente que se submettam a administração particular. Assim, a convenção do Mexico, affirmando embora o prestigio do Governo e permittindo, em termos, a exploração das vias telegraphicas com ou sem fio por empresas privadas, é um acto liberal.

Não podia o Brasil, em verdade, acceitar a these que propugna a independencia das empresas privadas incumbidas dos serviços de communicações electricas e lhes attribue a liberdade de fixar as taxas que por taes serviços haja o publico de pagar. A nossa Constituição estatue, no art. 34, alinea 15 a competencia privativa do Congresso Nacional para legislar sobre os serviços dos telegraphos federaes, cujas taxas, nos termos do art. 7º, alinea 4ª, exclusivamente á União cabe decretar. Fóra da alçada federal, a Constituição só aos Estados reconhece competencia, no art. 9º, para “decretar contribuições concernentes aos seus telegraphos”, determinando no mesmo artigo: “Fica salvo aos Estados o direito de estabelecerem linhas telegraphicas entre os diversos pontos de seus territorios, e entre estes e os de outros Estados que se não acharem servidos por linhas federaes, podendo a União desapropriar-as, quando fôr de interesse geral”. E onde se lê a palavra telegraphos, está bem visto que ella se entende em sua accepção lata, que abrange todas as especies que o genero possa envolver.

Devo ainda solicitar a attenção de V. Ex. para a circumstancia de que a convenção do Mexico consubstancia, como ficou dictado pela Quinta Conferencia Internacional Americana, as regras geraes, a que devem obedecer todas as communicações electricas, por fios conductores terrestres, cabos sub-marinos e radio-transmissão. Ella assim antecipa, applicando-o á America, o resultado que as nações do mundo inteiro visam alcançar na Conferencia plenaria que se deve reunir em Paris no começo do anno proximo vindouro, segundo notificação já recebida pelo nosso Governo. Ainda mais: o acto que agora apresento a V. Ex. não collide com as duas convenções internacionaes de que o Brasil é signatario sem reservas: a de S. Peters-

burgo, datada de 1875, e a de Londres, firmada em 1912. Versou a primeira sobre serviços telegraphicos e a segunda sobre radio-telegraphia. Os Estados Unidos, pelas mesmas razões que os levaram a não subscrever, este anno, a convenção do Mexico, negaram assignatura á primeira e só acceitaram a segunda com uma ressalva severa, que praticamente annulla a participação daquelle paiz em tão relevante pacto.

As nações signatarias desse pacto firmaram, na mesma sessão solenne em que elle foi subscripto, um voto muito honroso para o nosso paiz: o de que fosse trazido ao conhecimento do Governo da Republica o desejo de todas de se reunir na cidade do Rio de Janeiro, no anno proximo vindouro, uma conferencia interamericana que redija e approve o regulamento de serviço que deve ser appenso á convenção, como seu complemento indispensavel. Ao mesmo tempo, foi assignada outra resolução, pela qual se confiou ao Governo do Mexico, por proposta da delegação brasileira, a incumbencia de preparar o projecto daquelle documento e de o distribuir pelas nações interessadas com antecedencia bastante para que ellas o estudem e tragam, examinado, á conferencia do Rio de Janeiro.

Comprehende V. Ex., sendo assim, que o Brasil tendo sido um dos principaes factores, sinão o maior, da convenção do Mexico e recebendo em sua capital, no anno proximo vindouro, os delegados das nações americanas que vêm votar as disposições adjectivas do regulamento, destinadas a completar a letra substantiva daquelle convenção, logrará em autoridade e força moral, entre os seus iguaes, excellente situação, si já tiver consagrado o importante documento com a ratificação necessaria.

Taes são, Sr. Ministro, as razões em que me fundo para propôr a V. Ex. o que deixo exposto, certo de que o alto patriotismo de V. Ex. o levará á providencia urgente e opportuna que os interesses do nosso paiz e o seu justo renome impõem.

Aguardo as ordens que V. Ex. haja por bem dar-me, para honra minha, e reaffirmo os protestos da mais profunda consideração e respeito.

TOBIAS MOSCOSO.

N. 13

II — Convenção, ainda não approvada, sobre troca de correspondencia por transmissão electrica, firmada na cidade do Mexico a 21 de Julho de 1924

(*) Los Delegados Plenipotenciarios a la Comisión Interamericana de Comunicaciones Eléctricas, reunidos en la Ciudad de México, Capital de los Estados Unidos Mexicanos, en representación de las Repúblicas: Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominicana, El Salvador, Estados Unidos Mexicanos, Guatemala, Nicaragua, Panamá, Perú, Paraguay y Uruguay, después de haberse comunicado sus poderes y de hallarlos en buena y debida forma con excepción de los exhibidos por los representantes de Colombia, Costa Rica, Guatemala, Nicaragua, Perú y Uruguay, quienes firman ad-referendum, han preparado y concertado la siguiente

Os Delegados Plenipotenciarios á Comissão Interamericana de Comunicações Electricas, reunidos na cidade do Mexico, capital dos Estados Unidos Mexicanos, representando as Repúblicas Argentina, do Brasil, da Colombia, de Costa Rica, de Cuba, Dominicana, do Salvador, dos Estados Unidos Mexicanos, de Guatemala, de Nicaragua, do Panamá, do Perú, do Paraguay e do Uruguay, depois de terem mutuamente communicado os seus plenos poderes e de os acharem em bôa e debida fôrma, com excepção dos exhibidos pelos representantes da Colombia, Costa Rica, Guatemala, Nicaragua, Perú e Uruguay, que assignam ad referendum, prepararam e concertaram a seguinte

CONVENCIÓN

Art. 1º. Las Altas Partes Contratantes instituyen la UNIÓN INTERAMERICANA DE COMUNICACIONES ELECTRICAS con el fin de establecer reglas uniformes para el cambio de correspondencia por

CONVENÇÃO

Art. 1º. As Altas Partes Contratantes instituem a UNIÃO INTERAMERICANA DE COMMUNICAÇÕES ELECTRICAS com o fim de estabelecer regras uniformes para a troca de correspondencia

(*) Ainda depende de approvação.

transmisión eléctrica entre los países signatarios de la presente Convención.

Los Estados, que no han tomado parte en esta Convención, podrán adherirse a ella y tendrán los mismos derechos y obligaciones que los signatarios estipulan en los artículos siguientes:

Art. 2º. Las Altas Partes Contratantes reconocen que las comunicaciones eléctricas son parte esencial del servicio público, y que, por consiguiente, deben estar bajo la supervigilancia de cada Gobierno dentro de su respectiva jurisdicción.

Art. 3º. Cada Gobierno se reserva, en principio, la administración directa de las comunicaciones eléctricas internas y se obliga a que las concesiones que otorgue para la explotación de las comunicaciones eléctricas con otros países, se sujeten a las disposiciones de la presente Convención y, en lo posible, a un régimen de libre competencia.

Art. 4º. La dirección y jurisdicción que se ejerza sobre el servicio público de comunicaciones eléctricas, se procurará encomendar en cada Estado a una sola entidad administrativa de análoga organización en todos los países.

Art. 5º. Los Gobiernos observarán siempre el principio del maximum de eficiencia en las comunicaciones eléctricas, pro-

por transmissão electrica entre os paizes signatarios da presente Convenção.

Os Estados que não tomaram parte nesta Convenção poderão adherir a ella e terão os mesmos direitos e obrigações que os signatarios estipulam nos artigos seguintes:

Art. 2º. As Altas Partes Contratantes reconhecem que as communicações electricas são parte essencial do serviço publico e que, por conseguinte, devem estar sob a vigilancia superior de cada Governo, dentro da respectiva jurisdicção.

Art. 3º. Cada Governo reserva para si, em principio, a administração directa das communicações electricas internas e se obriga a sujeitar ás disposições da presente Convenção e, quanto possível, a um regimen de livre concorrência as concessões que outorgue para a exploração das communicações electricas com outros paizes.

Art. 5º. Os Governos observarão sempre o principio da maxima efficiencia nas communicações electricas procurando man-

curando mantenerlas a la altura de los progresos técnicos.

Art. 6°. Ninguna de las Altas Partes Contratantes podrá exigir, en su jurisdicción, a cualquiera estación movable establecida o autorizada por alguna de las otras, condiciones distintas a las prescriptas por esta Convención y su Reglamento.

Art. 7°. Cada Estado adoptará en su jurisdicción las medidas que estime adecuadas para la protección de las comunicaciones eléctricas y cuidará de que en la instalación y funcionamiento de las mismas se observen las medidas necesarias para reducir las perturbaciones recíprocas al mínimo posible.

Art. 8°. Las Altas Partes Contratantes se comprometen a conectar, dentro del menor plazo posible, sus servicios de comunicaciones eléctricas terrestres y a establecer o autorizar que se establezca una cadena de estaciones inalámbricas ubicadas en los puntos que determine el Reglamento, con el fin de crear un sistema general interamericano.

Art. 9°. Las Altas Partes Contratantes se comprometen a realizar un servicio de difusión, de carácter oficial, que se organizará de manera que sus informaciones se extiendan a los mares y países vecinos.

Art. 10. Los Gobiernos Con-

tel-as á altura dos progressos technicos.

Art. 6°. Nenhuma das Altas Partes Contractantes poderá exigir, em sua jurisdição, de qualquer estação movel, estabelecida ou autorizada por alguma das outras, em condições diferentes das prescriptas por esta Convenção e seu Regulamento.

Art. 7°. Cada Estado adoptará em sua jurisdição as medidas que estime adequadas á protecção das communicações electricas e cuidará de que na installação e funcionamento das mesmas se observem as medidas necessarias para reduzir as perturbações reciprocas ao minimo possivel.

Art. 8°. As Altas Partes Contractantes compromettem-se a ligar, dentro do menor prazo possivel, seus serviços de communicações electricas terrestres e a estabelecer ou autorizar que se estabeleça uma cadeia de estações de radio-communicação situadas nos pontos que determine o Regulamento, com o fim de crear um systema geral interamericano.

Art. 9°. As Altas Partes Contractantes compromettem-se a realizar um serviço de diffusão, de caracter official, que se organizará de maneira que suas informações se extendam aos mares e paizes vizinhos.

Art. 10. Os Governos Contra-

tratantes establecerán servicios de comunicaciones eléctricas, destinados a proteger la navegación.

Art. 11. En cada Estado se coordinarán los distintos servicios de comunicaciones eléctricas que formen parte del régimen inter-americano.

Art. 12. Las Altas Partes Contratantes reconocen que la comunicación eléctrica para uso público, ya sea nacional o internacional, debe estar abierta a todos por igual, sin distinción de ninguna especie.

Art. 13. Las Altas Partes Contratantes reconocen que el secreto de la correspondencia es inviolable y, para mantenerlo, tomarán las medidas compatibles con el sistema empleado.

Art. 14. Las Altas Partes Contratantes tomarán las medidas que puedan asegurar el buen servicio de la correspondencia; sin embargo, declaran no aceptar responsabilidad en lo concerniente a dicho servicio.

Art. 15. Las Altas Partes Contratantes se reservan la facultad de rechazar, detener o retener toda correspondencia que consideren peligrosa para la seguridad del Estado o para la concordia internacional, o que fuere contraria a las leyes del país, al orden público o a la moral. Se reservan asimismo la facultad de suspender, si lo juzgan necesario, el servicio de las comunicaciones eléc-

trantes estabelecerão serviços de comunicações electricas destinados a proteger a navegação.

Art. 11. Em cada Estado se coordenarão os diferentes serviços de comunicações electricas que façam parte do regimen inter-americano.

Art. 12. As Altas Partes Contratantes reconhecem que a comunicação electrica para uso do publico, seja nacional, seja internacional, deve estar aberta a todos por igual, sem distincção de nenhuma especie.

Art. 13. As Altas Partes Contratantes reconhecem que o segredo da correspondencia é inviolavel e, para o manter, tomarão as medidas compatíveis com o systema empregado.

Art. 14. As Altas Partes Contratantes tomarão as medidas que possam assegurar o bom serviço da correspondencia; sem embargo, declaram não acceitar responsabilidades no que se refere a esse serviço.

Art. 15. As Altas Partes Contratantes reservam para si a faculdade de recusar, deter ou reter toda correspondencia que considerem perigosa para a segurança do Estado ou para a concordia internacional ou que fôr contraria ás leis do paiz, á ordem publica ou á moral. Reservam igualmente para si a faculdade de suspender, se o julgarem necessario, o serviço das

tricas por tiempo indefinido, ya sea en todo el sistema o bien en algunas vías o relativamente a cierta clase de correspondencia, pero con la obligación de dar aviso inmediato a cada uno de los otros Gobiernos Contratantes.

Art. 16. Cada Gobierno se reserva el derecho de admittir la correspondencia en lenguaje secreto.

Art. 17. El remitente tendrá el derecho de elegir la vía para su correspondencia.

Art. 18. En caso de interrupción fortuita de la vía normal, las Administraciones facilitarán la transmisión de la correspondencia en curso, por otras vías sin recargo alguno.

Art. 19. La correspondencia será clasificada en las siguientes categorías, cuya orden de prioridad se respetará en la transmisión:

I. Correspondencia necesaria a la seguridad de la vida humana;

II. Correspondencia de Estado;

III. Correspondencia de servicio;

IV. Correspondencia privada.

Se denomina correspondencia de Estado la que emana del Jefe de la Nación, de los Ministros o Secretarios de Estado, de los Comandantes en Jefe de las fuerzas de mar y tierra y de los Agentes Diplomáticos o Consulares de los Gobiernos Contratantes.

communicações electricas, por tempo indefinido, seja em todo o systema, seja em algumas vias, seja ainda para certa classe de correspondencia, com a obrigação, porém, de dar aviso immediato a cada um dos outros Governos Contractantes.

Art. 16. Cada Governo reserva para si o direito de admittir a correspondencia em linguagem secreta.

Art. 17. O remettente terá o direito de escolher a via para a sua correspondencia.

Art. 18. Em caso de interrupção fortuita da via normal, as Administrações facilitarão a transmissão da correspondencia em curso, por outras vias, sem augmento de taxa.

Art. 19. A correspondencia será classificada nas seguintes categorias, cuja ordem de prioridade se respetará na transmissão:

I. Correspondencia necessaria á segurança da vida humana;

II. Correspondencia de Estado;

III. Correspondencia de serviço;

IV. Correspondencia privada.

Denomina-se correspondencia de Estado a que emana do Chefe da Nação, dos Ministros ou Secretarios de Estado, dos Comandantes em chefe das forças de mar e terra e dos Agentes Diplomaticos ou Consulares dos Governos Contractantes.

Se denomina correspondencia de servicio la que emana de las Administraciones que tienen a su cargo las comunicaciones eléctricas y de la Dirección del Instituto Central a que se refiere el artículo 27.

Se denomina correspondencia privada la que emana del público, respecto de la cual se observará lo dispuesto en el artículo 12.

Art. 20. Ninguna estación abierta al servicio público podrá rehusar el cambio de correspondencia con otra cualquiera, so pretexto de diferencia de administración o de sistema.

Art. 21. Los signos convencionales y los métodos de intercomunicación serán uniformes.

Art. 22. La tarifa de Estado para la correspondencia por conductores será formada con las tasas terminales de los países extremos y las tasas de tránsito de los intermedios.

Se adoptarán para la determinación de dichas tasas dos unidades correlativas: una de distancia y otra de precio, que se fijarán en el Reglamento.

Los países en donde el recorrido sea mayor que la unidad de distancia podrán adoptar para su tasa de tránsito el valor de dos unidades de precio, cualquiera que sea la extensión excedente.

La tasa terminal no podrá ex-

Denomina-se correspondencia de serviço a que emana das Administrações que têm a seu cargo as communicações electricas e da Direcção do Instituto Central a que se refere o artigo 27.

Denomina-se correspondencia privada a que emana do publico, a respeito da qual se observará o disposto no artigo 12.

Art. 20. Nenhuma estação aberta ao serviço publico poderá recusar a troca de correspondencia com outra qualquer, sob pretexto de differença de administração ou de systema.

Art. 21. Os signaes convencionaes e os methodos de inter-comunicação serão uniformes.

Art. 22. A tarifa de Estado para a correspondencia por conductores será formada com as taxas terminaes dos paizes extremos e as taxas de transito dos intermedios.

Para a determinação dessas taxas adoptar-se-ão duas unidades correlativas: uma de distancia e outra de preço, que se fixarão no Regulamento.

Os paizes onde o percurso seja maior que a unidade de distancia poderão adoptar para sua taxa de transito o valor de duas unidades de preço, qualquer que seja a extensão excedente.

A taxa terminal não poderá

ceder de la de tránsito, respectiva, en más de una cuarta parte.

Las tasas de radio-comunicación a larga distancia entre estaciones fijas serán establecidas de estación a estación, de común acuerdo entre los países interesados.

Las tasas de radio-comunicación entre estaciones terrestres y movibles serán las mismas que rijan en el servicio internacional.

Cuando la correspondencia esté sujeta a recorridos mixtos, las tasas correspondientes podrán ser adicionadas.

Las tarifas deben ser calculadas de modo que su monto en ningún caso sea superior al de las que se hallaren en vigor por las vías privadas.

Art. 23. Las Altas Partes Contratantes se darán cuenta recíproca de las tasas correspondientes.

Las liquidaciones se efectuarán, acreditando el país deudor al acreedor el saldo de su cuenta en la moneda oro de este último y para este fin se empleará el procedimiento más sencillo.

Art. 24. La correspondencia de servicio y la relativa a las informaciones meteorológicas y astronómicas de los Estados Contratantes serán admitidas sin cargo alguno en todo el sistema administrado directamente por dichos Estados.

Art. 25. Las Altas Partes Con-

exceder a de tránsito respectiva em mais de uma terça parte.

As taxas de radio-communicação a longa distancia entre estações fixas serão estabelecidas de estação a estação, de commum accôrdo entre os paizes interessados.

As taxas de radio-communicação entre estações terrestres e moveis serão as mesmas que vigorarem no serviço internacional.

Quando a correspondencia estiver sujeita a percursos mixtos, as taxas correspondentes poderão ser adicionadas.

As tarifas devem ser calculadas de modo que o seu total em nenhum caso seja superior ao das que se acharem em vigor para as vias privadas.

Art. 23. As Altas Partes Contractantes farão conta reciproca das taxas correspondentes.

As liquidações effectuar-se-ão, creditando o paiz devedor ao credor pelo saldo de sua conta na moeda ouro deste ultimo, e para este fim se empregará o processo mais simples.

Art. 24. A correspondencia do serviço e a relativa ás informações meteorologicas e astronomicas dos Estados Contractantes serão admittidas sem despesa alguma em todo systema administrado directamente pelos mesmos Estados.

Art. 25. As Altas Partes Con-

tratantes se comprometen a dar facilidades para el establecimiento de servicios de prensa inter-americana y para el fomento de los existentes.

Art. 26. Las disposiciones de la presente Convención se completarán con un reglamento de servicio, que tendrá la misma fuerza que aquella.

Las disposiciones de la Convención y del Reglamento podrán ser modificadas en cualquier tiempo, de común acuerdo, por las Altas Partes Contratantes.

Periódicamente se verificarán conferencias de plenipotenciarios, investidos de poder para modificar la Convención y el Reglamento. Cada conferencia fijará el lugar y la época de la reunión siguiente.

En las deliberaciones de esas conferencias, cada país representado tendrá un solo voto.

Art. 27. Se creará un Instituto Central cuya organización, domicilio y forma de sostenimiento se determinarán en el Reglamento.

Las atribuciones de este Instituto serán reunir, coordinar, publicar y distribuir toda clase de informes relativos a las comunicaciones eléctricas interamericanas, así como preparar los estudios que sean de interés en cuanto a dichas comunicaciones atañen. Las Administraciones de los Gobiernos Contratantes remitirán al Instituto los informes y

tractantes comprometttem-se a dar facilidades ao estabelecimento de serviços de imprensa inter-americana e ao fomento dos existentes.

Art. 26. As disposições da presente Convenção serão completadas por um Regulamento de serviço, que terá a mesma força que ella.

As disposições da Convenção e do Regulamento poderão ser modificadas em qualquer tempo, de commum accôrdo, pelas Altas Partes Contractantes.

Periodicamente se realizarão conferencias de plenipotenciarios, investidos de poder para modificar a Convenção e o Regulamento. Cada conferencia fixará o lugar e a época da reunião seguinte.

Nas deliberações dessas conferencias, cada paiz representado terá um só voto.

Art. 27. Será creado um Instituto Central, cuja organização, domicilio e fôrma de manutenção o Regulamento determinará.

As attribuições deste Instituto serão reunir, coordenar, publicar e distribuir toda a classe de informações relativas ás communicações electricas inter-americanas, assim como preparar os estudos que sejam de interesse em tudo o que se refere a essas communicações. As administrações dos Governos Contractantes remetterão ao Instituto as infor-

estudios que juzgaren pertenientes.

Art. 28. En caso de desentendimiento entre dos o más Gobiernos Contratantes, con motivo de la interpretación o ejecución de esta Convención o del Reglamento, el asunto en litigio podrá someterse, de común acuerdo, a juicio arbitral. En este caso, cada uno de los Gobiernos litigantes elegirá a otro no interesado en el asunto.

La decisión de los árbitros se tomará por mayoría absoluta de votos.

En caso de empate, los árbitros elegirán para poner término a la controversia otro Gobierno que tampoco esté interesado en ella. Si no hubiera conformidad en esta elección, cada árbitro propondrá un Gobierno no interesado y por sorteo se determinará cual de ellos actuará como tercero en discordia. El sorteo lo hará el Gobierno en cuyo territorio radique el Instituto Central a que se refiere el artículo 27.

Art. 29. Las Altas Partes Contratantes se obligan a adoptar o a proponer a sus respectivas Legislaturas las medidas necesarias para la ejecución de esta Convención.

Art. 30. Se adoptará el castellano, como idioma oficial para las conferencias y para el Instituto Central Interamericano a que se

mações e estudos que julgarem pertinentes.

Art. 28. Em caso de dissensão entre dois ou mais Governos Contratantes a respeito da interpretação ou execução desta Convenção ou do Regulamento, o assumpto em litigio poderá ser submettido, de commun accôrdo, a juizo arbitral. Neste caso, cada um dos Governos litigantes escolherá outro, não interessado no assumpto.

A decisão dos arbitros será tomada por maioria absoluta de votos.

Em caso de empate, os arbitros escolherão, para pôr termo á controversia, outro Governo que também não esteja interessado nella. Si não houver accôrdo para esta escolha, cada arbitro propondrá um Governo não interessado e por sorteo se determinará qual delles actuará como terceiro na contenda. O sorteo será feito pelo Governo em cujo territorio esteja situado o Instituto Central a que se refere o artigo 27.

Art. 29. As Altas Partes Contratantes obrigam-se a adoptar ou a propôr ás respectivas assembléas legislativas as medidas necessarias para que se execute esta Convenção.

Art. 30. Será adoptado o castelhano como idioma official para as conferencias e para o Instituto Central Inter-americano, a que se

refieren los artículos 26 y 27, respectivamente. Para la correspondencia entre las Administraciones cada una de las partes interesadas podrá usar su propio idioma.

Art. 31. Cada una de las Altas Partes Contratantes se reserva el derecho de celebrar, separadamente con una o más de las otras, convenios especiales sobre comunicaciones eléctricas, relativos a puntos que no interesen a la generalidad de los Estados Contratantes.

Art. 32. La presente Convención entrará en vigor a partir del 1º de Julio de 1926, y regirá por tiempo indeterminado. Durante su vigencia, podrá ser denunciada por cualquiera de los Estados Contratantes; pero la denuncia producirá sus efectos únicamente con respecto al Estado denunciante y después de transcurrido un año de la fecha de la denuncia.

Art. 33. La presente Convención será sometida desde luego a los Gobiernos Americanos por conducto de la Unión Pan-americana. Las ratificaciones o adhesiones a dicha Convención serán comunicadas al Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, el cual las hará saber a los demás Estados signatarios o adherentes. Estas comunicaciones harán las veces de canje de ratificación.

En fé de lo cual los respectivos

referem os artigos 26 e 27, respectivamente. Para a correspondencia entre as Administrações, cada uma das partes interessadas poderá usar o proprio idioma.

Art. 31. Cada uma das Altas Partes Contractantes reserva para si o direito de celebrar, separadamente com uma ou mais das outras, convenios especiaes sobre communicações electricas, relativos a pontos que não interessem a generalidade dos Estados Contractantes.

Art. 32. A presente Convenção entrará em vigor em 1º de julho de 1926 e vigorará por tempo indeterminado. Durante a vigencia, poderá ser denunciada por qualquer dos Estados Contractantes; mas a denuncia produzirá effeito unicamente em relação ao Estado denunciante e depois de decorrido um anno desde a data da denuncia.

Art. 33. A presente Convenção será submettida promptamente aos Governos Americanos por intermedio da União Pan-americana. As ratificações ou adhesões a esta Convenção serão communicadas ao Governo dos Estados Unidos Mexicanos, que dellas dará sciencia aos demais Estados signatarios ou adherentes. Estas communicações farão as vezes de troca de ratificação.

Em fé do que, os respectivos

Delegados Plenipotenciarios han firmado la presente Convención en dos ejemplares, uno de los cuales quedará depositado en los archivos del Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos, y el otro se remitirá al Consejo Directivo de la Unión Pan-americana para los efectos del artículo 33.

Hecho en la Ciudad de México, a los veintiún días del mes de Julio, de mil novecientos veintecuatro.

Por la República Argentina: Ad referendum, F. M. Quintana, F. E. Juárez.

Por los Estados Unidos del Brasil: Tobias de Lacerda Martins Moscoso.

Por la República de Colombia: Julio Corredor Latorre.

Por la República de Costa Rica: Eduardo Ortiz. A. I. Santacruz.

Por la República de Cuba: Ramón de Castro Pedro P. Torres.

Por la República de El Salvador: Cecilio Bustamante. Victor M. Escobar.

Por la República de Guatemala: E. Aguirre V. E. Arroyave.

Por los Estados Unidos Mexicanos: Eduardo Ortiz. Oscar Rabasa. Pedro N. Cota.

Por la República de Nicaragua: Ag. Diener.

Por la República de Panamá: Carlos Jaramillo E.

Delegados Plenipotenciarios assignaram a presente Convenção em dois exemplares, um dos quaes ficará depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos Mexicanos e o outro se remetterá ao Conselho Director da União Pan-americana para os efeitos do artigo. 33.

Feito na cidade do Mexico, aos vinte e um dias do mez de julho de mil novecientos e vinte e quatro.

Pela Republica Argentina: Ad referendum, F. M. Quintana. F. E. Juarez.

Pelos Estados Unidos do Brasil: Tobias de Lacerda Martins Moscoso.

Pela Republica de Colombia: Julio Corredor Latorre.

Pela Republica de Costa Rica: Eduardo Ortiz. A. I. Santacruz.

Pela Republica de Cuba: Ramón de Castro. Pedro P. Torres.

Pela Republica do Salvador: Cecilio Bustamante. Victor M. Escobar.

Pela Republica de Guatemala: E. Aguirre V. E. Arroyave.

Pelos Estados Unidos Mexicanos: Eduardo Ortiz. Oscar Rabasa. Pedro N. Costa.

Pela Republica de Nicaragua. Ag. Diener.

Pela Republica do Panamá: Carlos Jaramillo E.

Por la República del Paraguay:	Pela Republica do Paraguay:
C. I. Meléndez.	C. I. Melendez.
Por la República del Perú: Ig-	Pela Republica do Perú: Ig-
Icaza.	Icaza.
Por la República Dominicana:	Pela Republica Dominicana:
Francisco de Asís Garcia de Cas-	Francisco de Asis Garcia de Cas-
tañeda.	tañeda.
Por la República del Uruguay:	Pela Republica do Uruguay:
C. Wille.	C. Wille.

INCIDENTES NA FRONTEIRA COM O URUGUAY

N. 14

I — Officio da Legação em Montevideo, em 27 de Junho de 1925

Legação dos Estados Unidos do Brasil.— Montevideo, 27 de Janeiro de 1925.— N. 17

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia o original do Protocollo assignado a 14 do corrente e relativo ás reclamações da fronteira Norte desta Republica.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos de minha elevada consideração.

NABUCO DE GOUVÊA

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 15

II — Protocollo relativo a reclamações do Uruguay sobre incidentes de fronteira e violação de territorio, em 14 de janeiro de 1925

En Montevideo, á catorce de Enero de mil novecientos veinticinco, se reunieron en el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay, Sus Excelencias los Señores Doctor Nabuco de Gouvêa, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en misión especial de la República de los Estados Unidos del

Brasil, y Alvaro Saralegui, Ministro interino de Relaciones Exteriores, para proseguir las conferencias que han venido realizando con el objeto de estudiar las reclamaciones presentadas por la Legación del Uruguay en el Brasil, en nombre de su Gobierno, sobre incidentes de frontera y violaciones de territorio. Analizados nuevamente, con la más alta imparcialidad, todos los antecedentes, para determinar con exacta precisión la forma y circunstancias en que se desarrollaron los sucesos, resolvieron consignar en este protocolo el acuerdo definitivo á que llegaron, en nombre de sus respectivos Gobiernos, cuyos deseos fueron en todo momento dar á aquellas reclamaciones una solución que, consagrando el mutuo respecto de las soberanías, fuese así mismo amigable y justa, según corresponde que invariablemente diriman sus cuestiones dos países que siempre mantuvieron y mantienen una amistad tradicional, basada en la lealtad y en la buena fé, y quienes, en la presente como en todas las ocasiones, solo se inspiran en el propósito de que esos vínculos jamás queden disminuidos, sino por el contrario, acrecentados, bajo el imperio de la justicia y de la cordialidad.

En consecuencia, el Señor Ministro del Brasil, en nombre de su Gobierno, declara:

Primero: que respecto á la reclamación formulada por el Gobierno uruguayo por la muerte del ciudadano Horacio González, teniendo en cuenta el sumario instruido por el Subjefe de Policía Doctor Galba Paiva por orden del Presidente del Estado de Río Grande del Sur, y que contiene la información escrita del Intendente Municipal de Livramento, el certificado de defunción de Horacio González, las declaraciones de Horcino Rosa, Pedro Fernandes, también conocido por Capitán Crespo, Juan Pedro de Avila sobrinho, Araripe Costa, Camillo Alves da Silva, Honorino Prunes, Eulazio Cabreira Chagas, Severino Guimarães, Leonidas Barrios, también conocido por Negro Barrios (hermano del Teniente Coronel retirado del Ejército Uruguayo Julio César de Barrios), Eduardo Amodeo, Pacifico Leal, Juan Aguiar, Rozendo Cunha, Sergio Prado, Danta Cademarteri, Doctor Juan Pinto Martins de Oliveira, Antonio Castro, Miguel Osorio, Antenor Ayres, Modesto Veiga, Angelo Salvador Lameira, Alipio Velasquez, Clarimundo Pinto, Cyriaco Couto, Bento Maciel y del Doctor Pio Souto y un ejemplar del diario "El Día" de Montevideo, edición de 30 de Noviembre de 1924, — lo que constituye un conjunto de copiosas informaciones para ser debidamente confrontadas con los documentos oficiales del Uruguay sobre el caso; — y que

habiéndose considerado que, para el Brasil, la completa dilucidación de la verdad, dependía, sin embargo, de una verificación en el terreno, el Brasil decidió hacerla, con la autorización debida, y, quedando de ella probado que Horacio Gonzalez, notoriamente vinculado al movimiento revolucionario, y quién al ser sorprendido antes de transponer la frontera uruguaya se dirigia á engrosar las fuerzas rebeldes posteriormente batidas por fuerzas de Río Grande,— fué realmente muerto en territorio uruguayo por fuerzas legales brasileñas que lo invadieron, el Gobierno del Brasil lamenta profundamente el hecho y presenta por ello sus excusas. Asi mismo expresa que habiéndose proseguido las investigaciones amplia y empeñosamente ha podido su Gobierno llegar á la conclusión, como de la manera más formal asi lo expresa, que las Autoridades brasileñas que intervinieron en aquel suceso no tuvieron, en modo alguno, el ánimo de invadir el territorio uruguayo.

Segundo: que respecto á la reclamación formulada por el Gobierno Uruguayo por el agravio inferido al ciudadano Cesar Diaz Rodriguez, el Gobierno del Brasil proseguirá el procedimiento de acuerdo con las leyes brasileiras contra su autor el Capitán Eliso Rodrigues actualmente detenido por las Autoridades de Santa Anna para que le sea aplicada la sanción correspondiente.

Terceiro: en cuanto á la reclamación formulada por el Gobierno Uruguayo por la agresión de que fueron víctimas Ramon Nodato y Agapito Mederos, el Gobierno del Brasil habiendo ya castigado con la destitución á los responsables, declara que espera conocer el resultado del sumario que instruyen las Autoridades judiciales del Uruguay para adoptar á su vez las medidas legales que correspondan.

Quarto: que respecto á la reclamación formulada por el Gobierno Uruguayo por la prestación de servicio militar de los menores Dilamar y Ceyu Marques, ya liberados de aquel servicio, el Gobierno del Brasil adoptará las medidas conducentes para que sus funcionarios procedan al reconocimiento de los documentos expedidos por los agentes consulares del Uruguay, de acuerdo con lo establecido en el cambio de notas hecho en el año 1857 sobre certificados de nacionalidad.

Quinto: que respecto á la reclamación formulada por el Gobierno Uruguayo sobre la invasión de su territorio llevada á cabo en el paraje denominado "Galpones", asi como por la muerte de diversos refugiados, el Gobierno del Brasil, después de haber procedido á una

rigurosa investigación y enviado al Gobierno Uruguayo todas las piezas, — ya le pidió disculpas por lo sucedido y repite, para explicar que no hubo el ánimo de invadir, lo que escribió al gobierno amigo, después de aquella prolija investigación: “Las circunstancias en que el combate se produjo, la sorpresa, la vehemencia y la rapidez de la lucha degeneraron luego en violentos impulsos en que solo el propio instinto de conservación mandaba y crearon una verdadera situación de confusión, en que no era posible á los soldados legales así atacados cuidar de otras precauciones que las de salvar sus vidas y vencer á los que pretendían oprimirlos. Mi es creible que en una emergencia así tan áspera, á la fuerza legal brasilera sobrase tiempo para obrar deliberadamente en el sentido de invadir el territorio contiguo. Tanto vale afirmar la absoluta ausencia de intención, si eso se dió. Si, en el entretchoque de la lucha brutal y rápida trabada cuerpo á cuerpo con el enemigo desleal que con mucha habilidad buscaba ese punto para agredirnos, la fuerza legal brasilera transpuso la linea fronteriza, nuestro deber es pedir disculpas por eso al Gobierno del Uruguay, como ahora lo hacemos, y dar las satisfacciones que son de estilo, por las reglas de justicia y el deber de leales y buenos vecinos”.

Al expresar el Ministro interino de Relaciones Exteriores que el Uruguay acepta las disculpas pedidas, el Señor Ministro del Brasil agrega que las Autoridades brasileras se comprometen á evitar la repetición de aquellos hechos, que profundamente lamenta.

Solucionadas en esta forma y de una manera definitiva como lo declara el Señor Ministro interino de Relaciones Exteriores del Uruguay las reclamaciones de su Gobierno, expresan ambos su satisfacción por el espíritu de leal y recta franqueza, puesto de relieve en las negociaciones llegadas á tan buen término y que tan considerablemente reforzarán los lazos de buena amistad y de buena vecindad que siempre ligaron a los dos paises.

Congratulándose por la coincidencia de miras puesta de manifesto en el curso de las negociaciones, y reconociendo que la mejor realización de tan solidarios propósitos depende también de que se asegure la más estricta reciprocidad de conducta así como de que se establezcan preceptos claros y fijos, concuerdan en celebrar dentro del más breve plazo posible un convenio entre los dos paises, en el cual, además de consignarse las reglas á que las autoridades de cada uno de ellos deban ajustar sus procedimientos en los casos de alteración del orden interno del otro Estado, se determine cuándo y en que forma cada gobierno deberá proceder á la internación de los jefes rebeldes

y á la concentración de las fuerzas revolucionarias que se encuentren en la zona fronteriza.

En fé de lo cual, los Señores Ministros hicieron labrar el presente Protocollo, por duplicado, cuyos ejemplares firmaron y sellaron con sus respectivos sellos en la fecha arriba indicada.

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE GOUVÊA.

ALVARO SARALEGUI.

IMMUNIDADES DOS AGENTES DIPLOMATICOS

N. 16

I — Nota da Legação Tchecoslovaca ao Ministerio, em 29 de Setembro de 1924

Legação da Republica Tchecoslovaca — Rio da Janeiro, 29 de Setembro de 1924 — N. 2.393 / V — 24.

SENHOR MINISTRO,

Em nome do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o meu Governo deseja regular em lei especial a questão da extraterritorialidade das pessoas diplomaticas, que até aqui não fôra regulamentada, prevalecendo em meu paiz o regimen das decisões Ministeriaes a respeito, cabendo ao Ministerio da Justiça resolver cada um dos casos occurrentes, tomando, porém, como base as conclusões do Congresso de Vienna de 1815. Ora, desde essa data, o conceito da extraterritorialidade soffreu sensivel ampliação e a opinião dominante entre os tratadistas do Direito Internacional parece ser hoje pela extraterritorialidade das quatro classes de pessoas abaixo: 1°. Chefes de Missão e funcionarios de carreira, Conselheiros e Secretarios de Legação, e, eventualmente, os Secretarios interpretes; 2°. As familias das Missões diplomaticas; 3°. Os funcionarios de chancellaria, de nacionalidade da Missão; 4°. Os empregados, creados, etc, da nacionalidade da Missão.

Como, no entanto, não haja unanimidade a respeito e como subsidio para os estudos de preparação da lei tchecoslovaca sobre o assumpto, o meu Governo toma a liberdade de solicitar de Vossa Excellencia o obsequio de lhe manifestar o ponto de vista do Governo Brasileiro na questão da extraterritorialidade das pessoas diplomaticas, communicando-lhe muito gentilmente quaes as pessoas a que se estende a extraterritorialidade dentre as que compõem as missões diplomaticas (Legações e Embaixadas) ou consulados com caracter diplomatico, considerando particularmente o assumpto em relação á Legação Tchecoslovaca no Rio de Janeiro, e especificando, quanto

possível, em cada uma das quatro classes de pessoas acima mencionadas e prevalentes na doutrina jurídica.

Agradecendo antecipadamente a Vossa Excellencia a gentileza de uma resposta, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, as seguranças de minha mais alta estima e consideração.

MIROSLAV SCHUBERT.

Encarregado de Negocios da Tchecoslovaquia

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro.

N. 17

II — Nota do Ministerio á Legação Tchecoslovaca, em 22 de Outubro de 1924

Secretaria de Estado das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1924. — N° P. E. 495/52.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota n. 2.393/F/24, de 29 de Setembro ultimo e de expôr a Vossa Senhoria o ponto de vista do Governo Brasileiro com relação á extraterritorialidade das pessoas diplomaticas.

O nosso Governo não tem lei regulando a materia, a não ser, em materia penal, o art. 99 doCodigo respectivo, que pune quem violar immunidaded os Embaixadores ou Ministros estrangeiros com a pena de prisão cellula r por um dois a annos.

Reconhece, porém, a inviolabilidade pessoal dos agentes diplomaticos ; sua isenção de jurisdicção, tanto civil como criminal ; a plena liberdade de expedir e receber correspondencia ; a liberdade do culto ; a isenção de impostos.

Destas regalias gosam os agentes diplomaticos de qualquer categoria, por serem condições para o bom desempenho de suas funções. Estendem-se, naturalmente, á familia do agente diplomatico, e ao pessoal da legação ou embaixada, como secretários, conselheiros, addidos, addidos militares, correios, etc. Não comprehende, porém,

os domesticos e outros empregados estranhos á carreira ou ao funcionalismo.

Assim, verá Vossa Senhoria que o nosso direito não reconheceria immunidades a um chauffeur de seu serviço, porque elle não tem função publica internacional, nem faz parte da familia do agente diplomatico do seu paiz.

Fica, tambem, respondida desta fórma a nota n. 2.483/F/24 de 28 de Setembro ultimo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

FELIX PACHECO.

Ao Senhor Miroslav J. Schubert, Encarregado de Negocios da Republica da Tchecoslovaquia.

N. 18

III — Nota da Legação Tchecoslovaca ao Ministerio, em 6 de Fevereiro de 1925

Legação da Republica Tchecoslovaca. — Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1925. — N.º 2.868F/25

SENHOR MINISTRO,

Tendo transmittido ao meu Governo a resposta com que me honrou Vossa Excellencia, explanando em sua nota PE. 495/52, o ponto de vista do Governo Brasileiro com relação á extraterritorialidade das pessoas diplomaticas, acabo de receber agora determinação do meu Governo de solicitar de Vossa Excellencia o obsequio de mais um esclarecimento sobre um topico da resposta de Vossa Excellencia.

Diz o texto da nota referida com relação á extraterritorialidade que “ não comprehende, porém, os domesticos e outros empregados estranhos á carreira ou ao funcionalismo ”. O meu Governo roga a informação se a exclusão assim expressa abrange aos empregados de Chancellaria, taes como escripturarios, traductores, dactylographos, de nacionalidade Tchecoslovaca.

Solicitando de Vossa Excellencia o obsequio de me fornecer a informação sobre o ponto acima mencionado, para que a possa trans-

mittir ao meu Governo, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia as seguranças de minha mais alta estima e consideração.

MIROSLAV J. SCHUBERT.

Encarregado de Negocios da Tchecoslovaquia.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro.

N. 19

IV — Nota do Ministerio á Legação Tchecoslovaca, em 27 de Fevereiro de 1925

Secretaria de Estado das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro
27 de Fevereiro de 1925. — N.º. P E 79/12.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS

Com referencia á nota n. 2.868/F25 de 6 do corrente, em que Vossa Senhoria pede maiores esclarecimentos sobre o que me coube dizer na nota P E 495/52 de 22 de Outubro do anno proximo findo, sobre immunidades dos agentes diplomaticos no Brasil, devo declarar a Vossa Senhoria que os empregados de chancellaria, taes como escripturarios, traductores, dactylographos, de nacionalidade tchecoslovaca, gozam de immunidade, desde que sejam, realmente, funcionarios da Legação. Se, porém, servem apenas, occasional, ou extraordinariamente, se não pertencem ao quadro da Secretaria como funcionarios publicos já não podem gozar do privilegio de immunidade.

Tenho a honra de renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

FELIX PACHECO.

Ao Senhor Miroslav J. Schubert, Encarregado de Negocios da Tchecoslovaquia.

CASAMENTO DE ESTRANGEIRO DIVORCIADO A VINCULO

N. 20

I — Nota da Legação da Dinamarca ao Ministerio, em 2 de Outubro de 1924

Légation de Danemark — Lb. Nr. 1.199. — Rio de Janeiro, 2 de
Outubro de 1924.

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Ex. sobre o seguinte caso:

Aos 23 de Dezembro de 1915, aqui no Rio de Janeiro, o subdito dinamarquez Martin Christian Petersen contrahiu casamento com uma senhora ingleza Winifred Francis Bartholomeu perante as competentes autoridades brasileiras.

Aos 13 de Outubro de 1922, de commun accôrdo entre as partes, em cuja epoca ambos se achavam na Dinamarca, esse casamento foi annullado na Dinamarca por divorcio por consentimento Real, que dá a ambas as partes plenos direitos de contrahirem novo casamento.

A senhora deixou o Brasil e acha-se na Europa.

O Senhor Martin Christian Petersen voltou para o Rio de Janeiro, e deseja agora perante esta Legação contrahir novo casamento com uma senhora dinamarqueza; estou autorizado pelo meu Governo a effectuar o referido casamento, sob a condição de que as competentes autoridades brasileiras nada tenham a oppor á realisação desse casamento perante esta Legação, onde o mesmo naturalmente será realisado de accôrdo com a legislação dinamarqueza.

Assim motivado, tenho a honra de solicitar o bom auxilio de V. Ex., afim de obter uma declaração do alto Ministerio da Justiça, sobre se o referido Ministerio tem algo a oppor contra a realisação do mencionado casamento perante esta Legação.

Permitto-me accrescentar que, por motivo de uma viagem urgente, deseja-se que este casamento seja realisado num dos mais

proximos dias, e por isso muito agradeceria caso me seja dada uma resposta com a possivel brevidade.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro de Estado, a minha mais alta estima e mui elevada consideração.

K. KRUSE.

P. S. A senhora dinamarqueza com a qual o Sr. Martin Christian Petersen deseja contrahir matrimonio, é maior, nunca foi casada e demais preenche as condições previstas pela legislação brasileira para poder contrahir casamento com o Sr. Petersen.

N. 21

II — Nota do Ministerio á Legação da Dinamarca, em 23 de Outubro de 1924

Secretaria de Estado das Relações Exteriores. N.º. P E. 509/47 — Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1924.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar recebida a nota L. B. 1.199, J. n. 22, N. 1; de 2 do corrente, na qual V. S. consulta a este Ministerio se ha inconveniente, em face das nossas leis, na realisação de novo casamento de Martin Christian Petersen com a senhora ingleza Winifred Francis Bartholomeu.

Em resposta, cabe-me communicar a V. S. que, segundo me informa o meu collega da Justiça e Negocios Interiores, o referido Senhor Petersen tem plena liberdade para casar novamente, de accôrdo com a legislação de seu paiz e perante as referidas autoridades de sua representação nesta capital.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

FELIX PACHECO.

Ao Senhor Kail Kruse.

Encarregado de Negocios da Dinamarca.

N. 22

III — Nota da Legação da Dinamarca ao Ministerio, em 24 de Outubro de 1924

Légation Royale de Danemark. L B N R 1.310 J N R
21-0-5 — Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1924.

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO.

Tenho a honra de accusar recebida a Nota nº. P. E. 509/47, de 23 do fluente, na qual Vossa Excellencia me communica que o Senhor Martin Christian Petersen, a quem se refere minha nota de 2 do corrente, tem plena liberdade para casar novamente de accôrdo com a legislação de seu paiz e perante as referidas autoridades de sua representação nesta Capital.

Agradecendo a Vossa Excellencia pela resposta dada á minha consulta, ousou, entretanto, accrescentar que o Sr. Petersen em questão — não deseja realisar novo casamento com sua ex-esposa Winifred Francis Bartholomeu, como deixam transparecer os dizeres da nota de Vossa Excellencia acima mencionada — mas sim com uma joven dinamarqueza, residente no Rio de Janeiro, por isso solicito o bom auxilio de Vossa Excellencia afim de obter novo parecer sobre se a circumstancia supra vem trazer alguma modificação ao parecer anterior, com respeito ao novo casamento pretendido pelo Sr. Petersen.

Valho-me do ensejo, Exmo. Sr. Ministro de Estado, para subcrever-me, com a mais alta estima e mui distincta consideração.

K. KRUSE.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro

N. 23

IV — Nota do Ministerio á Legação da Dinamarca, em 7 de Novembro de 1925

Secretaria de Estado das Relações Exteriores. N. P. E. 517/48 —
Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1925.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar recebida a nota L B. Nr. 1.310 J. Nr. 21. O. 5, de 24 de Outubro proximo findo, sobre o casamento do Senhor Martin Christian Petersen.

Em resposta e para esclarecer o que tive oportunidade de dizer na nota P E. 150/9/47, de 23 do mesmo mez, cabe-me, agora, communicar a V. S. que este Ministerio reconhece ao referido subdito dinamarquez plena liberdade para casar novamente, na séde dessa Legação, de accôrdo com a legislação dinamarqueza.

Aproveito o ensejo para renovar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

FELIX PACHECO.

Ao Sr. Kail Kruse.

Encarregado de Negocios da Dinamarca.

CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO

N. 24

I — Telegramma do Senhor Presidente da Republica ao Senhor Presidente da Republica do Perú, em 9 de dezembro de 1924

Tenho a mais viva satisfação em enviar a Vossa Excellencia e ao nobre Povo Peruano, a que por tantos laços se sente ligado o Povo Brasileiro, as minhas effusivas congratulações pela grande data que ali solennemente se commemora. Ayacucho constitue para todo o nosso Continente um legitimo titulo de orgulho e, assim considerando, decretei feriado nacional em toda a Republica o dia de hoje. O Brasil inteiro dess'arte se associa ao jubilo da grande nação vizinha e amiga a cujo supremo mandatario renovo com tão grato motivo a segurança de minha cordial estima e subida consideração.

ARTHUR BERNARDES.

N. 25

II — Telegramma do Ministro de Estado ao Ministro das Relações Exteriores do Perú, em 9 de dezembro de 1924

A Sua Excellencia o Ministro das Relações Exteriores Dr. Alberto Salomon.

Digne-se Vossa Excellencia acceitar neste grande dia de tanto relevo e de tamanho significado para a causa da liberdade na America, as minhas sinceras congratulações e os parabens de todos os meus collegas de ministerio. O Brasil, que tambem teve a honra do contar alguns filhos na jornada memoravel, acompanha com effusivo entusiasmo o jubilo da nação Peruana e recorda com veneração os nomes dos heroes que ganharam a batalha decisiva, cimentando

com o seu sangue generoso a solidariedade eterna das jovens nações, creadas sob tão altos principios e com ideaes que cada dia se reforçam no trabalho, na paz, na união e no progresso.

FELIX PACHECO.

N. 26

III — Telegramma do Ministro das Relações Exteriores do Perú ao Ministro de Estado, em 10 de dezembro de 1924

Excelentísimo Señor Felix Pacheco Ministro de Relaciones Exteriores. Rio de Janeiro.

Com intensa emoción patriotica me he impuesto de su expresivo cablegrama y de los votos de sus Colegas de ministerio junto con Vuestra Excelencia han formulado com ocasión del centenario de la batalla de Ayacucho que selló la independencia americana y en la que se confunde con la nuestra la sangre generosa del gran pueblo brasileiro, queira Vuestra Excelencia aceptar y trasmitir a sus Colegas de ministerio la profunda gratitud del Gobierno Peruano por el hermoso mensaje con que el Brasil se asocia á la gran efemerides continental que hoy celebramos.

ALBERTO SALOMÓN.

Ministro Relaciones Exteriores.

N. 27

IV — Carta autographa do Senhor Presidente da Republica do Perú ao Senhor Presidente da Republica, em 14 de Fevereiro de 1924

GRANDE Y BUEN AMIGO,

Tengo la honra de invitar a Vuestra Excelencia a que se digne concurrir, si le fuera posible personalmente, a las fiestas con que el Gobierno y el Pueblo peruanos se proponen celebrar, en 9 de

deciembre de este año, el Primer Centenario de la Batalla de Ayacucho, epopeya que determinó la consolidación de los principios de libertad y de independencia que años antes proclamáran los caudillos de la emancipación americana.

Abrigo la esperanza de que Vuestra Excelencia, al aceptar esta invitación, querrá ver en ella la expresión de los sentimientos amistosos que animan al Perú hácia ese noble país, cuyo engrandecimiento anhelo cordialmente.

Hago mui sinceros votos por la felicidad del Pueblo Brasileño y por la ventura personal de Vuestra Excelencia a quen tengo la honra de reiterar el testimonio de mi más alto aprecio.

De Vuestra Excelencia

Leal y Buen Amigo

A. B. LEGUIA.

El Ministro de Relaciones Exteriores,

A. SALOMÓN.

N. 28

V — Carta autographa do Senhor Presidente da Republica ao Senhor Presidente da Republica do Perú

GRANDE E BOM AMIGO,

Respondo com a maior satisfação á carta autographa com que Vossa Excellencia me distinguiu em data de 14 de Fevereiro do corrente anno, convidando-me e ao Brasil para as festas com que o Povo e o Governo dessa Nobre Nação visinha e amiga se propõem a comemorar, a 9 de dezembro proximo, o Primeiro Centenario da Batalha de Ayacucho.

Reconhecendo, como reconheço, a transcendente importancia desse grande acontecimento historico que consolidou a emancipação politica da America do Sul, eu teria tido o maior prazer em transportar-me a Lima para apresentar pessoalmente ao meu Grande e Bom Amigo as homenagens e felicitações do Brasil. Sou, porém, infelizmente, obrigado a renunciar a esse vivo desejo de corresponder ao amavel e honroso convite de Vossa Excellencia por não poder nesse momento afastar-me do exercicio das funções do meu cargo.

Associo-me, entretanto, de todo o coração, ás justas alegrias do Povo Peruano, e envio a Lima, em representação do Brasil, uma Embaixada Especial, chefiada pelo Deputado Federal Doutor José Bonifacio de Andrada e Silva, portador do nome glorioso do Patriarcha da Independencia Brasileira.

Com essa escolha quiz significar de modo muito particular á nobre Nação Peruana toda a effusiva participação que o Brasil deseja tomar na imponente solemnidade de 9 de dezembro proximo futuro.

Renovando, ao terminar os mais sinceros votos pela felicidade do Povo Peruano e pela ventura pessoal de Vossa Excellencia, tenho a honra de reiterar-lhe as seguranças da minha mais alta estima e distincta consideração e apreço.

De Vossa Excellencia Leal e Bom Amigo.

ARTHUR BERNARDES.

N. 29

VI — Carta Credencial do Embaixador Especial Senhor José Bonifacio de Andrada e Silva.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, a Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica Peruana.

GRANDE E BOM AMIGO,

Querendo dar ao Governo Peruano um novo testemunho do apreço em que o Brasil tem as relações de bôa amizade e cordial intelligencia que felizmente existem entre os dois paizes, resolvi nomear o Senhor José Bonifacio de Andrada e Silva, Deputado Federal, para, no caracter de Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario, em missão Especial, representar o Brasil nas solemnidades da commemoração do Centenario de Ayacucho e nesse caracter acreditar-o junto ao Governo de Vossa Excellencia.

O conhecimento particular que tenho das qualidades pessoaes do Senhor José Bonifacio de Andrada e Silva persuade-me de que,

no desempenho da missão que ora lhe confio, elle se esforçará por merecer a benevolencia de Vossa Excellencia e a estima e confiança do Governo Peruano.

Rogo, pois, a Vossa Excellencia que se digne de o acolher favoravelmente e dar inteiro credito a tudo quanto de minha parte tiver a honra de lhe dizer, principalmente quando manifestar os votos que faço pela felicidade pessoal de Vossa Excellencia e pela constante prosperidade da Nação Peruana.

De Vossa Excellencia Leal e Bom Amigo.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Jubileu de S. Em. o Cardeal Arcoverde

N. 30

I — Discurso do Senhor Ministro no banquete de 5 de Maio de 1924

EMINENCIA.

MINHAS SENHORAS.

MEUS SENHORES.

O Governo do Brasil não podia desinteressar-se das justas homenagens prestadas á Sua Eminencia o Sr. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Os seus cincoenta annos de sacerdocio conferiram-lhe taes titulos á gratidão nacional que fôra imperdoavel omissão se a autoridade civil republicana se abstivesse de trazer-lhe, tambem ella, nesse faustoso jubileu, o testemunho de seu grande apreço pelas nobres virtudes do sacerdote exemplar que, desde quasi duas decadas, mereceu da Santa Sé a honra de occupar no Sacro Collegio o logar que o Brasil inteiro, pela voz de sua Chancellaria, pleiteava perante a autoridade incontrastavel do Summo Pontifice e a benevolencia e espirito de justiça dos grandes Principes da Igreja.

O Brasil não seria digno de si mesmo, se não reconhecesse que a maravilha de sua cohesão politica, perdurando através de todos os embates, é devida em grande parte á prodigiosa força moral do catholicismo e ao alto papel de disciplina e de educação, que a religião tem sempre desempenhado entre nós, nestes quatrocentos e tantos annos já decorridos da vida de nossa terra.

Foi a doutrina christã que veio modelando, no transcurso do tempo, a figura interior da nação e lhe imprimindo os grandes traços de vitalidade e de harmonia, que deviam, ao cabo, compor as suas características externas de povo livre e de raça á parte.

Tudo pode haver mudado e continuar mudando; mas, nessa evolução que se opera debaixo de nossos proprios olhos, alguma

cousa ha que resta inalteravel e se impõe, como razão immanente do vertiginoso progresso verificado.

A crença, que haurimos dos nossos maiores e que as diversas gerações brasileiras vão com orgulho transmittindo successivamente umas ás outras, constitue, na verdade, o motivo principal por que essa ascensão se faz com tanta eurythmia e tanta ordem.

As chamadas *élites*, habitualmente trabalhadas pelo negativismo, e cegas do erro systematico, que, para muita gente perdida nesses immensos desertos da sabedoria sem nexo moral, representa a flôr melhor da cultura, podem contestar e hão de talvez insistir em rebater jactanciosamente o que estou dizendo.

Mas todo observador attento e justo, ainda fazendo cabedal de sua mesma laicidade e querendo descobrir attributos outros no segredo recondito dessa marcha admiravel, acabará precisando confessar que nenhum povo em conjuncto se movimenta para diante com esse perfeito rythmo e isochronismo de aspirações e essa abso-luta e calma segurança de destino, apanagio da nossa terra e da nossa gente, se não bebeu nas fontes divinas a inspiração para o trajecto a realizar.

A alma nacional, desdobrando-se aqui victoriosa em todas as espheras, se altera, á feição do tempo, como nos outros povos, e se modifica pelo imperio das circumstancias, que vão sobrevivendo; mas o seu substractum não muda, não varía, é sempre o mesmo e subsiste.

E quem nos formou, desde o berço, esse formidavel potencial de energia intima, habilitando-nos a vencer com honra e com brilho todas as difficuldades do caminho, foi indiscutivelmente a Igreja de nossos paes, a lição dos Evangelhos, o exemplo da Cruz, o apostolado quatro vezes secular da fé catholica, iniciado em Porto Seguro com a primeira missa rezada na terra virgem, fixado depois nas areias das praias pelo genio de Anchieta e conduzido tambem ás asperas selvas pela abnegação denodada dos missionarios, até irradiar mais tarde pelos sertões longinquos, diffundindo-se, ao mesmo tempo, sem descanso, na extensa orla maritima, para poder culminar, breve, na imagem do Redemptor abençoando-nos carinhosamente do cimo de uma das mais imponentes e bellas montanhas debruçadas sobre a grande metropole brasileira.

Ahi, todo o significado de nosso equilibrio surprehendente de paiz novo, coheso como nenhum outro; e d'ahi tambem para nós a solida esperanza de outras glorias ainda maiores e outros triumphos pacificos ainda mais fulgentes no scenario da civilisação universal.

De um modo geral, pode-se afoutamente dizer que tudo em nossa terra é um pouco fructo da Igreja, obra da Igreja, conquista, esforço e trabalho della.

Não seríamos nada sem esse poderoso instrumento de ligação espiritual, factor maximo da unidade estupenda de nossa Patria.

A primitiva colonia incipiente não achou, para os seus vacilantes passos de começo, melhor guia do que esse.

E foi, da mesma sorte, á sombra do altar e pela irradiação magnetica do prestigio do Divino Crucificado que o espirito nacional brasileiro logrou consolidar-se tão superiormente através das idades.

Lêde o recente e formoso livro das conferencias de D. Duarte e verificareis logo a exactidão desse conceito.

Onde houve, nesse periodo inicial, um grito de liberdade, houve sempre um vulto de padre no meio da tormenta emancipadora, o que vale dizer a assistencia da religião impellindo para a frente o rebanho laborioso e tranquillo, que Deus poz neste exuberante recanto do mundo para cumprir uma nobilissima missão de tenacidade e de paz.

A memoravel jornada da independencia, entre nós, proveio, a bem dizer, da serenidade estudiosa dos claustros, e, no Primeiro e no Segundo Imperio, não sei quem olhou mais para as conveniencias superiores do Brasil eterno, se a Igreja ou seo Throno. Sei apenas que este não duraria 67 annos, num paiz ainda em formação e sacudido por todas as ancias da mocidade, se o freio salutar da Religião não andasse ao seu lado e do mesmo passo cohibindo, com muito mais efficacia do que a propria majestade do poder imperial, a dissociação da Patria Nova, com o encarrear os seus progressos no terreno salutar da ordem e alimentar-a de continuo com os subsidios da fé, sem a qual não ha nação nenhuma que logre crescer dentro da disciplina, nem povo algum que proficuamente se desenvolva e enriqueça.

Não tivesse outro merito a Republica, teria comtudo esse de não haver alterado em nada a essencia do regimen de vida social formador da nossa nacionalidade.

O Governo de 15 de Novembro resolveu, é verdade, a separação, por transigencia da primeira hora com o exclusivismo apaixonado dos fundadores do systema. Mas logo espontaneamente a democracia republicana assim inaugurada se corrigiu a si mesma, esmerando-se em formar, para a propria e Santa Madre Igreja, dentro da nova ordem de cousas estabelecida no paiz, um ambiente de facto melhor

do que a atmospheria regalista estreita, que não permittira, até então, no Brasil, o livre surto da utilissima autoridade espiritual do clero.

As vantagens dessa situação de mutua independencia augmentam todos os dias na ampliação ininterrupta de uma boa intelligencia reciproca, cada vez mais cordial entre os dous poderes.

Não que a Republica deixe de considerar a Igreja um organismo politico vivo, com a sua personalidade internacional bem marcada, mas para que o ramo brasileiro desse organismo possa, na sua esphera propria, expandir-se com maior efficiencia, em beneficio geral do paiz, ajudando a pesada tarefa da autoridade publica e preparando, no pastoreio das almas, um futuro condigno do nosso povo.

O espectaculo trevoso do mundo, nestas horas amargas de confusão, de restos de odios, e ainda de desasoscego e de penuria, subsequentes á Grande Guerra, está concorrendo sobremodo para imprimir o mais fulgurante relevo ao papel eminentemente conciliador do Vaticano.

As Nações formaram e constituíram uma Liga ou Sociedade depois do Tratado de Versalhes, para desenvolver mais activamente entre todas ellas o espirito de cooperação e, dess'arte, garantir melhor a paz do mundo.

E', não resta duvida, um formoso apparelho, cujo funcionamento faz prever a possibilidade de outros dias menos intranquillos e mais auspiciosos para o genero humano.

Mas nem por isso a falta de convite á Santa Sé para figurar nesse vasto gremio internacional deixa de constituir um erro enorme e de representar uma lacuna ainda mais sensivel do que a abstenção, por exemplo, dos Estados Unidos, para só citar um grande paiz até agora ausente dos trabalhos de Genebra.

E a razão do que digo é simples, e vem a ser que a Santa Sé, sem formar propriamente uma nação, symbolisa comtudo, na realidade, a maior nação do mundo.

De facto, não ha, hoje, Rei, Imperador, Presidente, orgão nenhum de governo e direcção dos povos, que valha, como autoridade, a do Summo Pontifice, cuja palavra é sempre acatada com o maior respeito por gregos e troyanos.

A França, uma das mais dilectas filhas da Igreja, reconheceu isso mesmo pela palavra de muitos de seus mais avançados estadistas contemporaneos, quando foi da discussão travada sobre o projecto apresentado em 10 de Março de 1920 ao parlamento pelo Ministerio Millerand, restabelecendo a Embaixada junto á Santa Sé.

Georges Leygues, que succedeu áquelle na Presidencia do Conselho, teve, em Novembro desse anno, a franqueza de dizer da tribuna da Camara:

« Parmi les forces morales qui mènent le monde, il en est une qui, organisée, hierarchisée, agit sur l'esprit et sur la conscience de 300 millions d'hommes: c'est la force catholique. »

Uma revista catholica poudes affirmar, commentando esse memoravel debate:

« On ne se passe pas de Rome. »

Fôra, na verdade, estulticia suppor que se pôde cancellar uma potencia dessa ordem no concerto politico das outras, abstrahir de sua existencia, negar-lhe os valiosissimos prestimos e serviços, quando já desde muito autoridades protestantes insuspeitas, como Leibnitz e Pitt, e o proprio Voltaire, incréo e negativista, reconheciam e proclamavam o Papado como devendo ser o justo centro de equilibrio de toda a vida internacional.

Leibnitz dizia:

« A meu vêr, a Europa e o mundo civilizado deviam instituir em Roma um tribunal de arbitramento presidido pelo Papa, para conhecer das desintelligencias entre os Principes. Esse tribunal, collocado acima dos Principes, para os dirigir e os julgar, nos conduziria verdadeiramente a um seculo de ouro. »

Pitt não era menos sincero, escrevendo em 1794, em plena revolução, como accentua a obra de que extraio estas notas:

« Seria preciso acharmos de novo um laço que nos unisse a todos nós. Só o Papa é capaz de formar esse laço. Só Roma está apta a fallar com imparcialidade e sem prevenções. Ninguém duvidaria jamais da integridade de seu julgamento. »

E Voltaire, um instante esquecido de sua pertinacia na negação, confessava sem reboço:

« L'intérêt du genre humain demande un frein qui retienne les souverains et mette à couvert la vie des peuples: ce frein de la religion aurait pu être, par une convention universelle, entre les mains des Papes. Ces premiers pontifes, en ne se mêlant des querelles temporaires que pour les apaiser, en avertissant les rois et les peuples de leurs devoirs, en reprenant leurs crimes, en réservant les excommunications pour les grands attentats, auraient toujours été regardés comme des images de Dieu sur la terre. »

Guizot, em 1861, em sua obra *L'Eglise et la Société*, chegou mais longe, afirmando que o Papado foi o verdadeiro fundador do Direito Internacional:

« A tout prendre, la Papauté, et elle seule, a su être la puissance médiatrice, en défendant, au nom de la religion, les droits naturels de l'homme contre les États, les princes et les divers peuples mêmes; c'est elle qui a su concilier les faibles avec les forts, en recommandant partout et toujours la justice, la paix, le respect des devoirs et des engagements, et c'est ainsi que la Papauté a posé la pierre fondamentale du droit international en se levant contre les prétentions et les passions de la force brutale. »

Não recapitulo estes expressivos testemunhos senão para frisar que nunca a Republica, no Brasil, considerou de outro modo a Santa Sé, senão como a grande potencia por excellencia do mundo moderno, aquella que, desprovida de terras e de armas, sem Exercito, sem Marinha, sem soldados, sem navios, todavia mais amplos dominios possue, mais consideravel força representa, maior autoridade desfructa e mais salutar influencia exerce sobre a totalidade do orbe.

E' bem recente a historia da Grande Guerra, e dura ainda a afflicção universal decorrente do immenso flagello. E, hontem como hoje, a barca de Pedro, no meio desse tremendo temporal desencadeado sobre a humanidade, constitue o unico sereno refugio para o qual todos se voltam num appello desesperado de naufragos.

Ruiram thronos e imperios. O céu carregou-se de nuvens pesadas. Nada do que era feito continuou de pé. Desaggregam-se povos e instituições. Dir-se-ia que um terremoto colectivo sacudisse violentamente todas as Patrias. A Santa Sé, porém, sobrenada bellamente victoriosa desse tremendo tumulto da inquietação universal contemporanea e estende por igual o seu manto carinhoso sobre a unanimidade das nações da terra, offerecendo abrigo seguro e reconfortante consolo a todos aquelles que soffrem e choram e pedem agasalho e pão.

Nunca a Igreja subio tanto como nestas horas tragicas a que a solicitude paternal de Bento XV trouxe tamanhos allivios e a sabedoria immensa de Pio XI da mesma fórma vae admiravelmente remediando.

Esse throno pontificio benemerito tem os seus pilares maximos representados pelas Eminencias que compõem o Sacro Collegio e pelos Arcebispos e Bispos espalhados nos diversos paizes do globo. Todos esses esforçados dignatarios da Igreja são cooperadores altissimos da tarefa herculea do Santo Padre.

Feliz o Brasil de possuir um grande collaborador da obra magna da restauração do imperio moral no mundo inteiro, e de contar igualmente outros numerosos e illustres prelados, entre os quaes brilha como estrella de primeira grandeza a intelligencia privilegiada, o coração bonissimo de D. Sebastião Leme, e todos invariavelmente imbuidos dos mesmos sentimentos e propositos.

O Governo Nacional espera sempre muito da coadjuvação de tão preciosos elementos, no sentido da implantação definitiva dos bons principios de ethica no seio do povo, e sente sincero prazer em traduzir ainda uma vez de publico os seus desejos de manter e conservar na maior cordialidade os laços que sempre o ligaram á Santa Sé:

« Plus haut que le réalisme politique, il y a le devoir et l'idéalisme religieux. Les nations doivent à Dieu un culte national; c'est pour elles un devoir de conscience qui leur attire les bénédictions du ciel. »

O principio theorico da liberdade, ou a regra constitucional dogmatica, que excluísse esse dever da cogitação dos republicanos, seria a fallencia do espiritualismo e da moral na ordem politica, onde uma cousa e outra são imprescindiveis para melhorar a indole do povo e suscitar no espirito da massa outra noção mais elevada,

não só de suas responsabilidades, como da confiança que ella propria deve ter nos destinos de uma democracia christã organizada, qual deseja ser a nossa, dentro do seu amplo e ordeiro liberalismo.

Influencias transitorias de seitas, predominio livresco de certos pendores philosophicos e modismos doutrinarios, nada disso poudé até hoje alterar no Brasil a força e o prestigio da Religião dos nossos paes, que é tambem a nossa e será igualmente amanhã a dos nossos filhos, digna por isso mesmo de todas as attensões e de todo o apreço do Estado.

E' este o testemunho official agradecido que trago ás festas jubilares de Sua Eminencia.

O Brasil precisa do concurso de todas as forças vivas da nacionalidade para se refazer na disciplina, no respeito da autoridade. na pratica das virtudes, na obediencia á lei, na lealdade aos deveres politicos, no trabalho util e na independencia responsavel e sem odios,

Entre essas forças vivas a que alludo e indispensaveis ao trabalho urgente de reconstrucção geral do paiz, nenhuma maior do que a Igreja.

Posso a esse respeito lembrar que, ainda recentemente, foram as pastoraes dos Arcebispos e Bispos que levantaram o espirito brasileiro á altura da grave situação em que nos viramos envolvidos e precisavamos enfrentar corajosamente.

E agora mesmo, na paz, estamos todos sentindo a continuação ininterrompida desse nobre esforço do alto clero patricio, secundando a orientação benemerita de Sua Eminencia o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Apresento a Sua Eminencia, neste dia de gloria para a sua purpura cardinalicia, os agradecimentos fervorosos do Governo pelos valiosissimos serviços prestados ao Brasil em tão dilatado periodo.

E peço a Deus Todo Poderoso que multiplique sobre a cabeça do venerando Principe da Igreja as melhores benções do Céu, em premio de seus porfiados e santos labores pelo bem da Nação e pela prosperidade e desenvolvimento do Catholicismo no seio da nossa cara Patria!

N. 31

II—Resposta de S. E. o Cardeal Arcoverde no banquete de 5 de Maio de 1924

SENHOR MINISTRO:

Entre as multiplas demonstrações de carinho com que aos meus generosos diocesanos e compatriotas aprouve commemorar o jubileu sacerdotal do seu velho Arcebispo, nenhuma me poderia sensibilisar mais profundamente do que esta.

Fôra do meu desejo, se, vergado ao peso da idade, as forças ainda m'ó consentissem e se para tanto me ajudasse a saúde combatida, responder á formosa saudação de V. Ex., acompanhando-lhe em unisono ritmo os sentimentos nobres, os pensamentos bellos e as palavras eloquentes.

Não calarei, entretanto, a minha emoção ao ouvil-as de quem, parte conspiciua no Governo, tanto o honra com sua intelligencia e operosidade; e, ao fazel-o, seja-me permittido enxergar n'ellas menos uma homenagem aos meus meritos pessoaes, do que um preito elevado de veneração para com a Egreja Catholica, a grande força moral das Nações que querem viver e progredir.

Fazendo justiça e seguindo na trilha dos pensadores mais illustres e dos estadistas mais notaveis, V. Ex. poz em destaque o seu papel no mundo civilisado; e como bom brasileiro, que conhece o nosso passado, frizou a sua actuação historica em nossa Patria.

De sorte que as altas directrizes traçadas pelo primeiro Magistrado da Nação ao Governo, e por V. Ex., á pasta de Estrangeiros, têm as suas raizes nas tradições seculares da Nacionalidade, nascida e crescida sob as influencias christãs.

A essa Egreja, vão já cincoenta annos, consagrei o enthusiasmo e o vigor da mocidade; a mão amiga de Deus, com o appello irresistivel de sua vocação, inscreveu-me nas suas santas fileiras; e já agora, nesta quadra avançada da existencia, em que a vaidade não obumbra o bom senso e as illusões não empanam a visão clara da vida, o meu coração exulta.

E' verdade que a consciencia da obra perfeita e acabada difficilmente, nunca, talvez, corôa as empresas humanas; mas a certeza de que a semente plantada não regateia os seus fructos e de que os

esforços empregados para tornal-a fecunda não foram de todo estereis, é, não raro, o premio e a consolação que a Munificencia Divina concede aos que agiram sempre por motivos superiores e com o desejo de bem fazer.

Na hora adeantada em que vou, quando o cajado pastoral é já um peso nas mãos cançadas de dirigir o rebanho, essa consolação eu a recebo de V. Ex., Senhor Ministro.

A communhão de vistas entre os chefes temporaes e os chefes espirituaes; a nossa collaboração sempre bem acceita, tantas vezes reclamada, para o engrandecimento da Patria commum; a união de sentimentos, passando da superficie, das cortezias para uma camada mais intima e mais profunda, são indicios alviçareiros do dia de amanhã.

Deus seja bemdicto!

Com os meus agradecimentos ao Governo e os meus votos de prosperidade pessoal a V. Ex., Senhor Ministro, que aqui tão dignamente o representa, levanto a minha taça em honra do Senhor Presidente da Republica. De Deus supplico queira conceder-lhe as melhores graças e as mais abundantes benções em uma hora de tamanha responsabilidade, de tão grande transformação do mundo e de tantas esperanças para o nosso caro Brasil.

Limites com a Colombia

N. 32

I — Acta firmada em Washington, a 4 de Março de 1925, entre os representantes do Brasil, dos Estados Unidos da America, da Colombia e do Perú

(TEXTO PORTUGUEZ)

ACTA DE UMA REUNIÃO ENTRE O SR. CHARLES E. HUGHES, SECRETARIO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, DR. HERNAN VELARDE, EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO DO PERÚ, DR. HENRIQUE OLAYA, ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO DA COLOMBIA, E SR. SAMUEL SOUZA LEÃO GRACIE, ENCARREGADO DE NEGOCIOS "AD INTERIM" DO BRASIL

No Departamento de Estado, em Washington, em 4 de Março de 1925, os Drs. Hernan Velarde e Henrique Olaya e o Sr. Samuel Souza Leão Gracie, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario do Perú, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Colombia e Encarregado de Negocios "ad interim" do Brasil, respectivamente, tendo-se, a convite do Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, reunido com elle no seu Gabinete, no Departamento de Estado, em Washington, ás 5 horas de 4 de Março de 1925:

O Sr. Hughes declarou que tinha convidado os Srs. Velarde, Olaya e Gracie ao seu Gabinete para considerar o Tratado de Limites entre a Colombia e o Perú, assignado em Lima em 24 de Março de 1922, a respeito do qual ponderações de character amistoso foram feitas ao Governo do Perú pelo Governo do Brasil.

O Sr. Hughes declarou que os tres Governos interessados tinham solicitado seus bons officios para solução dessa questão, e que, depois de considerar cuidadosamente o assumpto, desejava suggerir, como uma solução das difficuldades, o seguinte:

1º. A retirada pelo Brasil das ponderações que fez a respeito do Tratado de Limites entre a Colombia e o Perú;

2º. A ratificação pela Colombia e pelo Perú do acima mencionado Tratado de Limites;

3º. A assignatura de uma Convenção entre o Brasil e a Colombia-pela qual o limite entre esses paizes seria accordado na linha Apaporis-Tabatinga.

O Brasil concordando em estabelecer, á perpetuidade, em favor da Colombia, a livre navegação do Amazonas e outros rios communs a ambos os paizes.

O Sr. Gracie então declarou que estava autorizado pelo seu Governo a acceitar a amistosa suggestão que o Secretario de Estado acabava de fazer e que consequentemente tinha recebido instrucções de seu Governo para informar ao Embaixador peruano que o Brasil retira as ponderações que fez a respeito do Tratado colombiano-peruano acima mencionado, desde que fique entendido que o Perú estabelecerá, como uma condição para ajustar a sua questão de limites com a Colombia, o reconhecimento da linha Apaporis-Tabatinga, como está descripta pelo Tratado de 1851, e por consequente o dominio brasileiro sobre o territorio a léste dessa linha, O Sr. Gracie accrescentou que, se a Colombia vier a reconhecer a acima mencionada linha Apaporis-Tabatinga, o Brasil está prompto em concordar na mesma convenção a estabelecer, á perpetuidade, em favor da Colombia, a livre navegação no Rio Amazonas e em outros rios communs a ambos os paizes.

O Dr. Olaya então declarou que estava autorizado pelo seu Governo a acceitar a amistosa suggestão que acabava de ser feita pelo Secretario de Estado. O Dr. Olaya accrescentou que estava autorizado a declarar que, sob a condição de que o Tratado de 24 de Março de 1922, entre a Colombia e o Perú, seja ratificado por ambos os Governos, o Governo da Colombia concorda em concluir immediatamente depois disso um tratado com o Brasil, reconhecendo como fronteira entre os dous paizes a povoação de Tabatinga, e, desse lugar para o norte, a linha recta até encontrar o rio Japurá na sua confluencia com o Apaporis, e, em consequencia, o dominio brasileiro a léste dessa linha, ficando entendido que o Brasil, no mesmo Tratado, concordará em estabelecer, á perpetuidade, em favor da Colombia, a livre navegação no Amazonas e outros rios communs a ambos os paizes.

O Dr. Velarde então declarou que elle tambem estava autorizado pelo seu Governo a expressar a acceitação por este da amistosa suggestão que o Secretario de Estado acabava de fazer no sentido

de que seu Governo daria immediatamente aviso disso ao Congresso Peruano, repetindo ao mesmo tempo sua recommendação para que elle approve o Tratado de Limites com a Colombia.

O Embaixador do Perú, o Ministro da Colombia e o Encarregado de Negocios “ad interim” do Brasil declararam então que elles desejavam expressar a gratidão de seus respectivos governos pelos bons officios do Secretario de Estado, exercidos em tão amigavel maneira no interesse da harmonia entre as tres Republicas interessadas, no sentido de resolver as questões consideradas na reunião relatada por esta Acta.

Esta Acta da reunião, feita em quadruplicata, nas linguas portuguezas, ingleza e hespanhola, foi assignada pelo Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, pelo Embaixador do Perú, pelo Ministro da Colombia e pelo Encarregado de Negocios do Brasil.

Fica entendido que, em caso de duvida, o texto em inglez prevalecerá.

Um exemplar em cada idioma será guardado para os Archivos do Departamento, pelo Secretario de Estado, que dos restantes tres exemplares remetterá um em cada uma das linguas a cada um dos Srs. Embaixador do Perú, Ministro da Colombia e Encarregado de Negocios “ad interim” do Brasil, para os seus respectivos Governos.

CHARLES E. HUGHES.

HERNAN VELARDE.

HENRIQUE OLAYA.

SAMUEL SOUZA LEÃO GRACIE.

N. 33

II — Nota do Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, em 4 de Março de 1925, remettendo os textos da Acta á Embaixada do Brasil em Washington

SENHOR,

Tenho a honra de remetter incluso, para seu Governo, os exemplares originaes em inglez, hespanhol e portuguez, do processo verbal

assignado no meu Gabinete, hoje, Por Vossa Senhoria, pelo Embaixador do Perú e pelo Ministro da Colombia e por mim.

Com referencia á terceira suggestão por mim feita, de que o Brasil e a Colombia assignem uma convenção pela qual a fronteira entre os dous paizes seja accordada na linha Apaporis-Tabatinga, o Brasil concordando em estabelecer, á perpetuidade, em favor da Colombia, a livre navegação do Amazonas e outros rios communs a ambos os paizes, tenho a honra de informar a V. S. que fica naturalmente entendido que a assignatura dessa convenção se seguirá á ratificação pela Colombia e pelo Perú do Tratado de Limites celebrado entre elles em 24 de Março de 1922.

Com relação a isso, tenho a honra de informar a V. S. que o Ministro Colombiano me renovou a declaração, feita na reunião de hoje, de que o seu Governo concluirá o referido tratado com o Brasil immediatamente depois da ratificação pelo Perú do Tratado de Limites Colombiano-Peruano.

Nota identica foi por mim enviada ao Embaixador Peruano e ao Ministro Colombiano.

Acceite, Senhor, as reiteradas seguranças de minha alta consideração.

CHARLES E. HUGHES.

COMMISSÃO DE LIMITES DO BRASIL COM O PERÚ

N. 34

I — Officio do Chefe da Commissão de Limites com o Perú,
em 24 de Dezembro de 1924

Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1924.

SENHOR MINISTRO:

Tenho a honra de entregar com este a Vossa Excellencia as cópias de oito Actas, correspondentes a igual numero de Conferencias realizadas após os trabalhos de demarcação do corrente anno.

A 1ª das alludidas Actas confirma e approva o Termo de inauguração do marco brasileiro da foz do rio "Breu"; a 2ª, confirmando o Termo referente á inauguração do marco de intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com a margem direita do "Juruá"; a 3ª, de confirmação e approvação do Termo correspondente á inauguração do marco da nascente principal do rio "Breu"; a 4ª, que confirma e approva o Termo de inauguração do marco levantado na intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá"; a 5ª, que tambem confirma e approva o Termo de inauguração do marco construido na intersecção do mesmo paralelo com o rio "Arara", affluente da margem esquerda do "Juruá"; a 6ª, confirmando e approvando tres Termos de inauguração de outros tantos marcos levantados no divisor de aguas, no trecho comprehendido entre a nascente principal do rio "Breu" e o paralelo de 10º de latitude sul; a 7ª, de confirmação e approvação de cinco Termos de inauguração de igual numero de marcos, levantados a Léste do rio "Embira", sendo um no paralelo de 10º de latitude sul, outro na intersecção desse paralelo com o divisor de aguas entre o "Embira" e o Purus", e os tres restantes, sobre esse mesmo divisor; a 8ª, que trata do encerramento dos trabalhos no corrente anno e estabelece que a proxima reunião da Commissão Mixta deverá ter logar em um

dos ultimos dias do mez de Março do anno proximo vindouro, afim de dar proseguimento aos trabalhos da demarcação, subordinada ao programma traçado e exposto na mesma Acta.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,

Contra-Almirante, Chefe da Comissão.

N. 35

II — Acta de inauguração do marco da intersecção do paralelo da foz do rio “Breu” com o rio “Árara”, affluente da margem esquerda do rio “Juruá”, em 18 de Novembro de 1924

Aos dezoito dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Ca-

A los diez y ocho días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasileira, en Belem, capital del Estado de Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo, por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenás, Ayudantes,

pitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Saddock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretário e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenás, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accôrdo todos os membros presentes da Comissão Mixta Demarcadora, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva a construcção e inauguração do marco de intersecção do parallelo da foz do rio "Breu" com a margem esquerda do rio "Arara", affluente da margem esquerda do rio "Juruá", de conformidade com os dizeres do Termo lavrado no local do marco e da declaração feita, junto ao mesmo Termo, pelo Senhor Tenente Coronel Roberto López, Chefe da Comissão Peruana; transcrevendo-se em seguida o Termo e a declaração acima referidos: "Termo de inauguração do marco levantado para assignalar a intersecção do rio Arara", com o parallelo da foz do rio "Breu".

Aos dezesete dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo

serviando el primero de Secretario, y por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Saddock de Freitas y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta Demarcadora, resolvieron levantar esta Acta, que confirma y aprueba la construcción é inauguración del marco de la intersección del paralelo de la boca del río "Breu" con la margen izquierda del río "Arara", affluente de la margen izquierda del río "Yuruá", de conformidad con lo expresado en el Acta levantada en el local del marco y de la declaración hecha al pié de la misma Acta por el Señor Teniente-Coronel Roberto López, Jefe de la Comisión Peruana; transcribiéndose en seguida el Acta y declaración arriba citadas: "Termo de inauguração do marco levantado para assignalar a intersecção do rio "Arara" com o parallelo da foz do rio "Breu".

Aos dezesete dias do mez de Agosto do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excelentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellen-tissimo Senhor Augusto B. Le-guia, foi por mim inaugurado o marco que assignala a intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Arara", affluente da margem esquerda do rio "Juruá".

Esse marco, que tem para co-ordenadas geographicas latitude 09°24'42''01 sul e longitude 72°48'12''57 W. de GW. e para altitude 222 metros, foi construido em lugar alto e secco, á margem esquerda do rio "Arara", a 49 metros do respectivo barranco, e apresenta a fórmula de um tronco de cone vasado, constituido por peças de ferro galvanizado ligadas por parafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil", em alto relevo, voltada para o norte, isto é, para o territorio brasileiro, e a palavra "Perú", tambem em alto relevo, voltada para o sul, isto é, para o territorio peruano.

A base do marco está engas-tada em um pilar de concreto de fórmula prismatica, tendo para secção um triangulo equilatero de 0^m,70 de lado e para altura 1^m,60, sendo 0^m,60 acima do sólo. A altura total do marco acima do sólo é de 2^m,53.

Presidente da Republica dos Es-tados Unidos do Brasil o Excel-lentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellen-tissimo Senhor Augusto B. Le-guia, foi por mim inaugurado o marco que assignala a inter-secção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Arara", affluente da margem esquerda do rio "Juruá".

Esse marco que tem para coordenadas geographicas latitude 09°24'42''01 sul e longitude 72°48'12''57 W. de GW. e para altitude 222 metros foi construido em lugar alto e secco, á margem esquerda do rio Arara, a 49 metros do re-spectivo barranco, e apresenta a forma de um tronco de cone va-sado, constituido por peças de ferro galvanizado ligadas por pa-rafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil", em alto relevo, voltada para o norte, isto é, para o territorio brasileiro, e a palavra "Perú", tambem em alto relevo, voltada para o sul, isto é, para o territorio peruano.

A base do marco está engas-tada em um pilar de concreto de forma prismatica, tendo para secção um triangulo equilatero de 0^m,70 de lado e para altura 1^m,60, sendo 0^m,60 acima do sólo. A altura total do marco acima do sólo é de 2^m,53.

Declaro ter sido autorisado pelo Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe da Commissão Peruana, e que faz parte da Sub-Commissão Mixta em operações no rio “Breu” e no paralelo da foz deste, a inaugurar, sem a sua presença, o marco de que trata o presente Termo, por achar-se elle enfermo e não poder assistir ao acto de inauguração do mesmo.

E, para que conste a todo tempo, lavrei e assigno o presente Termo. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. »

«Declaro que, por estar enfermo y no poder asistir a la inauguración del marco de que trata la presente acta, autoricé al Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasileira y que conmigo hace parte de la Sub-Comisión Mixta Demarcadora de la frontera en el río “Breu” y en el paralelo de la boca de este río, la inauguración, sin mi presencia, del mismo marco, basándome en las siguientes razones: 1ª — estar la dirección de la frontera naturalmente definida y de fácil reconocimiento práctico, en el trecho considerado, por seguir siempre para el Oeste, a partir de la boca del río “Breu”, hasta el *divortium aquarum* Ucayali-Yuruá; 2ª — haber yo inaugurado personalmente el marco de la boca del río “Breu” y el de la intersección del paralelo

Declaro ter sido autorisado pelo Senhor Tenente-Coronel Roberto Lopez, Chefe da Commissão Peruana, e que faz parte da Sub-Commissão Mixta em operações no rio “Breu” e no paralelo da foz deste, a inaugurar, sem a sua presença, o marco de que trata o presente Termo, por achar-se elle enfermo e não poder assistir ao acto de inauguração do mesmo.

E, para que conste a todo tempo, lavrei e assigno o presente Termo. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. »

«Declaro que, por estar enfermo y no poder asistir á la inauguración del marco de que trata la presente acta, autoricé al Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasileira y que conmigo hace parte de la Sub-Comisión Mixta Demarcadora de la frontera en el río “Breu” y en el paralelo de la boca de este río, la inauguración, sin mi presencia, del mismo marco, basándome en las siguientes razones: 1ª — estar la dirección de la frontera naturalmente definida y de fácil reconocimiento práctico, en el trecho considerado, por seguir siempre para el Oeste, a partir de la boca del río “Breu”, hasta el *divortium aquarum* Ucayali-Yuruá; 2ª — haber yo inaugurado personalmente el marco de la boca del río “Breu” y el de la intersección del paralelo de esa boca con

de esa boca con la margen derecha del río "Yuruá", lo que equivale á haber señalado, en el terreno, la dirección del citado paralelo-frontera; 3ª — estar los dos marcos que acabo de referir y el que se construirá, en el año próximo venidero, en la intersección de paralelo con el *divortium aquarum*, suficientes para la demarcación del trecho de paralelo considerado; 4ª — ofrecer el marco intermediario inaugurado la ventaja de disminuir el intervalo entre los marcos del paralelo, y señalar la intersección de ese paralelo con el río "Arara", afluente de la margen izquierda del río "Yuruá"; 5ª — estar sujetos a mi verificación y aprobación todos los cálculos efectuados para la locación del marco en el paralelo.

Y por aceptar los resultados de los cálculos topográficos y astronómicos, cuya verificación fué por mi hecha, declaro que estoy de pleno acuerdo con lo contenido. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ayudante de la Comisión Brasilera. Belém do Pará, 14 noviembre de 1924. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. »

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, de-

la margen del río "Yuruá", lo que equivale á haber señalado, en el terreno, la dirección del citado paralelo-frontera; 3ª — estar los dos marcos que acabo de referir y el que se construirá en el año próximo venidero, en la intersección de paralelo con el *divortium aquarum*, suficientes para la demarcación del trecho de paralelo considerado; 4ª — ofrecer el marco intermediario inaugurado la ventaja de disminuir el intervalo entre los marcos del paralelo, y señalar la intersección de ese paralelo con el río "Arara", afluente de la margen izquierda del río "Yuruá"; 5ª — estar sujetos a mi verificación y aprobación todos los cálculos efectuados para la locación del marco en el paralelo.

Y por aceptar los resultados de los cálculos topográficos y astronómicos, cuya verificación fué por mi hecha, declaro que estoy de pleno acuerdo con lo contenido en la presente acta de inauguración del marco por el Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasilera. Belém do Pará, 14 de noviembre de 1924. — *Roberto Lopez*, Jefe de la Comisión Peruana. »

Y, para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, cada uno de ellos escrito en español y en portuguez, la cual

pois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.— *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate* Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Bernardino G. Vallen*as, Ayudante.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 36

III — Acta de inauguração dos tres marcos sobre o divisor de aguas, no trecho comprehendido entre a nascente principal do rio "Breu" e o paralelo de dez grãos de latitude sul, em 19 de Novembro de 1924

Aos dezanove dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excelentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira, em Belém, capital do

A los diez y nueve días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasileira, en Belem, capital del

Estado do Pará, os seguintes membros da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Saddock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudante; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Teniente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenas, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accordo todos os membros presentes da Comissão Mixta, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva os Termos de inauguração de tres marcos construidos no divisor de aguas que separa as aguas que vão para o "Alto Juruá", a oeste, das que vão para o mesmo rio ao norte, deixando do lado do Brasil as aguas do "Tarauacá" e "Embira", e do lado do Perú, as do "Piqueyaco" e "Torolhuc", todos no trecho de fronteira que, sobre aquelle divisor, é limitado ao Sul pelo marco inaugurado no anno proximo findo para assigna-

Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileña Demarcadora de Límites, siendo, por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenas, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario, y, por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Días de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Saddock de Freitas y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta, resolvieron levantar la presente Acta, que confirma y aprueba las Actas de inauguración de tres marcos construidos en la divisoria de aguas que separa las aguas que van para el "Alto Yuruá", al oeste de las que van para el mismo río al norte, dejando del lado del Perú las aguas del "Piqueyaco" y "Torolhuc", y del lado del Brasil las del "Tarauacá" y "Envira", todos en el trecho de frontera que, sobre aquella divisoria, está limitado al Sur por el

lar a intersecção do mesmo com o paralelo de dez grãos de latitude sul, e, ao Noite, pelo marco inaugurado no corrente anno para duplo assignalamento desse extremo e da nascente principal do rio "Breu", em execução do paragrapho 3º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909.

Os Termos de inauguração acima referidos foram lavrados e assignalados nos proprios locaes dos marcos pelos seguintes membros da Commissão Mixta Demarcadora de Limites: por parte do Brasil, os Senhores Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudante, e Rubens Nelson Alves, Auxiliar, e por parte do Perú o Senhor Major Manuel Zárate, Ajudante.

O primeiro daquelles Termos foi lavrado aos vinte e tres dias do mez de Julho; o segundo, aos dois dias do mez de Agosto; o terceiro, aos quinze dias do mez de Agosto, todos do anno mil novecentos e vinte e quatro.

O marco, a que se refere o primeiro Termo, tem para coordenadas geographicas: latitude $09^{\circ}45'52''$.06 Sul e longitude $72^{\circ}14'05''$.82 a W. de Greenwich, sendo a sua altitude de $379^m,3$; o citado no segundo Termo, tem a altitude de $398^m,1$, sendo sua latitude —

marco inaugurado en el año próximo pasado para señalar la intersección del mismo con el paralelo de diez grados de latitud sur, y al Norte por el marco inaugurado en el corriente año para duplo señalamiento de ese extremo y de la naciente principal del río "Breu", en ejecución del párrafo 3º del artículo I del Tratado del 8 de Setiembre de 1909.

Las Actas de inauguración, arriba citadas, fueron levantadas y firmadas en los propios locales de los marcos por los siguientes miembros de la Comisión Mixta Demarcadora de Límites: por parte del Perú, el Señor Mayor Manuel Zárate, Ayudante, y, por parte del Brasil, los Señores Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudante, y Rubens Nelson Alves, Auxiliar.

La primera de aquellas Actas fué levantada á los veintitres días del mes de Julio; la segunda á los dos días del mes de Agosto; la tercera a los quince días del mes de Agosto, todas del año novecientos veinticuatro.

El marco a que se refiere la primera Acta tiene por coordenadas geográficas: latitud de $09^{\circ}45'52''$.06 Sur e longitud $72^{\circ}14'05''$.82 al W. de Greenwich, siendo su altitud de $379^m,3$; el citado en la segunda Acta tiene la altitud de $398^m,1$, siendo su latitud —

09° 48' 41" 94 Sul e longitude 72° 09' 18" 95 a W. de Greenwich; o mencionado no terceiro Termo está a 398^m,6 de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude — 09° 54' 34" 04 Sul e longitude 72° 09' 58" 65 a W. de Greenwich. Todos os valores das coordenadas geográficas e altitudes dos tres marcos, aqui referidos, são os adoptados pela Commissão Mixta.

Os tres marcos acima alludidos apresentam a fórma de um tronco de cone vasado, formado de peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil", em alto relevo, na face voltada para o territorio brasileiro, e a palavra "Perú", também em alto relevo, na face voltada para o territorio peruano. A placa do primeiro marco acha-se orientada a 63° 15' 31" 00 Noroeste-Sueste; a do segundo, a 25° 03' 34" 75 Noroeste-Sueste; a do terceiro, a 68° 04' 00" 00 Noroeste-Sueste; representando cada um desses rumos, respectivamente, a direcção do divisor de aguas no local do marco considerado.

Cada marco tem para base um circulo de ferro galvanizado de 0^m,35 de diametro, engastada em um pilar cylindrico de concreto de 0^m,60 de diametro e 1^m,40 de altura, sendo 0^m,60 acima 0^m,80 e

09° 48' 41" 94 Sur, y longitud 72° 09' 18" 95 al W. de Greenwich; el mencionado en la tercera Acta está á 398^m,6 de altitud y tiene las siguientes coordenadas geográficas: latitud — 09° 54' 34" 04 Sur y longitud 72° 09' 58" 65 al W. de Greenwich. Todos los valores de las coordenadas geográficas y altitudes de los tres marcos, aquí citados son los adoptados por la Comisión Mixta.

Los tres marcos arriba aludidos presentan la forma de un tronco de cono hueco formado de piezas de fierro galvanizado ligadas por tuercas, teniendo en la parte alta una placa del mismo metal, con la inscripção "Perú" en alto relieve, en la cara volteada para el territorio peruano, y la palabra "Brasil", también en alto relieve, en la cara volteada para el territorio brasileiro.

La placa del primer marco hálase orientada á 63° 15' 31" 00 Noroeste-Sudeste; la del segundo, á 25° 03' 34" 75 Noroeste-Sudeste; la del tercero, á 68° 04' 00" 00 Noroeste-Sudeste; representando cada uno de estos rumbos, respectivamente, la dirección de la divisoria de aguas en el local del marco considerado.

Cada marco tiene por base un círculo de fierro galvanizado de 0^m,35 de diámetro empotrado en un pilar cilíndrico de concreto de 0^m,60 de diámetro y 1^m,40 de altura, siendo 0^m,60 encima y

abaixo do sólo. A altura de cada marco é de 2^m,25 acima do sólo.

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*as, Ayudante.

0^m,80 abajo del suelo. La altura de cada marco es de 2^m,25 sobre el suelo.

Y, para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, cada uno de ellos escrito en español y en portuguez, la cual después de leída y aprobada es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*as, Ayudante. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, — Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo Miranda de Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 37

IV — Acta de inauguração de cinco marcos levantados a Léste do rio “Embira”, sendo um no parallelo de dez grãos de latitude sul, outro na intersecção desse parallelo com o divisor de aguas entre o “Embira” e o “Purús”, e os tres restantes, sobre esse mesmo divisor, em 19 de Novembro de 1924

Aos dezenove dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Pre-

A los diez y nueve días del mes de noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Pre-

sidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellen-tissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas, e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material, e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accôrdo todos os membros presentes da Commissão Mixta, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva os Termos de inauguração de cinco marcos construidos nos seguintes logares: o primeiro, no parallelo de dez grãos de latitude

sidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasileira, en Belém, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo, por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenias, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario, y, por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas, y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta, resolvieron levantar esta Acta, que confirma y aprueba las Actas de inauguración de cinco marcos construídos en los siguientes lugares: el primero en el paralelo de

sul, no ponto cujas coordenadas geographicas foram determinadas em 1923, de conformidade com o que foi resolvido na 13ª Conferencia, realisada aos vinte e seis dias do mez de Dezembro de 1923, e constante da respectiva Acta; o segundo, na intersecção do mesmo paralelo com o *divortium aquarum* entre o “Embira” e o “Purús”, de accôrdo com o § 3º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909; os tres restantes, sobre esse mesmo *divortium aquarum*.

Todos os Termos de inauguração acima referidos foram lavrados e assignados nos proprios locaes dos marcos pelos seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites; por parte do Brasil, os Senhores Capitão-Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues, Ajudante, e Capitão Doutor João Braulino de Carvalho, Medico, e, por parte do Perú, o Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudante.

O primeiro daquelles Termos foi lavrado aos vinte e um dias do mez de Junho; o segundo, aos quatorze dias do mez de Julho; o terceiro, aos vinte e cinco dias do mez de Agosto; o quarto, aos dez dias do mez de Setembro; o quinto, finalmente, aos vinte e cinco dias do mez de

diez grados de latitud Sur, en el ponto cujas coordenadas geográficas fueron determinadas en 1923, de conformidad con lo que fué resuelto en la 13ª Conferencia realizada á los veintiseis días del mes de Diciembre de 1923, y que consta en la respectiva Acta; el segundo en la intersección del mismo paralelo con el *divortium aquarum* entre el “Envira” y el “Purús”, de acuerdo con el § 3º del artículo I del Tratado del 8 de Setiembre de 1909; los tres restantes sobre ese mismo *divortium aquarum*.

Todas las actas de inauguraciones arriba citadas fueron levantadas y firmadas en los proprios locales de los marcos por los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites; por parte del Perú, el Capitán Bernardino G. Vallenias, Ajudante; y por parte del Brasil, los Señores Capitán-Teniente Alfredo de Miranda Rodrigues, Ayudante, y Capitán Doctor João Braulino de Carvalho, Médico.

La primera de aquellas Actas fué levantada á los veintium días del mes de Junio; la segunda á los catorce días del mes de Julio; la tercera á los veinticinco días del mes de Agosto; la cuarta á los diez días del mes de Setiembre; la quinta, finalmente, á los veinticinco días del mes de Setiembre;

Setembro; todos esses mezes do anno mil novecentos e vinte e quatro.

O primeiro marco foi erigido na intersecção do paralelo de dez grãos de latitude sul com a margem esquerda do igarapé "Major Dantas", affluente da margem esquerda do "Riosinho", que, por sua vez, é affluente da margem direita do rio "Embira", em um ponto de 318 metros de altitude e que tem para coordenadas geographicas: latitude 10°00'00"00 Sul e longitude 71°43'09"21 a W. de Greenwich; o segundo na intersecção do paralelo de dez grãos de latitude sul com o *divortium aquarum* que separa as aguas que vão para o "Embira" das que vão para o "Purús," no ponto de 324 metros de altitude e cujas coordenadas são: latitude 10°00'00"00 Sul e longitude 71°22'38"70 a W. de Greenwich; o terceiro no referido divisor de aguas, tendo para altitude 297 metros e para coordenadas geographicas: latitude 09°59'08"69 Sul e longitude 71°19'21"48 a W. de Greenwich; o quarto, tambem sobre o mesmo divisor, com a altitude de 305 metros e as seguintes coordenadas geographicas: latitude—09°57'46"93 Sul e longitude—71°15'13"27 a W. de Greenwich; finalmente, o quinto, ainda sobre o alludido divisor de aguas, no ponto de latitude—09°55'12"85 Sul e longitude 71°11'14"91 a

todos estos meses, del año mil novecientos veinticuatro.

El primer marco fué erigido en la intersección del paralelo de diez grados de latitud sur, con la margen izquierda del riachuelo "Mayor Dantas", afluente de la margen izquierda del "Riosinho", que á su vez es afluente de la margen derecha del río "Envira" en un punto de 318 de altitud, y que tiene por coordenadas geográficas: latitud—10°00'00"00 Sur, y longitud 71°43'09"21 al W. de Greenwich; el segundo en la intersección del paralelo de diez grados de latitud Sur con el *divortium aquarum* que separa las aguas que van para el "Envira" de las que van para el "Purús", en el punto de 324 metros de altitud y cuyas coordenadas son: latitud — 10°00'00"00 Sur, y longitud 71°22'38"70 al W. de Greenwich; el tercero en la referida divisoria de aguas, teniendo por altitud 297 metros, y por coordenadas geográficas: latitud 09°59'08"69 Sur y longitud 71°19'21"48 al W. de Greenwich; el cuarto también sobre la misma divisoria, con la altitud de 305 metros y las siguientes coordenadas geográficas: latitud 09°57'46"93 Sur y longitud 71°15'13"27 al W. de Greenwich; finalmente el quinto aún sobre la aludida divisoria de aguas en un punto de latitud 09°55'12"85 Sur y

W. de Greenwich, tendo para altitude 284 metros.

Os valores das coordenadas geographicas e altitudes dos cinco marcos, constantes desta Acta, são os adoptados pela Commissão Mixta Demarcadora.

Todos os marcos apresentam a mesma fôrma, que é a de um tronco de cone vasado, formado de peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil", em alto relevo, em uma das faces, e o nome "Perú", também em alto relevo, na outra. A base de cada marco é um círculo do mesmo metal, de 0^m,35 de diametro, engastada em um pilar cylindrico de concreto, que tem 0^m,60 de diametro e 1^m,40 de altura, sendo 0^m,60 acima do sólo. A altura total de cada marco é de 2^m,25 acima do sólo.

As placas dos dois primeiros marcos, levantados no paralelo de dez grãos de latitude sul, têm os seus planos na direcção desse paralelo, com a palavra "Brasil", voltada para o Norte, e a palavra "Perú", voltada para o Sul, respectivamente para o territorio brasileiro e peruano; cada um dos outros tres marcos tem a placa na direcção do divisor de aguas no ponto considerado, ficando para o lado do terri-

longitud 71°11'14''91 al W. de Greenwich, teniendo por altitud 284 metros.

Los valores de las coordenadas geográficas y altitudes de los cinco marcos, que constan en esta Acta, son los adoptados por la Comisión Mixta Demarcadora.

Todos los marcos presentan la misma forma, que es la de un tronco de cono hueco, formado por fierro galvanizado, ligadas por pernos y tuercas, teniendo en la extremidad superior una placa del mismo metal, con la inscripción "Perú", en alto relieve, en una de las caras, y el nombre "Brasil", también en alto relieve, en la otra. La base de cada marco es un círculo del mismo metal de 0^m,35 de diámetro, empotrada en un pilar cilíndrico de concreto, que tiene 0^m,60 de diámetro y 1^m,40 de altura, teniendo 0^m,60 sobre el suelo. La altura total de cada marco es de 2^m,25 sobre el suelo.

Las placas de los dos primeros marcos, levantados en el paralelo de diez grados de latitud sur, tienen sus planos en la dirección de ese paralelo, con la palabra "Perú" vuelta hacia el Sur, y la palabra "Brasil" vuelta hacia el Norte, respectivamente, para el territorio peruano y brasilero; cada uno de los otros tres marcos tiene la placa en la dirección de la divisoria de aguas en el punto considerado, quedando para el

torio brasileiro a face com o nome “Brasil”, e para o do territorio peruano a que contém a inscripção “Perú”.

E, para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

lado del territorio peruano la cara que contiene la inscripción “Perú”, y para el lado del territorio brasileiro la cara con el nombre “Brasil”.

Y, para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta en dos ejemplares, cada uno escrito en portugues y en español, la cual, después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

N. 38

X — Acta da XV Conferencia da Commissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 20 de Novembro de 1924

Aos vinte dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Capitão Doutor João Braulino de Carvalho, Medico; Primeiro Tenente do Exercito Alfredo Luna, Comandante do Contingente; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino

A los veinte días del mes de Noviembre del año mil novecientos veintecuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasileira en Belem, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenias, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario, y por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas, y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Capitán Doctor João Braulino de Carvalho, Medico; Primer Teniente del Ejército Alfredo Luna, Comandante del Contingente; Doctor Mi-

G. Vallenias, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario, com o fim de tratarem dos trabalhos realísados no corrente anno e estabelecerem o programma para os do anno proximo vindouro.

Os Chefes das duas Commissões accordaram em consignar nesta Acta: que a Commissão Mixta effectuou no corrente anno os trabalhos de demarcação da fronteira de accôrdo com o programma estabelecido na Acta da 14^a Conferencia, realisada aos vinte e nove dias do mez de Março, ultimando assim a demarcação do trecho da fronteira comprehendida entre as nascentes principaes dos rios "Santa Rosa" e "Breu", aquelle, affluente da margem esquerda do rio "Purús" e este affluente da margem direita do rio "Juruá", bem assim executando o levantamento do rio "Breu", desde a foz até á sua nascente principal, cuja escolha foi subordinada ás regras previamente estabelecidas e constantes da Acta já citada; que, além disso, foi demarcado o paralelo da foz do rio "Breu", a partir dessa foz para Oéste, tendo sido levantados dois marcos nas intersecções do mesmo com os rios "Amonea" e "Arara" no trecho em que esse paralelo constitue fronteira até encontrar o divisor de aguas "Ucayale-Juruá"; que o trecho de fronteira sobre o *divortium aquarum* dos rios "Embira" e "Purús"

guel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material, con el fin de tratar de los trabajos realizados en el corriente año y establecer el programa paralos de año próximo venidero.

Los Jefes de las dos Comisiones acordaron en consignar en esta Acta: que la Comisión Mixta efectuó en el corriente año los trabajos de demarcación de la frontera, de acuerdo con el programa establecido en el Acta de la 14^a Conferencia, realizada á los veintinueve días del mes de Marzo, ultimando así la demarcación del trecho de frontera comprehendido entre las nacientes principales de los ríos "Santa Rosa" y "Breu", aquel affluente de la margen izquierda del río "Purús", y este, affluente de la margen derecha del río "Yuruá", ejecutando así mismo, el levantamiento del río "Breu" desde la boca hasta su nacimiento principal, cuya elección fué subordinada á las reglas previamente establecidas y que constan en el Acta ya citada; que además de eso, fué demarcado el paralelo de la boca del río "Breu", á partir de dicha boca hacia el Oeste, habiendo sido levantados dos marcos en las intersecciones del mismo con los ríos "Amonea" y "Arara", en el trecho en que ese paralelo constituye frontera hasta encontrar la divisoria de aguas "Ucayali-Yuruá"; que el trecho de fron-

é limitado, ao Sul, pela intersecção desse *divortium aquarum* com o paralelo de dez grãos de latitude sul, e, ao norte, pelo ponto desse mesmo *divortium aquarum* que fica a cento e vinte metros de distancia e ao rumo verdadeiro quarenta e oito grãos e trinta minutos Noroeste do marco que assignala a nascente principal do rio “Santa Rosa”, affluente da margem esquerda do rio “Purús”; que o trecho de fronteira sobre o divisor de aguas que separa as que vão para o “Juruá”, a oeste, das que vão para o mesmo rio ao norte, é limitado ao sul pela intersecção desse divisor com o paralelo de dez grãos de latitude, e, ao norte, pelo ponto desse divisor que fica á menor distancia da nascente principal do rio “Breu”, affluente da margem direita do “Juruá”, ponto esse assignalado por um marco, que serve ao mesmo tempo para indicar a nascente principal do rio “Breu”, da qual dista noventa e nove metros, ao rumo verdadeiro de sessenta e seis grãos nordeste; que foram determinadas as coordenadas geographicas e as altitudes da nascente do rio “Tarauacá” e da do seu affluente da margem esquerda “Jordão”, encontrando-se, para a primeira, latitude 09°44'00"01 Sul, longitude 72°06'39"03 a W. de Greenwich e altitude 431^m,5, e, para a segunda, latitude 09°45'21"19 Sul, longitude 72°07'18"51 a W. de Greenwich e altitude

tera sobre el *divortium aquarum* delos rios “Envira” y “Purús”, es limitado al sur, por la intersección de ese *divortium aquarum* con el paralelo de diez grados de latitud sur, y al norte por el punto de ese mismo *divortium aquarum* que queda á ciento veinte metros de distancia y al rumbo verdadero cuarenta y ocho grados y treinta minutos Noroeste del marco que señala la naciente principal del río “Santa Rosa”, affluente de la margen izquierda del rio “Purús”; que el trecho de frontera sobre la divisoria de aguas que separa las que van para el “Yuruá”; al oeste, de las que van para el mismo río al norte, es limitado al sur por la intersección de esa divisoria con el paralelo de diez grados de latitud, y, al norte, por el punto de esa divisoria que queda á menor distancia de la naciente principal del rio “Breu”, affluente de la margen derecha del “Yuruá”, punto este señalado por un marco que sirve al mismo tiempo para indicar la naciente principal del río “Breu”, de la cual dista noventa y nueve metros, ao rumbo verdadero de sesenta y seis grados nordeste; que fueron determinadas las coordenadas geográficas y las altitudes de la naciente del río “Tarahucá” y la de su affluente de la margen izquierda “Jordão”, encontrandose, para la primera, latitud 09°44'00"01 Sur, longitud 72°06'39"03, al W. de Greenwich, y altitud 431^m,5, y para la

398^m,2; que todos os mencionados trabalhos foram feitos em execução e perfeita observancia dos paragraphos 1º, 2º e 3º do Artigo I do Protocollo de 8 de Setembro de 1909; que as sete ultimas Actas lavradas tratam detalladamente dos marcos construidos pelas tres Sub-commissões Mixtas em operações de campo no corrente anno. Os Chefes das duas Commissões declararam mais que a latitude 09º24'42"01 Sul, do ponto representativo da foz do rio "Breu", affluente da margem direita do rio "Juruá", determinada e adoptada pela Comissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites no corrente anno, differe de 06"01 do valor 09º24'36"00 citado no § 1º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909 e determinado pela Comissão Mixta Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do rio "Juruá"; mas que essa pequena divergencia provém da diversidade de observadores, bem assim dos methodos e instrumentos utilizados, que são naturalmente de maior precisão na actual Comissão demarcadora de fronteira.

Os Chefes das duas Commissões accordaram ainda em que a proxima reunião da Comissão Mixta terá logar na cidade de Belém,

segunda, latitude 09º 45' 21" 19 Sur, longitude 72º 07' 18" 51 al W. de Greenwich, y altitud 398^m,2; que todos los mencionados trabajos fueron hechos en ejecución y perfecta observación de los párrafos 1º, 2º y 3º del Artículo I del Protocolo del 8 de Setiembre de 1909; que las siete últimas Actas levantadas, tratan detalladamente de los marcos construídos por las tres Sub-comisiones Mixtas en operaciones de campo en el corriente año. Los Jefes de las dos Comisiones declararon también que la latitude 09º 24' 42" 01 Sur, del punto representativo de la boca del río "Breu", afluente de la margen derecha del río "Yuruá" determinada y adoptada por la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites en el corriente año, difiere de 06"01 del valor 09º24'36"00 citado en el párrafo 1º del Artículo I del Tratado del 8 de Setiembre de 1909 y determinado por la Comisión Mixta Peruano-Brasileira de Reconocimiento del río "Yuruá"; mas que esta pequeña divergencia proviene de la diversidad de observadores, asi como también de los métodos é instrumentos utilizados que son naturalmente de mayor precisión en la actual Comisión demarcadora de la frontera.

Los Jefes de las dos Comisiones acordaron aún en que la próxima reunión de la Comisión Mixta, tendrá lugar en la ciudad de Belem,

em um dos ultimos dias do mez de Março de 1925, e que os trabalhos desse anno serão executados por quatro Sub-Commissões Mixtas, duas das quaes deverão subir o rio "Amonea" e as outras duas o rio "Juruá-mirim", afim de alcançarem o divisor de aguas "Ucayale-Juruá", que será demarcado por trechos, de accôrdo com as instrucções que opportunamente fornecerão; funcionando, além dessas Sub-Commissões, uma outra destinada a observações astronomicas e transmissão de signaes radio-horarios, da estação do Cruzeiro do Sul.

O Chefe da Comissão Brasileira externou ao seu collega da Comissão Peruana o immenso prazer que lhe causou o grande avanço alcançado na demarcação da fronteira, no corrente anno, congratulando-se com elle pelos optimos resultados obtidos.

O Chefe da Comissão Peruana agradeceu as palavras de congratulação de seu collega o Chefe da Comissão Brasileira e expressou igualmente sua satisfação pelo exito alcançado, que crê ser devido á harmonia que reina no seio da Comissão Mixta e ao entusiasmo com que tem cooperado cada um de seus membros;fazendo votos para que esses sentimentos se conservem inalteraveis nos annos vindouros.

Estando de pleno accôrdo todos

Annexo A — 21

en uno de los últimos días del mes de Marzo de 1925, y que los trabajos de ese año serán ejecutados por cuatro Sub-Comisiones Mixtas, dos de las cuales deberán subir el río "Amonea" y las otras dos el río "Yuruá-mirim" á fin de alcanzar la divisoria de aguas "Ucayali Yuruá", que será demarcada por trechos, de acuerdo con las instrucciones que oportunamente darán; funcionando además de esas Sub-Comisiones, una otra destinada á observaciones astronómicas y transmisión de señales radio-horarias, de la estación de Cruzeiro do Sul.

El Jefe de la Comisión Brasileira exteriorizó á su colega de la Comisión Peruana el immenso placer que le causó el gran adelanto alcanzado en la demarcación de la frontera, en el corriente año, congratulándose con el por los optimos resultados obtenidos.

El Jefe de la Comisión Peruana agradeció las palabras de congratulación de su colega el Jefe de la Comisión Brasileira, y expresó igualmente su satisfacción por el éxito alcanzado que cree haya sido debido á la armonia que reina en el seno de la Comisión Mixta y al entusiasmo con que ya cooperado cada uno de sus miembros. Hizo votos porque aquellos sentimientos se conserven inalterables en los años venideros.

Estando de pleno acuerdo todos

os membros presentes da Commissão Mixta e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Conferencia.

E, para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *João Braulino de Carvalho*, Medico. — *Alfredo Luna*, Commandante do Contingente. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

los miembros presentes de la Comisión Mixta y nada más habiendo por tratar, fué cerrada la Conferencia.

Y para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, cada uno escrito en español y en portuguez, la cual después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

dante. — *João Braulino de Carvalho*, Medico. — *Alfredo Luna*, Commandante do Contingente. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 39

VI— Acta de inauguração do marco brasileiro ás margens direitas dos rios “Juruá” e “Breu” para assignalar a foz deste ultimo, em 17 de Novembro de 1924

Aos dezesete dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenas, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

A los diez y siete días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasileira, em Belem, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasilera Demarcadora de Límites, siendo, por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manoel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenas, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario, y por parte del Brasil los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material

Estando de pleno accordo todos os membros presentes da Comissão Mixta, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva a inauguração do marco construido em territorio brasileiro, no angulo formado pelas margens direitas dos rios “Juruá” e “Breu”, para assignalar a foz deste affluente da margem direita, de conformidade com o Termo lavrado no local do proprio marco aos vinte e oito dias do mez de Maio de mil novecentos e vinte quatro e assignado, no momento da inauguração, pelos seguintes membros da Comissão Mixta Demarcadora de Limites entre os dois paizes: por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe, Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas, Ajudante, e Capitão-Tenente Doutor Annibal Bittencourt, Medico, e, por parte do Perú, o Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe.

As coordenadas do referido marco são: latitude 09°24'42''01 Sul e longitude 72°43'18''78 a W. de Greenwich.

Esse marco, cuja altitude é de 212^m,1, foi construido em terreno alto e firme, a Léste verdadeiro e á distancia de 296^m,472 do ponto representativo da foz do rio “Breu”; não tendo sido levantado em local mais proximo da margem

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta, resolvieron levantar esta Acta, que confirma y aprueba la inauguración del marco construido en territorio brasilero, en el ángulo formado por las márgenes derechas de los ríos “Yuruá” y “Breu”, para señalar la desembocadura de este afluente de la márgen derecha de conformidad con el Acta levantada en el local del propio marco, á los veintiocho días del mes de Mayo de mil novecentos veinticuatro, y firmado en el momento de la inauguración por los siguientes miembros de la Comisión Mixta Demarcadora de Límites entre los dos países: por parte del Perú el Señor Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; y, por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe, Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante, y Capitán-Teniente Doctor Annibal Bittencourt, Médico.

Las coordenadas del referido marco son: latitud 09°24'42''01 Sur y longitud 72°43'18''78 al W. de Greenwich.

Este marco, cuya altitud es de 212^m,1, fué construido en terreno alto y firme, al Este verdadero, y á distancia de 296^m,472 del punto representativo de la desembocadura del río “Breu”; no habiendo sido levantado en local más

do rio “Juruá”, já porque o aspecto do terreno alli faz prever uma futura mudança da referida foz para um ponto pouco abaixo do actual, como acontece commumente nos rios, ainda em formação, da zona acreana, já pela vantagem de indicar, no ponto em que foi erigido, a direcção do parallelo da foz do rio “Breu”, que constitue um trecho da fronteira do arco comprehendido entre essa foz e a sua intersecção com o divisor de aguas entre o “Ucayale” e o “Juruá”, de accôrdo com os paragraphos 1º e 2º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909.

A foz do rio “Breu”, por esse marco representada, tem para coordenadas geographicas os seguintes valores adoptados pela Comissão Mixta: latitude 09°24'42''01 Sul e longitude 72°43'28''50 a W. de Greenwich.

O alludido marco, que tem 3^m,04 de altura, é formado de peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, com a fórmula de um tronco de pyramide de 2^m,60 de altura, supportando na parte superior uma placa do mesmo metal de 0^m,44 de altura, cujo plano se acha sobre o meridiano local, tendo em uma das faces, em alto relevo, a palavra “Brasil” voltada para Léste verdadeiro, isto é, para a foz do rio “Breu”.

próximo de la márgen del río “Yuruá”, ya porque el aspecto del terreno ali hace prever una futura mudanza de la referida desembocadura para un punto algo más abajo del actual, como acontece comumente en los ríos aún en formación, de la zona acreana; ya por la ventaja de indicar, en el punto en que fué erigido, la dirección del paralelo de la desembocadura del río “Breu”, que constituye un trecho de frontera en el arco comprendido entre esa desembocadura y su intersección con la divisoria de aguas entre el Ucayali y el Yuruá, de acuerdo con los párrafos 1º y 2º del Artículo I del Tratado del 8 de Septiembre de 1909.

La desembocadura del río “Breu” por este marco representada tiene por coordenadas geográficas los siguientes valores adoptados por la Comisión Mixta: latitud 09°24'42''01 Sur y longitud 72°43'28''50 al W. de Greenwich.

El aludido marco, que tiene 3^m,04 de altura, es formado de piezas de fierro galvanizado, ligadas por pernos y tuercas, con la forma de un tronco de pirámide de 2^m,60 de altura, suportando en la parte superior una placa del mismo metal de 0^m,44 de altura, cuyo planos se halla sobre el del meridiano local, teniendo en una de las caras, en alto relieve, la palabra “Brasil” volteada para el Este verdadero, esto es, para la desembocadura del río “Breu”.

A base do marco tem a fôrma de um triangulo equilatero de 0^m,90 de lado e está engastada em um pilar de concreto de 0^m,495 de altura, apresentando a figura geometrica de um prisma recto de cantos arredondados e cuja secção transversal fôrma um triangulo equilatero de 1^m,26 de lado quando prolongadas as suas partes rectilineas. Esse pilar foi construido sobre outro de fôrma prismatico-quadrangular, de 1^m,20 de lado e 1^m,14 de altura, sendo 0^m,70 acima do sólo.

Os eixos de figura do marco e dos dois pilares se confundem e acham-se no plano do paralelo da foz do rio "Breu".

Os Chefes das duas Comissões declararam que não foi levantado o marco peruano á margem esquerda do rio "Breu", com o fim de assignalar a foz deste rio, por ser o terreno baixo e sujeito a inundações.

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*,

La base del marco tiene la forma de un triángulo equilátero de 0^m,90 de lado, y está engastada en un pilar de concreto de 0^m,495 de altura, presentando la figura geométrica de un prisma recto de cantos redondeados, y cuya sección transversal forma un triángulo equilátero de 1^m,26 de lado, suponiendo prolongadas sus partes rectilíneas. Este pilar fué construído sobre otro de forma prismático-cuadrangular, de 1^m,20 de lado y 1^m,14 de altura, teniendo 0^m,70 encima del suelo.

Los ejes de figura del marco y de los dos pilares se confunden y hállanse en el plano del paralelo de la desembocadura del río "Breu".

Los Jefes de las dos Comisiones declararon que no fué levantado el marco peruano en la márgen izquierda del río "Breu", con el fin de señalar la desembocadura de este río, por ser el terreno bajo y sujeto á inundaciones.

Y para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, escripto cada uno de ellos en español y en portugués, la cual, después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Miguel Zárate*, Ayudante sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira. — *Braz*

Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante.

Dias de Aguiar, Sub-chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 40

VII — Acta de inauguração do marco de intersecção do parallelo da foz do rio “Breu” com a margem direita do rio “Juruá”, em 17 de Novembro de 1924

Aos dezesete dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Comissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta, Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas e Pri-

A los diez y siete días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia en la sede de la Comisión Brasileira, en Belém, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo por parte del Perú los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenás, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario; y por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante An-

meiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudante; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accôrdo todos os membros presentes da Comissão Mixta, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva a inauguração do marco construido na intersecção do parallelo da foz do rio "Breu" com a margem direita do rio "Juruá", de conformidade com o Termo lavrado no local do proprio marco aos vinte e oito dias do mez de Maio de mil novecentos e vinte e quatro e assignado, no momento da inauguração, pelos seguintes membros da Comissão Mixta Demarcadora de Limites entre os dois paizes: por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas, Ajudante, e Capitão-Tenente Doutor Annibal Bittencourt, Medico, e, por parte do Perú, o Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe.

Esse marco, que se acha a montante da foz do rio "Breu", foi erigido a 27^m,58 do barranco do rio "Juruá", em terreno alto e firme,

tonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando en pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta, resolvieron levantar esta Acta, que confirma y aprueba la inauguración del marco construido en la intersección del paralelo de la desembocadura del río "Breu" con la margen derecha del río "Yuruá", de conformidad con el Acta levantada en el local del propio marco á los veintiocho días del mes de Mayo de mil novecientos veinticuatro y firmado en el momento de la inauguración por los siguientes miembros de la Comisión Mixta Demarcadora de Límites entre los dos países: por parte del Perú, el Señor Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; y por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante y Capitán-Teniente Doctor Annibal Bittencourt, Médico.

Este marco, que se halla arriba de la desembocadura del río "Breu", fué erigido á 27^m,58 del barranco del río "Yuruá" en ter-

a Oéste verdadeiro e á distancia de 1.232^m,04 da referida foz, tendo para coordenadas geographicas os seguintes valores, adoptados pela Comissão Mixta: latitude 09°24'42''01 Sul e longitude 72°44'08''89 a W. de Greenwich.

O marco é formado de peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, e apresenta a forma de um tronco de cone vasado, tendo por base uma chapa circular horisontal, que se levanta, na circumferencia interna, em outra de forma tronco-conica, nas quaes são fixadas as extremidades recurvadas de tres chapas, que, seguindo a direcção de arestas do cone e equidistantes entre si, vão fixar-se por suas extremidades superiores, tambem recurvadas, em uma chapa horisontal, depois de presas a uma outra de forma tronco-conica, situada na secção média transversal.

O alludido marco tem a altura total de 1^m,93 e supporta na parte superior uma placa, cujo plano se acha rigorosamente no do paralelo da foz do rio "Breu", tendo em uma das faces, em alto relevo, a palavra "Brasil", e na outra, a a palavra "Perú", sendo a primeira voltada para o Norte, isto é, para o territorio brasileiro, e a segunda para o Sul, isto é, para o territorio peruano.

O marco acima descripto, tor-

reno alto y firme, al Oeste verdadero y á distancia de 1.232^m,04 de la referida desembocadura, teniendo por coordenadas geográficas los siguientes valores adoptados por la Comisión Mixta: latitud 09° 24' 42'' 01 Sur, y longitud 72° 44' 08'' 89 al W. de Greenwich.

El marco está formado de piezas de fierro galvanizado, ligadas por pernos y tuercas y presenta a forma de un tronco de cono-lhueco, teniendo por base una chapa circular horizontal, que se levanta en la circumferencia interna, en otra de forma tronco cónica, en las cuales estan fijadas las extremidades recurvadas de tres chapas, que siguiendo la dirección de las aristas del cono, y equidistantes entre si, van á fiarse por sus extremidades superiores, también recurvadas, en una chapa horizontal, después de presas á otra de forma tronco cónica situada en la sección media transversal.

El aludido marco tiene la altura total de 1^m,93, y soporta, en la parte superior, una placa cuyo plano se halla rigurosamente en el del paralelo de la desembocadura del río "Breu", teniendo en una de las caras en alto relieve la palabra "Perú", y en la otra la palabra "Brasil"; estando la primera vuelta hacia el Sur; esto es, para el territorio peruano; y la segunda para el Norte; esto es, para el territorio brasileiro.

El marco arriba descrito, tor-

nado massiço pela introdução de concreto na parte vasada, tem para base uma chapa circular de 0^m,45 de diametro, que está engastada em um pilar de alvenaria de 0^m,49 de altura, cuja secção horizontal é um quadrado de 0^m,59 de lado, e levantado sobre outro da mesma forma, tendo 0^m,82 de lado e 1^m,09 de altura, da qual 0^m,70 acha-se immersa no sólo. A altura total do marco acima do sólo é de 2^m,81.

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commis-são Mixta.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.— *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante.

nado macizo por la introducción de concreto en la parte hueca, tiene por base una chapa circular de 0^m,45 de diámetro, que está empotrada en un pilar de albañilería de 0^m,49 de altura, cuya sección horizontal es un cuadrado de 0^m,59 de lado, y levantado, sobre otro de la misma forma, teniendo 0^m,82 de lado y 1^m,09 de altura, de la cual 0^m,70 se hallan bajo el suelo. La altura total del marco sobre el suelo es de 2^m,81.

Y para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta en dos ejemplares, cada uno de ellos escrito en español y en portugués, la cual, después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta.— *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 41

VIII — Acta de inauguração do marco que assignala a nascente principal do rio “Breu”, affluente da margem direita do rio “Juruá”, e o extremo norte da fronteira no “divortium aquarum” a que se refere o paragrapho 3º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909, a Oéste do rio “Em-bira”, em 17 de Novembro de 1924

Aos dezesete dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenas, Aju-

A los diez y siete días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia en la sede de la Comisión Brasileira, en Belem, capital del Estado de Pará los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenas, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario; y por parte del Brasil los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doc-

dantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accôrdo todos os membros presentes da Commissão Mixta, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva a inauguração e construcção do marco que assignala ao mesmo tempo a nascente principal do rio "Breu", affluente da margem direita do rio "Juruá", e o extremo norte da fronteira no divisor que separa as aguas que vão para o Alto Juruá, a oeste, das que vão para o mesmo rio ao norte, em execução do § 3º, do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909 e de conformidade com o Termo de inauguração, lavrado e assignado no proprio local do marco, aos quatro dias do mez de Julho de mil novecentos e vinte e quatro, pelos seguintes membros da Commissão Mixta Demarcadora de Limites: por parte do Brasil, o Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas, Ajudante da Commissão Peruana.

Esse marco acha-se no proprio divisor de aguas acima referido, no ponto de menor distancia deste á nascente principal do rio "Breu", com 375^m de altitude, e tem para coordenadas geographicas os seguintes valores, adoptados pela Commissão Mixta: latitude 09° 41' 34'' 98 Sul e longitude 72° 15' 04'' 46 a W. de Greenwich.

tor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta, resolvieron levantar esta Acta que confirma y aprueba la inauguración y construcción del marco que señala al mismo tiempo la naciente principal del río "Breu", en la divisoria que separa las aguas que van para el Alto Yuruá, al Oeste, de las que van para el mismo río al norte, en ejecución del § 3º del Artículo I del Tratado del 8 de Setiembre de 1909 y de conformidad con el Acta de inauguración del Acta levantada y firmada en el propio local del marco, á los cuatro días del mes de Julio de mil novecientos veinticuatro, por los siguientes miembros de la Comisión Mixta Demarcadora de Límites: por parte del Perú, el Mayor Manuel Zárate, Ayudante de la Comisión Peruana, y por parte del Brasil el Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasilera.

Este marco hallase en la propia divisoria de aguas arriba citada, en el punto de menor distancia de este á la naciente principal del río "Breu", con 375^m de altitud, y tiene por coordenadas geográficas, los siguientes valores adoptados por la Comisión Mixta: latitud — 09° 41' 34'' 98 Sur y longitud 72° 15' 04'' 46 al W. de Greenwich.

A nascente principal do rio “Breu” está ao rumo verdadeiro de sessenta e seis grãos sudoeste do mencionado marco e á distancia de noventa e nove metros, reduzida ao horizonte.

O marco, que apresenta a fôrma de um tronco de pyramide triangular, é formado de peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, e tem em sua extremidade superior uma placa do mesmo metal orientado segundo a linha que liga o marco á nascente principal do rio “Breu”, com a palavra “Brasil”, em alto relevo, na face voltada para o quadrante de Noroeste, e a palavra “Perú”, também em alto relevo, na face voltada para o quadrante de Suéste.

A base do referido marco é um triangulo equilatero de 0^m,90 de lado e está engastada em um pilar de concreto com a fôrma de um prisma recto, tendo para base um triangulo equilatero de 1^m,10 de lado e cuja altura é de 1^m,10, sendo 0^m,50 acima do sólo. A altura total do marco é de 3^m,40 acima do sólo.

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente acta, em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe.— *Al-*

La naciente principal del río “Breu”, está al rumbo verdadero de sesenta y seis grados sudoeste del mencionado marco y á distancia de noventa y nueve metros reducida al horisonte.

El marco que presenta la forma de un tronco de pirámide triangular, está formado por piezas de fierro galvanizado, ligadas por pernos y tuercas, y tiene en su extremidad superior una placa del mismo metal orientada según la linea que liga el marco á la naciente principal del río “Breu”, con la palabra “Perú” en alto relieve en la cara volteada hacia el cuadrante del Sudeste, y la palabra “Brasil”, también en alto relieve en la cara volteada hacia el cuadrante del Noroeste.

La base del referido marco es un triangulo equilatero de 0^m,90 de lado, y está empotrado en un pilar de concreto con la forma de un prisma recto, teniendo por base un triangulo equilátero de 1^m,10 de lado, y cuya altura es de 1^m,10, teniendo 0^m,50 sobre el suelo. La altura total del marco es de 3^m,40 sobre el suelo.

Y para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta en dos ejemplares, cada uno de ellos escripto en español y en portuguez, la cual después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. —

fredo de Miranda Rodrigues, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.— *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Bernardino G. Vallenaz*, Ayudante.

Manuel Zárate, Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Bernardino G. Vallenaz*, Ayudante.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Comissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 42

IX — Acta de inauguração do marco de intersecção do paralelo da foz do rio “Breu” com o rio “Amonea”, affluente da margem esquerda do rio “Juruá”, em 18 de Novembro de 1924.

Aos dezoito dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Comissão Brasileira, em Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Comissão Mixta Brasileiro Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de

A los diez y ocho días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia, y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasilera, en Belem, capital del Estado de Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano Brasilera Demarcadora de Límites, siendo por parte del Perú los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Ma-

Aguiar, sub-chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas e Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudantes, servindo o primeiro de Secretario.

Estando de pleno accordo todos os membros presentes da Comissão Mixta Demarcadora, resolveram lavrar esta Acta, que confirma e approva a construcção e inauguração do marco de intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com a margem direita do rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá", de conformidade com os dizeres do Termo lavrado no local do marco e da declaração feita, junto ao mesmo Termo, pelo Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe da Comissão Peruana; transcrevendose, em seguida, o Termo e a declaração acima referidos: «Termo de inauguração do marco levantado para assignalar a intersecção da foz do rio "Amonea" com o paralelo da foz do rio "Breu".

Aos seis dias do mez de Agosto

nuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenias, Ayudantes, sirviendo el primero de Secretario; y por parte del Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar, Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas, y Primer Teniente de la Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes, Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

Estando de pleno acuerdo todos los miembros presentes de la Comisión Mixta Demarcadora, resolvieron levantar la presente Acta, que confirma y aprueba la construcción e inauguración del marco de la intersección del paralelo de la desembocadura del río "Breu" con la margen derecha del río "Amonea", affluente de la margen izquierda del río "Yuruá", de conformidad con lo expresado en el Acta levantada en el local del marco, y la declaración hecha al pié de la misma Acta por el Señor Teniente-Coronel Roberto López, Jefe de la Comisión Peruana; transcribiéndose, en seguida, el Acta y declaración arriba citadas: — «Termo de inauguração do marco levantado para assignalar a intersecção da foz do rio "Amonea" com o paralelo da foz do rio "Breu".

Aos seis dias do mez de Agosto

do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, foi por mim inaugurado o marco que assignala a intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá".

Esse marco que tem para coordenadas geographicas latitude $09^{\circ}24'42''01$ sul e longitude $72^{\circ}59'01''44$ W. de GW. e para altitude 220^m , foi construido em logar alto e secco, á margem direita do rio "Amonea", a 51 metros do respectivo barranco, e apresenta a fórma de um tronco de cone vasado, constituido por peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil", em alto relevo, voltada para o norte, isto é, para o territorio brasileiro, e a palavra "Perú", tambem em alto relevo, voltada para o sul, isto é, para o territorio peruano.

A base do marco está engastada em um pilar de concreto de fórma prismatica, tendo para secção um triangulo equilatero de $0^m,70$ de lado e para altura $1^m,60$, sendo $0^m,60$ acima do sólo. A altura total do marco acima do sólo é de $2^m,53$.

do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, foi por mim inaugurado o marco que assignala a intersecção do paralelo da foz do rio "Breu" com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do rio "Juruá".

Esse marco que tem para coordenadas geographicas latitude $09^{\circ}24'42''01$ sul e longitude $72^{\circ}59'01''44$ W. de GW. e para altitude 220^m , foi construido em lugar alto e secco, á margem direita do rio "Amonea", a 51 metros do respectivo barranco, e apresenta a fórma de um tronco de cone, vasado, constituido por peças de ferro galvanizado, ligadas por parafusos e porcas, tendo no alto uma placa do mesmo metal com a inscripção "Brasil" em alto relevo, voltada para o norte, isto é, para o territorio brasileiro, e a palavra "Perú", tambem em alto relevo, voltada para o sul, isto é, para o territorio peruano.

A base do marco está engastada em um pilar de concreto de fórma prismatica, tendo para secção um triangulo equilatero de $0^m,70$ de lado e para altura $1^m,60$, sendo $0^m,60$ acima do sólo. A altura total do marco acima do sólo é de $2^m,53$.

Declaro ter sido autorisado pelo Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe da Commissão Peruana e que faz parte da Sub-Commissão Mixta em operações no rio “Breu” e no paralelo da foz deste, a inaugurar, sem a sua presença, o marco de que trata o presente Termo, por achar-se elle enfermo e não poder assistir ao acto de inauguração do mesmo.

E, para que conste a todo tempo, lavrei e assigno o presente Termo. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.”

“Declaro que por estar enfermo y no poder asistir á la inauguración del marco de que trata la presente acta, autoricé al Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasileira y que conmigo hace parte de la Sub-Comisión Mixta Demarcadora de la frontera en el río “Breu” y en el paralelo de la boca de este río, la inauguración, sin mi presencia, del mismo marco, basándome en las siguientes razones: 1ª — estar la dirección de la frontera naturalmente definida y de fácil reconocimiento práctico, en el trecho considerado, por seguir siempre para el Oeste, a partir de la boca del río “Breu” hasta el *divortium aquarum* Ucayali-Yuruá; 2ª — haber yo inaugurado personalmente el marco de la boca del río “Breu” y el de la intersección del paralelo de esa boca con la

Declaro ter sido autorisado pelo Senhor Tenente-Coronel Roberto López, Chefe da Commissão Peruana, e que faz parte da Sub-Commissão Mixta em operações no rio “Breu” e no paralelo da foz deste, a inaugurar, sem a sua presença, o marco de que trata o presente Termo, por achar-se elle enfermo e não poder assistir ao acto de inauguração do mesmo.

E, para que conste a todo tempo, lavrei e assigno o presente Termo. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.”

“Declaro que por estar enfermo y no poder asistir á la inauguración del marco de que trata la presente Acta, autoricé al Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, ayudante de la Comisión Brasileira y que conmigo hace parte de la Sub-Comisión Mixta Demarcadora de la frontera en el río “Breu” y en el paralelo de la boca de este río, la inauguración, sin mi presencia, del mismo marco, basándome en las siguientes razones: 1ª — estar la dirección de la frontera naturalmente definida y de fácil reconocimiento práctico, en el trecho considerado, por seguir siempre para el Oeste, a partir de la boca del río “Breu” hasta el *divortium aquarum* Ucayali-Yuruá; 2ª — haber yo inaugurado personalmente el marco de la boca del río “Breu” y el de la intersección del paralelo de esa boca con la margen derecha del

margen derecha del río "Yuruá", lo que equivale á haber señalado, en el terreno, la dirección del citado paralelo-frontera; 3ª — estar los dos marcos que acabo de referir y el que se construirá, en el año próximo venidero, en la intersección del paralelo con el *divortium aquarum*, suficientes para la demarcación del trecho de paralelo considerado; 4ª — ofrecer el marco intermediario inaugurado la ventaja de disminuir el intervalo entre los marcos del paralelo y señalar la intersección de ese paralelo con el río "Amonea" afluente de la margen izquierda del río "Yuruá"; 5ª — estar sujetos á mi verificación y aprobación todos los cálculos efectuados para la locación del marco en el paralelo.

Y por aceptar los resultados de los cálculos topográficos y astronómicos, cuya verificación fué por mi hecha, declaro que estoy de pleno acuerdo con lo contenido en la presente acta de inauguración del marco, por el Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasileira. Belém do Pará, 14 noviembre de 1924. *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana".

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Com-

río "Yuruá", lo que equivale á haber señalado, en el terreno, la dirección del citado paralelo-frontera; 3ª — estar los dos marcos que acabo de referir y el que se construirá en el año próximo venidero, en la intersección del paralelo con el *divortium aquarum*, suficientes para la demarcación del trecho de paralelo considerado; 4ª, ofrecer el marco intermediario inaugurado la ventaja de disminuir el intervalo entre los marcos del paralelo y señalar la intersección de ese paralelo con el río "Amonea", afluente de la margen izquierda del río "Yuruá"; 5ª — estar sujetos á mi verificación y aprobación todos los cálculos efectuados para la locación del marco en el paralelo.

Y por aceptar los resultados de los cálculos topográficos y astronómicos, cuya verificación fué por mi hecha, declaro que estoy de pleno acuerdo con lo contenido en la presente acta de inauguración del marco, por el Señor Capitán-Teniente Amaury Sadock de Freitas, Ayudante de la Comisión Brasileira. Belém do Pará, 14 de noviembre de 1924. *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana".

Y para que conste en todo tiempo, levantaron los Secretarios la presente Acta en dos ejemplares, escrito cada uno de ellos en español e en portuguez, la cual, después de leída y aprobada, es firmada por los miembros pre-

missão Mixta. — *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Comissão Brasileira. — *Braz Dias de Aguiar*, Sub-chefe. — *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante. — *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante. — *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante. — *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

entes de la Comisión Mixta. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante, sirviendo de Secretario. — *Bernardino G. Vallen*

N. 43

X — Officio do chefe da Comissão de Limites, com o Perú, em 2 de Abril de 1925

Belém, 2 de Abril de 1925. — N. 5

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de entregar a Vossa Excellencia as inclusas cópias das Actas das 16^a e 17^a Conferencias, realizadas pela Comissão Mixta, respectivamente, nos dias 28 e 31 de Março proximo findo, a primeira, referente á iniciação dos trabalhos de demarcação da fronteira no corrente anno, e a segunda, á confrontação e assignatura da carta geographica, na escala de 1:100000, representativa dos trabalhos realizados em 1923 e 1924, desde a nascente principal do rio Santa Rosa até a nascente do rio Breu, bem assim da planta topographica dos trabalhos realizados em torno da foz

do mesmo rio Breu, para locação do paralelo dessa foz, na escala 1:5000.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA.

Contra-Almirante, Chefe da Comissão.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 44

XI — Acta da XVI Conferencia da Commissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 28 de Março de 1925

Aos vinte e oito dias do mez de Março do anno mil novecentos e vinte e cinco, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Commissão Brasileira na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo, por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury Sadock de Freitas, e Pri-

A los veinteochó días del mes de Marzo del año mil novecientos veintecinco, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reunieron en Conferencia, en la sede de la Comisión Brasilera, en la ciudad de Belem, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasilera Demarcadora de Límites, siendo, por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenias, Ayudantes, sirviendo este último de Secretario; y, por parte del Brasil, los Se-

meiros Tenentes da Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque e Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Capitães Doutor João Braulino de Carvalho e Doutor Manoel Mauricio Sobrinho, Medicos; Primeiro Tenente do Exercito Alfredo Luna, Comandante do Contingente; Engenheiro Civil, Odilon Borges de Carvalho, Rubens Nelson Alves e Renato Junqueira Ferreira da Silva, Auxiliares; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudantes, servindo este ultimo de Secretario; afim de inaugurarem os trabalhos de demarcação da fronteira no corrente anno.

O Chefe da Commissão Brasileira declarou que essa Commissão soffreu as seguintes alterações: substituição do Senhor Capitão-Tenente Medico Doutor Annibal Bittencourt pelo Senhor Capitão Medico Doutor Manoel Mauricio Sobrinho; designação dos Senhores Engenheiro Civil, Odilon Borges de Carvalho e Renato Junqueira Ferreira Silva para exercerem os cargos de Auxiliares; nomeação do Senhor Primeiro Tenente da Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque para o cargo de Ajudante.

ñores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar Sub-jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas, y Primeros Tenientes de la Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque y Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Capitanes Doctor João Braulino de Carvalho y Doctor Manoel Mauricio Sobrinho, Médicos; Primer Teniente del Ejército Alfredo Luna, Comandante del Contingente; Ingeniero Civil, Odilon Borges de Carvalho, Rubens Nelson Alves y Renato Junqueira Ferreira da Silva, Auxiliares; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material; a fin de inaugurar los trabajos de demarcación de la frontera en el corriente año.

El Jefe de la Comisión Brasilerá declaró que esa Comisión sufrió las siguientes alteraciones: substitución del Señor Capitán-Teniente Médico Doctor Annibal Bittencourt por el Señor Capitán-Médico Doctor Manuel Mauricio Sobrinho, designación de los Señores Ingeniero Civil, Odilon Borges de Carvalho y Renato Junqueira Ferreira da Silva para ejerceren los cargos de Auxiliares; nombramiento del Señor Primer Teniente de la Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque para el cargo de Ayudante.

O mesmo Chefe declarou que já se acham nos rios “Amonea” e “Juruámirim” os viveres e materiais destinados ás quatro turmas que deverão operar no divisor de aguas Ucayale-Juruá, de conformidade com o estabelecido na Acta da 15ª Conferencia.

O Chefe da Commissão Peruana declarou que, segundo noticia de seu Governo, foram por este nomeados tres officiaes — dois technicos e um medico — para fazerem parte dessa Commissão, os quaes devem ter partido de Lima para Iquitos no dia dois do corrente mez de Março, afim de se incorporarem á Commissão Mixta.

O mesmo Chefe expressou tambem sua satisfação, não só pela nomeação dos novos membros da Commissão Brasileira, Senhores Primeiro Tenente da Armada Garcia d’Avila Pires e Albuquerque, Capitão Doutor Manoel Mauricio Sobrinho, Engenheiro Civil Odilon Borges de Carvalho e Renato Junqueira Ferreira da Silva, aos quaes felicita com effusão, como tambem porque tudo faz esperar que os trabalhos da Commissão Mixta, desenvolvendo-se, como até hoje’ na mais perfeita harmonia, tomarão um impulso maior com a cooperação dos distinctos membros brasileiros que á mesma se incorporam.

O Chefe da Commissão Brasileira externou o prazer que lhe

El mismo Jefe declaró que ya se hallan en los ríos “Amonea” y “Yuruámirim” los víveres y materiales destinados á las cuatro sub-comisiones que deberán operar en la divisoria de aguas Ucayale-Yuruá, de conformidad con lo establecido en el Acta de la 15ª Conferencia.

El Jefe de la Comisión Peruana declaró que, según noticia de su Gobierno, fueron por éste nombrados tres oficiales — dos técnicos y un médico — para hacer parte de esa Comisión, los cuales deben haber partido de Lima para Iquitos en el día dos del corriente mes de Marzo, a fin de incorporarse á la Comisión Mixta.

El mismo Jefe expresó también su satisfacción no solo por el nombramiento de los nuevos miembros de la Comisión Brasileira, Señores Primer Teniente de la Armada Garcia d’Avila Pires e Albuquerque, Capitán Doctor Manoel Mauricio Sobrinho, Ingeniero Civil Odilon Borges de Carvalho y Renato Junqueira Ferreira da Silva, a los cuales felicita con efusión, sino también, porque todo hace esperar que los trabajos de la Comisión Mixta, desenvolviéndose, como hasta hoy en la más perfecta armonía, tomarán un impulso mayor con la cooperación de los distinguidos miembros brasileiros que la han integrado.

El Jefe de la Comisión Brasileira, exteriorizó el placer que

causa a nomeação dos novos membros da Comissão Peruana e faz votos para que possa sentir muito breve a influencia benefica de sua cooperação nos trabalhos da Comissão Mixta.

Os Chefes das duas Comissões accordaram em que a partida da Comissão Mixta se realice no dia sete de Abril proximo, no vapor *Cuyabá*, com destino á fronteira; afim de dar execução ao programma constante da Acta da 15ª Conferencia, lavrada na cidade de Belém aos vinte dias do mez de Novembro do anno mil novecentos e vinte e quatro; que os referidos officiaes recém-nomeados pelo Governo Peruano serão incorporados á Comissão Mixta na cidade de Manáos se já alli se acharem quando essa Comissão passar para o rio “Juruá”; que, finalmente, no caso de não se realisar o encontro na alludida cidade, serão tomadas as necessarias providencias para que esses officiaes possam seguir ao encontro da Comissão Mixta na zona da fronteira, no Alto Juruá.

Os Chefes das duas Comissões resolveram deixar consignado na presente Acta que os estudos realisados pela Comissão Mixta para a determinação da nascente principal do rio “Breu” obedeceram rigorosa e exclusivamente ás condições estipuladas na Acta

le causa el nombramiento de los nuevos miembros de la Comisión Peruana y hace votos para que pueda sentir muy en breve la influencia benéfica de su cooperación en los trabajos de la Comisión Mixta.

Los Jefes de las dos Comisiones acordaron en que la partida de la Comisión Mixta se realice en el día siete de Abril próximo, en el vapor *Cuyabá*, con destino a la frontera, afin de dar ejecución al programa que consta en el Acta de la 15ª Conferencia, redactada en la ciudad de Belem a los veinte días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro; que los referidos oficiales recién nombrados por el Gobierno Peruano serán incorporados á la Comisión Mixta en la ciudad de Manaos si yá allí se hallanse cuando esa Comisión pase para el río “Yuruá”; que, finalmente, en el caso de no realizarse el encuentro en la aludida ciudad, serán tomadas las necesarias providencias para que esos oficiales puedan seguir al encuentro de la Comisión Mixta en la zona de la frontera, en el Alto Yuruá.

Los Jefes de las dos Comisiones resolvieron dejar consignado en la presente Acta que los estudios realizados por la Comisión Mixta para la determinación de la nascente principal del río “Breu” obedecieron rigurosa y exclusivamente a las condiciones estipuladas en el

da 14ª Conferencia, realisada na cidade de Belém aos vinte e nove dias do mez de Março de mil novecentos e vinte e quatro; tendo sido as mesmas regras igualmente applicadas nas pesquisas das nascentes dos rios “Tarauacá” e “Jordão”, como trabalhos elucidativos da demarcação da fronteira e comprobativos da perfeita identificação do divisor de aguas que separa as que correm para o Juruá, a Oeste, das que correm para o mesmo rio, ao Norte.

Estando toda a Commissão Mixta de accôrdo e nada mais havendo a tratar foi encerrada a Conferencia.

E, para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Commissão Mixta.

Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Commissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Garcia d’Avila Pires e Albuquerque*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *João Braulino de Carvalho*, Medico.— *Manoel Mauricio Sobrinho*, Medico.— *Alfredo Luna*, Commandante do Continente.— *Odilon Borges de Carvalho*,

Acta de la 14ª Conferencia, realizada en la ciudad de Belem a los veintinueve días del mes de Marzo de mil novecientos veinticuatro, habiendo sido las mismas reglas igualmente aplicadas en las pesquisas de las nacientes de los ríos “Tarahuacá” y “Jordan”, como trabajos elucidativos de la demarcación de la frontera y comprobativos de la perfecta identificación de la divisoria de aguas, que separa las que corren para el Yuruá, al Oeste, de las que corren para el mismo río, al Norte.

Estando toda la Comisión Mixta de acuerdo y no habiendo más de que tratar, fué encerrada la Conferencia.

Y, para que conste en todo tiempo, redactaron los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, cada uno escrito en español y portuguez, la cual, después de leída y aprobada, es firmada por los miembros presentes de la Comisión Mixta.

Roberto López, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante.— *Bernardino G. Valenas*, Ayudante, sirviendo de Secretario.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Commissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-Chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Garcia d’Avila Pires e Albuquerque*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *João*

Auxiliar.— *Rubens Nelson Alves*, Auxiliar.—*Renato Junqueira Ferreira da Silva*, Auxiliar.—*Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material. — *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana. — *Manuel Zárate*, Ayudante. — *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante, sirviendo de Secretario.

Braulino de Carvalho, Medico. — *Manoel Mauricio Sobrinho*, Medico. — *Alfredo Luna*, Comandante do Contingente. — *Odilon Borges de Carvalho*, Auxiliar.—*Rubens Nelson Alves*, Auxiliar.—*Renato Junqueira Ferreira da Silva*, Auxiliar.—*Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 45

XII — Acta da XVII Conferencia da Comissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, em 31 de Março de 1925

Aos trinta e um dias do mez de Março do anno mil novecentos e vinte cinco, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica do Perú o Excellentissimo Senhor Augusto B. Leguia, reuniram-se em Conferencia, na séde da Comissão Brasileira, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, os seguintes membros da Comissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, sendo por parte do Brasil, os Senhores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe; Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar, Sub-Chefe; Capitães-Tenentes Alfredo de Miranda Rodrigues e Amaury

A los treintaiun días del mes de Marzo del año mil novecientos veinticinco, siendo Presidente de la República del Perú el Excelentísimo Señor Augusto B. Leguia y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes, reuniéronse en Conferencia, en la séde de la Comisión Brasileira, en la ciudad de Belem, capital del Estado del Pará, los siguientes miembros de la Comisión Mixta Peruano-Brasileira Demarcadora de Límites, siendo por parte del Perú, los Señores Teniente-Coronel Roberto López, Jefe; Mayor Manuel Zárate y Capitán Bernardino G. Vallenás, Ayudantes, sirviendo este último de Secretario; y, por parte del

Sadock de Freitas, e Primeiros Tenentes da Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque e Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudantes; Doutor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario e encarregado do material; e, por parte do Perú, os Senhores Tenente-Coronel Roberto López, Chefe; Major Manuel Zárate e Capitão Bernardino G. Vallenias, Ajudantes, servindo este ultimo de Secretario.

A presente Conferencia tem por fim a confrontação e assignatura de dois exemplares do mappa, na escala de um para cem mil construidos e desenhados pelas Commissões Brasileira e Peruana, representando os trabalhos executados pela Comissão Mixta nos annos mil novecentos e vinte tres e mil novecentos e vinte e quatro, desde a nascente principal do rio "Santa Rosa", affluente da margem esquerda do rio "Purús", até a intersecção do paralelo da foz do rio "Breu", affluente da margem direita do rio "Juruá", com o rio "Amonea", affluente da margem esquerda do mesmo Juruá, bem assim a confrontação e assignatura da planta topographica levantada e desenhada em dois exemplares pelas mesmas Commissões, na escala de um para cinco mil, para representar com detalhe as operações executadas em torno da

Brasil, los Señores Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Jefe; Capitán de Corbeta Braz Dias de Aguiar Sub-Jefe; Capitanes-Tenientes Alfredo de Miranda Rodrigues y Amaury Sadock de Freitas, y Primeros Tenientes de la Armada Garcia d'Avila Pires e Albuquerque y Arthur Bustamante de Albuquerque, Ayudantes; Doctor Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Secretario y encargado del material.

La presente Conferencia tiene por fin la confronta y firma de dos ejemplares del mapa, a la escala de uno por cien mil, construídos y dibujados por las Comisiones Peruana y Brasileira, representando los trabajos ejecutados por la Comisión Mixta en los años mil novecientos veintitres y mil novecientos veintecuatro, desde la naciente principal del río "Santa Rosa", afluente de la margen izquierda del río "Purús", hasta la intersección del paralelo de la boca del río "Breu", afluente de la margen derecha del río "Yuruá" con el río "Amonea" afluente de la margen izquierda del mismo Yuruá, asi como la confronta y firma de la planta topographica levantada y dibujada en dos ejemplares por las mismas Comisiones, a la escala de uno por cinco mil para representar con detalle las operaciones ejecutadas al rededor de la boca del río "Breu",

foz do rio "Breu", inclusive em um trecho do Juruá, e a precisa locação do referido paralelo.

Em seguida, procedeu-se ao estudo e confrontação dos quatro citados exemplares, e, reconhecida pela Comissão Mixta a sua perfeita conformidade com os trabalhos realizados, foram elles approvados, sendo logo depois assignados pelos Chefes das Comissões Brasileira e Peruana.

A linha de fronteira, ao longo do rio "Breu", deixa de ser representada, segundo a convenção cartographica, por não o permittir a escala do mappa que contém esse rio.

Estando terminado o assumpto da presente Conferencia, foi a mesma encerrada.

E para que conste a todo tempo, lavraram os Secretarios a presente Acta, em dois exemplares, cada um escripto em portuguez e hespanhol, a qual, depois de lida e approvada, é assignada pelos membros presentes da Comissão Mixta.

Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Garcia d'Avila Pires e Albuquerque*, Ajudante.— *Arthur Bustamante de Albuquerque*, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do ma-

inclusive en un trecho del Yuruá y la precisa localización del referido paralelo.

En seguida, se procedió al estudio y confronta de los cuatro citados ejemplares, y, reconocida por la Comisión Mixta su perfecta conformidad con los trabajos realizados, fueran ellos aprobados, siendo luego después firmados por los Jefes de la Comisiones Peruana y Brasilera.

La linea de frontera, a lo largo del río "Breu", deja de ser representada, según la convención cartográfica, por no permitir la escala del mapa que contiene ese río.

Estando terminado el asunto de la presente Conferencia, fué la misma encerrada.

Y para que conste en todo tiempo, redactaran los Secretarios la presente Acta, en dos ejemplares, cada uno escrito en español y portuguez, la cual, después de leída y aprobada, es firmada, por los miembros presentes de la Comisión Mixta.

Roberto López, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante.— *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante.— *Antonio Alves Ferreira da Silva*, Chefe da Comissão Brasileira.— *Braz Dias de Aguiar*, Sub-chefe.— *Alfredo de Miranda Rodrigues*, Ajudante.— *Amaury Sadock de Freitas*, Ajudante.— *Garcia d'Avila Pires e Albuquerque*, Ajudante.—

terial.— *Roberto López*, Jefe de la Comisión Peruana.— *Manuel Zárate*, Ayudante.— *Bernardino G. Vallenás*, Ayudante, sirviendo de Secretario.

Arthur Bustamante de Albuquerque, Ajudante.— *Miguel José de Almeida Pernambuco Filho*, Secretario e encarregado do material.

N. 46

XIII — Trechos do Relatorio do Chefe da Commissão de Limites com o Perú, em 25 de Fevereiro de 1925

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de fazer a Vossa Excellencia uma resumida exposição dos principaes factos occorridos, durante o anno 1924, na Commissão demarcadora de limites a meu cargo.

No dia 16 de Março deixou a Commissão Brasileira o porto do Rio de Janeiro, a bordo do paquete nacional *Ceará*, com destino á séde da Commissão Mixta, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, onde chegou a 29 do mesmo mez, dentro do prazo prefixado na ultima Acta do anno anterior, para reunião da referida Commissão Mixta.

A Commissão Brasileira era composta dos mesmos membros, augmentada do Capitão-Tenente Medico Doutor Annibal Bittencourt, nomeado por Portaria de 10 de Fevereiro de 1924. O Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, que até então exercia o cargo de Auxiliar, foi promovido ao de Ajudante por Portaria de 24 de Janeiro do mesmo anno. A Commissão Peruana compunha-se dos mesmos tres Officiaes — um Chefe e dois Ajudantes — que operaram em 1923.

Presentes todos os membros da Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, foi convocada a 14ª Conferencia, que se realisou na séde da Commissão Brasileira a 29 de Março, sendo lavrada a respectiva Acta cuja cópia tive a honra de remetter a Vossa Excellencia, acompanhada de officio n. 8 de 4 de Abril. Nessa reunião foi minuciosamente estabelecido o programma de trabalhos para o anno 1924, já anteriormente esboçado na Acta da 13ª Conferencia, a ultima realisada no anno precedente.

Como não constassem de documento official, senão de accordo verbal entre os Chefes das duas Commissões, desde o inicio dos trabalhos de demarcação da fronteira, as condições a serem observadas na determinação de nascentes principaes de rios fronteiriços, propuz ao Chefe da Comissão Peruana que fossem transcriptas na Acta da 14ª Conferencia as que se encontram no opusculo de minha autoria, publicado e adoptado pelo Ministerio das Relações Exteriores, e até então postas em pratica nos trabalhos da fronteira brasileiro-peruana.

Como nos annos anteriores, e para minorar as difficuldades opostas á Comissão pela escassez das aguas na época da viagem para a fronteira, resolvi enviar a maior parte dos viveres e materiaes na estação das aguas. Assim, a carga destinada á primeira turma, que operaria a Léste do rio “Embira”, foi despachada para o seringal “União”, da margem desse rio, onde já se achava uma turma destinada a transportal-a, pelos rios “Jaminaua” e “Furnaya”, até a intersecção deste ultimo com o paralelo de 10º de latitude sul, de conformidade com o exposto no meu relatorio de Março do anno proximo findo. Procedendo desse modo, seria facil attingir o ultimo ponto do trecho de fronteira demarcado em 1923 sobre o divisor de aguas “Embira-Purús”, mas uma vasante extraordinaria, na época das enchentes, produzindo encalhes de navios e impedindo a navegação naquellas zonas, até mesmo em batelões, tornou morosissimo e penoso o referido transporte, só possivel em pequenas *ubás*, de sorte que, ao chegar a turma a “União”, estava o mesmo apenas iniciado.

O Ajudante da Comissão, Capitão-Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues, a quem confiei a direcção dessa turma, foi forçado a subir o rio “Embira” até o paralelo de 10º e percorrer a picada aberta sobre este o anno passado, emquanto aquelle transporte se effectuava pelos citados rios.

A carga da segunda turma, que devia subir o rio “Tarauacá” para proseguir os trabalhos de 1923 no divisor de aguas a Oéste do rio “Embira”, não passou, pela mesma razão, de Villa Seabra apesar das medidas por mim tomadas para o seu transporte até “Revisão”, no Alto rio “Jordão”, onde devia ser encontrada pela mesma turma na época dos trabalhos.

Os viveres e materiaes da terceira turma, destinada a operar no rio “Breu”, foram transportados no vapor *Môa*, que não alcançou a foz desse rio, conseguindo, porém, com muita difficuldade, chegar a “São João”, no alto rio “Juruá”, proximo daquella foz.

Grandes foram os embarços produzidos pela extemporanea vasante dos rios acreanos nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março, durante os quaes se manifestam normalmente as maiores enchentes que transformam-se muitas vezes em perigosas inundações.

Medidas opportunas, secundadas pelo esforço do pessoal, dissiparam os receios de irrealisação do plano elaborado, compensando-se o tempo perdido com o louvavel e patriotica dedicação dos meus auxiliares, que permittiram assim realisar-se grande e inesperado avanço na demarcação da fronteira.

A Commissão Mixta seguiu de Belém no dia 7 de Abril, no vapor *Aymoré*, da "The Amazon River Steam Navigation Company", chegando a Manáos no dia 15 e dalli partindo a 17, no vapor *Indio do Brasil*, para o alto "Juruá", onde terminou sua viagem no dia 28 do mesmo mez fundeando em frente ao seringal "Veneza".

Nesse ponto já se achavam os pequenos navios de roda á pôpa, denominados chatas, *Uruguayana* e *Curytiba*, promptos a receberem passageiros e cargas em baldeação, respectivamente para Villa Seabra no rio "Tarauacá", e Cruzeiro do Sul, no alto "Juruá".

Na tarde de 30 de Abril suspendeu o *Curityba*, a cujo bordo seguiram os seguintes membros da Commissão Brasileira: Chefe, Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva; Sub-chefe, Capitão de Corveta Braz Dias de Aguiar; Ajudante, Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas; Medico, Capitão-Tenente Doutor Annibal Bittencourt; Commandante do contingente, Primeiro Tenente do Exercito Alfredo Luna. Essa parte da Commissão Brasileira foi acompanhada pelo Tenente-Coronel Roberto López, Chefe da Commissão Peruana.

A' excepção do Capitão de Corveta Braz de Aguiar e do Primeiro Tenente Luna, que ficariam no posto de observações astronomicas de Cruzeiro do Sul, todos os demais Officiaes se destinavam aos trabalhos do rio "Breu" e do Parallelo da foz desse rio, affluente da margem direita do "Juruá".

No dia 1 de Maio, a 0^h,15^m, partio de "Veneza" a chata *Uruguayana*, levando a seu bordo duas turmas: uma, sob a direcção do Ajudante da Commissão Brasileira, Capitão-Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues, tendo como medico o Capitão Doutor João Braulino de Carvalho; a outra, dirigida pelo Ajudante, Primeiro Tenente da Armada Arthur Bustamante de Albuquerque, que levava como Auxiliar o Sr. Rubens Nelson Alves. A' primeira foi incorporado o Capitão Bernardino G. Vallenas, e á segunda, o Major Manuel Zárate, ambos Ajudantes da Commissão Peruana.

Cada turma foi acompanhada de um radiotelegraphista, um motorista, praças do contingente e algum pessoal civil, devendo ser mais tarde contractados outros trabalhadores, conforme as exigencias do serviço. Todas as turmas possuíam o material necessario, inclusive batelões, *ubás* e *mologodilles*, sendo estes assim distribuidos: um de 8 HP e dois de 5 HP para cada uma das que seguiram no *Uruguayana*, reservando-se dois de 5 HP e um de 6 HP para a que viajava no *Curytiba* com destino ao rio “Breu”.

Para mais claresa, trataremos separadamente de cada uma das quatro sub-commissões: a que subio o rio “Embira” para continuar, até a nascente do rio “Santa Rosa”, a demarcação iniciada em 1923, a Léste daquelle rio; a que subio o rio “Tarauacá”, com o fim de levar até a nascente principal do rio “Breu” os trabalhos a Oéste do “Embira”, começados naquelle mesmo anno; a que se destinava á delimitação da fronteira em todo o rio “Breu” e no paralelo da foz deste; finalmente, a incumbida de realisar as observações astronomicas em Cruzeiro do Sul e transmittir diariamente signaes radio-horarios ás turmas em operações no campo.

TURMA DO RIO “EMBIRA”

Esta turma viajou, como dissemos, no pequeno navio *Uruguayana*, que, partindo de “Veneza”, no alto “Juruá”, na madrugada de 1 de Maio de 1924, alcançou a foz do “Tarauacá” ás 23^h,30^m do dia 2, donde suspendeu depois de receber alguns volumes de carga de embarcações alli depositados após os serviços do anno transacto. Proseguindo a sua viagem, chegou á foz do rio “Embira”, onde o Capitão-Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues fez desembarcar todo o pessoal e material de sua turma, acampando em seguida na citada foz.

A viagem desde esse ponto até o seringal “União” foi muito morosa, devido á forte corrente do rio, só chegando a turma no dia 25 de Maio áquelle lugar, onde se fazia, desde 1923, a base de operações no rio “Embira”.

Com difficuldade havia sido levada para o barracão alli existente, pelo gerente da firma Nicolaus & C^a., a carga enviada de Belém, no mez de Fevereiro, em navio da mesma casa e que encalhára abaixo do referido seringal, tão forte era a escassez de aguas, apesar de ser época de enchente dos rios acreanos.

Conforme o expendido no meu ultimo relatorio, quando a turma chegasse a “União”, já devia ter seguido toda a carga pelo “Jami-

naua” e seu affluente “Furnaya”, em cujo alto seria levantado em deposito, no pique aberto pela mesma turma no anno anterior, sendo sua guarda confiada a homens de inteira confiança, por mim designados, visto ser a região povoada de indios selvagens.

O mesmo caminho seria seguido pela turma, com o fim de alcançar mais facilmente a intersecção do “Furnaya” com o paralelo de 10°, onde fôra erigido um marco em 1924, já nas proximidades do divisor de aguas “Embira-Purús”.

As difficuldades que a vasante oppunha á navegação, não permitiam que as *ubás* lá chegassem; sendo, por isso, a carga transportada por terra e sobre as costas de trabalhadores, inclusive indios “Cachinauas”, para o ponto mais proximo do visado.

O chefe da turma, bem comprehendendo a situação, resolveu sulcar com ella as aguas do rio “Embira” até a fronteira, e seguir pela picada aberta em 1923 no paralelo de 10°, afim de collocar um marco nesse paralelo, á margem esquerda do igarapé “Major Dantas”, affluente da margem esquerda do “Riosinho”, no ponto cujas coordenadas geographicas já estavam determinadas, satisfazendo assim a exigencia contida na Acta da 13ª Conferencia, para diminuir o intervallo entre dois marcos consecutivos do citado paralelo. Ao mesmo tempo, ultimava-se a conducção da carga de “União” para o deposito do alto “Furnaya”.

Tendo deixado “União” no dia 28 de Maio, chegou a turma ás 9^h,30^m de 9 de Junho á fronteira, onde encontrou totalmente fechado pelo matto o acampamento feito em 1923, nas visinhanças da intersecção do rio “Embira” com o paralelo de 10° de latitude sul.

Foram tomadas immediatamente todas as providencias para limpeza do campo e organização de novo acampamento, bem assim da reabertura da picada que corre sobre o alludido paralelo, a qual se achava absolutamente intransitavel.

No dia 12, iniciou-se o transporte de cargas para o kilometro 12, onde chegou a turma do dia 16 do mesmo mez, afim de levantar o já referido marco á margem esquerda do igarapé “Major Dantas”, denominação dada por esta Commissão em homenagem ao Ajudante fallecido em 1923, após a execução de arduos trabalhos no rio “Acre”, até além da respectiva nascente principal.

A inauguração do marco, cujos caracteristicos constam do Termo e da Acta respectiva, teve logar no dia 21 de Junho, ficando o marco a 8 metros da intersecção da margem direita do igarapé com o paralelo de 10° de latitude.

As coordenadas geographicas e a altitude do local em que foi o mesmo construido acham-se no quadro que acompanha este relatorio.

Levantado o marco, seguiu a turma pela picada do paralelo, chegando no dia 29 ao kilometro 45, onde permaneceu até 1 de Junho, afim de iniciar as pesquisas da intersecção daquelle paralelo com o *divortium aquarum*, que separa as aguas dos rios “Juruá” e “Purús”, ao qual denominaremos abreviadamente — divisor de aguas “Embira-Purús”, por serem do rio “Embira”, affluente do “Juruá”, todas as aguas que na zona considerada correm para este ultimo, ao Norte.

Auxiliado pelo empregado Felizardo de Cerqueira, morador na região e antigo catechista dos indios “Cachinauas”, concentrados nos altos dos rios “Tarauacá” e “Embira”, iniciou o chefe da turma, no dia 2 de Julho, o reconhecimento do divisor de aguas, fazendo as picadas e explorações necessarias, resultando desse trabalho a determinação, no dia 4, do ponto de intersecção do paralelo de 10° de latitude Sul com o mesmo divisor de aguas.

Só no dia 14 de Julho foi inaugurado o marco dessa intersecção, já por terem terminado os calculos das coordenadas no dia 11, já para que a continuação das explorações e abertura da picada sobre o divisor viesse confirmar a certeza da determinação daquelle ponto.

Vestigios dos indios “Jaminauas” deixavam bem clara a sua presença, obrigando a mais severa vigilancia pela turma, que era por elles observada e acompanhada desde o kilometro 12.

No dia 19 de Julho vimos corroborada a presumpção, por mim manifestada no ultimo relatorio, de que os referidos indios nenhuma intenção tinham de nos atacarem, considerando-nos antes seus amigos, não só pelos presentes que lhes deixavamos desde o anno anterior, como tambem pelo respeito absoluto ás suas roças. As 16 horas daquelle dia appareceu na picada do divisor uma india “Jaminaua”, que, aos gritos, approximou-se do acampamento, no caracter de parlamentar, manifestando o desejo que nutria o “tuchaua” de visitar a turma no acampamento. Concedida a necessaria permissão, e a um só grito dessa original parlamentar, surgiram de varias direcções muitos indios, quatro dos quaes pernottaram no nosso acampamento.

Estava, pois, firmada a amizade que nos convinha, como garantia da realisação dos nossos trabalhos, sem entretanto dissipar as nossas desconfianças nem diminuir a vigilancia, pois continuava o acampamento cercado pelos selvicolas.

Duas turmas continuavam o serviço de exploração para fixar o

divisor de aguas: uma, dirigida pelo *matteiro* Felizardo de Cerqueira, e a outra, pelo Cabo Alfredo Duarte, de reconhecida aptidão para serviços dessa natureza.

Seguindo, porém, na direcção em que correm os rios — pois haviam partido da intersecção do “Embira” com o paralelo de 10° e continuavam sempre no mesmo sentido em busca da nascente principal do rio “Santa Rosa” —, achavam-se em circumstancias desfavoráveis á realisação do seu *desideratum*; por isso, resolveu o Capitão-Tenente Miranda Rodrigues ordenar ao *matteiro* Felizardo que descesse o rio “Jaminaua”, affluente do “Embira”, e fosse até um ponto já d'elle conhecido, donde pudesse rumar para o rio “Santa Rosa”, afim de operar, a partir deste, em sentido opposto ao de suas antigas explorações.

O Cabo Duarte, com uma turma de 10 homens, teve ordem de abandonar a picada que vinha fazendo e abrir um pique para Léste até encontrar o divisor de aguas procurado.

Uma terceira turma foi entregue ao Anspeçada Marialva para fazer uma picada, no sentido do Sul, até attingir o divisor, e as necessarias explorações para a posterior identificação deste.

No dia 29, depois de ter feito explorações no sentido de Léste, regressou esta ultima turma, tendo encontrado um igarapé muito grande que corria para o Sul, parecendo ser o “Curanjinha”, affluente do “Curanja”, que por sua vez é affluente da margem esquerda do rio “Purús”.

Para evitar duvidas na locação do divisor de aguas, foi ordenado ao referido anspeçada que descesse no dia 4 de Agosto o supposto “Curanjinha”, o que foi por elle cumprido, em companhia de quatro homens, regressando ao acampamento no dia 6 com a certeza de ser aquelle igarapé o tributario do “Curanjinha”, por haverem chegado á respectiva confluencia.

No dia 7 de Agosto seguiu o Capitão-Tenente Miranda Rodrigues para o divisor de aguas, afim de escolher local para acampamento, depois de certificar-se dos resultados das explorações effectuadas.

Acompanhado de dois homens, chegou no dia 11 ao acampamento o *matteiro* Felizardo, que noticiou ter deixado no matto, em um esconderijo, o indio “cachinaua”, Antonio, que o acompanhava e fôra picado por uma arraia, ficando impossibilitado de caminhar; informando tambem acerca dos trabalhos que vinha executando desde a nascente principal do rio “Santa Rosa”, com o fim de definir o divisor de aguas “Embira-Purús”. Durante a viagem notára a presença

de muitos indios, tendo tambem encontrado um “cupechaua” com grande quantidade de cereaes e varios utensilios de indios. Foi por elle notado, além disso, um grande *varadouro*, que liga o “Jaminaua”, affluente da margem direita do “Embira”, ao “Curanja”, tributario da margem esquerda do “Purús”.

No dia 12 foram designados quatro homens para buscarem o indio enfermo, e tres outros para acompanharem o Felizardo na continuação de seus trabalhos.

A 19 do mesmo mez chegou um empregado da turma do Cabo Duarte, com a noticia de haverem chegado ao divisor de aguas, depois de encontrarem vestigios da passagem do Felizardo.

Apesar de estarem terminadas as observações astronomicas necessarias á fixação do ponto em que devia ser construido o marco n. 2 do divisor de aguas, quiz a prudencia do Capitão-Tenente Miranda transferir a inauguração do mesmo para quando o avango dos trabalhos da exploração garantisse plenamente o conhecimento daquelle divisor.

A turma do Anspeçada Marialva proseguia em seus trabalhos, a partir do acampamento, quando a do Felizardo, a 23 de Agosto, realizou a ligação de seu pique com o da outra turma.

Muito penoso e demorado foi esse trabalho, que felizmente chegou a termo com o mais satisfactorio resultado.

A inauguração do marco n. 2 do divisor de aguas realisou-se no dia 25 de Agosto, depois de verificada, pelo Chefe da Sub-Commissão Brasileira e pelo Official peruano que o acompanhava, a exactidão das explorações.

Só no dia 30 chegou o indio ferido ao acampamento, devido á impossibilidade de andar e á natural difficuldade com que fôra conduzido, através de densa floresta, cheia de obstaculos, pelos quatro homens incumbidos desse caridoso serviço.

As picadas do Norte e Sul, em que foram transformados os simples piques de exploração, encontraram-se no dia 1 de Setembro.

Os trabalhos concernentes á installação de novos acampamentos, bem como ao levantamento do divisor, observações astronomicas e outros, proseguiram sempre com absoluta certeza até á nascente principal do rio “Santa Rosa”, visto estar assegurada a identificação do divisor de aguas.

No decorrer desses trabalhos foi inaugurado, aos dez dias do mez de Setembro, o marco n. 3 do mesmo divisor.

No dia 16 estiveram 37 indios “marinauas” no nosso acampa-

mento, onde pernottaram dois, com toda confiança no nosso pessoal. Sem penetrarem no mesmo acampamento, deixaram á entrada, no dia seguinte, grande quantidade de milho, macacheira (mandioca) e bananas, como retribuição de presentes recebidos.

A turma de abertura da picada alcançou a nascente principal do “Santa Rosa” no dia 20 de Setembro, tendo atravessado, na véspera, um *varadouro* de indios, que liga os rios “Jaminaua” e “Curanja”.

No dia 21 foi o Capitão-Tenente Miranda Rodrigues ao marco levantado naquella nascente pela Commissão Mixta em 1920, verificando então o perfeito estado da parte metálica e a necessidade de um pequeno reparo, que foi feito, na base de cimento.

No dia 23 regressou aquelle official ao ponto em que se devia erguer o marco n. 4 do divisor, afim de realisar as necessarias observações para obtenção do ultimo valor da longitude. A inauguração desse marco teve logar no dia 25, regressando a Sub-Commissão Mixta no dia 26, depois de haver desempenhado do modo o mais completo e digno de louvor todos os trabalhos de demarcação da fronteira até o ponto do divisor de aguas “Embira-Purús”, que fica a 120^m e ao rumo verdadeiro 48° 30’ Noroeste do marco que assignala a nascente principal do rio “Santa Rosa”, affluente da margem esquerda do rio “Purús”.

No dia 27 chegou a Sub-Commissão Mixta ao acampamento do rio “Furnaya”, sendo alli organizada uma turma de quatorze homens que, sob a direcção do Cabo Duarte, desceu com todo o material o rio “Furnaya” e depois o “Jaminaua” até á sua foz, no rio “Embira”, proximo do seringal “União”.

O resto do pessoal, sob as ordens do Capitão-Tenente Miranda Rodrigues, continuou a marcha pela picada do paralelo de 10°, chegando no dia 4 de Outubro ao acampamento da margem do “Embira”, que ficará guardado por tres homens.

Concluidos os preparativos para a viagem pelo rio “Embira”, foi ella iniciada no dia 5, chegando a turma no dia 6 ao “Progreso”, onde em 1923 foi feito o grande deposito de cargas. No dia 11 foi o Cabo Duarte encontrado, quando, em obediencia ás instrucções recebidas, subio o rio “Embira” com duas *ubás* e sete empregados, afim de auxiliar a turma em sua descida até “União”, onde chegaram no dia 12.

Continuando a viagem, conforme o exposto no “Diario da turma do rio Embira”, acampou a Sub-Commissão Mixta na foz desse rio no dia 18, ás 8^h, 30^m.

Todos os trabalhos foram activa e intelligentemente acompanhados pelos Capitão Bernardino G. Vallenás, que os executou conjuntamente com o chefe da turma brasileira.

Após a realização de todos os trabalhos, quando já se achava de regresso, no rio “Embira”, foi esse official peruano atacado de *polyneurite*, chegando a inspirar serios cuidados ao medico da nossa Commissão, o Capitão Doutor Brulino de Carvalho, cuja competencia e dedicação têm sido sobejamente provadas.

A 24 de Outubro embarcou a Sub-Commissão Mixta no navio de roda á popa *Nictheroy*, na foz do rio “Embira”, donde partio no dia 26 do mesmo mez ao encontro do vapor *Inca*, para o qual baldeou com destino a Belém, séde da Commissão Mixta.

A viagem neste ultimo navio foi feita com a turma do Cruzeiro do Sul, confiada ao Sub-Chefe da Commissão Brasileira; por isso será descripta quando tratarmos desta turma.

TURMA DO RIO “TARAUACÁ”

Esta turma viajou, como já dissemos, no pequeno vapor *Uruguayana*, que, depois do desembarque da turma do rio “Embira”, na confluencia com o “Tarauacá”, proseguio viagem com destino a Villa Seabra, onde chegou ás 9 horas do dia 9 de Maio de 1924, sendo impossivel continuar acima desse ponto, por achar-se muito baixo o rio “Tarauacá”.

A carga enviada de Belém no mez de Fevereiro, e que devia ser conduzida pela casa Nicolaus & C. para o logar denominado “Revisão”, no alto rio “Jordão”, affluente do “Tarauacá”, ficou depositada em um barracão dessa casa, em “Novo Destino”, pouco acima de Villa Seabra, não sendo possivel transportal-a, nem mesmo em pequenas lanchas, além desse ponto. A’ vista disso, foi a conducção feita em batelões da propria Commissão e em outros fretados, todos accionados por *motogodilles*.

Concluidos os preparativos para a viagem, e distribuidos convenientemente todos os volumes de carga, partio a turma de Villa Seabra no dia 12 de Maio ás 12 horas, e só com grandes esforços alcançou no dia 28, ás 17^h, 15^m, a barra do rio “Jordão”, tambem conhecido, como “Riosinho”, e mais communmente chamado “Riosinho do Jordão”, sendo alli estabelecido um deposito e acampamento, que serviria de base para os subseqüentes transportes da carga até “Re-

visão”, onde reside o já citado *matteiro* Felizardo de Cerqueira, no alto rio “Jordão”.

A extrema vasante desse pequeno rio só permittia a navegação em pequenas *ubás*, que eram, em muitos trechos, difficil e penosamente arrastadas, em vista do estado de muitos homens, atacados em geral da terrivel “capa-rosa,” e oito delles soffrendo de paludismo. Além disso, muito maltratavam os pés desses homens, naquelle serviço, os moluscos existentes nos *salões* das corredeiras e cachoeiras, em cujas passagens alagaram-se tres canôas.

Assim foi feita a navegação até o lugar denominado “Sorocaba”, sendo impossivel continuar a conducção pelo rio, absolutamente innavegavel a partir daquelle ponto. Começou-se, então, o transporte do material por *varadouros*, que ligam “Sorocaba” a “Revisão”, facilitando sobremodo o serviço. Por outro lado, teve a Commissão, pela primeira vez, desde o inicio de seus trabalhos de demarcação, a immensa vantagem de possuir tres bois de carga, dos quaes dois foram cedidos por emprestimo e o outro alugado, para o transporte das cargas entre aquelles dois pontos — o unico trecho em que a turma podia utilizar tão preciosos elementos.

Apenas uma viagem fôra possivel fazer, por agua, até “Revisão”, aproveitando um pequeno *repique* no dia 28 de Junho.

Todo o transporte de “Sorocaba” a “Revisão”, por terra, foi dirigido pelo Auxiliar Rubens Nelson Alves.

De “Revisão”, onde foi feito o deposito geral das cargas e base de operações da Sub-Commissão Mixta, realisou-se o transporte de viveres para a nascente principal do rio “Breu”, em quantidade sufficiente para 60 dias, utilizando-se, para isso, de uma picada que liga “Revisão” á confluencia do igarapé “Cazuza”, até o cruzamento de um pique, que conduz áquelle nascente. Esse pique fôra aberto pelo *matteiro* Felizardo de Cerqueira, auxiliado por alguns indios “cachinauas”, no intervallo dos trabalhos de 1923-1924, afim de facilitar o referido transporte, prolongando-se depois, conforme minha ordem, a partir da nascente para o Sul, sobre o divisor de aguas, que separa as que correm para o “Juruá”, a Oéste, das que correm para o mesmo rio, ao Norte, e seguindo sobre elle até encontrar o ponto attingido pela turma em 1923, sobre o mesmo divisor.

Essa medida, por mim tomada ao terminar os trabalhos no anno anterior, veio facilitar immensamente os de 1924, visto terem sido encontrados certos os piques do divisor, quando verificados pela Sub-Commissão Mixta.

No dia 13 de Julho chegou á nascente do “Breu” a ultima carga destinada a esse ponto. Quando, porém, a 24 de Junho, se realisava a terceira viagem de subida, com cargas, no rio “Jordão”, encontrou o Primeiro Tenente Arthur Bustamante de Albuquerque, ajudante da Commissão Brasileira e chefe da turma, um empregado da turma que operava no rio “Breu”, sob a direcção do Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas, trazendo deste Official um bilhete, enviado da forquilha “Breu-Cazuza”, no qual pedia informações acerca dos piques que o Felizardo devia ter aberto.

Apressando a sua viagem por terra, do “Transwaal” (do rio “Jordão”, pois ha outro lugar do mesmo nome no rio “Breu”) para “Revisão”, chegou o Primeiro Tenente Bustamante a este lugar no dia 26 de Junho, fazendo seguir na manhã de 27 ao encontro do Capitão-Tenente Sadock um empregado portador de um *croquis* das picadas feitas pelo Felizardo. Esse empregado já encontrou na nascente do “Breu” o chefe da turma, que operava nesse rio.

O *matteiro* Felizardo, depois da abertura de todos os piques, havia partido de “Revisão” para o rio “Embira”, em obediencia ás minhas instrucções, afim de alli prestar seus valiosos serviços á turma do Capitão-Tenente Miranda Rodrigues.

No dia 4 de Julho chegou o Tenente Bustamante á nascente principal do rio “Breu”, onde já achou construido o marco, cuja inauguração foi feita no mesmo dia.

Estava assim realisado o meu desejo, estabelecendo-se entre as duas turmas o contacto necessario á bôa marcha das operações e muito recommendado nas minhas instrucções.

Como veremos ao tratar da turma do rio “Breu”, esse marco acha-se no proprio divisor de aguas, assignalando o extremo septentrional do trecho-fronteira sobre esse divisor, ao mesmo tempo que serve de marco de referencia da nascente principal do rio “Breu”, da qual dista apenas 99 metros.

Conhecido esse ponto inicial do trecho do divisor a demarcar, foram effectuados todos os trabalhos topographicos e astronomicos necessarios ao levantamento e nivelamento do referido divisor de aguas, e á determinação das coordenadas geographicas dos pontos escolhidos para a erecção dos marcos.

Tres foram os marcos construidos sobre o alludido divisor de aguas: o primeiro, inaugurado a 23 de Julho; o segundo, no dia 2 de Agosto; o terceiro, a 15 de Agosto. O ultimo desses marcos foi construido na parte do divisor já levantada pela turma de 1923, em ponto

convenientemente escolhido pelas de 1924, para que ficasse proximalmente equidistante dos dois marcos contíguos.

Todos os detalhes referentes aos marcos, inclusive seus característicos e posições geográficas, constam dos respectivos Termos e Actas de inauguração.

Para identificação do divisor de águas, foram feitas meticolosamente as necessárias explorações de cursos d'água das vizinhanças dos piques, de modo a nenhuma dúvida restar sobre a rigorosa determinação da linha procurada.

Para maior garantia e comprovação de tal rigor, resolvi ordenar ao Primeiro Tenente Bustamante que, depois de executados com segurança os trabalhos de demarcação do trecho-fronteira sobre o *divortium aquarum*, fizesse uma exploração nos rios "Tarauacá" e "Jordão", sem realizar os seus levantamentos, que exigiriam longo tempo, mas executando um simples reconhecimento e estudando os seus ramos formadores, seguindo depois os principaes até ás respectivas nascentes.

Na determinação dessas nascentes principaes, foram observadas as regras adoptadas no Ministerio das Relações Exteriores.

A primeira exploração foi a do rio "Jordão", visto ter a turma regressado a "Revisão", quando terminou a demarcação no divisor de águas.

Depois de "Revisão", o rio acompanha geralmente a direcção do divisor-fronteira até proximalmente 2 kilometros antes do marco n. 3, passando então a acompanhar uma bifurcação do divisor, na direcção approximada de Léste, isto é, um pequeno divisor de águas entre o "Jordão" e o "Ebuya", affluente do "Progresso", que, por sua vez, é affluente da margem esquerda do "Embira".

Muitos *varadouros* partem de diversos pontos do rio "Jordão", inclusive tres de "Revisão": um, para o "Ebuya"; outro, para a foz do "Progresso", passando pelos rios "Tarauacá" e "Formoso"; e o terceiro, para a confluencia do "Breu" e "Cazuza", do valle do "Juruá".

Diversos affluentes do rio "Jordão" foram explorados, acima de "Revisão". Os da margem esquerda são: o "Jaminaua" ⁽¹⁾, cuja nascente se acha em frente á do "Breu", na encosta de Léste do divisor demarcado; o igarapé "Laurita", hoje conhecido por "Papavou", por terem nelle habitado indios conhecidos por esse nome, mas

(1) Existe outro "Jaminaua", affluente da margem direita do rio "Embira" e já citado neste relatório.

pertencentes á tribu dos “Amahaucas”, quasi extincta; o igarapé “Bonito”; o igarapé “Pedreira”, cujas aguas correm com maior velocidade, por ser elle muito encachoeirado e ter o leito com grande declive; finalmente, o “Sanango” — o ultimo observado antes da nascente principal do rio “Jordão”.

Nenhum interesse encontram os nossos estudos nos affluentes da margem direita do rio “Jordão”; entretanto, citaremos como mais importante, o igarapé “Bernardo”, pouco acima de “Revisão.”

A partir de sua nascente principal, o rio “Jordão” corre a principio para Suéste, dando volta depois pelo Sul e por Sudoéste, para continuar pelo quadrante de Noroéste e, finalmente, para o lado do Norte.

Todos esses dados, bem como a representação graphica que a este acompanha, são elementos approximados, puramente explicativos, para esclarecer o que se passa no terreno. Esse mappa mostra que o rio “Jordão” faz essa volta apertado entre o divisor-fronteira (demarcado) e um outro menor, que bifurca daquelle nas proximidades do marco n. 3, como já dissemos, e segue depois para o lado de Nor-déste, inclinando-se, finalmente, para o lado do Norte.

Melhor do que vastas explicações, o referido mappa permite facilmente concluir que todos aquelles affluentes têm suas nascentes na vertente oriental do divisor-fronteira, excepto o “Sanango”, que, nascendo na vertente occidental da mencionada bifurcação, se acha *ipso facto* a Léste daquelle divisor. A nascente do igarapé “Bernardo” acha-se tambem nesta ultima vertente.

Esta succinta exposição mostra claramente que, embora não tenham sido feitos levantamentos traduziveis em mappas rigorosos, por exigirem largo tempo e não serem indispensaveis para o fim em vista, as explorações executadas foram sufficientes para o conhecimento perfeito do valle do rio “Jordão” e rigorosa comprovação da exacta localisação do divisor de aguas, em cuja encosta occidental correm as aguas dos principaes formadores do rio “Juruá” — o “Torolluc” e o “Piqueyaco” — cujas coordenadas geographicas, determinadas pela Commissão Mixta Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do rio “Juruá”, são outros elementos comprovativos da precisão com que se acaba de definir e demarcar o trecho do divisor de aguas, de accordo com o Tratado de 8 de Setembro de 1909.

A nascente principal do rio “Jordão” foi assignalada por um marco de madeira de lei (*cumarú ferro*) de 4^m,40 de comprimento, ficando 3^m,20 acima e 1^m,20 abaixo do sólo. A parte inferior, que

foi queimada e pixada, é cylindrica, de 0^m,60 de diametro; a que se acha acima do sólo tem a fôrma de um prisma quadrangular, de 0^m,23 de lado, terminando no tópe em fôrma pyramidal. Na face voltada para a nascente, acha-se pyrogravada a inscripção — NASCENTE DO RIO JORDÃO — e na face opposta, isto é, na voltada para Oéste, estão os seguintes dizeres: 1924 — C. L. B. P. — 1924. As lettras têm 0^m,09 de comprimento, 0^m,05 de largura e 0^m,01 de profundidade.

A nascente, que está a 43^m,32 e ao rumo verdadeiro 83°53'07'' Suéste do marco, e a 398^m,2 de altitude, tem para coordenadas geographicas: latitude 09°45'2119'' Sul e longitude 72°07'18''54 a W. de Greenwich. Essa nascente encontra-se em um cerro, que recebeu o nome de "Cerro da Gloria".

As observações, para obtenção dos valores acima mencionados, tiveram inicio no dia 16 e terminaram a 19 de Agosto.

A cerca de 300^m da nascente, apresentam-se cinco pequenos galhos. Seguido o principal, verificou-se que tem sua origem em um olho d'agua, sob uma arvore denominada "envireira".



As explorações para a escolha do ramo principal do rio "Tarauacá" foram feitas exactamente como no rio "Jordão", começando na foz do igarapé "Formoso", o mais importante affluente nas proximidades das cabeceiras daquelle rio.

O ramo principal foi facilmente escolhido, em vista do resultado da comparação com o "Formoso", segundo as regras observadas no caso do rio "Jordão". Aquelle apresenta uma inflexão de 16° sobre a direcção geral do tronco, ao passo que a do "Formoso" é de 100°; a sua extensão é estimadamente o triplo, e o seu volume d'agua é o dobro do que apresenta o segundo.

O rio "Tarauacá" tem sua nascente principal em uma grota, ao lado de uma arvore de madeira de lei, conhecida por "páo d'arco", na encosta de um morro alto, do qual se descortina bello panorama, e na vertente oriental do divisor, que bifurca do divisor-fronteira.

Essa bifurcação, interpondo-se aos "Altos Tarauacá e Jordão", é o proprio divisor local desses rios, donde se conclue que as aguas do ramo principal do "Tarauacá", sem possibilidade de attingir o divisor-fronteira, d'elle se afastam, correndo para o "Juruá", ao Norte.

A exploração do rio “Tarauacá” vem provar, como já se deu com a do seu affluente “Jordão”, o acerto na localisação da nossa fronteira sobre o divisor de aguas que separa as que correm para o “Juruá”, a Oéste, das que correm para o mesmo rio, ao Norte.

A altitude da nascente do “Tarauacá” é de 431^m,5 e suas coordenadas geographicas são: latitude 09°44'00"01 Sul e longitude 72°06'39"03 a W. de Greenwich.

A 41^m,20 de distancia e ao rumo verdadeiro 86°24'47"00 Sudoéste da nascente, foi levantado um marco de “guariuba” (madeira de lei) com 3^m,80 acima e 1^m,30 abaixo do sólo, tendo sido queimada e pixada a extremidade inferior, cuja figura é a de um prisma quadrangular de 0^m,46 de lado. A parte superior é da mesma fórma, tendo, porém, cada face 0^m,25 de lado, e termina no alto em fórma de pyramide. Na face voltada para a nascente lê-se a inscripção — NASCENTE DO RIO TARAUCÁ —, e na opposta, — 1924 C. L. B. P. — 1924. As letras desses dizeres foram pyrogravadas e têm 0^m,09 de comprimento, 0^m,05 de largura e 0^m,01 de profundidade.

As coordenadas geographicas desse marco são: latitude..... 09°43'59"93 Sul e longitude 72°06'40"37 a W. de Greenwich.

Nada restando fazer á turma incumbida das operações a Oéste do rio “Embira”, pois havia dado cabal cumprimento ás instrucções recebidas, foi iniciada a retirada no dia 24 de Agosto por uma picada que liga aquella nascente á “Revisão”, onde chegou no mesmo dia todo o pessoal da Sub-Commissão Mixta. Essa picada, que fôra aberta em tres dias, acompanhando o alto do igarapé “Bernardo”, tem proximamente 23 kilometros de extensão e corta depois o igarapé “Macedo”, alcançando finalmente o rio “Jordão”, nas visinhanças de “Revisão”. A abertura dessa picada obedeceu á conveniencia de evitar-se um percurso de cerca de 80 kilometros, e facilitar a retirada de todo o material.

Partindo de “Revisão”, no dia 30 de Agosto, as 7^h,30^m, chegou a turma á foz do rio “Jordão” ás 15 horas de 11 de Setembro.

A forte vasante, que então se verificava, muito difficultou a viagem até o seringal denominado “Transwaal”, no rio “Jordão”, sendo os viveres e material carregados por terra, ás costas de indios e outros empregados, e as embarcações arrastadas sobre o leito do rio, serviço este em que o nosso pessoal foi muito alliviado por uma junta de bois. Para bem avaliar-se dos obstaculos vencidos, basta dizer que, sendo de 2 horas o tempo empregado na navegação regular desse trecho, foram despendidos oito dias pelo nosso pessoal, sem

perda de tempo. Mas a alvorada de 7 de Setembro surgiu cheia de esperanças para os patriotas viajantes, brindando-os com um *repiquete*, que lhes permittio descerem rapidamente até á foz.

Às 7 horas do dia 14 deixaram a foz do rio “Jordão”, com destino á Villa Seabra, onde chegaram ás 18^h, 10^m do dia 21 do mesmo mez, sendo a viagem feita em batelões accionados por *motogodilles*.

Em radio expedido dessa cidade, o Primeiro Tenente Bustamante communicou immediatamente a sua chegada, recebendo em seguida de Cruzeiro do Sul as necessarias ordens para o seu regresso á séde da Comissão, na cidade de Belém.

De accordo com as ordens recebidas, partio esse Official no dia 23 com todo o pessoal e material, nas citadas embarcações, para a foz do “Tarauacá”, onde chegou a 29 do mesmo mez, dalli partindo a 5 de Outubro, na lancha “Colombo”, com destino a Belém, capital do Estado do Pará, onde chegou na manhã de 25 de Outubro, depois de tocar no porto de Manáos, tendo feito apresentar, nessa cidade, ao 27º Batalhão de Caçadores a parte do contingente que servia sob suas ordens.

O estado sanitario na turma, cujos trabalhos acabo de descrever, não foi infelizmente satisfactorio, pois muitos casos de paludismo foram notificados, especialmente durante as viagens nos rios “Tarauacá” e “Jordão”.

O Soldado José Victor da Silveira foi picado por uma cobra “jararaca” no dia 25 de Julho, só ficando completamente curado no dia 25 de Agosto, apesar de se lhe haver applicado o sôro anti-botropico do instituto de Butantan.

Os indios encontrados por essa turma eram todos domesticados, representando restos de varias tribus já muito reduzidas. O primeiro *cupichaua* encontrado foi o de “Athenas”, no rio “Tarauacá”, onde vivem cerca de 50 indios, homens e mulheres, das seguintes tribus: “esconaua”, “vamonaua”, “ururunaua” e “jaminaua”. A terminação “naua” significa — *gente*; os prefixos “esco”, “varno”, “ururu” e “jami” são respectivamente traduzidos por *japó*, *queixada*, *cobra* e *machado*.

A tribu “canhinaua” é a que conta maior numero de indios, e foi quasi totalmente catechizada por Felizardo Cerqueira — antigo morador em “Revisão” e que hoje está incorporado á nossa Comissão como *matteiro*. No rio “Jordão” existem cinco *milocas* desses indios.

Os brasileiros civilizados são por elles chamados “nuconaua”

(nossa gente) e como se consideram, elles proprios, os unicos homens verdadeiros, chamam-se uns aos outros “humicuim”, que significa — *homem verdadeiro*.

Antes de terminar a presente exposição relativa á turma que operou entre o rio “Embira” e nascente do rio “Breu”, devo dizer que todos os trabalhos realizados tiveram a efficiente cooperação do Major Manuel Zárate, Ajudante da Commissão Peruana.

TURMA DO RIO “BREU”

Como foi dito no começo do presente relatorio, a Sub-Commissão Mixta, destinada aos trabalhos no rio “Breu” e no paralelo de sua foz, sulcou as aguas do “Juruá” no pequeno navio de roda á popa ou chata *Curytiba*, que, tendo partido a 30 de Abril do lugar denominado “Veneza”, chegou ao Cruzeiro do Sul no dia 7 de Maio.

No intuito de facilitar a marcha dos trabalhos, resolvi tentar o proseguimento da viagem da turma no mesmo navio para a foz do rio “Breu” ou até onde as condições do rio o permittissem.

Depois de desembarcar o Sub-Chefe da Commissão Brasileira e o Primeiro Tenente Alfredo Luna, que deviam ficar em Cruzeiro do Sul para as observações astronomicas e transmissão de signaes radio-horarios a serem recebidos pelas turmas demarcadoras da fronteira, partio a chata *Curytiba*, da referida cidade, no dia 9 de Maio, levando a seu bordo os Chefes das duas Commissões, Brasileira e Peruana, o Ajudante da Commissão Brasileira, Capitão-Tenente Sadock de Freitas, e o medico da mesma Commissão, Capitão-Tenente Dr. Annibal Bittencourt, além do pessoal militar e civil e do material necessario á execução do programma preestabelecido.

No dia 12 de Maio, ás 16^h,20^m, alcançámos o lugar denominado “São João”, á margem esquerda do rio “Juruá” e residencia do Sr. Candido Ferreira Baptista, proprietario de um barracão na foz do rio “Breu” e o unico extractor de borracha nesse rio, sendo nesse serviço auxiliado por um grupo de indios “campas”.

A subida da chata *Curytiba* até “São João”, pouco abaixo do ponto a que nos destinavamos, foi motivo de geral surpresa, attenta a época em que lá chegavamos.

A immensa e extraordinaria vasante dos rios na região do Acre, nos mezes em que as aguas deviam attingir seu maximo, não havia permittido que o vapor *Môa*, que partira de Belém no mez de Fevereiro com destino á foz do “Breu”, conduzindo viveres e ma-

terial para esta turma, passasse da bocca do “Tejo”, que só foi por elle attingida após varios encalhes e com grande sacrificio.

A’ nossa passagem pela bocca do “Tejo”, onde existe um grande barracão da casa Nicolaus & C., proprietaria do vapor *Môa*, recebemos o resto da carga alli depositada e dois batelões destinados aos serviços no rio “Breu”, visto que a maior parte dos viveres e material já havia sido transportada em batelões e *ubás* da propria Commissão para a foz deste ultimo rio, pelo Sr. Ferreira Baptista, de accordo com as instrucções de mim recebidas.

Preparados os batelões e *motogodilles*, tratou-se da baldeação das cargas e desembarque do pessoal, afim de permittir o regresso da *Curityba* e evitar que esta ficasse presa no alto “Juruá”, visto que as aguas deste começavam a baixar.

A’s 7 horas, do rio 14 de Maio, partio de “São João” a turma do rio “Breu”, assistindo ainda á sahida daquelle navio, que no mesmo momento aproava aguas abaixo.

Acompanhados pelo Sr. Candido Ferreira Baptista, com quem eu havia previamente contractado o pessoal necessario para os trabalhos da turma naquella zona, chegámos á bocca do “Breu” no dia 16, ás 16 horas.

Nesse mesmo dia foi feito um ligeiro reconhecimento do rio “Juruá” até pouco acima da foz do rio “Breu”, e observou-se então que aquelle rio, a partir da referida foz *para cima*, segue para o lado do Norte para o de Oéste, verificando-se posteriormente, com sufficiente precisão, que o paralelo da foz do rio “Breu” não corta o “Juruá” em frente a essa foz, mas segue para Oéste, entre as margens direita do “Juruá” e esquerda do “Breu”, indo cortar o mesmo “Juruá” em um ponto acima da confluencia.

A’ vista disso, propuz ao Chefe da Commissão Peruana que se levantasse um trecho do rio “Juruá”, em torno da confluencia do “Breu” e que fosse aberta uma picada para Oéste verdadeiro da foz, isto é, sobre o paralelo desta, até encontrar a margem direita do rio “Juruá”.

O levantamento estendeu-se além do ponto terminal da picada, só sendo suspenso depois de verificar-se que esse rio não era novamente interceptado pelo paralelo da foz do “Breu”. A extensão total do trecho levantado é de 9.900^m, sendo 7.100^m comprehendidos entre a referida foz do “Breu” e a intersecção do paralelo dessa foz com o rio “Juruá”, e 2.800^m além dessa intersecção, já em aguas peruanas. A prova de não ser esse rio outra vez cortado pelo paral-

lelo, consiste em um reconhecimento feito no mesmo rio, aguas acima, a partir do extremo do levantamento.

Escolhido um ponto conveniente para as observações astronomicas, proximo do acampamento da Sub-Commissão Mixta, pouco abaixo da bocca do “Breu”, em frente ao barracão do Sr. Ferreira Baptista, foram aquellas iniciadas, e, obtidos os necessarios elementos para a determinação rigorosa do azimuth de uma mira, por observações de alongações maximas de estrellas, foi concluida com toda precisão a direcção do paralelo da foz do rio “Breu” e locada essa linha no terreno, para o mencionado fim.

Todos esses trabalhos, bem assim as observações astronomicas necessarias á determinação da latitude e longitude, foram feitos sob minha direcção, sempre de accordo com o Chefe da Commissão Peruana, que nelles tomou parte directa e activa.

Constatado com a maxima exactidão que ficaria pertencendo ao Brasil o trecho do rio “Juruá”, com o desenvolvimento de 7.100^m, comprehendido entre a foz do rio “Breu” e a intersecção do paralelo dessa foz com aquelle rio, e consequentemente a área de terra limitada pela margem direita do rio “Juruá” naquelle trecho e a recta que une os extremos desse trecho, segundo o alludido paralelo, na extensão de 1.259^m,62, apresentou-me insistentemente aquelle Chefe a proposta de considerarmos como fronteira o *thalweg* do rio “Juruá”, desde a confluencia do “Breu” até a sua intersecção com o paralelo da foz deste ultimo.

A’ vista dos meus convincentes argumentos, que provavam a falta de competencia dos Chefes das Comissões para alterarem a expressão clara dos paragraphos 1º e 2º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909, nada justificando qualquer modificação, nem mesmo a apresentação de uma proposta nesse sentido a seus respectivos Governos, visto tratar-se de uma clausula perfeitamente exequivel, com mais ou menos trabalho, e sem nenhum impedimento de ordem technica para sua execução, resolveu o Chefe da Commissão Peruana attender ás minhas razões e realizar commigo os necessarios e já referidos trabalhos.

A parte que interessa ao caso está graphicamente representada em uma planta, na escala de 1:5000, mostrando claramente o que acabo de expôr.

Os trabalhos proseguiram para a erecção de dois marcos: o brasileiro, da foz do rio “Breu”, construido em terreno brasileiro, ás margens direitas do “Juruá” e desse seu affluente, a Lésse verdadeiro

e á distancia de 296^m,472 do ponto representativo da referida foz, com 212^m,1 de altitude, em um ponto escolhido de modo que aquelle marco assignale ao mesmo tempo o paralelo da foz do “Breu”; o outro, representativo da intersecção deste paralelo com a margem direita do rio “Juruá”, levantado a 27^m,58 do barranco deste rio, a Oéste verdadeiro e á distancia de 1.232^m,04 da foz do “Breu”.

Todos os detalhes e característicos desses dois marcos são encontrados nos respectivos Termos e Actas das inaugurações, que tiveram logar, com a minha presença, no dia 28 de Maio de 1924.

Tendo realisado o meu desejo de verificar pessoalmente o caso da foz do rio “Breu”, e alli inaugurar os marcos que as condições do terreno permittissem construir, retirei-me daquelle logar na manhã de 8 de Junho, para attender a outros trabalhos, trazendo a immensa satisfação de o vêr plenamente resolvido com a minha presença, que julgo ter sido indispensavel naquella parte da fronteira.

Quando parti, realisou-se a ultima viagem de quatro *ubás*, que transportavam, para o logar denominado “Transwaal”, no alto “Breu”, toda a carga necessaria aos trabalhos da turma nesse rio, e depositada antes na bocca desse mesmo rio.

Ausentando-me daquelle zona, ficaram os trabalhos da turma sob a responsabilidade directa do Ajudante da Commissão Brasileira, Capitão-Tenente Amaury Sadock de Freitas, sendo a Commissão Peruana representada pelo respectivo Chefe, que continuou incorporado áquella turma, de accordo com o estabelecido entre os dois Governos.

Na manhã do dia 3 de Junho foi encetado o levantamento do rio “Breu”, ao mesmo tempo que uma pequena turma de trabalhadores abria a picada segundo o paralelo da foz desse rio, na margem esquerda do rio “Juruá”, para Oéste, em busca do divisor de aguas “Ucayale-Juruá”. Esta segunda parte do serviço só foi interrompida quando o avanço do levantamento do rio começou a exigir a presença de todo o pessoal, sendo recommçado mais tarde, quando a turma regressou da nascente principal do alludido rio “Breu”, após o levantamento de todo seu curso.

As difficuldades inherentes á navegação, feita em pequenas *ubás*, que se arrastavam morosamente no leito do rio “Breu”, foram felizmente compensadas pelo abnegado esforço do pessoal da turma, que, tendo deixado a foz no dia 3, alcançou no dia 9 de Junho o logar conhecido por “Transwaal”, donde partio a 16, caminhando a pé pelo leito do rio, cuja agua, extremamente escassa, já não permittia o transporte, até mesmo naquellas pequenas embarcações.

No decurso do levantamento do rio “Breu”, foram assignalados os *affluentes* dignos de menção e que se acham indicados nas cartas representativas dos trabalhos executados pela Commissão Mixta.

Para a necessaria correcção do levantamento, foram astronOMICAMENTE determinadas as coordenadas geographicas dos seguintes pontos, além da foz do proprio rio e das nascentes dos dois principaes ramos formadores: igarapé “Casimiro”, *affluente* da margem esquerda; “Transwaal”, á margem direita; e forquilha dos formadores, na confluencia do igarapé “Cazuza”.

No trecho comprehendido entre as boccas do “Breu” e do seu *affluente* “Casimiro”, a orientação geral do rio é de 70° Suéste (para quem sobe), embora sejam em grande numero as voltas que o rio descreve em todos os quadrantes. A largura do rio na foz é de 45^m, conservando na média o mesmo *caixão* até receber aquelle igarapé. Seus *affluentes* principaes da margem direita, nesse trecho, são: o igarapé “Raio”, com 4^m de *caixão*, o “Carapreta” e alguns outros que, por serem menos importantes, não têm nome; na margem esquerda: o igarapé “Pau Furado”, com 6^m de *caixão*; o “Seringueira”, com 4^m; o “Carrapeta”, igualmente com 4^m de largura; o “Mulateiro” e o “Concherim”.

No trecho limitado pelo igarapé “Casimiro” e “Transwaal”, o unico ponto habitado de todo o rio “Breu” — tem este, para quem sobe, a direcção geral de 85° Suéste, diminuindo muito pouco o seu *caixão*, que se conserva sempre entre 30^m e 40 metros.

Os principaes *affluentes*, nessa secção do rio, são: na margem direita — o igarapé “Julião”, cujo *caixão* tem 8^m; o igarapé “Antonio Luiz”, de igual largura; o “Jacobina”, com um *caixão* de 6^m; o igarapé “Paracurú”, e outros que não merecem menção; na margem esquerda — o igarapé “Miguel Neco”, de 8^m de largura; o “Candelaria”, da mesma largura, e outros de menor importancia.

No trecho comprehendido entre “Transwaal” e a forquilha dos formadores, o rio corre, ora para o Sul, ora para Léste, sendo de cerca de 35° Noroeste a direcção da linha que une os extremos. O levantamento dessa parte foi cheio de difficuldades, em consequencia da falta d’agua, que obrigava a caminhar a pé pelo leito do rio, onde existem, de vez em quando, grandes poços, embaraçando ainda mais a marcha.

A largura média do seu *caixão* é de 20^m, e seus *affluentes* principaes são: na margem direita, o igarapé “Busnan”, com 12^m de *caixão*; na margem esquerda: o “Damasceno”, pequeno igarapé; o

“Italia”, com 8^m de largura e outros que não merecem ser indicados.

O ramo denominado “Breu” recebe diversos affluentes, sendo os mais importantes os seguintes: na margem esquerda, os igarapés “São João” e “Santo Antonio”; na margem direita, o igarapé “São Pedro”, proximo da nascente.

O “Cazuza” recebe na sua margem esquerda o igarapé “Portuguez”, assim denominado por habitar alli, em uma pequena barraca, completamente isolado e ha muitos annos, um homem de nacionalidade portugueza que se entrega á cultura de cereaes e á extracção de borracha, cuja exportação é feita por um *varadouro* para “Revisão”, do alto rio “Jordão”.

Quando os citados Officiaes alcançaram a forquilha dos formadores do rio “Breu”, no dia 18 de Junho, foram logo por elles iniciados, nos dois ramos—um, denominado “Breu”, e outro “Cazuza” pelos habitantes da região—, os estudos necessarios á comparação de ambos e á consequente escolha do *principal*, obedecendo ás condições estipuladas na Acta da 14^a Conferencia, realisada na cidade de Belém a 29 de Março de 1924.

Esses estudos começaram pelo levantamento dos dois braços, a partir de sua confluência: o do conhecido por “Cazuza”, na extensão de 3.079^m e o do chamado “Breu”, na extensão de 2.974^m. Este ultimo é geralmente encachoeirado, apresentando varias corredeiras e duas cachoeiras, a primeira tendo apenas 1^m de altura, a 3.300^m da confluencia, e a segunda, que é a mais importante, acha-se a 80^m da nascente, apresentando uma quédia de 7 metros. A nascente principal desse braço está junto a uma grande arvore conhecida por “pama”, distante 99^m da crista do divisor de aguas, cuja demarcação foi realisada pela turma do rio “Tarauacá”. Até poucos metros abaixo da maior cachoeira, encontra-se agua em pequenos poços, sendo geralmente secco o leito do rio dahi para cima.

O primeiro mencionado, isto é, o “Cazuza”, que é tambem encachoeirado, apresenta tres cachoeiras, sendo uma de 2^m de altura e as outras duas de 4 metros. Esse braço nasce em um pequeno buraco, que na occasião estava secco, ao lado de um grande araçazeiro, só existindo agua em um pequeno poço, que dista 191^m,7 da nascente.

O braço denominado “Cazuza” corre em geral para o Norte, a partir de sua nascente, seguindo depois para Noroeste, e finalmente para Sudoeste, até a sua confluencia com o “Breu”; o conhecido por “Breu”, corre geralmente no quadrante de Noroeste, approximando-se

da direcção geral do trecho abaixo da forquilha, que, como já foi dito, corre na direcção geral de 35° Noroeste até o “Transwaal”.

Desenhados os dois alludidos ramos formadores, concluiu-se que o conhecido por “Breu” aproxima-se da direcção geral do tronco, ao passo que o “Cazuza” apresenta sensível inflexão em relação a este. Uma simples inspecção da carta desenhada pela Comissão Mixta, mostra claramente que aquelle satisfaz a primeira das condições exigidas por esta Commissão para a escolha do principal formador de um rio.

Desses estudos resultou naturalmente a preferencia do braço denominado “Breu”, isto é, o do Sul, como formador *principal* do rio do mesmo nome, o que mostra acerto no julgamento pratico dos habitantes da região.

Quanto ás outras condições, também satisfeitas por esse braço, basta consultar o quadro abaixo, que facilita as comparações de varios elementos justificativos da escolha daquelle formador.

FORMADORES	NA FOZ		
	LARGURA MAXIMA		PROFUNDIDADE NA MAIOR ENCHENTE
	Enchente	Vazante	
"Breu".....	19 ^m	10 ^m ,6	3 ^m ,8
"Cazuza".....	17 ^m	8 ^m ,6	3 ^m ,0

FORMADORES	VOLUME D'AGUA					ALTITUDE DA NASCENTE	CURSO
	ELEMENTOS PARA O CALCULO				DESCARGA EM 1 ^a		
	Base	Tempo do percurso (medio)	Velocidade media dos flu- tuadores	Secção transversal			
"Breu"....	10 ^m	13*,88	0 ^m ,728	0 ^{m2} ,4836	0 ^{m3} 352061	374 ^m ,7	11.600 ^m
"Cazuza"..	10 ^m	20*,80	0 ^m ,481	0 ^{m2} ,5600	0 ^{m3} 269360	355 ^m ,9	12.750 ^m

O ramo secundario “Cazuza”, continúa, pois, a ser considerado como um affluente da margem direita do rio “Breu”, embora tenha mais 1.150 metros de extensão do que o ramo principal.

Já depois de escolhido o formador principal do rio “Breu”, foi o Chefe da Commissão Peruana victima de uma quêda, produzindo no joelho direito um *derrame-synovial*, segundo o diagnostico do medico da Commissão Brasileira, que julgou necessario o regresso daquelle Official para um centro de recursos.

Tendo-se felizmente estabelecido, na nascente principal do rio “Breu”, o contacto entre a turma de que ora tratamos e a que subira o rio “Tarauacá”, da qual fazia parte o Ajudante da Commissão Peruana, Major Manuel Zárate, foi a este ordenado, pelo seu Chefe, que fizesse a inauguração do marco da referida nascente, em companhia do Capitão-Tenente Sadoek de Freitas, representante do Brasil naquelle acto.

Acquiescendo ao pedido do Chefe da Commissão Peruana, esse Official brasileiro ordenou ao Doutor Annibal Bittencourt que o acompanhasse até a cidade de Belém, prestando-lhe todos os serviços medicos necessarios.

A’ vista disso, partiram ambos para o Cruzeiro do Sul, onde o Sub-Chefe da Commissão Brasileira tudo facilitou para a viagem até o porto de destino.

Antes, porém, de regressar, o Tenente Coronel Roberto López autorisou aquelle Ajudante da Commissão brasileira a proseguir a demarcação no paralelo da foz do rio “Breu”, quando voltasse a esta foz; podendo inaugurar, mesmo sem a sua presença, os marcos das intersecções desse paralelo com os rios “Arara” e “Amonea”, affluente da margem esquerda do rio “Juruá”.

Embora seja indispensavel, no caso geral, a presença de membros das duas Commissões para a inauguração de marcos da fronteira, como sempre tem sido feito na presente demarcação brasileiro-peruana, acceitei a referida autorisação e considerei como oficialmente inaugurados aquelles marcos, sob a condição de serem transcriptos em Actas os Termos lavrados nos momentos das respectivas inaugurações e nos proprios locaes dos marcos pelo Capitão-Tenente Sadoek de Freitas; fazendo seguir essas transcripções de uma declaração, feita pelo Chefe da Commissão Peruana, das razões que justificam a autorisação por elle dada ao Official brasileiro.

Julgando perfeitamente acceitaveis as razões expendidas, que justificam cabalmente o acto daquelle Chefe, visto tratar-se de um

pequeno trecho de fronteira, em uma só direcção — a de Oeste verdadeiro — facilmente reconhecível na pratica e já definida por dois marcos, inaugurados com a minha presença e a delle proprio; attendendo a que será collocado mais um marco, em 1925, *no mesmo alinhamento*, na intersecção do paralelo da foz do “Breu” com o divisor de aguas “Ucayale-Juruá”, tornando ainda mais clara a identificação desse paralelo, e que, embora faltassem os dois marcos inaugurados ás margens dos rios “Arara” e “Amonea”, nenhum inconveniente haveria para a demarcação da fronteira, que ficaria bem definida e demarcada com os outros tres marcos, servindo os das margens desses dois rios apenas para aperfeiçoarem a demarcação, diminuindo os intervallos entre os outros; e juntando a todas essas reflexões o conhecimento, que já possuía o Chefe da Commissão Peruana, da zona em que foram erigidos os dois citados marcos; não hesitei em concordar com a validade da autorisação por elle dada, e considerar como plenamente licitas as inaugurações dos mesmos.

Contrariamente ao que se esperava, o trecho de paralelo comprehendido entre os rios “Juruá” e “Amonea” é uma vastissima planicie, exceptuando a parte limitada pelos kilometros 4 e 7, onde são encontradas algumas grotas. D’ahi em deante o terreno é geralmente plano, salvo algumas elevações naturaes nas proximidades das margens de igarapés, e alguns morros isolados, aliás em pequeno numero.

Terminada a demarcação no paralelo da foz do rio “Breu”, tratou o Capitão-Tenente Sadock de regressar com a turma, chegando a essa foz no dia 18 de Agosto, e ao Cruzeiro do Sul a 29 do mesmo mez. Deixando essa cidade a 27 de Setembro, na lancha *Minas Geraes* chegou ao porto de Manáos no dia 19 de Outubro, e d’alli partio no dia seguinte a bordo do vapor *São Salvador*, que aportou em Belém a 26 do mesmo mez.

TURMA DO CRUZEIRO DO SUL

Esta turma, incumbida de realisar observações astronomicas e transmissões de signaes radio-horarios, á noite, para a determinação de longitudes pelas turmas que operavam na fronteira, permaneceu na cidade de Cruzeiro do Sul durante todo o tempo necessario á execução dos trabalhos de campo.

Findos taes trabalhos, partio a referida turma dessa cidade na chata *Uruguayana*, a 19 de Outubro, e chegou no dia 30 do mesmo

mez a São Felippe, onde encontrou o navio do mesmo typo, que chegára na vespera com a turma do rio “Embira”.

Reunidas as duas turmas no vapor *Inca*, para o qual baldearam o pessoal e a carga, desceram o rio “Juruá”, com destino á cidade de Manáos, onde chegaram no dia 12 de Novembro, partindo no mesmo dia do vapor *Cuyabá*, que atracou ao cães da cidade de Belém no dia 16 do mesmo mez.

* * *

Achando-se na respectiva séde, na cidade de Belém, todos os membros da Commissão Mixta, foram realisados oito Conferencias, com o fim de tratar-se dos trabalhos effectuados no decurso de 1924, tendo sido lavradas as respectivas Actas, cujas cópias tive a honra de entregar a V. Ex. com o officio n. 13, de 24 de Dezembro daquelle anno.

Na Acta da 15ª Conferencia acha-se consignado o programma de trabalhos para o anno 1925, tendo por objectivo a demarcação do divisor de aguas “Ucayale-Juruá”, a partir de sua intersecção com o paralelo da foz do rio “Breu”, para o Norte.

Para execução desses trabalhos serão organisadas cinco turmas, das quaes uma operará no Cruzeiro do Sul e as outras quatro na demarcação da fronteira; sendo para isso necessario que cheguem a tempo, á cidade de Belém, capital do Estado do Pará, os dois Ajudantes e o Medico peruanos, que, segundo informações do nosso representante diplomatico em Lima, foram nomeados a 16 de Fevereiro de 1925 e devem ter partido, via Iquitos, no dia 18 do mesmo mez, como satisfacção de compromisso assumido pelo Governo Peruano para com o Brasileiro, quando este lhe propoz o augmento da Commissão Peruana, afim de accelerar-se a demarcação da fronteira entre os dois paizes.

Essa medida ainda mais necessaria se torna, por ter sido acometido de polynevrite o Ajudante da mesma Commissão, Capitão Bernardino Vallenias, logo após os trabalhos de 1924, ao embarcar nos batelões para regressar; tendo chegado a ser muito grave o seu estado quando a turma do rio “Embira”, da qual fazia parte, esperava a chata na foz desse rio. Embora tenha melhorado no Sanatorio Naval de Friburgo, onde se acha em tratamento, a meu pedido, penso que a Commissão Mixta será privada da cooperação de tão distincto membro, por não lhe permittir o seu estado de saúde os grandes sacrificios exigidos pelo exercicio de seu cargo.

* * *

As coordenadas geographicas e altitudes dos marcos levantados em 1923 e 1924, bem assim de outros pontos na propria fronteira, e mesmo fóra della, mas determinadas para a perfeita execução do tratado de Limites e do Protocollo de Instrucções de 19 de Abril de 1913, acham-se reunidas em quatro annexos a este relatorio.

Todas as longitudes foram sempre obtidas com o maximo rigor, empregando-se a telegraphia sem fio, como nos annos anteriores.

* * *

Por julgar de grande importancia, propuz que se inserisse na Acta da 15ª Conferencia, que trata do encerramento dos trabalhos de 1924, a seguinte declaração: “que a latitude — 19°24'42''01 Sul, do ponto representativo da foz do rio “Breu”, determinada e adoptada pela Commissão Mixta Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites naquelle anno, differe de 06''01 do valor — 09°24'36''00, citado no paragrapho 1º do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909 e determinado pela Commissão Mixta Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do rio “Juruá”, mas que essa pequena divergencia provém da diversidade de observadores, bem assim dos methods empregados e instrumentos utilizados, que são naturalmente de maior precisão na actual Commissão demarcadora da fronteira.

A mesma Acta estabelece que a reunião da Commissão Mixta, para os trabalhos de 1925, deverá ter logar em um dos ultimos dias do mez de Março, na cidade de Belém, séde official da mesma Commissão.

* * *

Synthetizando a exposição feita, dos trabalhos executados em 1924, devo dizer a Vossa Excellencia que foi com elles ultimada a demarcação iniciada, no anno anterior, nos dois divisores de aguas: um a Léste do rio “Embira”, que separa as aguas que vão para o rio “Purús” das que vão para o “Juruá” ao Norte, isto é, para o seu tributario “Embira”; o outro, a Oéste do mesmo rio “Embira”, que separa as aguas que correm para o “Juruá”, a Oéste das que correm para o mesmo rio ao Norte, deixando do lado do Brasil as aguas do “Taraucacá” e “Embira”, e do lado do Perú as do “Piqueyaco” e “Torolluc”, formadores principaes do rio “Juruá”. O trecho de fronteira sobre o primeiro dos citados divisores é limitado ao Norte pela nas-

cente principal do rio “Santa Rosa”, affluente da margem esquerda do rio “Purús”, e ao Sul pela intersecção do mesmo divisor com o paralelo de 10° de latitude Sul; o trecho que constitue fronteira sobre o outro divisor é limitado ao Norte pela nascente principal do rio “Breu”, affluente da margem direita do rio “Juruá”, e ao Sul pela intersecção do mesmo divisor com o paralelo de 10° de latitude Sul, já citado.

Prolongando os referidos trabalhos, desde a nascente do rio “Breu”, foi todo este rio demarcado, bem assim o paralelo da foz do mesmo, para Oeste, até a intersecção com o rio “Amonea”, affluente da margem esquerda do “Juruá”.

E como no corrente anno deve ser levantado o marco seguinte, na intersecção desse paralelo com o divisor de aguas “Ucayale-Juruá”, pôde-se considerar a fronteira como já demarcada até essa intersecção, que representa o inicio meridional do grande trecho de fronteira sobre esse divisor.

As operações de demarcação obedeceram aos paragraphos 2° e 3° do Artigo I do Tratado de 8 de Setembro de 1909, mas foram executados em sentido contrario, por havermos começado os trabalhos no limite meridional da fronteira, isto é, na foz do arroio “Yaverija”, affluente da margem direita do rio “Acre”.

Resta, portanto, demarcar o trecho do *divortium aquarum* “Ucayale-Juruá”, já citado, até a nascente do rio “Javary”, para completar a honrosa missão que me foi confiada.

Todos os levantamentos realizados até o fim de 1924 e representados nas cartas construidas e desenhadas pela Comissão Mixta Demarcadora da Fronteira, elevam-se a 1.637^k,159^m,80, sendo de 8643^k,25^m,70 a extensão de fronteira já demarcada, e, o restante, de trabalhos inherentes á propria demarcação da fronteira e necessarios á observancia do Protocollo de Instruções.

Nos numeros acima citados não estão incluídos os longos trabalhos de exploração dos rios “Tarauacá” e “Jordão”, para pesquisa das nascentes principaes, nem varios levantamentos secundarios, mas extensos, executados pela Comissão Mixta, e não representados nas cartas por ella organisadas e apresentadas.

* * *

Além dos trechos dos rios “Yaco” e “Chandless”, que figuram na carta da Comissão Mixta, na escala de 1:200.000, foram os levantamentos nesses rios prolongados pela Comissão Brasileira até as

suas confluencias com o rio “Purús”, em 1921, quando deixou de comparecer a Comissão Peruana.

A extensão do rio “Yaco” representada na referida carta em torno do meridiano-fronteira, é de 126^k,200^m; e a Comissão Brasileira levantou, além desse trecho, 440^k,800^m, sendo, portanto, de 567 kilometros a extensão total levantada até a foz.

Com relação ao rio “Chandless”, a mesma carta representa o trecho de 100^k,400^m em torno do alludido meridiano-fronteira, e a Comissão Brasileira levantou mais 179^k,800^m até a bocca, perfazendo o total de 280^k,200 metros.

A carta da Comissão Mixta não contém as extensões totaes levantadas, por não interessarem aos trabalhos da demarcação da fronteira. Uma outra, porém, por mim organizada para o archivo do Ministerio das Relações Exteriores, como contribuição á Geographia patria, representa os referidos trechos, que só ao Brasil podem interessar.

* * *

O trecho de fronteira, que constitue o objecto deste relatorio, limitado a Léste pela nascente principal do rio “Santa Rosa”, e a Oéste pela intersecção do paralelo da foz do “Breu” com o rio “Amonea”, acha-se demarcado com 19 marcos, dos quaes seis foram inaugurados em 1923, e 13 no anno proximo findo.

Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1925.

ANTONIO ALVES FERREIRA DA SILVA,

Contra-Almirante, Chefe da Comissão.

COMMISSÃO MIXTA DE LIMITES COM O URUGUAY

N. 47

I—Officio do Delegado-Chefe da Comissão Brasileira, em
10 de Agosto de 1924

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 1924 — N. 113.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de fazer chegar ás mãos de Vossa Excellencia as inclusas cópias dos textos Brasileiro e Uruguayo, da acta da sexta conferencia desta Comissão, datada de 22 de Maio do corrente anno, referente ao deslinde e á caracterização da parte da linha de fronteira comprehendida entre as cidades do Livramento e de Rivera e bem assim duas photocopias para ficarem no archivo dessa Secretaria de Estado, uma dellas indicando a faixa de projecto, de largura minima de 50 ms., dividida a meio pela linha divisoria, e a outra indicando a situação do trecho interurbano, depois de caracterizado.

Sendo a citada acta de inauguração dos marcos e signaes separadores, construidos para o fim indicado, e não estando ainda observado pelas autoridades locais o novo regimen que os ditos marcos e signaes caracterizam, permitto-me remetter a Vossa Excellencia cinco photocopias de cada nova demarcação, tiradas da que foi organizada pelos executores do serviço, contendo os esclarecimentos graphics sufficientes para o fim da observancia do novo regimen interurbano, no trecho de fronteira considerado, ao invés da confusão existente, parecendo-me que, com a informação da vigencia do novo regimen, devem as citadas photocopias ser remettidas: uma ao Sr. Ministro da Fazenda, destinada ao Sr. Inspector da Alfandega do Livramento; uma ao Sr. Ministro da Guerra, destinada ao commando militar local e duas ao Sr. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo

uma para a Intendencia Municipal e a outra para a autoridade judiciaria, tudo da mesma cidade do Livramento, afim de que por intermedio dessas autoridades seja desde logo observado o novo regimen, cessando as duvidas existentes.

Devo informar a Vossa Excellencia que o Delegado Chefe Uruguayo assumio o compromisso de proceder semelhantemente junto a seu Governo.

Reitero a Vossa Excellencia os meus attenciosos protestos de estima e alta consideração.

GABRIEL DE S. P. BOTAFOGO.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 48

II — Acta da VI Conferencia da Commissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira com o Uruguay, em 22 de Maio de 1924.

Aos vinte e dois dias do mez de Maio de mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes, Presidente da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Engenheiro José Serrato; Ministro das Relações Exteriores do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor José Felix Alves Pacheco e Ministro das Relações Exteriores do Uruguay o Excellentissimo Senhor Doutor Pedro Manini Rios, reunidos na cidade de Montevideo, no escriptorio da Commissão Uruguaya, o Excellen-

A los veinte y dos días del mes de Mayo del año mil novecientos veinte y cuatro, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay el Excelentísimo Señor Ingeniero José Serrato; Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Doutor Arthur da Silva Bernardes, Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay el Excelentísimo Señor Doutor Pedro Manini Rios, Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil el Excelentísimo Señor Doutor José Felix Alves Pacheco, reunidos en la ciudad de Montevideo, en el local de la Comisión

tissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e o Excellentissimo Senhor Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, o primeiro Delegado Chefe e representante do Brasil e o segundo Delegado Chefe e representante do Uruguay, depois de haverem inspecionado os trabalhos de caracterização da linha de fronteira entre as cidades do Livramento e de Rivera, no trecho interurbano que vae do local denominado Sobradinho para o lado de Oéste até as visinhanças dos antigos fortes Brasileiros para o lado de Léste, trabalhos executados nos termos do accordo realizado entre os dois citados Delegados Chefes e minuciosamente referido na acta da Quinta Conferencia, datada de quatro de Janeiro do anno passado de mil novecentos e vinte e tres, posteriormente approvado em todos os seus dizeres pelos dois Governos para o fim de realizar-se a conveniente separação das duas cidades acima referidas, resolveram, de commum accordo, approvar em todas as suas partes, fazendo-os bons para a execução da Convenção de vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e dezeseis, os termos de construcção de marcos e signaes abaixo transcriptos nos idiomas correspondentes, firmados pelos auxiliares executores do serviço, sendo que os documentos refe-

Uruguaya el Excelentísimo Señor Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, el Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, el primero Delegado Jefe, representante del Uruguay y el segundo Delegado Jefe, representante del Brasil, después de haber inspecionado los trabajos de caracterización de la linea de frontera entre las ciudades de Rivera y Livramento, en el trecho interurbano que vá del sitio denominado Sobradinho para el lado del Oeste hasta las vecindades de los antiguos fuertes brasileños para el lado del Este, trabajos ejecutados dentro de los términos del acuerdo realizado entre los dos citados Delegados Jefes y minuciosamente detallados en el Acta de la Quinta Conferencia fechada el cuatro de Enero del próximo pasado año de mil novecientos veinte y tres, posteriormente aprobado en todas sus partes por los dos Gobiernos para bien de realizar la conveniente separación de las dos ciudades arriba referidas, resolvieron de común acuerdo aprobar en todas sus partes, haciéndolos buenos para la ejecución de la convenición de 27 de Diciembre de mil novecientos diez y seis las Actas de construcción de marcos y señales abajo transcriptas, en los idiomas correspondientes, firmadas por los Auxiliares ejecutores del trabajo, siendo que los

rentes ao assumpto desde sua origem até conclusão final estão archivados em cada uma das Commissões que constituem a Comissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguay.

TERMOS DE CONSTRUÇÃO DOS ONZE
MARCOS E TRES SIGNAES

Aos vinte e sete dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e vinte e quatro, reunidos na cidade de Rivera, o Primeiro Tenente Omar Furtado de Azambuja e Capitão Carlos Quiñones, designados de acôrdo com as instrucções de serviço assignadas pelos Excellentissimos Senhores Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Delegado Chefe por parte do Brasil e Ministro Plenipotenciario Delegado Chefe Virgilio Sampognaro, por parte do Uruguay, datadas de dez de Janeiro de mil novecentos e vinte, procederam á construcção dos marcos e signaes de intercalação abaixo discriminados, entre o marco quarenta e dois pequeno, locado e construido pela Comissão Mixta de mil oitocentos e cincoenta e tres, no Serro de Santanna e o marco quarenta e um pequeno, locado e construido pela mesma Comissão no Serro de Itaquatiá para o lado de Léste e o marco quarenta e tres pequeno, locado e construido, pela mesma Comissão, na Cochilla de Santanna, conhecido pela

documentos referentes al asunto desde su origen hasta la conclusión final, están archivados en cada una de las Comisiones que constituyen la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil.

ACTA DE LA CONSTRUCCIÓN DE LOS ONCE
MARCOS Y TRES SEÑALES

A los veintisiete días del mes de Abril del año mil novecientos veinte y cuatro, reunidos en la Ciudad de Rivera el Capitán Carlos Quiñones y el Teniente Omar F. Azambuja, designados de acuerdo con las instrucciones de trabajo firmadas por los Excelentísimos Señores Ministro Plenipotenciario, Alto Comisario y Delegado Jefe Virgilio Sampognaro por parte del Uruguay y Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Delegado Jefe por parte del Brasil y firmadas el diez de Enero de mil novecientos veinte, procedieron á la construcción de los marcos y señales intermedias abajo descriptas entre el marco (42) cuarenta y dos intermedio, determinado y construído por la Comisión Mixta de mil ochocientos cincoenta y tres, en el Cerro de Santa Ana y el marco (41) cuarenta y uno intermedio, determinado y construído por la misma Comisión en el Cerro de Itaquatiá hacia el Este y el marco (43) cuarenta y tres intermedio, determinado y construído por la

denominação de marco do Lopes, para o lado de Oéste. Todos os marcos e signaes acima referidos foram locados de accôrdo com a planta datada de quinze de Novembro de mil novecentos e vinte e tres, firmada pelos Delegados Chefes acima mencionados e nos termos da acta da Quinta Conferencia da Commissão Mixta datada de quatro de Janeiro do anno passado de mil novecentos e vinte e tres, planta e acta approvadas pelos dois governos com o objectivo de melhor definição e caracterização da fronteira entre os dois paizes, no trecho situado entre as cidades do Livramento e de Rivera. Os marcos agora intercalados, em numero de onze, foram todos construidos de concreto forte de cimento com a seguinte fórmula e dimensões: alicerce com as dimensões médias de sessenta centímetros por dois metros e cinquenta centímetros por dois metros e trinta e oito centímetros; massiço de elevação em fórmula de tronco de pyramide quadrangular com o embasamento inferior de dois metros e dez centímetros por um metro e noventa e seis centímetros, altura de um metro e sessenta e dois centímetros e embasamento superior de um metro e trinta e seis centímetros por um metro e vinte e dois centímetros, terminando em bisel. Sobre o massiço descansa um prisma rectangular com a base de um

misma Comisión en la Cuchilla de Santa Anna, conocido por la denominación de marco Lopez, hacia el Oeste. Todos los marcos y señales arriba expresados fueron ubicados de acuerdo con el plano de fecha quince de Noviembre de mil novecentos veinte y tres, firmado por los Delegados Jefes arriba mencionados, de acuerdo con los términos del Acta de la Quinta Conferencia de la Comisión Mixta de fecha cuatro de Enero del año mil novecentos veinte y tres, plano y Acta aprobados por los dos Gobiernos con el objecto de definir y caracterizar mejor la frontera entre los dos paizes en el trecho situado entre las ciudades de Rivera y Livramento. Los marcos recién intercalados, en numero de once, fueron construídos de concreto fuerte de portland, con la siguiente forma y dimensiones: Cimiento con una altura media de sesenta centímetros por dos metros cincuenta centímetros por dos metros treinta y ocho centímetros; cuerpo del marco en forma de tronco de pirámide cuadrangular con la base inferior de dos metros diez por un metro noventa y seis, altura de un metro sesenta y dos y base superior de un metro treinta y seis por un metro veinte y dos, terminada en bisel; sobre el cuerpo del marco descansa un prisma rectangular con una base de un metro por ochenta y seis centí-

metro, por oitenta e seis centímetros, e vinte centímetros de altura, e sobre esse prisma descansa um marco com um metro de altura por cincoenta centímetros por trinta e seis centímetros no embasamento inferior e quarenta e quatro centímetros, por trinta centímetros de embasamento superior, onde descansa uma pyramide de cinco centímetros de altura. Os signaes agora intercalados, em numero de tres, foram todos construidos de concreto forte de cimento, com a seguinte fórma e dimensões: massiço formado de uma base de um metro por oitenta centímetros, por vinte centímetros, ligado a um tronco de pyramide de quarenta centímetros por quarenta centímetros de base inferior e sessenta centímetros de altura e vinte e cinco por vinte e cinco centímetros na parte superior, onde se engasta um chapuz de bronze em fórma de calote espherica, com quinze centímetros de raio de base e vinte centímetros de altura. Todo o massiço fica enterrado no solo, emergindo sómente uma pequena parte da calote para indicar a inflexão da linha. Estes tres signaes estão situados nos pontos de grande transito, onde a collocação de marcos emersos dificultaria a passagem, principalmente de vehiculos. Os ditos onze marcos e tres signaes estão locados do seguinte modo: a partir do marco

metros y veinte centímetros de altura y sobre este prisma descansa un marco con un metro de altura por cincuenta centímetros por treinta y seis centímetros en la base inferior y cuarenta y cuatro centímetros por treinta en la base superior, donde descansa una pirámide de cinco centímetros de altura. Las señales intercaladas, en numero de tres, fueron construídas con concreto fuerte de portland con la siguiente forma y dimensiones: Maciso formado de una base de un metro por ochenta centímetros por veinte centímetros, ligado a un tronco de pirámide de cuarenta centímetros por cuarenta centímetros en la base inferior y sesenta centímetros de altura y de veinte y cinco centímetros por veinte y cinco centímetros en la base superior, donde se encasta un casquete esférico de bronce con quince centímetros de radio en la base y veinte centímetros de altura. Todo el marco queda enterrado en el suelo emergiendo solamente una pequeña parte del casquete para indicar la inflexión de la línea. Estas señales están situadas en los puntos de la línea de gran tránsito, donde la colocación de marcos salientes dificultaría el pasaje, principalmente de vehiculos. Los mencionados once marcos y las tres señales están ubicados en la siguiente forma:

pequeno numero quarenta e dois já referido, para o lado de Oéste: um marco a trezentos e dezoito metros e sessenta centímetros no rumo noroéste; outro marco a duzentos e setenta e oito metros e quarenta centímetros desse primeiro, no rumo noroéste; outro marco a quatrocentos e sessenta e um metros e trinta e um centímetros desse segundo no rumo noroéste; outro marco a duzentos e quatorze metros e onze centímetros desse terceiro, no rumo noroéste; outro marco a trezentos e setenta e quatro metros e onze centímetros desse quarto no rumo noroéste; a partir do referido marco pequeno, numero quarenta e dois já referido para o lado de Léste: um marco a duzentos e vinte e um metros e dez centímetros no rumo suléste; um signal a duzentos e dezeseis metros e trese centímetros desse marco no rumo suléste; outro signal a sessenta e nove metros e vinte centímetros desse primeiro signal no rumo nordéste; ponto locado e assignalado no meio da praça a cento e setenta metros e sessenta e cinco centímetros desse segundo signal no rumo suléste, no local onde tem de ser levantado um marco especial decorativo, cujo projecto e orçamento estão em vias de execução bem como o projecto e orçamento de terraplenagem da praça; outro signal a cento e setenta metros e ses-

A partir del marco (42) cuarenta y dos intermedio hacia el Oeste: un marco a trescientos diez y ocho metros sesenta centímetros y un rumbo N. O.; otro marco a doscientos setenta y ocho metros cuarenta centímetros del primero y un rumbo N. O.; otro marco a cuatrocientos sesenta y un metros treinta y un centímetros del segundo y un rumbo N. O.; otro marco a doscientos catorce metros con once centímetros del tercero y un rumbo N. O. y otro marco a trescientos setenta y cuatro metros con once centímetros del cuarto y un rumbo N. O. A partir del referido marco (42) cuarenta y dos intermedio hacia el Este: un marco a doscientos veinte y un metros y un rumbo S. E; una señal a doscientos diez y seis metros trece centímetros del primero y un rumbo S. E.; otra señal a sesenta y nueve metros con veinte centímetros de la anterior y un rumbo N. E. Punto ubicado y que expresa el Centro de la plaza a ciento setenta metros con sesenta y cinco centímetros de ésta última señal y un rumbo S. E. en el lugar en que há de ser levantado un marco especial decorativo cuyo proyecto y presupuesto están en vias de ejecución, lo mismo que el proyecto de presupuesto de terraplen de la plaza; otra señal a ciento setenta metros sesenta

setenta e cinco centímetros do ponto locado no meio da praça acima referida a rumo suléste; outro marco a cincoenta e dois metros e um centímetro desse terceiro signal no rumo sudoéste; outro marco a noventa e nove metros e trinta centímetros desse setimo no rumo sudoéste; outro marco a cento e oitenta e dois metros desse oitavo no rumo suléste; outro marco a duzentos e trinta e oito metros e oitenta centímetros desse nono no rumo suléste; outro marco a trinta e dois metros e oitenta centímetros desse decimo, no rumo suléste. Os marcos extremos estão situados: para o lado de oeste nas circumvisinhanças do local denominado "Sobradinho" e para o lado de Léste nas circumvisinhanças do local onde estão os vestigios dos antigos fortins Brasileiros. E para constar lavrou-se este termo que vae por mim assignado e pelo Capitão Carlos Quiñones. — Omar Furtado de Azambuja, Primeiro Tenente Auxiliar. — Capitão Carlos Quiñones.

y cinco centímetros y un rumbo S. E.; un marco a cincuenta y dos metros y un centímetro de la última señal y un rumbo S. O. otro marco a noventa y nueve metros con treinta centímetros del anterior y un rumbo S. O. otro marco a ciento ochenta y dos metros del anterior y un rumbo S. E. otro marco a doscientos treinta y ocho metros con ochenta centímetros del anterior y un rumbo S. E. y otro marco a treinta y dos metros con ochenta centímetros del anterior y un rumbo S. E. Los marcos extremos están situados por el lado del Oeste en las proximidades del local llamado "Sobradinho" y para el Este en las proximidades del lugar en que están los vestigios de los antiguos fortines Brasileiros y para constar se labró la presente Acta que vá firmada por mi y por el Teniente Omar F. Azambuja. Capitán Carlos Quiñones. — Omar Furtado Azambuja, Primero Teniente Auxiliar. — Declaramos que la distancia entre el marco cuarenta y dos intermedio y el primer marco hacia el Este y un rumbo S. E. es de doscientos veinte y un metros diez centímetros. — Capitán Carlos Quiñones. — Omar Furtado Azambuja, Primero Teniente Auxiliar.

TERMO DE INTERCALACIÓN DE
MARCOS

A los veintisiete días del mes de Abril del año mil novecientos veintecuatro, reunidos en la ciudad de Rivera, el Capitán Carlos Quiñones y el Primero Teniente Omar F. de Azambuja, designados de acuerdo con las instrucciones de trabajo firmadas por los Excelentísimos Señores Ministro Plenipotenciario, Alto Comisario y Delegado Jefe Virgilio Sampognaro por parte del Uruguay y Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Delegado Jefe por parte del Brasil y firmadas el diez de Enero de mil novecientos veinte, procedieron a la construcción de los marcos y señales intermedias abajo descriptas, entre el marco (42) cuarenta y dos intermedio, determinado y construido por la Comisión Mixta de mil ochocientos cincuenta y tres, en el Cerro de Santa Ana, y el marco (41) cuarenta y uno intermedio, determinado y construido por la misma Comisión en el Cerro Itaquatiá, hacia el Este y el marco (43) cuarenta y tres intermedio determinado y construido por la misma Comisión en la Cuchilla de Santa Ana, conocido por la denominación de marco Lopez, Hacia el Oeste. Todos los marcos y señales arriba expresados fueron ubicados de acuerdo con el plano de fecha quince de Noviembre de

TERMO DE INTERCALAÇÃO DE
MARCOS

Aos vinte e sete dias do mez de Abril do anno de mil novecentos e vinte e quatro, reunidos na Cidade de Rivera o Primeiro Tenente Omar Furtado de Azambuja e Capitão Carlos Quiñones, designados de accordo com as instrucções de serviço assignadas pelos Excellentissimos Senhores Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Delegado Chefe por parte do Brasil e Ministro Plenipotenciario Delegado Chefe Virgilio Sampognaro, por parte do Uruguay, datadas de dez de Janeiro de mil novecentos e vinte, procederam á construcção dos marcos e signaes de intercalação abaixo discriminados entre o marco quarenta e dois pequeno, locado e construido pela Comissão Mixta de mil oitocentos e cinquenta e tres no Serro de Sant'Anna e o marco quarenta e um pequeno locado e construido pela mesma Comissão no Serro de Itaquatiá para o lado de Léste e o marco quarenta e tres pequeno locado e construido pela mesma Comissão na Cochilha de Sant'Anna, conhecido pela denominação de marco de Lopez, para o lado de Oéste. Todos os marcos e signaes acima referidos foram locados de accordo com a planta datada de quinze de Novembro de mil novecentos e

mil novecientos veintitres, firmado por los Delegados Jefes arriba mencionados, de acuerdo con los términos del acta de la Quinta Conferencia de la Comisión Mixta, de fecha cuatro de Enero del año mil novecientos veintitres, plano y acta aprobado por los dos gobiernos, con el objeto de definir y caracterizar mejor la frontera entre los dos países, en el trecho situado entre las ciudades de Rivera y Livramento. Los marcos recién intercalados en número de once fueron contruídos de concreto fuerte de Portland, con la siguiente forma y dimensiones: — Cimientito con una altura media de sesenta centímetros por dos metros cincuenta centímetros por dos metros treinta y ocho centímetros; cuerpo del marco en forma de tronco de pirámide cuadrangular con la base inferior de dos metros diez por un metro noventa y seis, altura de un metro sesenta y dos y base superior de un metro treinta y seis por un metro veintidos, terminada en bisel; sobre el cuerpo del marco descansa un prisma rectangular con una base de un metro por ochenta y seis centímetros y veinte centímetros de altura y sobre éste prisma descansa un marco con un metro de altura por cincuenta centímetros por treinta y seis centímetros en la base inferior y cuarenta y cuatro centímetros por treinta en

vinte e tres firmadas pelos Delegados Chefes acima mencionados e nos termos da acta da Quinta Conferencia da Commissão Mixta, datada de quatro de Janeiro do anno passado de mil novecentos e vinte tres, planta e acta approvadas pelos dois governos com o objectivo de melhor definição e caracterização da fronteira entre os dois paizes, no trecho situado entre as cidades do Livramento e de Rivera. Os marcos agora intercalados, em numero de onze, foram todos contruídos de concreto forte de cimento com a seguinte fórma e dimensões: Alicerce com as dimensões medida de sessenta centímetros por dois metros e cinquenta centímetros, por dois metros e trinta e oito centímetros; massiço de elevação em fórma de tronco de pyramide quadrangular com embasamentos inferior de dois metros e dez centímetros por um metro e noventa e seis centímetros, altura de um metro e sessenta e dois centímetros e embasamento superior de um metro e trinta e seis centímetros por um metro e vinte e dois centímetros, terminando em bisel. Sobre o massiço descança um prisma rectangular de um metro por oitenta e seis centímetros por vinte centímetros e sobre esse prisma descança um marco com um metro de altura por cincoenta centímetros por trinta

la base superior, donde descansa una pirámide de cinco centímetros de altura. Las señales intercaladas en numero de tres fueron construídas con concreto fuerte de Portland con la siguiente forma y dimensiones: Maciso formado de una base de un metro por ochenta centímetros por veinte centímetros ligado a un tronco de pirámide de cuarenta centímetros por cuarenta centímetros en la base inferior y sesenta centímetros de altura y de veinticinco centímetros por veinticinco centímetros en la base superior donde se encasta un casquete esférico de bronce con quince centímetros de radio en la base y veinte centímetros de altura. Todo el marco queda enterrado en el suelo emergiendo solamente una pequeña parte del casquete para indicar la inflexión de la linea. Estas señales están situadas en los puntos de la linea, de gran transito donde la colocación de marcos salientes dificultaría el pesaje, principalmente de vehículos. Los mencionados once marcos y las tres senáles están unificados en la siguiente forma: A partir del marco (42) cuarenta y dos intermedio hacia el Oeste: un marco a trescientos diez y ocho metros sesenta centímetros y un rumbo N. O; otro marco a doscientos setenta y ocho metros cuarenta centímetros del primero y un rumbo N. O; otro a cuatro-

e seis centímetros no embasamento inferior e quarenta e quatro centímetros por trinta centímetros no embasamento superior, onde descança uma pyramide de cinco centímetros de altura. Os signaes agora intercalados, em numero de tres, foram todos construidos de concreto forte de cimento com a seguinte fôrma e dimensões: Massiço formado de uma base de um metro por oitenta centímetros por vinte centímetros, ligado a um tronco de pyramide de quarenta centímetros por quarenta centímetros de base inferior e sessenta centímetros de altura e vinte e cinco por vinte e cinco centímetros na parte superior onde se engasta um chapuz de bronze, em fôrma de calote espherica, com quinze centímetros de base e vinte centímetros de altura. Todo o massiço fica enterrado no solo, emergindo sómente uma pequena parte da calote para indicar a inflexão da linha. Estes tres signaes estão situados nos pontos de grande transito, onde a colocação de marcos emersos dificultaria a passagem principalmente de vehiculos. Os ditos onze marcos e tres signaes estão locados do seguinte modo: A partir do marco pequeno, numero quarenta e dois já referido para o lado de Oéste: um marco a trescentos e dezoito metros e sessenta centímetros, no rumo no-

cientos sesenta y un metros treinta y un centímetros del segundo y un rumbo N. O; otro marco a doscientos catorce metros con once centímetros del tercero y un rumbo N. O. y otro marco a los trescientos setenta y cuatro metros con once centímetros del cuarto y un rumbo N. O. A partir del referido marco (42) cuarenta y dos intermedio hacia el Este, un marco a doscientos veintiún metros y un rumbo S. E.; una señal a doscientos diez y seis metros trece centímetros del primero y un rumbo S. E.; otra señal a sesenta y nueve metros con veinte centímetros de la anterior y un rumbo N. E. punto ubicado — y que expresa el centro de la plaza a ciento setenta metros con sesenta y cinco centímetros de ésta última señal y con rumbo S. E. — en el lugar en que ha de ser levantado un marco especial decorativo, cuyo proyecto y presupuesto están en vias de ejecución, lo mismo que el proyecto de presupuesto de terraplen de la plaza; otra señal a ciento setenta metros sesenta y cinco centímetros y un rumbo S. E. un marco a cincuenta y dos metros y un centímetro de la última señal y un rumbo S. O.; otro marco a noventa y nueve metros con treinta centímetros del anterior y un rumbo S. O. otro marco a ciento ochenta y dos metros del anterior y un rumbo S. E.; otro

roéste; outro marco a duzentos e setenta e oito metros e quarenta centímetros d'esse primeiro, no rumo noroéste; outro marco a quatrocentos e sessenta e um metros e trinta e um centímetros d'esse segundo no rumo noroéste; outro marco a duzentos e quatorze metros e onze centímetros d'esse terceiro, no rumo noroéste; outro marco a trescentos e setenta e quatro metros e onze centímetros d'esse quarto no rumo noroéste. A partir do referido marco pequeno numero quarenta e dois já referido para o lado de Léste: um marco a duzentos e vinte e um metros e dez centímetros no rumo suléste; um signal a duzentos e dezesseis metros e treze centímetros desse marco, no rumo suléste; outro signal a sessenta e nove metros e vinte centímetros d'esse primeiro signal no rumo nor-déste; ponto locado e assignalado no meio da praça a cento e setenta metros e sessenta e cinco centímetros desse segundo signal, no rumo suléste, no local onde tem de ser levantado um marco especial decorativo, cujo projecto e orçamento estão em vias de execução bem como o projecto e orçamento de terraplenagem da praça; outro signal a cento e setenta metros e sessenta e cinco centímetros do ponto locado no meio da praça acima referida a rumo suléste; outro marco a cinquenta e dois metros e um cen-

marco a doscientos treinta y ocho metros con ochenta centímetros del anterior y un rumbo S. E. y otro marco a treinta y dos metros con ochenta centímetros del anterior y un rumbo S. E. Los marcos extremos están situados por el lado del Oeste en las proximidades del local llamado “So-bradinho” y para el Este en las proximidades del lugar en que están los vestigios de los antiguos fortines brasileiros. Y para constar se lavró la presente acta que vá firmada por mi y por el Teniente Omar F. Azambuja. Capitán Carlos Quiñones, Omar Furtado de Azambuja, Primeiro Tenente Auxiliar. Declaramos que la distancia entre el marco cuarenta y dos intermedio y el primer marco hacia el Este y un rumbo S. E. es de doscientos veintiún metros diez centímetros, Capitán Carlos Quiñones; Omar Furtado de Azambuja, Primeiro Tenente Auxiliar.

E como de nada mais se tratasse, resolveram os Delegados Chefes lavrar a presente acta de inauguração dos referidos onze marcos e dos tres signaes construidos no trecho de fronteira acima declarado, marcos e signaes sufficientes para a caracterização da linha de fronteira no trecho considerado, consignando a circumstancia de haverem combinado a organização de projecto e orçamento para a execução de um marco de caracter symbolico e architectonico

timetro d’esse terceiro signal no rumo sudoeste; outro marco a noventa e nove metros e trinta centímetros d’esse setimo no rumo sudoeste; outro marco a cento oitenta e dois metros d’esse oitavo no rumo suléste; outro marco a duzentos e trinta e oito metros e oitenta centímetros desse nono, no rumo suléste; outro marco a trinta e dois metros e oitenta centímetros d’esse decimo, no rumo suléste. Os marcos extremos estão situados: para o lado de Oeste nas circumvizinhanças do local denominado “So-bradinho” e para o lado de Léste nas circumvizinhanças do local onde estão os vestigios dos antigos fortins brasileiros. E para constar lavrou-se este termo que vae por mim assignado e pelo Capitão Carlos Quiñones. — Omar Furtado Azambuja, 1º Tenente Auxiliar. — Capitão Carlos Quiñones”.

Y como no se tratase de nada más resolvieron los dos Delegados Jefes labrar la presente Acta de inauguración de los referidos once marcos y de las tres señales, construídos en el trecho de frontera arriba declarado, marcos y señales suficientes para la caracterización da la linea de frontera en el trecho considerado, consignando la circumstancia de haber sido combinada la organización del proyecto y presupuesto para la ejecución de un marco de carácter

no ponto do trecho caracterizado, locado no centro da Praça Internacional, providenciando simultaneamente quanto á regularização do sólo e ajardinamento da dita praça de accordo com as duas municipalidades. E para constar lavrou-se a presente acta que lida por mim foi achada conforme e approvada pelos dois Delegados Chefes que a firmaram. E eu Aniceto Brigido Bozzano, Secretario *ad hoc* a escrevi.—*Gabriel de Souza Pereira Botafogo*. — *Virgilio Sampognaro*. — *Aniceto Brigido Bozzano*. — *José Barbosa Terra*.

simbólico y arquitectónico en el punto del trecho caracterizado, fijado en el centro de la Plaza Internacional, proveyendo simultaneamente lo que se refiere a regularización del terreno y enjardinado de dicha Plaza de acuerdo con las dos Municipalidades. Y para constancia labróse la presente Acta que leída por mí fué encontrada conforme y aprobada por los dos Delegados Jefes que la firmaron. Y yo José Barboza Terra, Secretario *ad hoc* la certifico. — *Virgilio Sampognaro*. — *Gabriel de Souza Pereira Botafogo*. — *José Barboza Terra*. — *Aniceto Brigido Bozzano*.

N. 49

III — Trechos do Officio do Delegado-Chefe da Commissão Brasileira, em 24 de Setembro de 1924

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1924.— N. 117.

SENHOR MINISTRO,

Em continuação ás informações prestadas em meus officios ns. 10, 17, 21, 46 e 90, respectivamente de 12 de Janeiro, 6 de Maio, 3 de Junho de 1920, 15 de Setembro de 1921, 20 de Junho de 1923 e das que foram prestadas no de n. 75, de 3 de Outubro de 1922, pelo official que me substituiu durante meu afastamento da Commissão, venho relatar, de modo summario, os factos essenciaes occorridos de Junho de 1923 até a presente data.

Remettida ao meu collega Uruguayo a carta de 18 de Junho, referente ao atrazo do serviço de levantamento topographico, em que se encontrava a Commissão Uruguayua, carta junta por cópia ao

meu citado officio n. 90, de 20 do mesmo mez de Junho, aguardei a resposta que só me veio ás mãos por intermedio do officio do Delegado Chefe Uruguayo, de 26 de Agosto, tudo de 1923. Nesse officio disse o meu Collega não estar em condições de resolver o caso e que ia submittel-o á consideração de seu Governo.

A 22 de Setembro seguinte, recebi outra comunicação em que o citado meu Collega me informava que o seu Governo resolvera destinar uma brigada topographica especial para levantar os 50 kms., em atrazo na zona Uruguaya, atrazo, dizia o meu Collega, devido ao facto de serem distrahidos do serviço da Commissão varios operadores, por exigencias do Estado Maior para assistencia de cursos militares.

Realizados, a partir de Maio de 1923, no Rio e em Porto Alegre, os trabalhos de calculo dos levantamentos geodesicos e topographicos da campanha que começou em Novembro de 1922 e terminou a 4 de Abril de 1923, em vista da situação creada pelo movimento sedicioso do Estado, providenciamos para o reinicio das operações de campo, de geodesia, topographia e de caracterização da fronteira e a 28 de Outubro estava a Commissão Brasileira na fronteira do Guabijú iniciando o desempenho de sua missão, no actual turno de serviço.

A Commissão Mixta proseguiu nas operações communs de geodesia e de topographia, realizando ao mesmo tempo o deslinde e caracterização da fronteira entre as cidades do Livramento e da Rivêra, cujo historico pôde-se resumir do seguinte modo:

Em meio do mez de Julho de 1921, os jornaes de Montevidéo levantaram uma grande celeuma a proposito de uma supposta invasão de territorio Uruguayo na zona limitrophe entre as cidades de Livramento e Rivêra. O caso foi discutido no parlamento Uruguayo e recrudescceu na imprensa. Julguei opportuno e necessario expedir ao Delegado Substituto, Capitão Armando Ribeiro, o telegramma de 21 daquelle mez, determinando que seguisse sem demora para a zona em questão e que, de accordo com o Intendente Municipal, procedesse ás precisas indagações para meu governo. A 23 reiterei esse telegramma mandando proceder a levantamento expedito do trecho interurbano, tudo de accordo com as autoridades Brasileiras e Uruguayas, a quem deveria communicar que o serviço determinado nada tinha com as noticias publicadas. Que se tratava de uma operação corrente da Commissão Mixta. Continuando a publicação das noticias e como consta do meu diario, na parte correspondente á

época contemporanea, entendi-me com o Delegado Chefe Uruguayo relativamente á necessidade de procedermos ao deslinde e caracterização da linha de fronteira entre as duas cidades, sem prejuizo do proseguimento normal dos trabalhos correntes da Commissão Mixta. A 1º de Agosto regressava o Capitão Armando Ribeiro a Porto Alegre com o serviço executado, havendo anteriormente communicado a ausencia de realidade nas noticias tão abundantemente propagadas. Nesse dia recebi telegramma do Delegado Chefe Uruguayo em resposta ao meu de 24 de Julho, em que communicava a partida do Capitão Armando, participando-me que tambem mandaria um operador para o mesmo fim. A 18 de Agosto telegraphava eu ao Delegado Uruguayo perguntando-lhe quando nos encontraríamos para tratar do deslinde da zona referida e tambem da do São Luiz, uma vez que o dito Delegado, em telegramma anterior, me havia annunciado sua proxima vinda ao Rio. A 12 e a 17 de Setembro, reiterava eu esse telegramma, fazendo referencias a outros casos de serviço e a 6 de Outubro mandava o Delegado Substituto Capitão Armando Ribeiro proceder ao levantamento cadastral na zona Livramento-Rivêra em questão, por pedido do Delegado Uruguayo, a quem contestei allegando a desnecessidade de rigorosos trabalhos topographicos preliminares para o caso especial do deslinde a realizar. Do lado do Uruguay, funcionava um operador da respectiva Commissão; visto como haviamos combinado que os levantamentos fossem independentes para comparação posterior. A 19 de Novembro, tudo de 1921, estava terminado o levantamento do lado do Brasil.

A 2 de Janeiro de 1922 entreguei os serviços ao meu substituto por ter sido deferido o meu pedido de demissão de Delegado Chefe da Commissão.

Novamente nomeado e empossado a 25 de Novembro e depois de varias conferencias com o Delegado Chefe Uruguayo, sempre por mim solicitadas, e de terminados os longos trabalhos de desenho de serviço executado, sem prejuizo do proseguimento dos outros trabalhos da fronteira, dirigi a Vossa Excellencia o officio n. 79 de 7 de Janeiro de 1923, remettendo a acta da quinta conferencia com a proposta mutua dos dois Delegados Chefes, relativa ao deslinde e caracterização da parte da fronteira considerada, entre as cidades do Livramento e da Rivêra. Em officio de 27 desse mez Vossa Excellencia disse que havia pedido ao Governo do Uruguay a approvação da acta remettida e a 22 de Março communicava o Delegado Uruguayo que o seu Governo approvara o accordo por Decreto de 15. Em tele-

gramma de 18 de Setembro Vossa Excellencia communicou a approvação da acta e accordo e a 24 de Outubro o officio n. 4 remettia a cópia dos documentos de approvação.

Durante esse intervallo de tempo, tomei as devidas providencias e a 13 de Outubro chegava a Livramento com o auxiliar e os elementos para a realização dos trabalhos. A 15 chegou o meu Collega Uruguayo, regressando a Montevidéo, de onde veio novamente a 27, começando nesse dia as operações no terreno para a marcação da linha adoptada. Por outro lado, segundo ficara combinado, pedi ao Senhor Intendente Municipal em officio n. 94, de 17 de Novembro, que fizesse demolir e recuar as construcções e terrenos que cortavam a faixa e a linha de fronteira, figuradas na planta que remettia. Esse officio teve resposta com o edital de intimação publicado pelo Sr. Intendente, executando-se a providencia, depois de alguns dias, com alguns protestos, mas sem onus para a União, pois tratava-se de invasores da zona de fronteira. Muito concorreu para tão bom resultado o prompto e efficaz deferimento que o Sr. Presidente do Estado dispensou ao pedido verbal que tive ensejo de fazer-lhe. De tal modo foram demolidas cerca de 40 construcções e recuados oito terrenos, para a desobstrucção da faixa, de largura minima de 40 metros em que está assignalada a actual linha de fronteira, caracterizada por onze marcos e tres signaes locados entre as duas cidades. Esse serviço ficou terminado a 15 de Abril de 1924, havendo os operadores lavrado o termo transcripto na acta que tive a honra de remetter a Vossa Excellencia em officio n. 113, de 10 de Agosto. Nesse officio pedi a Vossa Excellencia resolver quanto ás providencias no sentido de ser observado o novo regimen de fronteira, cessando o tumulto e confusão existentes desde a demarcação de 1856, apesar de tentativas e esforços varios, no sentido de obter-se a regularização agora obtida com a continuação da nossa soberania nos predios que pareciam estar demasiadamente avançados para o lado do Uruguay e sem que qualquer construcção mudasse de nacionalidade.

Ao mesmo tempo que se realizavam com proveito os trabalhos que estabeleceram de modo definitivo o deslinde e caracterização na zona Livramento-Rivêra, proseguiram os trabalhos correntes, em commum, de geodesia e de topographia, não se realizando os de caracterização pelos motivos acima relatados.

A 7 de Maio, como de costume e em consequencia da estação de inverno que se fazia sentir com a approximação das enchentes,

foram suspensos os trabalhos de campo para terem começo os de escriptorio, tendo ficado terminados os serviços abaixo declarados, realizados em commum:

Geodesia. Reconhecimento entre a Serrilhada e Tres Vendas (vertices de 1ª ordem); medição de 2ª ordem entre Serrilhada, Igreja e Tres Vendas; medição da trama dos pontos de 3ª e 4ª ordem em numero de 23, sobre a linha divisoria, e, no Brasil, definindo o perimetro da faixa topographica Brasileira no trecho de Serrilhada-Guabijú-Igrejinha-Cruz de São Pedro.

Topographia. Levantamento tachymetrico da faixa Brasileira desde o vertice Albornóz até ás proximidades do marco da Cruz de São Pedro.

Construcção de signaes geodesicos.

Taes trabalhos foram realizados apesar da ausencia de tres mezes do Delegado Substituto Uruguayo que me foi communicada pelo nosso Delegado Substituto em telegramma de 10 de Maio do anno corrente de 1924.

No escriptorio, no Rio e em Porto Alegre, proseguiram os trabalhos correntes, cuja marcha depende da reunião das duas Comissões, reunião a que já me referi, depois da qual e das combinações resultantes, poderemos corrigir e passar a limpo os borrões da carta topographica da parte da fronteira já levantada de Jaguarão até a Serrilhada, pelo menos (si os Uruguayos tiverem terminado a topographia em atrazo), com o desenho da triangulada internacional, dos pontos essenciaes, como sejam caminhos, ligações a vias ferreas, recursos de toda a ordem de cada zona e outros dados estatisticos que interessem ao ponto de vista das nossas necessidades de ordem civil e de ordem militar.

Para deixarmos consignados nesta exposição todos os serviços concluidos e em marcha, referiremos o que ocorre com o deslinde da parte da fronteira comprehendida entre o ponto em que o arroio São Luiz se descaracteriza e a Serrilhada onde existem controversias não esclarecidas pela demarcação de 1852-1858, notadamente na bifurcação do arroio, proximo ao marco 21 e entre o Marco 22 e o 23, na lagôa de São Luiz.

Desde a minha carta de 10 de Julho de 1921 até a presente data, tenho insistido junto do meu Collega para deslindarmos este caso de fronteira de facil solução, sendo que já mandei fazer levantamento especial dessa zona e remettio-o por cópia naquella citada carta de que tive resposta a 5 de Dezembro, declarando-se o Commissario

Uruguayo pelo curso recto da linha na lagôa de São Luiz, em contrario ás nossas razões que não podem deixar de prevalecer, no sentido da linha quebrada, mediana, aliás observada em todas as aguas da fronteira no Chuy, no São Miguel, na lagôa Mirim, rio Jaguarão Chico, Mina, São Luiz e rio Quarahy. Depois dessa resposta em que o Commissario Uruguayo refere a idéa de submeter o assumpto aos dois Governos, tivemos ensejo de concordar em resolver o caso entre nós que juntos percorremos demoradamente a zona em discussão e a 27 de Dezembro de 1922 combinavamos no sentido de mandar fazer um inquerito entre os moradores que eu sei que consideram a linha pelo meio da lagôa e não por fóra della, recta, como quer o Delegado Uruguayo. Consignei o caso no meu diario dessa data e delle dei sciencia verbal ao antecessor de Vossa Excellencia. Aguardo agora resposta do meu officio 111 acima citado em que indiquei ao meo Collega a necessidade de começarmos a caracterização da bocca do São Luiz.

Oxalá fique na proxima campanha de serviço deslindado o trecho São Luiz, como o foi o de Livramento-Rivêra, bastando para tanto que o Commissario Uruguayo acceite o alvitre proposto no meo officio n. 111, de 20 de Julho do anno corrente, pois estou seguro que uma inspecção e cuidadoso exame do terreno auxiliados do desejo de proseguirmos nos nossos trabalhos, nos conduzirão a bom caminho.

E' certo que estamos com o tempo limitado pela necessidade de reencetar os trabalhos de campo, mas, mesmo assim, a citada reunião, tardia em consequencia das objecções levantadas pelo meu Collega Uruguayo, terá a virtude de lançar as bases de reuniões posteriores no correr dos invernos, facilitar combinações e quiçá produzir algum trecho de borrão da carta.

Informamos ainda mais a Vossa Excellencia que o officio 111, acima citado, foi respondido pelo n. 99/924 de 6 do corrente. E como essa resposta contivesse ainda considerações de ordem theorica, julgamos conveniente repetir o nosso modo de vêr e nesse sentido telegraphamos ao Delegado Chefe Uruguayo, a 17 do corrente, insistindo pela necessidade do abandono daquellas cogitações e propondo de novo que fossemos ao terreno estudar os casos de caracterização que se apresentarem. Aguardamos resposta definitiva para atacarmos a fundo o problema da caracterização da fronteira, deslinde da zona da Lagôa de S. Luiz acima referido e outros menos importantes serviços em retardo.

A 18, recebemos o officio 111/924 de 9, em que o Delegado Uruguayo communica que o levantamento topographico da facha uruguaya a que se refere este officio em seu começo, está a um kilometro aguas acima do Passo Real de S. Luiz, o que quer dizer que ainda faltam-lhes uns 40 kilometros para nos alcançarem.

A 23 do corrente, partiram para o Livramento, onde devem chegar a 3 de Outubro, em companhia do Delegado Substituto os officiaes designados para a reunião e trabalhos de escriptorio, em commum, com a Commissão Uruguaya.

Reitero a Vossa Excellencia os meus attenciosos protestos de alta consideração e estima.

GABRIEL DE S. P. BOTAFOGO.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. José Felix Alves Pacheco, Ministro das Relações Exteriores.

N. 50

IV — Acta da VII Conferencia da Commissão Mixta de Limites e de Caracterisação da Fronteira com o Uruguay, em 20 de Novembro de 1924

Aos vinte dias do mez de Novembro do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes; Presidente da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Engenheiro José Serrato; Ministro das Relações Exteriores do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor José Felix Alves Pacheco; Ministro das Relações Exteriores do Uruguay o Excellentissimo Senhor Doutor Pedro Manini Rios, reunidos na

A los veinte días del mes de Noviembre del año mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay Su Excelencia el Señor Ingeniero José Serrato; Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil Su Excelencia el Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes; Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay Su Excelencia el Señor Doctor Pedro Manini Rios; Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil Su Excelencia el Señor Doctor José Felix Alves Pacheco, reunidos en la ciudad

cidade de Montevidéo, no Escriptorio da Commissão Uruguaya, o Excellentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e Excellentissimo Senhor Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, o primeiro Delegado Chefe representante do Brasil e o segundo Delegado Chefe representante do Uruguay; depois de haverem inspecionado os trabalhos de reparação e de intercalação de marcos no trecho de fronteira comprehendido entre a barra do arroio Lagoões, no Rio Jaguarão e barra do arroio São Luiz, no Rio Negro; trabalhos executados de accordo com o artigo primeiro da Convenção de vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e dezeseis, resolveram approvar em todas as suas partes, fazendo-os bons para a execução da Convenção citada, os termos de reparação de marcos construidos pelas Comissões Mixtas de mil oitocentos e cincoenta e tres e de mil novecentos e treze e de intercalação de novos marcos, termos firmados pelos auxiliares executores do serviço que ficam no archivo de cada uma das Comissões e vão, a seguir, integralmente transcriptos.

ACTA DE RESTAURAÇÃO DOS MARCOS COMPREHENDIDOS ENTRE A BARRA DO ARROIO LAGOÕES E A BARRA DO ARROIO SÃO LUIZ NO RIO NEGRO

Aos quinze dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos

de Montevidéo, en la oficina de la Comisión Uruguaya Su Excelencia el Señor Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro y Su Excelencia el Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, el primero Delegado Jefe representante del Uruguay y el segundo Delegado Jefe representante del Brasil; después de haber inspecionado los trabajos de reparación y de intercalación de marcos en el trecho de frontera comprehendido entre la barra del arroyo Lagoões, en el río Jaguarón y la barra del arroyo San Luis, en el Río Negro; trabajos ejecutados de acuerdo con el artículo primero de la Convención de veintisiete de Diciembre de mil novecientos diez y seis, resolvieron aprobar en todas sus partes, haciéndolas buenas para la ejecución de la Convención citada, las actas de reparación de marcos construídos por las Comisiones Mixtas de 1853 y de 1913 y de intercalación de nuevos marcos, actas firmadas por los auxiliares ejecutores del servicio las que obran en el archivo de cada una de las Comisiones y que siguen a continuación integralmente transcriptas.

ACTA DE RESTAURACIÓN DE LOS MARCOS COMPRENDIDOS ENTRE LA BARRA DEL ARROIO LAGOÕES Y LA BARRA DEL ARROIO SAN LUIS EN EL RÍO NEGRO

A los quince días del mes de Diciembre del año mil noveci-

e vinte e tres, no acampamento da Comissão Mixta de Limites e de Caracterisação da fronteira Brasil-Uruguay, situado nas paragens conhecidas por "Serrilhada", sendo Delegado Chefe por parte da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e por parte da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Ministro Virgilio Sampognaro, achando-se reunidos em representação por parte do Brasil o Senhor Capitão Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitão Durival Britto e Silva e Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares e por parte do Uruguay o Senhor Major Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto; Capitão Carlos Vila Seré, Primeiro Auxiliar Technico; Capitão Hilario Garcia Moreno e Teniente Alfonso Montero Perez, Segundos Auxiliares Technicos, foram declarados oficialmente restaurados pela Comissão Mixta de Limites e de Caracterisação da fronteira Brasil-Uruguay os seguintes marcos: marco pequeno da barra do arroio Lagoões, situado em territorio Brasileiro; marco pequeno da barra do mesmo arroio, situado em territorio Uruguayo; marco pequeno da barra do Rio Jaguarão Chico, conhecido tambem por Rio Guabijú, situado em territorio Bra-

entos veintitres, en el campamento de la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil, situado en el paraje conocido por la "Cerrillada", siendo Delegado Jefe por parte de la República Oriental del Uruguay el Excelentísimo Señor Ministro Virgilio Sampognaro y por parte de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, hallándose reunidos en representación, por parte del Uruguay el Señor Mayor Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto, Capitán Carlos Vila Seré, Primer Auxiliar técnico, Capitán Hilario Garcia Moreno y Teniente Alfonso Montero Perez, Segundos Auxiliares técnicos y por parte del Brasil el Señor Capitán Armando Ribeiro, Delegado Substituto, Capitán Durival Britto e Silva y Primer Teniente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares, fueron declarados oficialmente restaurados por la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil los siguientes marcos: marco pequeño de la barra del arroyo Lagoões, situado en territorio brasileño; marco pequeño de la barra del mismo arroyo, situado en territorio Uruguayo; marco pequeño de la barra del río Yaguaron Chico co-

sileiro; sexto marco grande da barra do mesmo rio, situado em territorio Uruguayo; marco pequeno da barra do arroio da Mina, situado em territorio brasileiro; setimo marco grande da barra do mesmo arroio, situado em territorio uruguayo; marco pequeno do Passo da Mina, situado em territorio brasileiro; setimo marco pequeno do mesmo passo, situado em territorio uruguayo; dois marcos pequenos na altura da barra do arroio da Concordia, sobre uma e outra margem do arroio da Mina; oitavo marco grande do Aceguá, construido pela Commissão Internacional de Limites do anno de mil oitocentos e cincoenta e tres, e finalmente todos os marcos que caracterisam a linha recta da fronteira comprehendida entre Aceguá e a barra do arroio São Luiz, no rio Negro, a saber: marcos intermedios nono, decimo, undecimo, duodecimo, decimo terceiro, decimo quarto, decimo quinto, decimo sexto, decimo setimo, decimo oitavo, decimo nono; nono marco grande; vigesimo intermediario e por ultimo o decimo marco grande. E, para que conste, foi lavrada a presente acta, escripta em portuguez e castelhano, em dois originaes, por mim Primeiro Tenente *Onofre Moniz Gomes de Lima*, servindo como secretario, e que estão firmados pelos presentes membros da Commissão Mixta, anterior-

nocido también por río Guaviyu, situado en territorio brasileño; sexto marco grande de la barra del mismo río, situado en territorio uruguayo; marco pequeño de la barra del arroyo de la Mina, situado en territorio brasileiro; septimo marco grande de la barra del mismo arroyo, situado en territorio uruguayo; marco pequeño del Paso de la Mina, situado en territorio brasileiro; septimo marco pequeño del mismo paso, situado en territorio uruguayo; dos marcos pequeños a la altura de la barra del arroyo de la Concordia, sobre una y otra margen del arroyo de la Mina; octavo marco grande de Aceguá, construido por la Comisión Internacional de Límites del año mil ochocientos cincuenta y tres; y finalmente todos los marcos que caracterizan la linea recta de la frontera comprendida entre Aceguá y la barra del arroyo San Luis en el río Negro, a saber: marcos intermedios noveno, decimo, undecimo, duodecimo, decimo tercero, decimo cuarto, decimo quinto, decimo sexto, decimo septimo, decimo octavo, decimo noveno; noveno marco grande; vigesimo intermedio y por último el decimo marco grande. Y, para que conste, fué labrado la presente acta, escrita en castellano y portugues en dos originales por mi Teniente *Alfonso Montero Perez*, actuando como Secretario, y que están fir-

mente mencionados. Acampamento em Serrilhada, quinze de Dezembro de mil novecentos e vinte e tres.— *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto.— *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar.— *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primer Teniente, Delegado Auxiliar.— *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto.— *Carlos Vila Seré*, Capitán Primer Auxiliar Técnico.— *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico.— *Alfonso Montero Perez*, Teniente, Segundo Auxiliar Técnico.

mados por los miembros presentes de la Comisión Mixta anteriormente mencionados. Campamento en la Cerrillada, quince de Diciembre del año mil novecientos veintitres. *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto.— *Carlos Vila Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico.— *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico.— *Alfonso Montero Perez*, Teniente, Segundo Auxiliar Técnico.— *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto.— *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar.— *Onofre Moniz Gomes de Lima*.— Primer Teniente, Delegado Auxiliar.

ACTA DE RESTAURACIÓN DE LOS MARCOS COMPRENDIDOS ENTRE LA BARRA DEL ARROYO LAGOÕES Y LA BARRA DEL ARROYO SAN LUIS EN RIO NEGRO.

ACTA DE RESTAURAÇÃO DOS MARCOS COMPREHENDIDOS ENTRE A BARRA DO ARROIO LAGOÕES E A BARRA DO ARROIO SÃO LUIZ NO RIO NEGRO.

A los quince días del mes de Diciembre del año mil novecientos veintitres, en el campamento de la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil, situado en el paraje conocido por la "Cerrillada", siendo Delegado Jefe por parte de la República Oriental del Uruguay el Excelentísimo Señor Ministro Virgilio Sampognaro y por parte de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza

Aos quinze dias do mês de Dezembro do anno de mil novecientos e vinte e tres, no acampamento da Comissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguay, situado nas paragens conhecidas por "Serrilhada", sendo Delegado Chefe por parte da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excelentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e por parte da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Ministro Virgilio Sampo-

Pereira Botafogo, hallandose reunidos en representación, por parte del Uruguay, el Señor Mayor P. A. Munar y Rubi, Delegado Substituto; Capitán Carlos Vila Seré, Primer Auxiliar Técnico; Capitán Hilario Garcia Moreno y Teniente Alfonso Montero Perez, Segundos Auxiliares Técnicos, y por parte del Brasil el Señor Capitán Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitán Durival Britto e Silva y Primer Teniente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares, fueron declarados oficialmente restaurados por la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil los siguientes marcos: marco pequeño de la barra del arroyo Lagoões, situado en territorio brasileño; marco pequeño de la barra del mismo arroyo, situado en territorio uruguayo; marco pequeño de la barra del río Yaguaron Chico, conocido también por río Guaviyu, situado en territorio brasileño; sexto marco grande de la barra del mismo río, situado en territorio uruguayo; marco pequeño de la barra del arroyo de la Mina, situado en territorio brasileño; septimo marco grande de la barra del mismo arroyo, situado en territorio uruguayo; marco pequeño del paso de la Mina, situado en territorio brasileño; septimo marco pequeño del mismo paso situado en territorio

gnaro, achando-se reunidos em representação por parte do Brasil o Senhor Capitão Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitão Durival Britto e Silva e Primeiro Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares, e por parte do Uruguay o Senhor Major Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto; Capitão Carlos Vila Seré; Primeiro Auxiliar Technico; Capitão Hilario Garcia Moreno e Tenente Alfonso Montero Perez, Segundos Auxiliares Technicos, foram declarados oficialmente restaurados pela Comissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguay os seguintes marcos: marco pequeno da barra do arroio Lagoões, situado em territorio brasileiro; marco pequeno da barra do mesmo arroio, situado em territorio uruguayo; marco pequeno da barra do rio Jaguarão Chico, conhecido também por rio Guabijú, situado em territorio brasileiro; sexto marco grande da barra do mesmo rio, situado em territorio uruguayo; marco pequeno da barra do arroio da Mina, situado em territorio brasileiro; setimo marco grande da barra do mesmo arroio, situado em territorio uruguayo; marco pequeno do Passo da Mina, situado em territorio brasileiro; setimo marco pequeno do mesmo passo, situado em territorio uruguayo; dois marcos pequenos na altura da barra do

uruguayo; dos marcos pequeños a la altura de la barra del arroyo de la Concordia, sobre una y otra margen del arroyo de la Mina; octavo marco grande de Aceguá, construído por la Comisión Internacional de Límites del año mil ochocientos cincuenta y tres; y finalmente todos los marcos que caracterizan la linea recta de la frontera comprendida entre Aceguá y la barra del arroyo San Luis en el río Negro, a saber: marcos intermedios noveno, decimo, undecimo, duodecimo, decimo tercero, decimo cuarto, decimo quinto, decimo sexto, decimo septimo, decimo octavo, decimo noveno, noveno marco grande, vigesimo intermedio, y por último el decimo marco grande. Y, para que conste, fué labrada la presente acta, escripta en castellano y portuguez, en dos originales, por mi Teniente Alfonso Montero Perez, actuando como Secretario, y que están firmados por los miembros presentes de la Comisión Mixta, anteriormente mencionados. Campamento en Cerrillada, quince de Diciembre del año mil novecientos veintitres.— *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto. — *Carlos Vila Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico. — *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico. — *Alfonso Montero Perez*, Teniente, Segundo Auxiliar Técnico. — *Armando Ribeiro*, Capitán, Delegado Substi-

arroio da Concordia, sobre uma e outra margem do Arroio da Mina; oitavo marco grande do Aceguá, construído pela Comissão Internacional de Limites do anno de mil oitocentos e cincoenta e tres; e finalmente todos os marcos que caracterizam a linha recta da fronteira comprehendida entre Aceguá e a barra do arroio São Luis, no rio Negro, a saber: marcos intermedios nono, decimo, undecimo, duodecimo, decimo terceiro, decimo quarto, decimo quinto, decimo sexto, decimo setimo, decimo oitavo, decimo nono; nono marco grande; vigesimo intermediario e por ultimo o decimo marco grande. E, para que conste, foi lavrada a presente acta, escripta em portuguez e castelhano, em dois originaes, por mim Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes de Lima, servindo como secretario, e que estão firmados pelos membros presentes da Comissão Mixta, anteriormente mencionados. Acampamento em Serpillhada, quinze de Dezembro do anno de mil novecentos e vinte e tres.— *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto—*Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar. — *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primeiro Tenente, Delegado Auxiliar. — *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto. — *Carlos Vila Seré*, Capitán Primer Auxiliar Técnico.

tuto. — *Durival Britto e Silva*, Capitán, Delegado Auxiliar. — *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primer Teniente, Delegado Auxiliar.

— *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico — *Alfonso Montero Perez*, Teniente, Segundo Auxiliar Técnico.

ACTA DE INTERCALAÇÃO DE
NOVOS MARCOS

ACTA DE INTERCALACIÓN DE
NUEVOS MARCOS

Aos trinta e um dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e vinte e tres, no Acampamento da Commissão Mixta de Limites e Caracterisação da Fronteira Brasil-Uruguay, situado nas paragens conhecidas por "Serrilhada", sendo Delegado Chefe por parte da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e por parte da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Ministro Virgilio Sampognaro, achando-se reunidos em representação, por parte do Brasil, o Senhor Capitão Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitão Durival Britto e Silva, Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes e Lima, Delegados Auxiliares e, por parte do Uruguay, o Senhor Major Pedro A. Munar Rubi, Delegado Substituto; Capitão Carlos Vila Seré, Primeiro Auxiliar Technico e Capitão Hilario Garcia Moreno, Segundo Auxiliar Technico, foram declarados officialmente inaugurados os tres novos marcos intercalados na linha recta da fronteira, definida pelo oitavo marco

A los treinta y un días del mes de Diciembre del año de mil novecientos veintitres, en el Campamento de la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil, situado en el paraje conocido por la "Cerrillada", siendo Delegado Jefe por parte de la República Oriental del Uruguay el Excelentísimo Señor Ministro Virgilio Sampognaro y por parte de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, hallandose reunidos en representación, por parte del Uruguay el Señor Mayor Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto; Capitán Carlos Vila Seré, Primer Auxiliar Técnico y Capitán Hilario Garcia Moreno, Segundo Auxiliar Técnico y por parte del Brasil el Señor Capitán Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitán Durival Britto e Silva y Primer Teniente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares, fueron declarados oficialmente inaugurados los tres nuevos marcos intercalados en la linea recta de la Frontera definida por el octavo marco

grande (Aceguá) e a barra do arroyo São Luiz, no rio Negro, construídos pela Comissão Mixta de Limites e de Caracterisação da fronteira Brasil-Uruguay, de accordo com a letra (c) das Instruções de Serviço, firmadas por ambos os Delegados Chefes, para a execução da Convenção de vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e dezeseis. Estes marcos intercalados, cujos desenhos cotados se annexam a esta Acta, apresentam o mesmo typo dos antigos e têm as seguintes características: na parte inferior, acima do alicerce, um massiço de alvenaria de pedra com a forma de tronco recto de pyramide de bases rectangulares de dois metros e dez centímetros por um metro e noventa e seis centímetros, e um metro e trinta e seis centímetros por um metro e vinte e dois centímetros, tendo este massiço uma altura de um metro e sessenta e dois centímetros; sobre este tronco de pyramide descansa um prisma recto rectangular, de concreto, de vinte centímetros de altura e de um metro por oitenta e seis centímetros de base; sobre este ultimo elemento assenta-se a parte superior do marco, tambem de concreto, constituída por um tronco recto de pyramide de bases rectangulares, de cincoenta centímetros por trinta e seis centímetros, e quarenta e quatro cen-

grande (Aceguá) y la barra del arroyo San Luis en el rio Negro, construídos por la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil, de acuerdo con la letra (c) de las Instrucciones de Servicio, firmadas por ambos Delegados Jefes para la ejecución de la Convención del veintisiete de Diciembre de mil novecientos diez y seis. Estos marcos intercalados, cuyos dibujos acotados se anexan a esta Acta, presentan el mismo tipo que los antiguos y tienen las siguientes características: en la parte inferior sobre el cimiento, un macizo de mampostería de piedra, con la forma de tronco recto de piramide de bases rectangulares de dos metros y diez centímetros, por un metro noventa y seis centímetros, y un metro treinta y seis centímetros por un metro veintidos centímetros, teniendo este macizo una altura de un metro sesenta y dos centímetros; sobre este tronco de piramide descansa un prisma recto rectangular de hormigon de veinte centímetros de altura y de un metro por ochenta y seis centímetros de base; sobre este último elemento se asienta la parte superior del marco, también de hormigon, constituída por un tronco recto de pirámide de bases rectangulares, de cincuenta centímetros por treinta y seis centímetros y cuarenta y cuatro centímetros por treinta centí-

timetros por trinta centímetros, com uma altura de um metro. O primeiro marco intercalado está situado nas proximidades da casa commercial de Perez & Companhia; o segundo marco está nas immedições da casa commercial de Quintana e Irmãos e finalmente o terceiro marco está localisado nos campos do Coronel Roberto Silveira, entre os antigos marcos intermediarios numerados dezeseis e dezeseite. As coordenadas definitivas destes marcos intercalados constarão da Acta Geral, que se lavrará no fim dos trabalhos. E, para que conste, foi lavrada a presente Acta, escripta em portuguez e castelhano, em dois originaes, por mim, Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes de Lima, servindo como secretario, e que estão firmados pelos membros presentes da Commissão Mixta, anteriormente mencionados. Acampamento em Serrihada, trinta e um de Dezembro de mil novecentos e vinte e tres.

— *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto.— *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar.— *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primeiro Tenente, Delegado Auxiliar.— *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto.— *Carlos Vila Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico.— *H. Garcia Moreno*.— Capitán, Segundo Auxiliar Técnico.

metros, con una altura de un metro. El primer marco intercalado está situado en las proximidades de la casa comercial de Perez & Compañia; el segundo marco está en las inmediaciones de la casa comercial de Quintana Hermanos y finalmente el tercer marco está localizado en los campos del Coronel Don Roberto Silveira, entre los antiguos marcos intermedios numerados diez y seis y diez y siete. Las coordenadas definitivas de estos marcos intercalados constaran en el Acta General, que se labrará al finalizar los trabajos. Y, para que conste, fué labrada la presente Acta, escrita en castellano y portugues, en dos originales, por mi, Capitán Hilario Garcia Moreno, actuando como secretario, y que están firmados por los miembros presentes de la Comisión Mixta, anteriormente mencionados. Campamento de la Cerrillada, treinta y uno de Diciembre del año mil novecientos veintitres. *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto.— *Carlos Villa Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico.— *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico.— *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto.— *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar.— *Onofre Moniz Gomes de Lima*—Primeiro Tenente, Delegado Auxiliar.

ACTA DE INTERCALACIÓN DE
NUEVOS MARCOS

A los treinta y un días del mes de Diciembre del año de mil novecientos veintitres, en el Campamento de la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la frontera Uruguay-Brasil, situado en el paraje conocido por la "Cerrillada", siendo Delegado Jefe por parte de la República Oriental del Uruguay el Excelentísimo Señor Ministro Virgilio Sampognaro y por parte de la República de los Estados Unidos del Brasil el Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, hallándose reunidos en representación por parte del Uruguay el Señor Mayor Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto, Capitán Carlos Vila Seré, Primer Auxiliar Técnico y Capitán Hilario Garcia Moreno, Segundo Auxiliar Técnico y por parte del Brasil el Señor Capitán Armando Ribeiro, Delegado Substituto, Capitán Durival Britto e Silva y Primer Teniente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares, fueron declarados oficialmente inaugurados los tres nuevos marcos intercalados en la línea recta de la frontera definida por el octavo marco grande (Aceguá) y la barra del arroio San Luis en el río Negro, construídos por la Comisión Mixta de Límites y de Caracterización de la Fron-

ACTA DE INTERCALAÇÃO DE
NOVOS MARCOS

Aos trinta e um dias do mes de Dezembro do anno de mil novecientos e vinte e tres, no acampamento da Comissão Mixta de Limites e Caracterisação da Fronteira Brasil-Uruguay, situado nas paragens conhecidas por "Serrihada", sendo Delegado Chefe por parte da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo e por parte da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Ministro Virgilio Sampognaro, achando-se reunidos em representação por parte do Brasil o Senhor Capitão Armando Ribeiro, Delegado Substituto; Capitão Durival Britto e Silva e Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes de Lima, Delegados Auxiliares e por parte do Uruguay o Senhor Major Pedro A. Munar y Rubi, Delegado Substituto; Capitão Carlos Vila Seré. Primeiro Auxiliar Technico e Capitão Hilario Garcia Moreno, Segundo Auxiliar Technico, foram declarados oficialmente inaugurados os tres novos marcos intercalados na linha recta da fronteira, definida pelo oitavo marco grande (Aceguá) e a barra do arroio São Luiz, no Rio Negro, construidos pela Comissão Mixta de Limites e de Caracterisação da fronteira

tera Uruguay-Brasil, de acuerdo con la letra (c) de las instrucciones de servicio, firmadas por ambos Delegados Jefes para la ejecución de la Convención del veintisiete de Diciembre de mil novecientos diez y seis. Estos marcos intercalados cuyos dibujos acotados se anexan a esta acta, presentan el mismo tipo de los antiguos, y tienen las siguientes características: en la parte inferior sobre el cimiento, un macizo de mampostería de piedra con la forma de tronco recto de pirámide de bases rectangulares de dos metros diez centímetros, por un metro noventa y seis centímetros, y un metro treinta y seis centímetros por un metro veintidos centímetros, teniendo este macizo una altura de un metro sesenta y dos centímetros; sobre este tronco de pirámide descansa un prisma recto rectangular de hormigon, de veinte centímetros de altura e un metro por ochenta y seis centímetros de base; sobre este último elemento se asienta la parte superior del marco, también de hormigon, constituida por un tronco recto de pirámide de bases rectangulares, de cincuenta centímetros por treinta y seis centímetros y cuarenta y cuatro centímetros por treinta centímetros, con una altura de un metro. El primer marco intercalado está situado en las proximidades de la casa comercial Perez & Compañía;

Brasil-Uruguay, de accôrdo com a letra (c) das instrucções de serviço, firmadas por ambos Delegados Chefes, para a execução da convenção de vinte e sete de dezembro de mil novecentos e dezeseis. Estes marcos intercalados, cujos desenhos cotados se annexam a esta Acta, apresentam o mesmo typo dos antigos e têm as seguintes características: na parte inferior, acima do alicerce, um macisso de alvenaria de pedra com a forma de tronco recto de piramide de bases rectangulares de dois metros e dez centímetros por um metro e noventa e seis centímetros, e um metro e trinta e seis centímetros por um metro e vinte e dois centímetros, tendo este macisso uma altura de um metro e sessenta e dois centímetros; sobre este tronco de piramide descansa um prisma rectangular, de concreto, de vinte centímetros de altura e de um metro por oitenta e seis centímetros de base; sobre este ultimo elemento assenta-se a parte superior do marco, também de concreto, constituida por um tronco recto de piramide de bases rectangulares, de cincuenta centímetros por trinta e seis centímetros, e quarenta e quatro centímetros por trinta centímetros, com uma altura de um metro. O primeiro marco intercalado está situado nas proximidades da casa commercial de Perez & Companhia; o segundo marco está nas

el segundo marco está en las inmediaciones de la casa comercial de Quintana y Hermanos; y finalmente el tercero marco está localizado en los campos del Coronel D. Roberto Silveira, entre los antiguos marcos intermedios numerados diez y seis y diez y siete. Las coordenadas definitivas de estos marcos intercalados constaran en al Acta General, que se labrará al finalizar los trabajos. Y, para que conste, fué labrada la presente Acta, escrita en castellano y portugues, en dos originales, por mi, Capitán Hilario Garcia Moreno, actuando como Secretario y que estan firmados por los miembros presentes de la Comisión Mixta anteriormente mencionados. Campamento en la Cerrillada, treinta y un de Diciembre del año mil novecientos veintitres. *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto; *Carlos Vila Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico; *H. Gardia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico; *Armando Ribeiro*, Capitán, Delegado Substituto; *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar; *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primeiro Tenente, Delegado Auxiliar.

E como de nada mais se tratasse, resolveram os Delegados Chefes lavrar a presente Acta de Restauração e de Intercalação de novos marcos na zona de fronteira acima referida (Lagoões-São Luiz), declarando como declaram

immediações da casa commercial de Quintana & Irmãos; e finalmente o terceiro marco está localizado nos campos do Coronel Roberto Silveira, entre os antigos marcos intermediarios numerados dezeseis e dezeseite. As coordenadas definitivas destes marcos intercalados constarão da Acta Geral, que se lavrará no fim dos trabalhos. E, para que conste, foi lavrada a presente Acta, escripta em portuguez e castelhano, em dois originaes, por mim, Primeiro Tenente Onofre Moniz Gomes de Lima, servindo como secretario e que estão firmados pelos membros presentes da Comissão Mixta, anteriormente mencionados. Acampamento em Serrilhada, trinta e um de Dezembro do anno de mil e novecentos e vinte e tres. *Armando Ribeiro*, Capitão, Delegado Substituto. — *Durival Britto e Silva*, Capitão, Delegado Auxiliar. *Onofre Moniz Gomes de Lima*, Primeiro Tenente, Delegado Auxiliar. — *Pedro A. Munar y Rubi*, Mayor, Delegado Substituto. *Carlos Vila Seré*, Capitán, Primer Auxiliar Técnico. — *H. Garcia Moreno*, Capitán, Segundo Auxiliar Técnico.

Y como de nada más se tratase resolvieron los Delegados Jefes labrar la presente Acta de Restauración y de Intercalación de nuevos Marcos en la zona de frontera arriba referida (Lagoões-San Luis), declarando comod eclaran ser in-

ser desnecessario intercalar marcos no trecho de fronteira da barra do Lagoões até o local do primeiro marco agora construido nas proximidades da casa commercial de Perez & Companhia. Todos os marcos já existentes foram reparados em seus proprios lugares. E para constar lavrou-se a presente acta que lida por mim foi achada conforme e approvada pelos dois Delegados Chefes que a firmaram. E eu, *Oswaldo Gomes da Costa*, Major Secretario *ad hoc*, a escrevi. — *Gabriel de Souza Pereira Botafogo*. — *Virgilio Sampognaro*.

necesario intercalar marcos en el trecho de frontera de la Barra de Lagoões hasta el lugar del primer marco ahora construido en las proximidades de la casa commercial de Perez & Compañia. Todos los marcos ya existentes fueron reparados en sus proprios lugares. Y para constancia labróse la presente acta que leída por mi fué hallada conforme y aprobada por los dos Delegados Jefes que la firmaron. Y yo, *José Barboza Terra*, Secretario *ad hoc*, la certifico. E eu, *Oswaldo Gomes da Costa*, Major Secretario *ad hoc* a escrevi. — *Virgilio Sampognaro*. — *Gabriel de Souza Pereira Botafogo*.

N. 51

I — Trechos do Officio do Alto-Commissario Brasileiro da Comissão Mixta Executora do Tratado de 22 de Julho de 1918. — Em 29 de Novembro de 1924

Montevideo, 29 de Novembro de 1924 — N. 128.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de submeter á consideração de Vossa Excellencia a cópia dos textos da acta da nona conferencia desta Comissão, realisada a 10 do corrente e relativa ao estudo e classificação das quatro propostas apresentadas e recebidas, uma no Rio de Janeiro e tres em Montevideo, para a concorrência annunciada no edital publicado nos Diarios Officiaes das duas Capitães a 2 de Julho proximo passado e todas abertas nesta cidade a 20 de Outubro.

Como Vossa Excellencia verá em qualquer dos textos da acta agora remettida e nos documentos da licitação com este officio en-

viados, foram recebidas e abertas quatro propostas a saber: *a*) de Adolfo E. W. Shaw; *b*) de Dyckerhoff & Widmann S. A.; *c*) da Companhia Constructora de Santos e *d*) de Wayss & Freytag, todas reconhecidamente acceitaveis no ponto de vista da idoneidade de seus signatarios.

Logo no começo dos entendimentos no seio da Commissão Mixta, o Alto Commissario Uruguayo, em nome de sua Commissão, disse que, dadas as declarações insertas nas propostas Dyckerhoff e Companhia de Santos, considerava-as como uma só, ao mesmo tempo que declarava julgar que os Altos Commissarios tinham autoridade para considerar nulla a declaração de cambio da proposta Shaw, consequentemente, classificando-a em primeiro lugar, dada a sua grande differença de preço relativamente ás demais propostas. A essas declarações respondi que me cumpria tomar em consideração todas as citadas declarações, submittendo-as ao julgamento dos dois Governos e mais que, no caso de ser annullada a declaração da proposta Shaw, a classificaria em primeiro lugar, classificando em segundo a proposta Dyckerhoff, em terceiro a da Companhia Constructora de Santos e em quarto a de Wayss & Freytag, fazendo resaltar na acta e no mappa de classificação que a este acompanham, não só os termos das declarações das tres primeiras propostas como tambem os fundamentos da minha classificação ou da annullação da concorrência, caso fosse julgada contraria aos termos do edital a declaração da proposta Shaw, contra a qual protestou no acto da abertura um dos concorrentes como consta do termo de abertura das propostas e, posteriormente, nos documentos que a este acompanham, por cópia, com as letras *A*), *B*), bem como a explicação do proponente Shaw quanto ás suas declarações de taxa de cambio, doc. letra *C*). Mais tarde mostrou-se o Alto Commissario Uruguayo inclinado a concordar commigo quanto á proposta Shaw, mantendo o seu ponto de vista quanto a Dyckerhoff e Companhia Constructora de Santos e, por ultimo, voltou ao seu primeiro criterio annullando a declaração Shaw e tomando em consideração as duas outras declarações para considerar como uma só as duas propostas Dyckerhoff e Companhia de Santos. Mantive o meu ponto de vista, como consta da acta e do mappa de classificação que a este acompanham e que pode-se resumir do seguinte modo: Classificação condicional da proposta Shaw, da proposta Dyckerhoff e da proposta Constructora de Santos, em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, com o conselho da annullação, por motivos economicos, no caso de reconhecer-se que as declarações dessas tres

propostas, principalmente a de Shaw, constituem infracção dos termos do edital de concorrência em sua Condição XIII, *in fine*. E, para o caso da acceitação da proposta Shaw, preciso deixar consignada a necessidade de estabelecer-se claras garantias no contracto da obra, contra a possibilidade de pedidos posteriores de augmento de custo e de praso de conclusão dos trabalhos e consequente entrega, uma vez que os ditos custo e praso da proposta parecem não dar margem a grandes folgas, impondo-se, ao contrario, consideravel esforço na marcha dos serviços e cuidados na sua administração economica.

Reitero a Vossa Excellencia os meos protestos da mais elevada consideração e attenciosa estima.

GABRIEL DE S. P. BOTAFOGO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 52

II — Acta da IX Conferencia da Commissão Mixta Executora do Tratado de 22 de Julho de 1918 — Em 10 de Novembro de 1924

Aos dez dias do mez de Novembro do anno de mil novecentos e vinte e quatro, sendo Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Arthur da Silva Bernardes e Presidente da Republica Oriental do Uruguay o Excellentissimo Senhor Engenheiro José Serrato; Ministro das Relações Exteriores do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor José Felix Alves Pacheco e Ministro das Relações Exteriores do Uruguay o Excellentissimo Senhor

A los diez días del mes de Noviembre del año de mil novecientos veinticuatro, siendo Presidente de la República Oriental del Uruguay Su Excelencia el Señor Ingeniero José Serrato y Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil Su Excelencia el Señor Doctor Arthur da Silva Bernardes; Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay Su Excelencia el Señor Doctor Pedro Manini Rios, Ministro de las Relaciones Exteriores del Brasil Su Excelencia

Doutor Pedro Manini Rios, reunidos na cidade de Montevidéo, no Escriptorio da Commissão Mixta Executora do Tratado de vinte e dois de Julho de mil novecentos e dezoito, o Excellentissimo Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alto Commissario, os Senhores Majores Oswaldo Gomes da Costa, Secretario, e José Vicente de Araujo e Silva, Primeiro Engenheiro, achando-se ausente em serviço o Capitão Medico Doutor José Bonifacio da Costa Botafogo, todos por parte do Brasil; o Excellentissimo Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Alto Commissario, os Senhores José Barbosa Terra, Secretario e Engenheiro, Quinto Bonomi Hijo, Primeiro Engenheiro, todos por parte do Uruguay, com o fim de resolver em Commissão Mixta sobre as propostas para construção da Ponte Internacional sobre o rio Jaguarão, propostas em numero de quatro, apresentadas e recebidas nas cidades do Rio de Janeiro e de Montevidéo e abertas nesta cidade de Montevidéo pelo Escrivão de Fazenda em presença da dita Commissão Mixta, como consta do termo lavrado pelo mesmo Escrivão que diz: “En la ciudad de Montevideo a los veinte días del mes de Octubre de mil novecientos veinte y cuatro, se constituyó el Escribano de Hacienda que subscribe, en la sede

Señor Doctor José Felix Alves Pacheco, reunidos en la ciudad de Montevideo, en la Oficina de la Comisión Mixta Ejecutora del Tratado de veintidos de Julio de mil novecientos diez y ocho, Su Excelencia el Señor Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Alto Comisario y los Señores José Barboza Terra, Secretario, y Ingeniero Quinto Bonomi (hijo), Primer Ingeniero, todos por parte del Uruguay; y Su Excelencia el Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alto Comisario, y los Señores Mayores Oswaldo Gomes da Costa, Secretario y José Vicente de Araujo e Silva, Primer Ingeniero, hallándose ausente en Servicio el Capitán Médico Doctor José Bonifacio da Costa Botafogo, todos por parte del Brasil, con el objeto de resolver en Comisión Mixta sobre las propuestas para la construcción del Puente Internacional sobre el río Yaguarón, propuestas en número de cuatro, presentadas y recibidas en las ciudades de Montevideo e de Rio de Janeiro y abiertas en esta ciudad de Montevideo por el Escribano de Hacienda en presencia de la mencionada Comisión Mixta, según consta del Acta labrada por el mismo Escribano, la que dice: “En la ciudad de Montevideo a los veinte días del mes de Octubre de mil novecientos veinte y cuatro, se constituyó

de la Comisión Mixta Ejecutora del Tratado de 22 de Julio de 1918, teniendo presentes a los componentes de la misma Comisión, Excelentísimos Señores Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alto Comisario del Brasil, Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Alto Comisario del Uruguay, Mayor de Ingeniería Oswaldo Gomes da Costa, Secretario de la Comisión Brasileña, José Barbosa Terra, Secretario de la Comisión Uruguaya, Mayor de Ingeniería José Vicente de Araujo e Silva, Primer Ingeniero de la Comisión Brasileña e Ingeniero Quinto Bonomi Hijo, Primer Ingeniero de la Comisión Uruguaya, hallándose ausente por razones de servicio el Capitán Médico Doctor José Bonifacio da Costa Botafogo, de la Comisión Brasileña, y proponentes que se nombrarán reunidos en acto público con el objeto de proceder a la apertura de propuestas para la construcción del Puente Internacional sobre el río Yaguarón, siendo la hora señalada y constatado que las propuestas estaban con sus sellos en perfecto estado se procedió a llevar a cabo dicha diligencia con el resultado siguiente: Propuesta n. 1:—de Adolfo E. W. Shaw, propone hacer la construcción por el precio de doscientas sesenta y un mil trescientas cuarenta y cuatro libras esterlinas con derechos de

el Escribano de Hacienda que subscribe, en la sede de la Comisión Mixta Ejecutora del Tratado de 22 de Julio de 1918, teniendo presentes a los componentes de la misma Comisión, Excelentísimos Señores Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alto Comisario del Brasil, Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Alto Comisario del Uruguay, Mayor de Ingeniería Oswaldo Gomes da Costa, Secretario de la Comisión Brasileña, José Barboza Terra, Secretario de la Comisión Uruguaya, Mayor de Ingeniería José Vicente de Araujo e Silva, Primer Ingeniero de la Comisión Brasileña y Quinto Bonomi (hijo), Primer Ingeniero de la Comisión Uruguaya, hallándose ausente por razones de servicio el Capitán Médico Doctor José Bonifacio da Costa Botafogo de la Comisión Brasileña, y proponentes que se nombrarán reunidos en acto público con el objeto de proceder a la apertura de propuestas para la construcción del Puente Internacional sobre el río Yaguarón, siendo la hora señalada y constatado que las propuestas estaban con sus sellos en perfecto estado se procedió a llevar a cabo dicha diligencia con el resultado siguiente: Propuesta n. 1:—de Adolfo E. W. Shaw, propone hacer la construcción por el precio de doscientas sesenta y un mil trescientas cuarenta y

aduana. Si no se cobrarán dichos derechos se deducirán estos a razón de: por tonelada de hierro nueve libras diez y nueve chelines; por tonelada de madera una libra, nueve chelines, nueve peniques, por tonelada de portland una libra, nueve chelines, nueve peniques, respectivamente, y fija el tipo de cambio para la libra esterlina el de cinco pesos con veinticinco centésimos oro uruguayo por cada libra. Propuesta n. 2: — de Wayss S. A. propone hacer la construcción por el precio de trescientas diez mil seiscientos veinte y tres libras, trece chelines y uno y tres cuartos peniques. Propuesta n. 3: — de Dickerhoff & Widmann S. A.: esta sociedad hace una propuesta de acuerdo con el pliego de condiciones y planos oficiales, cuatro propuestas más que responden a otras tantas variantes, y finalmente una propuesta, cuya variante es aplicable a todas las otras, de acuerdo con el detalle siguiente: 1ª propuesta de acuerdo con el llamado propone hacer la construcción por el precio de doscientas sesenta y cinco mil trescientas ochenta y nueve libras, diez y ocho chelines y diez peniques a aumentarse en caso de pagarse derechos de aduana en la siguiente forma: por derechos brasileños cuarenta y cuatro mil novecientos setenta y cinco libras, por derechos uruguayos treinta

cuatro libras esterlinas con derechos de aduana. Si no se cobrarán dichos derechos se deducirán estos a razón de: por tonelada de hierro nueve libras diez y nueve chelines; por tonelada de madera una libra, nueve chelines, nueve peniques, por tonelada de portland una libra, nueve chelines, nueve peniques, respectivamente, y fija el tipo de cambio para la libra esterlina el de cinco pesos con veinticinco centésimos oro uruguayo por cada libra. Propuesta n. 2: — de Wayss & Freytag S. A. propone hacer la construcción por el precio de trescientas diez mil seiscientos veinte y tres libras, trece chelines y uno y tres cuartos peniques. Propuesta n. 3: — de Dyckerhoff & Widmann S. A.: esta sociedad hace una propuesta de acuerdo con el pliego de condiciones y planos oficiales, cuatro propuestas más que responden a otras tantas variantes, y finalmente una propuesta, cuya variante es aplicable a todas las otras, de acuerdo con el detalle siguiente: 1ª propuesta de acuerdo con el llamado propone hacer la construcción por el precio de doscientas sesenta y cinco mil trescientas ochenta y nueve libras, diez y ocho chelines y diez peniques a aumentarse en caso de pagarse derechos de aduana en la siguiente forma: por derechos brasileños cuarenta y

y dos mil doscientas libras, y por derechos uruguayos brasileños treinta y siete mil novecientas libras. 2ª Propuesta. Primera variante, por el precio de doscientas sesenta y tres mil ochocientas setenta y dos libras diez y ocho chelines, cinco peniques; precio a aumentarse con los derechos correspondientes que se calculan por un importe igual a la anterior propuesta. 3ª Propuesta. Segunda variante, por el precio de doscientas sesenta y dos mil, setecientas dos libras, diez chelines y dos peniques; precio a aumentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta y tres mil cincuenta libras, derechos uruguayos treinta y un mil cien libras, derechos brasileños uruguayos treinta y cinco mil ochocientas libras. 4ª Propuesta. Tercera variante, por el precio de doscientas cincuenta y seis mil treinta y una libras nueve chelines, un penique; precio a aumentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta mil setecientas setenta y cinco libras, derechos uruguayos veintinueve mil setecientas libras, derechos brasileños uruguayos treinta y tres mil quinientas libras. 5ª Propuesta. Cuarta variante, por el precio de doscientas sesenta mil setecientas noventa y nueve libras, diez y siete chelines, dos peniques; precio a au-

cuatro mil novecientas setenta y cinco libras, por derechos uruguayos treinta y dos mil doscientas libras y por derechos uruguayos brasileños treinta y siete mil novecientas libras. 2ª Propuesta. Primeira variante, por el precio de doscientas sesenta y tres mil ochocientas setenta y dos libras, diez y ocho chelines, cinco peniques; precio a aumentarse con los derechos correspondientes que se calculan por un importe igual a la anterior propuesta. 3ª Propuesta. Segunda variante, por el precio de doscientas sesenta y dos mil, setecientas dos libras, diez chelines y dos peniques; precio a aumentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta y tres mil cincuenta libras, derechos uruguayos treinta y un mil cien libras, derechos brasileños uruguayos treinta y cinco mil ochocientas libras. 4ª Propuesta. Tercera variante, por el precio de doscientas cincuenta y seis mil treinta y una libras, nueve chelines, un penique; precio a aumentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta mil setecientas setenta y cinco libras, derechos uruguayos veintinueve mil setecientas libras, derechos brasileños uruguayos treinta y tres mil quinientas libras. 5ª Propuesta. Cuarta variante, por el precio de doscientas sesenta mil

mentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta y cuatro mil cuatrocientas cincuenta libras; derechos uruguayos treinta mil quinientas libras, derechos brasileños uruguayos treinta y seis mil novecientas libras. 6ª Propuesta. Quinta variante, esta variante consiste en lo siguiente, en una rebaja a las cinco propuestas anteriores de dos mil doscientas veintidos libras, diez y nueve chelines, sobre el precio del viaducto modificado de acuerdo con esta propuesta. En esta propuesta cuando se establecen derechos brasileños uruguayos se refiere al caso de entrar los materiales correspondientes al acceso uruguayo por el Uruguay y los correspondientes al puente y acceso brasileño por el Brasil. Propuesta n. 4:—de la Compañía Constructora de Santos. Esta propuesta es semejante a la de Dyckerhoff & Widmann S. A. En esta propuesta no se establecen más que los derechos puramente uruguayos y brasileños, sin prever el caso de que parte de los materiales entren por vía brasileña y parte por vía uruguaya como en la anterior. El representante de la Sociedad Dyckerhoff & Widmann deja expresa constancia de que su propuesta forma en realidad una sola con la de la Casa Constructora de Santos, según se establece

setecientas noventa y nueve libras diez y siete chelines dos peniques; precio a aumentarse con los derechos en la siguiente forma: derechos brasileños cuarenta y cuatro mil cuatrocientas cincuenta libras; derechos uruguayos treinta mil quinientas libras, derechos brasileños uruguayos treinta y seis mil novecientas libras. 6ª Propuesta. Quinta variante, esta variante consiste en lo siguiente, en una rebaja a las cinco propuestas anteriores de dos mil doscientas veintidos libras, diez y nueve chelines, sobre el precio del viaducto modificado de acuerdo con esta propuesta. En esta propuesta cuando se establecen derechos brasileños uruguayos se refiere al caso de entrar los materiales correspondientes al acceso uruguayo por el Uruguay y los correspondientes al puente y acceso brasileño por el Brasil. Propuesta n. 4:—de la Compañía Constructora de Santos. Esta propuesta es semejante a la de Dyckerhoff & Widmann S. A. En esta propuesta no se establecen más que los derechos puramente uruguayos y brasileños sin prever el caso de que parte de los materiales entren por vía brasileña y parte por vía uruguaya como en la anterior. El representante de la Sociedad Dickerhoff & Widmann deja expresa constancia de que su propuesta forma en realidad una sola con la de la

en las respectivas propuestas. El representante de la Sociedad Wayss & Freytag y el representante de la Sociedad Dyckerhoff & Widmann dejan expresa constancia que la propuesta presentada por el Señor Ingeniero Adolfo E. W. Shaw no se ajusta al Pliego de Condiciones pues el precio deve expresarse en libras esterlinas, expuesto a las fluctuaciones del cambio y no en una moneda con un equivalente siempre fijo de cinco pesos con veinticinco centésimos oro uruguayo, por lo tanto entienden no debe ser tomada en consideración a los efectos de determinar la propuesta más conveniente. El Señor Adolfo E. W. Shaw a su vez manifiesta que la cláusula decima tercera del Pliego de Condiciones que se refiere al precio, establece que estos serán calculados en libras esterlinas y sus divisiones, y no excluye ni prohíbe que se fije tipo de cambio a la libra, desde que no puede ser la mente de la Honorable Comisión Mixta especular con el cambio ni pretender que lo haga el contratista. Al fijar pues el tipo de cinco pesos con veinticinco centésimos quiso fijar el valor de la libra el día de la propuesta, y que por consiguiente no puede ser motivo de desestimación de la misma. Léida que fué esta Acta los Excelentísimos Señores Altos Comisarios y demás miembros de la Comi-

Casa Constructora de Santos, según se establece en las respectivas propuestas. El representante de la Sociedad Wayss & Freytag y el representante de la Sociedad Dyckerhoff & Widmann dejan expresa constancia que la propuesta presentada por el Señor Ingeniero Adolfo E. W. Shaw no se ajusta al Pliego de Condiciones, pues el precio debe espresarse en libras esterlinas, expuesto a fluctuaciones del cambio y no en una moneda con un equivalente siempre fijo de cinco pesos con veinticinco centésimos oro uruguayo, por lo tanto entienden no debe ser tomada en consideración a los efectos de determinar la propuesta más conveniente. El Señor Adolfo E. W. Shaw a su vez manifiesta que la cláusula decima tercera del Pliego de Condiciones que se refiere al precio, establece que estos serán calculados en libras esterlinas y sus divisiones, y no excluye ni prohíbe que se fije tipo de cambio a la libra desde que no puede ser la mente de la Honorable Comisión Mixta, especular con el cambio ni pretender que lo haga el contratista. Al fijar pues el tipo de cinco pesos con veinticinco centésimos, quiso fijar el valor de la libra el día de la propuesta, y que por consiguiente no puede ser motivo de desestimación de la misma. Léida que fué esta Acta, los Excelentísimos Señores

sión Ejecutora del Tratado de 22 de Julio de 1918, y representantes de los proponentes manifestaron su conformidad con el contenido de la misma y que la firmarían en prueba de ello perante mi de que doy fé. Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. V. Sampognaro. Mayor Oswaldo Gomes da Costa. J. Barboza Terra. José Vicente de Araujo e Silva. Quinto Bonomi (hijo). Adolfo Shaw. por Soc. An. Wayss & Freytag. p. p. Eng. Huber. Dyckerhoff & Widmann S. A. y por Companhia Constructora de Santos p. p. A. Stoop. Juan José Belo, Escribano de Hda. En fe de ello y para entregar al Excelentísimo Señor Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo, Alto Comisario del Brasil, expido el presente certificado que signo, sello y firmo en Montevideo a veintiocho de octubre de mil novecientos veinticuatro. Depois de varios accordos celebrados pelos dois Altos Comissarios e de duas conferencias preliminares, realizadas pela Comissão Mixta reunida e presidida pelos dois ditos Altos Commisarios, durante as quaes foram trocadas e fixadas idéas, resolveo-se celebrar esta conferencia definitiva, resultado das gestões anteriores, na qual se convencionou que cada Comissão exporia nesta acta sua opinião e conselho, acta que, conjunctamente com todas as propostas, originaes e

Altos Comisarios y demás miembros de la Comisión Ejecutora del Tratado de 22 de Julio de 1918, y representantes de los proponentes manifestaron su conformidad con el contenido de la misma y que la firmarían en prueba de ello perante mi, de que doy fé. Mariscal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. Virgilio Sampognaro. Mayor Oswaldo Gomes da Costa. J. Barboza Terra. Mayor José Vicente de Araujo e Silva. Quinto Bonomi (hijo). Adolfo Shaw. Por Wayss y Freytag Eugenio Huber. Dyckerhoff & Widmann y por Compañía Constructora de Santos Arnoldo Stoop. Juan José Belo, Escribano de Hacienda. Después de varios acuerdos celebrados por los dos Altos Comisarios y de dos conferencias preliminares, realizadas por la Comisión Mixta reunida y presidida por los dos mencionados Altos Comisarios durante las quales se cambiaran y fijaron ideas, resolvióse celebrar esta Conferencia definitiva, resultado de las gestiones anteriores, en la qual se convino que cada Comisión expondría en esta Acta su opinión y consejo. Acta que conjuntamente con todas las propuestas, originales y demás documentos, será elevada, por conducto de los Altos Comisarios a ambos Gobiernos para la ulterior y superior resolución, habiendo quedado resuelto que todo lo ac-

demaís documentos, será elevada, por intermedio dos Altos Commissarios a ambos os Governos, para ulterior e superior resolução, tendo ficado resolvido que todo o processo seria em primeiro remettido ao Governo Uruguayo. Nesse estado, o Excellentissimo Senhor Marechal Botafogo, Alto Commissario do Brasil disse, exprimindo o pensamento seo e o da Comissão, para julgamento das quatro propostas recebidas, foi notado que a proposta recebida no Rio, da Companhia Constructora de Santos, contém a declaração de que sua referida proposta e a de Dickerhoff & Widmann, recebida em Montevideo, deverão ser consideradas como uma só, em face da concorrência, declaração que é repetida na proposta Dyckerhoff, quando declara que vem á concorrência em sociedade com a Empresa Nacional Brasileira, a Companhia Constructora de Santos. Parece á Comissão Brasileira que taes declarações não a habilitam a resolver que as duas citadas propostas constituam uma só sem juizo superior, uma vez que estão firmadas por entidades juridicas distinctas, foram recebidas separadamente e seria difficil decidir em quaes das duas firmas far-se-ia a fusão. Por isso considera as duas ditas propostas como distinctas, passando a julgamento de cada uma dellas e sua classificação.

tuado será remittido primero al Gobierno Uruguayo. En este estado Su Ex. el Señor Mariscal Botafogo, Alto Comisario del Brasil, dijo, expresando su pensamiento y el de la Comisión Brasileña, que en el estudio realizado pela mencionada Comisión para formar juicio de las cuatro propuestas recibidas, fué notado que la propuesta recibida en Río, de la Compañía Constructora de Santos, contiene la declaración de que su referida propuesta y la de Dyckerhoff & Widmann, recibida en Montevideo, deberán ser consideradas como una sola frente a la licitación, declaración que se repite en la propuesta Dyckerhoff, cuando declara que concurre a la licitación en sociedad con la Empresa Nacional Brasileña, la Compañía Constructora de Santos. Le parece a la Comisión Brasileña que tales declaraciones no la habilitan para resolver que las dos citadas propuestas constituyan una sola, sin juicio superior, porequanto estan firmadas por entidades jurídicas diferentes, fueran recibidas separadamente y sería difícil decidir en cual de las dos firmas debería hacerse la fusión. Por eso considera las dos mencionadas propuestas como distintas, pasando a juzgar cada una de ellas y a clasificarlas. No tomando en consideración las cinco variantes de las propuestas Dyckerhoff & Widmann y Com-

Não tomando em consideração as cinco variantes das propostas Dicckerhoff & Widmann e Companhia de Santos, por se afastarem do projecto da Comissão Mixta quanto á natureza da construção e composição dos maciços, sem vantagens correspondentes, a Comissão Brasileira classifica as propostas do seguinte modo: Proposta numero um. Adolpho E. W. Shaw. Idonea. Mais vantajosa em preço, cuja differença é de cerca de quarenta e duas mil libras para menos em comparação com a sua concorrente de menor preço. Preferível desde que os dois Governos concordem em não tomar em consideração a declaração contida na mesma proposta e concebida nos seguintes termos: "Este precio se entiende calculando la libra a razón de cinco pesos con veinte y cinco centésimos oro uruguayo cada libra esterlina", declaração que, no fundo, não affecta nem a composição dos preços unitarios nem a cifra global da proposta, mas que parece á Comissão Brasileira constituir afastamento de fórma dos termos da ultima parte da condição XIII do edital de concorrência. Julga a Comissão Brasileira faltar-lhe competencia para annullar aquella declaração, submettendo o caso á consideração dos dois Governos para resolverem a tal respeito, melhor garantindo seus direitos no caso

pañía de Santos por apartarse del proyecto de la Comisión Mixta en cuanto a la naturaleza de la construcción y composición de los macizes, sin las ventajas correspondientes, la Comisión Brasileña clasifica las propuestas del siguiente modo: Propuesta número uno. Adolfo E. W. Shaw, idónea. Más ventajosa en precio, cuya diferencia es de cerca de cuarenta e dos mil libras, en menos, en comparación con el concurrente de menos precio. Es la preferible si los dos Gobiernos concuerdan en no tomar en consideración la declaración contenida en la misma propuesta y concebida en los siguientes términos: "Este precio se entiende calculando la libra a razón de cinco pesos con veinticinco centésimos oro uruguayo cada libra esterlina", declaración que en el fondo no afecta ni la composición de los precios unitarios ni la cifra global de la propuesta, pero que le parece a la Comisión Brasileña se separa, en la forma de los términos de la última parte de la cláusula XIII del llamado a licitación. Juzga la Comisión Brasileña faltarle competencia para anular aquella declaración y somete el caso a consideración de los dos Gobiernos para que resuelvan a tal respecto, garantizando mejor sus derechos en el caso ocurrente. Propuesta número dos. Dyckerhoff & Wid-

occorrente. Proposta numero dois. Dickerhoff y Widmann. Idonea. Segunda em preço. Esta proposta contem a declaração acima referida de que vem á concorrência de sociedade com um dos concorrentes, a Companhia Constructora de Santos, declaração que a Comissão Brasileira julga necessario submeter á consideração e superior juizo dos dois Governos. Proposta numero tres. Companhia Constructora de Santos. Idonea. Igual em preço e linhas essenciaes á proposta anterior. E' classificada depois della porque declaradamente não apresenta uma parte dos desenhos detalhados bem como os preços das unidades da obra e graphics completos, declarando que esses requisitos estão satisfeitos no projecto do concorrente Dickerhoff & Widmann. Além disso, contem a presente proposta, a declaração mais acima referida, de que a proposta de sua concorrente Dickerhoff & Widmann e de sua assignatura deverão ser consideradas como uma só em face da concorrência, declaração que a Comissão Brasileira julga necessario submeter á consideração e superior juizo dos dois Governos. Proposta numero quatro. Wayss y Freytag. Idonea e estrictamente dentro dos termos do edital de concorrência. Preço mais elevado do que os das tres propostas anteriores. A Comissão Brasileira declara

mann. Idonea. Segunda en precio. Esta propuesta contiene la declaración más arriba mencionada de que concurre en sociedad con uno de los licitantes, la Compañía Constructora de Santos, declaración que la Comisión Brasileña juzga necesario someter a consideración y superior juicio de los dos Gobiernos. Propuesta número tres. Compañía Constructora de Santos. Idonea. Igual en precio y lineas esenciales a la propuesta anterior. Está clasificada después de ella porque declaradamente no presenta una parte de dibujos de detalles asi como tampoco los precios de las unidades de la obra y gráficos completos, declarando que esos requisitos están satisfechos en el proyecto del licitante Dyckerhoff & Widmann. Además la presente propuesta contiene la declaración más arriba citada de que la propuesta de su concurrente Dyckerhoff & Widmann, y la de su firma deberán ser consideradas como una sola frente a la licitación, declaración que la Comisión Brasileña juzga necesario someter a consideración y superior juicio de los dos Gobiernos. Propuesta número cuatro. Wayss & Freytag. Idonea y estrictamente dentro de los términos del llamado a licitación. Precio más elevado que los de las tres propuestas anteriores. La Comisión Brasileña declara que

que, além de só considerar os termos de cada uma das propostas que se não afastam do projecto da Comissão [Mixta, como acima declarou, só considera também os casos em que as ditas propostas não cogitam de isenções de direitos, não só porque as concessões seriam de vantagens virtuaes, uma vez que as sommas arrecadadas por um lado seriam despendidas por outro, com o augmento do custo da obra na equivalencia das taxas arrecadadas, como também porque seriam creadas difficuldades na execução da contabilidade do contracto. Terminando, declara a Comissão Brasileira que nos termos da condição IX do edital de concorrência, submette á consideração dos dois Governos o mappa de classificação das propostas consideradas, organisadas com o criterio acima estabelecido.

E, declara por ultimo que no caso dos citados dois Governos não resolverem afastar, fazendo nulla a declaração da proposta Shaw, acima referida, aconselha a annullação da concorrência por parecer-lhe altamente prejudicial aos interesses communs acceitar qualquer das outras tres propostas, dada a sua grande differença de preço. O Excellentissimo Senhor Ministro Virgilio Sampognaro, Alto Commissario do Uruguay, expressando seu pensamento e o da Comissão Uru-

además de solamente considerar los términos de cada una de las propuestas que no se apartan del proyecto de la Comisión Mixta, como más arriba declaró, solo considera también los casos en que dichas propuestas no toman en cuenta la exención de derechos, no tansolo porque tales consecuencias serían de ventajas virtuales, desde que las sumas recaudadas por un lado serían gastadas por otro con el aumento del costo de la obra equivalente a las tasas recaudadas, como también porque se crearían difficuldades en ejecución de la contabilidad del contrato. Terminando, declara la Comisión Brasileña que en los términos de la cláusula IX del llamado a licitación somete a consideración de los dos gobiernos el cuadro de clasificación de las propuestas consideradas confeccionado con el criterio arriba establecido. Y declara por último que en el caso que los citados dos Gobiernos no resolviesen apartar, haciendo nula la declaración de la propuesta Shaw, arriba referida, aconseja la anulación de la licitación por parecerle altamente perjudicial a los intereses comunes aceptar cualesquiera de las otras tres propuestas, dada la grande diferencia de precio. Su Excelencia el Señor Ministro Virgilio Sampognaro, Alto Comisario del Uruguay, expresando su pensamiento y el de

guaya, manifestou por sua vez: que do estudo detido que a Comissão Uruguaya realisou sobre as quatro propostas apresentadas resulta. Primeiro: Que a proposta apresentada no Rio de Janeiro pela Companhia Constructora de Santos e a proposta apresentada em Montevideo pela casa Dyckerhoff & Widmann S. A. não constituem na realidade mais que uma só, por haver assim manifestado ante o escrivão no momento da abertura, o Senhor Arnoldo Stoop que se apresentou como representante unico de ambas as casas: por serem ambas exactamente iguaes em sua redacção e preços, se bem que apresentadas, como era de dever, uma em portuguez e a outra em hespanhol: por dizer a proposta Dyckerhoff & Widmann S. A. na pagina primeira, linhas setima e seguintes e logo na ultima pagina, linhas decima quinta e seguintes, que essa proposta deve ser considerada como uma só com a proposta apresentada no Rio de Janeiro pela Companhia Constructora de Santos; por dizer a proposta da [Companhia Constructora de Santos, pagina primeira, linhas decima e seguintes e em seguida na ultima pagina, linhas deseseis e seguintes, que essa proposta deve ser considerada como uma só com a proposta apresentada em Montevideo pela casa Dyckerhoff & Wid-

la Comisión Uruguaya, manifestó a su vez: que del estudio detenido que la Comisión Uruguaya realizó sobre las cuatro propuestas presentadas resulta. Primero: que la propuesta presentada en Rio de Janeiro por la Compañía Constructora de Santos y la propuesta presentada en Montevideo por la casa Dyckerhoff & Widmann S. A. no constituyen en realidad más que una sola, por haberlo asi manifestado ante el escribano en el momento de la apertura, el Señor Arnoldo Stoop quien se presentó como representante único de ambas casas: por ser ambas exactamente iguales en su redacción y precios, aún cuando presentadas — como correspondia — una en idioma hespañol y otra en idioma portuguez: por decir la propuesta Dickerhoff & Widmann S. A. en la página primera, lineas septima y siguientes y luego en la última página, lineas decima quinta y siguientes que esa propuesta debe ser considerada como una sola con la propuesta presentada en Rio de Janeiro por la Compañía Constructora de Santos; por decir la propuesta de la Compañía Constructora de Santos, página primera, lineas décima y siguientes y luego en la última página, lineas décima sexta y siguientes que esa propuesta debe ser considerada como una sola con la propuesta presentada en Montevideo por la casa Dy-

mann S. A.: e por omittir a proposta da Companhia de Santos os preços unitarios exigidos no edital de concorrência, dizendo que o não fazia por estarem incluídos na proposta apresentada em Montevideo pela casa Dyckerhoff & Widmann S. A. Por tudo isso o Alto Commissario Uruguayo julga que de facto o numero de propostas, que ao todo foram apresentadas não é de quatro e sim de tres. Segundo: Que a proposta Adolfo E. W. Shaw não pode ser excluída, pois não soffre do vicio que se invoca; com effeito, como a obra, de accordo com o estabelecido, será paga em libras esterlinas o risco do cambio corre, por consequente, exclusivamente por conta da outra parte contractante, logo a indicação do typo de cambio que, para seos calculos, ha assentado o proponente, não tem importancia alguma, pois não modifica a situação que fica fixada na proposta pela quantidade expressa em libras esterlinas; pelo que o Alto Commissario Uruguayo julga que a proposta Adolfo E. Shaw é valida. Terceiro: Que do estudo comparativo feito pela Comissão Uruguaya resulta que todos os proponentes são idoneos financeira e tecnicamente, que a proposta Shaw ajustada no todo ao projecto official ascende a libras duzentas e sessenta e uma mil trezentas e quarenta e quatro que a que lhe

ckerhoff & Widmann S. A.: y por omitir la propuesta de la Compañía de Santos los precios unitarios exigidos por el pliego de condiciones, diciendo que no la hacia por cuanto estaban ya incluídos en la propuesta presentada em Montevideo por la casa Dyckerhoff & Widmann S. A.; por todo lo cual el Alto Comisario Uruguayo juzga que de hecho el número de propuestas, que en total se han presentado no es de cuatro sinó de tres. Segundo: que la propuesta Adolfo E. W. Shaw no puede ser excluída, pues no adolece del vicio que se invoca; en efecto, como la obra, de acuerdo con lo establecido, será pagada en libras esterlinas el riesgo del cambio corre por consequente exclusivamente por cuenta de la otra parte contratante, luego la indicación del tipo de cambio que, para sus cálculos, ha asentado el proponente, no tiene importancia alguna, pues no modifica la situación que queda fijada, en la propuesta por la cantidad expresada en libras esterlinas; por lo cual el Alto Comisario Uruguayo juzga que la propuesta Adolfo E. W. Shaw es valida. Tercero: que del estudio comparativo hecho por la Comisión Uruguaya resulta que todos los proponentes son idoneos financeira y técnicamente, que la propuesta Shaw ajustada en un todo el proyecto official asciende a doscientas se-

segue em preço é a proposta da Companhia Constructora de Santos e Dyckerhoff & Widmann S. A. a qual, ajustada tambem no todo ao projecto official ascende a libras duzentas e noventa e sete mil quinhentas e oitenta e nove, desoitto shillings e dez pence, que a outra proposta, isto é, a de Wayss & Fraytag S. A. ajustada tambem no todo ao projecto official ascende a libras trezentas e dez mil seissentas e vinte e tres, treze shillings um penny e tres quartos; por conseguinte dada a igualdade de condições de idoneidade e a differença de preço entre a proposta Shaw e a mais proxima, o que proporciona uma economia de libras trinta e seis mil duzentas e quarenta e cinco, desoitto shillings e dez pence, o Alto Commissario Uruguayo julga que deve aconselhar, como aconselha, a acceitação da proposta Adolfo E. W. Shaw. O Excellentissimo Senhor Marechal Botafogo declarou em seguida, que não concorda com as expressões da outra parte contractante — consignadas nas declarações acima referidas, do Excellentissimo Senhor Ministro Sampognaro, pelas razões que opportunamente apresentará a seu Governo.

senta y un mil trescientas cuarenta y cuatro libras esterlinas, que la que le sigue en precio es la propuesta de la Compañía Constructora de Santos y Dyckerhoff & Widmann S. A. la que ajustada también un en todo al proyecto oficial asciende a doscientas noventa y siete mil quinientas ochenta y nueve libras, diez y ocho chelines, diez peniques, y que la otra propuesta, es decir la de Wayss & Freytag S. A. ajustada también en un todo al proyecto oficial asciende a trescientas diez mil, seiscientas veintitres libras, trece chelines, uno y tres cuartos peniques; por conseguinte vista la igualdad de condiciones de idoneidad y la diferencia de precio entre la propuesta Shaw y la más próxima, la que proporciona una economia de treinta y seis mil doscientas cuarenta y cinco libras, diez y ocho chelines y diez peniques, el Alto Comisario Uruguayo juzga que debe aconsejar, como aconseja, la aceptación de la propuesta Adolfo E. W. Shaw. Su Ex. el Señor Mariscal Botafogo declaró en seguida que no concuerda con las expresiones de la otra parte contratante consignadas en las declaraciones de Su Ex. el Señor Ministro Sampognaro más arriba referidas, por las razones que oportunamente presentará a su Gobierno.

Ao que Sua Excellencia o Se-

A lo cual Su Ex. el Señor Mi-

nhor Ministro Sampognaro contestou: Que não conhecendo as razões nas quaes se funda seu illustre Collega para não concordar com a mencionada expressão que elle empregou, reserva-se para fundamental-a ou esclarecel-a opportunamente. Em seguida os dois Altos Commissarios resolveram de pleno e commum accordo elevar, como se disse, todo o processo, documentos e informações á alta consideração dos dois Governos, para a resolução correspondente.

E como de nada mais se tratasse deram por finda a presente conferencia. E, para constar, lavrou-se a presente Acta que foi por mim lida, achada conforme e approvada pelos presentes que a firmaram. E eu, *Oswaldo Gomes da Costa*, Major de Engenharia e Secretario a escrevi.— *Gabriel de Souza Pereira Botafogo*. — *Oswaldo Gomes da Costa*. — *José Vicente de Araujo e Silva*. — *Virgilio Sampognaro*. — *José Barboza Terra*. — *Quinto Banomi Hijo*.

nistro Sampognaro contesta: que no conociendo las razones en las que se funda su illustre Colega para no concordar con la mencionada expresión que él empleó, se reserva para fundarla ó aclararla en la oportunidad. A continuación los dos Altos Comisarios resolvieron de pleno y común acuerdo elevar, como se ha dicho, todo lo actuado, los documentos y las informaciones a la alta consideración de los dos Gobiernos para la resolución correspondiente. Y no siendo para más el acto dieron por terminada la presente conferencia. Y para constancia se labró la presente Acta que fué por mi leída y hallada conforme y aprobada por los presentes que la firmaron. — Y yo, *José Barboza Terra*, Secretario, la certifico. *Virgilio Sampognaro*. — *José Barboza Terra*. — *Quinto Bonomi* (hijo). — *Gabriel de Souza Pereira Botafogo*. — *Oswaldo Gomes da Costa*. — *José Vicente de Araujo e Silva*.

VISITA DE S. A. O PRINCIPE DE PIEMONTE

N. 53

I — Nota do Ministerio á Embaixada Italiana, em 28 de Agosto de 1924

Ministerio das Relações Exteriores, 28 de Agosto de 1924.

SR. EMBAIXADOR

Venço um grande e penoso constrangimento trazendo ao alto conhecimento de V. Ex. e submettendo com lealdade e franqueza ao seu esclarecido espirito certas apprehensões justificadas, que nestas ultimas 48 horas, vieram preoccupar o governo a proposito da honrosissima visita de sua alteza o principe real herdeiro do throno italiano e fizeram objecto da attenção dos secretarios de Estado na reunião semanal collectiva hontem realizada.

Preferiria calar essas apprehensões, na esperança fundada de que tudo corresse a contento nosso e dessa real embaixada em tão sympathica occasião, anciosamente esperada, mas não quero, não posso e não devo occultar a V. Ex. certas circumstancias novas sobrevindas quando já o governo tinha ultimado todos os preparativos do programma para que nada faltasse ao brilho da recepção do egregio hospede.

Nada poupámos para assegurar esse brilho, que seria tambem um testemunho inequivoco do nosso profundo sentimento de amizade para com a Italia. Uma commissão especialmente nomeada para isso e presidida pelo embaixador Regis de Oliveira trabalhou com afinco desde alguns mezes, cuidando zelosamente dos minimos pormenores daquelle programma, cujas linhas essenciaes já V. Ex. conhece e tiveram o seu autorizado assentimento.

Tudo assim se achava prompto e disposto para o grande acontecimento, que marcaria época nas relações de nossos dois paizes, quando irrompeu o grave motim militar de S. Paulo.

Temos bem presentes os termos das amáveis notas com que V. Ex., num requinte de gentileza, que sobremodo nos penhorou e confundiu, quiz por-nos inteiramente á vontade diante do imprevisto doloroso que tão duramente surprehendera ao Brasil e á mais rica de suas unidades federaes.

Era, porém, muito triste termos de renunciar á alegria e á honra de tão conspicua visita, e achamos então de nosso dever insistir affectuosamente para que ella não deixasse de se realizar.

V. Ex. teve a nimia bondade de concordar comnosco e a gentileza ainda maior de obter a transferencia da chegada de sua alteza ao Rio, para quando do regresso do Rio da Prata.

A nossa impressão era de que, a esse tempo, já tudo haveria serenado.

Assim aconteceu com effeito e a propria capital paulista, theatro dos luctuosos acontecimentos que nos forçaram a pedir o adiamento da visita, solicitava, com sincero empenho, que sua alteza não deixasse de ir ali, onde milhares e milhares de italianos collaboram esforçadamente comnosco na obra do progresso.

Eu mesmo insisti com prazer junto a V. Ex. nesse sentido, na audiencia de segunda-feira ultima. Acontece, porém, e não devemos de fórma alguma occultar a essa real embaixada, que, nos ultimos dias certos factos novos, alguns já do dominio publico, não deixaram de trazer inquietação ao governo sobre o que poderia porventura succeder por occasião da recepção de sua alteza ou em alguma das grandes festas que lhe vão ser offerecidas e em que se requeira a sua augusta presença e a do chefe do Estado. Depoimentos tomados pelas autoridades confirmam os boatos que levaram a V. Ex. e a que V. Ex. alludiu numa das suas notas, isto é, que, nos planos que os inimigos da ordem architectaram, entrava a idéa de fazer estalar o movimento no dia mesmo da chegada e na occasião exacta da recepção do nobre hospede.

A vigilancia rigorosa que o governo vinha exercendo aqui fez precipitar alhures a rebellião.

Mas a confirmação actual daquellas intenções, que dantes nos pareciam meros boatos, tão monstruosa e indigna se nos afigurava a machinação, não póde deixar de obrigar-nos agora a meditar um pouco sobre a possibilidade de algum incidente, sobretudo diante da irritação crescente dos elementos opposicionistas pelas repetidas victorias do governo contra a anarchia e a desordem.

Ultimamente, a explosão de varias bombas em diversos pontos

da cidade, uma dellas na porta da embaixada argentina (e ainda hoje, depois que V. Ex. esteve domingo em minha residencia, igual attentado contra o general Potyguara), sem que a policia, a despeito de todos os esforços, tenha até agora podido descobrir os autores desses crimes, veio provar ainda mais que a audacia dos petroleiros é sem limites e se não teme a elles o governo, seguro como está de esmagal-os, todavia se assusta com a idéa de que possam tramar algo para quando sua alteza chegar.

Reforçámos já consideravelmente todo o nosso serviço de segurança e nos multiplicaremos em zelos para que á augusta pessoa do nosso eminente hospede nada venha a succeder.

Reconhecemos, porém, que é para nós uma tremenda responsabilidade não confessarmos com lealdade a essa real embaixada as nossas apprehensões.

Sabemos que soffrerá talvez muito com isso o credito do Brasil no exterior, o bom nome nosso na grande Patria italiana, á qual tanto e tanto desejavamos render excepcional homenagem por occasião da visita do principe herdeiro. Não haveria para o paiz inteiro maior alegria do que poder testemunhar com eloquencia e com effusão o nosso jubilo pela chegada de sua alteza a terras do Brasil, onde já tocou incognito e teve ainda assim occasião de apreciar a sinceridade desses sentimentos. Esperavamos com justa anciedade o novo e gratissimo ensejo para mais amplamente cumprimos os nossos deveres de cortezia.

Diante, porém, desses novos factos, que poderiam repetir-se durante a estadia de sua alteza em nossa capital, o governo esquece qualquer outra consideração que não seja a da segurança pessoal do principe herdeiro da Italia. Assim sendo, e embora com o máximo pezar, se vê na dolorosa contingencia de solicitar os bons officios dessa illustre embaixada para que seja transferida para outra época a honrosa visita de sua alteza real. Tenho a honra, Sr. embaixador, de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *Felix Pacheco*.

N. 54

II — Nota da Embaixada Italiana ao Ministerio, em 29 de Agosto de 1924

Embaixada de Italia — Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1924.

SR. MINISTRO.

Recebi a nota que me enviou V. Ex., na qual o governo brasileiro pede os bons officios da embaixada italiana para que a visita de sua alteza real, o principe de Piemonte, seja adiada para outra época.

Transmitti immediatamente ao meu governo o desejo contido na nota, e terei cuidado em communicar a resposta a V. Ex. logo que a receba.

Permitta-me, porém, V. Ex. algumas considerações que me vêm espontaneas do coração, neste momento para mim doloroso.

Desde o dia em que o governo brasileiro havia dirigido o convite a sua magestade o rei da Italia para que o augusto principe visitasse este prodigioso paiz, eu pude acompanhar passo a passo todo o fervor e todo o enthusiasmo com que tanto o governo como as associações e os particulares se puzeram a preparar um acolhimento que, certamente, pela sua pompa, pela grandiosidade, pela unanimidade do concurso de todos, teria sido uma das mais esplendidas affirmações do progresso, da gentileza e da cultura da vossa Nação. E o meu espirito se regosijava ao ver tanto calor e tanta espontaneidade de adhesão, de que se poderia tirar os melhores auspicios para uma amizade cada vez mais tenaz e profunda entre os dois paizes.

Vieram os tristes dias da sedição militar de S. Paulo, e parecia que o programma difficilmente poderia ser executado.

Mas o intimo accordo de sentimentos que sempre presidiu ás relações quotidianas entre o governo brasileiro e a embaixada italiana, intimo accordo que V. Ex., com delicadissima cortezia, teve a bondade de salientar na sua nota, fez com que a momentanea difficuldade fosse superada, e a tão esperada augusta visita fosse apenas transferida de alguns dias.

Esperavamos, então, plenamente convencidos, que a situação, tal como se delineava nitidamente, pela acção energica do governo se normalizasse completamente.

Isso, porém, como demonstra luminosamente V. Ex., não se realizou inteiramente, e o Governo Brasileiro, diante da possibilidade de que o augusto hospede pudesse estar presente a qualquer tentativa insana, pondo de lado qualquer outra consideração de interesses e de amor proprio nacional, tomou corajosamente o partido de se dirigir ao Governo Italiano para que a visita fosse definitivamente adiada para outra época.

V. Ex., na sua elevada nota, diz que o Governo Brasileiro o fez, sabendo embora do mal que d'ahi lhe advirá na opinião publica mundial, e expõe o receio de que se melindre a propria opinião italiana.

Esteja tranquillo V. Ex.: como representante de sua Majestade o Rei de Italia, eu dirijo ao Governo do Brasil os mais vivos agradecimentos pela franqueza e a decisão que mostrou a nosso respeito neste momento. O acto realizado pelo Governo Brasileiro é o mais nobre que nós podíamos esperar e será apreciado na Italia no seu justo valor. Elle penetra profundamente em nossos corações, mais ainda do que o fausto dos preparativos e a solemnidade da recepção. Nesse gesto, o povo italiano verá uma prova inequivoca da sentida amizade que tem por elle a nobre Nação Brasileira.

E não será assim sómente em relação á opinião publica italiana: estou certo de que a activa attitudo do governo não trará prejuizo algum ao Brasil na opinião publica mundial. Antes de tudo, o gesto é tão nobre que não póde senão dar lustre a quem o pratica; e depois, situações como esta podem verificar-se em qualquer paiz e não são de fórma alguma symptoma de fraqueza, mas, pelo contrario, representam justamente exuberancia de vida.

E, em todo caso, saber encara-las activa e abertamente, sem procurar nada esconder, é symptoma indiscutivel de serenidade e de força. Por isso, julgo dever repetir ainda que, depois desse acto, o povo italiano se sentirá ainda mais afeiçoado a este generoso povo brasileiro. Queira acceitar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *Pietro Badoglio.*

HOSPEDES ILLUSTRÉS

N. 55

I — Radiogramma do Sr. Presidente da Republica ao Sr. Presidente Arturo Alessandri, em 10 de Março de 1925

Presidente Arturo Alessandri — Bordo “Antonio Delfino”

Palacio do Rio Negro — Com o mais vivo pezar deixo de ir, conforme era meu desejo e resolução, á Capital do Brasil afim de ter a honra e o prazer de receber a V. Ex. e a Exma. Senhora Arturo Alessandri.

Motivo de enfermidade priva-me da satisfação de tomar parte pessoalmente nas justas homenagens que o Governo e o povo brasileiro prestarão a V. Ex. por occasião da sua curta estadia no Brasil.

Apresentando a V. Ex. os mais affectuosos cumprimentos de boas vindas, associo-me cordialmente ao acolhimento que amanhã será feito pelo povo brasileiro ao Presidente da grande nação chilena, ao illustre chefe de Estado sul-americano e ao sincero amigo do Brasil.

ARTHUR BERNARDES.

N. 56

II — Telegramma do Sr. Presidente da Republica do Chile ao Sr. Vice-Presidente da Republica, em 12 de Março de 1925

Abandonando esta Capital, quero repetir a V. Ex. os meus cordiaes agradecimentos pela forma tão affectuosa quanto expressiva com que V. Ex., em nome de S. Ex. o Presidente da Republica do Brasil, recebeu e agasalhou o Presidente do Chile. Levo a mais grata

recordação de V. Ex. e peço-lhe creia na amisade cordial que em mim soube despertar e na funda sympathia que me produziu o illustre Vice-Presidente da grande Republica do Brasil, ligada ao meu paiz por vinculos que o tempo torna cada vez mais indissoluveis.

ARTURO ALESSANDRI.

N. 57

III — Telegramma do Sr. Vice-Presidente da Republica ao Sr. Presidente da Republica do Chile, em 12 de Março de 1925

Profundamente grato a V. Ex. pela bondade do seu telegramma ao deixar nossa Capital, onde inequivocas demonstrações de jubilo e carinho com que V. Ex. foi acolhido significam não só justo preito á sua alta individualidade como perfeita communhão de ideaes e objectivos dos nossos paizes. Tambem em mim, que já lhe admirava os fortes attributos intellectuaes e moraes, deixou V. Ex. um sincero amigo, que reitera pela sua fortuna pessoal e politica fervorosos votos.

ESTACIO COIMBRA.

VISITA DE NAVIOS ESTRANGEIROS

N. 58

I — Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 23 de
Novembro de 1923

British Embassy — N. 135. — Rio de Janeiro, November 23 rd,
1923.

MONSIEUR LE MINISTRE,

1 — I have the honour, by direction of His Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, to inform Your Excellency that a wold cruise will shortly be undertaken by squadrons of His Majesty's ships.

2 — It is proposed that one of these squadrons, the 1st Light Cruiser Squadron, comprising His Majesty's Ships *Delhi*, *Danae*, *Dauntless* and *Dragon* shall visit Rio de Janeiro, arriving on September 1st next year and leaving on September 8 th.

3 — I should accordingly be gratefull if Your Excellency should inform me whether this visit will be agreeable to the Brazilian Government.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

JOHN TILLEY.

His Excellency Sr. Felix Pacheco,
Minister for Foreign Affairs.
Rio de Janeiro.

N. 59

II — Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 22 de Dezembro de 1923

Secretaria de Estado das Relações Exteriores — N. 106. — Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1923.

SENHOR EMBAIXADOR,

Confirmando os termos de minha nota n. 101, de 6 do corrente, tenho a honra de informar a V. Ex. que será com grande prazer que a Marinha Brasileira receberá a visita da divisão naval de cruzadores ligeiros que o Governo de Sua Majestade Britannica pretende fazer sahir em cruzeiro mundial, no proximo anno.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. os protestos da minha mui alta consideração.

FELIX PACHECO.

A Sua Excellencia Sir John A. C. Tilley, K. C. M. G., C. B, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario de Sua Majestade Britannica.

N. 60

III — Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 18 de Março de 1924

British Embassy — N. 34 — Petropolis, March 18 th, 1924.

MONSIEUR LE MINISTRE,

With reference to my note n. 135 of November 23 last, advising Your Excellency that a world cruise is being undertaken by squadrons of His Majesty's ships, I have the honour to inform Your Excellency that, in addition to the visit already arranged to Rio de Janeiro of the *Delhi*, *Danae*, *Dauntless* and *Dragon*, at the beginning of September, it is proposed that the *Delhi* and *Danae* shall visit Santos, arriving on the 29 th of August and leaving on the 2nd of September. These two ships will thus arrive a day later at Rio de Janeiro than was originally intended.

1—I venture to express the hope that this modification of the

original arrangement will be agreeable to Your Excellency's Government.

2—I avail myself the opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

JOHN TILLEY.

His Excellency Sr. Felix Pacheco,
Minister for Foreign Affairs.
Rio de Janeiro.

N. 61

IV — Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 28 de Março de 1924

Secretaria de Estado das Relações Exteriores — N. 34. — Rio de Janeiro, 28 de Março de 1924.

SENHOR EMBAIXADOR,

Tenho a honra de accusar recebimento da nota n. 34, de 18 do corrente, na qual V. Ex., referindo-se á visita dos cruzadores ligeiros da Armada de Sua Majestade Britannica *Delhi*, *Danae*, *Dauntless* e *Dragon* ao porto do Rio de Janeiro, annunciada para os dias 1 a 8 de Setembro vindouro, communicou-me que o plano dessa visita foi posteriormente modificado, de modo que os cruzadores *Delhi* e *Danae* visitarão, antes, o porto de Santos, alli permanecendo de 29 de agosto a 2 do referido mez de Setembro, e que, por esse motivo, essas duas unidades entrarão no porto do Rio de Janeiro um dia mais tarde do que a data preestabelecida.

Já dei conhecimento dessa communicação ao meu collega dos Negocios da Marinha, e tenho o prazer de assegurar a V. Ex. que a referida modificação em nada alterará o agrado com que será recebida a visita dos navios de guerra de Sua Majestade Britannica.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha mui alta consideração.

FELIX PACHECO.

A S. Ex. o Sr. The Right Honorable Sir John A. C. Tilley,
K. C. M. G., C. B, Embaixador de Sua Majestade Britannica.

N. 62

V — Nota da Embaixada Britannica ao Ministerio, em 20 de Agosto de 1924

British Embassy—N. 117. — Rio de Janeiro, August 20 th, 1924.

MONSIEUR LE MINISTRE,

1 — With reference to my Note n. 48 of April 10th last regarding the visit of certain of His Majesty's Ships to Brazilian ports, I have the honour to confirm the statement which I made to Your Excellency verbally on the 11th instant, that the visit of His Majesty's Ships *Delhi* and *Danae* to Santos has been cancelled, this port being consequently excluded from the Squadron's itinerary.

2 — Under the new arrangement therefore the four ships *Dautless*, *Dragon*, *Delhi* and *Danae* will arrive at Rio de Janeiro on September 3rd and leave on the morning of September 10 th.

3 — I have the honour to request that Your Excellency will be good enough to bring the above modifications in the program to the attention of the competent authorities.

I avail myself this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

JOHN TILLEY.

His Excellency Felix Pacheco,

Minister for Foreign Affairs.

Rio de Janeiro.

N. 63

VI — Nota do Ministerio á Embaixada Britannica, em 2 de Setembro de 1924

Secretaria de Estado das Relações Exteriores — N. 103. — Rio de Janeiro, 2 de Setembro de 1924.

SENHOR EMBAIXADOR,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota n. 117, de 20 de Agosto proximo passado, pela qual Vossa Excellencia me transmittiu a communicação de que, tendo sido supprimida a visita dos cruzadores *Delhi* e *Danae* ao porto de Santos, essas unidades, acompanhadas dos cruzadores *Dauntless* e *Dragon*, entrarão no porto do Rio de

Janeiro no dia 3 do corrente, aqui permanecendo até a manhã do dia 10 deste mez.

Cabe-me, em resposta, informar a Vossa Excellencia de que o Senhor Ministro dos Negocios da Marinha foi opportunamente avisado dessa modificação e aproveitou com prazer o ensejo para lhe reiterar os protestos da minha mui alta consideração.

FELIX PACHECO.

A S. Ex. The Right Honorable Sir John Telley, K. C. M. G.,
C. B, Embaixador de Sua Majestade Britannica.

N. 64

VII — Carta do Sr. Embaixador de Sua Majestade Britannica ao Sr. Presidente da Republica, em 11 de Setembro de 1924

Ambassade de Grande Bretagne, Rio de Janeiro, le 11 Septembre
1924.

Monsieur le Président de la République,

J'ai l'honneur d'informer Votre Excellence que l'Amiral Sir Hubert Brand m'a prié de lui transmettre ses remerciements et ceux de l'escadre entière pour la magnifique réception qu'ils ont eue de la part de Votre Excellence, de son Gouvernement et des Autorités de la Marine Brésilienne.

Ils ont apprécié hautment le privilège d'être permis de visiter le Brésil et surtout l'honneur que Votre Excellence leur a fait en bien voulant d'abord recevoir l'amiral lui même et ensuite passer en revue, à l'occasion de l'anniversaire glorieux de l'Indépendance du Brésil, les officiers et les équipages de l'escadre britannique. L'amiral et son escadre ont été fiers de prendre part à cette belle cérémonie dans laquelle les officiers et les hommes de la Marine Brésilienne ainsi que les Cadets Militaires se sont présentés d'une façon tellement admirable.

L'Amiral Brand m'a prié d'ajouter que c'est avec le plus vif regret qu'il quitte la Guanabara, et qu'il espère que cette visite ne fera que cimenter encore l'amitié grande et traditionnelle qui lie nos deux pays.

Le Ministre de la Marine a témoigné à l'amiral toutes les marques de courtoisie et de cordialité et les arrangements qu'il a

faits pour le bien-être et le confort du personnel de l'escadre britannique ont été parfaits.

Je saisis l'occasion pour renouveler à Votre Excellence l'assurance de ma plus haute considération.

JOHN TILLEY.

N. 65

VIII — Carta do Sr. Presidente da Republica ao Embaixador de S. M. Britannica, em 11 de Setembro de 1924

Gabinete do Presidente da Republica. — Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1924.

SENHOR EMBAIXADOR,

Tenho a honra de accusar o recebimento da carta de hoje datada, na qual V. Ex. teve a gentileza, que muito me penhorou, de transmitir-me os agradecimentos do Almirante Sir Hubert Brand e da esquadra sob seu commando, pelo acolhimento que lhe dispensou o Governo Brasileiro durante a sua permanencia nesta Capital.

Ao Brasil, que muito bem sentiu nessa visita uma demonstração inequivoca da cordialidade com que a Gran Bretanha retribuiu os sentimentos que lhe dedicam todos os brasileiros, foi extremamente grato o cumprimento desse dever, assim como o desejo, que se lhe offereceu, de ver desfilar em seu territorio, ao lado das suas tropas de terra e mar, os gloriosos marinheiros britannicos e a denodada officialidade da Armada Real que, num gesto de captivante cortesia, a isso se prestaram, como uma homenagem amistosa, no dia em que festejavamos mais um anniversario da nossa independencia.

Por minha vez peço a V. Ex. o obsequio de acceitar e transmittir a Sua Majestade Britannica os agradecimentos sinceros da Nação Brasileira por mais essas significativas provas de affecto, e tambem as minhas vivas felicitações pelo brilhantismo com que a esquadra do Almirante Brand continúa honrando as memoraveis tradições da Marinha de seu grande paiz.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. as seguranças da minha mui alta consideração.

ARTHUR BERNARDES.

ACCORDO COMMERCIAL COM A HESPANHA

N. 66

I — Nota da Legação de Hespanha ao Ministerio, em 27 de Dezembro de 1924

Rio de Janeiro, 27 de Diciembre de 1924. — N. 118.

SEÑOR MINISTRO,

Con referencia a la correspondencia y a las conversaciones que hemos mantenido acerca del particular, tengo la honra de participar a Vuestra Excelencia que el Gobierno de Su Majestad el Rey, mi Augusto Soberano, muy deseoso de estrechar las relaciones comerciales entre los dos países, me ha autorizado a declarar a Vuestra Excelencia que las mercaderías procedentes del Brasil continuarán gozando a su entrada en España de la segunda columna arancelaria que rija mientras se halle en vigor el presente Arreglo provisional, quedando entendido que el Brasil por su parte aplicará a las mercaderías procedentes de España su tarifa mínima durante la vigencia del mismo.

Queda también entendido que el presente Arreglo durará hasta el día 31 de Diciembre de 1925, pudiendo, sin embargo, ser denunciado por cualquier de las dos Altas Partes en cualquier momento, y cesando su vigencia tres meses después de la denuncia.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi elevada estima y distinguida consideración.

A. BENITEZ.

A Su Excelencia

DR. DON FELIX PACHECO,

M. D. Ministro de Relaciones Exteriores.

N. 67

II — Nota do Ministerio á Legação de Hespanha, em 27 de Dezembro de 1924

Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 1924.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da sua Nota datada de hoje, na qual Vossa Excellencia me communica, com referencia a toda a correspondencia e conversação havidas sobre o assumpto que o Governo de Sua Majestade Catholica o Rei da Hespanha, mui desejoso de estreitar as relações commerciaes entre os nossos dois paizes, autorizou Vossa Excellencia a declarar a este Governo que as mercadorias procedentes do Brasil continuarão a gozar, em sua entrada na Hespanha, da segunda columna da pauta alfandegaria que regule, enquanto se ache em vigor o presente accordo provisorio, ficando entendido que o Brasil, por seu lado, applicará ás mercadorias procedentes de Hespanha, durante a vigencia do mesmo accordo, a sua tarifa mínima.

Vossa Excellencia accrescenta na sua Nota que este accordo durará até 31 de Dezembro de 1925, podendo, entretanto, ser denunciado por uma qualquer das duas partes, em qualquer momento, cessando os effeitos deste accordo tres meses depois da denuncia.

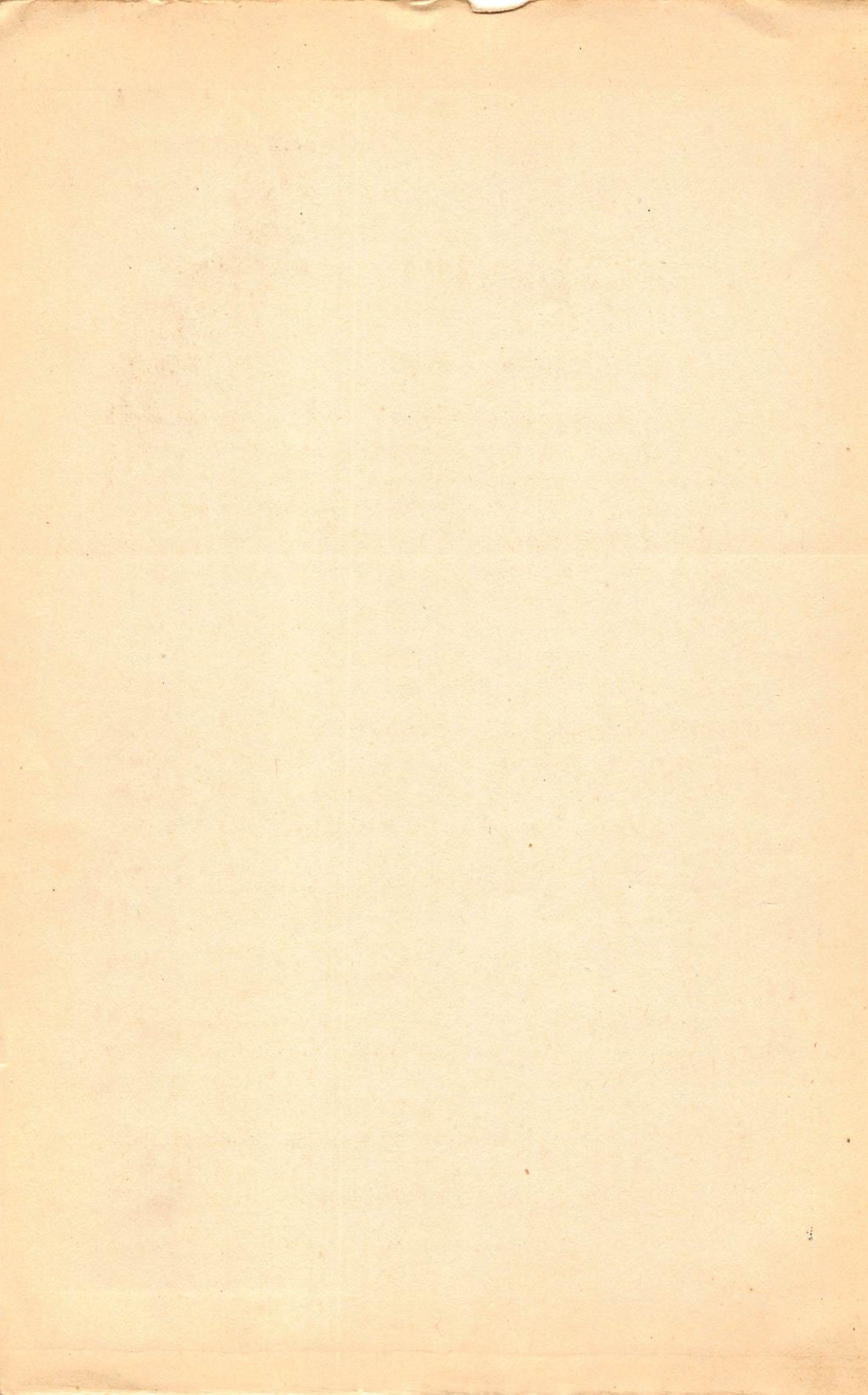
E' com sincero prazer que, em nome deste Governo, declaro a Vossa Excellencia estar o Brasil de inteiro accordo com as condições acima estipuladas neste entendimento provisorio.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças de minha perfeita estima e consideração.

FELIX PACHECO.

A Sua Excellencia D. Antonio Benitez, E. E. e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade Catholica o Rei da Hespanha.

Rio de Janeiro.



101